



Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina

Edição Nº 1481

Quinta-feira - 08 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Municípios

Anchieta	3
Antônio Carlos	3
Arroio Trinta	4
Atalanta	4
Balneário Rincão	6
Biguaçu	6
Bom Retiro	8
Braço do Trombudo	14
Brusque	37
Caçador	107
Camboriú	111
Campo Alegre	124
Canelinha	126
Canoinhas	127
Capinzal	129
Catanduvas	139
Chapadão do Lageado	143
Concórdia	146
Cordilheira Alta	152
Coronel Freitas	155
Coronel Martins	156
Corupá	158
Curitibanos	161
Dionísio Cerqueira	164
Ermo	166
Faxinal dos Guedes	167
Forquilha	168
Fraiburgo	173
Garopaba	176
Garuva	186
Gaspar	197
Governador Celso Ramos	202
Grão Pará	203
Guaramirim	211
Guarujá do Sul	213
Herval d'Oeste	240
Ibiam	240
Ilhota	250
Imbituba	260
Ipumirim	265
Irineópolis	266
Itá	267
Itaiópolis	269
Itapiranga	276
Itapoá	276
Ituporanga	279
Joaçaba	291
Lages	302
Lauro Muller	303

Lebon Regis	310
Leoberto Leal	310
Lindóia do Sul	311
Luzerna	313
Macieira	346
Mafrá	355
Maracajá	355
Meleiro	356
Modelo	357
Monte Carlo	359
Morro da Fumaça	359
Navegantes	365
Nova Trento	380
Novo Horizonte	381
Orleans	382
Palhoça	382
Palmitos	403
Passos Maia	404
Paulo Lopes	405
Penha	407
Pinheiro Preto	409
Pomerode	410
Porto União	412
Presidente Castello Branco	413
Rio do Sul	413
Santa Rosa do Sul	418
Santa Terezinha do Progresso	418
São Bento do Sul	419
São Domingos	422
São José	426
São José do Cedro	443
São Lourenço do Oeste	526
São Pedro de Alcântara	540
Schroeder	542
Siderópolis	564
Timbó	577
Treze Tilias	591
Turvo	592
Vargem Bonita	593
Vidal Ramos	597
Videira	597
Vitor Meireles	604
Xaxim	605

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinícius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br



Diário Oficial dos Municípios

de Santa Catarina

Edição Nº 1481

Quinta-feira - 08 de Maio de 2014

Florianópolis/SC

Sumário

Associações

EGEM609

Consórcios

ARIS618

CIGA619

CINCO.....619

CIS/AMUREL.....620

CIGA - Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

Nelson Guindani - Presidente • Gilsoni Lunardi Albino - Diretor Executivo

Danilo Murilo Chagas da Silva, Marcus Vinicius da Silveira e Wendel Fabiano Ribeiro da Silva - Diagramadores
Rua Santos Saraiva, nº 1546, Estreito - CEP 88070-101 - Florianópolis / Santa Catarina - Fone/Fax (48) 3221 8800
diagramador@diariomunicipal.sc.gov.br

www.diariomunicipal.sc.gov.br

Anchieta**PREFEITURA****Extrato Aviso Pregão FMS N. 014_2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE ANCHIETA
AVISO LICITAÇÃO - Pregão Presencial 014/2014

A Gestora do FMS do Município de Anchieta, Estado de Santa Catarina, torna público, de acordo com as Leis 10.520/02, 8.666/93 8.883/94 e posteriores alterações, que fará realizar Licitação na modalidade Pregão Presencial, do tipo Menor Preço por Item, para Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de Assessoria e elaboração de projetos nos Programas de Saúde e demais atividades de capacitação das equipes da saúde, de junho a dezembro de 2014, pago com recursos do PMAQ. A documentação para habilitação e propostas será recebida na Sala de Licitações até às 08:30 horas do dia 21/05/2014. Informações fone (0xx49)3653-3200. Os interessados poderão adquirir cópia integral do Edital no Setor de Compras, na Av. Anchieta, 838, em Anchieta, horário das 07:45 às 11:45 e das 13:30 às 17:30, de Segunda à Sexta - feira.

Anchieta/SC, 07 maio de 2014.
ROSELI CANCI SAGAZ
Gestora FMS

Antônio Carlos**PREFEITURA****Portaria N 253/2014**

PORTARIA Nº 253/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ROSELI DA SILVA RODRIGUES, do cargo temporario de ENFERMEIRO, a contar de 02 de maio de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 07 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de maio de 2014.

Portaria N 254/2014

PORTARIA Nº 253/2014.
Dispensa ACT.

ANTONIO PAULO REMOR - Prefeito Municipal de ANTONIO CARLOS, no uso das atribuições legais,

RESOLVE:

Artigo 1º - Dispensar, ROSELI DA SILVA RODRIGUES, do cargo temporario de ENFERMEIRO, a contar de 02 de maio de 2014.

Artigo 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrario.

Gabinete do Prefeito, em 07 de maio de 2014.
ANTONIO PAULO REMOR
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria em 08 de maio de 2014.

Arroio Trinta**PREFEITURA****Dispensa de Licitação Nº 0002/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE ARROIO TRINTA
AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Arroio Trinta, Estado de Santa Catarina, torna público, para o conhecimento de todos, Edital de Dispensa de Licitação Lei nº 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009 e Resolução nº 25 do FNDE de 04/07/2012, AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, PARA ATENDIMENTO AO PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE e Lei Federal nº 8.666/93, em consonância com o parecer exarado pelo Jurídico desta Prefeitura conforme descrição abaixo:

Processo Licitatório: Nº 0018/2014
Modalidade: Dispensa de Licitação nº 0002/2014.

Fornecedor: Cooperativa de Artesãos de Arroio Trinta - COOPER-TRINTA
CNPJ 07.591.970/0001-58

Rua Francisco Nava, 194 - Sala 01

89.590-000 - Arroio Trinta - SC
Valor Total: R\$ 12.616,54
Regimento: Lei nº 11.947/2009 de 16/06/2009, Resolução FNDE nº 38 de 16/07/2009 e Resolução nº 25 do FNDE de 04/07/2012, Lei 8.666 de 21 de junho de 1993 e alterações posteriores.

Data da Publicação no Mural da Prefeitura: 06/05/2014

Data da Publicação no Diário Oficial dos Municípios: 08/05/2014
Data da Retirada do Mural: 06/06/2014

Informações e esclarecimentos podem ser obtidos junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal, sito a Rua XV de Novembro, 26, de segunda a sexta feira, no horário normal de Expediente.

Arroio Trinta-SC, 6 de maio de 2014.
ALCIDIR FELCHILCHER
Prefeito Municipal

Atalanta**PREFEITURA****Decreto Nº 023/2014**

DECRETO Nº 023/2014, DE 24/03/2014
ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA-SC.

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta-SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1368/2014, de 20 de março de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Atalanta-SC, crédito adicional especial no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para a inclusão do seguinte programa:
Órgão: 03.00 - Secretaria da Administração e Finanças
Unidade: 03.01 - Secretaria da Administração e Finanças
Função: 04 - Administração
Sub-Função: 122 - Administração Geral
Programa: 0008 - Centro Administrativo
Projeto 1.002 - Construção do Paço Municipal
Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.0090
R\$ 800.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1368/2014, de 20 de março de 2014.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Prefeitura do Município de Atalanta - SC, 24 de março de 2014

TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

D E C R E T O n.º 025/2014

D E C R E T O N.º 025/2014

"Estabelece Horário Especial para o Servidor Público Municipal Paulo César Correia e dá Outras Providências."

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Art. 65 Inciso VII, da Lei Orgânica Municipal e,

- Considerando a necessidade de adequar o horário de trabalho dos servidores e empregados públicos da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Econômico,

DECRETA:

Art. 1º - Fica estabelecido o horário de expediente para o Servidor Público Municipal, Paulo César Correia, das 7h30 às 10h30, para o período matutino, e às 16h às 21h, para o período vespertino.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 16 de abril de 2014.
TARCÍSIO POLASTRI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 026/2014

DECRETO Nº 026/2014, DE 16/04/2014

ABRE CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ATALANTA-SC.

TARCÍSIO POLASTRI, Prefeito Municipal de Atalanta-SC, no uso de suas atribuições legais, e autorizado conforme Lei nº 1368/2014, de 20 de março de 2014:

DECRETA

Art. 1º Fica aberto no orçamento do Município de Atalanta-SC, crédito adicional especial no valor de R\$ 800.000,00 (oitocentos mil reais), para a inclusão do seguinte programa:

Órgão: 03.00 - Secretaria da Administração e Finanças

Unidade: 03.01 - Secretaria da Administração e Finanças

Função: 04 - Administração

Sub-Função: 122 - Administração Geral

Programa: 0008 - Centro Administrativo

Projeto 1.002 - Construção do Paço Municipal

Modalidade de Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.0.1.0090

R\$ 800.000,00

Art. 2º - De acordo com a Lei 4.320/1964, artigo 43, parágrafo 1º, inciso IV, serviram como recursos para abertura do crédito especial de que trata o presente Decreto as receitas provenientes da Operação de crédito autorizada pela Lei nº 1357/2013, de 13 de dezembro de 2013.

§ 1º - Os créditos abertos deverão corresponder à efetiva arrecadação, segundo a liberação financeira dos recursos provenientes da operação de crédito, atendido o critério disposto no caput deste artigo.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revoga-se o Decreto nº 23/2014 de 24/03/2014.

Prefeitura do Município de Atalanta - SC, 16 de abril de 2014

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

DECRETO N.º 027/2014

DECRETO N.º 027/2014

"Altera Comissão da Defesa Civil e nomeia seus respectivos membros".

O Prefeito Municipal de Atalanta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme da Lei n.º 670/97 e Decreto n.º 11/97 de 15 de Agosto de 1997 que regulamenta a lei citada e cria a Comissão da Defesa Civil,

DECRETA:

Art. 1º - Fica constituída a Comissão de Defesa Civil no âmbito do Município de Atalanta, conforme prescreve o artigo 2º do Decreto n.º 11/97, e nomeados seus membros, conforme composição que segue adiante:

I - Representante da Câmara de Vereadores:

Titular: Dayana Fernandes Fachini;

Suplente: Anelore Kellermann Klaumann.

II - Representante da Secretaria Municipal de Saúde e Assistência Social:

Titular: Gisele Saade Neckel

Suplente: Silvia Maria Maciel.

III - Representante da Secretaria Municipal dos Transportes e Obras:

Titular: Jackson Hadlich;

Suplente: Jonas de Oliveira.

IV - Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Titular: Moacir de Souza;

- Suplente: Maureli Paulinho da Silva.

V - Representante de Cooperativa Agropecuária:

Titular: Jaison Senen;

Suplente: Luciane de Oliveira.

VI - Representante do Clero:

Titular: Wagner Bechtold;

Suplente: Charles Sebold;

VII - Representante do Comércio local:

Titular: Valmor Chiquetti;

Suplente: Jonas Scharf.

VIII - Representante da Secretária da Agricultura e Desenvolvimento Econômico:

- Titular: Diomir Alberton;

- Suplente: Laércio Luiz França.

IV - Representante de Instituição Bancária:

Titular: Claudinei Hoepers;

Suplente: Carlos Emanuelle Sotto Mayor de Moraes.

Parágrafo Único - Fica nomeado o Senhor Diomir Alberton para a função de Presidente, conforme Artigo 9.º da Lei 670/97.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogado o decreto nº 005/2014 e as demais disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Atalanta (SC), 28 de abril de 2014.

TARCÍSIO POLASTRI

Prefeito Municipal

Balneário Rincão**PREFEITURA****Extrato de Contrato - SAMAE****EXTRATO DE CONTRATO**

CONTRATO Nº. 015/SAMAE/2014; CONTRATADA: EMPRESA - ECT; OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual que, individualmente, caracteriza(m) cada modalidade envolvida. ASSINATURA: 24/04/2014; VIGENCIA: 12 meses. SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa a Sra. Lílian Plachi Ferreira e a Sra. Simone Regina Zang de Souza Caldera

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO Nº. 016/SAMAE/2014; CONTRATADA: LASKE & FEYH S/S DE ADVOCACIA. OBJETO: A CONTRATADA prestará para o SAMAE os serviços de elaboração de novo Plano de Cargos e Vencimentos para o SAMAE, mediante elaboração do Projeto de Lei, com anexos, contendo Quadro de Cargos de Provimento Efetivo e dos Cargos Comissionados e Funções de Confiança, Tabela com os índices de vencimentos dos cargos de provimento efetivo, Tabela de índices para apuração do vencimento dos cargos comissionados e dos valores das gratificações das funções de confiança, Descrição das atribuições dos cargos efetivos e requisitos para seu provimento, Descrição das atribuições dos ocupantes dos cargos comissionados e das funções de confiança, critérios para a progressão horizontal e vertical dos servidores efetivos, Tabela de critérios para a avaliação de desempenho funcional. ASSINATURA: 28/04/2014; VIGENCIA: 05/06/2014 SIGNATÁRIO: pelo Município o Sr. João Iris Raupp Junior - Presidente e pela empresa o Sr. Milton Laske

Biguaçu**PREFEITURA****Licitações**

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE BIGUAÇU

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 108/2014 PMB

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRESTADORAS DE SERVIÇOS DE HIGIENIZAÇÃO, LIMPEZA DE FOSSA, LIMPEZA DE CAIXA DE GORDURA, CONTROLE DE PRAGAS (DESINSETIZAÇÃO E DESRATIZAÇÃO), DESENTUPIMENTO DE VASOS E LIMPEZA DE CANOS PARA A CASA LAR MUNICIPAL. RECRUA . CRAS, CREAS, CCI. RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 13:45 horas, do dia 21 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 14:00 horas, do dia 21 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

AVISO DE PREGÃO PRESENCIAL 110/2014 PMB

OBJETO: AQUISIÇÃO DE TRAVES DE FUTSAL E POSTES DE METAL PARA VOLEIBOL, PARA AS SEGUINTE ESCOLAS EBM PROFº RUTH FARIA DOS REIS, EBM OLGA DE ANDRADE BORGONOV E GEM CELINA DIAS DA CUNHA.

RECEBIMENTO DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS: até as 15:45 horas, do dia 20 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

ABERTURA DO ENVELOPE DOCUMENTAÇÃO E PROPOSTA: Às 16:00 horas, do dia 20 maio, 2014, no Setor de Licitações desta Prefeitura.

Local para obtenção do edital: Setor de Licitação da PMB, mediante a apresentação de um pen-drive ou no site da Prefeitura www.bigua.sc.gov.br

Maiores informações poderão ser obtidas pelo fone: 48 3279-8010 e 3279-8019

Biguaçu, 7 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS

PREFEITO MUNICIPAL

66ª Convocação Para O Processo Seletivo - Sesau - Edital 001/2012

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPALIDADE DE BIGUAÇU

SECRETARIA DA SAÚDE

Rua: Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras - Biguaçu / CEP: 88.160-000

FONE/FAX: (48) 3039 8500

66ª Convocação para o Processo Seletivo - SESAU - edital 001/2012 O SECRETÁRIO MUNICIPAL DA SAÚDE, no uso de suas atribuições, CONVOCA os candidatos aprovados no Processo Seletivo SESAU edital 001/2012, abaixo relacionados para comparecerem na Secretaria Municipal da Saúde de Biguaçu, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/n., Rio Caveiras, Biguaçu/SC (ao lado da Policlínica Municipal), até o dia 13/05/2014, munidos de Carteira de Identidade e CPF (originais) para dar início ao processo de sua admissão.

O COMPARECIMENTO PESSOAL DOS CANDIDATOS ABAIXO RELACIONADOS É INDISPENSÁVEL, NO PRAZO ACIMA MENCIONADO, ENTENDENDO-SE QUE O NÃO COMPARECIMENTO NO PRAZO SERÁ CONSIDERADO COMO DESISTÊNCIA DA EXPECTATIVA DO DIREITO À VAGA.

Somente após a entrega de documentos, incluindo aprovação no exame pré-admissional, os candidatos assinarão contrato e iniciarão suas atividades.

Biguaçu, 08 de maio de 2014.

Leandro Adriano de Barros
Secretário da Saúde

Cargo - Lotação 2018 - Agente de Endemias
04 - Camila Soares Izidoro
05 - Giane Varela

Cargo - Lotação 2083 - Técnico de Enfermagem

19 - Luana Costa de Melo Gaspar

Aviso de Licitação - Tomada de Preço Nº. 40/2014 - FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 40/2014 - FMS

A Comissão Permanente de Licitação do Município de Biguaçu - Santa Catarina, situada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, informa que se encontra aberta licitação na modalidade TOMADA DE PREÇO, com a finalidade de selecionar propostas objetivando a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONSTRUÇÃO DA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE DO PRADO, CONTEMPLADA NA PORTARIA Nº. 1.380, DE 03 DE JULHO DE 2013, DO MINISTÉRIO DA SAÚDE cujas especificações detalhadas encontram-se no Anexo II que acompanha o Edital.

Rege a presente licitação a Lei Federal nº 8.666/93, observadas as alterações posteriores e demais legislações aplicáveis.

Serão observados os seguintes horários e datas para os procedimentos que seguem:

DATA DE ENTREGA DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇOS (SESSÃO DE LICITAÇÃO): 14:00 do dia 27/05/2014, nas dependências da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Rua Vereador Emídio Amorim Veríssimo, s/nº., anexo à Policlínica Municipal, Praia João Rosa, Biguaçu - SC - CEP: 88160-000, Secretaria Municipal de Saúde, Diretoria de Compras, Licitações e Contratos.

SOMENTE SERÃO RECEBIDOS OS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROPOSTAS NO ATO DA SESSÃO PÚBLICA DESIGNADA ACIMA, MEDIANTE REPRESENTAÇÃO, CONFORME ESTABELECE AS NORMAS CONSTANTES NO EDITAL CORRELATO.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados, a partir do dia 12/05/2014 no endereço eletrônico da Prefeitura Municipal de Biguaçu - www.bigua.sc.gov.br

As dúvidas relacionadas ao presente edital pertinente a presente licitação poderão ser esclarecidas através do e-mail: compras@saudebigua.sc.gov.br ou através de petição formal, devidamente protocolizada no Pró-Cidadão (Rua Lúcio Born, n. 12, Centro,

Biguaçu - CEP: 88160-000).

Biguaçu, SC, 07 de maio de 2014.

JOSÉ CASTELO DESCHAMPS
PREFEITO MUNICIPAL

Por delegação - Leandro Adriano de Barros
Secretário de Saúde

Bom Retiro

PREFEITURA

398.04.14 - P.Des. Serv. Ricardo J. Ferreira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 398/14 de 05.05.14

Designa Motorista Contratado em Caráter Temporário

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições e de conformidade como disposto no Artigo 2º Inciso X da Lei 2019/10 de 04 de março de 2010 que Dispõe sobre a contratação de pessoal em caráter temporário, na forma do art. 37, IX da Constituição Federal, e dá outras providências;

Resolve:

Designar Ricardo Junior Ferreira, para atuar como Motorista na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, a partir do dia 05 de maio de 2014 com término no dia 03 de junho de 2014 percebendo os vencimentos iniciais do cargo de Motorista - Padrão I, Nível 4, 40 horas semanais, do Quadro de Pessoal Temporário do Município. Motivo: Substituição de Dirceu Gabriel da Cruz que encontra-se em Licença Para Tratamento de Saúde.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
05 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA DARIO CESAR LINS

Prefeito Municipal Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

399.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Orlando Sangaletti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 399/14 de 06.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para tratamento de saúde no dia 06 de maio de 2014 ao funcionário Orlando Sangaletti, ocupante do cargo de Motorista - Padrão 1 - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

400.05.14 - P. Férias Orlando Sangaletti

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 400/14 de 06.05.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Orlando Sangaletti, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal dos Transportes, Obras e Serviços Urbanos, para gozá-las a partir do dia 07 de maio com término no dia 05 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
06 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

401.05.14 - P. Férias Pecunia Marcos A. Capistrano

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 401/14 de 07.05.14

Concede Férias Regulamentares

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 68 e 69 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 que alterou as disposições da Lei n.º 1357 de 07.11.96 e da Lei 1115 de 24.07.92 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder 30 (trinta) dias de férias regulamentares correspondentes ao período de 2013 (Dois Mil e Treze) a 2014 (Dois Mil e Quatorze) ao funcionário Marcos Antonio Capistrano, Ocupante do cargo de Motorista - Padrão I - Nível 04, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Saúde, sendo que 10 dias serão pagos em pecúnia, conforme requerimento n.º 045/2014 de 07 de maio de 2014, para gozá-las a contar do dia 06 de maio com término no dia 04 de junho de 2014.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

402.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Eliane C. Pereira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 402/14 de 07.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 05 (cinco) dias de licença para tratamento de saúde a contar do dia 28 de abril com término no dia 02 de maio de 2014 a funcionária Eliane Capistrano Pereira, Ocupante do cargo de Atendente de Enfermagem - Padrão I - Nível 3, do Quadro de Pessoal Efetivo do Município, com exercício na Secretaria Municipal de Saúde - Posto Saúde Canoas.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

403.05.14 - P. Lic. Trat. Saúde Neide M. Silveira

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM RETIRO

ESTADO DE SANTA CATARINA

PORTARIA N.º 403/14 de 07.05.14

Concede Licença para Tratamento de Saúde

O Prefeito Municipal de Bom Retiro - SC, no uso de suas atribuições legais de acordo com o artigo 72 da Lei Complementar n.º 01/03 de 02.12.03 (Dispõe Sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município de Bom Retiro - SC):

RESOLVE:

Conceder de acordo com o que consta no atestado médico apresentado 01 (um) dia de licença para realizar exame de ultrassonografia, no dia 06 de maio de 2014 a funcionária a funcionária Neide Maria Silveira, ocupante do cargo de Professora - Padrão 1 - Nível 22, do quadro de Pessoal do Município com exercício na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte - Creche Irmã Paula.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro,
07 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. e Fazenda

041.14 - Decreto Homologação Final Processo Seletivo

Decreto Nº 041/14 de 06.05.14.

Homologa Resultado Final e Relação de Aprovados no Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014, Processo Seletivo Simplificado para o provimento de vagas de diversos cargos/funções e cadastro de reserva, a serem admitidos em caráter temporário para atuar na área da saúde.

O Prefeito Municipal de Bom Retiro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Orgânica do Município de Bom Retiro e do Edital de Processo Seletivo Simplificado Nº 001/2014, de 06 de março de 2014;

CONSIDERANDO que a Comissão Coordenadora do Processo Seletivo Simplificado instituído pela Portaria Nº 111/14 de 17 de janeiro de 2014 e pela Portaria nº 350/14 de 16 de abril de 2014, emitiu relatório da classificação final do Processo Seletivo 01/2014;

CONSIDERANDO que não houve recurso dos aprovados. Dentro do prazo legal;

CONSIDERANDO a necessidade do cumprimento do cronograma do edital;

DECRETA:

Art. 1º. Atendendo os dispositivos legais e as normas estabelecidas no Processo Seletivo nº 01/2014, fica homologado o resultado final do Processo Seletivo nº 01/2014, dos cargos abaixo descritos em ordem alfabética de cargo e os candidatos aprovados listados em ordem de classificação, já considerados os critérios de desempate conforme ANEXO ÚNICO deste Decreto.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Gabinete do Prefeito Municipal de Bom Retiro, 06 de maio de 2014.

ALBINO GONÇALVES PADILHA

Prefeito Municipal

Registrado e Publicado

Na data supra

DARIO CESAR DE LINS

Sec. Mun. de Adm. E Fazenda

ANEXO ÚNICO DO DECRETO Nº 041/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014.

DEFERIMENTO E HOMOLOGAÇÃO DEFINITIVA DOS APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2014

Agente Saúde - Canoas - 01 vaga + Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	002	003	Miriani Felisbino da Rosa	03.01.96	0,00	0,00	5,00	5,00	Aprovada
02	037	001	Alessandra Medeiros	21.10.80	0,60	0,00	4,15	4,75	Aprovada
03	035	002	Fabiola Aparecida Andrade Neto	24.11.90	0,00	0,00	3,60	3,60	Não Atingiu Média

Atendente Consultório Dentário - 01 vaga + Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	043	007	Ana Paula da Silva	26.07.81	0,00	0,00	4,85	4,85	Aprovada
02	052	008	Camila de Souza Borges	29.01.92	0,00	0,00	4,75	4,75	Aprovada
03	019	009	Gescica de Liz Medeiros	29.01.95	0,00	0,00	4,25	4,25	Aprovada
04	024	005	Patricia Elizabete Werlich	22.07.73	0,00	0,00	4,00	4,00	Aprovada
05	048	012	Marcella Gaidzinski Silva	10.08.91	0,00	0,00	3,95	3,95	Não Atingiu Média
06	031	004	Vanessa Both Gerber	19.12.90	0,00	0,00	3,85	3,85	Não Atingiu Média
07	046	006	Bárbara Hennich	04.09.91	0,00	0,00	3,65	3,65	Não Atingiu Média
08	023	013	Luciléia Ferreira Carvalho	15.05.83	0,00	0,00	3,55	3,55	Não Atingiu Média
09	032	011	Lais de Jesus	02.02.92	0,00	0,00	3,35	3,35	Não Atingiu Média
10	033	010	Fabiana Rossi	13.02.83	0,00	0,00	3,30	3,30	Não Atingiu Média

Auxiliar de Enfermagem - 01 vaga + Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	025	014	Zita Simiano Loch	04.06.52	1,40	0,00	4,25	5,65	Aprovada

Motorista Socorrista - Samu - 04 vagas + Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	040	018	Fernando Mendes	28.09.91	0,00	1,00	6,50	7,50	Aprovado
02	034	021	Euclebia dos Santos Pereira Lopes	18.06.77	0,00	0,00	6,75	6,75	Aprovada
03	027	019	Gilmar Luiz Matos de Jesus	10.08.77	0,80	0,20	5,70	6,70	Aprovado

04	017	020	Fernando Pereira	19.09.81	0,80	0,20	5,65	6,65	Aprovado
05	016	015	Acacio Branger	17.08.82	0,80	0,20	5,50	6,50	Aprovado
06	020	016	Alex Juliano Eger	20.09.85	0,80	0,20	5,15	6,15	Aprovado
07	012	022	Zoli Fabiano Coelho	29.10.87	0,00	0,00	5,45	5,45	Aprovado
08	009	017	Anderson Allan Vieira	30.12.81	0,00	0,00	5,05	5,05	Aprovado

Técnico Enfermagem Socorrista - Samu - 04 vagas + Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	018	025	Antonio Junior Zanelato	25.07.78	1,00	0,20	5,30	6,50	Aprovado
02	008	026	Rafael Elibio Luiz	24.10.90	0,00	1,00	4,10	5,10	Aprovado
03	013	023	Nair Aparecida Góss Coelho	29.11.67	0,00	0,00	4,75	4,75	Aprovado
04	030	024	Eliane Leandro	06.05.83	0,80	0,20	3,60	4,60	Não Atingiu Média
05	047		Angelita Motta	04.06.78	0,00	0,00			Não compareceu a prova

Agente de Saúde - Bairro Centro - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	045	028	Jéssica Daniela de Lins Rovaris	17.10.92	0,00	0,00	5,25	5,25	Aprovado
02	051	029	Jéssica Alexandra Borba	03.07.93	0,00	0,00	3,35	3,35	Não Atingiu Média
03	003	030	Lolita Saturnino Antonio Vasconcelos	13.01.56	0,60	0,00	2,55	3,15	Não Atingiu Média

Agente de Saúde - Bairro Capistrano - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	041	034	Silvana Souza	19.03.92	0,00	0,00	6,15	6,15	Aprovada
02	036	032	Carolina Coelho	01.08.95	0,00	0,00	4,10	4,10	Aprovada
03	005	033	Mônica Duarte	15.10.89	0,00	0,00	3,40	3,40	Não Atingiu Média
04	007	031	Márcia Pereira Padilha	27.05.79	0,00	0,00	3,05	3,05	Não Atingiu Média

Agente de Saúde - Bairro Bela Vista - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	014	037	Priscila da Silva Correia	05.01.93	0,00	0,00	4,75	4,75	Aprovada
02	028	038	Carlos Junior Deucher	11.07.87	0,00	0,00	4,55	4,55	Aprovado
03	004	036	Andréia Maria Heinz	20.12.78	0,00	0,00	4,45	4,45	Aprovado
04	006	039	Patrícia Fernanda de Souza Scotti	06.04.88	0,00	0,00	3,05	3,05	Não Atingiu Média
05	026	035	Pâmela Deucher Steimbach	01.05.91	0,00	0,00	3,05	3,05	Não Atingiu Média

Agente de Saúde - Bairro São José - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	001	041	Luciana Paula da Silva	22.10.81	0,00	0,00	4,80	4,80	Aprovada
02	015	040	Namir Aparecida de Andrade	01.08.68	0,00	0,00	4,15	4,15	Aprovada

Agente de Saúde - Barbaquá - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	039	043	Carlos Alexandre Moretti	22.03.84	0,00	0,00	5,25	5,25	Aprovado
02	010	042	Aline Prange	07.04.93	0,00	0,00	3,60	3,60	Não Atingiu Média

Agente de Saúde - Costão do Frade - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
Sem Candidatos Inscritos									

Agente de Saúde - Rio Frederico - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	011	044	Jurandir Manenti	26.10.90	0,00	0,00	4,25	4,25	Aprovado

Agente de Saúde - Três Pontas - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
Sem Candidatos Inscritos									

Agente de Saúde - Barreiro - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	044	045	Morgana Cabral Godinho	05.06.90	0,00	0,00	5,30	5,30	Aprovado

Agente de Saúde - Campo Novo/Santa Clara/Caneleira - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
Sem Candidatos Inscritos									

Agente de Saúde - Cambará/Figueiredo - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	050	046	Taise Lemos Grafe Reich	27.08.91	0,00	0,00	5,30	5,30	Aprovado

Agente de Saúde - Entrada/Guarda Velha/Costãozinho - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
01	042	047	Gabriela Santos da Silva	26.05.96	0,00	0,00	3,90	3,90	Não Atingiu Média

Agente de Saúde - Paraíso da Serra - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA-RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICAÇÃO
Sem Candidatos Inscritos									

Profissional de Enfermagem - Cadastro de reserva

SEQ.	INSC.	Nº GABA- RITO	NOME	NASCIMENTO	TEMPO DE SERVIÇO	CURSO	PROVA	MÉDIA	CLASSIFICA- ÇÃO
01	021	050	Daniela Mateus	28.10.77	1,00	0,00	4,05	5,05	Aprovada
02	022	051	Wania Aparecida Fernandes de Lins	17.09.82	0,00	0,00	4,20	4,20	Aprovada
03	049	049	Terezinha Chini	12.03.67	0,00	0,60	3,30	3,90	Não Atingiu Média
04	038	048	Anelice Medeiros	11.01.92	0,00	0,60	2,80	3,40	Não Atingiu Média
05	029		Carolina Ernani Muenster	04.01.88	0,00	0,00			Não compare- ceu a prova

Braço do Trombudo

PREFEITURA

Portaria 085/2014

PORTARIA Nº 085/2014
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Rose Meri Klabunde, para exercer o cargo de Auxiliar de Serv. Gerais - Mer./Serv, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 05.05.2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008, com efeitos retroativos a 05.05.2014.

Braço do Trombudo, em 06 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Portaria 086/2014

PORTARIA Nº 086/2014
NOMEIA SERVIDOR, POR CONCURSO

Charles Rafael Schwambach, Prefeito do Município de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, usando de suas atribuições legais e amparado no artigo 8º da Lei Complementar nº 08/99 de 17.11.99 e no artigo 4º, art. 13, art. 14, parágrafo 1º inciso I e II e parágrafo 2º da Lei Complementar nº 09/99 de 17.11.99 etc...

RESOLVE:

Art.1º Nomear Carlos Alberto Ferreira, para exercer o cargo de Operador de Máquina, por ter sido aprovado em concurso público, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, a partir de 06.05.2014.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do art. 3º da Lei nº 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo, em 06 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 047/2014

DECRETO Nº 047/2014

Nomeia Comissão Organizadora do Concurso "Compre para Ver, Braço do Trombudo Crescer" e estabelece outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0503/2005, de 23.12.2005, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso "Compre para Ver, Braço do Trombudo Crescer", constituída pelos seguintes servidores: Elisabeth Hoeltgebaum, Fábio Dalmarco, Michelle Vermoehlen, Denise Schussler Werter e Marilei Medeiros Domingues de Souza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 021/2013 de 05.04.2013.

Braço do Trombudo, 06 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 048/2014

DECRETO Nº 048/2014

Nomeia Comissão Organizadora do Concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer" e estabelece outras providências.

Charles Rafael Schwambach, Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e amparado na Lei nº 0504/2005, de 23.12.2005, etc...

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada a Comissão Organizadora do Concurso "Pague para Ver, Braço do Trombudo Crescer", constituída pelos seguintes servidores: Elisabeth Hoeltgebaum, Fábio Dalmarco, Michelle Vermoehlen, Denise Schussler Werter e Marilei Medeiros Domingues de Souza.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Art. 3º Fica revogado o Decreto nº 022/2013 de 05.04.2013.

Braço do Trombudo, 06 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach
Prefeito Municipal

Decreto 049/2014

DECRETO Nº 049/2014

Constitui e Nomeia os Membros da Comissão Central Organizadora (CCO) da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo.

O Prefeito Municipal de Braço do Trombudo, no uso de suas atribuições legais, etc...

DECRETA:

Art.1(- Fica constituída a Comissão Central Organizadora (CCO) da Festa da Integração do município de Braço do Trombudo, integrada pelos Srs. Renato Schroeder Junior, Iracema Cristina Hübner de Oliveira Stüpp, Marilei Medeiros Domingues de Souza, Adeny Doerner e Egídio Hübner, sob a presidência do primeiro, para organização e realização do referido evento que será realizado nos dias 26, 27 e 28 de setembro de 2014.

Art. 2(- Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Art. 3º da Lei 0597/2008 de 09.07.2008.

Braço do Trombudo em 07 de maio de 2014.

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 36/2014

EXTRATO DE CONTRATO 36/2014

Contratante: Município de Braço do Trombudo, CNPJ 95.952.230/0001-67,

Sito a Praça da Independência, 25, município de Braço do Trombudo - SC.

Contratada: LZK Construtora Ltda

CNPJ 07.455.659/0001-81, Sito a Rua Anita Garibaldi, Nº 373, Cidade de Pouso Redondo- SC

Objeto: EXECUÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL, PAVIMENTAÇÃO DE PASSEIOS EM PAVER E SINALIZAÇÃO VIÁRIA DA RUA CLARA STUVE, NO CENTRO DE BRAÇO DO TROMBUDO/SC, com o fornecimento de mão-de-obra, materiais e equipamentos necessários à completa e perfeita implantação de todos os elementos definidos, em conformidade com os anexos relacionados com o item 1.1 do Edital nº 15/2014. Objetivando a execução de ações relativas ao Programa do Fundo de Apoio aos Municípios - FUNDAM, conforme Proposta no SIGEF nº 10017/2013, celebrado entre o Governo do Estado de Santa Catarina, por intermédio da Secretaria de Estado da Fazenda e o Município de Braço do Trombudo.

Valor: R\$ 549.849,52 (quinhentos e quarenta e nove mil oitocentos e quarenta e nove reais cinquenta e dois centavos).

Vigência até 31.12.2014

Data da assinatura: 05.05.2014

Charles Rafael Schwambach

Prefeito Municipal

Ata de Registro de Preço 25 2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 1/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014		Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.	
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	PROTETOR 17.5X25 (3103)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS P2:	0	80.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Forever	0	100.0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Irbo / 25 R	0	110.0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Irbo	0	135.0000	4
2	Pneu 185/60 R 14 82 H (6682)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG RX	0	160.0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 6	0	208.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/F	0	214.6700	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F900 82H s/c f	0	235.0000	4
3	Pneu 18.4x30 com 12 lonas convencional, com câmara. (6965)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	RODGUIDER I	0	2.050.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Pelias/Magnur	0	2.080.0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	2.085.0000	3
			DISTRIBUIDORA VEÍCULAR LTDA (8177)	PIRELLI TM 94	0	2.316.0000	4
4	Pneu 225/70 R 15 radial Iiso (9024)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22:	0	330.0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	BRIDGESTON	0	402.4800	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 2/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

5	Pneu 185/70 R 14. (11247)	UND	GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Chrono	0	415,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Duravis R630 I	0	442,0000	4
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC4	0	175,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	200,0600	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 400	0	208,0000	3
6	Pneu 175/70 R 13. (11248)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Selb.500 prod.	0	219,0000	4
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAV BC43	0	125,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	126,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Selb.500 prod.	0	156,0000	3
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA S49	0	160,0000	1
7	Pneu 185/65R 14. (11249)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	162,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Selb.500 prod.	0	205,0000	3
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA S49	0	160,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	162,0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Selb.500 prod.	0	205,0000	3
8	Câmara 18.4x30. (11261)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Magnum	0	165,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	187,7500	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 3/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

9	Camara 750x16. (11262)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX R16	0	28.0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	33.7000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Magnum	0	34.0000	3
10	Camara 12.4x24 (11263)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	87.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Long Mile	0	88.0000	2
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	TR218 Vulcan	0	108.0000	3
11	Pneu 750x16 com mínimo 08 Lonas (11265)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Troika	0	400.0000	1
12	Pneu 12.4x24 com câmara (11268)	UND	DISTRIBUIDORA VEICULAR LTDA (8177)	PIRELLI TM95	0	867.0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Forerunner/Loi	0	1.000.0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / TM 95	0	1.019.0000	3
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	1.057.1400	4
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	SAT23G 6I FI,\	0	1.166.0000	5
13	Pneu novo 175/70 R14 T. (11273)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	148.0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

14	Pneu novo 185/60 R 14. (11274)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	ROSAVA BC5'	0	150.0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / Cint P 4	0	198.0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	Multihawk 84T	0	230.0000	4
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	NANKANG RX	0	160.0000	1
		GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	JK PNEUS LTDA (7955)	Pirelli / P 6	0	208.0000	2
				FIRESTONE/F	0	214.6700	3
				F-900 82H s/c	0	229.0000	4
		UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	REGAL SPOR	0	200.0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/F	0	235.9500	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / P 7	0	260.0000	3
15	Pneu 195/60R 15. (11275)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F900 88H s/c f	0	276.0000	4
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/F	0	999.0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T546 Fi, Vulca	0	1.000.0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)				
16	Pneu radial 1000x20. borrachudo, 16 lonas profundidade mínima do sulco de 20.0mm câmara e protetor. (11277)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/F	0	999.0000	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T546 Fi, Vulca	0	1.000.0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

17	Pneu radial 1000x20 misto, liso, 16 lonas, profundidade, mínima de sulco de 18mm, com câmara e protetor. (11278)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/T	0	1.195,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	HANKOOK Dn	0	1.200,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	T819 Fi, Vulcar	0	1.199,0000	2
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	MAXXIS UM93	0	1.265,0000	3
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / FG 85	0	1.296,0000	4
18	Pneu borrachudo 900x20, 14 lonas com profundidade mínima do sulco de 19,5mm convencional, com câmara e protetor. (11279)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	EVERGREAT	0	700,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / RT 59	0	819,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Tornel/Magnun	0	850,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	RT59 Pi, Vulca	0	912,0000	4
19	Pneu liso convencional 900x20, 14 lonas, profundidade de sulco mínimo de 12,3mm, com câmara e protetor. (11280)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX SF266 COI	0	650,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / CT 65	0	739,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Westlake/Magi	0	800,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	CT65 Pi, Vulca	0	835,0000	4

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 6/13

Número do Registro de Preços: 25/2013 Data do Registro: 08/08/2013 Válido até: 08/08/2014							
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.
20	Pneu 1400x24 com 16 lonas convencionais com câmara e protetor. (11281)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Westlake/Zc R	0	1.635,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS G2	0	1.639,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 14	0	1.935,0000	3
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	2.374,5700	4
21	Pneu 1300x24 com 14 lonas convencionais com câmara e protetor. (11282)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Westlake/Zc R	0	1.480,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER G2	0	1.489,0000	2
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	1.921,0400	3
22	Pneu 11L 16TL F3 com 12 lonas convencionais, com câmara. (11284)	UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Safegrad/Tor	0	700,0000	1
23	Pneu 19.5 X 24 16 lonas convencionais com protetor e câmara. (11285)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS R4	0	2.180,0000	1
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/A	0	2.185,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Westlake/Long	0	2.195,0000	3
24	Pneu 12.5/80 - R18 convencional com câmara (11286)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	JETTYRE TR, T	0	924,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Alliance/Nexer	0	925,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / PN 12	0	1.093,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 7/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

25	Pneu 17.5x25 com 16 lonas convencional, com câmara e protetor. (11287)	UND	MODELO PNEUS LTDA. (8069)	PN12 10L P1, T	0	1.195,0000	4
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS G2	0	2.250,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Marcher / W3C	0	2.492,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	West Lake/Ma	0	2.600,0000	3
			JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	3.261,4900	4
26	Pneu 14.9 X 28 com 10 lonas convencional com, câmara e protetor. (11288)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/S	0	1.580,0000	1
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Forerunner/ne	0	1.585,0000	2
27	Pneu 750 X 16 com câmara. (11289)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX SS200, AX	0	370,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Pirelli / CT 52	0	405,0000	2
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Troyka/MTZ	0	430,0000	3
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	CT52 10L P1,V	0	456,0000	4
28	Pneu 175/70 R 14 88 T. (11290)	UND	JK PNEUS LTDA (7955)	FIRESTONE/F	0	232,9100	1
			MODELO PNEUS LTDA. (8069)	F580 88T s/c F	0	256,0000	2
29	Pneu 185 R 14 C 102 profundidade do sulco mínima de 9,5mm. (11291)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	SUNNY SN22:	0	225,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 8/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

30	Camera 1000 x 20. (11293)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX R20	0	55.0000	1
31	Protetor 1000 x 20. (11294)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX P20	0	15.9000	1
32	Câmera 900 x 20. (11295)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX R20	0	50.0000	1
33	Protetor 900 x 20. (11296)	UND	TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	AX P20	0	15.9000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 9/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

34	Câmara 1300 x 24. (11297)		GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Ralflex / 20 R	0	16,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	IRBO/900x20	0	19,7000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Truck	0	22,0000	4
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZcRubber	0	99,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER R2	0	100,0000	2
35	Protetor 1300 x 24. (11298)		GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Vulcan / TR 22	0	119,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	QBOM1300x24	0	129,7000	4
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZcRubber	0	21,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	FOREVER P2	0	22,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Ralflex / 24 R	0	36,0000	3
36	Câmara 1400 x 24. (11299)		SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	IRBO/1300x24	0	45,4500	4
		UND	COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZcRubber	0	99,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS R2	0	100,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Vulcan / TR 22	0	119,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 10/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

37	Protetor 1400 x 24. (11301)		SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	QBOM1400x2	0	129,7000	4
UND			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	ZcRubber	0	21,0000	1
			TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS R2	0	22,0000	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	Raflex / 24 R	0	36,0000	3
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	IRBO1400x24	0	45,4500	4
38	Câmera 19.5 X 24. (11302)		JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	170,0000	1
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	BBW / TR 218	0	175,0000	2
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	RS/19.5x24	0	181,9300	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Long Mile	0	210,0000	4
39	Câmera 12.5/80 - R18. (11303)		JK PNEUS LTDA (7955)	RS	0	62,5800	1
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958)	QBOM12.5/80	0	63,4500	2
			GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA (8419)	BBW / TR 218	0	73,0000	3
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Nexen	0	80,0000	4
40	Câmera 17.5x25. (11304)		TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA (8446)	PEGASUS R2	0	120,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 11/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013	Válido até: 08/08/2014
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.			
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor
			SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA (7958) 17,5x25
			0
			160,3600
			2

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 12/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014			
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA (8439)	Magnum	0	165.0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 25/2013

Página: 13/13

Número do Registro de Preços: 25/2013		Data do Registro: 08/08/2013		Válido até: 08/08/2014	
Objeto da Compra: Registro de preço para aquisição de pneus novos para manutenção de diversas Secretarias Municipais.					
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)
					Preço Unitário
					Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 25/2013
PROCESSO Nº 47/2013

- (7955) - JK PNEUS LTDA
- (7958) - SIGA BEM DISTRIBUIDORA DE LUBRIFICANTES LTDA
- (8069) - MODELO PNEUS LTDA.
- (8177) - DISTRIBUIDORA VEÍCULAR LTDA
- (8419) - GERARDO BASTOS PNEUS E PEÇAS LTDA
- (8439) - COPAL COMÉRCIO DE PNEUS E ACESSÓRIOS LTDA
- (8446) - TURBO PEÇAS E ACESSÓRIOS LTDA

Braço do Trombudo, 8 de Agosto de 2013.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 7 2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 1/4

Número do Registro de Preços: 7/2014 Data do Registro: 30/04/2014 Válido até: 30/04/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
1	Gosto e Olor. (11900)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	14,5481
2	CLOROMINA (13276)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	92,8299
3	Contagem de coliformes totais (11901)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	15,7641
4	Contagem de E. coli (11902)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	19,8983
5	Contagem de bactéria heterotrófica (11903)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	27,5155
6	Cianobactérias. (11904)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	134,4939
7	Produtos secundários desinfecção. (11905)	UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	451,7554

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria N° 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
8	Rádio 226 e rádio 228. (11906)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	438,0000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	441,4371	1
9	TODOS parâmetros da Por. 2914 listados nos anexos VII e X (11910)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	420,0000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	2.334,6704	1
10	Parâmetros da Resolução CONAMA 357 (11912)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	2.265,0000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	1.464,5811	1
11	Parâmetros da Resolução CONAMA 396 (11913)		ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	1.500,0000	2
		UND	FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP (9042)		0	1.567,7207	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
			ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP (9187)		0	1.600,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE BRACO DO TROMBUDO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 7/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 7/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços visando à contratação de serviços de Laboratório especializado em análises de água tratada, (em conformidade com as especificações da portaria Nº 2914 do Ministério da Saúde de 12/12/2011), sendo que as coletas serão realizadas na Estação de tratamento de Água (ETA) Braço Novo e S							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 7/2014

PROCESSO Nº 16/2014

- (9042) - FREITAG LABORATÓRIOS LTDA EPP
- (9187) - ALLABOR LABORATÓRIOS LTDA - EPP

Braço do Trombudo, 30 de Abril de 2014.

ATA DE REGISTRO DE PREÇO 1 2014 FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Número do Registro de Preços: 1/2014 Data do Registro: 30/04/2014 Válido até: 30/04/2015						
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Desccto. (%)	Preço Unitário
1	Bolo seco tipo inglês, tamanho grande no saborde laranja ou chocolate, sendo macio e fresco. (829)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	13,1600
2	Bolacha tipo caseira, no sabor de polvilho ou ocoo, sendo frescos e feitos de forma artesanal e utilizando produtos naturais, sem conservantes, corantes e outros aditivos utilizados nos biscoitos industrializados. (830)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	16,6600
3	Sanduche feito com pão pulmann, fresco, macio sem presença de sujidades, com patê de frango. (831)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2,9300
4	Sanduche natural de mini pão francês. (maionese queijo, presunto, aface e tomate). Feitos no dia da entrega e embalados individualmente. (832)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	1,6500
5	Cuca integral, macia, fresca, sem sujidades, nossabores (farofa, banana c/ farofa, maça c/ farofa, abacaxi c/ farofa, uvas passas c/ farofa). (833)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	15,5000
6	Rosca de polvilho, tamanho grande, redonda, fresca, sem presença de sujidade. Feito no dia da entrega. (834)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	3,9100
7	Pastel assado grande, recheado com carne de frango, massa sequinha, sem sujidade. Assados 1 hora antes da entrega. (835)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2,7600
8	Bolo de cenoura, fresco, sem cobertura, sem presença de sujidades. (836)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	12,8000
9	Bolo de boleira de banana, tipo waffer, fresco e sem presença de sujidades. (837)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	1,7000
10	Pão de queijo, tamanho médio, fresco, sem presença de sujidades, feitos no dia da entrega. (838)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	14,3300
11	Sanduche feito no pão pulmann, fresco, macio, sem presença de sujidades, compickes (presunto, queijo, pepino, cenoura e maionese). (839)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	3,6800

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 2/4

Número do Registro de Preços: 1/2014 Data do Registro: 30/04/2014 Válido até: 30/04/2015									
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.									
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descdo. (%)	Preço Unitário	Classif.		
12	Sanduíche com pão francês, tamanho médio, fresco, feito no dia da entrega, com, malonense, presunto cozido e queijo. (840)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	2,0000	1		
13	Cuca caseira de banana c/ farofa ou abacaxi c/ farofa, macia, fresca e sem sujidades, com peso aproximado de 1 Kg. (841)	UND	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	8,6000	1		
14	Bolo recheado, com creme de laranja ou polpa de abacaxi, cremes de recheio e cobertura com nata, fresco e sem presença de sujidades (842)	KG	PANIFICADORA KI SABOR (6003)		0	18,0000	1		
15	Mamão formosa, tamanho médio. (843)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	FORMOSA	0	3,1500	1		
16	Banana caturra. (844)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	CATURRA	0	1,6900	1		
17	Laranja pera. Tamanho médio. (845)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	PERA	0	2,4400	1		
18	Maçã gala ou fugi. Tamanho médio (846)	KG	NELSON KNAUL ME (6150)	GALA / FUGI	0	3,6600	1		

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 3/4

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
19	Abacaxi pérola (doce), Tamanho médio (847)	UND	NELSON KNAUL ME (6150)	PÉROLA	0	4.6500	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOC. DE BRACO DO TROMBUDO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 1/2014

Página: 4/4

Número do Registro de Preços: 1/2014		Data do Registro: 30/04/2014		Válido até: 30/04/2015			
Objeto da Compra: Registro de Preços para Aquisição de gêneros alimentícios de panificação e Frutas para encontro quinzenal dos Idosos, no Clube de Idosos Amigos para Sempre.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 1/2014
PROCESSO Nº 2/2014
(6003) - PANIFICADORA KI SABOR
(6150) - NELSON KNAUL ME

Braço do Trombudo, 30 de Abril de 2014.

Brusque

PREFEITURA

Extrato Processo Licitatório 127/2013

"Município de Brusque. Concorrência 017/2013.- Processo Licitatório 127/2013. Extrato do resultado dos recursos da fase técnica. Recorrente: Edson Rogerio Cardoso ME (Lovers), resultado: indeferido. Recorrente: B.A.R. Propaganda e Marketing Ltda (Raffcom), resultado: indeferido. Recorrente: Cliczoom Publicidade e Propaganda Ltda (Cliczoom), resultado: parcialmente procedente. Recorrente: Giusti Propaganda Ltda (Giusti), resultado: improcedente. Em sequência, com fundamento no art. 10º, § 4º, IX da lei 12.232/10, designa-se sessão pública de abertura dos envelopes de proposta comercial para o dia 09/05/2014, às 16h00min, cujo resultado também será dado ciência aos concorrentes. Brusque, 07/05/2014".

Editais de notificação de trânsito - 050 1838/2014 a 1848/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 8

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1838/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACQ5727	55533018D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
ADW0593	55533631D	5550/0	26/03/2014	181 * XVIII
AHO2039	55533735D	5193/0	27/03/2014	168
AHP4507	55178602E	6050/1	21/03/2014	208
AON4553	55530735D	5452/3	12/02/2014	181 * VIII
ARR3268	55534288D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
ARW7291	55533971D	7366/2	28/03/2014	252 * VI
ATE4666	55534296D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
BCN0030	55533099D	5185/1	01/04/2014	167
CKN1627	55533782D	5541/5	31/03/2014	181 * XVII
CLA4859	55177959E	5185/2	09/03/2014	167
CLC5264	55533301D	7366/2	18/03/2014	252 * VI
DIV2133	55534129D	5185/1	07/03/2014	167
DIV5983	55530681D	5541/2	03/02/2014	181 * XVII
DJA5028	55533850D	5460/0	27/03/2014	181 * IX
DRH6301	55534411D	5541/5	12/03/2014	181 * XVII
DRQ7583	54951113E	5380/0	24/02/2014	181 * I
EAV2500	55530091D	5541/6	20/02/2014	181 * XVII
EBE3926	54933001E	7366/2	27/03/2014	252 * VI
EBT8580	55533150D	5541/2	07/03/2014	181 * XVII
GRW9223	55533132D	5541/2	06/03/2014	181 * XVII
GRW9223	55534464D	5541/2	20/02/2014	181 * XVII
HIX9410	55533804D	5541/6	15/03/2014	181 * XVII
HOY4956	55178054E	7234/0	26/02/2014	250 * I * a
HPU4616	55533008D	5185/1	12/03/2014	167
IBO2430	54951232E	5444/0	21/03/2014	181 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
IDE4524	55534400D	5193/0	04/03/2014	168
IIR0870	55534282D	5835/0	21/03/2014	195
IIR0870	55534284D	5185/2	21/03/2014	167
IIR0870	55534285D	5720/0	21/03/2014	186 * I
IMK9538	55533679D	5452/1	26/03/2014	181 * VIII
INZ1891	55533524D	5185/2	09/03/2014	167
KKU9192	55533933D	5541/2	14/02/2014	181 * XVII
KNP0100	55534277D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
KXL2920	55533951D	7366/2	11/03/2014	252 * VI
LAY0237	55534418D	5550/0	20/03/2014	181 * XVIII
LCH3621	55533085D	5185/2	28/03/2014	167
LCZ8441	55533566D	5541/2	06/02/2014	181 * XVII
LPQ9336	55534472D	5541/2	21/02/2014	181 * XVII
LXE9337	55533730D	5452/3	26/03/2014	181 * VIII
LXH3227	55530241D	5843/3	23/02/2014	196
LXJ2748	55533592D	5541/2	10/02/2014	181 * XVII
LXU0983	55178575E	5207/0	21/03/2014	169
LXY1707	54824635E	5185/2	25/02/2014	167
LYN7952	55530595D	7234/0	09/03/2014	250 * I * a
LYX5786	55533626D	5550/0	12/03/2014	181 * XVIII
LYY7059	55533842D	5541/7	25/03/2014	181 * XVII
LZK3235	55534421D	5525/0	24/03/2014	181 * XV
LZN1533	54824502E	5541/1	21/03/2014	181 * XVII
LZP5641	55534355D	7366/2	28/02/2014	252 * VI
LZP5972	55533846D	5819/2	27/03/2014	193
LZT6551	54825319E	5185/2	16/02/2014	167
MAO4577	55530243D	5541/1	27/02/2014	181 * XVII
MAT1422	55533013D	7366/2	12/03/2014	252 * VI
MBD3894	54933157E	5541/5	31/03/2014	181 * XVII
MBD4185	55533845D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
MBE7811	55533770D	6050/2	23/03/2014	208
MBE7811	55533771D	5185/2	23/03/2014	167
MBE7811	55533772D	5215/2	23/03/2014	170
MBE9977	55534417D	5541/6	20/03/2014	181 * XVII
MBF5105	55534146D	5185/2	25/03/2014	167
MBI5187	55533093D	5380/0	01/04/2014	181 * I
MBL5413	55533023D	5541/6	16/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBO6527	55533303D	5185/1	18/03/2014	167
MBP3304	55534462D	5541/2	20/02/2014	181 * XVII
MBQ2350	55534461D	5541/2	20/02/2014	181 * XVII
MBW8607	55534307D	5550/0	24/02/2014	181 * XVIII
MBY1368	55533145D	5541/2	07/03/2014	181 * XVII
MBY9332	55533954D	6050/1	14/03/2014	208
MBZ3156	55178448E	5207/0	18/03/2014	169
MCB7794	55533349D	5185/1	28/03/2014	167
MCB7907	55533344D	5185/1	25/03/2014	167
MCE6380	55533536D	5185/1	23/03/2014	167
MCF7418	55534292D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
MCG2140	54825451E	7234/0	16/02/2014	250 * I * a
MCJ1395	54951785E	5185/1	01/03/2014	167
MCK5688	55533108D	5541/2	26/02/2014	181 * XVII
MCM1246	55533038D	5185/1	16/03/2014	167
MCM9005	55534145D	5541/5	19/03/2014	181 * XVII
MCN2204	54951319E	5207/0	08/03/2014	169
MCP0778	55534490D	5541/2	25/02/2014	181 * XVII
MCR5631	54824864E	5185/2	16/02/2014	167
MCR6953	55178006E	5185/1	19/03/2014	167
MCS6112	54824867E	5916/1	16/02/2014	202 * II
MCT4014	54264344E	5207/0	20/03/2014	169
MDC0193	55530679D	5541/2	03/02/2014	181 * XVII
MDD9143	54933253E	7366/2	01/04/2014	252 * VI
MDD9505	55533534D	5550/0	21/03/2014	181 * XVIII
MDF9451	55533028D	5193/0	16/03/2014	168
MDI7106	55179801E	5835/0	18/03/2014	195
MDQ6805	55533779D	6050/1	31/03/2014	208
MDR2713	55533839D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
MDS4223	55178572E	5207/0	18/03/2014	169
MDV6838	55533092D	5185/1	01/04/2014	167
MDY1213	55534139D	7064/0	11/03/2014	244 * IV
MDY4064	54823990E	5185/2	16/02/2014	167
MDZ1583	55530096D	5460/0	26/02/2014	181 * IX
MDZ8818	55533066D	5843/4	21/03/2014	196
MEB6047	55533064D	5550/0	20/03/2014	181 * XVIII
MEK9293	54951463E	5541/1	02/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEN7463	55533632D	5550/0	30/03/2014	181 * XVIII
MEN9748	55533965D	5967/0	25/03/2014	203 * V
MEN9748	55533966D	5835/0	25/03/2014	195
MEN9748	55533967D	6050/1	25/03/2014	208
MEP7809	55533698D	5967/0	30/03/2014	203 * V
MEQ4769	54951470E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MEQ8172	55534150D	5185/1	27/03/2014	167
MER4640	55533707D	6050/1	07/03/2014	208
MEV1354	55533134D	5541/2	06/03/2014	181 * XVII
MEX4574	55533964D	5185/1	25/03/2014	167
MEY3541	55533689D	5452/3	28/03/2014	181 * VIII
MEZ2780	55530513D	7366/2	24/02/2014	252 * VI
MEZ8440	55533032D	5193/0	16/03/2014	168
MFD6169	55533379D	7366/2	01/04/2014	252 * VI
MFG1073	55533011D	6025/0	12/03/2014	206 * IV
MFG6529	55533855D	6866/1	06/03/2014	231 * VIII
MFJ9046	54951776E	6050/1	20/02/2014	208
MFN0810	55533017D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
MFN5423	55178101E	5380/0	19/03/2014	181 * I
MFN6609	55534199D	5185/1	25/03/2014	167
MFR2963	54951229E	5185/2	20/03/2014	167
MFR6072	54952262E	5835/0	16/02/2014	195
MFT3265	55178439E	5185/1	17/03/2014	167
MFY1629	55534270D	7366/2	13/03/2014	252 * VI
MFY9901	54933165E	7366/2	31/03/2014	252 * VI
MFZ4095	55530248D	5185/1	03/03/2014	167
MGA3603	55534340D	5193/0	26/02/2014	168
MGB1818	55533883D	5550/0	10/03/2014	181 * XVIII
MGB3610	54824623E	5452/1	23/02/2014	181 * VIII
MGC6318	55533027D	5185/2	16/03/2014	167
MGC6395	55533953D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
MGE0027	55534404D	5541/6	08/03/2014	181 * XVII
MGE0839	55533088D	6050/1	30/03/2014	208
MGE9165	55533676D	5967/0	19/03/2014	203 * V
MGF5706	55533083D	5541/5	26/03/2014	181 * XVII
MGG1275	55534489D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MGI6419	54825203E	5185/2	09/03/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MGI6419	55534398D	5185/1	04/03/2014	167
MGI9180	55534198D	5185/1	23/03/2014	167
MGK4070	54951473E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MGP8530	55533565D	5541/2	06/02/2014	181 * XVII
MGQ4621	55534170D	5541/1	25/02/2014	181 * XVII
MGW6959	55178065E	5185/2	09/03/2014	167
MGX7858	54933052E	5835/0	27/03/2014	195
MGY6466	55533897D	7366/2	10/03/2014	252 * VI
MHA2199	54824501E	5541/1	21/03/2014	181 * XVII
MHD0589	55533892D	7366/2	10/03/2014	252 * VI
MHD2260	54951231E	5444/0	21/03/2014	181 * VII
MHD2553	54824512E	5541/1	21/03/2014	181 * XVII
MHH6796	54263199E	6050/1	21/02/2014	208
MHI4865	55533720D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MHI7662	54933006E	5185/1	27/03/2014	167
MHJ0698	55534192D	5550/0	21/03/2014	181 * XVIII
MHJ8478	55533015D	5452/6	14/03/2014	181 * VIII
MHL4147	55534289D	6050/1	25/03/2014	208
MHN2940	55176155E	7234/0	26/02/2014	250 * I * a
MHP9140	55178076E	6050/1	19/03/2014	208
MHQ1026	55533969D	7366/2	28/03/2014	252 * VI
MHR6734	55533079D	5550/0	26/03/2014	181 * XVIII
MHT6424	55533302D	5185/1	18/03/2014	167
MHX3174	55533155D	5541/2	07/03/2014	181 * XVII
MHX8865	55533202D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
MIB0012	55533372D	7366/2	30/03/2014	252 * VI
MIB0012	55533373D	5185/1	30/03/2014	167
MIB5526	55178652E	5207/0	13/03/2014	169
MIB9601	55533535D	5541/1	23/03/2014	181 * XVII
MIE7044	55530584D	5541/6	05/03/2014	181 * XVII
MIE8441	55533016D	5541/5	14/03/2014	181 * XVII
MIF2943	55534391D	5207/0	04/03/2014	169
MIF3236	55534299D	7366/2	27/03/2014	252 * VI
MIJ0970	55533098D	5541/5	01/04/2014	181 * XVII
MIK1563	54933160E	7366/2	31/03/2014	252 * VI
MIM0421	55533949D	5541/2	18/02/2014	181 * XVII
MIO7685	54951485E	6050/1	17/03/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MIO8249	54933051E	5185/1	27/03/2014	167
MIQ3590	55534214D	5207/0	16/02/2014	169
MIQ5009	55533069D	7366/2	24/03/2014	252 * VI
MIS6329	55530195D	6050/1	19/12/2013	208
MIT9031	55534194D	5185/1	23/03/2014	167
MIU4654	54824855E	5452/4	17/03/2014	181 * VIII
MIU8820	55533345D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
MIV5306	54952928E	5924/1	07/12/2013	203 * I
MIX8170	55533074D	5967/0	24/03/2014	203 * V
MIZ2091	54632045E	5835/0	15/03/2014	195
MIZ2091	54632046E	6050/1	15/03/2014	208
MIZ2418	55533318D	6050/1	22/03/2014	208
MIZ8383	55533320D	7030/2	22/03/2014	244 * I
MJB0659	55310685D	5207/0	19/03/2014	169
MJC1029	55533138D	5541/2	06/03/2014	181 * XVII
MJE1002	55533336D	5967/0	25/03/2014	203 * V
MJE8962	55530666D	5541/2	30/01/2014	181 * XVII
MJF4333	55533813D	5967/0	16/03/2014	203 * V
MJL1888	55533019D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
MJM7228	54824616E	5207/0	21/02/2014	169
MJM7713	55533841D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MJN0524	55179805E	7048/1	20/03/2014	244 * II
MJO2090	55533963D	7366/2	24/03/2014	252 * VI
MJO9510	55533873D	5193/0	08/03/2014	168
MJP5622	55530804D	5819/2	11/02/2014	193
MJR5000	55176156E	5835/0	09/03/2014	195
MJS1396	54824509E	5541/1	21/03/2014	181 * XVII
MJS8971	55533082D	5380/0	26/03/2014	181 * I
MJT7776	55533135D	5541/2	06/03/2014	181 * XVII
MJU9605	55530634D	5550/0	17/02/2014	181 * XVIII
MJV8821	55533371D	5185/1	30/03/2014	167
MJW0374	55533624D	5541/1	10/03/2014	181 * XVII
MJW1030	55533010D	5185/1	12/03/2014	167
MJW1724	55534484D	5541/2	24/02/2014	181 * XVII
MJX5814	55533060D	7366/2	18/03/2014	252 * VI
MJZ8084	55534290D	5215/1	25/03/2014	170
MKA0606	55533700D	7366/2	01/04/2014	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKA1266	54631927E	6858/0	02/03/2014	231 * VII
MKA3091	55533068D	5541/1	24/03/2014	181 * XVII
MKC2872	55534267D	7366/2	13/03/2014	252 * VI
MKC5067	55533309D	5185/2	21/03/2014	167
MKC9651	55533563D	5541/2	06/02/2014	181 * XVII
MKF7057	55533091D	7366/2	01/04/2014	252 * VI
MKG0154	55534300D	7366/2	27/03/2014	252 * VI
MKJ1012	55534425D	7366/2	28/03/2014	252 * VI
MKL1989	54933154E	5185/1	29/03/2014	167
MKN2090	55178075E	5185/1	19/03/2014	167
MKN5086	55178074E	5185/1	19/03/2014	167
MKO0407	55534415D	7366/2	18/03/2014	252 * VI
MKO7274	55534413D	5541/6	12/03/2014	181 * XVII
MKO7848	55534454D	5541/2	19/02/2014	181 * XVII
MKO8508	55533029D	7366/2	16/03/2014	252 * VI
MKQ1433	55534335D	7366/2	26/02/2014	252 * VI
MKR0831	55534460D	5541/2	19/02/2014	181 * XVII
MKR3072	55533663D	5452/6	27/02/2014	181 * VIII
MKR7311	55534344D	5541/1	28/02/2014	181 * XVII
MKT4346	55533378D	5185/1	30/03/2014	167
MKV2032	55534279D	7366/2	19/03/2014	252 * VI
MKV7698	55533070D	5550/0	24/03/2014	181 * XVIII
MKW2379	54951217E	7056/1	23/02/2014	244 * III
MKW2379	54951219E	5215/2	23/02/2014	170
MKX2273	55533139D	5541/2	07/03/2014	181 * XVII
MKZ8712	55533719D	5541/1	17/03/2014	181 * XVII
MLA9799	55533340D	7366/2	25/03/2014	252 * VI
MLB9629	55534275D	7366/2	17/03/2014	252 * VI
MLC5980	54824049E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MLD3207	54951784E	5185/1	01/03/2014	167
MLF2104	55533970D	7366/2	28/03/2014	252 * VI
MLF3770	55533537D	5843/1	25/03/2014	196
MLK1065	55530570D	7366/2	01/03/2014	252 * VI
MLK2917	55530095D	5452/1	26/02/2014	181 * VIII
MLK4090	55533634D	6050/1	01/04/2014	208
MLK8850	55534414D	5541/6	18/03/2014	181 * XVII
MLM7078	55533958D	5185/1	21/03/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLO3108	54950833E	5452/1	17/02/2014	181 * VIII
MLO3108	54950834E	5550/0	17/02/2014	181 * XVIII
MLS8586	55534168D	7366/2	21/02/2014	252 * VI
MLT5411	55530936D	6050/1	25/02/2014	208
MLW7468	55533865D	5207/0	08/03/2014	169
MMI9511	55533025D	7366/2	16/03/2014	252 * VI
MMJ9860	54951328E	5207/0	13/03/2014	169
MMM1583	55533678D	5207/0	19/03/2014	169
MMM3265	55533862D	5835/0	06/03/2014	195
MVI9199	55530673D	5541/2	31/01/2014	181 * XVII
MWA3609	55533655D	5541/1	19/02/2014	181 * XVII
MWR3090	55178403E	5207/0	01/03/2014	169
NER0819	55533834D	5541/6	21/03/2014	181 * XVII
NXX8817	54933252E	5207/0	01/04/2014	169
OBY7850	55178450E	5185/1	19/03/2014	167
ODA1199	55534416D	5541/6	20/03/2014	181 * XVII
OLR8117	55178103E	7234/0	19/03/2014	250 * I * a

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 14

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1839/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADR2134	54823298E	5169/1	18/10/2013	R\$ 1.915,38	165
AEN6181	54823349E	6920/0	03/09/2013	R\$ 127,69	233
AFC7678	54952543E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
AIX4889	54824414E	5169/1	21/12/2013	R\$ 1.915,38	165
AJY4642	54952594E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
AKD6854	54824299E	6920/0	11/11/2013	R\$ 127,69	233
ALL1802	54950976E	6602/0	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * VI
AMM7223	54951696E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMM7223	54951697E	6912/0	26/11/2013	R\$ 53,20	232
AOM3353	55534897D	6610/2	17/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
ASI8886	54951003E	6920/0	20/01/2014	R\$ 127,69	233
AUD1039	54952485E	6700/0	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
BMR4866	54952666E	6920/0	18/12/2013	R\$ 127,69	233
BPF6653	54950655E	6920/0	22/10/2013	R\$ 127,69	233
BPK4310	54266553E	6599/2	08/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
BQM9567	54824271E	6920/0	20/11/2013	R\$ 127,69	233
BTF7502	54952534E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
BVR7669	55530270D	6599/2	22/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
CFH5255	54951764E	6912/0	17/12/2013	R\$ 53,20	232
CFR0915	54950797E	6637/2	19/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
CFR0915	54952612E	6912/0	19/12/2013	R\$ 53,20	232
CFR0915	54952613E	5045/0	19/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
CFR0915	54952614E	6726/1	19/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CFR0915	54952615E	5142/0	19/12/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
CGG6587	54632587E	6599/2	05/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
CGG6587	54632588E	5045/0	05/09/2013	R\$ 191,53	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CGG6587	54632589E	5142/0	05/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
CGG6587	54632590E	6637/2	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
CGG6587	54632591E	6726/1	05/09/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
CHE2740	54952702E	5010/0	15/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
CHE2740	54952703E	5061/0	15/11/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
CHE2740	54952704E	6599/2	15/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
CKK5827	55529708D	6599/2	15/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
CLI7780	54952763E	6912/0	16/12/2013	R\$ 53,20	232
CMR3981	54824328E	5045/0	25/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
CMR3981	54824329E	6912/0	25/11/2013	R\$ 53,20	232
COE1318	55529596D	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
CPL9777	54952651E	6920/0	18/12/2013	R\$ 127,69	233
CTH8364	54632693E	5118/0	07/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
CTH8364	54632694E	5010/0	07/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
CVC5706	54824308E	5045/0	21/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
CYR1092	54952113E	6920/0	11/12/2013	R\$ 127,69	233
CZL2686	54950693E	6920/0	04/11/2013	R\$ 127,69	233
CZZ1442	54952493E	6700/0	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
DAP2429	55534863D	6599/2	15/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
DAQ6607	54823127E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
DAR8746	54952120E	6920/0	12/12/2013	R\$ 127,69	233
DDO6225	54951206E	6912/0	10/02/2014	R\$ 53,20	232
DFE1393	54951637E	5010/0	27/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
DFE1393	54951638E	5118/0	27/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
DFE1393	54951639E	6912/0	27/01/2014	R\$ 53,20	232
DNO7053	54951001E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
DOC9572	54825352E	6661/0	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * XII
DOC9572	54825353E	6912/0	10/02/2014	R\$ 53,20	232
DOE1628	54950887E	6599/2	13/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
DVM8492	54952311E	6920/0	26/12/2013	R\$ 127,69	233
EGP5817	54632509E	5045/0	06/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
GOT1658	55532247D	6599/2	25/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
HMC3320	54263178E	6637/1	13/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
HMC3320	54263179E	6700/0	13/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVI
HMC3320	54263182E	6726/1	13/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
HPM4457	54265438E	6548/0	01/12/2013	R\$ 85,12	229
HRN8172	54952048E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
HRN8172	54952049E	6912/0	17/12/2013	R\$ 53,20	232
HRN8172	54952050E	5274/1	17/12/2013	R\$ 191,53	175
HVE7273	54633549E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDU2891	55534524D	5010/0	12/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
IDU2891	55534525D	5118/0	12/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
IEE2935	55532640D	5010/0	15/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
IEU4154	54633735E	5169/1	08/12/2013	R\$ 1.915,38	165
IHA9543	54951670E	5274/1	16/11/2013	R\$ 191,53	175
IOB6320	54952571E	6920/0	06/12/2013	R\$ 127,69	233
JOD4607	54952521E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
KME0262	54633660E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LCP5353	54951758E	6610/2	16/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LIV3409	54952304E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
LWT7499	54632263E	5169/1	14/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LWT7499	54632264E	6726/1	14/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LWT7499	55532227D	6912/0	14/11/2013	R\$ 53,20	232
LWX2196	54823312E	6920/0	02/09/2013	R\$ 127,69	233
LWX3844	54633072E	5010/0	12/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWX3844	54633073E	5118/0	12/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWY5129	54951035E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
LWY5265	54823252E	6602/0	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * VI
LWY5265	54823253E	6912/0	06/09/2013	R\$ 53,20	232
LWY5265	54823254E	5010/0	06/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LWY5265	54823255E	5118/0	06/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LWZ1564	54265419E	5274/1	01/12/2013	R\$ 191,53	175
LXA6063	54632597E	6912/0	09/09/2013	R\$ 53,20	232
LXA8078	55529318D	6599/2	15/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXD5177	54951956E	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXD5177	54951957E	6610/2	14/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LXE7061	54266555E	6599/2	12/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LXH5857	54823340E	6920/0	05/09/2013	R\$ 127,69	233
LXI0952	54952608E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXI0952	54952609E	5010/0	18/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXI0952	54952610E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXI0952	54952611E	5118/0	18/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXM3338	54950979E	5169/1	20/12/2013	R\$ 1.915,38	165
LXN1632	55682799D	5169/1	16/02/2014	R\$ 1.915,38	165

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LXO1215	54950503E	5010/0	23/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXO1215	54950504E	5118/0	23/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXO1215	54950505E	6726/1	23/10/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXP1509	54952140E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
LXS2459	54952301E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
LXS9049	54951046E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
LXT7229	55534870D	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXT7229	55534871D	5010/0	19/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXV3202	54824217E	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXV3202	54824218E	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXV3202	54824219E	5118/0	30/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LXV3202	54824220E	5274/1	30/11/2013	R\$ 191,53	175
LXV3202	54824221E	5169/1	30/11/2013	R\$ 1.915,38	165
LXV3579	54952781E	5274/1	22/12/2013	R\$ 191,53	175
LXV3579	54952782E	5169/1	22/12/2013	R\$ 1.915,38	165
LXV7635	54952203E	5045/0	31/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXW5825	54824162E	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXY9615	54952529E	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
LXZ0841	54823742E	6599/2	29/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXZ0841	54823743E	5045/0	29/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXZ0841	54823744E	6912/0	29/11/2013	R\$ 53,20	232
LYB3582	54951210E	6637/2	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LYI9076	55529321D	5010/0	18/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYI9076	55529322D	6599/2	18/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYJ3602	54952035E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYJ3602	54952036E	5037/1	16/12/2013	R\$ 574,61	162 * III
LYL2736	54952592E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
LYL4589	54823748E	6599/2	13/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
LYL4589	54823750E	6912/0	13/02/2014	R\$ 53,20	232
LYM4223	55529449D	6599/2	01/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYM4799	54952550E	6920/0	04/12/2013	R\$ 127,69	233
LYN7293	54952511E	6920/0	27/11/2013	R\$ 127,69	233
LYS0590	55529453D	6637/2	23/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LYS7824	55529725D	6912/0	29/11/2013	R\$ 53,20	232
LYS7824	55529726D	6610/2	29/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYS7824	55534667D	6610/2	01/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LYS9537	54951688E	6599/2	22/11/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYU1193	55529408D	7340/0	22/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
LYU3067	54952115E	6920/0	11/12/2013	R\$ 127,69	233
LYZ7720	54951692E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZC0419	54824165E	5169/1	13/12/2013	R\$ 1.915,38	165
LZC0419	54824166E	6912/0	13/12/2013	R\$ 53,20	232
LZD5107	54631738E	5010/0	17/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZD5107	54631739E	6912/0	17/11/2013	R\$ 53,20	232
LZD5107	54631740E	5118/0	17/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZF1117	54951726E	6599/2	07/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZF8874	54952130E	6920/0	13/12/2013	R\$ 127,69	233
LZG3728	54952058E	7340/0	14/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
LZG7457	55529775D	6610/2	13/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZH8803	55531167D	5010/0	18/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZJ5182	54950668E	6920/0	25/10/2013	R\$ 127,69	233
LZJ5639	54952533E	6920/0	02/12/2013	R\$ 127,69	233
LZL9538	55529550D	6599/2	05/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZM1239	54950942E	6726/1	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LZM1239	54950943E	6637/1	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LZM9861	55529566D	5010/0	18/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZM9861	55529567D	6599/2	18/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZN8791	55530163D	5010/0	15/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZN8791	55530164D	5118/0	15/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LZN9189	55529491D	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZR4239	54952051E	6599/2	11/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZW1956	54823702E	5045/0	11/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZW1956	54823703E	5096/0	11/09/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
LZW6471	54824285E	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
MAA2545	54951954E	5045/0	11/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAA2545	54951955E	5169/1	11/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MAB7769	54952314E	6920/0	26/12/2013	R\$ 127,69	233
MAB7769	55529784D	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAE9956	54824331E	7340/0	26/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MAF6795	54824381E	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAF6795	54952916E	6912/0	06/12/2013	R\$ 53,20	232
MAF6795	54952917E	6637/2	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAG0708	54952506E	6920/0	27/11/2013	R\$ 127,69	233
MAI0020	54952070E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI0854	54952658E	6920/0	18/12/2013	R\$ 127,69	233
MAJ9933	55534043D	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAL7352	54633666E	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAL7352	54823152E	6637/2	09/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAL7352	54823153E	6769/1	09/09/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MAM9386	55755614C	5037/1	10/12/2013	R\$ 574,61	162 * III
MAQ9850	54952150E	6920/0	17/12/2013	R\$ 127,69	233
MAR8124	54823445E	5045/0	11/09/2013	R\$ 191,53	162 * V
MAR8124	54823446E	5142/0	11/09/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MAR8124	54823447E	6912/0	11/09/2013	R\$ 53,20	232
MAT1685	54952526E	6920/0	28/11/2013	R\$ 127,69	233
MAU4968	54951814E	6599/2	23/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAV9565	55534696D	5274/1	01/02/2014	R\$ 191,53	175
MAW6493	54824367E	6912/0	30/11/2013	R\$ 53,20	232
MAW8374	55529328D	5010/0	22/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAW8374	55529329D	5118/0	22/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAX7751	55534004D	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAX7751	55534005D	6912/0	06/12/2013	R\$ 53,20	232
MBC1713	54825362E	6637/1	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MBG1915	54952860E	5169/1	14/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MBG3567	54951733E	6653/2	12/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MBG6220	55534882D	6599/2	23/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBI5808	54824265E	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
MBI5906	55529760D	6912/0	07/12/2013	R\$ 53,20	232
MBI9453	54952759E	6599/2	08/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBI9453	54952760E	5010/0	08/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBI9453	54952761E	5118/0	08/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBM9635	55312248D	6769/1	18/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MBN4907	54632016E	5010/0	15/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBN4907	54823216E	6599/2	15/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBN4907	54823217E	5118/0	15/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBN4941	55529913D	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBO7304	54952700E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
MBP1345	54952684E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MBQ1656	54823556E	5169/1	08/12/2013	R\$ 1.915,38	165
MBR7262	54824340E	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBR7262	54824343E	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBR7262	54824344E	5118/0	30/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBR7262	54824345E	6769/1	30/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MBR7262	54824363E	6912/0	30/11/2013	R\$ 53,20	232
MBR7262	54824364E	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBS8037	55529715D	6599/2	27/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBS8037	55529716D	5142/0	27/11/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MBU4376	54631911E	6726/1	08/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MBV7322	54952489E	6610/2	10/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MBW7072	55529364D	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MBX3589	54950679E	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
MBZ7072	54952537E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
MCA3948	55529610D	5010/0	21/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCA3948	55529611D	6599/2	21/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCA6013	55683047D	5274/1	01/09/2013	R\$ 191,53	175
MCB1509	54952018E	5118/0	14/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCB1509	54952019E	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCB1509	54952060E	5010/0	14/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCB1509	54952061E	6408/0	14/12/2013	R\$ 85,12	221
MCB3181	54823119E	6408/0	25/11/2013	R\$ 85,12	221
MCC6558	55534710D	6599/2	23/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCC6558	55534711D	6556/1	23/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCG2765	55529385D	6726/1	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCH4038	55529133D	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCI3773	54951718E	6548/0	30/11/2013	R\$ 85,12	229
MCJ5629	55529098D	7340/0	17/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MCM2841	55312246D	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM5469	54824373E	6599/2	03/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM6573	54952674E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MCM8041	55529727D	5045/0	29/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCM8041	55529728D	6599/2	29/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCM8041	55529730D	5010/0	29/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCO3462	55529469D	6599/2	27/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ3558	54824315E	6599/2	24/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ3558	54824316E	6610/2	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCQ3558	54824317E	6637/2	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCR2470	54952801E	6599/2	20/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCR2470	54952802E	6726/1	20/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCS0364	54950934E	5045/0	20/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCS0364	54952943E	6912/0	11/12/2013	R\$ 53,20	232
MCT4044	54633613E	6599/2	06/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCT5478	54952676E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MCT7362	55530202D	6556/1	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCX6312	55534048D	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCX6312	55534049D	6610/2	12/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MCX7163	54952656E	6920/0	18/12/2013	R\$ 127,69	233
MCY9079	54265583E	6637/2	28/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MCZ7445	54951715E	5169/1	29/11/2013	R\$ 1.915,38	165
MDD1332	54952027E	5010/0	14/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDD1332	54952028E	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDD7172	54824291E	6920/0	25/11/2013	R\$ 127,69	233
MDD8314	55531811D	6599/2	18/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDG4122	54950756E	5045/0	28/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDJ8949	55534856D	6599/2	11/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDM8416	54824357E	5118/0	26/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDM8416	54824358E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDM8416	54824359E	5010/0	26/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDN7933	54951675E	6610/2	18/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MDN9385	55530186D	6408/0	17/12/2013	R\$ 85,12	221
MDP3956	54824261E	6920/0	18/11/2013	R\$ 127,69	233
MDQ2484	55529850D	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDQ2484	55534001D	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDQ2484	55534002D	5118/0	06/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDR6924	54952124E	6920/0	12/12/2013	R\$ 127,69	233
MDS7373	54952503E	6920/0	26/11/2013	R\$ 127,69	233
MDT0088	54952091E	6637/2	29/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MDT1222	55531750D	6599/2	15/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT5654	54952017E	6599/2	14/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT5654	54952059E	7340/0	14/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDT7467	54823425E	6602/0	02/09/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MDT7467	54823426E	6599/2	02/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT7467	54823427E	6653/2	02/09/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MDT7467	54823428E	6912/0	02/09/2013	R\$ 53,20	232
MDU5453	54824485E	6920/0	07/11/2013	R\$ 127,69	233
MDV2189	54952407E	6920/0	13/01/2014	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDV6838	55529990D	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDW2827	55530444D	6610/2	13/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MDW2885	54266850E	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX1380	55312247D	6769/1	18/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MDX2345	54950871E	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX2345	54950872E	5010/0	04/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDX2345	54950873E	5118/0	04/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDX2345	54950874E	6726/1	04/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDX2959	54951705E	5010/0	17/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDX2959	54951707E	6637/2	17/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDX2959	54951708E	5118/0	17/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDZ0101	54632598E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ8621	55312242D	6637/2	17/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MDZ8621	55312243D	6610/2	17/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEC5271	54952692E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
MED4791	54823114E	6599/2	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEE3612	54632618E	5010/0	04/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEE3612	54632619E	6599/2	04/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEE3612	54632620E	5118/0	04/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEE8400	54825305E	6637/2	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
MEF5416	55530260D	7340/0	21/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MEF7959	54824158E	5010/0	16/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEF7959	54824159E	5118/0	16/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEF9445	54952606E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEF9445	54952607E	5045/0	18/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEG8147	54950946E	6637/2	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEG8260	54950851E	6637/2	27/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MEI1493	55529359D	5010/0	23/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEI6500	54824758E	6661/0	18/01/2014	R\$ 127,69	230 * XII
MEJ0908	54951909E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ5999	54952765E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEN6966	54952585E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
MEN9963	54952549E	6920/0	04/12/2013	R\$ 127,69	233
MEO1599	54824857E	6769/1	15/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MEO7008	55534872D	6599/2	21/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEP5819	54632649E	6912/0	13/12/2013	R\$ 53,20	232
MEP5819	54632650E	6610/2	13/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MER3164	54952305E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233
MER6289	54952588E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
MES0041	54951694E	6602/0	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MES0041	54951695E	6653/2	26/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MES0041	55529511D	6912/0	15/11/2013	R\$ 53,20	232
MES3983	54952535E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
MET5284	54263784E	5010/0	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MET5284	54263785E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEU4199	54952513E	6920/0	27/11/2013	R\$ 127,69	233
MEW0700	54823218E	5010/0	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEW1057	55534041D	6653/1	12/12/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEW7427	54952106E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MEW9839	54952328E	6920/0	07/01/2014	R\$ 127,69	233
MEY4768	54824278E	6920/0	22/11/2013	R\$ 127,69	233
MEZ4869	54950782E	6599/2	08/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFA7514	55529540D	7340/0	27/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFD4520	55529881D	7340/0	11/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFF0135	54951552E	5010/0	21/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFF0135	54951553E	5118/0	21/11/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFF0135	54951554E	6599/2	21/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF4587	54952042E	6599/2	17/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFH7990	54266393E	6599/2	28/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFI6396	54952359E	6912/0	24/01/2014	R\$ 53,20	232
MFJ7911	55529451D	7340/0	23/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MFK4988	54824020E	5010/0	08/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFK4988	54824028E	6599/2	08/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFK6489	54952248E	5010/0	22/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MFL2996	54824275E	6920/0	21/11/2013	R\$ 127,69	233
MFM5459	54952694E	6920/0	20/12/2013	R\$ 127,69	233
MFQ5748	54952751E	5274/1	05/12/2013	R\$ 191,53	175
MFQ5748	54952752E	5010/0	05/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFQ5748	54952753E	5118/0	05/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFR3509	55534573D	6599/2	21/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFR8560	54633658E	6599/2	02/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS5812	54952766E	6599/2	16/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS9696	54824023E	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFS9696	54824024E	5118/0	06/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFS9696	54824026E	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS9696	54824027E	6610/2	06/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MFS9696	54952678E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MFT0034	54267548E	6599/2	07/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFZ4277	54266626E	5010/0	08/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFZ4277	54266627E	5118/0	08/12/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGA8928	55534869D	6610/2	19/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGA9946	55531782D	6599/2	19/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGB2440	54952430E	6920/0	15/01/2014	R\$ 127,69	233
MGB5839	55530806D	7340/0	11/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MGC5358	54952127E	6920/0	12/12/2013	R\$ 127,69	233
MGC8891	54952104E	6920/0	10/12/2013	R\$ 127,69	233
MGE2660	55530309D	6599/2	17/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGF6420	55529366D	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MGG7132	54952092E	6599/2	29/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGH2197	54824276E	6920/0	21/11/2013	R\$ 127,69	233
MGH5896	54952383E	5010/0	06/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGH5896	54952384E	5118/0	06/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGI1277	55529316D	6599/2	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGI9180	55529805D	6408/0	01/12/2013	R\$ 85,12	221
MGM0398	54632660E	6610/2	12/08/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGM8061	54952604E	6912/0	18/12/2013	R\$ 53,20	232
MGM8061	54952605E	7340/0	18/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGO7366	54824384E	6769/2	06/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MGS0654	54951681E	6599/2	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGS0654	54951682E	5010/0	19/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGS0654	54951683E	6653/2	19/11/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MGS3261	55534712D	6700/0	24/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MGS7190	54952623E	6610/2	21/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MGW4462	55529099D	7340/0	17/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MGX8260	54952008E	5045/0	14/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGX8260	54952009E	5142/0	14/12/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MGX8260	54952010E	6637/2	14/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MGX8260	54952011E	6912/0	14/12/2013	R\$ 53,20	232
MGX8742	54952033E	6912/0	16/12/2013	R\$ 53,20	232
MGY4227	54823476E	6599/2	09/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGY4227	54823477E	5010/0	09/09/2013	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGY4227	54823478E	5118/0	09/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHC3180	54952772E	6599/2	18/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHG6612	54951501E	6769/1	20/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MHK3478	55529422D	7340/0	26/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHK3932	54950791E	6610/2	12/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHK3932	54950792E	6700/0	12/12/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
MHM2616	55532850D	6912/0	14/11/2013	R\$ 53,20	232
MHN7722	54266385E	6610/2	30/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MHN7937	55530449D	6610/2	15/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MHO8978	54951655E	6599/2	12/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHO8978	54951656E	6556/1	12/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MHR0686	55534549D	7340/0	16/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHT1369	54633595E	6599/2	03/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHT7253	54952403E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
MHT9913	55534075D	7340/0	14/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHU4763	55529849D	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MXH8115	55530197D	6769/1	19/12/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MHY8416	55531655D	6599/2	13/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHZ0226	55534546D	6599/2	16/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHZ0226	55534547D	5045/0	16/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIA3705	54824318E	6912/0	24/11/2013	R\$ 53,20	232
MIG4615	55528926D	6599/2	07/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIJ1009	54952532E	6920/0	02/12/2013	R\$ 127,69	233
MIK4458	55530623D	5010/0	16/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MIK4458	55530624D	5118/0	16/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MIN2218	54951038E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MIN8545	54824405E	5010/0	28/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIO0038	54951606E	6599/2	23/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIO0038	54951607E	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MIO7373	54952556E	6920/0	05/12/2013	R\$ 127,69	233
MIQ2384	54824351E	6599/2	25/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIR2865	54950770E	6912/0	25/11/2013	R\$ 53,20	232
MIU7990	54952315E	6920/0	26/12/2013	R\$ 127,69	233
MIV7952	55529382D	6912/0	28/11/2013	R\$ 53,20	232
MIY6123	55534602D	6599/2	06/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIY6123	55534603D	5010/0	06/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIZ2418	54952015E	7340/0	14/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJA6460	54950705E	6408/0	24/10/2013	R\$ 85,12	221
MJA6460	54950706E	6769/2	24/10/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MJE5277	55531847D	6599/2	28/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJE8414	54952690E	6920/0	19/12/2013	R\$ 127,69	233
MJH1803	55529116D	5045/0	01/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJK1699	54952595E	6920/0	09/12/2013	R\$ 127,69	233
MJN4124	55532637D	5010/0	14/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJO3185	55527973D	6599/2	23/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJO8375	55530151D	6599/2	13/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJR2256	54633691E	5010/0	19/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MJR2256	54633692E	5118/0	19/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MJR2256	54633693E	6912/0	19/10/2013	R\$ 53,20	232
MJY9837	54266556E	6912/0	15/02/2014	R\$ 53,20	232
MKA3213	55534038D	7340/0	12/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKE2800	54952662E	6920/0	17/12/2013	R\$ 127,69	233
MKI1852	54633079E	6912/0	14/11/2013	R\$ 53,20	232
MKI2914	54824401E	6610/2	25/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MKI2914	54824402E	6769/2	25/11/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MKI2914	54824406E	6610/2	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MKI2914	54824408E	6670/0	28/11/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MKI4746	55534517D	7340/0	05/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKK6788	54952553E	6920/0	05/12/2013	R\$ 127,69	233
MKK7078	55529526D	6599/2	23/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKL3102	54952075E	7340/0	18/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKN3268	55534541D	6599/2	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKP1927	54951760E	6912/0	23/11/2013	R\$ 53,20	232
MKT4780	55529588D	7340/0	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKW0231	55529998D	7340/0	20/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLB1640	55530165D	6912/0	15/12/2013	R\$ 53,20	232
MLF3770	55529050D	7323/2	15/11/2013	R\$ 85,12	252 * II
MLG4553	54950966E	6610/2	14/11/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MLS3703	55530196D	6670/0	19/12/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MLX6220	55527221D	5274/1	21/08/2013	R\$ 191,53	175
MMB9400	55526197D	6670/0	16/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MUV3613	54952540E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233
NAJ5158	54824297E	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
NEY1561	54952308E	6920/0	23/12/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
NSW8192	54952555E	6920/0	05/12/2013	R\$ 127,69	233
NXZ5546	54952334E	6920/0	08/01/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 10

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1840/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
AAK9030	55529059D	5541/1	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ACW9929	55532897D	5746/3	28/10/2013	R\$ 85,12	187 * I
AGQ1845	55529357D	6050/1	23/11/2013	R\$ 191,53	208
AHT3672	55534877D	5185/1	23/12/2013	R\$ 127,69	167
AHX3755	55530184D	5193/0	17/12/2013	R\$ 191,53	168
AJO6066	55529464D	7366/2	25/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AJO9655	55534668D	5193/0	01/12/2013	R\$ 191,53	168
ALJ0419	55529573D	5185/1	18/11/2013	R\$ 127,69	167
ALJ0419	55529574D	7366/2	18/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AMF0788	55529756D	6858/0	01/12/2013	R\$ 85,12	231 * VII
AML2277	55529054D	5541/5	25/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AMO5206	55529235D	6564/0	19/11/2013	R\$ 191,53	230 * II
AMP8830	55529569D	7366/2	18/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
AOL2053	54952053E	5207/0	14/12/2013	R\$ 53,20	169
AQC9397	55529631D	5550/0	04/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
ARB2121	54950784E	5452/1	08/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
ARZ4465	55529876D	6149/0	11/12/2013	R\$ 191,53	214 * III
BGB5679	54632268E	5185/2	15/11/2013	R\$ 127,69	167
BGQ1027	54824861E	5185/2	15/02/2014	R\$ 127,69	167
BIS2657	55532646D	5550/0	15/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
BOJ1059	54824860E	5185/2	15/02/2014	R\$ 127,69	167
BVR7669	55529790D	5541/5	22/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
CAQ2497	55529749D	5193/0	06/12/2013	R\$ 191,53	168
CBV7645	55530379D	5541/5	11/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
CFR0915	54950798E	7234/0	19/12/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
CJX9317	55529938D	5550/0	24/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CNW5323	55534652D	5185/2	16/11/2013	R\$ 127,69	167
CRO3474	54823978E	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
DAQ6607	55529049D	5185/1	15/11/2013	R\$ 127,69	167
DAQ6607	55529890D	5185/1	11/12/2013	R\$ 127,69	167
DDX9554	54632033E	5185/1	10/02/2014	R\$ 127,69	167
DGJ9531	55529100D	7366/2	19/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
DKC0346	55534575D	5452/2	25/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DMW1013	55529153D	5541/2	07/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DZG8094	55530155D	5550/0	13/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
EDH5517	55530479D	5541/1	06/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
EET8222	55534750D	7366/2	07/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
FLY4474	55529903D	5193/0	07/12/2013	R\$ 191,53	168
GLP5005	55529905D	5452/3	13/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
GOT1658	55532248D	5550/0	25/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
GZN5675	55529823D	7366/2	02/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
HEI2864	54952929E	5185/1	08/12/2013	R\$ 127,69	167
HRZ1836	55534045D	5185/1	12/12/2013	R\$ 127,69	167
IKO9188	55534583D	5550/0	29/11/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
IMT6131	55534550D	5185/1	17/11/2013	R\$ 127,69	167
INJ9056	55529875D	5541/7	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IOY7932	55534516D	7366/2	05/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IRY2084	55529586D	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JAP2740	54952754E	5380/0	06/12/2013	R\$ 85,12	181 * I
JLS9015	55529071D	5967/0	07/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
JLU3664	55529670D	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
JPR1802	55530288D	7366/2	05/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
KCY5632	55534986D	5541/2	22/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KPW1789	54951933E	5452/1	08/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LWY2742	55532233D	7234/0	15/11/2013	R\$ 85,12	250 * I * a
LXF9758	55534584D	5541/6	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXG1009	54632265E	5185/2	14/11/2013	R\$ 127,69	167
LXO1215	54950587E	5185/1	23/10/2013	R\$ 127,69	167
LXV3579	55529428D	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167
LXV6151	55530815D	7234/0	15/02/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
LXY8960	54952777E	5835/0	22/12/2013	R\$ 127,69	195
LYB4558	54824342E	5207/0	28/11/2013	R\$ 53,20	169
LYD5998	55532635D	5541/1	14/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYL4589	54823749E	7048/1	13/02/2014	R\$ 191,53	244 * II
LYS0590	55529452D	5185/1	23/11/2013	R\$ 127,69	167
LYW1363	55530232D	5541/6	18/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX5000	55534985D	5541/2	22/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYX5962	54952622E	5444/0	21/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
LYY4166	55534210D	5550/0	16/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LZB8549	55529548D	6122/0	03/12/2013	R\$ 191,53	214 * I
LZF1117	54951727E	5428/1	07/12/2013	R\$ 191,53	181 * V
LZL9538	55529549D	6050/1	05/12/2013	R\$ 191,53	208
LZM9861	54952803E	5835/0	20/12/2013	R\$ 127,69	195
LZQ1452	55531649D	6050/1	04/11/2013	R\$ 191,53	208
LZR3159	55529534D	5207/0	25/11/2013	R\$ 53,20	169
LZY1860	54824366E	5185/2	30/11/2013	R\$ 127,69	167
LZY4494	55529907D	5541/5	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAG6238	54951714E	5347/0	23/11/2013	R\$ 85,12	178
MAH7000	55534656D	5541/1	18/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAI0020	54952069E	5185/2	16/12/2013	R\$ 127,69	167
MAM3373	54950753E	5207/0	25/10/2013	R\$ 53,20	169
MAO2531	55529290D	5541/5	04/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MAQ0505	55534796D	5541/2	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAR2284	55530043D	5460/0	07/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MAS2594	55529426D	5185/1	28/11/2013	R\$ 127,69	167
MAS5651	54633727E	5207/0	19/10/2013	R\$ 53,20	169
MAT3871	55532232D	5185/1	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MAT6279	55681820D	5444/0	25/01/2014	R\$ 53,20	181 * VII
MAU8885	55534675D	6068/1	12/12/2013	R\$ 127,69	209
MAV9565	55534694D	6050/1	01/02/2014	R\$ 191,53	208
MAV9565	55534695D	5835/0	01/02/2014	R\$ 127,69	195
MAX7751	55534006D	5185/1	06/12/2013	R\$ 127,69	167
MAX9548	55534807D	5541/2	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBD8155	55532035D	6050/1	25/10/2013	R\$ 191,53	208
MBE1223	54824433E	5185/1	24/01/2014	R\$ 127,69	167
MBF5524	55529593D	5541/1	20/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG3567	54951734E	7030/2	12/12/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBL0163	54950954E	5444/0	19/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MBL8732	55529602D	5207/0	15/11/2013	R\$ 53,20	169
MBM3896	55534741D	5550/0	03/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBN4907	54823214E	7056/1	15/11/2013	R\$ 191,53	244 * III
MBN4907	54823215E	5835/0	15/11/2013	R\$ 127,69	195
MBN4941	55529912D	5550/0	13/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBO9964	55529812D	7366/2	01/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBR7262	54824365E	5835/0	30/11/2013	R\$ 127,69	195
MBS4924	55529898D	5207/0	13/12/2013	R\$ 53,20	169
MBS6811	55530276D	5550/0	23/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MBT1623	55529750D	5185/1	06/12/2013	R\$ 127,69	167
MBW8517	55529519D	5541/1	19/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBX3854	55534053D	5444/0	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MBY9360	55534801D	5541/2	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA1672	55529657D	5541/6	12/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCB1108	55534737D	6050/1	29/11/2013	R\$ 191,53	208
MCB1663	55529972D	5541/6	13/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCD6582	55530039D	5185/1	05/01/2014	R\$ 127,69	167
MCE6394	55529759D	5452/6	03/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCF1513	55534920D	5541/2	14/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG2765	55529612D	5452/6	26/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MCH9746	54825358E	5185/2	10/02/2014	R\$ 127,69	167
MCI3390	55530878D	5550/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCJ3707	54952023E	5444/0	15/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MCJ7305	55529141D	7366/2	20/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCM8041	55529729D	5215/2	29/11/2013	R\$ 191,53	170
MCO2536	55531293D	6050/1	17/11/2013	R\$ 191,53	208
MCO4073	55529395D	7366/2	28/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCS0364	54952944E	5185/1	11/12/2013	R\$ 127,69	167
MCT5740	55529266D	5460/0	18/11/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MCT9309	54823981E	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
MCZ7445	54951716E	5231/1	29/11/2013	R\$ 85,12	172
MCZ8112	55529505D	5193/0	15/11/2013	R\$ 191,53	168
MDC3565	54952867E	5835/0	01/02/2014	R\$ 127,69	195
MDE0296	54825313E	5185/2	15/02/2014	R\$ 127,69	167
MDG0865	55529758D	6955/0	01/12/2013	R\$ 85,12	236
MDG5456	54632638E	5479/0	23/11/2013	R\$ 85,12	181 * X
MDG7943	55534063D	5444/0	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MDG8207	55529508D	5185/2	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MDG8736	55532216D	5541/1	10/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDK3177	55534010D	5185/1	06/12/2013	R\$ 127,69	167
MDM0189	54633755E	5444/0	02/11/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MDP4172	54950773E	5215/1	30/11/2013	R\$ 191,53	170
MDR5402	55529450D	7102/1	01/12/2013	R\$ 127,69	244 * VIII
MDY0657	55529338D	7366/2	04/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDZ2848	55530888D	5550/0	15/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MEE3714	54952451E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MEE6969	55529598D	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	167
MEE6969	55529599D	7366/2	20/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEF7797	55530267D	5541/6	22/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEG7656	55529732D	5207/0	01/12/2013	R\$ 53,20	169
MEH2639	54951673E	6050/1	17/11/2013	R\$ 191,53	208
MEL0217	55530308D	5967/0	16/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEL8601	55530159D	5835/0	14/12/2013	R\$ 127,69	195
MEP1391	54951605E	5185/1	14/11/2013	R\$ 127,69	167
MEQ4275	55529226D	5444/0	15/11/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MER7641	55529772D	5541/6	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MES0041	54951693E	5819/1	26/11/2013	R\$ 574,61	193
MES1221	55534953D	5541/2	15/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEU0958	55532228D	5185/2	14/11/2013	R\$ 127,69	167
MEW0995	55529370D	5207/0	26/11/2013	R\$ 53,20	169
MEW6573	55534916D	5541/2	14/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEX2099	55531586D	5746/3	28/10/2013	R\$ 85,12	187 * I
MEX8316	54631741E	5428/2	21/11/2013	R\$ 191,53	181 * V
MEY2982	55530188D	5207/0	17/12/2013	R\$ 53,20	169
MEY3364	55532384D	5541/6	24/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEZ7320	55529490D	5550/0	16/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFA8529	55534587D	5967/0	05/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MFB6156	54479996D	6858/0	01/02/2014	R\$ 85,12	231 * VII
MFB6156	54951640E	5185/2	01/02/2014	R\$ 127,69	167
MFB8602	55531634D	5185/1	25/10/2013	R\$ 127,69	167
MFC0659	55534012D	5185/1	06/12/2013	R\$ 127,69	167
MFC2043	55530483D	5193/0	06/02/2014	R\$ 191,53	168
MFD2948	54479995D	7366/2	02/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MFH3931	55534014D	5550/0	10/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFJ3349	54823862E	5444/0	21/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MFJ9397	55534692D	5185/1	31/01/2014	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFK2659	54823235E	5967/0	10/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MFK4288	55530255D	5541/6	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFK6489	54952247E	7048/1	22/01/2014	R\$ 191,53	244 * II
MFL2615	54950878E	5924/1	06/11/2013	R\$ 191,53	203 * I
MFM1554	54824346E	5185/1	30/11/2013	R\$ 127,69	167
MFM5459	55530166D	7307/0	15/12/2013	R\$ 85,12	251 * II
MFN3256	55534723D	5207/0	25/11/2013	R\$ 53,20	169
MFQ3608	55529446D	5185/1	30/11/2013	R\$ 127,69	167
MFW2937	55532624D	5185/1	09/11/2013	R\$ 127,69	167
MFW7734	55530157D	5541/1	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB5839	55530807D	7030/2	11/02/2014	R\$ 191,53	244 * I
MGB5839	55530808D	5835/0	11/02/2014	R\$ 127,69	195
MGB8866	55529536D	6050/2	27/11/2013	R\$ 191,53	208
MGE2006	55529246D	5380/0	22/11/2013	R\$ 85,12	181 * I
MGE2095	55534858D	5541/1	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGG0844	54950944E	7030/2	24/11/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGG8733	55531299D	5185/1	17/11/2013	R\$ 127,69	167
MGH8754	55529801D	5967/0	01/12/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGI6318	55529506D	5185/2	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MGI9180	55529268D	5185/1	18/11/2013	R\$ 127,69	167
MGI9180	55529778D	5185/1	17/12/2013	R\$ 127,69	167
MGK2368	55529103D	6050/1	08/11/2013	R\$ 191,53	208
MGK7116	55530335D	7366/2	05/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGK9788	55532735D	7366/2	04/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGL5468	55530278D	5460/0	23/12/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MGL8445	55529380D	7366/2	28/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGL9076	55532621D	5541/1	01/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGM3007	55529576D	5185/2	18/11/2013	R\$ 127,69	167
MGO7366	54824385E	7030/2	06/12/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGP6315	55534968D	5541/2	18/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS1200	55529785D	5541/6	19/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGS7477	55529122D	5452/3	02/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGT5121	55532499D	5541/2	07/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGT8225	55534714D	5541/6	25/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV0193	55534988D	5541/2	22/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGV5997	55534569D	5452/6	19/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MGX7858	55529971D	7366/2	13/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGX8730	54950994E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MGX8742	54952034E	5207/0	16/12/2013	R\$ 53,20	169
MGY2819	55529572D	5193/0	18/11/2013	R\$ 191,53	168
MHA3019	55529557D	6858/0	17/11/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MHB8677	55534552D	5541/6	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC1087	55534767D	5541/2	28/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHC3180	54952773E	7366/1	18/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHE5480	55534087D	5550/0	15/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHE7069	55532206D	5541/6	08/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHF3406	54952362E	5967/0	25/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MHG5166	54950827E	5550/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MHG7042	55530500D	5193/0	12/02/2014	R\$ 191,53	168
MHH4953	54950896E	7366/2	19/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHJ0617	55534531D	7366/2	12/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHK5483	55534774D	5541/2	01/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHL1708	55529504D	5185/2	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MHL5924	55529502D	5185/2	14/11/2013	R\$ 127,69	167
MHL8418	55529589D	5185/1	20/11/2013	R\$ 127,69	167
MHM4640	55530982D	5819/1	06/02/2014	R\$ 574,61	193
MHN2435	55529618D	5541/5	29/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHP2275	54951662E	7056/1	14/11/2013	R\$ 191,53	244 * III
MHR2019	55529575D	7366/2	18/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHR3333	55529857D	5185/1	07/12/2013	R\$ 127,69	167
MHS5967	55529276D	5541/6	06/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT1369	54633596E	7056/1	03/12/2013	R\$ 191,53	244 * III
MHT6424	55529522D	5541/1	19/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHT6589	54951829E	7366/2	29/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHU4563	55534762D	5541/2	28/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHV8858	55529271D	5193/0	26/11/2013	R\$ 191,53	168
MHW8997	55532625D	5185/1	09/11/2013	R\$ 127,69	167
MHY7716	54952041E	5185/1	17/12/2013	R\$ 127,69	167
MIA3705	54824319E	5835/0	24/11/2013	R\$ 127,69	195
MIE3455	55529239D	5541/1	21/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIE3455	55529952D	5550/0	07/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MIE4749	54950978E	5444/0	21/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MIG5229	55534533D	6122/0	12/11/2013	R\$ 191,53	214 * I
MIG5229	55534534D	7366/2	12/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIH5319	55529560D	5541/6	18/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIH7558	55529666D	5380/0	18/11/2013	R\$ 85,12	181 * I
MIJ2093	55530287D	7366/2	05/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIJ2357	55529257D	7366/2	14/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIK9351	55532815D	5207/0	25/10/2013	R\$ 53,20	169
MIO0038	54951608E	5371/0	23/11/2013	R\$ 85,12	180
MIO9362	55530297D	5185/2	13/02/2014	R\$ 127,69	167
MIQ8339	55529926D	6858/0	19/12/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MIQ9528	55529921D	7366/2	17/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIR0590	55529556D	5185/1	17/11/2013	R\$ 127,69	167
MIR3248	54824851E	5185/2	15/02/2014	R\$ 127,69	167
MIR8686	55529848D	7366/2	06/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJB7893	55529594D	5410/0	20/11/2013	R\$ 85,12	181 * IV
MJC2114	54632641E	6068/1	01/12/2013	R\$ 127,69	209
MJC2114	54632643E	5258/3	01/12/2013	R\$ 957,69	174
MJC2114	54632644E	5924/1	01/12/2013	R\$ 191,53	203 * I
MJC2114	54632647E	5215/1	01/12/2013	R\$ 191,53	170
MJC2114	54632648E	5231/1	01/12/2013	R\$ 85,12	172
MJE6248	55529425D	7072/2	28/11/2013	R\$ 191,53	244 * V
MJE7150	54824161E	5614/1	30/11/2013	R\$ 127,69	182 * V
MJH3882	55529713D	5452/3	27/11/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MJI3648	55529128D	5541/5	16/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJJ1835	55534665D	5541/1	01/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJK7798	55529314D	7366/2	14/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJL0089	54950910E	5444/0	02/11/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MJL2155	54951810E	6050/1	15/11/2013	R\$ 191,53	208
MJN0861	55529139D	5550/0	20/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MJN9636	55529723D	5541/6	01/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJO0792	55530811D	5819/1	13/02/2014	R\$ 574,61	193
MJO3697	55529765D	6050/1	09/12/2013	R\$ 191,53	208
MJP4097	55532245D	5541/3	21/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR6894	55534682D	5967/0	09/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MJS2417	55530056D	7366/2	20/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MJU2121	55529845D	7366/2	04/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJV1678	55529447D	7366/2	01/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJV1678	55529448D	5185/1	01/12/2013	R\$ 127,69	167
MJV2271	55529957D	6050/1	09/12/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MJW1030	55530079D	5452/6	11/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MJX4716	55529832D	5185/1	02/12/2013	R\$ 127,69	167
MJY1292	55530257D	5207/0	19/12/2013	R\$ 53,20	169
MJZ1326	55534831D	5541/2	11/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB6604	54950997E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MKD3475	55534070D	5444/0	14/12/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MKD5876	54952222E	5215/2	29/01/2014	R\$ 191,53	170
MKE6632	54951821E	6050/2	13/12/2013	R\$ 191,53	208
MKE8180	55529826D	7366/2	02/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKE9593	54951561E	5207/0	14/02/2014	R\$ 53,20	169
MKG0988	55530281D	5452/1	23/12/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MKG4458	55534731D	7366/2	29/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKI8005	55529700D	5193/0	23/01/2014	R\$ 191,53	168
MKK1079	55310669D	5550/0	05/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MKK2022	55534922D	5541/2	14/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKK8561	55530253D	5975/0	19/12/2013	R\$ 127,69	204
MKK9111	55534771D	5541/2	01/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL8553	54633049E	5215/2	14/02/2014	R\$ 191,53	170
MKM5308	55532741D	7366/2	08/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKQ5302	55530608D	5452/2	11/02/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MKV7704	55530459D	6122/0	13/01/2014	R\$ 191,53	214 * I
MKW3765	55529860D	5541/6	07/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKX1143	55529330D	7366/2	22/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKY8637	55534151D	5541/1	17/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MKZ1707	55530311D	7234/0	17/01/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MLA4364	55530365D	5185/1	09/01/2014	R\$ 127,69	167
MLA5750	55530984D	5967/0	08/02/2014	R\$ 191,53	203 * V
MLA9535	54952705E	5185/1	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MLB2595	55530896D	5207/0	17/02/2014	R\$ 53,20	169
MLB4796	55530059D	7366/2	22/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLC7338	54823746E	7366/2	11/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLF2558	55534591D	5541/6	05/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLF5080	55532355D	6858/0	06/10/2013	R\$ 85,12	231 * VII
MLF8700	55529397D	6076/0	28/11/2013	R\$ 191,53	210
MLH5022	55530554D	5550/0	13/02/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MLK0207	55529336D	7366/2	02/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLK6010	55529047D	6050/1	15/11/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLL1273	55529398D	5207/0	01/12/2013	R\$ 53,20	169
MLM0264	55534653D	5185/1	16/11/2013	R\$ 127,69	167
MLM4577	55529396D	5819/7	30/11/2013	R\$ 574,61	193
MLN0556	54950892E	7366/2	19/11/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLR5757	54824412E	7366/2	19/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MLR6424	55530873D	7366/2	03/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLR7403	55529463D	5541/5	25/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH0555	54952956E	5347/0	16/01/2014	R\$ 85,12	178
MMH1807	55529605D	5541/6	16/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MMH4943	54951303E	6050/1	14/02/2014	R\$ 191,53	208
NFV3037	55534586D	6858/0	01/12/2013	R\$ 85,12	231 * VII
NLO2990	54632020E	5207/0	13/12/2013	R\$ 53,20	169

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1841/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ARJ9043	54950528E	6599/2	30/01/2014	230 * V
DSP5124	54824557E	7285/0	09/03/2014	250 * III
IBS2885	54633091E	5169/1	01/03/2014	165
ICN7288	54823248E	6599/2	06/03/2014	230 * V
ICN7288	54823249E	5010/0	06/03/2014	162 * I
ICN7288	54823250E	5118/0	06/03/2014	164 c/c 162 * I
MCI6064	54952728E	5169/1	01/03/2014	165
MDH9356	55533308D	6599/2	21/03/2014	230 * V
MKC7242	55533875D	7340/0	08/03/2014	252 * IV
NTQ2221	55533806D	7340/0	15/03/2014	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1842/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ACG6384	55533605D	5185/2	02/03/2014	167
BJC0677	55177752E	5185/1	19/03/2014	167
CAV2228	54825205E	5185/2	09/03/2014	167
CMW0634	55530107D	5185/2	17/01/2014	167
DAV3824	55533407D	5185/2	31/03/2014	167
EVZ1804	54825326E	5185/1	19/03/2014	167
HIC2537	55534273D	5541/6	15/03/2014	181 * XVII
INU9457	55533142D	5541/2	07/03/2014	181 * XVII
JLL3551	55534147D	5185/1	25/03/2014	167
LTT2785	55533072D	5541/6	24/03/2014	181 * XVII
MCG9355	55533176D	5541/2	12/03/2014	181 * XVII
MCG9355	55533178D	5541/2	14/03/2014	181 * XVII
MDM7240	55178404E	5185/1	01/03/2014	167
MDN0297	54951119E	6050/1	03/03/2014	208
MDN0297	54951120E	6050/1	03/03/2014	208
MGC5016	55533405D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MGU5955	55533190D	5541/2	11/03/2014	181 * XVII
MGX4156	55533168D	5541/2	12/03/2014	181 * XVII
MGY0697	55533198D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MIV9647	55533185D	5541/2	14/03/2014	181 * XVII
MKZ8712	55533191D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MLV6941	55530589D	6050/1	09/03/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1843/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACD5092	54632364E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
AEE4288	54950662E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
AEH6263	54267985E	5010/0	19/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AEH6263	54267986E	5118/0	19/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AEH6263	54267987E	6912/0	19/05/2013	R\$ 53,20	232
AEH6263	54267988E	5169/1	19/05/2013	R\$ 1.915,38	165
AFW9800	55525409D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
AFW9800	55525410D	5118/0	25/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
AGU4748	54265582E	6580/0	28/10/2013	R\$ 191,53	230 * IV
AGU4748	55682850D	5169/1	27/10/2013	R\$ 1.915,38	165
AHY3403	54825453E	7285/0	16/02/2014	R\$ 85,12	250 * III
ALN1253	54632362E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
APK3748	54950881E	6912/0	08/11/2013	R\$ 53,20	232
ASE2983	54267039E	6912/0	13/01/2014	R\$ 53,20	232
CKI6027	54265274E	6599/2	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
CKI6027	54265275E	5045/0	21/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
CYZ2460	54951253E	6920/0	30/01/2014	R\$ 127,69	233
DNA5232	54266825E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
DNU4697	54950743E	6637/2	22/12/2013	R\$ 127,69	230 * IX
DNU4697	54950744E	6912/0	22/12/2013	R\$ 53,20	232
EIC1055	54265295E	6610/2	25/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
EIC1055	55525839D	6670/0	17/06/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
HVV6854	54823392E	6610/2	06/10/2013	R\$ 127,69	230 * VII
IHL6622	55535441D	5045/0	25/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
IHL6622	55535442D	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
IJS3041	54267147E	6599/2	26/06/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
INM8661	54951811E	6599/2	20/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
INM8661	54951812E	6556/1	20/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
IQG8873	54267636E	6920/0	22/04/2013	R\$ 127,69	233
JQQ5492	54951297E	6920/0	19/02/2014	R\$ 127,69	233
JRT0748	54264913E	6912/0	18/09/2013	R\$ 53,20	232
JTA9524	55529533D	6912/0	25/11/2013	R\$ 53,20	232
LCJ0327	55526885D	6637/1	03/08/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LCJ0327	55526886D	6670/0	03/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
LWR2296	54266614E	6769/2	14/09/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
LWR4100	54633350E	5169/1	19/10/2013	R\$ 1.915,38	165
LWS5567	54266696E	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LWU8583	54267424E	6637/1	23/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
LWW7075	54950688E	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
LXB0319	55535469D	6670/0	02/05/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
LXG1009	54633344E	5045/0	11/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXG1009	54633345E	5096/0	11/10/2013	R\$ 191,53	163 c/c 162 * V
LXG1009	55527480D	5045/0	31/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
LXI4703	55525748D	6599/2	16/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXI4703	55525749D	5010/0	16/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXJ9547	54632356E	6920/0	13/06/2013	R\$ 127,69	233
LXN3533	54266164E	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXS5326	54950671E	6920/0	22/10/2013	R\$ 127,69	233
LXU9221	54950574E	6599/2	19/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXY9695	55529036D	6700/0	05/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
LYA5518	54631969E	6599/2	10/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYL1212	54823734E	6599/2	20/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYN1138	54267139E	6599/2	25/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYO4340	55683042D	6726/1	03/08/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
LYQ4335	54632926E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYQ4335	54632927E	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYQ4335	54632928E	5118/0	03/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYT4135	54263338E	6599/2	30/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZA2330	54266824E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZA8638	54266900E	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA9768	54266838E	5010/0	04/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZA9768	54266839E	5061/0	04/08/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
LZE9430	54632359E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LZF8273	54265475E	5010/0	30/03/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZF8273	54265477E	5282/0	30/03/2013	R\$ 957,69	176 * I
LZF8273	54265478E	5169/1	30/03/2013	R\$ 1.915,38	165
LZH1298	54265987E	5045/0	31/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZH5358	54632388E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
LZI9742	55525227D	6610/2	25/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
LZM6130	54265577E	5169/1	19/09/2013	R\$ 1.915,38	165
LZM6130	54265578E	5010/0	19/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
LZM6130	55226578C	6637/2	19/09/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAG3006	55528095D	6599/2	16/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAG3006	55528096D	5010/0	16/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAG3006	55528097D	5118/0	16/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAH5999	55527653D	5010/0	09/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAI9903	54631734E	5010/0	19/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAI9903	54631735E	5118/0	19/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAT2015	54267598E	7340/0	18/06/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MAX4238	55526324D	6599/2	26/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAX4238	55526325D	5045/0	26/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MBB7640	54267025E	5118/0	07/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBD1383	54632370E	6920/0	17/06/2013	R\$ 127,69	233
MBE2921	54632185E	5118/0	01/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBE2921	54632899E	6599/2	01/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBE2921	54632900E	5010/0	01/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBG5057	54950660E	6920/0	23/10/2013	R\$ 127,69	233
MBU7353	54632155E	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBZ2727	55532922D	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCA3383	54633010E	5169/1	24/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MCB1107	55528322D	6912/0	03/08/2013	R\$ 53,20	232
MCB2991	55528427D	6599/2	05/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCB2991	55528428D	5045/0	05/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCC6558	55525511D	6653/1	18/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MCE0282	54267670E	5010/0	26/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCE0282	54267671E	5118/0	26/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCE9345	54950571E	5045/0	19/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCE9345	54950572E	5142/0	19/10/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MCF6769	54267448E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCW1766	55527712D	6653/1	13/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCY5059	54824190E	5010/0	16/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCY5059	54824191E	5118/0	16/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MDA7242	54267119E	6769/1	17/06/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MDD2961	55531452D	7340/0	10/09/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDG6415	54632930E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDJ1023	54632203E	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDN1012	54267444E	5045/0	31/07/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDO5029	54632365E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
MDO6287	55532217D	6599/2	10/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDR8733	54632389E	6920/0	20/06/2013	R\$ 127,69	233
MDS0700	54632357E	6920/0	14/06/2013	R\$ 127,69	233
MDT6662	55526752D	6670/0	06/07/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MDT8111	54267806E	6599/2	26/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDV6616	54264915E	6599/2	18/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDX2959	55309494D	6726/1	30/05/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MDY7162	54266813E	6599/2	27/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEA6977	54266173E	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEA7369	54951264E	6920/0	11/02/2014	R\$ 127,69	233
MEC1542	54267438E	6653/1	31/07/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEC2665	54266680E	6599/2	26/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEC2665	54266681E	5045/0	26/04/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEC2665	54266682E	6912/0	26/04/2013	R\$ 53,20	232
MEC5146	55526152D	6599/2	18/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEF0620	54265282E	6653/2	19/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MEG1367	54631986E	6580/0	20/10/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MEG1367	54823729E	5010/0	20/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEG1367	54823730E	5118/0	20/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG1367	54823732E	6599/2	20/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEG1922	54265544E	6599/2	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEG1922	54265545E	6580/0	11/09/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MEH2968	54632919E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ9541	54267668E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ9541	54267669E	5010/0	23/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEO9768	55527706D	6912/0	09/08/2013	R\$ 53,20	232
MEV5896	54823988E	5045/0	16/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MEV5896	54823989E	7340/0	16/02/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MEY5859	55527652D	7340/0	09/08/2013	R\$ 85,12	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MFF0491	54266675E	6726/1	25/04/2013	R\$ 127,69	230 * XVIII
MFF0992	54267408E	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFF0992	54267409E	5118/0	22/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFF8762	54631545E	6599/2	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFF8762	54631548E	6653/2	22/06/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MFH9496	55532930D	6599/2	04/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFM8269	55528430D	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFS3950	54266679E	6556/1	26/04/2013	R\$ 191,53	230 * I
MFX9462	55536127D	6599/2	24/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFZ1861	55526370D	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFZ3853	54265289E	6599/2	25/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGA0415	55528453D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGD0323	54265277E	6602/0	21/05/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MGE2224	54631827E	6920/0	10/05/2013	R\$ 127,69	233
MGJ3258	54632922E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGJ3258	54632923E	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGJ3258	54632924E	5118/0	03/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGO6253	54267637E	6920/0	22/04/2013	R\$ 127,69	233
MGO6253	54267707E	5274/1	26/04/2013	R\$ 191,53	175
MGR4413	55527981D	6599/2	31/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGT1047	55525835D	6769/1	17/06/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MGT1047	55525837D	5274/1	17/06/2013	R\$ 191,53	175
MGX7210	54633123E	5045/0	03/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGZ6821	54632089E	6653/2	03/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MGZ6821	54632090E	5169/1	03/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MHC2705	55528309D	6599/2	02/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHD6011	54264649E	6599/2	18/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHF8653	54266112E	6599/2	29/03/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHG5963	54632003E	5169/1	03/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MHK1280	54265286E	5010/0	24/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHK1280	54265287E	5169/1	24/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MHM2132	54633000E	6599/2	04/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHU7552	55535064D	7340/0	04/05/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MHW7049	55535979D	7340/0	25/05/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MXH8865	55528060D	5045/0	04/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MXH8865	55528061D	5142/0	04/08/2013	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MHY6515	54631561E	6599/2	27/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIC0156	54633912E	6653/1	12/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MIG1099	55529106D	5045/0	04/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MIG7406	54267937E	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MIG7406	54267941E	6599/2	25/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MIJ8075	54267128E	6610/2	23/06/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MIY6001	54631555E	6599/2	23/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MJH0681	54633331E	5045/0	01/10/2013	R\$ 191,53	162 * V
MJH0681	54633332E	6599/2	01/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKB5162	55525674D	5045/0	28/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MKG0299	55528045D	6912/0	03/08/2013	R\$ 53,20	232
MKG0299	55528046D	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKP1927	54631889E	7340/0	25/08/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MKR4066	54950664E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
MLX5789	54632993E	6653/1	04/08/2013	R\$ 127,69	230 * XI
MMA3524	54267499E	6580/0	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * IV
NFG5729	54631822E	6920/0	09/05/2013	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 050 1844/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABS1749	54950584E	6050/1	20/10/2013	R\$ 191,53	208
AEN6181	55531855D	5541/2	28/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
AFG6584	55527112D	5185/1	25/08/2013	R\$ 127,69	167
AGV4825	55528476D	5738/0	28/08/2013	R\$ 191,53	186 * II
AI0234	55530258D	5185/1	21/12/2013	R\$ 127,69	167
AJL2730	54823961E	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
AKR9250	55532327D	5185/1	09/10/2013	R\$ 127,69	167
ALK8278	55532086D	7366/2	08/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
ANF4302	55532349D	7056/1	13/10/2013	R\$ 191,53	244 * III
AQP2446	55524706D	5185/1	26/02/2013	R\$ 127,69	167
AWR7077	55524490D	5185/1	19/02/2013	R\$ 127,69	167
BOQ3608	55524591D	7366/2	25/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BRI0173	55532824D	6122/0	31/10/2013	R\$ 191,53	214 * I
CIG9232	55527117D	5193/0	25/08/2013	R\$ 191,53	168
CNR4485	55532100D	5193/0	12/10/2013	R\$ 191,53	168
CRN6075	55532404D	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
DDA5047	55531185D	5541/6	23/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DES5521	55525330D	6050/1	20/05/2013	R\$ 191,53	208
DEX1484	55524651D	5541/6	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DFJ1986	55529818D	5541/6	02/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DGN4746	55532389D	5193/0	26/10/2013	R\$ 191,53	168
DJQ5256	55531882D	5541/2	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DMB5993	54265101E	5452/1	19/02/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
DNU4697	54950745E	5207/0	22/12/2013	R\$ 53,20	169
DXG8895	55524599D	7366/2	25/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
FBN1308	55530730D	7366/2	06/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GSG1509	55524231D	5967/0	19/02/2013	R\$ 191,53	203 * V
GYA6526	55532105D	5541/6	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HAB1851	55532659D	5541/2	29/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HOY1417	54631520E	6858/0	11/05/2013	R\$ 85,12	231 * VII
IBE3765	54950625E	6050/1	27/10/2013	R\$ 191,53	208
IJL2055	55527456D	6858/0	27/08/2013	R\$ 85,12	231 * VII
IMB8814	55529030D	5541/2	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
IMF3334	54265020E	5835/0	24/02/2013	R\$ 127,69	195
IMF3334	54266480E	5258/3	24/02/2013	R\$ 957,69	174
INF9346	55524661D	5541/1	18/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
ITX5091	55529407D	5185/2	22/11/2013	R\$ 127,69	167
KAH2127	55532658D	5541/2	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
KLX1044	55532694D	5541/2	26/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LUJ1000	54633973E	5444/0	10/08/2013	R\$ 53,20	181 * VII
LWX6704	54632876E	5185/1	26/07/2013	R\$ 127,69	167
LXB0319	54264237E	5479/0	30/01/2013	R\$ 85,12	181 * X
LXE5465	55532081D	7366/2	04/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LXJ4087	54266687E	6050/1	16/05/2013	R\$ 191,53	208
LXM5910	54823679E	5550/0	06/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
LXX6379	55534553D	5541/5	05/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYH9510	55527199D	5185/1	27/08/2013	R\$ 127,69	167
LYI9076	55534955D	5541/2	15/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LYJ9601	55527048D	5185/1	27/08/2013	R\$ 127,69	167
LYW2011	55534512D	5835/0	05/11/2013	R\$ 127,69	195
LYY7608	55531883D	5541/2	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LZN5820	55532121D	5452/1	09/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
LZP4930	55528170D	7366/2	11/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LZY7216	55527431D	5541/2	13/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAE0066	54264747E	5835/0	12/05/2013	R\$ 127,69	195
MAL4562	55531878D	5541/2	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAL7352	54633667E	5835/0	09/09/2013	R\$ 127,69	195
MAN8025	55535647D	5550/0	22/05/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MAO5832	54823796E	5444/0	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MAP3145	55529188D	5541/2	14/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MAS8121	55532096D	5185/1	10/10/2013	R\$ 127,69	167
MAU4952	54265969E	5207/0	03/05/2013	R\$ 53,20	169
MAU9841	55532282D	5983/0	12/10/2013	R\$ 53,20	205

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBF5008	54265026E	5185/1	24/02/2013	R\$ 127,69	167
MBF5524	55535474D	5541/5	07/05/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF8311	55527414D	5541/2	12/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBF8311	55531889D	5541/2	02/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG6161	55532007D	5509/0	07/10/2013	R\$ 85,12	181 * XIII
MBS8948	55528984D	7030/2	30/07/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBT3839	55531817D	5541/6	04/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU3724	54633969E	5444/0	10/08/2013	R\$ 53,20	181 * VII
MBU6444	55534954D	5541/2	15/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBU8211	55524500D	7030/2	21/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBZ2727	55531597D	6980/0	04/11/2013	R\$ 191,53	239
MBZ2727	55531598D	5185/1	04/11/2013	R\$ 127,69	167
MBZ2727	55532921D	5541/5	04/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCA3532	55532003D	5550/0	01/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCG2765	55521288D	7366/2	15/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCI3696	54950606E	5800/0	19/10/2013	R\$ 127,69	192
MCK9572	55523492D	6050/1	23/02/2013	R\$ 191,53	208
MCQ5348	55527317D	5550/0	28/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCS8297	55527177D	5185/1	23/08/2013	R\$ 127,69	167
MCT4044	54631897E	5835/0	06/09/2013	R\$ 127,69	195
MCT4044	54631898E	6050/1	06/09/2013	R\$ 191,53	208
MCT4044	54631900E	5819/1	06/09/2013	R\$ 574,61	193
MCX0303	55680585D	5835/0	25/04/2013	R\$ 127,69	195
MCX0303	55680586D	5819/1	25/04/2013	R\$ 574,61	193
MDB1565	55532915D	7366/2	29/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDE4255	55531338D	5207/0	09/09/2013	R\$ 53,20	169
MDF2847	55532360D	6050/1	06/10/2013	R\$ 191,53	208
MDK7248	55527100D	5550/0	29/08/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MDL4789	55527303D	7366/2	23/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MDL4789	55527304D	5185/1	23/08/2013	R\$ 127,69	167
MDR2697	55527070D	5738/0	23/08/2013	R\$ 191,53	186 * II
MEC2918	55525348D	6041/2	24/05/2013	R\$ 127,69	207
MEF2479	55532277D	5967/0	12/10/2013	R\$ 191,53	203 * V
MEH8309	55531877D	5541/2	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEJ3512	55525468D	6041/2	22/05/2013	R\$ 127,69	207
MEJ5226	55532320D	7366/2	07/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MEL5683	55532313D	5550/0	07/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MET0135	55531824D	5452/2	10/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MEY2870	55531893D	5541/2	04/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEY6392	54823835E	5835/0	07/10/2013	R\$ 127,69	195
MEZ7270	55527062D	7048/1	23/08/2013	R\$ 191,53	244 * II
MEZ7270	55527071D	5835/0	23/08/2013	R\$ 127,69	195
MFA6529	55524638D	5550/0	20/02/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MFB5986	55532411D	5541/6	07/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFE0436	55682845D	6050/1	05/10/2013	R\$ 191,53	208
MFL6396	55531864D	5541/2	29/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFM4610	54265563E	5835/0	23/02/2013	R\$ 127,69	195
MFM4610	54265564E	6394/1	23/02/2013	R\$ 191,53	220 * XIV
MFM4610	54265565E	5185/1	23/02/2013	R\$ 127,69	167
MFP4895	54631510E	5967/0	10/05/2013	R\$ 191,53	203 * V
MFS2446	55532257D	5207/0	06/10/2013	R\$ 53,20	169
MFZ1861	55532652D	5541/2	23/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ6027	55527514D	5541/6	27/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MFZ8788	54823955E	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
MGA8928	55524801D	5185/1	22/02/2013	R\$ 127,69	167
MGA9946	55531780D	5541/6	19/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGB3870	55527433D	5541/2	14/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGF5855	55527923D	7366/2	22/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGG4944	55534157D	5541/5	19/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MGI9313	54823671E	7030/2	02/10/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGL9085	55527390D	5541/5	30/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN7233	55531612D	5967/0	19/09/2013	R\$ 191,53	203 * V
MGO6253	54267705E	5835/0	26/04/2013	R\$ 127,69	195
MGO6253	54267706E	5185/1	26/04/2013	R\$ 127,69	167
MGR3580	54823681E	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
MGS2714	55532820D	5550/0	31/10/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MGU3509	55532688D	5541/2	26/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGY2477	55525481D	6050/1	24/05/2013	R\$ 191,53	208
MGZ0838	55532113D	6050/1	07/10/2013	R\$ 191,53	208
MHA9747	55531771D	5541/5	17/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHG2646	55532076D	6050/1	04/10/2013	R\$ 191,53	208
MHG6612	54823151E	5185/1	09/09/2013	R\$ 127,69	167
MHH9657	55527806D	5541/2	25/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MHJ5712	55527083D	5207/0	27/08/2013	R\$ 53,20	169

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MHL7818	55527068D	5193/0	23/08/2013	R\$ 191,53	168
MHL8000	55531738D	5185/2	15/09/2013	R\$ 127,69	167
MHP2642	54823397E	5185/2	07/10/2013	R\$ 127,69	167
MHQ2605	55532341D	5975/0	11/10/2013	R\$ 127,69	204
MHQ6023	55524664D	5193/0	18/02/2013	R\$ 191,53	168
MHS9949	55531710D	5185/1	12/09/2013	R\$ 127,69	167
MHZ1523	55524336D	6050/1	18/02/2013	R\$ 191,53	208
MHZ2556	55524653D	5185/1	18/02/2013	R\$ 127,69	167
MIB0366	55528698D	5185/1	26/07/2013	R\$ 127,69	167
MIG4615	55528925D	5835/0	07/09/2013	R\$ 127,69	195
MIG4615	55528927D	5819/1	07/09/2013	R\$ 574,61	193
MIG4615	55528928D	5215/2	07/09/2013	R\$ 191,53	170
MIH6610	55522884D	7366/2	23/01/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIL3353	55532353D	5541/6	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ2529	55531894D	5541/2	05/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MIQ6360	55525280D	7366/2	14/05/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIR6227	54267243E	6050/1	05/05/2013	R\$ 191,53	208
MIY8425	55532492D	5541/2	07/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJA5019	55525476D	7030/2	24/05/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJC2114	55531777D	5185/1	19/09/2013	R\$ 127,69	167
MJD8731	55531851D	5541/2	27/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJF4180	55527519D	7030/2	27/08/2013	R\$ 191,53	244 * I
MJF4180	55527977D	5835/0	27/08/2013	R\$ 127,69	195
MJP7440	55532078D	7366/2	04/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJQ7300	55534964D	5541/2	17/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJR1379	55524080D	7366/2	20/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJS6650	55527374D	5967/0	28/08/2013	R\$ 191,53	203 * V
MJU6593	54264022E	7048/1	13/12/2012	R\$ 191,53	244 * II
MJU6593	54264023E	6858/0	13/12/2012	R\$ 85,12	231 * VII
MKA2310	55524764D	5185/1	26/02/2013	R\$ 127,69	167
MKB7727	55531244D	7366/2	10/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MKF3104	55531785D	5541/6	19/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKG7518	55536827D	6050/1	19/05/2013	R\$ 191,53	208
MKL3010	55532674D	5541/2	25/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKL4593	55532373D	5185/1	14/10/2013	R\$ 127,69	167
MKX5318	55528644D	5541/2	09/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLB7453	55228746C	5185/1	06/10/2013	R\$ 127,69	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MLD6654	55537541D	5541/2	24/07/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLE4304	55527409D	5541/2	12/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MLR1080	55527454D	5185/1	27/08/2013	R\$ 127,69	167
MMA3524	55532425D	6050/1	12/10/2013	R\$ 191,53	208
MVI9199	55528857D	7366/2	26/07/2013	R\$ 85,12	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1845/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AHW6744	54933387E	5010/0	13/04/2014	162 * I
AHW6744	54933388E	5118/0	13/04/2014	164 c/c 162 * I
AKT0065	55175958E	5045/0	24/03/2014	162 * V
ALA7772	55681837D	5320/0	05/04/2014	176 * V
AMH4517	55179939E	6920/0	24/03/2014	233
AOY9035	55180178E	6920/0	31/03/2014	233
ATT2562	54933155E	6670/0	31/03/2014	230 * XIII
BCN0030	54825157E	6599/2	23/03/2014	230 * V
BMJ9742	55179926E	6920/0	21/03/2014	233
BPA2050	54933054E	6599/2	31/03/2014	230 * V
BUC8056	54933211E	6599/2	07/04/2014	230 * V
BUC8056	54933212E	6599/2	07/04/2014	230 * V
CFL1330	55180159E	6920/0	26/03/2014	233
CVC2369	55179923E	6920/0	21/03/2014	233
DMA1100	55180151E	6920/0	26/03/2014	233
EHM8181	55179904E	6920/0	14/03/2014	233
HCS4049	54951491E	6599/2	03/04/2014	230 * V
HUO2416	54632041E	5010/0	10/03/2014	162 * I
HUO2416	54632042E	5118/0	10/03/2014	164 c/c 162 * I
IGN9792	54825104E	6610/2	30/03/2014	230 * VII
IIW6745	55175956E	6599/2	22/03/2014	230 * V
IJE0441	55533744D	6599/2	05/04/2014	230 * V
ILT8683	55179903E	6920/0	14/03/2014	233
IMF3573	55179863E	6912/0	29/03/2014	232
IMF3573	55179864E	6637/2	29/03/2014	230 * IX
JYO9597	54933260E	6599/2	05/04/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
KLV9508	55180179E	6920/0	31/03/2014	233
LWR0707	54933411E	5010/0	12/04/2014	162 * I
LWR0707	54933412E	6599/2	12/04/2014	230 * V
LWR0707	54933413E	6556/1	12/04/2014	230 * I
LWR0707	54933414E	6610/1	12/04/2014	230 * VII
LXD4903	55179905E	6920/0	18/03/2014	233
LXF6063	55180170E	6920/0	28/03/2014	233
LXG0583	55179947E	6920/0	25/03/2014	233
LXO4761	55310283D	6610/2	04/03/2014	230 * VII
LXT9927	55178414E	6726/1	06/03/2014	230 * XVIII
LYA1044	55179876E	5010/0	30/03/2014	162 * I
LYC8628	54633096E	5169/1	23/03/2014	165
LYO0172	54951068E	5010/0	25/03/2014	162 * I
LYO0172	54951069E	5061/0	25/03/2014	163 c/c 162 * I
LYO0172	54951070E	6912/0	25/03/2014	232
LYT0524	54933065E	5045/0	16/04/2014	162 * V
LYT0524	54933066E	5096/0	16/04/2014	163 c/c 162 * V
LZG4240	55180176E	6920/0	31/03/2014	233
LZT8620	55179918E	6920/0	20/03/2014	233
LZV3836	55179758E	6599/2	24/03/2014	230 * V
LZV3836	55179759E	5045/0	24/03/2014	162 * V
LZV3836	55179760E	5142/0	24/03/2014	164 c/c 162 * V
LZZ8962	55180190E	6920/0	01/04/2014	233
MAA0219	54933306E	7340/0	05/04/2014	252 * IV
MAO0458	54933342E	5010/0	11/04/2014	162 * I
MAO0458	54933343E	5118/0	11/04/2014	164 c/c 162 * I
MBE9184	55180004E	6637/2	04/04/2014	230 * IX
MBK2558	54933416E	6670/0	12/04/2014	230 * XIII
MBL1371	55178582E	6912/0	25/03/2014	232
MBL1371	55178583E	5010/0	25/03/2014	162 * I
MBL1371	55178584E	5118/0	25/03/2014	164 c/c 162 * I
MBP0356	55533353D	7340/0	28/03/2014	252 * IV
MBP8256	55533382D	7340/0	01/04/2014	252 * IV
MBQ7443	55179910E	6920/0	18/03/2014	233
MBW1217	54951859E	5169/1	25/03/2014	165
MBW1217	54951861E	6912/0	25/03/2014	232
MBW2532	54951339E	6610/2	28/03/2014	230 * VII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MBW2532	54951340E	6726/1	28/03/2014	230 * XVIII
MBW5862	54933326E	6599/2	07/04/2014	230 * V
MBY5565	55533894D	7340/0	10/03/2014	252 * IV
MBY5565	55533895D	6599/2	10/03/2014	230 * V
MBY6491	55177761E	7340/0	04/04/2014	252 * IV
MCA3568	55533749D	5010/0	06/04/2014	162 * I
MCA3568	55533750D	6599/2	06/04/2014	230 * V
MCC0917	55533390D	6599/2	05/04/2014	230 * V
MCM1755	55178410E	6610/2	01/03/2014	230 * VII
MCM3585	55178488E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MCM3758	55179916E	6920/0	20/03/2014	233
MCM5978	55178706E	6599/2	14/03/2014	230 * V
MCT8919	54933175E	6599/2	05/04/2014	230 * V
MCV0560	55179922E	6920/0	21/03/2014	233
MCV6611	55178005E	6769/1	29/03/2014	230 * XXII
MCW8829	55178477E	6599/2	23/03/2014	230 * V
MDA0164	55179950E	6920/0	26/03/2014	233
MDB3023	54633100E	5169/1	03/04/2014	165
MDE1242	54951143E	5010/0	02/04/2014	162 * I
MDE1242	54951144E	5118/0	02/04/2014	164 c/c 162 * I
MDE1242	54951145E	6599/2	02/04/2014	230 * V
MDH0479	55179932E	6920/0	24/03/2014	233
MDM6634	55180172E	6920/0	31/03/2014	233
MDN5176	55179912E	6920/0	20/03/2014	233
MDO2678	55178598E	5169/1	29/03/2014	165
MDW1670	55180162E	6920/0	27/03/2014	233
MDX4449	55533361D	6599/2	30/03/2014	230 * V
MDX4449	55533362D	5010/0	30/03/2014	162 * I
MEB1713	55175931E	6920/0	13/03/2014	233
MEM6560	55179930E	6920/0	24/03/2014	233
MEM8522	55179931E	6920/0	24/03/2014	233
MEN5599	54933902E	7340/0	13/04/2014	252 * IV
MEP7626	55175777E	6599/2	28/03/2014	230 * V
MEW5049	54951348E	6610/2	04/04/2014	230 * VII
MEY8394	54951490E	7340/0	29/03/2014	252 * IV
MFA3255	54933371E	5045/0	12/04/2014	162 * V
MFF9896	54933313E	7340/0	05/04/2014	252 * IV

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MFG0959	55179913E	6920/0	20/03/2014	233
MFG5715	55180165E	6920/0	27/03/2014	233
MFG8675	54933197E	6653/1	06/04/2014	230 * XI
MFH0746	55179862E	7340/0	29/03/2014	252 * IV
MFH3164	55180158E	6920/0	26/03/2014	233
MFN5456	55179877E	6610/2	30/03/2014	230 * VII
MFN5864	55533396D	6726/1	05/04/2014	230 * XVIII
MFP6062	55179861E	6637/2	29/03/2014	230 * IX
MGA8928	54825105E	6726/1	30/03/2014	230 * XVIII
MGD8548	54933341E	6726/1	11/04/2014	230 * XVIII
MGE3462	54951571E	6912/0	04/04/2014	232
MGF0695	55533399D	6408/0	05/04/2014	221
MGG5855	54933404E	5045/0	06/04/2014	162 * V
MGH5896	55179914E	6920/0	20/03/2014	233
MGM2148	55179941E	6920/0	25/03/2014	233
MGU1468	54825309E	5096/0	05/04/2014	163 c/c 162 * V
MGY7793	54933377E	6653/1	12/04/2014	230 * XI
MHI6420	55179818E	5169/1	23/03/2014	165
MHP6406	54933383E	6408/0	13/04/2014	221
MHX0111	55178490E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MHX0680	55180156E	6920/0	26/03/2014	233
MIH2736	55179945E	6920/0	25/03/2014	233
MIO9760	55533787D	6599/2	04/04/2014	230 * V
MJD3254	54933166E	5010/0	06/04/2014	162 * I
MJD3254	54933192E	5061/0	06/04/2014	163 c/c 162 * I
MJD3254	54933193E	6912/0	06/04/2014	232
MJE0671	55180171E	6920/0	28/03/2014	233
MJJ1835	55175783E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MJJ1835	55175784E	5118/0	29/03/2014	164 c/c 162 * I
MJJ1835	55179765E	6912/0	29/03/2014	232
MJJ8141	55179869E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MJJ8141	55179870E	5169/1	29/03/2014	165
MJP7662	55175908E	6920/0	07/03/2014	233
MKA0131	55180188E	6920/0	01/04/2014	233
MKO8928	54933181E	6700/0	05/04/2014	230 * XVI
MKS7425	55180001E	5010/0	02/04/2014	162 * I
MKS7425	55180002E	5118/0	02/04/2014	164 c/c 162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MKT9149	55179867E	7340/0	29/03/2014	252 * IV
MMI1482	55179757E	6599/1	23/03/2014	230 * V
NEY1501	55178604E	6912/0	30/03/2014	232
NEY1501	55178605E	6599/2	30/03/2014	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 5

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 050 1846/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABB4804	54825403E	5185/1	02/04/2014	167
AHH3171	55533424D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
AKT0065	55178533E	6050/1	24/03/2014	208
AKT0065	55178534E	6858/0	24/03/2014	231 * VII
AMP8830	55533264D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
AOV3881	55176171E	5835/0	31/03/2014	195
AOV5831	55534444D	5541/5	09/04/2014	181 * XVII
APN1430	55533263D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
AVJ5664	55533342D	5967/0	25/03/2014	203 * V
BAO0055	55178530E	5207/0	22/03/2014	169
BPA2050	54933053E	5568/0	31/03/2014	181 * XIX
BPQ0009	55533299D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
BUC8056	54933210E	5380/0	07/04/2014	181 * I
CKP1670	55534148D	5541/5	25/03/2014	181 * XVII
CSY9440	55533500D	5541/2	28/03/2014	181 * XVII
CTO6366	54933310E	7366/2	07/04/2014	252 * VI
DIR7713	55178056E	5185/1	26/02/2014	167
ELG8136	54824561E	5185/1	22/03/2014	167
HUO2416	54632043E	5835/0	10/03/2014	195
HXX9980	54933059E	7366/2	16/04/2014	252 * VI
ICL0460	55530899D	6050/1	17/02/2014	208
IIS3270	55533034D	5185/1	16/03/2014	167
IY4861	55533214D	5550/0	08/04/2014	181 * XVIII
IJV9686	54933168E	5835/0	04/04/2014	195
IMM1478	55533898D	7366/2	10/03/2014	252 * VI
JGR5700	55178077E	5185/1	23/03/2014	167

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
JYO9597	54933259E	5444/0	05/04/2014	181 * VII
KIU2034	55176174E	5835/0	31/03/2014	195
KLX1044	55533268D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
KLX1044	55533297D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
KLX1044	55533432D	5541/2	18/03/2014	181 * XVII
KNP0100	55533444D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
LXD7287	55533282D	5541/2	21/03/2014	181 * XVII
LXI7840	54933415E	6050/1	12/04/2014	208
LXQ1329	55533546D	5908/0	10/04/2014	202 * I
LXQ2240	55176172E	5835/0	31/03/2014	195
LXV0110	54933110E	5550/0	02/04/2014	181 * XVIII
LXY8407	55178577E	5207/0	22/03/2014	169
LYF8362	55533204D	5185/1	24/03/2014	167
LYH2909	55533410D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
LYI3803	55533211D	5185/1	05/04/2014	167
LYO0172	54951071E	7048/1	25/03/2014	244 * II
LYT0524	54933064E	5193/0	16/04/2014	168
LYT3495	54825070E	5185/1	30/03/2014	167
MAQ0620	54951800E	5207/0	12/03/2014	169
MAT7178	54933167E	6068/1	04/04/2014	209
MAT7373	55175968E	5185/1	29/03/2014	167
MAU1911	54933726E	5541/2	02/04/2014	181 * XVII
MBE7811	54933030E	5185/1	12/04/2014	167
MBE7811	54933031E	5215/1	12/04/2014	170
MBL1471	54933058E	5541/2	12/04/2014	181 * XVII
MBN0154	54951337E	5207/0	28/03/2014	169
MBP5115	54933277E	5541/1	07/04/2014	181 * XVII
MBR2692	55533290D	5541/2	24/03/2014	181 * XVII
MBS8284	55533056D	7366/2	14/03/2014	252 * VI
MBT3022	55533221D	5541/6	11/04/2014	181 * XVII
MBW5862	54933325E	5967/0	07/04/2014	203 * V
MCC0917	55533389D	5550/0	05/04/2014	181 * XVIII
MCF0046	55533272D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
MCG9355	55533257D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
MCG9355	55533461D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MCH0402	55533395D	5460/0	05/04/2014	181 * IX
MCH5827	55533275D	5541/2	21/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MCI3248	55533409D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MCM3585	54951347E	5835/0	04/04/2014	195
MCM7667	55533402D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII
MCN9289	54933056E	5541/1	10/04/2014	181 * XVII
MCW5550	54933703E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MCZ2102	54933378E	5967/0	12/04/2014	203 * V
MDC0220	55533980D	5541/6	07/04/2014	181 * XVII
MDC2453	54824565E	5185/1	22/03/2014	167
MDE4933	55533796D	5460/0	11/04/2014	181 * IX
MDI4551	55179955E	5185/1	23/03/2014	167
MDL2328	54933196E	5193/0	06/04/2014	168
MDM1872	55177908E	5185/1	22/03/2014	167
MDN3651	54933117E	5452/6	04/04/2014	181 * VIII
MEA7787	54933309E	7366/2	07/04/2014	252 * VI
MEB2963	55179825E	5460/0	01/04/2014	181 * IX
MEF5695	54825467E	5185/1	24/03/2014	167
MEI7720	54933033E	5185/1	12/04/2014	167
MEJ0443	54933276E	5541/1	07/04/2014	181 * XVII
MEN6302	54951061E	5991/0	04/03/2014	206 * I
MEP7959	54825101E	5185/1	29/03/2014	167
MEQ1370	55178080E	7234/0	23/03/2014	250 * I * a
MEY5533	54825066E	7234/0	30/03/2014	250 * I * a
MFJ1756	55533267D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
MFM5459	55533381D	5185/1	01/04/2014	167
MFP6062	55533260D	5541/2	20/03/2014	181 * XVII
MFY9331	55533213D	5550/0	05/04/2014	181 * XVIII
MFZ0947	55533392D	5541/5	05/04/2014	181 * XVII
MGE2056	54933202E	7366/2	07/04/2014	252 * VI
MGM3007	55533421D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MGS1610	55533542D	5185/1	04/04/2014	167
MGS2714	55533418D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MGT0046	54933406E	5541/2	08/04/2014	181 * XVII
MGU7162	54933712E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
MGV6368	54933711E	5541/2	01/04/2014	181 * XVII
MGY1457	55533460D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
MHC8852	54631993E	7056/1	02/04/2014	244 * III
MHE7440	55533429D	5541/2	18/03/2014	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MHG5195	54933263E	5444/0	05/04/2014	181 * VII
MHI2756	54824050E	5452/1	06/03/2014	181 * VIII
MHI6420	54825102E	5444/0	30/03/2014	181 * VII
MHR4249	55533972D	5444/0	05/04/2014	181 * VII
MHU2073	55175768E	5452/2	13/03/2014	181 * VIII
MID9950	54933214E	7366/2	07/04/2014	252 * VI
MIM6930	54933269E	7366/2	05/04/2014	252 * VI
MIP5982	54933704E	5541/2	31/03/2014	181 * XVII
MIR0590	55176167E	5185/1	30/03/2014	167
MIU4654	55177965E	5452/4	28/03/2014	181 * VIII
MIU9518	55533215D	5967/0	08/04/2014	203 * V
MIW6570	55533721D	5207/0	17/03/2014	169
MJH0377	55533448D	5541/2	19/03/2014	181 * XVII
MJH1948	55533438D	5541/2	18/03/2014	181 * XVII
MJH4017	54933724E	5541/2	02/04/2014	181 * XVII
MJJ8141	55179957E	5835/0	29/03/2014	195
MJJ8141	55179958E	5215/2	29/03/2014	170
MJJ8141	55179960E	5797/0	29/03/2014	191
MJJ8141	55179961E	6050/1	29/03/2014	208
MJK3587	54933014E	5452/6	04/04/2014	181 * VIII
MJL2260	54933408E	5541/1	10/04/2014	181 * XVII
MJL4986	55533096D	7366/2	01/04/2014	252 * VI
MJM6879	55176170E	5835/0	31/03/2014	195
MJQ9043	55178351E	7048/1	30/03/2014	244 * II
MJX9117	55533423D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MKE0717	55178152E	5207/0	05/04/2014	169
MKF4653	54933275E	5541/1	07/04/2014	181 * XVII
MKK4315	55533408D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MKP7008	54825412E	5541/1	02/04/2014	181 * XVII
MKT9700	54933331E	5541/6	09/04/2014	181 * XVII
MKZ3964	54933107E	7366/2	27/03/2014	252 * VI
MLE1633	55533743D	5738/0	05/04/2014	186 * II
MLP3565	55533426D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MLQ5572	55533416D	5541/2	17/03/2014	181 * XVII
MLW0655	55533435D	5541/2	18/03/2014	181 * XVII
MMA6886	54933029E	7366/2	12/04/2014	252 * VI
MMB4950	54933355E	5452/1	10/04/2014	181 * VIII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MMH1807	55177909E	7366/2	22/03/2014	252 * VI
MMK6863	54933026E	7366/2	12/04/2014	252 * VI
MVE6304	54633099E	5614/4	01/04/2014	182 * V
MVI5379	55533453D	5541/2	25/03/2014	181 * XVII
NAT5329	55533193D	5541/2	10/03/2014	181 * XVII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1847/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ACG1813	54950673E	6920/0	22/10/2013	R\$ 127,69	233
ADZ1571	54631754E	6920/0	15/05/2013	R\$ 127,69	233
ADZ1571	54824153E	6637/2	18/10/2013	R\$ 127,69	230 * IX
AEW0527	54952332E	6920/0	07/01/2014	R\$ 127,69	233
AEX4811	54632151E	5045/0	28/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
AFO1152	55528401D	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
AIX4889	54952410E	6920/0	13/01/2014	R\$ 127,69	233
AJJ0513	54950796E	6599/2	19/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
AKK0389	55534040D	6599/2	12/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
AMZ7399	55528359D	6670/0	03/08/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
ANU6890	54951028E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
ART2910	55529365D	6700/0	23/11/2013	R\$ 127,69	230 * XVI
ATB9169	54824410E	5010/0	28/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
AUS1859	54952523E	6920/0	28/11/2013	R\$ 127,69	233
BGR5644	54951015E	6920/0	21/01/2014	R\$ 127,69	233
BHI9392	55525414D	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
BHI9392	55528220D	6408/0	04/08/2013	R\$ 85,12	221
BLE3182	55530220D	6599/2	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
BLE3182	55530221D	6610/2	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
BMP7143	54951921E	5010/0	24/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
BMP7143	54951922E	5118/0	24/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
BRC6207	54950661E	6920/0	24/10/2013	R\$ 127,69	233
CBP3407	54951612E	6599/2	29/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
CGI7008	54951701E	6599/2	09/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
CII9821	54952333E	6920/0	08/01/2014	R\$ 127,69	233
CNM3035	54632925E	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
CPL1754	54265990E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
CSY9440	55530128D	6599/2	26/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
CYB4964	54824154E	5010/0	18/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
CYB4964	54824155E	5118/0	18/10/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
HOW7341	54632471E	6920/0	10/06/2013	R\$ 127,69	233
HRE7693	54267441E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
ICY2817	54479999D	6769/1	05/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
ICY2817	54480000D	6769/2	05/02/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
ICY2817	54951650E	6912/0	05/02/2014	R\$ 53,20	232
IDB0418	55683044D	6599/2	04/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
IDB0418	55683045D	6912/0	04/08/2013	R\$ 53,20	232
IJK4814	54951815E	5045/0	23/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
JTM1496	54952795E	6912/0	08/01/2014	R\$ 53,20	232
JYF7880	54952320E	6920/0	30/12/2013	R\$ 127,69	233
JZO7390	54951744E	6599/2	26/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
KCG7000	54952552E	6920/0	04/12/2013	R\$ 127,69	233
KOV0895	55528455D	6599/2	08/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
KOV0895	55528456D	6629/0	08/08/2013	R\$ 127,69	230 * VIII
LBS5943	55534687D	6726/1	23/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
LXH8572	54824178E	6637/1	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * IX
LXH8572	54824179E	6610/2	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LXH8572	54824180E	6653/1	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * XI
LXR8002	54631540E	6580/0	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * IV
LXR8002	54631541E	6599/2	22/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
LXR8002	54631542E	5010/0	22/06/2013	R\$ 574,61	162 * I
LXR8002	54631543E	5118/0	22/06/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
LYD0043	54632918E	6599/2	20/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYE6745	55530428D	6610/2	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * VII
LYF7594	54952233E	6963/0	01/02/2014	R\$ 127,69	237
LYH0711	55532047D	5274/1	30/10/2013	R\$ 191,53	175
LYK4381	55525043D	6599/2	02/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYK4899	54267472E	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
LYQ0747	54951004E	6920/0	20/01/2014	R\$ 127,69	233
LZS5888	54824434E	6599/2	24/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MAE8239	54950687E	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
MAG3042	54633183E	5010/0	15/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MAI5962	54632027E	5010/0	11/01/2014	R\$ 574,61	162 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MAI5962	54632028E	5118/0	11/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MAK3537	54823946E	6920/0	09/10/2013	R\$ 127,69	233
MAN1903	54951747E	6653/2	30/01/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MAY1592	54267458E	6599/2	17/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MAY1592	54631693E	6912/0	17/06/2013	R\$ 53,20	232
MAY1592	54631694E	6769/2	17/06/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MAY1592	54631695E	6637/1	17/06/2013	R\$ 127,69	230 * IX
MAY1592	54631696E	7340/0	17/06/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MBA5606	55528049D	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBA5606	55528050D	5118/0	03/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBA6034	55528439D	6599/2	07/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBB3294	54265983E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBE4052	54631970E	6599/2	10/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBK9284	54266038E	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MBK9284	54266040E	5010/0	31/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MBL6430	54952347E	6920/0	09/01/2014	R\$ 127,69	233
MBS8357	54824031E	5274/1	11/01/2014	R\$ 191,53	175
MBT0208	54632025E	5169/1	11/01/2014	R\$ 1.915,38	165
MBT3106	54952099E	5010/0	02/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MBT3106	54952100E	5118/0	02/02/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MBX2446	54267719E	6599/2	06/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCA6435	55529742D	6670/0	01/12/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MCF9378	54952380E	6726/1	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MCJ4308	54951026E	6920/0	28/01/2014	R\$ 127,69	233
MCN3678	55679586D	5010/0	25/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCN3678	55679587D	5118/0	25/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCP8695	54631973E	5010/0	14/09/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCP8695	54631974E	5118/0	14/09/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MCP8695	54631975E	6556/1	14/09/2013	R\$ 191,53	230 * I
MCP8695	54631977E	6599/2	14/09/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCQ6642	54266829E	6599/2	31/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCR9134	54952401E	6920/0	10/01/2014	R\$ 127,69	233
MCX0303	54952227E	5010/0	01/02/2014	R\$ 574,61	162 * I
MCX0303	54952228E	6599/2	01/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDD0105	55528393D	6769/1	07/08/2013	R\$ 85,12	230 * XXII
MDH7026	54824421E	5010/0	30/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MDH7026	54824422E	5274/1	30/12/2013	R\$ 191,53	175

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDT6325	54950607E	6599/2	21/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDT6636	55530022D	7340/0	30/12/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDV4549	55530796D	6599/2	09/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MDW9608	55528368D	7340/0	05/08/2013	R\$ 85,12	252 * IV
MDZ9458	54267995E	6599/2	31/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MDZ9458	54267996E	5045/0	31/05/2013	R\$ 191,53	162 * V
MDZ9458	54267997E	6912/0	31/05/2013	R\$ 53,20	232
MEA2821	54267664E	5169/1	19/05/2013	R\$ 1.915,38	165
MEA5091	54952932E	6610/2	08/12/2013	R\$ 127,69	230 * VII
MEE9901	54263293E	6599/2	01/04/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEE9901	54263294E	5010/0	01/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEE9901	54263295E	5118/0	01/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEG6980	54265271E	5010/0	20/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEG6980	54265272E	6599/2	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEG6980	54265273E	6580/0	20/05/2013	R\$ 191,53	230 * IV
MEI6874	55528128D	5045/0	14/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MEJ5430	55529624D	5010/0	30/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEJ5430	55529625D	6599/2	30/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEJ5455	55531120D	6599/2	31/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MEK4101	55528218D	5053/1	04/08/2013	R\$ 191,53	162 * VI
MEO6503	55525415D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEO6503	55525416D	5118/0	25/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MEP8955	54950686E	6920/0	31/10/2013	R\$ 127,69	233
MEX5416	54950786E	5010/0	11/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
MEX5416	54951731E	6599/2	11/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFB5986	54951911E	5045/0	07/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MFB5986	54951912E	5142/0	07/01/2014	R\$ 191,53	164 c/c 162 * V
MFB5986	54951913E	6912/0	07/01/2014	R\$ 53,20	232
MFF0135	54633484E	6599/2	01/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFL6396	54267199E	5169/1	18/08/2013	R\$ 1.915,38	165
MFR5107	54267763E	5118/0	08/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MFR5107	54267764E	6599/2	08/05/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFT5614	54631868E	6599/2	29/07/2013	R\$ 191,53	230 * V
MFV3421	54950855E	5010/0	31/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MFZ4608	54632610E	5010/0	26/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGD9962	54951743E	6599/2	26/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MGE6382	55525503D	6599/2	25/05/2013	R\$ 191,53	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MGE6382	55525504D	5010/0	25/05/2013	R\$ 574,61	162 * I
MGE6382	55525505D	5118/0	25/05/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGJ8986	54952796E	5010/0	08/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MGJ8986	54952797E	5118/0	08/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MGJ8986	54952798E	6653/2	08/01/2014	R\$ 127,69	230 * XI
MGJ8986	54952799E	6726/1	08/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGN0019	55528343D	6599/2	04/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MGN0019	55528344D	5045/0	04/08/2013	R\$ 191,53	162 * V
MGO4147	54952789E	6912/0	04/01/2014	R\$ 53,20	232
MGO4147	54952790E	6726/1	04/01/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MGP2063	54633768E	6726/1	01/02/2014	R\$ 127,69	230 * XVIII
MHA7950	54951827E	6599/2	09/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHA7962	55683039D	5169/1	14/06/2013	R\$ 1.915,38	165
MHA7962	55683040D	6599/2	14/06/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHI7927	55530032D	7340/0	05/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MHL4110	54952338E	6920/0	09/01/2014	R\$ 127,69	233
MHP6246	54263030E	6599/2	26/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHQ4074	55534663D	6599/2	28/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHS1472	54950888E	5045/0	14/11/2013	R\$ 191,53	162 * V
MHS1472	54950889E	6602/0	14/11/2013	R\$ 191,53	230 * VI
MHS2718	54951615E	5010/0	12/01/2014	R\$ 574,61	162 * I
MHS2718	54951616E	6599/2	12/01/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHS2718	54951617E	5118/0	12/01/2014	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHS2718	54951618E	6769/1	12/01/2014	R\$ 85,12	230 * XXII
MHS2718	54951619E	6912/0	12/01/2014	R\$ 53,20	232
MHS8510	55530433D	6599/2	05/02/2014	R\$ 191,53	230 * V
MHX0970	54267751E	5010/0	26/04/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHX0970	54267752E	5118/0	26/04/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MHX2551	54633061E	5061/0	30/07/2013	R\$ 574,61	163 c/c 162 * I
MHX2551	54633122E	5010/0	30/07/2013	R\$ 574,61	162 * I
MHX9355	55528037D	6599/2	01/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MHY3529	54264342E	6670/0	30/05/2013	R\$ 127,69	230 * XIII
MIG2720	54823907E	6920/0	30/09/2013	R\$ 127,69	233
MII9573	54631757E	6920/0	15/05/2013	R\$ 127,69	233
MIW8762	55530775D	5045/0	01/02/2014	R\$ 191,53	162 * V
MJF2393	55528402D	6599/2	03/08/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKG2949	54952546E	6920/0	03/12/2013	R\$ 127,69	233

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MKL8223	54632524E	6599/2	23/10/2013	R\$ 191,53	230 * V
MKL8223	54632526E	5010/0	23/10/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKZ3991	55528039D	5010/0	03/08/2013	R\$ 574,61	162 * I
MKZ3991	55528042D	5118/0	03/08/2013	R\$ 574,61	164 c/c 162 * I
MLG4553	54824429E	5045/0	10/01/2014	R\$ 191,53	162 * V
MLG4553	54824430E	6602/0	10/01/2014	R\$ 191,53	230 * VI
MLG4553	54824431E	6610/2	10/01/2014	R\$ 127,69	230 * VII
MLL9724	54824425E	7340/0	02/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV
MLL9724	55530389D	7340/0	12/01/2014	R\$ 85,12	252 * IV

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FRANCISCO ARI PLANTES DOS ANJOS

DELEGADO REGIONAL - 17A DRP



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 6

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 050 1848/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ABY5605	54267502E	5185/1	26/04/2013	R\$ 127,69	167
AFQ5812	54951645E	5380/0	02/02/2014	R\$ 85,12	181 * I
AGI0600	55530789D	5541/6	07/02/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
AHD2010	55527378D	6050/1	28/08/2013	R\$ 191,53	208
AJT2471	55530451D	7366/2	13/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
AKE9979	54823851E	5975/0	05/10/2013	R\$ 127,69	204
ANV1111	55532595D	6050/1	18/10/2013	R\$ 191,53	208
API4680	55524683D	5185/1	26/02/2013	R\$ 127,69	167
APP1041	55529344D	5452/3	17/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
APV9161	55530424D	5819/1	24/01/2014	R\$ 574,61	193
ARK6239	55532754D	5193/0	18/10/2013	R\$ 191,53	168
AUJ3458	55681816D	5452/1	24/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
AVB7777	54952466E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
BHE4577	55530254D	7366/2	19/12/2013	R\$ 85,12	252 * VI
BJR1632	54952382E	5835/0	01/02/2014	R\$ 127,69	195
CPB6543	55530384D	5185/1	11/01/2014	R\$ 127,69	167
DCC2950	55530908D	6050/1	23/01/2014	R\$ 191,53	208
DDG7040	55532110D	6041/2	05/10/2013	R\$ 127,69	207
DDI4319	54263032E	5541/1	09/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
DDT6886	55532198D	5444/0	05/10/2013	R\$ 53,20	181 * VII
DDV0634	55532420D	5541/6	10/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DHS2441	55527515D	5541/6	27/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
DHS4933	55529270D	6122/0	20/11/2013	R\$ 191,53	214 * I
DLF2171	54951736E	5207/0	18/01/2014	R\$ 53,20	169
DPX1533	55680049D	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
EKV3283	55530180D	5541/5	17/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
GPJ8030	55527845D	5541/2	01/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
HDV1816	55532965D	7366/2	30/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
IGB1848	55527975D	5452/6	27/08/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
IJV9686	55530323D	5967/0	26/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
ILI0288	55530930D	5185/1	31/01/2014	R\$ 127,69	167
INU3065	55534951D	5541/2	15/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
JNW1640	55531421D	7366/2	11/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
LAQ1049	55532961D	5193/0	30/10/2013	R\$ 191,53	168
LOJ5108	55530906D	5185/1	23/01/2014	R\$ 127,69	167
LWT1423	55527429D	5541/2	13/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXA1376	55530329D	5541/6	30/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
LXC9116	55534758D	5541/2	28/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXM5250	55529189D	5541/2	14/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
LXO8877	54951000E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
LXP8430	55524126D	5568/0	05/02/2013	R\$ 127,69	181 * XIX
LXZ2497	55530380D	5550/0	11/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
LYG1822	55525156D	5185/1	30/04/2013	R\$ 127,69	167
LYH3703	54950746E	5452/1	04/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
LYO4340	54952460E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
LYS8179	54633044E	6050/1	23/01/2014	R\$ 191,53	208
LZO0494	54824427E	5207/0	05/01/2014	R\$ 53,20	169
LZP6430	55532317D	5185/1	07/10/2013	R\$ 127,69	167
LZQ5519	55530034D	7056/1	05/01/2014	R\$ 191,53	244 * III
LZQ5519	55530035D	7030/1	05/01/2014	R\$ 191,53	244 * I
LZQ5519	55530036D	5835/0	05/01/2014	R\$ 127,69	195
LZU4056	54824151E	5185/1	06/10/2013	R\$ 127,69	167
MAA3715	54951770E	5207/0	31/01/2014	R\$ 53,20	169
MAD8728	55531599D	5746/3	08/11/2013	R\$ 85,12	187 * I
MAF4518	55530836D	7366/2	24/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MAI0090	54951623E	5541/1	20/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MBG1823	55530902D	5185/1	23/01/2014	R\$ 127,69	167
MBG9203	55529686D	6050/1	15/01/2014	R\$ 191,53	208
MBJ6000	55530457D	7366/2	13/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MBO7891	55532557D	5541/1	13/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MBO9946	55532098D	7030/2	12/10/2013	R\$ 191,53	244 * I
MBP0593	55527122D	7366/2	28/08/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MBP5832	55530362D	5541/5	09/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MBS8357	54824032E	5185/1	11/01/2014	R\$ 127,69	167
MBS8357	54824033E	5819/1	11/01/2014	R\$ 574,61	193
MBW0369	55530138D	5452/6	30/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MBW5619	55532616D	7366/2	30/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCA6013	55683048D	5185/1	01/09/2013	R\$ 127,69	167
MCA6013	55683050D	5207/0	01/09/2013	R\$ 53,20	169
MCC3098	55529950D	5193/0	26/01/2014	R\$ 191,53	168
MCC5567	54267221E	5738/0	30/04/2013	R\$ 191,53	186 * II
MCC5567	54267222E	5207/0	30/04/2013	R\$ 53,20	169
MCD3198	55534883D	5550/0	09/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCE1598	55532781D	5541/1	26/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MCF1745	55530226D	5541/1	10/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MCG4278	55530851D	6122/0	22/01/2014	R\$ 191,53	214 * I
MCH6148	55531037D	7366/2	20/09/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCI8972	55529944D	7366/2	22/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MCK8278	55529286D	5550/0	27/01/2014	R\$ 85,12	181 * XVIII
MCN0706	55530145D	5185/1	01/02/2014	R\$ 127,69	167
MCT8358	54950519E	5738/0	20/01/2014	R\$ 191,53	186 * II
MCX0452	55532334D	7366/2	11/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MCZ7445	55536395D	5193/0	07/04/2013	R\$ 191,53	168
MDB0078	54952467E	5835/0	16/01/2014	R\$ 127,69	195
MDD6298	55527115D	5193/0	25/08/2013	R\$ 191,53	168
MDG4144	55524087D	5185/1	26/02/2013	R\$ 127,69	167
MDH7026	54824423E	5835/0	30/12/2013	R\$ 127,69	195
MDO6392	54266683E	5738/0	08/05/2013	R\$ 191,53	186 * II
MDT8111	54952080E	5207/0	10/01/2014	R\$ 53,20	169
MDZ1065	55530285D	5193/0	05/02/2014	R\$ 191,53	168
MEA5091	55529339D	5185/1	11/01/2014	R\$ 127,69	167
MED3360	54952095E	7234/0	01/02/2014	R\$ 85,12	250 * I * a
MEE7369	55527419D	5541/2	13/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEE8805	55530377D	5967/0	11/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MEF6447	54951916E	5460/0	17/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MEF6447	55530109D	5185/1	18/01/2014	R\$ 127,69	167
MEH5163	55529196D	5541/2	14/10/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MEK8884	55530770D	7366/2	30/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MEN7031	54633043E	5738/0	16/01/2014	R\$ 191,53	186 * II
MEO6628	55524497D	6050/1	21/02/2013	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MES0732	54952379E	5819/2	01/02/2014	R\$ 574,61	193
MET1340	55530482D	5193/0	06/02/2014	R\$ 191,53	168
MEX8316	55530925D	5185/1	29/01/2014	R\$ 127,69	167
MFF9114	55527049D	5460/0	29/08/2013	R\$ 85,12	181 * IX
MFS0284	55523841D	6173/2	06/05/2013	R\$ 127,69	215 * I * a
MFT0034	54267549E	5819/1	07/09/2013	R\$ 574,61	193
MFY3145	55530430D	5185/1	01/02/2014	R\$ 127,69	167
MGC8819	55523130D	5541/1	21/02/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGD5348	55680050D	5185/2	06/10/2013	R\$ 127,69	167
MGG8837	55534893D	7366/2	15/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MGK1795	55534888D	5452/3	15/01/2014	R\$ 127,69	181 * VIII
MGK6764	55530701D	5185/1	23/01/2014	R\$ 127,69	167
MGM4615	55529403D	5541/1	22/11/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGN0440	55527372D	5541/1	28/08/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MGR1601	55527185D	5835/0	23/08/2013	R\$ 127,69	195
MGR1601	55527187D	7030/2	23/08/2013	R\$ 191,53	244 * I
MGR5599	55523592D	7366/2	18/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MGR6092	54823627E	5207/0	02/10/2013	R\$ 53,20	169
MGU3166	55529695D	7366/2	21/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHA6433	55532731D	6050/1	04/11/2013	R\$ 191,53	208
MHA7950	54951825E	6050/1	09/01/2014	R\$ 191,53	208
MHA7950	54951826E	5835/0	09/01/2014	R\$ 127,69	195
MHC1751	54950754E	6050/1	26/10/2013	R\$ 191,53	208
MHC3119	55530371D	7366/2	09/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MHD6011	55530123D	5819/1	24/01/2014	R\$ 574,61	193
MHH0707	54952958E	5347/0	01/02/2014	R\$ 85,12	178
MHJ4803	55530064D	5541/6	28/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MHK2723	55532721D	7366/2	29/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MHL4424	55530116D	5185/1	20/01/2014	R\$ 127,69	167
MHN2238	55524616D	7030/2	16/02/2013	R\$ 191,53	244 * I
MHQ6681	55531357D	5827/0	11/09/2013	R\$ 127,69	194
MIA5960	55530489D	7366/2	08/02/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIA7853	55529147D	5967/0	25/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MIC3734	55530135D	5185/1	28/01/2014	R\$ 127,69	167
MIH9136	55527319D	5800/0	28/08/2013	R\$ 127,69	192
MIJ1328	54632722E	5185/1	11/08/2013	R\$ 127,69	167
MIJ2357	55524345D	7366/2	26/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MIQ0206	55524570D	7366/2	15/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MIR0590	55530383D	5185/1	11/01/2014	R\$ 127,69	167
MIU0825	55530208D	7366/2	06/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MIV3055	55531194D	6050/1	25/10/2013	R\$ 191,53	208
MIV6909	55534315D	5185/1	24/02/2014	R\$ 127,69	167
MIY2937	54952219E	5207/0	28/01/2014	R\$ 53,20	169
MIY9594	54263546E	5738/0	07/12/2012	R\$ 191,53	186 * II
MJA6001	55530761D	6050/1	28/01/2014	R\$ 191,53	208
MJB7797	55530461D	5193/0	15/01/2014	R\$ 191,53	168
MJB8539	55529084D	5541/6	11/12/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MJE5532	55524581D	7366/2	19/02/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJL8547	55530051D	5185/1	14/01/2014	R\$ 127,69	167
MJS2877	55529698D	5460/0	21/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MJT2576	54824953E	5185/2	17/01/2014	R\$ 127,69	167
MJT5198	55532972D	7366/2	30/10/2013	R\$ 85,12	252 * VI
MJX9117	55532684D	5541/2	25/09/2013	R\$ 53,20	181 * XVII
MKB4846	55530410D	5967/0	16/01/2014	R\$ 191,53	203 * V
MKL4011	55530351D	7366/2	09/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MKL8599	55529999D	6050/2	21/01/2014	R\$ 191,53	208
MKP8895	55530213D	5843/4	06/01/2014	R\$ 127,69	196
MKZ3901	55532314D	5452/2	07/10/2013	R\$ 127,69	181 * VIII
MLD3519	55530967D	5541/1	29/01/2014	R\$ 53,20	181 * XVII
MLL0674	55530355D	7366/2	09/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MLL1807	55529145D	5460/0	21/01/2014	R\$ 85,12	181 * IX
MLL9724	54952167E	7048/1	02/02/2014	R\$ 191,53	244 * II
MLQ4894	55530929D	5819/1	31/01/2014	R\$ 574,61	193
MLS2666	55529509D	5185/1	15/11/2013	R\$ 127,69	167
MLU0105	54952159E	5347/0	13/01/2014	R\$ 85,12	178
MLV2761	55532331D	6050/1	09/10/2013	R\$ 191,53	208
MLX4499	55529146D	7366/2	21/01/2014	R\$ 85,12	252 * VI
MMB6464	55532400D	5967/0	30/10/2013	R\$ 191,53	203 * V
MMF9231	55530306D	6050/1	14/01/2014	R\$ 191,53	208
MMI0341	55529092D	5550/0	13/12/2013	R\$ 85,12	181 * XVIII
MPN9898	55530049D	5193/0	07/01/2014	R\$ 191,53	168
MVK0449	55530962D	6050/1	27/01/2014	R\$ 191,53	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	-------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

BRUSQUE/SC, 7 DE MAIO DE 2014

PAULO RODRIGO SESTREM

AUTORIDADE DE TRANSITO

Caçador

PREFEITURA

Extrato de Termo de Convênio 025/2013

EXTRATO TERMO DE CONVÊNIO 025/2013

Termo de Convênio nº025/2013. Partes: Município de Caçador, representado por seu Prefeito, Sr. GILBERTO AMARO COMAZZETTO, Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado da Segurança Pública, representada por seu Secretário CESAR AUGUSTO GRUBBA, Polícia Militar do Estado, representada pelo seu Comandante Geral NAZARENO MARCINEIRO e Polícia Civil do Estado, representada por seu Delegado Geral ALDO PINHEIRO D'ÁVILA. Objeto: instalação e manutenção de um sistema de videomonitoramento urbano composto de 01 (uma) central de videomonitoramento com 10 (dez) câmeras de segurança no Município de Caçador. Prazo/vigência: 05 (cinco) anos, a contar da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado por interesse das partes. Assinatura: Gilberto Amaro Comazzetto, Prefeito Municipal de Caçador/SC, Cesar Augusto Grubba, Secretário de Estado da Segurança Pública, Nazareno Marcineiro, Comandante Geral da Polícia Militar e Aldo Pinheiro D'Ávila, Delegado Geral da Polícia Civil. Data da Assinatura: 02 de outubro de 2013.

Portaria Nº 23.770

PORTARIA Nº 23.770, de 16 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Ordinária nº 1.889, de 22/04/2003 e Lei Ordinária nº 1.932, de 02/07/2003, que dispõe sobre o pagamento de gratificação de produtividade

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores abaixo relacionados, gratificação por produtividade, referente ao período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando: código, nome, cargo, referência, secretaria de lotação e pontuação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Ref.	Sec.	Pontuação
13312	Ana Claudia Serra Carpes Biela	Fiscal de Postura	22	002	1.000
11775	Ariel Bleichuehl Dallazem	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
12763	Gecione Correa Garcia	Fiscal Tributista	37	023	1.000
12872	Gustavo Spulda-ro Tanno	Fiscal Tributista	37	002	1.000
6814	Jaqueline Carneiro Pinzegher	Fiscal Tributista	37	023	1.000
13315	Louise Pereira Ruppel	Fiscal de Postura	22	002	1.000
11776	Maicon Faccioni de Mello	Fiscal de Obras	22	IPPUC	1.000
12577	Mara do Amaral e Silva	Fiscal de Postura	22	023	1.000
801	Nedival Rodrigues Cruz	Fiscal de Postura	22	023	1.000

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL

Portaria Nº 23.744

PORTARIA Nº 23.744, de 07 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, a Servidora Pública Municipal VANESSA PETER BERNARDES, ocupante do cargo de Psicólogo, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, com efeitos a contar de 04 de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 07 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.757

PORTARIA Nº 23.757, de 11 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 71, §1º, inciso I, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador,

RESOLVE:

EXONERAR, a pedido, o Servidor Público Municipal CARLOS EMILIO FINGER, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Obras Públicas, com carga horária de 44 (quarenta e quatro) horas semanais, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, a contar de 09 de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 11 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO

PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.742

PORTARIA Nº 23.742, de 04 de Abril de 2014.

O REFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011 e a Lei Complementar nº 209 de 23/02/2011, e suas alterações,

RESOLVE

DESIGNAR a Servidora Pública Municipal, a seguir relacionado, para exercer Função Gratificada, constantes no Anexo I - Cargos

do Grupo Ocupacional - Função Gratificada, por desempenhar atividades de maior responsabilidade além das previstas no seu cargo efetivo, especificando: código, nome, cargo, porcentagem da função gratificada, secretaria e início da designação, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	FG %	Sec.	Início
10639	Eliane Fatima Estanislawski	Auxiliar Administrativo	50%	002	01/04/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.808

PORTARIA Nº 23.808, de 29 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 76, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, e nos termos do art. 58, da Lei Complementar nº 93, de 29/12/2006 e suas alterações

RESOLVE:

CESSAR todos os efeitos da Portaria nº 21.950, de 20 de Agosto de 2012, que deferiu a averbação de tempo de serviço vinculado ao Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, para efeitos de aposentadoria, do Servidor Público Municipal VANDERLEY DE LIMA, lotado junto a Secretaria Municipal de Infraestrutura, ocupante do cargo de Mecânico.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 29 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.844

PORTARIA nº 23.844, de 05 de Maio de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos arts. 62 e 63 da Lei Federal nº 4.320/64 e Lei 8.666, de 21 de junho de 1993 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos,

RESOLVE:

Art. 1º - INSTAURAR Processo Administrativo a fim de apurar a efetiva realização de despesa não empenhada, liquidada e não paga no exercício anterior, bem como para apuração da legitimidade da despesa, vinculado ao processo licitatório nº 59/2011, na modalidade de Pregão Presencial nº 44/2011 com Registro de Preço nº 29/2011, ata nº 002/2012, do Fundo Municipal de Saúde.

§ 1º - A Comissão de Processo Administrativo tem poderes de ampla e irrestrita investigação, inclusive de fatos novos que venham a surgir no decorrer do presente processo, com possível infração aos dispositivos da Lei de Licitações e aos termos do contrato celebrado com o Município, estando assim sujeita às penalidades previstas nos referidos instrumentos legais.

Art. 2º - DESIGNAR com base no art. 233, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/04 (Estatuto dos Servidores Públicos Cíveis Municipais de Caçador), os Servidores Públicos Municipais: LUCIANA MARTA DEBARBA CEREZA, matrícula nº 10.780, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; MARIA APARECIDA BOSCATTO, matrícula 3.271, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município; EDIANEZ BORTOT FAORO, matrícula 0921, ocupante do cargo de Procuradora Municipal, lotada na Procuradoria Geral do Município, para, sob a presidência do primeiro, e secretariada pela última, comporem a Comissão de Processo Administrativo nº 01/2014.

Art. 3º - A Comissão tem o prazo de 30 (trinta) dias para conclusão dos trabalhos a contar do recebimento da portaria publicada no órgão oficial de publicação, podendo o citado prazo ser automaticamente prorrogado por mais 30 (trinta) dias, sem prejuízo dos trabalhos.

Art. 4º- Providencie a Comissão as provas que julgar necessárias para a completa apuração dos fatos denunciados.

Art. 5º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de maio de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.771

PORTARIA Nº 23.771, de 16 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no art. 73, inciso III, da Lei complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais a seguir relacionados, Licença Nojo, especificando: código, nome dos servidores, cargo, dias de afastamento e assento do óbito, conforme segue:

Código	Nome	Cargo	Dias em Afastamento	Assento do Óbito
12812	Deisiane Santana Telles	Assistente Administrativo	5	24/03/2014
11853	Jane Terezinha Souza Didoné	Auxiliar de Enfermagem	8	04/04/2014
970	José Gomes de Mattos	Motorista	5	06/04/2014
731	Odete Crivelatti	Atendente de Enfermagem	8	05/04/2014

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.741

PORTARIA Nº 23.741, de 04 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto na Lei Complementar nº 203, de 23/02/2011, que dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Vencimentos do Servidor Público Municipal, e suas alterações

RESOLVE:

DESIGNAR o Servidor Público Municipal, GIOVANI ERNANDES TELES DE OLIVEIRA, para exercer a Função de Confiança de Coordenador da Vigilância Sanitária, do "Grupo Ocupacional Confiança", do Poder Executivo Municipal, Referência FCC-3, sobre seus vencimentos básicos, com carga horária de 35 (trinta e cinco) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 04 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Rejane Serafini - SECRETÁRIA DE SAÚDE.

Portaria Nº 23.746

PORTARIA Nº 23.746, de 08 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador, mais o previsto no Termo de Convênio firmado com a Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria nº 22.635, de 02 de Maio de 2013, que colocou a disposição da Associação de Pais e Amigos de Surdos de Caçador - APAS, a Servidora Pública Municipal CLEONY LOPES BARBOSA FIGUR, ocupante do cargo de Assistente Social, carga horária de 20 (vinte) horas semanais, com efeitos a contar de 01 de Abril de 2014.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 08 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Portaria Nº 23.772

PORTARIA nº 23.772, de 16 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica Municipal, mais o previsto no art. 179, da Lei Complementar nº 56, de 20/12/2004, que dispõe sobre o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Caçador

RESOLVE:

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do serviço extraordinário - HORAS EXTRAS, referente ao período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando código, nome dos servidores e quantidade de horas, conforme

segue:

Código	Nome	Nº de horas
51	Adair Ferreira da Luz	40 horas
76	Adriano de Oliveira Lourenço	40 horas
3521	Airton Rogerio Bick	30 horas
3282	Angelo Edair Fantin	32 horas
71	Antonio Adelir da Silva	40 horas
10179	Carlos Alberto Machado	39 horas
10345	Cleusa Aparecida Ferreira da Luz	16 horas
929	Damião Quintino de Souza	14 horas
72	Davi Rodrigues da Rocha	40 horas
1240	Dirceu Ferreira da Luz	40 horas
11076	Edina Aparecida Domingues	30 horas
88	Edino Ferreira da Luz	40 horas
9497	Elisiane Cardoso da Piedade	18 horas
75	Eloir Souza dos Santos	18 horas
2504	Ezio Ferreira dos Santos	40 horas
78	Gilberto de Oliveira	40 horas
1026	Ilário Back	40 horas
73	Izaltino Fernandes	24 horas
10067	João Rodrigo de Souza	30 horas
1311	Joel Monteiro	30 horas
3417	Jorge Luiz Maia de Lima	30 horas
2501	José Adelir Soares	40 horas
896	José Alves Ribeiro	36 horas
56	Loreli Aparecida Varella	40 horas
581	Manoel Gonçalves Soares Neto	30 horas
1033	Marcio Ernani Telles de Oliveira	30 horas
70	Marcio Silveira Pinto	40 horas
87	Marcos Antonio dos Santos	12 horas
74	Maria Aparecida de Lima	12 horas
11140	Maria Aparecida Matos de Oliveira	40 horas
83	Mauri Bueno	40 horas
3436	Nery Daniel Vargas Cardoso	30 horas
11138	Noeli Gonçalves de Queiroz	40 horas
413	Paulo da Silva	18 horas
60	Roseli Aparecida Gribinsk	25:30 horas
10928	Serly de Goes dos Santos	18 horas
61	Solange Vieira da Silva	40 horas
2515	Valdir dos Santos	36 horas
85	Vanderlei Santos	40 horas
10484	Vinicius Alexandre Soares	40 horas
3418	Zenita Antunes de Moreira	30 horas

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Abril de 2014.
GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Portaria Nº 23.773

PORTARIA nº 23.773, de 16 de Abril de 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, no uso de suas atribuições legais, nos termos do art. 79, da Lei Orgânica do Município de Caçador

RESOLVE

CONCEDER aos Servidores Públicos Municipais, abaixo relacionados, lotados junto a Fundação Municipal do Meio Ambiente - FUNDEMA, o pagamento do ADICIONAL NOTURNO, prestado no período de 15/03/2014 a 14/04/2014, especificando: código, nome dos servidores e número de horas prestadas, conforme segue:

Código	Nome	Nº de Horas
674	Joventino Rodrigues dos Passos	144
1242	José Aldo Moraes da Silva	144

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 16 de Abril de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
PREFEITO MUNICIPAL.

Luiz Gustavo Pavelski
PRESIDENTE DA FUNDEMA.

Decreto Nº 5.999

DECRETO Nº 5.999, de 05 de maio de 2014.

Suplementa e anula dotação orçamentária, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAÇADOR, usando das suas atribuições legais, nos termos do art. 79, inciso VIII, da Lei Orgânica do Município de Caçador,

DECRETA :

Art. 1º Fica suplementada a dotação orçamentária abaixo descrita, no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Caçador, exercício de 2014, em favor do Fundo Municipal de Assistência Social, na importância de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

4.4.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 2º Para atender a suplementação disposta no art. 1º, serão utilizados recursos da anulação da dotação orçamentária abaixo especificada, no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais):

01 - FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

08.244.0005.2.191 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica

3.3.90.00.0063 - Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se e Publique-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Caçador,
em 05 de maio de 2014.

GILBERTO AMARO COMAZZETTO
Prefeito Municipal.

GILBERTO NICOLAO HAUDSCH
Secretário da Fazenda.

Camboriú

PREFEITURA

Ata de Registro de Preços Nº41/2014 - PMC

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO.

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

Em cumprimento ao disposto do artigo 15 parágrafo 2º da Lei 8.666/93 e alterações, a Secretaria de Administração, informa que se encontram registrados os preços abaixo relacionados, decorrentes do Pregão Presencial nº 041/2014 - PMC - Ata do Sistema de Registro de Preços 025/2014 - PMC - SELEÇÃO DE PROPOSTAS VISANDO O REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE RACHÃO DESTINADO AOS SERVIÇOS DE RECUPERAÇÃO DE VIAS MUNICIPAIS, PARA COLOCAÇÃO EM PÁTIOS, PASSEIOS PÚBLICOS E PRAÇAS PÚBLICAS, para atender a demanda da Prefeitura Municipal integrante do Município de Camboriú, pelo período de 12 (doze) meses.

ESTA ATA DE REGISTRO DE PREÇO ENCONTRA-SE PUBLICADA NA ÍNTEGRA, NO MURAL OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMBORIÚ, E NO ENDEREÇO ELETRÔNICO WWW.CAMBORIU.SC.GOV.BR.

VIGÊNCIA: 07/05/2015

1ª Publicação.

RESUMO DE CONTRATO MÊS 04/2014

RESUMO DE CONTRATO

FMA

Contrato nº 001/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2014

Contratado: COMERCIAL DE PEÇAS ROQUE LTDA

Data: 17/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 66.900,00 (Sessenta e seis mil e novecentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA CONserto E MANUTENÇÃO DOS SEGUINTEs TRATORES: JOHN DEERE - 5705, NEW HOLLAND 4030 E TAMBÉM IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS QUE COMPÕEM A PATRULHA AGRÍCOLA MECANIZADA, QUE PERTENCE A SECRETARIA DA AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 002/2014

Processo: Carta Convite Nº 001/2014

Contratado: MM COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA

Data: 29/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 19.680,00 (Dezenove mil seiscentos e oitenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE LARVICIDA BIOLÓGICO (BTI), PRODUTO UTILIZADO POR ESTA SECRETARIA NO PROGRAMA DE CONTROLE DE SIMOLÍDEOS (BORRACHUDOS), APLICADO NAS LOCALIDADES ONDE HÁ CACHOEIRAS NO MUNICÍPIO.

FMS

Contrato nº 017/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014

Contratado: ZOOM IND. COM. EQUIP. DE COMPUTADORES LTDA

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 8.048,00 (Oito mil e quarenta e oito reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 018/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014

Contratado: ILHA SERVICE SERV. DE INFORMATICA LTDA

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 15.089,00 (Quinze mil e oitenta e nove reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 019/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014

Contratado: NANO EMPREENDIMENTOS LTDA ME

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 628,20 (Seiscentos e vinte e oito reais e vinte centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 020/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014

Contratado: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA EPP

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 1.064,30 (Um mil sessenta e quatro reais e trinta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 021/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014

Contratado: MARCELO WEINRICH ME

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 183,80 (Cento e oitenta e três reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 022/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 007/2014
Contratado: SANDRO VILMAR PIRES - ME

Data: 04/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 1.228,80 (Um mil duzentos e vinte e oito reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE NOBREAK E DE SERVIDOR DE RACK PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 023/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 008/2014
Contratado: GRÁFICA ALTA DEFINIÇÃO LTDA

Data: 11/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 6.760,00 (Seis mil setecentos e sessenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, SAMU, ASSISTÊNCIA SOCIAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CEDIT, PRONTO ATENDIMENTO E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 024/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 008/2014
Contratado: IBV GRÁFICA LTDA EPP

Data: 11/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 2.155,90 (Dois mil cento e cinquenta e cinco reais e noventa centavos).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, SAMU, ASSISTÊNCIA SOCIAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CEDIT, PRONTO ATENDIMENTO E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 025/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 008/2014
Contratado: MÁRCIA MARIA SOARES DA COSTA
Data: 11/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 7.444,65 (Sete mil quatrocentos e quarenta e quatro reais e sessenta e cinco centavos).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA CONFECÇÃO DE IMPRESSOS PARA SEREM UTILIZADOS

NOS ATENDIMENTOS DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE, SAMU, ASSISTÊNCIA SOCIAL, VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA, CEDIT, PRONTO ATENDIMENTO E ATENÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 026/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: ANGAI DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - EPP
Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 2.160,00 (Dois mil cento e sessenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 027/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: NUNESFARMA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS FARMACEUTICOS
Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 17.800,00 (Dezessete mil e oitocentos reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 028/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: ANDRÔMEDA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA ME
Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 862,44 (Oitocentos e sessenta e dois reais e quarenta e quatro centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 029/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: HOSPILAB MEDICAL DISTRIBUIDORA LTDA EPP

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 51.288,81(Cinquenta e um mil duzentos e oitenta e oito reais e oitenta e um centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 030/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E

PRODUTOS

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 282.399,40 (Duzentos e oitenta e dois mil trezentos e noventa e nove reais e quarenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 031/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: ANGEOMED COMÉRCIO DE PROD. MÉD. HOSP. LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 4.501,00 (Quatro mil quinhentos e um reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 032/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: EXTRA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS HOS

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 3.849,00 (Três mil oitocentos e quarenta e nove reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 033/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: CRISTÁLIA PRODUTOS QUÍMICOS FARMACÊUTICOS LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 5.611,51 (Cinco mil seiscentos e onze reais e cinquenta e um centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 034/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: AGLON COMERCIO E REPRESTAÇÕES LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 1.050,00 (Hum mil e cinquenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 035/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 41.923,90 (Quarenta e um mil novecentos e vinte e três reais e noventa centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 036/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: COMERCIAL CIRÚRGICA RIOCLARENSE LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 5.115,00 (Cinco mil cento e quinze reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 037/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: CIAMED - DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 4.975,00 (Quatro mil novecentos e setenta e cinco reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 038/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: DIMASTER COMÉRCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 3.870,00 (Três mil oitocentos e setenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 039/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014

Contratado: ALTERMED MATERIAL MED. HOSPITALAR LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 15.147,09 (Quinze mil cento e quarenta e sete reais e nove centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 040/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: CENTERMEDI COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 10.991,85 (Dez mil novecentos e noventa e um reais e oitenta e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 041/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: MAURO MARCIANO COMÉRCIO DE MEDICAMENTOS LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 2.089,44 (Dois mil oitenta e nove reais e quarenta e quatro centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 042/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: ELOSUL MEDICAMENTOS MATERIAIS HOSPITALARES LTDA

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 266.133,50 (Duzentos e sessenta e seis mil cento e trinta e três reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DE ATENÇÃO BÁSICA PARA ATENDER CONFORME DEMANDA, A POPULAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 043/2014

Processo: Carta Convite Nº. 007/2014
Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA - ME

Data: 25/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses contados a partir de 08 de maio de 2014
Valor: R\$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO RAMO DE INTERNET PARA PRESTAR SERVIÇOS MENSIS DE ACESSO COM 01 (UM) ENDEREÇO IP FIXO POR PONTO, MONITORAMENTO ON-LINE DO TRÁFEGO, SUPORTE TÉCNICO 24 HORAS E PROVIMENTO DE BANDA DE INTERNET NAS UNIDADES DE SAÚDE BEM COMO DEMAIS SETORES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Contrato nº 044/2014

Processo: Concorrência Pública nº. 002/2014
Contratado: MINAS ENGENHARIA LTDA -EPP

Data: 25/04/2014

Prazo: 10 (dez) meses

Valor: R\$ 898.240,66 (Oitocentos e noventa e oito mil duzentos e quarenta reais e sessenta e seis centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA P/ PRESTAÇÃO DE SERV. DE MÃO DE OBRA C/ FORNECIMENTO DE MATERIAIS, P/ CONSTRUÇÃO DE UMA UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PORTE 4, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, NA R. JESUÍNO ANASTÁCIO PEREIRA, LOT. SANTA REGINA 6, B. SANTA REGINA, DE ACORDO C/ PORTARIA GM 340/13, QUE HABILITOU O MUNICÍPIO A RECEBER RECURSOS REFERENTE AO PLANO NACIONAL DA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$773.000,00, SENDO A CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO DE R\$ 250.267,19. CONFORME PROJETO ANEXO.

Contrato nº 045/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 001/2014

Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA
Data: 25/04/2014

Prazo: 08 (oito) meses

Valor: R\$ 598.722,28 (Quinhentos e noventa e oito mil setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MÃO DE OBRA COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, PARA A CONSTRUÇÃO DE UNIDADE BÁSICA DE SAÚDE - PORTE 3, NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ-SC, BAIRRO SÃO FRANCISCO, DE ACORDO COM A PORTARIA GM 340/13 QUE HABILITOU O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ A RECEBER RECURSOS REFERENTE AO PLANO NACIONAL DA IMPLANTAÇÃO DE UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE, NO VALOR DE R\$ 659.000,00, SENDO A CONTRAPARTIDA DO MUNICÍPIO NO VALOR DE R\$ 30.004,88, CONFORME PROJETO ANEXO.

Contrato nº 046/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2014
Contratado: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSPIT.ME
Data: 25/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 120.191,70 (Cento e vinte mil cento e noventa e um reais e setenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 047/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2014
Contratado: BIO LOGICA COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA
Data: 25/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 874,80 (Oitocentos e setenta e quatro reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 048/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2014
Contratado: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLÓGICOS LTDA ME
Data: 25/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 28.216,24 (Vinte e oito mil duzentos e dezesseis reais e vinte e quatro centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 049/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2014

Contratado: DENTAL MED SUL ARTIGOS ODONTOLÓGICOS LTDA

Data: 25/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 31.813,56 (Trinta e um mil oitocentos e treze reais e cinquenta e seis centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS PARA ATENDIMENTO DA POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 050/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 011/2014

Contratado: CONQUISTA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS

Data: 28/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 55.250,40 (Cinquenta e cinco mil duzentos e cinquenta reais e quarenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES. AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 - MARIA DAS NEVES SOUZA BERNIERI, AUTOS Nº 2011.72.58.001413-0 - EMILY VITORIA CUBAS, AUTOS Nº 0002905-67.2012.8.24.0113 - JOSÉ BARBOSA, AUTOS Nº 500227909.2012.404.7208 - ANTONINHA DOS SANTOS NUNES, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113 - ANA GARDINI GAZANIGA, AUTOS Nº 113.10.004647-0 - CATARINA VECKI FORBICI, E OUTROS

Contrato nº 051/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 011/2014

Contratado: PRODIET FARMACÊUTICA S/A

Data: 28/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 31.797,40 (Trinta e um mil setecentos e noventa e sete reais e quarenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES. AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 - MARIA DAS NEVES SOUZA BERNIERI, AUTOS Nº 2011.72.58.001413-0 - EMILY VITORIA CUBAS, AUTOS Nº 0002905-67.2012.8.24.0113 - JOSÉ BARBOSA, AUTOS Nº 500227909.2012.404.7208 - ANTONINHA DOS SANTOS NUNES, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113 - ANA GARDINI GAZANIGA, AUTOS Nº 113.10.004647-0 - CATARINA VECKI FORBICI, E OUTROS

Contrato nº 052/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 011/2014

Contratado: NUTRIPORT COMERCIAL LTDA

Data: 28/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 4.320,00 (Quatro mil trezentos e vinte reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES. AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 - MARIA DAS NEVES SOUZA BERNIERI, AUTOS Nº 2011.72.58.001413-0 - EMILY VITORIA CUBAS, AUTOS Nº 0002905-67.2012.8.24.0113 - JOSÉ BARBOSA, AUTOS Nº 500227909.2012.404.7208 - ANTONINHA DOS SANTOS NUNES, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113 - ANA GARDINI GAZANIGA, AUTOS Nº 113.10.004647-0 - CATARINA VECKI FORBICI, E OUTROS

Contrato nº 053/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 011/2014

Contratado: NUTROSUL BRASIL IMPORTAÇÃO E LOGÍSTICA LTDA

Data: 28/04/2014

Prazo: 12 (doze) meses

Valor: R\$ 4.860,00 (Quatro mil oitocentos e sessenta reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS PARA ATENDER A DEMANDA E CUMPRIR AS AÇÕES JUDICIAIS DA SECRETARIA MUNICIPAL DA SAÚDE PELO PERÍODO DE 12 MESES. AUTOS Nº 0005999-23.2012.8.24.0113 - MARIA DAS NEVES SOUZA BERNIERI, AUTOS Nº 2011.72.58.001413-0 - EMILY VITORIA CUBAS, AUTOS Nº 0002905-67.2012.8.24.0113 - JOSÉ BARBOSA, AUTOS Nº 500227909.2012.404.7208 - ANTONINHA DOS SANTOS NUNES, AUTOS Nº 0002787-33.2008.8.240113 - ANA GARDINI GAZANIGA, AUTOS Nº 113.10.004647-0 - CATARINA VECKI FORBICI, E OUTROS

Contrato nº 054/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 012/2014

Contratado: CIRURGICA BELA VISTA COM. DE PROD. HOSPIT.ME

Data: 28/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 11.352,05 (Onze mil trezentos e cinquenta e dois reais e cinco centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS INSTRUMENTAIS PARA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 055/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 012/2014

Contratado: DENTARIA E DISTR. HOSP. PORTO ALEGRENSE LTDA

Data: 28/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 1.157,80 (Hum mil cento e cinquenta e sete reais e oitenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS INSTRUMENTAIS PARA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 056/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 012/2014

Contratado: SILMES COMERCIO DE PRODUTOS ODONTOLOGICOS LTDA ME

Data: 28/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 1.404,70 (Hum mil quatrocentos e quatro reais e setenta

centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS ODONTOLÓGICOS INSTRUMENTAIS PARA REALIZAÇÃO DOS ATENDIMENTOS A POPULAÇÃO NAS UNIDADES DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

FME

Contrato nº 013/2014

Processo: Carta Convite Nº. 002/2014
Contratado: NIETSCHÉ & NIETSCHÉ LTDA ME

Data: 14/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 77.000,00 (Setenta e sete mil reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO, ILUMINAÇÃO, DIVULGAÇÃO COM CARRO DE SOM E MONTAGEM DE PALCO PARA EVENTOS NESTA SECRETARIA. CONFORME RELAÇÃO EM ANEXO.

Contrato nº 014/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014

Contratado: MARCELO WEINRICH ME

Data: 16/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 23.317,00 (Vinte e três mil trezentos e dezessete reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICO DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 015/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014

Contratado: WEIKAN TECNOLOGIA LTDA EPP

Data: 16/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 7.276,50 (Sete mil duzentos e setenta e seis reais e cinquenta centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE PERIFÉRICO DE INFORMÁTICA PARA MANUTENÇÃO DOS COMPUTADORES DAS UNIDADES ESCOLARES DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ

Contrato nº 016/2014

Processo: Carta Convite Nº. 003/2014

Contratado: OFICINA MECANICA IRMÃOS MARQUES LTDA

Data: 28/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 28.578,30 (Vinte e oito mil quinhentos e setenta e oito reais e trinta centavos).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE

SERVIÇOS MECÂNICOS COM FORNECIMENTO DE PEÇAS PARA MANUTENÇÃO NOS VEÍCULOS ÔNIBUS DA FROTA DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO.

Contrato nº 017/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 002/2014
Contratado: A.R.G INDUSTRIA LTDA EPP

Data: 29/04/2014

Prazo: 11 (onze) meses contados da data da assinatura da ordem de serviço.

Valor: R\$ 348.041,75 (Trezentos e quarenta e oito mil quarenta e um reais e setenta e cinco centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA EXECUÇÃO DE UMA COBERTURA E PISO DE QUADRA POLIESPORTIVA PARA O C.E.M ABELARDO TORQUATO ROSA, COM ÁREA A SER CONSTRUÍDA DE 627,00 M2, CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS CONSTITUÍDOS EM ANEXO. RECURSO TERMO DE COMPROMISSO PAC Nº 208336/2014 FNDE NO VALOR DE R\$ 184.100,44 (CENTO E OITENTA E QUATRO MIL CEM REAIS E QUARENTA E QUATRO CENTAVOS) E O VALOR DE CONTRAPARTIDA DESTE MUNICÍPIO NO IMPORTE DE R\$ 163.958,35 (CENTO E SESSENTA E TRÊS MIL NOVECIENTOS E CINQUENTA E OITO REAIS E TRINTA E CINCO CENTAVOS).

Contrato nº 018/2014

Processo: Tomada de Preço nº. 003/2014
Contratado: EXITO CONSTRUÇÕES CIVIS LTDA

Data: 29/04/2014

Prazo: 07 (sete) meses contados da data da assinatura da ordem de serviço.

Valor: R\$ 466.939,80 (Quatrocentos e sessenta e seis mil novecentos e trinta e nove reais e oitenta centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS PARA AMPLIAÇÃO E REFORMA DA E.B.M LUCINIRA MELO REBELO, COM ÁREA A SER AMPLIADA DE 449,56 M2 E ÁREA DE REFORMA DE 733,86 M2, COMPREENDENDO (PISO GINÁSIO, MURO, CALÇADA, PINTURA E TELHADO), CONFORME PROJETO BÁSICO E SEUS ELEMENTOS

FUNDESP

Contrato nº 007/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 004/2014
Contratado: CATARINÃO AGENCIA DE VIAGENS E TURISMO LTDA

Data: 14/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 59.000,00 (Cinquenta e nove mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE TRANSPORTE PARA OS ATLETAS DA FUNDAÇÃO DE ESPORTES QUE IRÃO PARTICIPAR DE JOGOS REPRESENTANDO O MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME CRONOGRAMA.

Contrato nº 008/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014

Contratado: PROJETO CULTURAL LTDA - ME
Data: 17/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 39.700,00 (Trinta e nove mil e setecentos reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS USAREM EM JOGOS E CAMPEONATOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

Contrato nº 009/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014
Contratado: GISLEANE DE OLIVEIRA CARDOSO

Data: 17/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 7.860,00 (Sete mil oitocentos e sessenta reais)
Objeto: AQUISIÇÃO DE UNIFORMES ESPORTIVOS PARA OS ATLETAS USAREM EM JOGOS E CAMPEONATOS DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES

FMC

Contrato nº 005/2014

Processo: Carta Convite Nº. 003/2014
Contratado: LIND GUIMAR MACHADO - ME

Data: 02/04/2014

Prazo: 01 (um) mês

Valor: R\$ 37.620,00 (Trinta e sete mil seiscentos e vinte reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE GERADOR DE ENERGIA E PÓRTICO DE ALUMÍNIO, QUE SERÃO UTILIZADOS PARA DIVULGAÇÃO DOS EVENTOS QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DAS FESTIVIDADES EM COMEMORAÇÃO AOS 130 ANOS DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA DE CAMBORIÚ

FUNDESB

Contrato nº 009/2014

Processo: Carta Convite Nº. 002/2014
Contratado: MADEIREIRA GARDINI LTDA - ME
Data: 14/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 39.558,00 (Trinta e nove mil quinhentos e cinquenta e oito reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO NECESSÁRIO PARA DAR SUPORTE NA MANUTENÇÃO DE TUBOS, GALERIAS, ASSENTAMENTO DE NOVOS TUBOS, CONSTRUÇÃO DE REDE EM NOSSA CIDADE.

Contrato nº 010/2014

Processo: Carta Convite Nº. 003/2014
Contratado: MARTA TERESA BRITZKI - EPP

Data: 15/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 17.729,85 (Dezessete mil setecentos e vinte e nove reais e oitenta e cinco centavos).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA SERVIÇO DE MÃO DE OBRA MECÂNICA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS, NECESSÁRIO PARA SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS EM VEÍCULO RETROSCAVADEIRA RANDON 406 RK, POIS O MESMO ENCONTRA-SE DANIFICADO, DEIXANDO ASSIM O VEÍCULO EM CONDIÇÕES DE USO.

Contrato nº 011/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 008/2014
Contratado: A. NEGRI ENGENHARIA LTDA -ME

Data: 22/04/2014

Prazo: 40 (quarenta) dias

Valor: R\$ 123.000,00 (Cento e vinte e três mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ELÉTRICOS, LÓGICA, INSTRUMENTAÇÃO E CONTROLE DAS UNIDADES DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato nº 012/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2014
Contratado: LOTUS ENGENHARIA CONSULTORIA LTDA

Data: 22/04/2014

Prazo: 40 (quarenta) dias

Valor: R\$ 128.000,00 (Cento e vinte e oito mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE ELABORAÇÃO DOS PROJETOS ESTRUTURAIS DAS UNIDADES DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

Contrato nº 013/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 010/2014
Contratado: J.A BAROSSO TECNOLOGIA DE SOLOS E CONCRETO LTDA,
Data: 22/04/2014

Prazo: 30 (trinta) dias

Valor: R\$ 39.500,00 (Trinta e nove mil e quinhentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DE SONDAGENS SPT E TRADO PARA IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE ESGOTAMENTO SANITÁRIO DE CAMBORIÚ, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA.

FMAS

Contrato nº 006/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 005/2014
Contratado: NIETSCHKE & NIETSCHKE LTDA ME

Data: 07/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 5.000,00 (Cinco mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NO LOCAL DE CADA EVENTO COM CARRO DE SOM PELAS RUAS DA CIDADE DE CAMBORIÚ, TOTALIZANDO DEZ EVENTOS DO PROGRAMA NACIONAL DE PROMOÇÃO DO ACESSO AO MUNDO DO TRABALHO - ACESSUAS TRABALHO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA

Contrato nº 007/2014

Processo: Carta Convite Nº. 002/2014
Contratado: NIETSCHE & NIETSCHE LTDA ME

Data: 24/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 22.450,00 (Vinte e dois mil quatrocentos e cinquenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO NOS EVENTOS: CAMPANHA DO AGASALHO, DIA NACIONAL DE COMBATE A VIOLENCIA E A EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO-JUVENIL, ENTREGA DOS AGASALHOS, DIA DO IDOSO, DIA DA CRIANÇA, ENTREGA DE KITS PARA GESTANTES, FORMATURA DA 2ª CASA DA COSTUREIRA, BAILE DA SAUDADE, ENCERRAMENTO TERCEIRA IDADE, CONFRATERNIZAÇÃO NATALINA DO PETI, SOMANDO O TOTAL DE DEZ EVENTOS REALIZADOS PELA SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PMC

Contrato nº 043/2014

Processo: Inexigibilidade de Licitação 003/2014

Contratado: LIND GUIMAR MACHADO - ME

Data: 02/04/2014

Prazo: 01 (um) mês

Valor: R\$ 100.000,00 (Cem mil reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA QUE DETÉM REPRESENTAÇÃO E EXCLUSIVIDADE PARA AS APRESENTAÇÕES DE SHOWS ARTÍSTICOS RECONHECIDOS E CONSAGRADOS PELA CRITICA ESPECIALIZADA E PELA OPINIÃO PUBLICA NO ÂMBITO REGIONAL E NACIONAL, COM DURAÇÃO MÍNIMA DE DUAS HORAS CADA QUE ABRILHANTARÃO A TRADICIONAL FESTA (EXPORURAL 2014) QUE OCORRERA NOS DIAS 04, 05 E 06 DO MÊS DE ABRIL NESTE MUNICÍPIO.

Contrato nº 044/2014

Processo: Carta Convite Nº. 017/2014
Contratado: MINISTER SERVIÇOS DE SEGURANÇA

Data: 02/04/2014

Prazo: 01 (um) mês

Valor: R\$ 47.520,00 (Quarenta e sete mil quinhentos e vinte reais).
Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM SERVIÇO DE SEGURANÇA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NA EXPORURAL 2014, EVENTO ESTE QUE COMPÕEM A PROGRAMAÇÃO DA FESTA DO MUNICÍPIO EM COMEMORAÇÃO AO SEU 130º

ANIVERSÁRIO DE EMANCIPAÇÃO POLÍTICA ADMINISTRATIVA.

Contrato nº 045/2014

Processo: Carta Convite Nº. 018/2014

Contratado: C.M. PONCIANO ME

Data: 04/04/2014

Prazo: 01 (um) mês

Valor: R\$ 30.000,00 (Trinta mil reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA LOCAÇÃO DAS TENDAS QUE SERVIRÃO PARA EXPOSIÇÃO AGRÍCOLA NA EXPORURAL 2014.

Contrato nº 046/2014

Processo: Carta Convite Nº. 019/2014

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA
Data: 15/04/2014

Prazo: 30 (trinta) dias

Valor: R\$ 49.909,95 (Quarenta e nove mil novecentos e nove reais e noventa e cinco centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA PARA EXECUÇÃO DE INSTALAÇÃO DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA PARA EVENTOS, EM REGIME DE EMPREITADA GLOBAL NA RUA DANIEL SILVÉRIO NO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Contrato Nº 047/2014 De Aditivo A Ata De Registro De Preços N 014/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 038/2013

Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA
Data: 16/04/2014

Prazo: 26 de agosto de 2014

Valor: R\$ 48.300,00 (Quarenta e oito mil e trezentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTO PESADO EM HORA MÁQUINA, DESTINADOS Á RECUPERAÇÃO E ADAPTAÇÃO DE VIAS PÚBLICAS E ESTRADAS VICINAIS.

Contrato nº 048/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 037/2014
Contratado: LINCK MAQUINAS SA
Data: 23/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 530.000,00 (Quinhentos e trinta mil reais)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MÁQUINA PARA REALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ.

Contrato nº 049/2014

Processo: Carta Convite Nº. 020/2014

Contratado: MERCOLUX COMERCIAL ELETRICA LTDA

Data: 23/04/2014

Prazo: 07 (sete) meses

Valor: R\$ 112.500,00 (Cento e doze mil e quinhentos reais)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DE ENGENHARIA ELÉTRICA PARA EXECUÇÃO DE MANUTENÇÃO EMERGENCIAL DA REDE DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA DO MUNICÍPIO DE CAMBORIÚ, CONFORME PLANTAS E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

Contrato nº 050/2014

Processo: Tomada de Preço Nº. 001/2014

Contratado: VOGELSANGER PAVIMENTAÇÃO LTDA

Data: 23/04/2014

Prazo: 05 (cinco) meses

Valor: R\$ 270.599,48 (Duzentos e setenta mil quinhentos e noventa e nove reais e quarenta e oito centavos)

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO COM FORNECIMENTO DE MATERIAL PARA PAVIMENTAÇÃO ASFÁLTICA, DRENAGEM PLUVIAL E ADEQUAÇÃO DA DRENAGEM PLUVIAL DA RUA PEROBA - BAIRRO MONTE ALEGRE, CONFORME PROJETO BÁSICO.

Contrato nº 051/2014

Processo: Carta Convite Nº. 021/2014

Contratado: DISK MATERIAL COMÉRCIO E TRANSPORTES LTDA

Data: 25/04/2014

Prazo: 01 (um) mês

Valor: R\$ 35.950,00 (Trinta e cinco mil novecentos e cinquenta reais).

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO PARA LIMPEZA E CONSERVAÇÃO DAS PRAÇAS, GINÁSIO DE ESPORTE E RUAS NOS DIAS DO EVENTO "XXXII ENCONTRO DOS GIDEÕES MISSIONÁRIOS DA ÚLTIMA HORA", QUE ACONTECERÁ NO PERÍODO DE 26 DE ABRIL A 05 DE MAIO DE 2014, CONFORME LEI MUNICIPAL 2.668/2014.

Contrato nº 052/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 040/2014

Contratado: VALDELI CECILIO DOS SANTOS

Data: 29/04/2014

Prazo: 31 de dezembro de 2014

Valor: R\$ 41.465,56 (Quarenta e um mil quatrocentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e seis centavos)

Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO PARA REFORMA EM 12 RESIDÊNCIAS COM PROCESSOS JÁ DEVIDAMENTE CADASTRADOS E APROVADOS PELA COHAB - PROGRAMA COHAB CIDADÃ. ORÇAMENTO CONFORME TABELA SINAPI - SC, REFERENTE AO MÊS DE FEVEREIRO DE 2014. RECURSO DO CONVÊNIO Nº 2013TR004081 CELEBRADO ENTRE FUNDHAB E FMHIS.

Contrato Nº 053/2014 De Aditivo A Ata De Registro De Preços N

019/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 031/2014

Contratado: MRX ORGANIZAÇÃO DE EVENTOS E COMÉRCIO LTDA ME

Data: 30/04/2014

Prazo: 14 de abril de 2015

Valor: R\$ 5.250,00 (Cinco mil duzentos e cinquenta reais)

Objeto: LOCAÇÃO DE CADEIRAS PARA SEREM UTILIZADAS NOS EVENTOS REALIZADOS PELA MUNICIPALIDADE. ADITIVOS

FME

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 69/2013

Processo: Concorrência Pública nº. 001/2013

Contratado: AÇU CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA

Data: 08/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 48.484,10 (Quarenta e oito mil quatrocentos e oitenta e quatro reais e dez centavos), tendo em vista que tais alterações/ adequações tem sua origem de ordem técnica, pela não previsão no orçamento inicial de serviços indispensáveis para tal execução como: tapume de obra, instalações provisórias, escavação de valas, reaterro de valas e armadura para piso, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

Sexto Termo Aditivo

Contrato nº 13/2012

Processo: Concorrência Pública nº. 004/2011

Contratado: CONSTRURIO EMPREITEIRA DE MÃO DE OBRA LTDA

Data: 09/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$187.799,17 (Cento e oitenta e sete mil setecentos e noventa e nove reais e dezessete centavos), tendo em vista que tais alterações/ adequações tem sua origem de ordem técnica, pois não foram previamente orçadas, conforme justificativa apresentada pela Secretaria de Educação e empresa.

Segundo Termo Aditivo

Contrato nº 28/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 011/2013

Contratado: VIACAO PRAIANA LTDA

Data: 14/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade de incluir um novo trajeto a ser percorrido, na localidade de Grichirim, para buscar novos alunos, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 12.600,00 (Doze mil e seiscentos reais) conforme solicitação da Secretaria.

FMC

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 001/2014

Processo: Pregão Presencial Nº 001/2014

Contratado: P3 EVENTOS E ESPETÁCULOS LTDA EPP

Data: 04/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 35.500,00 (Trinta e cinco mil e quinhentos reais), devido as chuvas que antecederam o evento, havendo a necessidade de reforço das estruturas e aterro do solo do local para garantir à segurança dos usuários. Há necessidade também de ampliação das arquibancadas e dos camarotes devido a grande procura pelos munícipes, alteração das querências, bretes, porteiros, embarcadores de animais, ampliação da iluminação interna da arena, ampliação do sistema de sonorização e colocação de mais dois telões de LED, conforme solicitação da Fundação em anexo.

FUNDESB

Quarto Termo Aditivo

Contrato nº 026/2011

Processo: Carta Convite Nº.027/2011

Contratado: LCT CONSTRUÇÕES E CONSULTORIA LTDA

Data: 10/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, face às necessidades da Municipalidade, as partes resolvem aditar o valor contratual em R\$ 97.200,00 (Noventa e sete mil e duzentos reais), visto que o mesmo refere-se a fiscalização e supervisão da obra do parque linear que está em atraso e cujo contrato nº 24/2010 foi prorrogado até 25 de fevereiro de 2015, devido às alterações no projeto de barramento e de recolocação da galeria de drenagem pluvial junto a Caixa Econômica Federal. Desta forma, esse contrato deve acompanhar aquele, tendo em vista tal fiscalização que se faz necessário, conforme justificativa e solicitação da empresa e secretaria.

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 019/2013

Processo: Pregão Presencial Nº 009/2013

Contratado: EMBRACORE INFORMÁTICA LTDA

Data: 15/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista as necessidades da Municipalidade de continuidade dos serviços especializados em informática corporativa e sistemas de gestão, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando de 07 de maio de 2014 até 06 de maio de 2015, e o valor contratual no correspondente a R\$ 14.841,00 (Catorze mil oitocentos e quarenta e um reais).

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 023/2013

Processo: Carta Convite Nº. 13/2013

Contratado: IMBRANET INTERNET E INFORMÁTICA LTDA - ME

Data: 15/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, as partes resolvem aditar o prazo contratual de 14 de maio de 2014 até 13 de maio de 2015 e o valor contratual no correspondente a R\$ 24.000,00 (Vinte e quatro mil reais), tendo em vista a necessidade de manter a continuidade dos serviços de internet para a Secretaria.

FMS

Primeiro Termo Aditivo

Contrato nº 019/2013

Processo: Dispensa de Licitação nº. 007/2013

Locador: MITRA METROPOLITANA DE FLORIANOPOLIS - PAROQUIA SR

Data: 25/04/2014

Objeto: Pelo presente instrumento, haja vista a necessidade da Municipalidade, baseado no artigo 57, inciso II da lei federal 8.666/93 que também permite a prorrogação contratual de serviços executados de forma contínua, as partes resolvem aditar o prazo contratual por 12 (doze) meses, vigorando de 27 de abril de 2014 até 26 de abril de 2015, e o valor contratual no correspondente a R\$ 63.690,00 (Sessenta e três mil seiscentos e noventa reais), sendo o valor reajustado pelo IPCA, garantindo assim a comodidade de todos que utilizam os serviços prestados neste local, por ser de fácil acesso e já conhecido pelos pacientes.

MARCIO DA ROSA

SECRETARIO DE ADMINISTRAÇÃO

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Transito Nº 194 - 1188/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1188/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ADB1612	54948138E	5274/1	02/04/2014	175
ADB1612	54948139E	6599/2	02/04/2014	230 * V
ADB1612	54948140E	5010/0	02/04/2014	162 * I
ADJ0791	54945948E	6920/0	21/02/2014	233
KVD3452	54948223E	6637/2	29/03/2014	230 * IX
KVD3452	54948224E	6769/1	29/03/2014	230 * XXII
MAQ0311	54947135E	6912/0	14/03/2014	232
MBS2294	54948148E	6599/2	07/04/2014	230 * V
MBS2294	54948149E	5061/0	07/04/2014	163 c/c 162 * I
MCV1529	54947958E	6912/0	18/02/2014	232
MDD5572	54947823E	6599/2	06/04/2014	230 * V
MDL0761	54947354E	7340/0	28/01/2014	252 * IV
MDS6054	54948553E	5010/0	06/04/2014	162 * I
MDS6054	54948554E	6912/0	06/04/2014	232
MFF4638	54947961E	6912/0	19/02/2014	232
MFF4638	54947962E	6599/2	19/02/2014	230 * V
MFF6443	54948227E	6637/2	06/04/2014	230 * IX
MGQ9063	54947819E	6637/2	03/04/2014	230 * IX
MHE4365	54947457E	5010/0	22/02/2014	162 * I
MHJ6340	54948406E	7340/0	28/03/2014	252 * IV
MHJ6340	54948407E	6637/2	28/03/2014	230 * IX
MHJ6340	54948408E	5053/1	28/03/2014	162 * VI
MJK9857	54945634E	6637/2	05/04/2014	230 * IX
MMB7653	54948004E	6653/2	20/02/2014	230 * XI
MMB7653	54948005E	7340/0	20/02/2014	252 * IV
NHK1007	54946409E	5045/0	23/12/2013	162 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBÓRIU/SC, 7 DE MAIO DE 2014

RODRIGO CORONHA

DELEGADO DE POLÍCIA

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Transito nº 194 - 1189/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 194 1189/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LXE8288	54947875E	5185/1	05/03/2014	167
MDD5572	54947822E	5452/1	06/04/2014	181 * VIII
MEI8165	54948410E	5541/5	05/04/2014	181 * XVII
MFL7225	54948859E	5525/0	28/03/2014	181 * XV
MFR8264	54622884E	5185/1	08/04/2014	167
MGG0176	54948359E	5541/6	26/03/2014	181 * XVII
MJK9857	54945635E	5185/1	05/04/2014	167
MLC2534	54623934E	5568/0	08/04/2014	181 * XIX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

CAMBORIÚ/SC, 7 DE MAIO DE 2014

JAIR GRINGS

DIRETOR DE TRANSITO

Campo Alegre

PREFEITURA

Ata Pregão 35/2014

ATA CIRCUNSTANCIADA

(Processo Licitatório nº 35/2014)

Aos sete dias do mês de maio do ano de dois mil e quatorze, na cidade de Campo Alegre, às dez horas, na Rua Cel. Bueno Franco, 292, reuniram-se em sessão pública, Irineu Woitskovski Júnior, Pregoeiro Municipal e Lilian Terezinha Bartsch, membro da equipe de apoio, abaixo assinados, responsáveis pelo Processo Licitatório nº 35/2014, modalidade Pregão (presencial), para procederem a abertura e julgamento das propostas apresentadas na referida licitação, que tem por objeto a aquisição de equipamentos musicais, áudio e informática para Secretaria Municipal de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer. Inicialmente o Pregoeiro declarou aberta a sessão, nominando os presentes. Passou-se ao recebimento dos envelopes (proposta e documentos) das empresas proponentes: Musical Joinville Comércio de Instrumentos Musicais Eireli EPP, Maurício Machado de Souza & Cia Ltda e Riola Comércio de Instrumentos Musicais Ltda EPP. Passou-se ao credenciamento dos licitantes, sendo Sr. Paulo Fabiano Mello, representante da empresa Musical Joinville Comércio de Instrumentos Musicais Eireli EPP e Sr. Aldo Machado de Souza Neto, representante da empresa Maurício Machado de Souza & Cia Ltda. A empresa Riola Comércio de Instrumentos Musicais Ltda EPP não credenciou representante na sessão. Todas empresas licitantes apresentaram a declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação. Todas empresas comprovaram o enquadramento como micro empresa ou empresa de pequeno porte, exceto a empresa Maurício Machado de Souza & Cia Ltda. Após, procedeu-se à abertura dos envelopes da proposta comercial. O critério de julgamento é pelo requisito MENOR PREÇO POR ITEM.

ITEM 01

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MUSICAL JOINVILLE	719,87	719,87	1ª	-----
RIOLA	979,90	979,90	2ª	-----

ITEM 02

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MUSICAL JOINVILLE	1593,92	1593,92	1ª	-----
RIOLA	1864,90	1864,90	2ª	-----

ITEM 03

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MUSICAL JOINVILLE	701,28	701,28	1ª	-----
RIOLA	779,80	779,80	2ª	-----

ITEM 04

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
RIOLA	149,50	149,50	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	203,65	203,65	2ª	-----

ITEM 05

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MUSICAL JOINVILLE	586,66	586,66	1ª	-----
RIOLA	759,50	759,50	2ª	-----

ITEM 06

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	1601,60	1427,00	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	1428,71	1428,71	2ª	-----
RIOLA	1673,50	1673,50	3ª	-----

ITEM 07

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	2169,20	1939,00	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	1940,72	1940,72	2ª	-----
RIOLA	2198,90	2198,90	3ª	-----

ITEM 08

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	1598,40	1361,00	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	1362,64	1362,64	2ª	-----
RIOLA	1672,90	1672,90	3ª	-----

ITEM 09

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	621,00	544,00	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	545,06	545,06	2ª	-----
RIOLA	787,90	787,90	3ª	-----

ITEM 10

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MUSICAL JOINVILLE	505,50	505,50	1ª	-----
RIOLA	779,50	779,50	2ª	-----
MAURÍCIO MACHADO	1073,21	1073,21	3ª	-----

ITEM 11

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	735,00	535,80	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	536,80	536,80	2ª	-----
RIOLA	649,80	649,80	3ª	-----

ITEM 12

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	217,60	189,00	1ª	HABILITADA
RIOLA	189,90	189,90	2ª	-----
MUSICAL JOINVILLE	198,90	198,90	3ª	-----

ITEM 13

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
MAURÍCIO MACHADO	47,60	42,00	1ª	HABILITADA
RIOLA	42,50	42,50	2ª	-----
MUSICAL JOINVILLE	54,50	54,50	3ª	-----

ITEM 14

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
RIOLA	61,50	61,50	1ª	HABILITADA
MUSICAL JOINVILLE	75,87	75,87	2ª	-----

ITEM 15

Empresa	Valor da proposta inicial	Valor da proposta após lances	Classificação	Situação Habilitação
Não houve proposta para o item 15.				

Após, abriu-se o envelope de documentos das licitantes primeiras classificadas, conforme a tabela acima. Considerando que a empresa Musical Joinville Comércio de Instrumentos Musicais Eireli EPP apresentou a Certidão Negativa Estadual com o CNPJ da filial, sendo que a empresa credenciada é a matriz e que a mesma enquadra-se como Empresa de Pequeno Porte, concede-se o prazo de 48 horas para apresentação da certidão correta, ficando a

sua habilitação condicionada com a apresentação do documento no prazo. As demais empresas estão habilitadas. Não houve manifestação de intenção de recurso. Sem mais, encerrou-se a sessão com a lavratura desta ata, que vai assinada por todos os presentes:

Portaria Nº 10.945 de 07 de Maio de 2014

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº 10.945 DE 07 DE MAIO DE 2014

CONCEDE FÉRIAS A SERVIDORA PÚBLICA MUNICIPAL.

O Prefeito Municipal de Campo Alegre, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas por Lei, em especial aos Artigos 133 e 158 da Lei Complementar Municipal nº 006 de 19 de setembro de 2002; Resolve:

Art.1º) Conceder 10 (dez) dias de férias a Servidora Pública Municipal, ocupante do cargo público e exercendo a função de Agente Administrativo II, ELIZIANE SMENCOSKI, Matrícula Funcional nº 000728, Registro no Sistema sob nº 955242, referente ao período aquisitivo 16 de abril de 2013 á 31 de dezembro de 2013.

Art.2º) A Servidora Pública Municipal gozará as férias no período de 07 de maio de 2014 á 16 de maio de 2014, segundo opção sua já requerida junto ao Serviço de Pessoal desta Prefeitura Municipal.

Art.3º) Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Alegre/SC,
07 de maio de 2014.

RUBENS BLASZKOWSKI
Prefeito Municipal

LUCILAINE MÓKFA SCHWARZ
Secretária Municipal de Administração

Registrada e publicada na forma das Leis Municipais nº 2.416 e 3.386 em: 07/05/2014

JEFFERSON TADEU AMORIM CUNHA
Chefe de Gabinete do Prefeito

Canelinha

PREFEITURA

Extrato Edital 53/2014 - PP 45/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 53/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 45/2014

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à contratação de serviços para transporte escolar do ensino fundamental da Rede Pública Estadual, para o ano letivo de 2014, do Bairro Galera até a comunidade Rolador, conforme solicitação feita pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Turismo, conforme item descrito no Anexo II, parte integrante e inseparável deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 20 de maio de 2014, às 10:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 07 de maio de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município.

Extrato Edital 09/2014 - PP 09/2014 - Fhc

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDAÇÃO HOSPITALAR MUNICIPAL DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 09/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 09/2014

OBJETO: O presente pregão tem por objeto, à aquisição parcelada, conforme necessidade de materiais médico hospitalar, destinados à manutenção das atividades da Fundação Hospitalar Municipal de Canelinha, conforme Anexo II, parte integrante deste Edital.

DATA DE ABERTURA: 20 de maio de 2014, às 08:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 07 de maio de 2014.
MARILITA MICHELI GONÇALVES
Diretora Administrativa

Extrato Edital 54/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CANELINHA
AVISO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 54/2014
MODALIDADE: Pregão Presencial nº 46/2014

OBJETO: O presente Pregão tem por objeto, à aquisição de 09 (nove) veículos 0 KM, para equipar o Fundo Municipal de Saúde de Canelinha, conforme especificações descritas no Anexo II, parte

integrante e inseparável do Edital.

DATA DE ABERTURA: 20 de maio de 2014, às 14:00 horas.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES: O Edital e inteiro teor está à disposição dos interessados no Setor de Licitações, sito à Av. Cantório Florentino da Silva, 1683, Centro, Canelinha/SC e no site www.canelinha.sc.gov.br.

Canelinha/SC, 07 de maio de 2014.
ANTÔNIO DA SILVA
Prefeito do Município

Canoinhas

PREFEITURA

Portaria Nº01/Fcc/2014

PORTARIA Nº01/FCC/2014

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 13/FCC/2013 de 05/11/2013 e C.I. nº 004/2014 de 14/02/2014, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

ALINE MARCELA LOURENÇO para exercer a função de Professor I - Música (Canto), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.

LEANDRO DE OLIVEIRA IZÍDIO para exercer a função de Professor I - Música (Violino/Violoncelo), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.
JOSIELI ALVES PEREIRA para exercer a função de Professor I - Música (Teclado), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.

MARIANE MORESCHI MARCINICHEN para exercer a função de Professor I - Artes (Teatro), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.

TIAGO SCHERMAK para exercer a função de Professor I - Música (Violão), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.

WILLIAN RODRIGUES DE CARVALHO para exercer a função de Professor I - Música (Violão), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 17/02/2014 a 17/12/2014.

Canoinhas/SC, 14 de fevereiro de 2014.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 14/02/2014.

Portaria Nº03/Fcc/2014

PORTARIA Nº03/FCC/2014

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 13/FCC/2013 de 05/11/2013 e C.I. nº 03/CC/2014 de 28/02/2014, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

Fica contratada SUZANA YARENHUK CARDOSO para exercer a função de Professor I - Artes (Pintura em Tela), ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 14/03/2014 a 17/12/2014.

Canoinhas(SC), 28 de fevereiro de 2014.

ALFREDO EIKE BACH
Presidente da Fundação Cultural
Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA
Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 28/02/2014.

Portaria Nº04/Fcc/2014

PORTARIA Nº04/FCC/2014

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 02/FCC/2014 de 13/02/2014, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

Fica contratado Adilson Heleno Iendras para exercer a função de Professor I - Música, ACE 2 - 20 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer - Banda Novos Talentos, no período de 17/03/2014 a 31/12/2014.

Fica contratado Evandro Novak para exercer a função de Professor I - Música, ACE 4 - 40 horas, junto a Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer - Banda Novos Talentos, no período de 17/03/2014 a 31/12/2014.

Canoinhas(SC), 14 de março de 2014.

ALFREDO EIKE BACH

Presidente da Fundação Cultural

Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 14/03/2014.

Portaria Nº05/Fcc/2014

PORTARIA Nº05/FCC/2014

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 13/FCC/2013 de 05/11/2013 e C.I. nº 05/CC/2014 de 07/03/2014, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

Fica contratado WILLIAN GODOY FERREIRA DE SOUZA para exercer a função de Professor I - Artes (Desenho Artístico), ACE 1 - 10 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 07/04/2014 a 17/12/2014.

Canoinhas(SC), 04 de abril de 2014.

ALFREDO EIKE BACH

Presidente da Fundação Cultural

Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 04/04/2014.

Portaria Nº06/Fcc/2014

PORTARIA Nº06/FCC/2014

ALFREDO EIKE BACH, Presidente da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer" de Canoinhas, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais; e de acordo com a Lei Municipal nº 3.803 de 18/03/2005;

CONSIDERANDO, a relevância dos trabalhos prestados pelos órgãos da Fundação Cultural "Helmy Wendt Mayer", supra citados;

CONSIDERANDO, que após a aprovação da Lei que institui o plano de cargos e salários dos servidores da Fundação Cultural Helmy Wendt Mayer, até o presente momento não foi viabilizada a realização de Concurso Público para o preenchimento de tais funções e, conforme Edital nº 13/FCC/2013 de 05/11/2013 e C.I. nº 06/CC/2014 de 04/04/2014, resolve:

CONTRATAR POR TEMPO DETERMINADO

Fica contratado LEANDRO DE OLIVEIRA IZÍDIO para exercer a função de Professor I - Música (Violino), ACE 1 - 10 horas, junto a Fundação Cultural de Canoinhas, no período de 10/04/2014 a 17/12/2014.

Canoinhas(SC), 04 de abril de 2014.

ALFREDO EIKE BACH

Presidente da Fundação Cultural

Helmy Wendt Mayer

LUIZ AIBERTO RINCOSKI FARIA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente portaria na Fundação Cultural de Canoinhas "Helmy Wendt Mayer", em 04/04/2014.

Capinzal

PREFEITURA

FMS Processo Nº 0025/2014 - Inexigibilidade de Licitação Nº 0005/2014

PROCESSO Nº 0025/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 0005/2014

KELVIS BORGES, GESTOR do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de Inexigibilidade de Licitação conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa GRUPPOS ATENDIMENTO, ENSINO, PROJETOS, PESQUISA E CONSULTORIA S/S, via inexigibilidade de licitação, nos termos do Artigo 25 da Lei 8.666/93 com alterações posteriores, bem como no Edital de Credenciamento nº 003/2014, cujo objeto trata do Credenciamento de empresa para realização de consultas médicas especializadas em Psiquiatria para os pacientes da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Item	Quantidade	Unid.	Marca	Descrição	Preço Unit. Máximo	Preço Total
1	1,00	UN		Consulta especializada em psiquiatria	270,00	270,00
Total						270,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR(ES)

Vencedores	
Fornecedor	Itens
GRUPOS ATENSIMENTO, ENSINO, PROJETOS PESQUISAS E CONSULTORIA S/S	00001
R\$ 270,00 (DUZENTOS E SETENTA REAIS)	

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, com alterações:

Art. 25. É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição.

RAZÃO DA ESCOLHA DOS FORNECEDORES

A empresa apresentou regularmente documentos e proposta, nos termos do Edital de Credenciamento Nº 003/2014.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram fixados no edital de Edital de Credenciamento Nº 003/2014.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

As despesas decorrentes deste contrato enquadram-se, na seguinte dotação orçamentária:

DOTAÇÃO UTILIZADA

Despesa: 12 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Despesa: 13 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recurso: 64 - Atenção Básica

Despesa: 14 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 33903999000000 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica

Recurso: 64 - Atenção Básica

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 07 de maio de 2014.

KELVIS BORGES

ANEXO I

MINUTA DE CONTRATO

Processo Licitatório Nº NumProcesso

Inexigibilidade de Licitação Nº NumLicitacao

CONTRATO Nº NumContrato

DAS PARTES:

CONTRATANTE:

O Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócolli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº CNPJ, neste ato representado pelo CargoTitular Sr. NomeTitular, inscrito no CPF sob o nº CPFTitular.

CONTRATADA:

A empresa NomeContratado inscrita no CNPJ/MF sob nº CNPJContratado, com sede à EnderecoContratado, na cidade de CidadeContratado, EstadoContratado, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) NomeRespContratado, CPF: CPFContratado CPFRespContratado doravante simplesmente designada contratada.

Nos termos do Processo Licitatório, na modalidade Inexigibilidade de Licitação Nº 006/2013, bem como, das normas da Lei 8.666/93 e alterações subsequentes e Lei 10.520/02, firmam o Contrato mediante as cláusulas e condições abaixo.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

ObjetoContrato

1.1. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os serviços/ palestra show constantes de sua Proposta Comercial, conforme segue: [TABELA DE ITENS VENCEDORES]

1.1.1. Integram e completam o presente Termo Contratual, para

todos os fins de direito, obrigando as partes em todos os seus termos, às condições expressas no Edital de Pregão Nº 006/2013, juntamente com seus anexos e a proposta da CONTRATADA.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

2.1. O valor total deste contrato é de R\$ ValorContrato ValorContratoExtenso conforme proposta apresentada pela contratada, que faz parte integrante deste instrumento, relativo ao(s) item (ns) :

[TABELA DE ITENS VENCEDORES]

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento dos serviços/ palestra show , pela Administração, com aceite no verso da Nota Fiscal.

3.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

3.3. Se a qualidade dos serviços/ palestra show prestados não corresponder às especificações exigidas no CONVITE que precedeu o presente contrato, a remessa do serviço apresentado/executado não será aceita, sendo devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

3.5. Os serviços deverão ser prestados acompanhados da nota fiscal ou fatura correspondente.

3.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, feita pelo requisitante deverá anexar, na cópia que necessariamente o acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que o recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

3.7. A cópia da ordem de compra referida no item anterior deverá ser devolvida para a Administração Municipal, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A forma de pagamento será: FormaPgContrato.

4.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.3. Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

4.4. Não serão efetuados os pagamentos aos fornecedores que deixarem de apresentar quaisquer dos itens acima descritos.

CLÁUSULA QUINTA - DO REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

5.1. Considerando o prazo de validade, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

5.2. Durante a vigência do contrato, os valores serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei n.º 8.666/93, a Administração, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro Processo Licitatório.

5.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pela Administração, os fornecedores serão convocados pelo Município de Capinzal, Diretoria de Licitações para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

5.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, e, em conformidade com o anexo I, mediante apresentação da Nota Fiscal e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.2 A Administração somente atestará a entrega dos bens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

6.3 O critério para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, dar-se-á pelo percentual pago para as aplicações em poupança, devendo ser aplicado o percentual sobre o número de dias de atraso, os quais não deverão ser superiores a 15 (quinze) dias.

6.4 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, para cada dia de atraso na entrega do serviço;

6.5 Não serão efetuados pagamentos antecipados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. A entrega implica tão somente na transferência da responsabilidade pela guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da regularidade do objeto, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

7.2. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do serviço será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 02 (dois) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra.

7.3. O prazo para a retirada da Autorização de Fornecimento será de até 03 (três) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

7.4. O local da entrega, em cada fornecimento, será no local indicado na Autorização de Fornecimento, devendo ser dentro dos limites do perímetro urbano do município de Capinzal.

7.5. A contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os serviços entregues com irregularidades ou desconformidade com o proposto, obrigando-se a contratada a promover sua substituição.

7.6. Os serviços do presente contrato estarão sujeitos a amplo controle de qualidade e acabamento, a critério da contratante, realizado quando do recebimento, diretamente pela contratante ou terceiros através de delegação

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO OU ORDEM DE COMPRA

8.1. As aquisições do objeto do presente contrato serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Licitações.

8.2. A emissão das Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1 O material objeto deste contrato recebido pela Administração consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionada:

[TABELA DE DOTAÇÕES]

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATADA

11.1. Efetuar a entrega do serviços/palestra show nos prazos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de compra;

11.2. Efetuar a entrega do material de acordo com a especificação e demais condições estipuladas neste Processo Licitatório;

11.3. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o serviço(s) em que se verifique danos em decorrência de transporte, manuseio inadequado, ou outro que afete o serviço, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.4. Assumir todo e qualquer ônus referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

11.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultante da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

11.6. A verificação da qualidade na confecção e acabamento que são preponderantes na avaliação final do material;

11.7. Não serão aceitos em nenhuma hipótese materiais recondicionados ou reciclados.

11.8. Receber os valores dos serviços entregues nos prazos previstos neste Processo Licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E DIREITOS DA CONTRATANTE

12.1. Comunicar à empresa vencedora toda e quaisquer ocorrências relacionada com a aquisição do(s) material(s);

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações do Processo Licitatório.

12.3. Pagar os serviços nos prazos previstos neste Processo Licitatório.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

13.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos art. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ao que dispõe o Decreto Municipal 043/2008,

13.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capinzal: a) a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido: I - pela Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o

valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no item 13.2.1, e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 13.4.

13.4.7. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 13.4, não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejam penalidades.

13.5. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração pública, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Diretoria de Compras e Licitações;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

- a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;
- b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e
- c) receber qualquer das multas previstas no item anterior e não efetuar o pagamento.

13.5.1. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão: I - a Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.2. A penalidade de suspensão será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal.

13.6. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou autoridade equivalente em se tratando de autarquia ou fundação, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.1. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Município de Capinzal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Município de Capinzal, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do item 20.6.

13.7.1. Aplicam-se ao item 13.7, as disposições nos subitens 13.5.1 e 13.5.2 do item 13.5.

13.8. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.2. Na contagem dos prazos estabelecidos no item 20, e seus subitens excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esgotamento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Capinzal.

13.8.4. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14.1. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

14.2. Pela Administração, quando:

14.2.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

14.2.2. A CONTRATADA não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido e a Administração não aceitar sua justificativa;

14.2.3. A CONTRATADA der causa a rescisão administrativa do contrato;

14.2.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato;

14.2.5. Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.2.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pela Administração;

14.3. A comunicação da rescisão do contrato, nos casos aqui previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

14.4. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o contrato após 03(três) dias da publicação.

14.5. Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato:

14.6. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante do Município de Capinzal, especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

16.1 A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA E EXECUÇÃO

17.1 O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura e término no dia Data Vencimento, conforme prazo de entrega dos serviços disposto no anexo I.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

18.1 O presente contrato vincula-se ao Processo Licitatório que o originou, seus anexos e a proposta da apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO

19.1 Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1 Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram, independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, XXXXXXXXXXXXXXX

Fundo Municipal de Saúde de Capinzal CONTRATANTE	NomeContratado CONTRATADA
---	------------------------------

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX	XXXXXXXXXXXXXX CPF: XXXXXXXXXXXX
---------------------------------	-------------------------------------

PMC Termo Aditivo 0001/2014

Termo Aditivo Nº.: TA 001/2014 C144

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE CAPINZAL

Contratada....: ENGHEVIA SERVICOS E OBRAS LTDA ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 30/04/2015

Processo Licitatório Nº 0051/2013

Licitação : Tomada de Preço p/ Obras e Serv. Engenharia Nº.: 0001/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : O objeto do presente Termo Aditivo, é a prorrogação da vigência do contrato original, por um período de 12 (doze) meses, findando em 30/04/2015; conforme justificativa e parecer jurídico em anexo.

FMS Processo Licitatório Nº 0026/2014 - Dispensa de Licitação Nº 0001/2014

Processo Licitatório Nº 0026/2014

Dispensa de Licitação Nº 0001/2014

KELVIS BORGES, GESTOR, do Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com o incisos abaixo citados do art. 24 da Lei Nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, torna público o Processo de 0026/2014 conforme segue:

OBJETO

Contratação da empresa ACADEMIA QUALITY LIFE, por Dispensa de Licitação em conformidade com a Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94, em seu inciso II do artigo 24, para realização de aulas de ginástica aeróbica na Praça Pedro Lelis da Rocha, a serem executadas uma vez por semana com duração de 1 (uma) hora.

Item	Quantidade	Unid.	Especificação	Marca	Preço Unit.	Preço Total
1	8,00	UN	Aula de Ginástica aeróbica na Praça Pedro Lelis da Rocha, uma vez por semana, com duração de 1 (uma) hora.	QUALITY	930,00	7.440,00
Total						7.440,00

VALORES TOTAIS POR FORNECEDOR

Fornecedor	Itens
T & A - ACADEMIA DINAMICA LTDA - ME	001

7.440,00 (sete mil quatrocentos e quarenta reais)

PREVISÃO LEGAL

Lei 8666/93, alterada pela Lei 8883/94

Art. 24. É dispensável a Licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR

Os fornecedores participaram de cotação de preços, e os que apresentaram menores valores foram selecionados para o fornecimento do objeto.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Os preços relacionados foram obtidos por intermédio de ampla pesquisa de mercado, com valores máximos fixados.

DO CRÉDITO PELO QUAL OCORRERÁ A DESPESA

Despesa: 12 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 33903999000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa

Juridica

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

Publique-se e Registre-se na forma da Lei.

Capinzal, 08 de maio de 2014

KELVIS BORGES

ANEXO I**MINUTA DO CONTRATO**

Processo Licitatório Nº 26/2014

Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº 001/2014

CONTRATO Nº xxx/2014

DAS PARTES:**CONTRATANTE:**

O Fundo Municipal de Saúde de Capinzal, Estado de Santa Catarina, entidade jurídica de Direito Público Interno, estabelecida na Carmelo Zócolli, 155, nesta cidade de Capinzal, SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.029.092/0001-56, neste ato representado pelo GESTOR Sr. KELVIS BORGES, inscrito no CPF sob o nº 00712379924.

CONTRATADA:

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX inscrita no CNPJ/MF sob nº xxxxx, com sede à xxxxx, na cidade de xxxxx, xxxxx, representada neste ato pelo(a) seu(ua) Administrador/Procurador(a) xxxxxx, CPF: xxxxxxxxxxxx doravante simplesmente designada contratada.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O Objeto do presente contrato é Contratação da empresa XXXXXXXXXXXXXXXX, ObjetoContrato, através da Dispensa de Licitação, nos termos do inciso II, do artigo 24, Lei nº 8.666/93.

A contratada obriga-se a fornecer à contratante conforme quantificação e especificação da Dispensa de Licitação Nº 1/2014, e de acordo com as condições apresentadas na proposta da contratada, os quais são partes integrantes deste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

O valor total deste contrato é de R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXX) conforme proposta apresentada pela contratada, que é parte integrante deste instrumento, relativo ao(s) item(ns):

Item	Quantidade	Unidade	Especificação	Marca	Preço Unitário	Preço Total
------	------------	---------	---------------	-------	----------------	-------------

CLÁUSULA TERCEIRA - DA FORMA E CONDIÇÕES DE FORNECIMENTO

3.1. O contrato de fornecimento só estará caracterizado mediante o recebimento dos produtos/serviços, pelo Município de Capinzal, com aceite no verso da Nota Fiscal.

3.2. O fornecedor ficará obrigado a atender todos os pedidos efetuados durante a vigência deste contrato.

3.3. Se a qualidade dos produtos entregues não corresponder às especificações exigidas no(a) Dispensa para Compras e Serviços que precedeu o presente contrato, a remessa do produto/serviço apresentado/executado não será aceita, sendo devolvida ao fornecedor, para substituição no prazo máximo de 02 (dois) dias úteis, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis.

3.4. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação e emissão da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra pelo órgão solicitante.

3.5. Os produtos deverão ser entregues acompanhados da nota fiscal ou fatura correspondente.

3.6. A empresa fornecedora, quando do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, feita pelo requisitante deverá anexar, na cópia que necessariamente o acompanhar a nota fiscal, a data e hora em que o recebeu a Autorização de Fornecimento ou Ordem de Compra, além da identificação de quem a recebeu.

3.7. A cópia da ordem de compra referida no item anterior deverá ser devolvida para o Município de Capinzal, a fim de ser anexada aos processos correspondentes.

CLÁUSULA QUARTA - DO PAGAMENTO

4.1. A forma de pagamento será: xxxxxxxxxxxxxxxx.

4.2. O pagamento será efetuado mediante apresentação da Nota Fiscal, e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

4.3. Dar-se-á o prazo de cinco dias para execução dos processos administrativos e contábeis, até o efetivo pagamento.

4.4 Não serão efetuados os pagamentos aos fornecedores que deixarem de apresentar quaisquer dos itens acima descritos.

CLÁUSULA QUINTA - DOS REAJUSTAMENTOS DE PREÇOS

5.1. Considerando o prazo de validade, e, em atendimento ao §1º, art. 28, da Lei Federal 9.069, de 29.6.1995 e demais legislação, é vedado qualquer reajustamento de preços.

5.2. Durante a vigência do contrato, os valores serão fixos e irreajustáveis, exceto nas hipóteses, devidamente comprovadas, de ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93 ou de redução dos preços praticados no mercado.

5.3. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/93, o Município de Capinzal, se julgar conveniente, poderá optar por rescindir o contrato e iniciar outro processo de Dispensa de Licitação.

5.4. Comprovada a redução dos preços praticados no mercado nas mesmas condições do contrato, e, definido o novo preço máximo a ser pago pelo Município de Capinzal, os fornecedores serão convocados pelo Município de Capinzal, Diretoria de Licitações para alteração, por aditamento, do preço do contrato.

5.5. Fica ressalvada a possibilidade de alteração das condições para a concessão de reajustes em face da superveniência de normas federais aplicáveis à espécie.

CLÁUSULA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

6.1. O pagamento será efetuado com prazo não inferior a trinta dias, e, em conformidade com o anexo I, mediante apresentação da Nota Fiscal e a respectiva Autorização de Fornecimento e/ou Ordem de compra, com o comprovante de entrega no verso da mesma, devendo estar anexados à nota fiscal os comprovantes de regularidade com o FGTS e INSS.

6.2 O Município de Capinzal somente atestará a entrega dos bens e liberará a Nota Fiscal/Fatura para pagamento, quando cumpridas, pelo fornecedor, todas as condições pactuadas.

6.3 O critério para a atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento, dar-se-á pelo percentual pago para as aplicações em poupança, devendo ser aplicado o percentual sobre o número de dias de atraso, os quais não deverão ser superiores a 15 (quinze) dias.

6.4 Será aplicada multa de 0,1% (um décimo por cento) do valor total da Autorização de Fornecimento, para cada dia de atraso na entrega do produto ou mercadoria;

6.5 Não serão efetuados pagamentos antecipados.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO E LOCAL DE ENTREGA

7.1. A entrega implica tão somente na transferência da responsabilidade pela guarda e conservação, sendo que o aceite definitivo, somente será dado após a verificação da regularidade do objeto, no prazo de 02 (dois) dias úteis.

7.2. Em cada fornecimento, o prazo de entrega do produto será o solicitado pela unidade requisitante, não podendo, todavia, ultrapassar 02 (dois) dias úteis do recebimento da Nota de Empenho ou da Ordem de Compra.

7.3. O prazo para a retirada da Autorização de Fornecimento será de até 03 (três) dias úteis da data da comunicação ao fornecedor.

7.4. O local da entrega, em cada fornecimento, será no local indicado na Autorização de Fornecimento, devendo ser dentro dos

limites do perímetro urbano do Município de Capinzal.

7.5. A contratante reserva-se o direito de recusar, no todo ou em parte, os produtos/serviços entregues com irregularidades ou desconformidade com o proposto, obrigando-se a contratada a promover sua substituição.

7.6. Os materiais/serviços do presente contrato estarão sujeitos a amplo controle de qualidade e acabamento, a critério da contratante, realizado quando do recebimento, diretamente pela contratante ou terceiros através de delegação.

CLÁUSULA OITAVA - DA AUTORIZAÇÃO PARA AQUISIÇÃO E EMISSÃO DAS AUTORIZAÇÕES DE FORNECIMENTO OU ORDEM DE COMPRA

8.1. As aquisições do objeto do presente contrato serão autorizadas, caso a caso, pela Diretoria de Licitações.

8.2. A emissão das Autorizações de Fornecimento ou Ordem de Compra, sua retificação ou cancelamento, total ou parcial, serão igualmente autorizados pelo órgão requisitante, quando da solicitação dos itens.

CLÁUSULA NONA - DAS CONDIÇÕES DE RECEBIMENTO DO OBJETO

9.1. O material objeto deste contrato recebido pelo Município de Capinzal consoante o disposto no art. 73 da Lei Federal 8.666/93 e demais normas pertinentes.

CLÁUSULA DÉCIMA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente Aquisição correrão à conta da Dotação Orçamentária, constantes do Orçamento Geral abaixo relacionada:

Despesa: 12 - Manutenção da Saúde Pública

Órgão: 8 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE CAPINZAL

Unidade: 1 - FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301 - Atenção Básica

Programa: 150 - VIDA E SAÚDE

Projeto/Atividade: 2.075 - Manutenção da Saúde Pública

Elemento: 3390399000000 - Outros Servicos de Terceiros - Pessoa

Juridica

Recurso: 2 - Receitas de Impostos e de Transf. de Impostos - Sa

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS RESPONSABILIDADES E DEBITOS DA CONTRATADA

11.1. Efetuar a entrega do material nos prazos, contados da data do recebimento da Nota de Empenho ou ordem de compra;

11.2. Efetuar a entrega do material de acordo com a especificação e demais condições estipuladas nesta Dispensa de Licitação;

11.3. Reparar, corrigir, remover, as suas expensas, no todo em parte o(s) material(s)/serviço(s) em que se verifique danos em decorrência de transporte, manuseio inadequado, ou outro que afete o produto ou serviço, bem como, providenciar a substituição dos mesmos, no prazo máximo de 02 (dois) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente;

11.4. Assumir todos e quaisquer ônus referente a salário, horas extras, adicionais e demais encargos sociais relativamente aos seus empregados;

11.5. Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e

comerciais resultante da adjudicação de cada fornecimento desta Licitação;

11.6. A verificação da qualidade na confecção e acabamento que são preponderantes na avaliação final do material;

11.7. Não serão aceitos em nenhuma hipótese materiais recondicionados ou reciclados.

11.8. Receber os valores dos produtos/serviços entregues nos prazos previstos nesta Dispensa de Licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DAS RESPONSABILIDADES E DEBITOS DA CONTRATANTE

12.1. Comunicar à empresa vencedora toda e quaisquer ocorrências relacionada com a aquisição do(s) material(s);

12.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o material que a empresa vencedora entregar fora das especificações da dispensa de Licitação.

12.3. Pagar os produtos/serviços nos prazos previstos neste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS POR INADIMPLEMENTO

13.1. A aplicação das sanções de natureza pecuniária e restritiva de direitos pelo não cumprimento das normas de licitação e/ou de contratos, em face do disposto nos arts. 81, 86, 87 e 88, da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e ao que dispõe o Decreto Municipal 043/2008,

13.2. As licitantes e/ou contratadas que não cumprirem integralmente as obrigações assumidas, garantida a prévia defesa, estarão sujeitas às seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa; e

III - suspensão temporária de participação em licitação, e impedimento de contratar com a Administração do Município de Capinzal: a) a penalidade será aplicada por prazo não superior a 2 (dois) anos, e dosada segundo a natureza e a gravidade da falta cometida.

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

13.2.1. As sanções previstas nos incisos I, III e IV deste item poderão ser aplicadas juntamente com a do inciso II, facultada a defesa prévia a interessada, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

13.3. A advertência é o aviso por escrito, emitido quando a licitante e/ou contratada descumprir qualquer obrigação, e será expedido:

I - pela Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório; e

II - pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.4. A multa é a sanção pecuniária que será imposta à contratada, pelo ordenador de despesas do órgão contratante, por atraso injustificado na entrega ou execução do contrato, e será aplicada

nos seguintes percentuais:

I - 0,33% (trinta e três centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado sobre o valor correspondente à parte inadimplente, até o limite de 9,9%, que corresponde a até 30 (trinta) dias de atraso;

II - 0,66 % (sessenta e seis centésimos por cento) por dia de atraso, na entrega de material ou execução de serviços, calculado, desde o primeiro dia de atraso, sobre o valor correspondente à parte inadimplente, em caráter excepcional, e a critério do órgão contratante, quando o atraso ultrapassar 30 (trinta) dias;

III - 5% (cinco por cento) sobre o valor total do contrato/nota de empenho, por descumprimento do prazo de entrega, sem prejuízo da aplicação do disposto nos incisos I e II deste item;

IV - 15% (quinze por cento) em caso de recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, recusa parcial ou total na entrega do material, recusa na conclusão do serviço, ou rescisão do contrato/nota de empenho, calculado sobre a parte inadimplente; e

V - 20% (vinte por cento) sobre o valor do contrato/nota de empenho, pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, exceto prazo de entrega.

13.4.1. A multa será formalizada por simples apostilamento contratual, na forma do art. 65, § 8º, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e será executada após regular processo administrativo, oferecido à contratada a oportunidade de defesa prévia, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nos termos do § 3º do art. 86 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, observada a seguinte ordem:

I - mediante desconto no valor da garantia depositada do respectivo contrato;

II - mediante desconto no valor das parcelas devidas à contratada; e

III - mediante procedimento administrativo ou judicial de execução.

13.4.2. Se a multa aplicada for superior ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá à contratada pela sua diferença, devidamente atualizada pelo Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M) ou equivalente, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrados judicialmente.

13.4.3. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega ou execução do contrato, se dia de expediente normal na repartição interessada, ou no primeiro dia útil seguinte.

13.4.4. Em despacho, com fundamentação sumária, poderá ser relevado:

I - o atraso não superior a 5 (cinco) dias; e

II - a execução de multa cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

13.4.5. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com outras sanções, segundo a natureza e a gravidade da falta cometida, consoante o previsto no item 13.2.1, e observado o princípio da proporcionalidade.

13.4.6. Decorridos 30 (trinta) dias de atraso, a nota de empenho e/ou contrato deverão ser cancelados e/ou rescindidos, exceto se houver justificado interesse da unidade contratante em admitir atraso superior a 30 (trinta) dias, que será penalizado na forma do inciso II do item 13.4.

13.4.7. A sanção pecuniária prevista no inciso IV do item 13.4, não se aplica nas hipóteses de rescisão contratual que não ensejem penalidades.

13.5. A suspensão é a sanção que impede temporariamente o fornecedor de participar de licitações e de contratar com a Administração pública, de acordo com os prazos a seguir:

I - por até 30 (trinta) dias, quando, vencido o prazo de advertência, emitida pela Diretoria de Compras e Licitações;

III - por até 12 (doze) meses, quando a licitante, convocada dentro do prazo de validade de sua proposta, não celebrar o contrato, ensejar o retardamento na execução do seu objeto, falhar ou fraudar na execução do contrato; e

IV - por até 24 (vinte e quatro) meses, quando a licitante:

a) apresentar documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados nas licitações, objetivando obter, para si ou para outrem, vantagem decorrente da adjudicação do objeto da licitação;

b) tenha praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; e

c) receber qualquer das multas previstas no item anterior e não efetuar o pagamento.

13.5.1. São competentes para aplicar a penalidade de suspensão:

I - a Diretoria de Compras e Licitações, quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, II - o ordenador de despesas do órgão contratante, se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato.

13.5.2. A penalidade de suspensão será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal.

13.6. A declaração de inidoneidade será aplicada pelo Chefe do Poder Executivo Municipal ou autoridade equivalente em se tratando de autarquia ou fundação, à vista dos motivos informados na instrução processual.

13.6.1. A declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que a aplicou, e será concedida sempre que a contratada ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes de sua conduta e após decorrido o prazo da sanção.

13.6.2. A declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada no Órgão de Publicação Oficial do Município de Capinzal, e seus efeitos serão extensivos a todos os órgãos/entidades subordinadas ou vinculadas ao Poder Executivo do Município de Capinzal, e à Administração Pública, consoante dispõe o art. 87, IV, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

13.7. As licitantes que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção no registro no Cadastro de Fornecedores do Município de Capinzal, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

I - suspensão temporária do certificado de registro cadastral ou da obtenção do registro, por até 24 (vinte e quatro) meses, dependendo da natureza e da gravidade dos fatos; e

II - declaração de inidoneidade, nos termos do item 20.6.

13.7.1. Aplicam-se ao item 13.7, as disposições nos subitens 13.5.1 e 13.5.2 do item 13.5.

13.8. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penas de advertência, suspensão temporária ou de multa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da ciência da respectiva notificação.

13.8.1. O recurso será dirigido à autoridade superior, por intermédio da que praticou o ato recorrido, a qual poderá reconsiderar sua decisão, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo,

fazê-lo subir, devidamente informado, devendo, neste caso, a decisão ser proferida dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do recurso, sob pena de responsabilidade.

13.8.2. Na contagem dos prazos estabelecidos no item 20, e seus subitens excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, e considerar-se-ão os dias consecutivos, exceto quando for explicitamente disposto em contrário;

13.8.3. Assegurado o direito à defesa prévia e ao contraditório, e após o esaurimento da fase recursal, a aplicação da sanção será formalizada por despacho motivado, cujo extrato deverá ser publicado no Órgão Oficial do Município de Capinzal.

13.8.4. Os prazos referidos neste item só se iniciam e vencem em dia de expediente no órgão ou na entidade.

13.9. Independentemente das sanções legais cabíveis, regulamentadas no Decreto Municipal 043/2008, a licitante e/ou contratada ficará sujeita, ainda, à composição das perdas e danos causados à Administração pelo descumprimento das obrigações licitatórias e/ou contratuais.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA RESCISÃO

14. O contrato poderá ser rescindido de pleno direito, por inexecução total ou parcial, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento:

14.1. Pelo Município de Capinzal, quando:

14.1.1. A detentora não cumprir as obrigações constantes deste instrumento;

14.1.2. A CONTRATADA não retirar a ordem de compra no prazo estabelecido e o Município de Capinzal não aceitar sua justificativa;

14.1.3. A CONTRATADA der causa a rescisão administrativa do contrato;

14.1.4. Em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial de contrato;

14.1.5. Os preços se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

14.1.6. Por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas pelo Município de Capinzal;

14.2. A comunicação da rescisão do contrato, nos casos aqui previstos, será feita pessoalmente ou por correspondência com aviso de recebimento, juntando-se o comprovante aos autos que deram origem ao contrato.

14.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço da CONTRATADA, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial do Estado, considerando-se cancelado o contrato após 03(três) dias da publicação.

14.4. Pela CONTRATADA, quando, mediante solicitação por escrito, comprovarem estar impossibilitadas de cumprir as exigências deste contrato:

14.5. A solicitação da CONTRATADA para cancelamento do contrato deverá ser formulada com a antecedência de 30 (trinta) dias, facultada ao Município de Capinzal a aplicação das penalidades previstas, caso não aceitas as razões do pedido.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ADMINISTRAÇÃO DO CONTRATO

15.1. A execução deste Contrato será administrada e fiscalizada por um representante do Município de Capinzal, especialmente designado.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

16.1. A contratada fica obrigada a manter durante a execução deste contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DA VIGÊNCIA

17.1. O presente contrato tem vigência a contar da sua assinatura em xxxxxxxxxxxxxxxx e término no dia xxxxxxxxxxxxxxxx, conforme prazo de entrega dos materiais/serviços.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA VINCULAÇÃO

18.1. O presente contrato vincula-se ao Processo de Dispensa de Licitação que o originou, seus anexos e a proposta da apresentada pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA LEGISLAÇÃO

19.1. Aplica-se à execução deste contrato e especialmente aos casos omissos, a Lei Federal nº 8.666/93, suas alterações e demais legislação pertinente.

CLÁUSULA VIGÉSIMA - DO FORO

20.1. Fica eleito o foro da Comarca de Capinzal, SC, para dirimir dúvidas que porventura ocorram independente de outro mais privilegiado.

E, por estarem justas e contratadas, assinam o presente instrumento em três vias de igual teor e forma, perante duas testemunhas.

Capinzal, xxxxxxxxxxxxxxxx

CONTRATANTE	CONTRATADA
-------------	------------

TESTEMUNHAS:

XXXXXXXXXX	XXXXXXXXXX
------------	------------

Lei 3.120/2014

LEI Nº 3.120, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Autoriza ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de compensações financeiras pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, na forma que especifica.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a ceder à instituição financeira pública créditos decorrentes de compensações financeiras que o Município de Capinzal tem direito pela utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, durante 29

meses.

Parágrafo único. Serão cedidos à instituição financeira pública créditos no valor bruto de R\$ 881.826,51 (oitocentos e oitenta e um mil, oitocentos e vinte e seis reais e cinquenta e um centavos) e será creditado ao município o valor líquido de R\$ 724.235,26 (setecentos e vinte e quatro mil, duzentos e trinta e cinco reais e vinte e seis centavos).

Art. 2º A compensação financeira sobre a utilização de recursos hídricos para geração de energia elétrica, constitui-se como um direito que o Município de Capinzal tem, conforme previsto no § 1º do art. 20 da Constituição Federal, regulamentado pela Lei nº 7.990, de 28 de dezembro de 1989 e Lei nº 8001, de 13 de março de 1990, com as alterações introduzidas pelas Leis nº 9.433, de 08 de janeiro de 1997, nº 9.984, de 17 de julho de 2000, 9.993, de 24 de julho de 2000 e pelos Decretos nº 1 de 07 de fevereiro de 1991, nº 3.739, de 31 de janeiro de 2001.

Art. 3º A cessão de direitos creditórios a instituições financeiras públicas de que trata esta Lei sujeitam-se às disposições da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

Art. 4º Os recursos oriundos da cessão de que trata esta Lei, serão destinados exclusivamente em despesas com obras de infraestrutura, como pavimentação das ruas, saneamento básico, entre outras do Loteamento Nova Capinzal.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 7 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

Lei 3.121/2014

LEI Nº 3.121, DE 7 DE MAIO DE 2014.

Autoriza a vender imóvel de propriedade do Município de Capinzal ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, administrado pela Caixa Econômica Federal.

PREFEITO MUNICIPAL DE CAPINZAL

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono, nos termos do art. 58, V, da Lei Orgânica Municipal, a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Município de Capinzal, através do Poder Executivo, autorizado a vender ao Fundo de Arrendamento Residencial - FAR, regido pela Lei nº 10.188, de 12.02.2001, representado pela Caixa Econômica Federal, responsável pela gestão do FAR e pela operacionalização do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV do Governo Federal, o imóvel com área de 231.424,59 m² (duzentos e trinta e um mil, quatrocentos e vinte e quatro, vírgula cinquenta e nove metros quadrados), situado na continuidade da Rua Alcir Masson, no Loteamento Nova Capinzal, município de Capinzal - SC, com as confrontações, ao norte com terras do Loteamento Por do Sol, ao sul com Loteamento Lanhi, ao leste com Loteamento Arco Íris, e terras de Darci Bordin e ao oeste com o Loteamento Santa Maria, matriculado no Ofício de Registro de Imóveis de Capinzal sob o nº 23.532, de propriedade do Município de Capinzal, avaliado em R\$ 1.450.000,00 (um milhão quatrocentos e cinquenta mil reais).

Art. 2º O imóvel descrito no art. 1º desta Lei, será utilizado exclusivamente no âmbito do Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV, para construção de unidades habitacionais, destinadas às famílias residentes em área de risco deste município, as quais serão relocados para o Loteamento Nova Capinzal.

Parágrafo único. A propriedade das unidades habitacionais produzidas será transferida pelo FAR - Fundo de Arrendamento Residencial, para cada um dos beneficiários, segundo as regras estabelecidas no Programa Minha Casa Minha Vida - PMCMV.

Art. 3º O adquirente terá como encargo utilizar o imóvel vendido nos termos desta Lei exclusivamente para construção de unidades habitacionais, destinadas às famílias residentes em área de risco deste município, as quais serão relocadas para o Loteamento Nova Capinzal.

Art. 4º A venda do imóvel realizada de acordo com a autorização contida nesta Lei, ficará automaticamente revogada, revertendo à propriedade do imóvel ao domínio pleno da municipalidade, se o adquirente fizer uso do imóvel vendido para fins distintos daquele determinado no art. 3º desta Lei.

Art. 5º Os recursos com a venda do imóvel descritos no art. 1º, serão destinados ao Município de Capinzal e deverão ser utilizados para o pagamento dos valores devidos em razão da compra e venda por desapropriação administrativa do referido imóvel.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Capinzal, em 7 de maio de 2014.

ANDEVIR ISGANZELLA

Prefeito Municipal

Registrada e publicada a presente Lei na data supra.

FRANCISCO DIRCEU DE ARAÚJO

Secretário da Administração e Finanças Interino

PMC Ata/Contrato 0061/2014

Ata/Contrato Nº.: 0061/2014

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL SAUDE CAPINZAL

Contratada....: WR TELECOMUNICAÇÕES LTDA ME

Valor : 8.295,00 (oito mil duzentos e noventa e cinco reais)

Vigência : Início: 07/05/2014 Término: 07/05/2015

Processo Licitatório Nº 0023/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 0018/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada para o melhoramento do Sistema de Telefonia da Secretaria da Saúde e Desenvolvimento Social.

Catanduvas

PREFEITURA

Portaria Nº 6.098 de 13 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6098/14, de 13.03.2014.

"Admite temporariamente, ELIANE KARVASKI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, ELIANE KARVASKI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 13 de março de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 13 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.099 de 17 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6099/14, de 17.03.2014,

"Admite temporariamente, LUCIANE BUCCO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, LUCIANE BUCCO, para o Cargo de Professor(a) de Series Iniciais, Nível MG-513A, 20 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 17 de março de 2014 a 16 de setembro de 2014.

Catanduvas, 17 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: P/ 5073/10.

Portaria Nº 6.100 de 19 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6100/14, de 19.03.2014.

"Admite temporariamente, FERNANDA PEDROSO"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, FERNANDA PEDROSO, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 19 de março de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 19 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.101 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6101/14, de 21.03.2014.

"Admite temporariamente, DANIELA APARECIDA SALVATORI"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a lei lhe confere e na forma do artigo 37, IX, da Constituição Federal, combinado com o artigo 2º, IV, da Lei Municipal nº 2.255, de 28 de abril de 2010 e a Lei Municipal nº 2.347/2012, de 08 de fevereiro de 2012, Edital 01/2014 e Decreto nº 1.971, de 25 de março de 2014,

RESOLVE:

ADMITIR, por necessidade dos serviços da Administração Pública Municipal, DANIELA APARECIDA SALVATORI, para o Cargo de Cuidador Infantil, Nível CE-16 A, 30 horas semanais, em caráter emergencial e por prazo determinado, no Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com os vencimentos de lei.

Período de contratação: 21 de março de 2014 a 12 de dezembro de 2014.

Catanduvas, 21 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMINI

Prefeita Municipal

Ato Anterior: NIHÍL.

Portaria Nº 6.102 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6102/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... GLADIMAR DAMBROS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária GLADIMAR DAMBROS, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/2828/00, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6075/14.

Portaria Nº 6.103 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6103/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... VERONI CASSIANO DE MORAIS DALAPRIA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária VERONI CASSIANO DE MORAIS DALAPRIA, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 02 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/1506/95, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6076/14.

Portaria Nº 6.104 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6104/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... MARISTELA APARECIDA BORELLA BARAUNA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária MARISTELA APARECIDA BORELLA BARAUNA, ocupante do Cargo de Professor, com 20

horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/2642/00, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6075/14.

Portaria Nº 6.105 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6105/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... IVANIA APARECIDA NORA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária IVANIA APARECIDA NORA, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/1505/95, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6076/14.

Portaria Nº 6.106 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6106/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... LOURDES MARIA MAURO RAMOS"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária LOURDES MARIA MAURO RAMOS, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/3323/03, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6075/14.

Portaria Nº 6.107 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6107/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... NOELI SALETE NATZIUK"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária NOELI SALETE NATZIUK, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/3527/04, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.
GISA APARECIDA GIACOMIN
Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6075/14.

Portaria Nº 6.108 de 21 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6108/14, de 21.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... JANETE MARIA ZATTERA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária JANETE MARIA ZATTERA, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 03 de fevereiro de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/2822/00, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 21 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/ 6075/14.

Portaria Nº 6.109 de 22 de Março de 2014

PORTARIA P/ 6109/14, de 22.03.14

"Altera carga horária em regime efetivo... ALESSANDRA WANESSA COLLA"

Gisa Aparecida Giacomini, Prefeita Municipal de Catanduvas, no uso das atribuições que a Lei lhe confere e na forma do artigo 37, II, da Constituição Federal, combinado com o artigo 41, II, da Lei Complementar nº 19/02, e Lei Municipal nº 2.190/09, de 04 de março de 2009

RESOLVE

ALTERAR, por interesse dos serviços da Administração Pública Municipal, a carga horária da funcionária ALESSANDRA WANESSA COLLA, ocupante do Cargo de Professor, com 20 horas semanais. em caráter efetivo, para desempenhar as mesmas funções com 40 horas semanais, no mesmo Quadro de Pessoal da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, com alteração em seus vencimentos.

Este ato tem seus efeitos retroativos a partir de 1º de março de 2014, quando a servidora passou a exercer suas novas funções, e altera em partes os termos da Portaria P/2833/00, com amparo na Lei Municipal nº2.190/09, de 04 de março de 2009.

Catanduvas, 22 de março de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Ato Anterior: Portaria P/6075/14.

Decreto Nº 1.982, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 1.982, de 5 de maio de 2014.

"NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

GISA APARECIDA GIACOMIN, Prefeita Municipal de Catanduvas/SC, no uso das atribuições que lhe confere e com fundamento no que dispõe o art. 103, inciso VIII da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Ficam nomeados para compor o CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, os seguintes membros:

I - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Tassiana Claudia Felipe - Titular

Marta Angela Borella Menegat - Suplente

II - SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO

Lucimari Spader - Titular

Vânia Aparecida Giacomini - Suplente

III - ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES

Escola Municipal de Educação Básica Alfredo Gomes

Fernanda Martello Hermes - Titular

Naidi Carmem Gabriel - Suplente

Escola Municipal de Educação Básica Augustinho Marcon
Maristela Magnabosco Luvison - Titular
Adriana Tizatto Carleto - Suplente

c) Escola Municipal de Educação Básica Professor Vitoldo Alexandre Czeck
Elizabete de Lima - Titular
Alcimeri Cavalheiro - Suplente

d) Escola Municipal de Educação Básica Pato Donald
Andréia Reato - Titular
Ariadne Tarcila da Rosa - Suplente

IV - CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES

Leucir Luiz Parisotto - Titular
Felipe Soldi Bortolon - Suplente

V - UNIDADES ESCOLARES

Escola Municipal de Educação Básica Alfredo Gomes
Lucilia Aparecida Boscato Broll - Titular
Rosane Eva Bucco - Suplente

Escola Municipal de Educação Básica Augustinho Marcon
Ana Paula Fernandes - Titular
Tatiana Matias Bittencourt Menegat - Suplente

Escola Municipal de Educação Básica Professor Vitoldo Alexandre Czeck
Abegair Adelina Chinato Biassi - Titular
Noeli Natziuk - Suplente

Escola Municipal de Educação Básica Pato Donald
Elizabet Parizoto - Titular
Tatiane Danielle - Suplente

Colégio Luterano Santíssima Trindade
Denise Saretta Ritzal - Titular
Ana Paula Longhini - Suplente

Escola de Educação Especial Estrela Guia
Luciane Hack - Titular
Fernanda Martello Hermes - Suplente

VI - CONSELHO TUTELAR
Geni Cassiano de Moraes - Titular
Elaine Ramos - Suplente

VII - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Roselaine Carla Arndt - Titular
Marizete Luvison Marcon - Suplente

VIII- CÂMARA DE DIRIGENTES LOJISTAS

Wanicles Terezinha Martins - Titular
Nelva Maria Miotto - Suplente

IX - ENTIDADES RELIGIOSAS

Remi Dilson Ritzel - Titular (Igreja Evangélica Luterana do Brasil)
Jorge Alexandre Czeck - Suplente (Igreja Evangélica Luterana do Brasil)

Sirlei Oliveira da Silva - Titular (Igreja Evangélica Assembleia de Deus)
Eliabe Camargo Alves - Suplente (Igreja Evangélica Assembleia de Deus)

X - SINDICATO DOS TRANSPORTADORES
Ivete Raquel Bassotto Fochesatto - Titular

Art. 2º Os Conselheiros ora nomeados terão mandato de dois (2) anos.

Art. 3º Pela participação no Conselho, os membros acima nomeados não serão remunerados, sendo considerado serviço público relevante, podendo ser ressarcidos de eventuais despesas realizadas e autorizadas.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 1.818, de 12 de abril de 2012.

Catanduvas(SC), 05 de maio de 2014.

GISA APARECIDA GIACOMIN

Prefeita Municipal

Claudinei Antonio Sella

Secretário de Administração

Registrado e publicado por esta Secretaria nesta data.

Chapadão do Lageado

PREFEITURA

Extrato de Edital do Processo Licitatório Nº 55/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

EXTRATO DO EDITAL DO PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014

O Município de Chapadão do Lageado, torna público aos interessados, que estará reunida no dia 20 de maio de 2014, às 08:30, a fim de receber, abrir e examinar documentação e propostas de empresas que pretendam participar do Processo Licitatório, cujo objeto é contratação de empresa especializada para a elaboração de estudo de viabilidade técnica e econômica à realização das ações previstas no Plano Municipal de Saneamento Básico (PMSB), por meio do oferecimento de suporte técnico para a implementação, controle e fiscalização, conforme especificações constantes no Termo de Referência - Anexo I deste Edital. As informações, o edital na íntegra e seus anexos, deverão ser solicitados das 08h00min às 13h00min pelo telefone: (47) 3537 0072 ou pelo e-mail: compras@chapadaodolageado.sc.gov.br, endereçado ao Pregoeiro e Equipe de apoio, ou ainda pessoalmente, na Divisão de Contratos, Compras e Licitação, desta Prefeitura Municipal, situada à Rua Allan Régis Inácio, 15, Centro, em até 24 (vinte e quatro) horas antes da data marcada para a reunião destinada ao recebimento dos envelopes.

Chapadão do Lageado/SC, 08 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Termo de Rescisão Convenio 02/2013

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO N. 02/2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E A ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ.

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Inácio, nº. 15, Centro, CEP- 88.407-000, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal Sr. José Braulio Inácio, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 379.181.849-04 e no RG sob o nº. 868.109 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Geremias Pedro de Medeiros, n. 59, Centro, Município de Chapadão do Lageado - SC, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0001-52, Mantenedora do Hospital Bom Jesus, inscrito no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social, registrado sob o processo de nº 71000.115559/2009-28, datado de 14 de dezembro de 2009, representada neste ato por sua Presidente e Superiora Provincial ALZIRA HOEPERS, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de identidade nº 82.523-9, inscrita no CPF sob o nº 224.580.779-00, residente e domiciliada na Rua Pedro Bunn nº 738, Barreiros, São José S/C, e pela Diretora Geral do Hospital Bom Jesus, EDELIR STÜPP, brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na Praça Irmã Paulina nº 470, Centro, Ituporanga - SC, doravante denominada simplesmente CONVENIADA, considerando o interesse de ambos em melhorar a eficiência da Administração Pública, o desenvolvimento e a qualidade de atividades voltadas à sociedade, têm entre si, justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento, com fundamento na

Cláusula Sétima do instrumento originário, o presente Termo Aditivo ao Convênio n. 02/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

Por este Termo de Rescisão o Município e a Associação declaram rescindindo, a partir da presente data, o Convênio nº 02/2013, referente a prestação de serviços às pessoas do município, que necessitem dos serviços médico-hospitalares de urgência e emergência, celebrado entre as partes, conforme Clausula Oitava, item 8.4, do Instrumento principal.

Subcláusula única - Fica estabelecido entre as partes, a exoneração de todos os direitos e obrigações decorrentes do Convênio ora rescindido.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público do Município de Chapadão do Lageado, nos termos do art.61, § 1º c/c o art. 116 da Lei 8.666/93.

E assim, por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Chapadão do Lageado, 24 de março de 2014.

CONVENIENTE

CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Neusa Francisco Luckmann

Nome: Marcio Maciel

CPF: 001.275.019/08

CPF: 896.513.329/72

Rescisão Termo de Convenio 06/2013

TERMO DE RESCISÃO DO CONVÊNIO N. 06/2013, CELEBRADO ENTRE O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO E A ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ.

O MUNICÍPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 01.613.120/0001-27, com sede na Rua Allan Inácio, nº. 15, Centro, CEP- 88.407-000, neste ato legalmente representado pelo Prefeito Municipal Sr. José Braulio Inácio, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº. 379.181.849-04 e no RG sob o nº. 868.109 - SSP/SC, residente e domiciliado na Rua Geremias Pedro de Medeiros, n. 59, Centro, Município de Chapadão do Lageado - SC, doravante denominado simplesmente CONVENIENTE e a ASSOCIAÇÃO DAS IRMÃS FRANCISCANAS DE SÃO JOSÉ, inscrita no CNPJ sob o nº 86.185.220/0001-52, Mantenedora do Hospital Bom Jesus, inscrito no CNPJ sob o nº 86.185.220/0006-67, entidade portadora do Certificado de Entidade Beneficiária de Assistência Social, registrado sob o processo de nº 71000.115559/2009-28, datado de 14 de dezembro de 2009, representada neste ato por sua Presidente e Superiora Provincial ALZIRA HOEPERS, brasileira, solteira, religiosa, portadora da cédula de identidade nº 82.523-9, inscrita no CPF sob o nº 224.580.779-00, residente e domiciliada na Rua Pedro Bunn nº 738, Barreiros, São José S/C, e pela Diretora Geral do Hospital Bom Jesus, EDELIR STÜPP, brasileira, solteira, religiosa, residente e domiciliada na Praça Irmã Paulina nº 470, Centro, Ituporanga - SC, doravante denominada simplesmente CONVENIADA, considerando o interesse de ambos em melhorar a eficiência da Administração Pública, o desenvolvimento e a qualidade de atividades voltadas à sociedade, têm entre si, justo e avençado, e celebram por força do presente instrumento, com fundamento na Cláusula Sétima do instrumento originário, o presente Termo Aditivo ao

Convênio n. 02/2013, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA -DO OBJETO

Por este Termo de Rescisão o Município e a Associação declaram rescindindo, a partir da presente data, o Convênio nº 06/2013, referente a prestação de serviços médico-hospitalares de cirurgia geral de baixa e média complexidade, celebrado entre as partes, conforme Clausula Oitava, item 8.4, do Instrumento principal.

Subcláusula única - Fica estabelecido entre as partes, a exoneração de todos os direitos e obrigações decorrentes do Convênio ora rescindido.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA PUBLICAÇÃO

O presente Termo será publicado no Diário Oficial dos Municípios e no Mural Público do Município de Chapadão do Lageado, nos termos do art.61, § 1º c/c o art. 116 da Lei 8.666/93.

E assim, por estarem de comum acordo, as partes assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo assinadas, para que se produzam os jurídicos e legais efeitos.

Chapadão do Lageado, 24 de março de 2014.

CONVENIENTE

CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Neusa Francisco Luckmann
CPF: 001.275.019/08

Nome: Marcio Maciel
CPF: 896.513.329/72

Decreto Nº 34 de 07/05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 034/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 003/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 003/2014, de 07 de maio de 2014, do Conselho Municipal Saúde, que aprova a Rescisão dos Convênios nº 02/2013 e 06/2013, entre o Município de Chapadão do Lageado e a Associação das Irmãs Franciscanas de São José.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO, 07 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Resolução do Decreto Nº 034/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 003/2014

O Conselho Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 0037 de 1997, e

CONSIDERANDO a Portaria nº 336 de 2013, que dispõe sobre a composição do Conselho municipal de Saúde;

CONSIDERANDO a necessidade de rescisão dos convênios abaixo descritos em função da celebração de novos instrumentos;

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 07 de maio de 2014;

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Rescisão dos Convênios nº 02/2013 e 06/2013, celebrados entre o Município de Chapadão do Lageado e a Associação das Irmãs Franciscanas de São José.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 07 de Maio de 2014

LEANDRO MACÁRIO CORREIA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto 035 de 07/05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 035/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 004/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 004/2014, de 07 de maio de 2014, do Conselho Municipal Saúde, que aprova a Pactuação dos Indicadores 2014 - 2015.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
07 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO

Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 035/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 004/2014

O Conselho Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 0037

de 1997.

CONSIDERANDO a Portaria nº 336 de 2013, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 07 de Maio de 2014.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar a Pactuação dos Indicadores 2014-2015

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação

Chapadão do Lageado, 07 de Maio de 2014
LEANDRO MACÁRIO CORREIA
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Decreto Nº37 de 07/05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO

DECRETO Nº 037/2014

"HOMOLOGA RESOLUÇÃO Nº 005/2014 DO CONSELHO MUNICIPAL DA SAÚDE DO MUNICIPIO DE CHAPADÃO DO LAGEADO-SC."

O Prefeito do Município de Chapadão do Lageado, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 70, inciso I da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica homologado a Resolução nº. 005/2014, de 07 de maio de 2014, do Conselho Municipal Saúde, que aprova o Relatório Quadrimestral de Gestão do 1º Semestre de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PREFEITURA DO MUNICIPIO DE CHAPADAO DO LAGEADO,
07 de maio de 2014.

JOSÉ BRAULIO INÁCIO
Prefeito Municipal

Resolução do Decreto 037/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADÃO DO LAGEADO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

RESOLUÇÃO Nº 005/2014

O Conselho Municipal de Saúde de Chapadão do Lageado, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal 0037 de 1997.

CONSIDERANDO a Portaria nº 336 de 2013, que dispõe sobre a composição do Conselho Municipal de Saúde.

CONSIDERANDO a deliberação da reunião extraordinária do dia 07 de Maio de 2014.

RESOLVE:

Art.1º Aprovar o Relatório Quadrimestral de Gestão do 1º Semestre de 2013.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Chapadão do Lageado, 07 de Maio de 2014

LEANDRO MACÁRIO CORREIA

Presidente do Conselho Municipal de Saúde

Concórdia

PREFEITURA

Adendo 02 ao Edital Pregão Presencial Nº 40/2014 PMC

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA - SC

ADENDO 02 AO EDITAL

PREGÃO PRESENCIAL Nº 40/2014 PMC

O Município de Concórdia, SC, por intermédio da Secretária Municipal de Administração, leva ao conhecimento dos interessados que o edital de licitação em referência, cujo objeto é: Aquisição de vacinas trivalente contra Influenza (fragmentada e inativada), temporada 2014, para os servidores da Prefeitura Municipal de Concórdia, em atendimento ao disposto no art. 8º do Projeto de Lei Complementar nº 7/2014, de 07 de abril de 2014, conforme especificações constantes nos anexos "A" e "B" do edital.

Em observância ao disposto no § 4º do art. 21 da Lei nº 8.666/1993, o prazo para protocolo dos envelopes, contendo as propostas de preços e documentação para habilitação fica alterado para dia 21 de maio de 2014, até às 09h00min, sendo que a sessão de abertura da licitação, fica para o dia 21 de maio de 2014 às 10h00min.

Informações complementares: o Edital e a alteração em questão, em inteiro teor, estão à disposição dos interessados na home page www.concordia.sc.gov.br, link "Licitações". Quaisquer informações poderão ser obtidas na Diretoria de Compras da Prefeitura Municipal de Concórdia, situada à Rua Leonel Mosele, nº 62, 1º andar, Centro, de 2ª à 6ª feira, das 08:00 às 11:30 e das 13:30 às 17:00, ou pelo telefone (49) 3441-2167.

Concórdia, SC, 07 de maio de 2014.
BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Decreto Nº 255/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 255/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, ao servidor AUGUSTO LAZAROTO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2014, ao servidor AUGUSTO LAZAROTO, ocupante do cargo de Motorista, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 4 de fevereiro de 2008 a 3 de fevereiro de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.
JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

MAURÍ MARAN
Secretário Municipal de Urbanismo e Obras

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Convocação Para Assinatura de Contrato - Multi Troféus - Troféus E Medalhas Ltda Me

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

Pregão Presencial Nº 3/2014 - FMEC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa MULTI TROFÉUS - TROFÉUS E MEDALHAS LTDA ME, inscrita no CNPJ sob nº 09.498.341/0001-03, com sede na Rua Dorival C. L. de Oliveira, 1181, Gravataí, RS, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 18.1 do Edital.

Concórdia, SC, 07 de maio de 2014.
VILMAR ANTONIO BENTZ
Superintendente da Fundação Municipal de Esportes

Convocação Para Assinatura de Contrato - Cetric - Central de Tratamento de Resíduos Sólidos, Inds. E com. de Chapeco Ltda

MUNICIPIO DE CONCÓRDIA

Pregão Presencial Nº 34/2014 - PMC

CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DE CONTRATO

O MUNICIPIO DE CONCÓRDIA vem por meio desta, convocar o representante legal da empresa CETRIC - CENTRAL DE TRATAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS, INDS. E COM. DE CHAPECO LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 04.647.090/0001-68, com sede no Acesso Angelo Baldissera, CH 20 s/nº, Chapecó, SC, para comparecer junto a Diretoria de Compras, situada à Rua Leonel Mosele, 62, 1º andar, Centro, nesta, para assinatura do Contrato originado através da licitação em referência.

O não comparecimento dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar desta publicação, conforme previsto no Item 16.1 do edital acarretará na aplicação das penas prevista no item 18.1 do Edital.

Concórdia, SC, 07 de maio de 2014.
ANTONIO COLUSSI
Secretario Municipal de Transporte

Decreto Nº 256/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 256/2014, DE 25 DE MARÇO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor FANUEL REFOSCO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FANUEL REFOSCO DA SILVA, do cargo de provimento em comissão de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 25 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 257/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 257/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

Averba tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor VALDECIR PEDRO COLASSO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 40, § 10, da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988; art. 4º da Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998; na Lei Federal nº 9.796, de 5 de maio de 1999 e alterações e no art. 35 da Lei Complementar nº 164, de 27 de julho de 1999 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Ficam averbados 4.985 dias, ou seja: 13 (treze) anos e 8 (oito) meses, de tempo de contribuição, nos assentamentos funcionais do servidor VALDECIR PEDRO COLASSO, ocupante do cargo de Fiscal de Obras e Posturas, conforme Certidão de Tempo de Contribuição expedida pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS, em 11 de março de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 258/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 258/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

Concede licença-prêmio, convertida em pecúnia, à servidora ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 120 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica concedido, no mês de abril de 2014, à servidora ELUIZIA MARTINS DE ARAUJO, ocupante do cargo de Professor, código 10.12, matrícula 100269-01, 1 (um) mês de licença, a título de prêmio por assiduidade, convertido em pecúnia, equivalente à remuneração do cargo efetivo, relativa ao quinquênio - período aquisitivo de 2 de maio de 2008 a 1º de maio de 2013.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 259/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 259/2014, DE 26 DE MARÇO DE 2014.

Concede promoção vertical a servidores.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 28 e seguintes da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações e considerando a avaliação efetuada pela Comissão do Plano de Cargos, Carreiras e Salários - CPCCS, designada pelo Decreto nº 206/2013, de 1º de fevereiro de 2013.

DECRETA :

Art. 1º Fica concedida aos servidores de provimento estável do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, abaixo relacionados, promoção vertical, para a Faixa de Vencimento II:

I - FABIANO ZAGO, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais;

II - GABRIELA VARGAS DA FONSECA, ocupante do cargo de

Pedagogo;

III - GABRIELLA DE OLIVEIRA PICCOLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 943053-00;

IV - LIDIANE DAL PRA, ocupante do cargo de Agente Administrativo;

V - MATHEUS DETONI PICCOLI, ocupante do cargo de Médico, matrícula 434086-00;

VI - SALETE ROGELIN LAGUNA, ocupante do cargo de Agente de Alimentação e Nutrição;

VII - SANDRA BONASSI, ocupante do cargo de Agente de Serviços Gerais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos pecuniários retroativos a 1º de março de 2014.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 26 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 260/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 260/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor FABIANO BARÃO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor FABIANO BARÃO, do cargo de provimento efetivo de Agente de Manutenção, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 261/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 261/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor PAULO DA SILVA.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto nos arts. 41, I e 42 da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor PAULO DA SILVA, do cargo de provimento efetivo de Servente Braçal, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Fica declarada a vacância do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 262/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 262/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Exonera, a pedido, o servidor ALAOR ANTONIO CAMILLO.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 43, II, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica exonerado, a pedido, o servidor ALAOR ANTONIO CAMILLO, do cargo de provimento em comissão de Diretor de Acompanhamento de Processos, a partir de 1º de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI
Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA
Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO
Diretor Administrativo

Decreto Nº 263/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 263/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Dispõe sobre o desligamento do servidor GILMAR FAGGION.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 318, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações e no art. 63 da Lei Complementar nº 572, de 29 de novembro de 2010 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica desligado, do Quadro Suplementar de Cargos do Poder Executivo, a partir de 1º de abril de 2014, o servidor GILMAR FAGGION, ocupante do cargo de Motorista Capataz, regime estatutário, em face da concessão do benefício de Aposentadoria por Tempo de Contribuição, pelo Instituto Nacional do Seguro Social - INSS.

Art. 2º Fica declarada extinta a vaga do cargo referido no art. 1º deste Decreto.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 264/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 264/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia ELISANDRO JULIO LEIDOW no cargo de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto na Lei Complementar nº 212, de 12 de dezembro de 2001 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado o senhor ELISANDRO JULIO LEIDOW, para exercer o cargo de Responsável do Setor de Planejamento e Qualidade - Assessoria de Planejamento, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargos de Provimento em Comissão, percebendo vencimentos próprios do cargo, nível 5, acrescidos da gratificação de 40% (quarenta por cento), a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 265/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 265/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia ALDREIA PEREIRA MORETTI no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, ALDREIA PEREIRA MORETTI, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 266/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 266/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia DAIANE BUSATTO DOS SANTOS no cargo de Auxiliar de Creche.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, DAIANE BUSATTO DOS SANTOS, no cargo de Auxiliar de Creche, Grupo Ocupacional Funcional - GF, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder

Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 267/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 267/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia FERNANDO DUNKER no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, FERNANDO DUNKER, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 268/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 268/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia VIVIANE DA CRUZ DUARTE no cargo de Agente de Serviços Gerais.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, VIVIANE DA CRUZ DUARTE, no cargo de Agente de Serviços Gerais, Grupo Ocupacional Operacional - GO, faixa de vencimento I, 40 (quarenta) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

SAMIRA ABU EL HAJE FURLAN

Secretária Municipal de Educação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 269/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 269/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia IVAN LUIS BANDEIRA no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, por concurso, regime estatutário, IVAN LUIS BANDEIRA, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
(Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 270/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 270/2014, DE 28 DE MARÇO DE 2014.

Nomeia PATRICIA LULHIER DEBUS no cargo de Técnico em Enfermagem.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, IX, c/c o disposto no art. 9º, I, da Lei Complementar nº 90, de 27 de junho de 1994 e alterações.

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada, por concurso, regime estatutário, PATRICIA LULHIER DEBUS, no cargo de Técnico em Enfermagem, Grupo Ocupacional Técnico - GT, faixa de vencimento I, 35 (trinta e cinco) horas semanais, do Quadro Permanente de Cargos do Poder Executivo, a partir de 2 de abril de 2014.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 28 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Decreto Nº 271/2014

MUNICÍPIO DE CONCÓRDIA

DECRETO Nº 271/2014, DE 31 DE MARÇO DE 2014.

Designa membros para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI.

O Prefeito do Município de Concórdia.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 63, VI, c/c o disposto na Lei nº 3.322, de 12 de dezembro de 2001 e no Decreto nº 4.463, de 1º de julho de 2002.

DECRETA:

Art. 1º Ficam designadas, para integrar o Conselho Municipal do Idoso - CMI, as pessoas abaixo mencionadas, com as respectivas instituições governamentais e não governamentais que representam, pelo período de 2 (dois) anos, a partir de 1º de abril de 2014:

I - representantes da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação:

titular: ZELIR SALETE DALLA ROSA;

b) suplente: ANA PAULA FORNER;

II - representantes da Secretaria Municipal de Saúde:

a) titular: LIONI INES BENDER;

b) suplente: FRANCIELI BIZZOTTO;

III - representantes da Secretaria Municipal de Educação:

titular: FLAVIA PERUZZO SCHWABENLAND;

suplente: CIRLEI GIOMBELLI;

IV - representantes da Fundação Municipal de Esportes:

titular: MARISETE PAZ DE OLIVEIRA;

b) suplente: ROBERTO DEL POZZO;

V - representantes da Secretaria Municipal de Agricultura, Desenvolvimento Rural e Meio Ambiente:

titular: ELAINE MARTINS DE ARAUJO;

b) suplente: CIRIO ANTONIO SCHIAVINI;

VI - representantes da Fundação Municipal de Cultura:

a) titular: HERCI SCHNEIDER;

b) suplente: ROSALI FATIMA ZAMBONI MOCELIN;

VII - representantes de entidades não governamentais:

grupos de idosos de convivência do meio rural:

titulares: ELSA VALANDRO MUNARETTO e LORENA FELICIDADE PAVIANI;

2. suplentes: EGIDIO DEON e WALTIMAR DAHMER;

grupos de idosos de convivência do meio urbano:

titulares: ROSALI TOMAZETTO e JELLIDE BOSIO MARTINI;

suplentes: MATILDE MANICA e JOSE FUNEZ;

representantes dos trabalhadores na área do idoso:

1. titular: CRISCIANI NINOW;

2. suplente: ELAINE DA CUNHA VANCIN;

d) representantes de entidades que desenvolvem projetos ou programas voltados ao atendimento do idoso:

1. titular: AGOSTINHO LUIZ SCHIOCHETTI;

2. suplente: MELANIA POLINA ARGENTON.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Concórdia.

JOÃO GIRARDI

Prefeito Municipal

BEATRIZ FÁTIMA C. DA SILVA ROSA

Secretária Municipal de Administração

LAURI GARBOSSA

Secretário Municipal de Desenvolvimento Social, Cidadania e Habitação

Publicado nesta SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO (Diretoria Administrativa), em 31 de março de 2014.

CARLOS FERNANDO COMASSETTO

Diretor Administrativo

Cordilheira Alta

PREFEITURA

Lei Nº 1107/2014 - " Concede Incentivo Estrutural À Empresa , Nos Termos da Lei 215/97"

Lei n. 1107/2014

"CONCEDE INCENTIVO ESTRUTURAL À EMPRESA QUE CONSTITUIRÁ SUA SEDE NO MUNICÍPIO , NOS TERMOS DA LEI 215/97 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

ALCEU MAZZIONI, Prefeito Municipal de Cordilheira Alta, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art.1.º Fica o Chefe do Poder executivo municipal autorizado a conceder o incentivo estrutural previsto no inciso I do artigo 7º da Lei Municipal nº. 215/97, à Empresa TÓQUIO MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA - EPP, inscrita no CNPJ sob o nº. 05.833.844/0001-37

Parágrafo único - O benefício consiste na disponibilização de máquinas para realização de serviços de terraplenagem parte do imóvel lote colonial nº 43 , Matrícula 20.376, neste município, onde pretendem instalar a empresa setor Manutenção Industrial e Comercial , e está sendo concedido mediante pedido da interessada e documentos comprobatórios nos termos da Lei e conforme determina a Resolução nº004/2014 - do Conselho de Desenvolvimento Econômico, anexa a este.

Art. 2º. A empresa beneficiada fica obrigada a cumprir as cominações de disposições superiores aplicáveis à espécie.

Art. 3º. Para fazer face as despesas decorrentes da aplicação desta Lei serão utilizados recursos orçamentários próprios.

Art. 4º. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Cordilheira Alta, SC, 07 de maio de 2014.

ALCEU MAZZIONI

Prefeito Municipal

Registrada e publicada em data supra

RESOLUÇÃO Nº 004/2014

Concede incentivo estrutural à empresa, conforme Lei Municipal 215/97.

O Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico, no uso de suas atribuições, tendo em vista o disposto no parágrafo único do Art. 4º, e no Art. 24 da Lei 215/97,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o incentivo de ordem estrutural definido pela Ata nº 003/2014 de 08 de abril de 2014, que concede benefício para a empresa: TÓQUIO MANUTENÇÃO INDUSTRIAL LTDA- EPP inscrita no CNPJ sob o nº. 05.833.844/0001-37.

Art.2º Mediante ofício de solicitação de incentivo e apresentação da documentação exigida pela Lei nº 215/97, o Conselho de Desenvolvimento Econômico analisou e aprovou o seguinte incentivo estrutural:

Parágrafo Único - O benefício consiste na disponibilização de máquinas para realização de serviços de terraplenagem de parte do lote colonial nº. 43, Matrícula 20.376, onde pretendem instalar a Empresa Tóquio Manutenção Industrial Ltda- EPP neste município.

Art. 3º Encaminha-se a presente Resolução ao Executivo Municipal

para que viabilize concessão do incentivo aprovado, observando os procedimentos legais que o processo requer.

Art. 4º O Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico ficará corresponsável pela fiscalização e cumprimento das obrigações impostas à Empresa beneficiada, principalmente, no que se refere à evolução econômica da Empresa e a situação regular dos compromissos impostos pela Lei Municipal nº 215/97.

Art.5º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Cordilheira Alta, SC, 09 de abril de 2014.

Clodoaldo Briancini

Presidente do Conselho Municipal de Desenvolvimento Econômico

Ata Resultado Pregão Presencial 27/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2014 - PR
CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo,27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	Processo Administrativo: 41/2014 Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 22/04/2014
	Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

REFERENTE AQUISIÇÃO DE SEMEN E NITROGENIO LIQUIDO A SEREM UTILIZADOS NO PROGRAMA DE INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL DESTES MUNICIPIO NO EXERCÍCIO DE 2014.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr.

Ao(s) 6 de Maio de 2014, às 09:02 horas, na sede da(o) MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Decreto nº 210/2013, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 41/2014, Licitação nº 27/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A empresa COMERCIO DE PRODUTOS AGROP. N. S. DA SAÚDE LTDA ME cotou o item 3 do nitrogênio com marca nitrogênio, sendo que nitrogênio não é marca e sim nome do produto, informação esta confirmada por todos os proponentes, ficando assim inabilitada neste item para o processo. A empresa não possui direito a lance nos demais itens pois não apresentou o credenciamento de acordo com o exigido no edital. As demais empresas apresentaram as propostas de acordo com o exigido no edital.

Participante: 72 - NITROSEMEN PRODUTOS AGROPECUARIOS LTDA

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
3	NITROGENIO LIQUIDO PARA CONSERVAÇÃO DE SEMEN	LT	3.000,00	nitrovet	0,0000	1,39	4.170,00

Total do Participante → 4.170,00

Participante: 1207 - COMERCIO DE PRODUTOS AGROP. N. S. DA SAÚDE LTDA ME

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	SÊMEN BOVINO DA RAÇA HOLANDESA COM PROVA DE DEZEMBRO/2013 ATUALIZADA PELO DAIRYBULLS, NA BASE AMERICANA, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: TPI: = > 1710, CONFIABILIDADE: 88% DE PRODUÇÃO, FACILIDADE DE PARTO: = < 8,00, CÉLULAS SOMÁTICAS: = < 2,89, LEITE: = > 1110 LIBRAS GORDURA: = > 30 LIBRAS, ESTATURA: = > 0,95, PROTEÍNA: = > 30 LIBRAS, FORÇA: = > 0,62, TIPO: = > 1,56, COMPOSTO DE PATAS E PERNAS: = > 0,80, COMPOSTO ÚBERE: = > 1,35 INSERÇÃO DE ÚBERE ANTERIOR, ALTURA E LARGURA DE ÚBERE POSTERIOR E LIGAMENTO CENTRAL DE ÚBERE = > 1,79. COM PROVAS POR GENOMA.	un	1.000,00	excellence	0,0000	15,00	15.000,00
2	SÊMEN BOVINO DA RAÇA JERSEY COM PROVA DE DEZEMBRO/2013 ATUALIZADA PELO DAIRYBULLS NA BASE AMERICANA, CONTENDO AS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS: CONFIABILIDADE PARA PRODUÇÃO: = > 68%, LEITE: = > 540 LIBRAS, TIPO: = > 1,00, ESTATURA: = > 2,45, VIDA PRODUTIVA: = > 1,1, GORDURA: = > 48 LIBRAS, FORÇA: = > 0,55, ROTEÍNA: = > 23 LIBRAS, POSITIVO NO PERCENTUAL DE GORDURA E PROTEÍNA, POSITIVO NAS SEGUINTE CARACTERÍSTICAS LEITEIRAS, ÂNGULO DE GARUPA, LARGURA DE GARUPA, PERNA VISTA LATERAL E ÂNGULO DE CASCO. COM PROVAS POR GENOMA	un	1.000,00	celeb	0,0000	14,00	14.000,00

Total do Participante → 29.000,00

Total Geral → 33.170,00

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE CORDILHEIRA ALTA CNPJ: 95.990.198/0001-04 R. Celso Tozzo, 27 C.E.P.: 89819-000 - Cordilheira Alta - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 27/2014 - PR
	Processo Administrativo: 41/2014 Processo de Licitação: 41/2014 Data do Processo: 22/04/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação e pelos representantes das proponentes.

Cordilheira Alta, 6 de Maio de 2014

COMISSÃO:

MICHELE ENDLER - - Pregoeiro(a)
KÁTIA ANA DI DOMENICO - - SECRETARIA
IVANETE DE LOURDES PEDERSSETTI - - MEMBRO

Coronel Freitas

PREFEITURA

Errata Tomada de Preço 03/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ERRATA

Edital de Tomada de Preço Nº 03/2014

Objeto: PAVIMENTAÇÃO COM PEDRAS IRREGULARES NAS RODOVIAS EMCF-133 E EMNI-032 ACESSO A LINHA CAIRU BR 282, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS SC, TOTALIZANDO 3.900M².

Tipo: Menor Preço/Global

Onde se lê Entrega dos envelope: até as 08:30 h do dia 20/05/2014

se lê Entrega dos envelope: até as 08:30 h do dia 23/05/2014

Onde se lê Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 20/05/2014 se lê Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 23/05/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Errata Tomada de Preço 04/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

ERRATA

Edital de Tomada de Preço Nº 04/2014

Objeto: CONSTRUÇÃO DO CENTRO DE EVENTOS - 2ª ETAPA - REPROGRAMADO, COM ÁREA DE 571,90 m², LOCALIZADO NA RUA ALMIRANTE BARROSO, CENTRO, MUNICÍPIO DE CORONEL FREITAS

Tipo: Menor Preço/Global

Onde se lê Entrega dos envelope: até as 08:30 h do dia 22/05/2014

se lê Entrega dos envelope: até as 08:30 h do dia 26/05/2014.

Onde se lê Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 22/05/2014 se lê Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 26/05/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400

Coronel Freitas (SC) 08 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Pregão Presencial R.P Nº 18/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial R.P Nº 18/2014

Objeto: AQUISIÇÃO DE LIXEIRAS METÁLICAS

Tipo: Menor Preço/Item

Entrega dos envelopes: até as 14:00 h do dia 20/05/2014

Abertura dos envelopes: na seqüência às 14:00 horas do dia 20/05/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte

endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Licitações Pregão Presencial R.P 19/2014

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL FREITAS

AVISO DE LICITAÇÃO

Edital de Pregão Presencial Registro de Preço Nº 19/2014

Objeto: RECAUCHUTAGEM E RECAPAGEM DE PNEUS.

Tipo: Menor Preço Por Item

Entrega dos envelope: até as 08:30 horas do dia 20/05/2014

Abertura dos envelopes: na seqüência às 08:30 horas do dia 20/05/2014

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Av.Santa Catarina, 1022 nos dias úteis, de segunda a sexta feira das 07:30 às 11:30 hrs e das 13:00 às 17:00 horas ou pelo fone 3347.3400.

Coronel Freitas (SC) 08 de Maio de 2014

Mauri José Zucco

Prefeito Municipal

Coronel Martins

PREFEITURA

Lei Municipal Nº. 626, de 06 de Maio de 2014.

LEI MUNICIPAL Nº. 626, DE 06 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal em Exercício de Coronel Martins, Estado de Santa Catarina, Faz saber a todos os Habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e este Sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito suplementar no valor de até R\$259.000,00 (duzentos e cinquenta e nove mil reais), destinados a suplementar a seguinte dotação Orçamentária:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.1.90.00.00.00	Aplicações Diretas	15	01.0001	209.000,00

03.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMIN. PLANEJAMENTO E FINANÇAS				
04.122.0004.2.003 - Manutenção das Atividades Administrativas				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	07	01.0000	50.000,00

Art. 2º. Para satisfazer a cobertura do crédito suplementar de que trata o artigo primeiro, serão anulados recursos da mesma ordem, das seguintes dotações e programações de despesas, da Prefeitura Municipal de Coronel Martins:

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.361.0029.1.024 - Ampliação da Rede Física da Educação				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	11	01.0001	19.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.368.0031.2.026 - Manutenção da Educação Básica				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	18	01.0001	6.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 - Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	13	01.0001	8.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
12.362.0012.2.059 - Apoio ao Ensino Médio				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	14	01.0001	12.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
15.451.0035.1.031 - Pavimentação de Ruas e Passeios				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	32	01.0000	45.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS				
17.512.0018.1.036 - Saneamento Básico Geral				
Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	36	01.0000	12.000,00

05.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PUBLICOS

06.182.0063.2.055 - Manutenção do Fundo M. Defesa Civil

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	31	01.0000	9.000,00

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

20.606.0037.2.038 - Atividades de Apoio a Agricultura e Meio Ambiente

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	45	01.0000	24.000,00

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0017.1.035 - Construções de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	68	01.0000	15.000,00

14.01 - FUNDO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO

16.482.0017.1.035 - Construções de Residências

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	69	01.0000	15.000,00

15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0102.2.058 - Manutenção da Sec. de Cultura, Esportes e Lazer

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.50.00.00.00	Transf. a Inst. Priv. S. Fins Lu	71	01.0000	18.000,00

15.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, ESPORTE E LAZER

27.812.0102.2.058 - Manutenção da Sec. de Cultura, Esportes e Lazer

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
4.4.90.00.00.00	Aplicações Diretas	73	01.0001	6.000,00

04.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.368.0032.2.027 - Manutenção do Transporte Escolar

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	28	01.0001	20.000,00

06.01 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSP. OBRAS E SERV. PÚBLICO

26.782.0039.2.044 - Manutenção das Atividades Rodoviárias

Categoria	Descrição	Reduzido	Fonte	Valor
3.3.90.00.00.00	Aplicações Diretas	38	01.0000	50.000,00

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Coronel Martins SC, 06 de maio de 2014.

DIRCEU FAVRETTO

Prefeito Municipal

Esta Lei foi registrada e publicada em data supra.

GENECI DA COSTA PERTUSSATTI

Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças.

Corupá

PREFEITURA

Portaria Nº 2945/14

PORTARIA Nº 2945/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO MERENDEIRA ACT, A SRA. SIBILA CRISTINA PEREIRA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. SIBILA CRISTINA PEREIRA, a partir de 10 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Merendeira ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. José Pasqualini, em virtude de substituição da funcionária Cristiane Tamanini Alcantara, que está em licença-saúde, lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2946/14

PORTARIA Nº 2946/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICO DE ENFERMAGEM ACT, A SRA. TANIA REGINA BANKHARDT LENZI.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. TANIA REGINA BANKHARDT LENZI, a partir de 01 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnico de Enfermagem ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na unidade de saúde PSF3, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de ausência de candidato em

concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 01 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2947/14

PORTARIA Nº 2947/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO ACT, A SRA. IRACILDA KOHLS.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IRACILDA KOHLS, a partir de 07 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Comunitário ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na unidade de saúde PSF2, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da agente comunitária de saúde Juliane Auerhahn Maia, assumir a Coordenação Administrativa da Estratégia Saúde da Família, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2948/14

PORTARIA Nº 2948/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO ACT, A SRA. JORDANA ELAINE SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. JORDANA ELAINE SILVA, a partir de 10 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Comunitário ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na unidade de saúde PSF2, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da saída da agente comunitária de saúde Denise da Cruz dos Santos e ausência de candidato em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 10 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2949/14

PORTARIA Nº 2949/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO FISIOTERAPEUTA ACT, A SRA. DENISE GEFFERT DA SILVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. DENISE GEFFERT DA SILVA, a partir de 15 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Fisioterapeuta ACT, com carga horária de 32 horas semanais, para trabalhar na Clínica Municipal de Fisioterapia, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da saída do fisioterapeuta Ricardo Kemer Pedrini e ausência de candidato em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2950/14

PORTARIA Nº 2950/14

EXONERA A PEDIDO A SERVIDORA IRACILDA KOHLS DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIO ACT.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo de Agente Comunitário ACT, a servidora Sra. IRACILDA KOHLS, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 2947/14 de 06 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 2947/14.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI

PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2951/14

PORTARIA Nº 2951/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS ACT, A SRA. MARIANA SIMÕES DE LIMA ANDRADE.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. MARIANA SIMÕES DE LIMA ANDRADE, a partir de 15 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Auxiliar de Serviços Gerais ACT, com carga horária de 44 horas semanais, para trabalhar no C.M.E.I. Franz Dorn, em virtude de substituição da funcionária Ingeburg Moretti, que está em licença para cuidar de idoso, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 15 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2952/14

PORTARIA Nº 2952/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO TÉCNICO DE ENFERMAGEM ACT, A SRA. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. ROSILENE ELVERITA STELTER POERNER, a partir de 22 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Técnico de Enfermagem ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na unidade de saúde do Centro, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude de ausência de candidato em concurso público, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 22 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2953/14

PORTARIA Nº 2953/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO PROFESSOR ACT, A SRA. IVONETE RASSWEILLER PAIVA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. IVONETE RASSWEILLER PAIVA, a partir de 17 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Professor ACT, com carga horária de 20 horas semanais, para trabalhar na E.M.E.F. Francisco Mees, em virtude de substituição da professora efetiva Suely Maria Koroll, que foi transferida para a E.M.E.F. José Pasqualini, ficando lotada na Secretaria Municipal de Educação, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 17 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2954/14

PORTARIA Nº 2954/14

AUTORIZA A CONTRATAÇÃO FUNCIONAL POR TEMPO DETERMINADO COMO AGENTE COMUNITÁRIO ACT, A SRA. CARINA NICOLAIAKO REMUNDO.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso e exercício de suas funções e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09 de 15 de dezembro de 2009.

RESOLVE:

Art. 1º- Fica autorizada a contratação da Sra. CARINA NICOLAIAKO REMUNDO, a partir de 07 de abril de 2014, vigorando, tão somente enquanto perdurar a necessidade do serviço público, limitado a 12 de dezembro de 2014, para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público, exercendo o cargo de Agente Comunitário ACT, com carga horária de 40 horas semanais, para trabalhar na unidade de saúde PSF2, da Secretaria Municipal de Saúde, em virtude da saída da agente comunitária de saúde Dileusa Rosanjala Pezzatto e ausência de candidato em concurso público, ficando lotada na Secretaria Municipal de Saúde, e sob regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Art. 2º- A contratação fica a cargo da Diretoria de Recursos Humanos;

Art. 3º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 07 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2955/14

PORTARIA Nº 2955/14

EXONERA A PEDIDO O SERVIDOR HILARIO SEIDEL DO CARGO EM COMISSÃO DE CHEFE DE DIVISÃO DE FROTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar a pedido do cargo em comissão de Chefe de Divisão de Frota, o servidor Sr. HILARIO SEIDEL, para o qual foi nomeada através da Portaria nº 1803/12 de 19 de março de 2012.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário, em especial a Portaria nº 1803/12..

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Portaria Nº 2956/14

PORTARIA Nº 2956/14

NOMEIA O SERVIDOR SENHOR HILARIO SEIDEL PARA OCUPAR O CARGO EM COMISSÃO DE GERENTE DE DIVISÃO DE FROTA.

LUIZ CARLOS TAMANINI, Prefeito Municipal de Corupá, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o que preceitua a Lei Orgânica Municipal em seu inciso VII do artigo 66, combinando com a Lei Complementar nº 014/09, de 15 de dezembro de 2009,

RESOLVE:

Art. 1º - Nomear para o cargo em comissão de Gerente de Divisão de Frota, o servidor Sr. HILARIO SEIDEL, percebendo a remuneração prevista no fator 34, conforme Lei Complementar nº 047/14 de 25 de março de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a contar de 02 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Corupá/SC,
06 de maio de 2014.

LUIZ CARLOS TAMANINI
PREFEITO MUNICIPAL

Publicada e Registrada na Forma da Lei nº 1.891 de 10 de Março de 2009.

Curitibanos**PREFEITURA****Anulação****ANULAÇÃO**

O Município de Curitibanos, através de sua autoridade competente entende por ANULAR na sua totalidade o Edital de Pregão Presencial nº 84/2014, que tem como objeto a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE IMPRESSÃO DIGITAL E RECORTE DE PLACAS, BANNERS E FAIXAS EM LONA PARA A SECRETARIA DE OBRAS E SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CONFORME ANEXO I DESTES EDITAIS, conforme art. 49 da Lei n. 8.666/93, tendo em vista que houve erro de digitação em relação as quantidades que estão muito acima da demanda anual, evitando danos aos vencedores da licitação, conforme memorando em anexo.

Curitibanos, 05 de Maio de 2014.

De acordo,
José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Justificativa de Dispensa de Licitação Nº 133/2014

JUSTIFICATIVA DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 133/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o município de Curitibanos e a empresa Geramaq Equipamento Ltda com o valor total de R\$ 3.216,42 (Três mil e duzentos e dezesseis reais e quarenta e dois centavos).

RESUMO: DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA PEÇAS E SERVIÇO DE REVISÃO DE 500 HORAS DO VEÍCULO MAQUINA MUSTANG 2044, CONFORME DOCUMENTAÇÃO EM ANEXO, NA FORMA DO ART. 24 INCISO XVII DA LEI Nº 8.666/93.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 24 - É dispensável a licitação de:

- XVII - "Para a aquisição de componentes ou peças de origem nacional ou estrangeiro, necessários à manutenção de equipamentos durante o período de garantia técnica, junto ao fornecedor original desses equipamentos, quando tal condição de exclusividade for indispensável para a vigência da garantia;"

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos

do Art. 24 inciso XVII da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Prefeito Municipal, sugerindo a referida contratação.

Curitibanos, 06 de Maio de 2014.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteadó
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 24 o inciso XVII dou como aprovada.

Curitiba, 06 de Maio de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 06 de Maio de 2014.

Jose Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Editais de Pregão Presencial Nº 127/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 127/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Global regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração, para a CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURANÇA PRIVADA, PARA O PARQUE POUSO DE TROPEIRO, PARA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 21/05/2014, no Protocolo Central desta Prefeitura, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860.

A partir das 14:00 horas do dia 21/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860 no horário de expediente (13:00 as 19:00) e/ou na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 02 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Editais de Pregão Presencial Nº 131/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 131/2014

O Município de Curitiba, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DIVERSOS PARA MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO PARA A REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, CONFORME ANEXO I DESTE EDITAL. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 22/05/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 22/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 06 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Pregoeiro

Edital de Tomada de Preços Nº 132/2014

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 132/2014

O Município de Curitiba, SC neste ato representado por seu Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e na forma prevista na Lei No. 8.666/93, faz saber que se acha aberta licitação na modalidade de tomada de preços, para obras e serviços de engenharia do tipo Menor Preço Global, regida pela Lei no 8.666, de 21 de junho de 1993, e alterações introduzidas pelas Leis nº 8.883 de 8 de junho de 1994 e 9.648 de 27 de maio de 1998, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CAMPO DE FUTEBOL NO BAIRRO GETULIO VARGAS, CONFORME MEMORANDO E MEMORIAL DESCRITIVO EM ANEXO.

A Comissão de Licitação, receberá os envelopes documentação de habilitação e envelopes propostas de preços dos interessados, devidamente protocolados no Protocolo Central da Prefeitura Municipal até as 13:30 horas do dia 27/05/2014, no protocolo da sede da Prefeitura, sito a Rua Cel. Vidal Ramos, 860.

Os envelopes contendo a documentação de habilitação e proposta de preços dos interessados, serão abertos respectivamente pela Comissão de Licitação, a partir das 14:00 horas do dia 27/05/2014, sito a Cel. Vidal Ramos, 860.

O inteiro teor deste ato convocatório e de seus anexos, encontram-se à disposição dos interessados que o solicitarem no Setor de Licitações e Contratos da Prefeitura de Curitiba no horário de expediente e na pagina da Prefeitura www.curitiba.sc.gov.br.

Curitiba, 06 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi Diego Sebem Wordell
Prefeito Municipal Presidente da CPL

Decreto Nº 4.439/2014

DECRETO Nº 4.439/2014

SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitiba, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitiba e na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013
DECRETA

Art. 1º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento da PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBANOS na forma autorizada pela Lei n. 5.149/2013 no montante de R\$ 120.000,00 (Cento e vinte mil reais) :

SUPLEMENTAÇÃO

02.00 CHEFIA DO EXECUTIVO

02.04 SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E DESENV. RURAL

20.606.0024.1030 AQUISIÇÃO DE MÁQ. VEÍCULOS E IMPL. AGRÍCOLAS

4490000000.00.499 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 120.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 120.000,00

Art. 2º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado recursos provenientes do convênio com o Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA-PRONAT - INFRAESTRUTURA - AQUISIÇÃO conforme processo Nº 2622.1011600-28/2013 do Orçamento Geral da União, no valor de R\$ 120.000,00 (Cento vinte mil reais).

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Curitibanos, 23 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal.

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Decreto Nº 4.440/2014

DECRETO Nº 4.440/2014

INCLUI FONTE DE RECURSO, SUPLEMENTA DOTAÇÕES ORÇAMENTARIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, conferidas pelo artigo 79 inciso IX da Lei Orgânica do Município de Curitibanos,

DECRETA

Art. 1º - Ficam incluídas no orçamento municipal do Fundo Municipal de Educação de Curitibanos as fontes de recursos abaixo na forma prevista pela lei orçamentária nº 5.149/2013,

INCLUI FONTE DE RECURSO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS

Art. 2º - Ficam suplementadas as dotações orçamentárias do orçamento específico do Fundo Municipal de Educação na forma da Lei nº 5.149/2013, no montante de R\$ 45.000,00 (Quarenta e cinco mil reais) a saber:

SUPLEMENTAÇÃO

07.00 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

07.01 FUNDO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

12.365.0014.2041 MANUT. DO ENSINO INFANTIL - PRÓPRIOS

339000000000.00.122 APLICAÇÕES DIRETAS R\$ 45.000,00

TOTAL DA SUPLEMENTAÇÃO R\$ 45.000,00

Art. 3º. Para cobertura da suplementação acima fica utilizado o valor do superávit financeiro da fonte de recurso FUNDEB ocorrido no exercício de 2013, conforme balanço patrimonial anexo 14 e Decreto 4.413/2014.

Art. 4º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Curitibanos, 23 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicado o presente decreto aos vinte e três dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal Kleberson Luciano Lima

Secretário de Educação e Cultura

Lei Complementar 114/2014

LEI COMPLEMENTAR 114/2014

ALTERA DISPOSITIVOS DA LEI COMPLEMENTAR 46/2006 QUE DISPÕE SOBRE A UTILIZAÇÃO DO ESPAÇO DO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS E O BEM ESTAR PÚBLICO, OBSERVADAS AS NORMAS FEDERAIS E ESTADUAIS RELATIVAS À MATÉRIA.

José Antonio Guidi, Prefeito Municipal de Curitibanos, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e na forma disposta no artigo 37 da Lei Orgânica do Município de Curitibanos, Faço saber a todos os habitantes deste município que a Câmara aprovou e eu sanciono a seguinte Lei :

Art. 1º. O art. 81, § 1º da Lei Complementar nº 046/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

" § 1º. Os restaurantes, pizzarias, panificadoras, lojas de conveniência, hotéis, motéis e postos de combustível, poderão ter seus horários de funcionamento livre (24 horas por dia) salvo bares.

I - O horário de funcionamento deverá constar expressamente no Alvará expedido pelo Poder Executivo Municipal. "

Art. 2º. O art. 81, §2º da Lei Complementar nº 046/2006 passa a vigorar com a seguinte redação:

" § 2º. O Poder Executivo Municipal poderá conceder horário de funcionamento especial ou livre para as empresas que julgar pertinente, independente do ramo de atividade. "

Art. 3º. Esta lei complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revoga-se a Lei Complementar nº 70, de 14 de fevereiro de 2011 e demais disposições em contrário.

Curitibanos, 10 de abril de 2014.

José Antônio Guidi
Prefeito Municipal

Publicada a presente lei aos dez dias do mês de abril do ano dois mil e quatorze na portaria da Prefeitura Municipal

Amaury Silva
Secretário Municipal de Administração e Finanças

Edital de Pregão Presencial Nº 134/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 134/2014

O Município de Curitibanos, por intermédio de seu Pregoeiro e sua Equipe de Apoio torna público que se encontra aberta licitação na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL, com julgamento Pelo Menor Preço Item, regida pela Lei Federal 10.520/02, pela Lei 8.666/93, entre outros dispositivos legais aplicados a espécie, com o fim específico de escolher a proposta mais vantajosa a esta administração para a AQUISIÇÃO DE MATERIAL HIDRAULICO E MATERIAL DE PINTURA, PARA USO E MANUTENÇÃO DO PARQUE POUSO DO TROPEIRO, EM VIRTUDE DA REALIZAÇÃO DA EXPOCENTRO 2014, CONFORME ANEXO 1 DESTE EDITAL.. Os interessados em participar do certame deverão entregar o envelope contendo a Proposta de Preços e o envelope contendo a Documentação de Habilitação até as 13:30 horas do dia 23/05/2014, sito a rua Cel. Vidal Ramos, 860. A partir das 14:00 horas do dia 23/05/2014, será realizada sessão pública para a classificação das propostas

classificadas no Setor de Licitações e Contratos, e em seguida a fase de lances das propostas classificadas.

Curitiba, 07 de Maio de 2014.

José Antonio Guidi
Prefeito Municipal

Diego Sebem Wordell
Pregoeiro

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação Nº 29/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 29/2014

REFERENTE: Contrato de compra e venda firmado entre o Fundo Municipal de Educação de Curitiba e as empresas: BOQUINHAS APRENDIZAGEM E ASSESSORIA LTDA - ME valor R\$ 6.005,00

RESUMO: INEXIBILIDADE PARA A AQUISIÇÃO DE MATERIAIS PEDAGÓGICOS PARA USO DOS PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO NA APLICAÇÃO DO MÉTODO BOQUINHAS, CONFORME LEI 8.666/93, ART. 25 INCISO I, ANEXO I DESTE EDITAL.

FUNDAMENTO DA JUSTIFICATIVA:

- "Art. 25 - É inexigível a licitação quando houver inviabilidade de competição, em especial:

I - para aquisição de materiais, equipamentos, ou gêneros que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivo, vedada a preferência de marca, devendo a comprovação de exclusividade ser feita através de atestado fornecido pelo órgão de registro do comércio do local em que se realizaria a licitação ou a obra ou o serviço, pelo Sindicato, Federação ou Confederação Patronal, ou, ainda, pelas entidades equivalentes;

PELO EXPOSTO: E conforme o que foi apresentado a esta Comissão, e atendidos aos preceitos do Art. 25 inciso I da Lei No. 8.666/93, e suas alterações, encaminhamos ao Presidente do Fundo, sugerindo a referida contratação.

Curitiba, 07 de maio de 2014.

Diego Sebem Wordell Cristina Melo Menegotto
Presidente da Comissão Membro

Márcia Dominski Penteado
Membro

PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

A presente dispensa cumpre as exigências legais, estando de acordo com a Lei No. 8.666/93 e suas alterações, de acordo com o Art. 25 o inciso I dou como aprovada.

Curitiba, 07 de maio de 2014.

Claudio Vieira França
Procurador Geral do Município

AUTORIZAÇÃO:

Autorizo a contratação da prestação de serviços mencionada e recomendo a observância das demais providências legais pertinentes.

Curitiba, 07 de maio de 2014.

Kleberson Luciano Lima
Presidente do Fundo

Dionísio Cerqueira

PREFEITURA

Aviso de Licitações.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO - LEILÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Leilão nº 068/2014.. Objeto: Venda de veículos, máquinas, sucatas de informática, sucata de moveis, pneus (novos e sucatas) considerados inservíveis para a Administração Municipal de Dionísio Cerqueira Entrega da documentação e propostas até as 09:00 horas do dia 20/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada do edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Santos Dumont, N.413. e no site www.dionisiocerqueira.sc.gov.br

Dionísio Cerqueira, 30/04/2014.

Altair Rittes
Prefeito Municipal.

Contratos

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA

SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO: 008/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde.

Contratado: Luzangela Pereira

Objeto: Locação de Imóvel para funcionamento do Laboratório da Fronteira Origem: DL 017/2013 FMS - Por esse instrumento corrige-se o valor da locação que passa de R\$ 750,00 mensal Para R\$ 795,00 mensal. Vigência 22/04/2014 à 21/01/2015

Dionísio Cerqueira 16/04/2014.

João Stahl
Gestor do FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 065/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Adimilson Ritter Vargas

Objeto: Prestação de serviços de lavagem completa de veículo 05 lugares da Administração Municipal. Valor R\$ 9.884,00.

Origem: PREGÃO nº 058/2014-Vigência 07/05/2014 à 31/12/2014.

- Dionísio Cerqueira 07/05/2014.

Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

CONTRATO: 066/2014.

Contratante: Prefeitura Municipal.

Contratado: Luciana Pagliochi Schirrmann

Objeto: Prestação de serviços de lavagem completa de Van, Camioneta, Ônibus, Caminhões e Máquinas da Administração Municipal. Valor R\$ 22.860,00

Origem: PREGÃO nº 058/2014-Vigência 07/05/2014 à 31/12/2014.

Dionísio Cerqueira 07/05/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Resultado de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 065/2014, Objeto: Aquisição de materiais de expediente e materiais pedagógicos para a secretaria de Assistência Social Vencedor Lotérica e Comercio SL Ltda.:Valor R\$ 8.803,20

Dionísio Cerqueira 06/05/2014
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira comunica aos interessados o resultado do Pregão nº 058/2014, Objeto: Prestação de serviços para Lavagem de veículos, caminhonete, van, ônibus, caminhões e máquinas da Frota Municipal Vencedores Adimilson Ritter Vargas :.Valor R\$ 9.884,00 - Luciana Pagliochi Schirmann -Valor R\$ 22.860,00

Dionísio Cerqueira 07/05/2014
Altair Rittes
Prefeito Municipal

Aviso de Licitações

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 070/2014. Objeto: Prestação de serviços de manutenção das escolas municipais com a colocação de cerâmica, remoção de terra, piso e contra-piso. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 20/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada de edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 071/2014. Objeto: Aquisição de material de limpeza para Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 21/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada de edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 072/2014. Objeto: Aquisição de camisetas e calça azul para Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 14:30 horas do dia 21/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada de edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial n. 073/2014. Objeto: Aquisição a condicionado com instalação para Secretaria de Educação. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 22/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações e retirada de edital junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/04/2014.
Altair Rittes
Prefeito Municipal

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE DIONÍSIO CERQUEIRA
AVISO DE LICITAÇÃO

Fundo Municipal de Saúde de Dionísio Cerqueira torna público que se encontra aberto o Pregão Presencial nº 031/2014 Objeto: Aquisição de Materiais para oficina terapêutica para o Centro de Assistência Psicossocial. Entrega da documentação e propostas até as 08:30 horas do dia 23/05/2014 no Depto. de Compras e Licitações. Maiores informações junto ao Depto. de Compras e Licitações deste Município, sito a Rua Santos Dumont, N.413.

Dionísio Cerqueira, 07/05/2014.
João Stahl
Gestor do FMS

Ermo**PREFEITURA****Lei Nº 347, de 07 de Maio de 2014.**

LEI Nº 347, de 07 de maio de 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo Municipal a Celebrar Convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE do Município de Turvo - SC e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo autorizado a celebrar convênio com a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais - APAE de Turvo com o objetivo de promover o transporte e o atendimento pedagógico e biopsicossocial dos portadores de deficiências do Município de Ermo.

Art. 2º O valor, reajuste, e forma de pagamento que o Município repassará à APAE por aluno transportado e atendido será estabelecido no Convênio a ser celebrado, de conformidade com os serviços e a frequência com que os mesmos serão prestados.

Art. 3º O Serviço Social do Município de Ermo fará acompanhamento e avaliação mensal do número de alunos transportados e atendidos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de maio de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 348, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 348, de 07 de maio de 2014.

Altera a denominação de Escola Municipal criada pela Lei nº 295, de 13 de dezembro de 2011.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterada a Nomenclatura da Escola Municipal, localizada na Rodovia SC 448, Km 48, nº 48.100, denominada: "Escola Municipal de Ensino Fundamental João Moro", passando a denominar-se: Escola de Educação Básica Municipal João Moro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de maio de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Lei Nº 349, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 349, de 07 de maio de 2014.

Fixa o índice de revisão geral das remunerações e subsídios dos servidores públicos e agentes políticos municipais para o exercício de 2014 e dá outras providências.

ALDOIR CADORIN, Prefeito Municipal de Ermo, Estado de Santa Catarina. Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O índice de Revisão Geral das Remunerações dos Servidores Públicos Municipais, extensivo aos Admitidos em Caráter Temporário e aos Agentes Políticos da administração direta e indireta dos Poderes Executivo e Legislativo, de que trata o inciso X do art. 37 da Constituição Federal Regulamentado pela Lei Municipal nº 157, de 19 de maio de 2004, a ser aplicado no mês de maio de 2014, compreendendo o período de abril de 2013 a março de 2014, será o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC acumulado em 5,61 (cinco inteiros e sessenta e um centésimos por cento).

Art. 2º Os vencimentos dos servidores públicos municipais ficam reajustados em 0,39% (zero vírgula trinta e nove por cento), a partir de 1º de maio de 2014, tomando por base os valores vigentes no mês de março de 2014.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir do mês de maio de 2014.

Prefeitura Municipal de Ermo - SC, em 07 de maio de 2014.

ALDOIR CADORIN

Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

LUCIA R. MARCON BORGES

Secretária de Administração e Finanças Interina

Faxinal dos Guedes

PREFEITURA

Extrato de Edital Merenda

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0028/2014

Processo licitatório nº: 0050/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para utilização no programa de alimentação escolar da rede municipal de ensino, para alunos da educação infantil e ensino fundamental durante o ano letivo.

Data do Recebimento: 22/05/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 22/05/2014 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato de Edital Material Corpo Bombeiros

Estado de Santa Catarina
Município de Faxinal dos Guedes

AVISO DE LICITAÇÃO

Pregão Presencial Registro de Preços

Modalidade: Pregão Presencial nº: 0027/2014

Processo licitatório nº: 0049/2014

Objeto: Aquisição de materiais e equipamentos destinados ao atendimento de ocorrências em combate a incêndios e atendimentos pré hospitalar no município de Faxinal Dos Guedes.

Data do Recebimento: 21/05/2014 as 09h00 min.

Data da abertura: 21/05/2014 às 09h15 min.

Edital: Completo e demais esclarecimentos, de segunda a Sexta feira em horário comercial no depto de Compras e

Licitações do Município de Faxinal dos Guedes, Avenida Rio Grande do Sul, 458 - Centro - fone (49) 3436 - 4300.
Amparo legal: Lei nº 8.666/93, suas alterações.

Faxinal dos Guedes, SC, em 07 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Terceiro Aditivo Clinica Espinosa

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Clínica Médica Espinosa Ltda

Objeto: Prestação de serviços na área de higiene, segurança e medicina do trabalho.

Número do Contrato: 0072/2011

Terceiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0045/2011 na Modalidade Carta Convite N.º 0018/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Terceiro Aditivo Clinica Espinosa Saude

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO
CONTRATANTE: Município de Faxinal dos Guedes

CONTRATADA: Clínica Médica Espinosa Ltda

Objeto: Prestação de serviços na área de higiene, segurança e medicina do trabalho.

Número do Contrato: 0039/2011

Terceiro Termo Aditivo: Aditivo de vigência.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0018/2011 na Modalidade Carta Convite N.º 0003/2011 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 02 de maio de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Primeiro Aditivo Luiz Quilate

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE FAXINAL DOS GUEDES
EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO

Contratante: Município de Faxinal dos Guedes

Contratado: Luiz Quilante Me

Objeto: Aquisição de forma parcelada de materiais de construção para 80 unidades habitacionais no município de Faxinal Dos Guedes e Distrito Da Barra Grande.

Número do Contrato: 0087/2013

Primeiro Termo Aditivo: Prorroga Prazo de Vigência.

Amparo Legal: O Instrumento Contratual é Originário do Processo Licitatório nº 0040/2013 na Modalidade Tomada de Preços nº 0003/2013 do Município de Faxinal dos Guedes, e, com base na Lei nº 8.666/93, suas alterações e demais normas vigentes.

Faxinal dos Guedes, SC, em 30 de abril de 2014.

EDEGAR GIORDANI
PREFEITO MUNICIPAL

Forquilha

PREFEITURA

Lei Nº 1.976, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.976, DE 07 DE MAIO DE 2014.

cria cargos provimento efetivo e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Engenheiro Agrimensor,

Grupo I - Atividades de Nível Superior - ANS, Portador de certificado de conclusão de curso superior, com registro no respectivo órgão fiscalizador do exercício profissional, Nível de Referência 07 a 11 do Grupo ANS do Anexo III da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 2º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Quiropraxista, Grupo I - Atividades de Nível Superior - ANS, portador de certificado de conclusão de curso superior em Quiropraxia, Nível de Referência 06 a 10 do Grupo ANS do Anexo III da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 3º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Analista de Recursos Humanos, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão de curso superior em Tecnólogo em Gestão de Recursos Humanos, Tecnólogo em Gestão de Pessoas, ou Administração de Empresas, Nível de Referência 11 a 15 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 4º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Técnico em Contabilidade, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com formação em Técnico em Contabilidade, ou portador de certificado de conclusão de curso superior em Ciências Contábeis, Nível de Referência 11 a 15 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 5º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Técnico em Edificações, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com formação em Técnico em Edificações, ou portador de certificado de conclusão de curso superior em Engenharia Civil ou Arquitetura, Nível de Referência 11 a 15 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 6º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Técnico em Informática, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com formação em Técnico em Informática, ou portador de certificado de conclusão de curso superior em Sistema de Informação, Ciência da Computação, Análise de Sistemas, Engenharia da Computação, Informática, Licenciatura em Computação ou outro curso similar, Nível de Referência 11 a 15 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 7º É criado 01 (um) cargo de provimento efetivo de Eletricista,

Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, com Certificado de conclusão do curso técnico em Eletrotécnica ou Eletromecânica e curso de NR-10, Nível de Referência 11 a 15 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 8º É criado 04 (quatro) cargos de provimento efetivo de Orientador Social, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral - OAG, portador de certificado de conclusão do Ensino Médio, Nível de Referência 08 a 12 do Grupo OAG do Anexo IV da Lei 751, de 20 de setembro de 2001.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.977, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.977, DE 07 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ADQUIRIR, POR DOAÇÃO, OS EQUIPAMENTOS QUE MENCIONA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º. É o Poder Executivo, autorizado a adquirir, por doação, os equipamentos adquiridos do Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) conforme o quadro abaixo:

ESCOLA	QNT	MATERIAL PERMANENTE
APP da EEB Estrela da Manhã 01.378.076/0001-18	1	Ponte Pencil Colorida (parque)
APP da EEB Profº Jakob Arns 01.325.309/0001-14	1	Multifuncional Ricoh SP 3510
	1	Caixa Multiuso com 400 150 w
APP da EEB Waldemar Casa-grande 80.167.943/0001-42	2	Rádio Britânia
	1	Porteiro/Interfone
	1	Extensão porteiro/Interfone
APP da CEI Dra. Zilda Arns Neumann	1	Gangorra Jacaré /parque
	1	Gangorra Crocodilo 3 lugares
	1	Escorregador pequeno
	1	Play Junior Lig Lig
	1	Gangorra Cavalinho
APP da EEB Francisco Hoepers 01.886.814/0001-38	1	Tela para projetor 2x2 com tripé
	2	Bebedouro Pressão MF-40
	1	Microfone Karsect Modelo KRU - 302
	10	Armários para Livros
APP CEI Sossego da Mamãe 01.886.814/0001-38	4	Radio Gravador MP3/USB AZ 3811/78
	1	Bancada para pia com cuba
	1	Passa Prato para cozinha

Associação de Pais e Professores da EEB Egídio de Bona 01.794.547/0001-79	1	Caixa do som Multiuso ONEAL
	4	Som portátil Lennox
	8	Expositores de livros
	1	Armário 1,34x2,63 MDF branco
	1	Arara de Metal
Associação de Pais e Professores do CEI Monteiro Lobato 04.953.496/0001-79	1	Microfone TSI sem fio MS-215
	02	Persiana PVT
	1	Persiana Horizontal
	1	Cortina de varão tecido Ráfia
	1	Cortina de varão tecido Ráfia
Associação de Pais e Professores do CEI Cantinho Feliz 07.272.466/0001-95	2	Cortina de varão tecido Blackout
	1	Tapete emborrachado 12,48m
Associação de Pais e Professores do CEI Estrela Guia 05.140.657/0001-78	1	Mesa MDF branca
	1	Armário em MDF branco
Associação de Pais e Professores do Tia Octavia 05.012.649/0001-46	1	Fogão de mesa 4 bocas
	1	Batedeira planetária Deluxe
	1	DVD Vicini VC 917
	1	TV 19 LED Monitor
Associação de Pais e Professores do CEI Sonho Mágico 12.430.162/0001-49	1	Câmera Digital 16.OPM
	1	Pulverizador 16 litros Macrotop
	1	Apostador de mesa
Associação de Pais e Professores da EEB Jose Aléssio 08.881.178/0001-09	01	Armário com quatro portas
	01	Projeto multimídia
Associação de Pais e Professores da EEB Gabriel de Serafim 80.167.059/0001-08	01	Radio Philco
	01	Câmera digital sony 16.1MP
	01	Aparelho telefônico Intelbras

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.978, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.978, DE 07 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA CESSÃO DE USO DE IMÓVEL AO GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DO CIDADÃO, COM INTERVENIÊNCIA DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA,

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo do Município de Forquilha, autorizado a ceder ao Governo do Estado de Santa Catarina, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública e Defesa do Cidadão, com interveniência do Corpo de Bombeiros Militar do Estado de Santa Catarina, imóvel sem benfeitorias, de propriedade do Município, constituído de um terreno urbano com área total de 1.500,00m² (um mil e quinhentos metros quadrados), dentro de uma área maior, registrada no Cartório de Registro de Imóveis da Comarca de Forquilha, sob o nº. 7.045, de acordo com croqui constante no Anexo Único desta Lei.

Art. 2º O terreno, objeto da presente lei, se destina à construção do prédio próprio do Corpo de Bombeiros Militar do Município de Forquilha.

Art. 3º Findas as razões que justificam a presente cessão de uso, bem como vindo o Município a necessitar do imóvel para uso próprio, o mesmo reverterá à sua posse.

Art. 4º Serão de responsabilidade do cessionário os custos, as obras e os riscos inerentes aos investimentos necessários à execução dos objetivos desta Lei, inclusive os de conservação, segurança, imposto e taxas incidentes, bem como quaisquer outras despesas decorrentes da cessão de uso.

Art. 5º O cessionário, sob pena de imediata reversão e independentemente de notificação judicial ou extrajudicial, não poderá:

I - transferir, parcial ou totalmente, direitos adquiridos com esta cessão de uso;

II - oferecer o imóvel como garantia de obrigação;

III - desviar a finalidade ou executar atividades contrárias ao interesse público.

Art. 6º Enquanto durar a cessão de uso, o cessionário defenderá o imóvel contra esbulhos, invasões e outros usos desautorizados pelo cedente, sob pena de indenização dos danos.

Art. 7º Será firmado contrato subsidiário a esta Lei disciplinando e detalhando os direitos e as obrigações do cedente e do cessionário.

Art. 8º Revogam-se às disposições em contrário, em especial a Lei 1.883, de 04 de julho de 2013.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

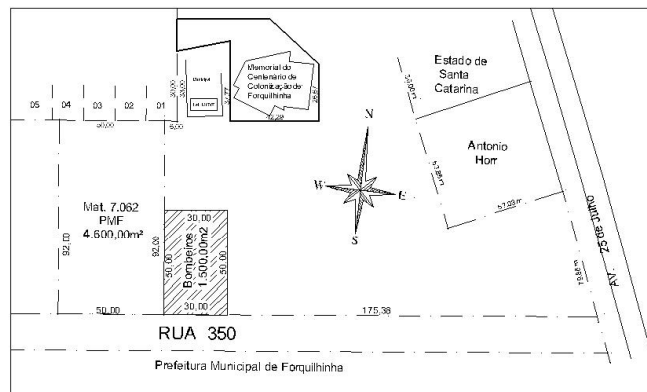
Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

ANEXO ÚNICO DO PROJETO DE LEI PE Nº. 020/2014.

[illegible]

PREFEITURA MUNICIPAL DE FORQUILHINHA
SECRETARIA DE OBRAS E DESENVOLVIMENTO URBANO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS URBANOS

ÁRE A SER DOADA AO CORPO DE BOMBEIROS

REF.: PLANTA PLANIMÉTRICA SITUAÇÃO		RESPONSÁVEL TÉCNICO PROJETO:	
LOCAL: Rua dos Lírios - Bairro Saturno		ADEMAR JOÃO BACK Engenheiro Civil CREA-SC-22.434	
ESCALA: 1/2000	DATA: Junho 2013	DESENHO: VALMIR HOBOLD	PRONOME: ÚNICA
Lar. topográfico: Christian Naumborg			

Lei Nº 1.979, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.979, DE 07 DE MAIO DE 2014.

ALTERA A LEI Nº 751, DE 20 DE SETEMBRO DE 2001, A ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DO MUNICÍPIO DE FORQUILHINHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado, a partir do dia 1º de maio de 2014, a Amplitude de Referência das categorias funcionais do VII da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, abaixo discriminadas:

I - A categoria funcional de Auxiliar Administrativo passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 06 a 10.

II - A categoria funcional de Agente Administrativo passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 10 a 14.

III - A categoria funcional de Técnico Agrícola passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 10 a 14.

IV - A categoria funcional de Desenhista passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 10 a 14.

V - A categoria funcional de Fiscal de Obras passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 11 a 15.

V - A categoria funcional de Fiscal de Posturas passa para o Grupo OAG - Amplitude de Referência 11 a 15.

VI - A categoria funcional de Fonoaudiólogo passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 05 a 09.

VII - A categoria funcional de Engenheiro Civil passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 07 a 11.

VIII - A categoria funcional de Arquiteto passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 07 a 11.

IX - A categoria funcional de Médico Ginecologista-Obstetra passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 34 a 37.

X - A categoria funcional de Médico Pediatra passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 34 a 37.

XI - A categoria funcional de Médico Psiquiatra passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 37 a 41.

XII - A categoria funcional de Fisioterapeuta passa para o Grupo ANS - Amplitude de Referência 04 a 08.

Parágrafo único. Os servidores ocupantes dos cargos que tiverem sua Amplitude de Referência alterados por esta Lei serão enquadrados de acordo com os respectivos tempos de serviços.

Art. 2º Fica acrescido, a partir do dia 1º de maio de 2014, o Nível de Referência OAG - 15 ao Anexo IV - Tabela Salarial, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral, da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, no valor de R\$ 2.935,67 (dois mil novecentos e trinta e cinco reais e sessenta e sete centavos).

Art. 3º Fica alterado, a partir do dia 1º de maio de 2014, a habilitação profissional exigida para o cargo de Fiscal de Obras do Anexo II, Grupo II - Atividades Operacionais e de Administração Geral,

da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, para "Diploma de nível médio com formação de técnico em edificações, ou Diploma em nível superior em Engenharia Civil, ou Arquitetura, ou Agrimensura, com registro no órgão fiscalizador da profissão e Carteira Nacional de Habilitação categoria AB."

Art. 4º Fica alterado, a partir do dia 1º de maio de 2014, o § 2º do art. 51 da Lei nº 1488, de 28 de outubro de 2009, que dispõe sobre a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 51

....."

§ 2º Os Conselheiros Tutelares perceberão, exclusivamente, subsídio mensal correspondente ao Nível de Referência OAG-07, do Anexo VII, da Lei nº 751, de 20 de setembro de 2001, com suas alterações posteriores, décimo terceiro salário e férias anuais remuneradas com um terço a mais do que a subsídio normal." (NR)

Art. 5º Fica alterado, a partir do dia 1º de maio de 2014, o nível de referência do cargo de Gerente de Compras para o nível DAS-8, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 6º É criado o cargo comissionado de Chefe de Departamento da Coleta Seletiva, vinculado à Secretaria de Obras e Desenvolvimento Urbano, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços do Departamento de Coleta Seletiva, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-2, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 7º É criado o cargo comissionado de Chefe da Divisão do Parque Ecológico, vinculado à Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente, com atribuição de chefiar, planejar, supervisionar, executar e orientar os serviços da Divisão do Parque Ecológico, e a execução de outras atividades correlatas, com nível de vencimento DAS-3, do Anexo IV da Lei Municipal nº 1.408, de 08 de dezembro de 2008, com suas alterações posteriores.

Art. 8º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Art. 9º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.
VANDERLEI ALEXANDRE
Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO
Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.980, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.980, DE 07 DE MAIO DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CONCEDER BENEFÍCIO DE CARÁTER INDENIZATÓRIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de Forquilha, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das

atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo a conceder a título de abono precário e temporário, nas competências de abril a dezembro do ano corrente, aos servidores públicos municipais efetivos ou temporários, que estejam em atividade, mediante fornecimento de cesta básica.

Parágrafo único. Somente terá direito ao abono instituído por esta Lei, o servidor que estiver em atividade por 15 dias ou mais no respectivo mês de competência.

Art. 2º A cesta básica a ser entregue será no valor de até R\$ 60,00 (sessenta reais) mensais.

Parágrafo único. O valor a que se refere o caput deste artigo poderá ser concedido através do Cartão UTIL Alimentação, ou outro que o vier substituir.

Art. 3º A cesta básica será concedida de forma mensal para os servidores cuja remuneração seja de até R\$ 1.150,00 (um mil cento e cinquenta reais) e bimestral para quem recebe de R\$ 1.150,01 (um mil cento e cinquenta reais e um centavo) a R\$ 1.310,00 (um mil trezentos e dez reais) e, cuja carga horária semanal seja igual ou superior a 30 (trinta) horas.

Parágrafo único. Entende-se por remuneração mensal o somatório do vencimento base, insalubridade, periculosidade, função gratificada e quinquênio.

Art. 4º O benefício instituído por esta lei:

I - não tem natureza salarial ou remuneratória;

II - não se incorpora à remuneração do servidor para quaisquer efeitos;

III - não é considerado para efeito do pagamento do 13º (décimo terceiro) salário e férias;

IV - não constitui base de cálculo de contribuição previdenciária ou de assistência à saúde;

V - não configura rendimento tributável ao servidor.

Art. 5º As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta do Orçamento Geral do Município de Forquilha, ficando autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal a abrir crédito especial para cobrir tal despesa.

Art. 6º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Lei Nº 1.981, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 1.981, DE 07 DE MAIO DE 2014.

REAJUSTA O VALOR MENSAL DO AUXÍLIO FEIRA POPULAR (TICKET-FEIRA) INSTITUÍDO PELA LEI Nº 1.719, DE 16 DE SETEMBRO DE 2011, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FORQUILHINHA

Faço saber que a Câmara Municipal de FORQUILHINHA, Estado de Santa Catarina, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas, SANCIONO a seguinte Lei:

Art. 1º Fica alterado, a partir do dia 1º de junho de 2014, o art. 2º da Lei nº 1.719, de 16 de setembro de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 2º O valor mensal do Auxílio Feira Popular (Ticket-Feira) é de R\$ 15,00 (quinze reais)." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Forquilha/SC, 07 de maio de 2014.

VANDERLEI ALEXANDRE

Prefeito Municipal

Publicado no mural e registrado em 07 de maio de 2014.

ADEMIR BRANDIELI PEDRO

Secretário de Administração e Finanças

Fraiburgo

PREFEITURA

Extrato Edital de Seleção Act Nº 0026/2014 - Agente de Saúde

EXTRATO DE EDITAL DE SELEÇÃO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO - ACT Nº. 0026 DE 07 DE MAIO DE 2014.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FRAIBURGO, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições, FAZ SABER que encontram-se abertas as inscrições para o Processo Seletivo para Contratação em Caráter Temporário - ACT, para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público em diversas áreas do Município de Fraiburgo, para a função pública de AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE das seguintes localidades: Bairro Bela Vista, Bairro Santa Monica, Localidade Faxinal dos Carvalhos e Vila Salete. O preenchimento de vagas será para o ano de 2014, podendo ser prorrogado, em conformidade com a Lei Municipal nº 1220 de 4 de junho de 1997 e suas alterações. As inscrições serão realizadas no período de 12 de maio a 30 de maio de 2014, das 08:30 as 11:30 horas e das 14:00 às 17:00 horas, em dia de expediente (excetuados sábados, domingos, feriados e pontos facultativos), na Secretaria de Administração e Planejamento, Departamento de Gestão de Pessoal, localizado na Av. Rio das Antas, 185, Centro, Município de Fraiburgo, SC. A íntegra do Edital estará disponível na internet no site "www.fraiburgo.sc.gov.br". Outras informações junto a Prefeitura Municipal de Fraiburgo, pelo fone (49) 3256-3013.

Fraiburgo, 07 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1008/2014

PORTARIA Nº 1.008, DE 07 DE MAIO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045, de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 074/2014, da Secretaria de Ação Social.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário FRANCIELE REGINA RODRIGUES, brasileira, solteira, inscrita no CPF sob o n.º 005.774.519-60, na função de INSTRUCTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 08 de maio de 2014 até 07 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1009/2014

PORTARIA Nº 1.009, DE 07 DE MAIO DE 2014.
Dispõe sobre a contratação por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com o Artigo 37 da Constituição Federal; e em conformidade com a Lei Municipal n.º 1220/97 de 04 de junho de 1997 e alterações posteriores; e em conformidade com o Edital n.º 0045, de 05 de novembro de 2013 e Contrato Administrativo; e em conformidade com a comunicação interna n.º 078/2014, da Secretaria de Ação Social.

RESOLVE:

Art. 1º Contratar, em caráter temporário ELONICE DONATI NOVICKI, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 619.027.649-00, na função de INSTRUCTOR DE TRABALHOS MANUAIS, com carga horária de 20 horas semanais, no período de 08 de maio de 2014 até 07 de julho de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Portaria Nº 1010/2014

PORTARIA Nº 1.010, DE 07 DE MAIO DE 2014.
Rescinde o contrato administrativo por prazo determinado.

O Prefeito Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais;

RESOLVE:

Art. 1º - Rescindir a pedido, o contrato da servidora MARIA ZULEIDE DE LARA CIRINO, brasileira, casada, inscrita no CPF sob o n.º 693.496.579-53, contratada em caráter temporário na função de AGENTE COMUNITÁRIO DA SAÚDE, com carga horária de 40 horas semanais, a partir de 07 de maio de 2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Fraiburgo, 07 de maio de 2014.

IVO BIAZZOLO
Prefeito Municipal

ANDRÉ LUIZ DE OLIVEIRA
Secretário de Administração e Planejamento

Anexo Decreto Nº 135/2014 - Classificação Homologada



Estado de Santa Catarina
Autarquia Municipal de Saneamento de Fraiburgo - Sanefrai

EDITAL DE SELEÇÃO PARA ADMISSÃO EM CARÁTER
TEMPORÁRIO - ACT Nº 0004 DE 11 DE ABRIL DE 2014

Classificação dos Candidatos Inscritos por Ordem de Código dos Quadros de Inscrições, Vinculados com a Área de Atuação e Disciplina
Ordem Decrescente da Soma Total dos Pontos Obtidos e Desempate

Cargo: Quadro:

Código: Área de Atuação:

Disciplina:

Critérios de Desempate

1º 2º 3º 4º 5º

Ordem Classific.	Número Inscrição	Nome do Candidato	Soma de Pontos	Prova Prática	Cursos Área	Tempo Serviço	Filhos	Portador Defic.	Data Nascimento
1	3	OTAVIO HENRIQUE CORREA DE JESUS	10	0	0	0	0	NÃO	11/9/1994
2	1	EDER CORREA CIRINO	0	0	0	0	2	NÃO	18/10/1982
3	2	EZEQUIEL DA SILVA SANTOS	0	0	0	0	0	NÃO	28/7/1994

terça-feira, 6 de maio de 2014

Página 2 de 2

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 04/2014**

RESOLUÇÃO Nº 04/2014

CONCEDE LICENÇA AO VEREADOR FRANCISCO MACIEL DA SILVA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE, POR TEMPO INDETERMINADO.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA, Presidente da Câmara Municipal de Fraiburgo, no uso de suas atribuições legais, com base no Requerimento, aprovado pelo Plenário, em sessão ordinária realizada em 28 de abril de 2014, promulga a seguinte Resolução:

Art. 1º. Fica concedida licença ao Vereador FRANCISCO MACIEL DA SILVA, da bancada do PPS - Partido Popular Socialista, para tratamento de saúde, por tempo indeterminado, com fundamento no art. 38, I, da Lei Orgânica Municipal c/c art. 86, I, do Regimento Interno.

Art. 2º. Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas às disposições em contrário.

SALA DAS SESSÕES, 29 de abril de 2014.

JOSÉ DARCY SOARES FRANÇA
PresidenteADILSON JOSÉ DIAS
Gestor Público Legislativo**Garopaba****PREFEITURA****Portaria N.º 409/2014.**

PORTARIA N.º 409, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

CONSTITUI COMISSÃO DE AVALIAÇÃO, SELEÇÃO E JULGAMENTO DO HINO MUNICIPAL.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Federal 8.666/93,

RESOLVE,

Art. 1º. Constituir COMISSÃO DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO HINO MUNICIPAL, formada pelos senhores:

JOÃO PACHECO DE SOUZA - Historiador do IFSC - CPF 288.385.059-34

PAULO MARCOS DONARIA - Músico - CPF 770.037.219-53

IGOR DO CANTO PERFEITO - Músico - CPF 481.799.229-87

LUIZ EDUARDO SILVA - Músico - CPF 084.229.949-17

EDIR PACHECO SILVA - Professora de Língua Portuguesa - CPF 181.621.509-00

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, 30 de abril de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

PUBLIQUE-SE E COMUNIQUE-SE

Aviso de Dispensa de Licitação Nº 15/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o Caput 14 do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 95/2014; DL nº. 15/2014; Contratada: MARIOMAR MANOEL PEREIRA; CPF: 029.481.359-40; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 15.857,10 (Quinze mil oitocentos e cinquenta e sete reais e dez centavos). Data da Assinatura: 07/05/2014

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 006/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 006/2014

Considerando que as atividades da Secretaria Municipal de Saúde são serviços públicos indispensáveis, que exigem pessoal qualificado para seu pleno funcionamento;

Considerando que existem serviços especializados e provenientes de programas temporários que precisam ser providos para manter a qualidade dos serviços;

Considerando a importância da área de Urgência e Emergência enquanto componente da assistência à saúde;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando, que conforme previsto na Lei Municipal n. 1000/2005 e alterações, "artigo 207. Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público: (...) IX - Executar serviços provenientes de convênios ou programas, firmados ou a que o Município aderir, propostos pela União, Estados ou Municípios."

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população.

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, TORNA PÚBLICO, Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 08/05/2014 à 22/05/2014, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Saúde, situado Antonio José Botelho - Prédio do ESF, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade - Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência em nome do candidato, ou acompanhado de Declaração do proprietário.
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade - Ensino Fundamental (1º Grau); Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
ENFERMEIRO	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
MÉDICOS ESPECIALISTAS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Diploma de especialista na área solicitada; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de que é alfabetizado; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
PSICÓLOGO - NASF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de Classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
TÉCNICO DE ENFERMAGEM	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Diploma conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Currículo vitae (com apresentação dos títulos originais); Registro no órgão de classe de Santa Catarina; Certificado conforme formação exigida para o cargo; Tempo de serviço comprovado (caso possua) Comprovante de Residência.

3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE -ESF ÁREA 02 (NORTE) Micro Área 05 ÁREA 02 (NORTE) Micro Área 07	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau) e residir na área da comunidade em que for atuar. Atribuições: Exercer atividades de prevenção de doenças e promoção da saúde, mediante ações domiciliares ou comunitárias, individuais ou coletivas, desenvolvidas em conformidade com as diretrizes do SUS; utilizar instrumentos para diagnóstico demográfico e sociocultural da comunidade; promover ações de educação para a saúde individual e coletiva; registrar, para fins exclusivos de controle e planejamento das ações de saúde, os nascimentos, óbitos, doenças e outros agravos à saúde; estimular a participação da comunidade nas políticas públicas voltadas para a área da saúde; realizar visitas domiciliares periódicas para monitoramento de situações de risco à família; participar de ações que fortaleçam os elos entre o setor saúde e outras políticas que promovam a qualidade de vida; cadastrar as famílias e atualizar permanentemente esse cadastro; identificar indivíduos e famílias expostos a situações de risco; identificar área de risco; orientar as famílias para utilização adequada dos serviços de saúde, encaminhando-as e até agendando consultas, exames e atendimento odontológico, quando necessário; realizar ações, atividades, no nível de suas competências, nas áreas prioritárias da Atenção Básica; realizar, por meio de visita domiciliar, acompanhamento mensal de todas as famílias sob sua responsabilidade; estar sempre bem informado, e informar aos demais membros da equipe, sobre a situação das famílias acompanhadas, particularmente aquelas em situações de risco; desenvolver ações de educação e vigilância à saúde, com ênfase na promoção da saúde e na prevenção de doenças; promover a educação e a mobilização comunitária, visando desenvolver ações coletivas de saneamento e melhoria do meio ambiente, entre outras; identificar parceiros e recursos existentes na comunidade que possam ser potencializados pela equipe; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	755,99	02
AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO - ESF*	Habilitação: Ensino Fundamental completo (1º Grau); Atribuições: proceder à desinfecção e esterilização de materiais e instrumentos utilizados; sob supervisão do odontólogo, realizar procedimentos educativos e preventivos aos usuários, individuais ou coletivos, como evidênciação de placa bacteriana, a escovação supervisionada, orientação de escovação, uso de fio dental etc.; preparar e organizar o instrumental e materiais (sugador, espelho, sonda etc.) necessários para o trabalho; instrumentalizar o cirurgião-dentista durante a realização de procedimentos clínicos (trabalho a quatro mãos); agendar o paciente e orientá-lo ao retorno e à preservação do tratamento; acompanhar e desenvolver trabalhos com a equipe de Saúde da Família no tocante à saúde bucal; executar outras atividades correlatas à função e/ou determinadas pelo superior imediato.	40 horas	755,97	01
ENFERMEIRO	Habilitação profissional: Curso superior completo e registro no Conselho de Classe. * Experiência mínima de 1 (um) ano em atendimento de serviços de emergência ou hospitalar Atribuições do cargo: Desenvolver atividades de nível superior, de natureza especializada, envolvendo atividades de enfermagem no atendimento à saúde.	40 horas	1.685,10	01
MÉDICO UROLOGISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Diagnosticar e tratar das moléstias e anormalidades relativas ao sistema urinário, empregando processos adequados e instrumentação específica; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	2.299,79	01

MÉDICO ORTOPEDISTA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Diagnosticar e tratar traumatismos músculos-esqueléticos e outras afecções agudas do aparelho locomotor e da coluna vertebral; preencher fichas médicas dos pacientes; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	2.299,79	01
MÉDICO GINECOLOGISTA/ OBSTETRA	Habilitação: Portador do diploma de médico, na área específica, com registro, inclusive na especialidade no Conselho Regional de Medicina. Atribuições: Realizar exames médicos, emitir diagnósticos, prescrever medicamento e outras formas de tratamento das afecções do aparelho reprodutor feminino e órgãos anexos, atende a mulher no gravídico-puerperal, prestando assistência médica específica, para prevenção da vida da mãe e do filho; preencher fichas médicas dos pacientes; prestar o devido atendimento aos pacientes encaminhados por outro especialista; participar de programas voltados para a saúde pública; solicitar exames laboratoriais e outros que se fizerem necessários; executar outras tarefas semelhantes.	10 horas	2.299,79	01
MÉDICO ESPECIALISTA EM CIRURGIA DE CABEÇA/ PESCOÇO	Habilitação: Portador do diploma de médico, com registro no Conselho Regional de Medicina de Santa Catarina, e título de Especialista em Cirurgia de Cabeça e Pescoço. Atribuições: Realizar consultas ambulatoriais dentro de sua especialidade; indicar, realizar e acompanhar cirurgias; analisar e definir terapias, observando custo x benefícios; identificar a gravidade dos casos, garantindo atendimento imediato ao paciente grave; participar de reuniões clínicas multidisciplinares; preencher adequadamente os prontuários; preencher os documentos, formulários e relatórios inerentes a atividade; cumprir e fazer cumprir os requisitos legais normativos e institucionais.	20 horas	4.856,15	01
AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS	Habilitação profissional: Alfabetizado Atribuições: executar funções de limpeza e higiene nas instalações dos próprios da Prefeitura Municipal, ou serviços de copa, cozinha, bar e serviços gerais de apoio administrativo	40 horas	R\$ 786,18	01
PSICÓLOGO - NASF	Habilitação profissional: Graduação em Psicologia e Registro na entidade de Classe. Atribuições: Realizar atividades clínicas pertinentes a responsabilidade profissional de psicologia e terapia ocupacional; realização de capacitações para apoiar as ESF na abordagem e no processo de trabalho referente aos casos de transtornos mentais severos e persistentes, uso abusivo de álcool e outras drogas, pacientes egressos de internações psiquiátricas, pacientes atendidos nos CAPS, tentativas de suicídio, situações de violência intrafamiliar; realizar encontros para discussão com as ESF dos casos identificados que necessitam de ampliação da clínica em relação a questões subjetivas. Realizar eventos que fomentem ações que visem à difusão de uma cultura de atenção não manicomial, diminuindo o preconceito e a segregação em relação à loucura. Realizar reunião com os conselhos tutelares, associações de bairros, grupos de auto-ajuda para desenvolver ações de mobilização de recursos comunitários, buscando construir espaços de reabilitação psicossocial na comunidade como oficinas comunitárias, destacando a relevância da articulação intersetorial. Realizar atividades de psicoterapia para grupos específicos, priorizando as abordagens coletivas, identificando os grupos estratégicos para que a atenção em saúde mental se desenvolva nas unidades de saúde e em outros espaços na comunidade. Realizar visitas domiciliares para ampliar o vínculo com as famílias, tomando-as como parceiras no tratamento e buscando constituir redes de apoio e integração.	20 horas	796,59	CR

TÉCNICO EM ENFERMAGEM	Habilitação profissional: Curso Técnico em Enfermagem; Registro no Conselho da Classe Profissional. Atribuições: Possibilitar o planejamento, programação, orientação e supervisão das atividades, prestando assistência técnica de enfermagem, exceto aquelas privativas do enfermeiro; concorrer para a prevenção de acidentes e doenças profissionais, participando nos programas de higiene e segurança no trabalho, bem como em atividades de educação e saúde; promover a divulgação do programa de proteção à saúde da mulher, colaborando na execução de exames ginecológicos, prestando, ainda orientações quando ao planejamento familiar; administrar medicamentos mediante prescrição médica; participar de vacinações suas programações; fazer coleta de material para exames, quando indicado; fazer visitas domiciliares e notificações de doenças transmissíveis; desenvolver atividades de pré e pós consulta médica; participar de atividades de saúde a nível comunitário; participar e contribuir para consecução de programas, campanhas e outras atividades interinstitucionais relacionadas às ações integradas de saúde, e as intervenções epidemiológicas que forem assumidas pelo município; cumprir e fazer cumprir todos os preceitos contidos no código de ética dos profissionais de enfermagem; zelar pela ordem guarda conservação e limpeza dos materiais e equipamentos de trabalho; executar outras atividades correlatas.	40 horas	947,62	01
TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF*	Habilitação profissional: Conclusão do Curso de Técnico em Enfermagem e Registro na entidade de Classe Atribuições: Realizar procedimentos de enfermagem dentro das suas competências técnicas e legais; realizar procedimentos de enfermagem nos diferentes ambientes, USF e nos domicílios, dentro do planejamento de ações traçado pela equipe; preparar o usuário para consultas médicas e de enfermagem, exames e tratamentos na USF; zelar pela limpeza e ordem do material, de equipamento e de dependências da USF, garantindo o controle de infecção; realizar busca ativa de casos, como tuberculose, hanseníase e demais doenças de cunho epidemiológico; no nível de suas competências, executar assistência básica e ações de vigilância epidemiológica e sanitária; realizar ações de educação em saúde aos grupos de patologias específicas e às famílias de risco, conforme planejamento da USF; executar outras atividades correlatas à função e a critério do superior imediato.	40 horas	947,62	01

* Atribuições comuns a todos os Profissionais das Equipes ESF: Conhecer a realidade das famílias pelas quais são responsáveis com ênfase nas suas características sociais, econômicas, culturais, demográficas e epidemiológicas; Identificar os problemas de saúde e situações de risco mais comuns aos quais aquela população está exposta; elaborar com a participação da comunidade, um plano local para o enfrentamento dos problemas de saúde e fatores que colocam em risco a saúde; executar, de acordo com a qualificação de cada profissional, os procedimentos de vigilância epidemiológica, nas diferentes fases do ciclo de vida; valorizar a relação com o usuário e com a família para a criação de vínculo de confiança, de afeto, de respeito; realizar visitas domiciliares de acordo com o planejamento; resolver os problemas de saúde do nível de atenção básica; garantir acesso à continuidade do tratamento dentro de um sistema de referência e contra-referência para os casos de maior complexidade ou que necessitem de internação hospitalar; prestar assistência integral à população adscrita, respondendo à demanda de forma contínua e racionalista; coordenar, participar de e/ou organizar grupos de educação para a saúde; Promovendo ações intersectoriais e parcerias com organizações formais e informais existentes na comunidade para o enfrentamento conjunto dos problemas identificados; fomentar a participação popular discutindo com a comunidade conceitos de cidadania, de direitos à saúde e suas bases legais; Incentivar a formação e/ou participação ativa da comunidade nos conselhos locais de saúde e no Conselho Municipal de Saúde; auxiliar na implantação do Cartão Nacional de Saúde; identificar pessoas portadoras de hipertensão, diabetes, tuberculose, hanseníase para alimentar aos respectivos bancos de dados.

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

7.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

- a. Classificação no processo seletivo simplificado;
- b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;
- c. Cédula de Identidade;
- d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;
- e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;
- f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);
- g. Carteira de Trabalho;
- h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;
- i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;
- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
- k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
- l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
- m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
- n. Comprovante de residência;
- o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
- p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
- q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
- r. Declaração de bens;
- s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

- 8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:
 - a. pelo término do prazo contratual;
 - b. por iniciativa do contratado;
 - c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
 - d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
- b. Cargo a que concorre;
- c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
- d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
- e. Identificação do candidato.

9.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 02 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

ANEXO I

AVALIAÇÃO CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: AUXILIAR DE CONSULTÓRIO DENTÁRIO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	1 ponto	2 pontos
Entrevista	3 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGOS: MÉDICOS ESPECIALISTAS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	2 pontos
Curso de Mestrado	1 ponto	1 ponto
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	6 pontos
Entrevista	4 pontos	4 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AVALIAÇÃO CARGO: PSICÓLOGO - NASF

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AValiação Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

AValiação Cargo: TÉCNICO EM ENFERMAGEM - ESF*

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	4 pontos
Curso de Especialização	1 ponto	1 ponto
Curso de aperfeiçoamento na área de atuação - Carga Horária Mínima de 20 h.	0,5 ponto (por curso)	2 pontos
Entrevista	3 pontos	3 pontos
Pontuação Máxima		10 pontos

ANEXO II**FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO**

PREFEITURA DE GAROPABA
PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO
EDITAL 006/2014

Formulário de inscrição nº _____
Cargo: _____
Nome: _____
Endereço: _____

Telefone para contato: _____
Doc. de Identidade nº: _____ CPF nº: _____

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

- () Carteira de Identidade;
- () CPF;
- () Curriculum vitae documentado com todas as folhas rubricadas;
- () Registro no órgão de classe de Santa Catarina;
- () Diploma conforme formação exigida para o cargo;
- () Comprovante de Residência.

Garopaba - SC, ____/____/2014

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Edital de Processo Seletivo Simplificado N.º 007/2014

EDITAL DE PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO N.º 007/2014

Considerando o déficit no quadro de pessoal, bem como ausência de Cadastro de Reserva para reposição de vagas;

Considerando a necessidade de suprir as demandas crescentes de conservação e manutenção de vias e espaços públicos;

Considerando a necessidade de contratação para substituir servidores em férias, em licença prêmio, licença para tratamento de saúde entre outros tipos de afastamentos;

Considerando que o Município está trabalhando na reorganização de seus setores e no planejamento para realização de concurso público para suprir todas as vagas necessárias ao atendimento da população;

O Prefeito do Município de Garopaba, no uso de suas atribuições, torna público Processo Seletivo Simplificado para preenchimento de cargos em caráter temporário nos quadros da Administração Municipal, com fulcro no art. 37, inciso IX, da Constituição Federal, art. 13, inciso XLI, da Lei Orgânica do Município de Garopaba, e nos termos da Lei Municipal n. 1.000/2005.

1. DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. O Processo Seletivo Simplificado será regido pelo presente Edital, coordenado por Comissão do Processo Seletivo, designada pelo Prefeito Municipal.

1.2. O Processo Seletivo Simplificado destina-se à seleção de profissionais para contratação em caráter temporário, em contrato temporário por tempo determinado, por prazo a ser estipulado conforme a legislação vigente e interesse público.

1.3. O chamamento dos candidatos obedecerá à ordem decrescente de classificação.

1.4. No caso da desistência do profissional convocado o mesmo passará ao final da lista de aprovados, mediante pedido expresso.

2. DA INSCRIÇÃO

2.1. As inscrições serão recebidas de 08/05/2014 à 22/05/2014, das 14h às 17h, na Secretaria Municipal de Infra-Estrutura, situado na Praça Governador Ivo Silveira, 296, Centro, em Garopaba/SC, fone: (48) 3254-8100, devendo o servidor responsável, proceder ao devido protocolo e autuação do formulário de inscrição Anexo II.

2.2. Documentos necessários para a inscrição originais e cópias:

mecânico	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física CPF; Cópia do Diploma ou Certificado conforme formação exigida para o cargo; Comprovante de Residência.
vigilante	Carteira de Identidade (RG); Cadastro de Pessoa Física (CPF); Comprovante de escolaridade - Ensino Fundamental (1º Grau); Comprovante de Residência. Comprovante do Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula. Comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos)

3. DOS CARGOS, REQUISITOS, CARGA HORÁRIA, REMUNERAÇÃO E VAGAS:

3.1. Os cargos, os requisitos mínimos exigidos, atribuições, a carga horária semanal, remuneração e as vagas a serem preenchidas, estão indicados no quadro que se apresenta a seguir:

CARGO	REQUISITOS MÍNIMOS/ATRIBUIÇÕES	CARGA HORÁRIA SEMANAL	REMUNERAÇÃO R\$	VAGAS
MECÂNICO	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Atribuições: Efetuar manutenção, revisão geral, conservação, recuperação e troca de peças de veículos de transporte, tratores e máquinas, afim de mantê-los operacionalmente em condições de trabalho.	40 horas	R\$ 1.047,37	01
VIGILANTE	Habilitação profissional: Ensino Fundamental completo (1º Grau). Curso de formação de vigilantes com carga horária mínima de 110 horas/aula comprovante de tempo mínimo de exercício profissional 2 (dois) anos) Atribuições: Exercer guarda e inspeção diurna e/ou noturna nas dependências dos próprios municipais, evitando roubos, entrada de pessoas estranhas, incêndios ou outras anormalidades, preservando a integridade do estabelecimento e do patrimônio; exercer a ronda nos imóveis, verificando o fechamento de portas, janelas e outras vias de acesso; vigiar veículos e máquinas nos pátios observando a entrada e saída de pessoas e bens; informar à Chefia imediata das irregularidades observadas, para que sejam tomadas as devidas providências; exercer outras atividades correlatas com as especificadas	40 horas	R\$ 853,10	01

4. DO PROCESSO DE SELEÇÃO

4.1. O PROCESSO DE SELEÇÃO TERÁ AS SEGUINTE ETAPAS:

4.1.1. Análise dos documentos apresentados;

4.1.2. A qualquer tempo os candidatos poderão ser convocados para entrevista estruturada visando dirimir dúvidas da comissão de avaliação.

4.1.3. Avaliação, conforme regras constantes do Anexo I.

5. DA ANÁLISE DOS DOCUMENTOS APRESENTADOS

5.1. Consiste na observância da entrega dos documentos, da experiência profissional e do perfil para desempenho da função.

6. DO DESEMPATE:

6.1. Em caso de empate, será classificado(a) e posteriormente contratado(a) o(a) candidato(a) conforme os seguintes critérios hierárquicos de desempate:

a. mais idoso.

7. DA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA:

7.1. Os candidatos serão contratados em regime administrativo, com amparo na Lei Municipal n. 1.000/2005, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social;

7.2. A contratação e o exercício da função dependerão da comprovação dos seguintes requisitos básicos (documentos originais e cópias):

a. Classificação no processo seletivo simplificado;

b. Idade mínima de 18 (dezoito) anos completados até a data da contratação;

c. Cédula de Identidade;

d. Inscrição no Cadastro Pessoa Física - CPF;

e. Título de Eleitor, com comprovante de votação na última eleição;

f. Certificados de quitação das obrigações relativas ao serviço militar (masculino);

g. Carteira de Trabalho;

h. Prova de inscrição no PIS/PASEP;

i. Certidão de casamento, se for casado (a); ou de nascimento;

- j. Certidões de nascimento dos filhos, se os tiver;
 k. Comprovante de Escolaridade e/ou Formação Profissional, devidamente registrado no MEC;
 l. Carteira Nacional de Habilitação, Categoria "D", na validade (para Motorista);
 m. Registro na Entidade de Classe de Santa Catarina e Certidão de Regularidade (para os cargos com exigência);
 n. Comprovante de residência;
 o. Folha de antecedentes judiciais (cível e criminal, expedidas pelos cartórios das Varas Cíveis e Criminais ou do Foro da Comarca em que teve residência nos últimos 5 (cinco) anos;
 p. Uma foto 3X4, de frente e recente;
 q. Declaração de acumulação ou não de cargos e de proventos de inatividade ;
 r. Declaração de bens;
 s. Outros documentos que Administração julgar necessários ao cumprimento das normativas vigentes.

8. DO DESLIGAMENTO DO(A) CONTRATADO(A):

8.1. O contrato por prazo determinado extinguir-se-á:

- a. pelo término do prazo contratual;
 b. por iniciativa do contratado;
 c. por conveniência e oportunidade do serviço público;
 d. pela infração por parte do contratado de dispositivos da legislação vigente.

9. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

9.1. DOS RECURSOS

9.1.1. Os recursos poderão ser interpostos em até 48h (quarenta e oito horas), a contar da divulgação por edital das homologações das inscrições e do resultado final.

9.1.2. Os mesmos deverão ser protocolados junto à Prefeitura Municipal de Garopaba, no setor de Protocolo, no referido prazo, devendo conter os seguintes elementos:

- a. Nº do Processo Seletivo;
 b. Cargo a que concorre;
 c. Sucinta exposição dos motivos, critérios adotados, certificados ou títulos que deveriam ser atribuídos maior grau ou número de pontos;
 d. Razões do pedido, bem como o objeto pleiteado (revisão e/ou nova classificação);
 e. Identificação do candidato.

9.1.3. Serão desconsiderados os recursos interpostos fora do prazo, ou em desacordo com este Edital.

9.2. A homologação das inscrições e do resultado será publicada no DOM/SC, www.diariomunicipal.sc.gov.br.

9.3. Os casos omissos deste edital e as decisões que se fizerem necessárias serão resolvidas pela Comissão do Processo Seletivo Simplificado.

9.4. Fica eleito o Foro da Comarca de Garopaba para dirimir questões oriundas do presente processo seletivos.

9.5. Este Edital entra em vigor na data de sua publicação.

Garopaba (SC), 06 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO

Prefeito Municipal

ANEXO I

AVALIAÇÃO

Avaliação	Pontuação	Valor Máximo
Experiência no exercício de atividades inerentes a função	0,5 ponto (por ano)	10 pontos

Pontuação Máxima

10 pontos

ANEXO II

FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

PREFEITURA DE GAROPABA

PROCESSO SELETIVO PARA CONTRATAÇÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO

EDITAL N. 007/2014

Formulário de inscrição nº:	
Cargo:	
Nome do Candidato:	
Endereço:	
Telefone para contato:	
E-mail:	

Documentos necessários para a inscrição originais e cópias conforme item 2. do Edital de Processo Seletivo.

Garopaba - SC, ____/____/2014.

Assinatura do Candidato

Assinatura do (a) responsável pela inscrição

Extrato de Termo de Credenciamento Nº 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 007/2014 Processo nº. 95/2014; Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Credenciada: Mariomar Manoel Pereira; CPF: 029.481.359-40; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 004/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Data da Assinatura: 08/05/2014

AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 16/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

DISPENSA DE LICITAÇÃO

O Município de Garopaba, através do da Prefeitura Municipal de Garopaba, com sede à Praça Governador Ivo Silveira, nº. 296, Centro, Garopaba/SC, torna público que, de acordo com o Caput 14 do artigo 24 da Lei nº. 8.666/93, de 21 de junho de 1993 e suas posteriores alterações, contratou por DISPENSA DE LICITAÇÃO:

Processo nº. 96/2014; DL nº. 16/2014; Contratada: MARIA DA SILVEIRA PEREIRA; CPF: 058.272.069-97; Objeto: aquisição de gêneros alimentícios da Agricultura Familiar e do Empreendedor

Familiar Rural destinado ao atendimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar/PNAE; Valor: R\$ 15.850,50 (Quinze mil oitocentos e cinquenta reais e cinquenta centavos). Data da Assinatura: 07/05/2014

Decreto N.º 058

DECRETO N.º 058 DE 07 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 823.630,53 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 823.630,53 (oitocentos e vinte e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e três centavos) no Orçamento vigente:

09.01 - SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA 823.630,53

26782311.042 - Pavimentação, Drenagem, Remodelagem de Ruas e Obras de Art Especial 823.630,53

4.4.90.0.1.24.001059 - Aplicações Diretas 823.630,53

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 823.630,53 (oitocentos e vinte e três mil seiscentos e trinta reais e cinquenta e três centavos), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Decreto N.º 059

DECRETO N.º 059 DE 07 DE MAIO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO LIMITE DE R\$ 22.734,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO, Prefeito Municipal de Garopaba, no uso de suas atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, Lei n.º 1.770 de 29/11/2013 (Orçamento) e demais legislação,

DECRETA,

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no limite de R\$ 22.734,00 (vinte e dois mil setecentos e trinta e quatro reais) no Orçamento vigente:

04.01 - SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO 20.000,00

0412292.006 - Func. E Manut. Da Secretaria de Administração 20.000,00

3.3.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 20.000,00

12.01 - SECRETARIA DE AGRICULTURA E PESCA 2.734,00

20606481.058 - Constr., Ref., Apar. De Empreendimento Rurais e Pesqueiro 2.734,00

4.4.90.0.1.00.000000 - Aplicações Diretas 2.734,00

Art. 2º. Os recursos para atenderem ao artigo 1º, num limite de R\$ 22.734,00 (vinte e dois mil setecentos e trinta e quatro reais), correrão por conta do excesso de arrecadação.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Garopaba, 07 de maio de 2014.

PAULO SÉRGIO DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no DOM/SC em 08/05/2014, de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

HONORATO TIMOTEO PACHECO
Secretário de Administração

Extrato de Termo de Credenciamento N 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA

EXTRATO DE CREDENCIAMENTO

Credenciamento nº. 008/2014 Processo nº. 96/2014; Credenciante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA; Credenciada: Maria da Silveira Pereira; CPF: 058.272.069-97; Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos da rede de educação básica pública, de acordo com a chamada pública n.º 004/2014, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição; Data da Assinatura: 08/05/2014

Extrato de Ata de Registro de Preço Nº 32/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 32/2014

PMG

Ata nº. 32/2014; Processo nº. 60/2014; Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE GAROPABA. Contratada: BEZ TRANSPORTES E EQUIPAMENTOS LTDA ME; Objeto: Registro de preço para aquisição de Saibro próprio para trecho de rodagem de vias não pavimentadas, para uso da Secretária de Infra Estrutura e Serviços Urbanos na manutenção de vias não pavimentadas do município. Valor: R\$ 96.240,00.; Data da Assinatura: 08/05/2014.

CÂMARA MUNICIPAL**Resolução Nº 7/2014**

ESTADO DE SANTA CATARINA
CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA
13ª Legislatura - 2013 a 2016
RESOLUÇÃO Nº 7/2014

"APROVA AS CONTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE GAROPABA, REFERENTE AO MÊS DE ABRIL DE 2014".

ROGÉRIO LINHARES, Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Garopaba, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, torna público que o Poder Legislativo Municipal aprovou e ele promulga a seguinte resolução:

Art. 1º. Ficam aprovadas as contas da Câmara Municipal de Garopaba, referente ao mês de abril de 2014 deste Poder Legislativo.

Art. 2º. Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Garopaba, em 07 de maio de 2014.
Rogério Linhares
Presidente

Publicada a presente Resolução, na Galeria da Câmara Municipal de Garopaba, aos sete dias do mês de maio de 2012.

Publicada a presente Resolução no DOM/SC em , 08/05/2014 de acordo com a Lei Municipal nº. 1.326 de 10/08/2009.

Giovana da Silva Defreyn
Diretora de Redação, Legislação e Processo Legislativo

Garuva**PREFEITURA****Lei Nº 1796/2014**

LEI Nº 1796, DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito em Exercício, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 171.685,00 (cento e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.361.1028.2030- Man.de Repasses de Convênios (Educação)	4490	01.62.00	R\$	171.685,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação oriundo do Termo de Compromisso PAR nº 201301331/2013 firmado com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1797/2014

LEI Nº 1797, DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito em Exercício, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional

Suplementar na importância de R\$ 213.031,71 (duzentos e treze mil e trinta e um reais e setenta e um centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088-Man. do Fundo M do Reeq. do Corpo de Bomb.	3390	03.00.00	R\$	38.031,71
19.001.006.182.1033.2088-Man. do Fundo M do Reeq. do Corpo de Bomb.	4490	03.00.00	R\$	175.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do

Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1798/2014

LEI Nº 1798, DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.04.122.1003.2005 Contribuição a entidades e associações	3350	03.00.00	R\$	295.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3o - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1799/2014

LEI Nº 1799, DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre autorização para abertura de crédito adicional suplementar".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.437.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta e sete mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	207.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.00.00	R\$	37.000,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	850.000,00
12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	4490	01.00.00	R\$	15.000,00
10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins	4490	01.00.00	R\$	175.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.00.00	R\$	153.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.28.843.1007.2012 Amortização do principal e enc. da dívida pública	4690	01.00.00	R\$	270.000,00
06.001.22.661.1034.1008 Aquis. de imóveis para ampl. áreas industriais	4490	01.00.00	R\$	200.000,00

06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	100.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
06.001.22.661.1034.2026 Incentivo e man. das áreas industriais	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.00.00	R\$	74.300,00
10.003.17.512.1033.1015 Constr. e ampl.rede de esg. pluvial em vias urb	3390	01.00.00	R\$	62.800,00
11.001.26.782.1033.1018 Constr.de pontes,galerias e bueiros estr.munic.	4490	01.00.00	R\$	29.900,00
13.001.20.604.1040.1029 Constr.do Centro de Bem Estar Animal	4490	01.00.00	R\$	210.000,00
13.001.20.604.1040.2073 Man. sanidade animal	4490	01.00.00	R\$	90.000,00
17.001.16.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação	3390	01.00.00	R\$	110.000,00
17.001.16.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação	4490	01.00.00	R\$	190.000,00

Art. 3o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400.033,02 (quatrocentos mil e trinta e três reais e dois centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.24.55	R\$	400.033,02
--	------	----------	-----	------------

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 7117.

Art. 5o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.24.55	R\$	1.800.000,00
--	------	----------	-----	--------------

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 7374.

Art. 7o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.24.55	R\$	49.500,00
--	------	----------	-----	-----------

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 8457.

Art. 9o - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	4490	01.24.55	R\$	135.000,00
--	------	----------	-----	------------

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 8825.

Art. 11 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.24.55	R\$	21.650,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.24.55	R\$	18.250,00

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 11261.

Art. 13 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins 4490 01.24.55R\$ 200.000,00

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11301.

Art. 15 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.999,00 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins 4490 01.24.55R\$ 24.999,00

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11819.

Art. 17 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 49.952,00 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e dois reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos 3390 01.24.55R\$ 49.952,00

Art. 18 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 17 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11826.

Art. 19 - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.999,00 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	4490	01.24.55	R\$	24.999,00

Art. 20 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 19 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 8445.

Art. 21 - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

LEI Nº 1800/2014

LEI Nº 1800, DE 07 DE MAIO DE 2014

"Autoriza a incluir ação/meta no Plano Plurianual 2014/2017 e na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO/2014 e a abrir Crédito Adicional Especial na Lei Orçamentária vigente".

O povo do Município de Garuva, Estado de Santa Catarina, por seus representantes legais do Poder Legislativo Municipal, aprova e eu, PAULO ROBERTO SCHWARZ, na qualidade de Prefeito Municipal, no uso das atribuições legais que me são conferidas por Lei, sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Autoriza inserir na Lei Municipal nº 1709, de 22 de julho de 2013, que dispõe sobre o Plano Plurianual para o quadriênio 2014/2017 e na Lei Municipal nº 1712, de 20 de agosto de 2013, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária do exercício de 2014, no Programa 1026 - Programa de Proteção Especial-abrigo municipal, do orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, as seguintes ações/metastas:

Órgão 09.001 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social e Habitação

Função 008 - Assistência Social

Sub-função 243 - Assistência a Criança e ao Adolescente

Programa 1026 - Programa de Proteção Especial-abrigo municipal

Ação/Meta - 1030 - Construção da Casa de Acolhimento

Modalidade de aplicação 4490 Despesa de Capital

Art. 2º - Autoriza abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030	Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.00.00	R\$	100.000,00

Art. 3º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 2º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.28.843.1007.2012 Amortização do principal e enc. da dívida pública	4690	01.00.00	R\$	30.000,00
15.001.08.243.1026.2054 Man. dos atendimentos no abrigo	4490	01.00.00	R\$	70.000,00

Art. 4º - Autoriza abrir Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 299.972,40 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030	Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.24.55	R\$	299.972,40

Art. 5º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 4º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 7795.

Art. 6º - Esta lei entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito em exercício

DECRETO Nº 97/2014

DECRETO Nº 97, DE 06 DE MAIO DE 2014

"ATRIBUI PODERES A SERVIDOR PARA REPRESENTAR O MUNICÍPIO EM PROCESSO JUDICIAL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA, Estado de Santa Catarina, uso das atribuições que lhe são conferidas pela alínea "f", do inciso I, do artigo 79, da Lei Orgânica do Município de Garuva,

DECRETA:

Art. 1º. Fica o servidor FABIO SOZIN, Diretor Administrativo da Educação, nomeado através do Decreto nº 238 de 14 de outubro de 2013, nomeado como preposto, atribuído de poderes para representar o Município de Garuva junto aos seguintes processos judiciais:

0500045-86.2010.8.24.0119 - proposto em desfavor do Município de Garuva pelo Sr. Paulo Henrique Possamai, que se encontra tramitando junto à Vara Única da Comarca de Garuva.

0001377-82.2013.5.12.0004 - proposto em desfavor do Município de Garuva pela Sra. Rosangela Beatriz Boegershausen, que se encontra tramitando junto à 1ª Vara do Trabalho de Joinville.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 99/2014

DECRETO Nº 099 DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1796, de 07 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 171.685,00 (cento e setenta e um mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.012.361.1028.2030- Man.de Repasses de Convên- nios (Educação)	4490	01.62.00	R\$	171.685,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o. serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação oriundo do Termo de Compromisso PAR nº 201301331/2013 firmado com o FNDE - Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 100/2014

DECRETO Nº 100 DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1797, de 07 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 213.031,71 (duzentos e treze mil e trinta e um reais e setenta e um centavos) no orçamento do Fundo Municipal de Reequipamento do Corpo de Bombeiros de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

19.001.006.182.1033.2088- Man.do Fundo M do Reeq. do Corpo de Bomb.	3390	03.00.00	R\$	38.031,71
19.001.006.182.1033.2088- Man.do Fundo M do Reeq. do Corpo de Bomb.	4490	03.00.00	R\$	175.000,00

Art. 2o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1o serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3o - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 101/2014

DECRETO Nº 101 DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1798, de 07 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 295.000,00 (duzentos e noventa e cinco mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

02.001.04.122.1003.2005 Contribuição a entidades e associações	3350	03.00.00	R\$	295.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º serão utilizados recursos provenientes do Superávit Financeiro do Exercício de 2013.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito em exercício

Decreto Nº 102/2014

DECRETO Nº 102 DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional suplementar".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1799, de 07 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.437.000,00 (um milhão quatrocentos e trinta e sete mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, nas seguintes dotações orçamentárias:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos	3390	01.00.00	R\$	207.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.00.00	R\$	37.000,00
10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.00.00	R\$	850.000,00
12.001.18.544.1042.2091 Captação, trat e distr. de abastecimento de água	4490	01.00.00	R\$	15.000,00
10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins	4490	01.00.00	R\$	175.000,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.00.00	R\$	153.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.28.843.1007.2012 Amortização do principal e enc. da dívida pública	4690	01.00.00	R\$	270.000,00
06.001.22.661.1034.1008 Aquis. de imóveis para ampl. áreas industriais	4490	01.00.00	R\$	200.000,00

06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	3190	01.00.00	R\$	100.000,00
06.001.22.661.1034.2025 Man. do Setor de Desenvolvimento Econômico	4490	01.00.00	R\$	50.000,00
06.001.22.661.1034.2026 Incentivo e man. das áreas industriais	3390	01.00.00	R\$	50.000,00
10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.00.00	R\$	74.300,00
10.003.17.512.1033.1015 Constr. e ampl.rede de esg. pluvial em vias urb	3390	01.00.00	R\$	62.800,00
11.001.26.782.1033.1018 Constr.de pontes,galerias e bueiros estr.munic.	4490	01.00.00	R\$	29.900,00
13.001.20.604.1040.1029 Constr.do Centro de Bem Estar Animal	4490	01.00.00	R\$	210.000,00
13.001.20.604.1040.2073 Man. sanidade animal	4490	01.00.00	R\$	90.000,00
17.001.16.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação	3390	01.00.00	R\$	110.000,00
17.001.16.482.1033.2086 Man. do Fundo Municipal de Habitação	4490	01.00.00	R\$	190.000,00

Art. 3o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 400.033,02 (quatrocentos mil e trinta e três reais e dois centavos) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	4490	01.24.55	R\$	400.033,02

Art. 4o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 3o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 7117.

Art. 5o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 1.800.000,00 (um milhão e oitocentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2058 Abertura/retificação de estradas urbanas	4490	01.24.55	R\$	1.800.000,00

Art. 6o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 5o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 7374.

Art. 7o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 49.500,00 (quarenta e nove mil e quinhentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.451.1033.2059 Drenagem e macrodren. urbana e rural	3390	01.24.55	R\$	49.500,00

Art. 8o - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 7o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 8457.

Art. 9o - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 135.000,00 (cento e trinta e cinco mil reais) no orçamento da

Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

12.001.18.544.1042.2091 Cap- tação, trat e distr. de abasteci- mento de água	4490	01.24.55	R\$	135.000,00

Art. 10 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 9o serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 8825.

Art. 11 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 39.900,00 (trinta e nove mil e novecentos reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	3390	01.24.55	R\$	21.650,00
11.001.20.605.1036.2066 Man. do Setor de Estratégias Rurais	4490	01.24.55	R\$	18.250,00

Art. 12 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 11 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 11261.

Art. 13 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins 4490 01.24.55R\$ 200.000,00

Art. 14 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 13 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11301.

Art. 15 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.999,00 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.001.27.813.1033.1017 Constr.ampl.de praças parques e jardins 4490 01.24.55R\$ 24.999,00

Art. 16 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 15 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11819.

Art. 17 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 49.952,00 (quarenta e nove mil novecentos e cinquenta e dois reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

10.003.15.452.1033.2065 Man. do Setor de Obras e Serviços Públicos 3390 01.24.55R\$ 49.952,00

Art. 18 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 17 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Transferência de Convênios do Estado destinados a programas de Infraestrutura nos termos da Proposta 11826.

Art. 19 - Abertura de Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 24.999,00 (vinte e quatro mil novecentos e noventa e nove reais) no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

07.001.12.361.1043.2030 Man. de repasses de convênios (educ)	4490	01.24.55	R\$	24.999,00

Art. 20 - Para a cobertura do Crédito Adicional Suplementar do Artigo 19 serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 8445.

Art. 21 - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito em exercício

Decreto Nº 103/2014

DECRETO Nº 103 DE 07 DE MAIO DE 2014

"Dispõe sobre abertura de crédito adicional especial".

PAULO ROBERTO SCHWARZ, Prefeito Municipal em Exercício de Garuva, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Nº 1800, de 07 de maio de 2014,

DECRETA:

Art. 1º - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030	Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.00.00	R\$	100.000,00

Art. 2º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 1º. serão utilizados recursos provenientes da anulação das seguintes dotações orçamentárias:

04.005.28.843.1007.2012					
Amortização do principal e enc. da dívida pública	4690	01.00.00	R\$	30.000,00	
15.001.08.243.1026.2054					
Man. dos atendimentos no abrigo	4490	01.00.00	R\$	70.000,00	

Art. 3º - Abertura de Crédito Adicional Especial na importância de R\$ 299.972,40 (duzentos e noventa e nove mil novecentos e setenta e dois reais e quarenta centavos), no orçamento da Prefeitura Municipal de Garuva, na seguinte dotação orçamentária:

09.001.008.243.1026.1030	Construção da Casa de Acolhimento	4490	01.24.55	R\$	299.972,40

Art. 4º - Para a cobertura do Crédito Adicional Especial do Artigo 3º serão utilizados recursos provenientes do excesso de arrecadação da receita de Outras Transferências de Convênios do Estado nos termos da Proposta 7795.

Art. 5º - Este decreto entra em vigor na data da sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito em exercício

Portaria Nº 317/2014

PORTARIA Nº 317, de 29 de abril de 2014.

"DISPÕE SOBRE A ADMISSÃO DE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CONSIDERANDO os termos da Lei Complementar n. 18/2002 de 29/05/2002, que dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público;

CONSIDERANDO o disposto no inciso IX do artigo 37 da Constituição da República de 1988;

CONSIDERANDO a solicitação de preenchimento de cargo, da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental, a qual se encontra devidamente justificada;

CONSIDERANDO a conveniência e oportunidade da contratação;

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E LEIS MUNICIPAIS COMPLEMENTARES, 01/98 DE 02/03/98, 018/02 DE 29/05/02 E ALTERAÇÕES;

RESOLVE:

ART. 1º. Admitir em caráter temporário, DALUZ D'APARECIDA DOS SANTOS SEBOLD, inscrita no CI-RG. 3.587.327 e CPF 009.127.249-19, na função de Auxiliar de Serviços Gerais, por 220 horas mensais, sob a coordenação da Secretaria Municipal de Saneamento Ambiental.

ART. 2º. Esta Portaria entrará em vigor a contar de 06 de maio de 2014.

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito Municipal Em Exercício

Portaria Nº 322/2014

PORTARIA Nº 322 de 07 de maio de 2014.

"DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DE CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO, APROVADO EM CONCURSO PÚBLICO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

O PREFEITO MUNICIPAL DE GARUVA EM EXERCÍCIO, ESTADO DE SANTA CATARINA, USANDO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E COM BASE NO ART. 79, II, a DA LEI ORGÂNICA.

CONSIDERANDO, o Concurso Público realizado pelo Município de Garuva, com resultado homologado pelo Decreto 86/2012 de 05 de julho de 2012;

CONSIDERANDO, a necessidade de preenchimento de vagas de provimento efetivo, nos quadros funcionais do Município de Garuva, conforme preceitua a Lei Orgânica Municipal e a Carta Magna da República;

CONSIDERANDO, a necessidade de convocação dos candidatos aprovados para preencher os cargos, conforme Anexo I desta Portaria;

CONSIDERANDO, ofício 131/2014 da Secretaria Municipal de Educação.

RESOLVE:

ART. 1º Ficam Nomeados os Aprovados no Concurso Público, constante do anexo I desta Portaria, para o cargo de Provimento Efetivo, no regime estatutário.

ART. 2º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria deverão comparecer no Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração Planejamento e Finanças, situado na Avenida Celso Ramos, nº 1614, Centro, no horário das 08:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:00, para apresentação dos documentos indicados a seguir, e encaminhamento para a avaliação médica destinados à deflagração do processo de Posse.

- 1) Cópia da certidão de nascimento para solteiros;
- 2) Cópia da certidão de casamento;
- 3) Cópia do comprovante de residência atual (fatura de água, energia elétrica ou telefone);
- 4) Cópia AUTENTICADA do comprovante de grau de escolaridade - (para os cargos de nível superior: Diploma)
- 5) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso de especialização (quando o cargo requerer);
- 6) Cópia AUTENTICADA do certificado/diploma de curso específico (quando o cargo requerer);
- 7) Cópia do RG e CPF;
- 8) Cópia do título de eleitor;
- 9) Cópia da Carteira de Trabalho onde consta o nº da carteira e a qualificação civil;
- 10) Cópia do PIS/PASEP;
- 11) Cópia do Certificado de Reservista (para os homens);
- 12) Cópia da certidão de nascimento dos filhos menores de 18 anos;
- 13) Cópia do atestado de vacina dos filhos menores de 14 anos;
- 14) Cópia da Declaração Completa de Imposto de Renda (IRPF) ou Declaração de Bens (Preenchida no RH);
- 15) Cópia AUTENTICADA do registro no órgão de classe (quando o cargo requerer);
- 16) Cópia da carteira de habilitação (quando o cargo requerer);
- 17) Certidão negativa de antecedentes criminais - Justiça Estadual dos lugares em que haja residido nos últimos 5 (cinco) anos (<http://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do>);
- 18) Certidão de quitação eleitoral - Cartório Eleitoral (www.tse.gov.br);
- 19) Certidão emitida pelo Conselho Nacional de Justiça - Cadastro

Nacional de Condenados de Crime de Improbidade Administrativa no link: (www.cnj.jus.br);

20) Declaração de não ter sofrido no exercício de função pública, as penalidades previstas no art. 137 da Lei nº 6.745/1985, e parágrafo único da Lei Federal 8.112/1990 e as correspondentes constantes dos Estados e Municípios (Preenchida no RH);

21) Declaração negativa de acumulação de cargo público ou de condição de acumulação amparada pela constituição (Preenchida no RH);

22) Declaração do local de trabalho quando possuir outro vínculo empregatício com informação da carga horária semanal e horário de trabalho;

23) Comprovante de abertura de conta corrente ou conta salário junto ao Banco do Brasil, contendo agência e o número da conta para o crédito de salário;

24) 01 foto 3 X 4 RECENTE.

25) CTPS original

ART. 3º - Somente tomarão posse aqueles que cumprirem as exigências do artigo anterior.

ART. 4º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não tomarem posse em até 30 dias a contar da publicação desta Portaria, estarão renunciando, tacitamente, à vaga para qual foram nomeados. A nomeação será considerada nula, ficando a cargo do Chefe do Executivo Municipal, convocar novo candidato, conforme a Lista de Classificação, para suprir as vagas não preenchidas.

ART. 5º Os nomeados constantes no Anexo I desta Portaria que não desejarem ser empossados nos cargos poderão formalizar a desistência mediante preenchimento de Termo próprio, disponível no site www.garuva.sc.gov.br, e encaminhado ao Departamento de Recursos Humanos do Município de Garuva.

ART. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito Municipal em Exercício

ANEXO I - PORTARIA 322/2014

REGIME ESTATUTÁRIO

Cargo: Merendeira

Nº inscrição	Nome do Candidato	Classificação
17100025	ROZILDA DO ROCIO PADILHA	18º
17100094	MIRIAN ADRIANO PRESTES	19º
17100207	FERNANDA OLIVEIRA SALES	20º

PAULO ROBERTO SCHWARZ

Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação PMG Nº 032/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 032/2014

Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica da Rua Duque de Caxias, trecho entre

a Avenida Celso Ramos e a Rua José Bonifácio, numa extensão de 382,00 metros, incluindo terraplenagem, pavimentação asfáltica, sinalização viária e obras complementares, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 2626.386.164-32/2012 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal/Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha orçamentária e projetos anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 26/05/2014 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de maio de 2014.
PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Aviso de Licitação PMG Nº 033/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GARUVA
SETOR DE LICITAÇÕES E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório PMG nº 033/2014
Modalidade: Tomada de Preço p/ Obras e Serviços de Engenharia
Tipo de julgamento: Menor Preço Global

Objeto: Contratação de empresa de engenharia, para a execução de pavimentação asfáltica das Ruas: José Romão Filho, Nicolau Costa e Nereu Ramos, numa extensão total de 450,00 metros, incluindo terraplenagem, Drenagem Pluvial, pavimentação asfáltica, sinalização viária e obras complementares, com fornecimento de material e mão de obra, conforme Contrato de Repasse nº 2626.390.165-29/2012 - Ministério das Cidades/Caixa Econômica Federal/Município de Garuva, de acordo com o Memorial Descritivo, Planilha orçamentária e projetos anexos.

Entrega e Abertura dos Envelopes: 23/05/2014 as 09:00 horas.

O Edital completo está disponível para consulta e retirada no site www.garuva.sc.gov.br.

GARUVA, 06 de maio de 2014.
PAULO ROBERTO SCHWARZ
Prefeito Municipal em Exercício

Gaspar

PREFEITURA

CMAS

RESOLUÇÃO Nº. 04/2014.

Dispõe sobre o cofinanciamento para expansão qualificada ou reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças, adolescentes e jovens de até vinte e um anos de idade.

O CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL - CMAS, O Conselho Municipal de Assistência Social de Gaspar, no uso de suas atribuições, fundamentada na Lei Federal no. 8742, de 07 de dezembro de 1993, conferida pela Lei Municipal no. 1648/97.

CONSIDERANDO:

A Resolução nº 23, de 27 de setembro de 2013, do CNAS;
A reunião ordinária do CMAS do dia 02 de abril de 2014;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar o aceite por parte do Município do cofinanciamento federal para expansão qualificada ou reordenamento de Serviços de Acolhimento para crianças,

adolescentes e jovens de até vinte e um anos de idade.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 02 de abril de 2014.

DANIELLI RUBIA PROVEZI DEMETRIO

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

CMAS

RESOLUÇÃO Nº 05, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a reprogramação de saldos de 2013 dos recursos do cofinanciamento dos Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, entre o Fundo Estadual de Assistência Social - FEAS e o Fundo Municipal de Assistência Social de Gaspar/SC - FMAS.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso de suas atribuições resolve:

Art. 1º Aprovar a partilha do superávit dos recursos referentes ao cofinanciamento da Proteção Social Especial de Alta Complexidade, proveniente do Fundo Estadual de Assistência Social, no valor de R\$ 32.483,99, sendo que este é destinado 100% à investimento.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos seguintes serviços/entidades:

Serviço de Acolhimento Institucional Abrigo Casa Lar Sementes do Amanhã da entidade Grupo de Apoio a Infância e Adolescência Abrigada - GAIAA, receberá o valor aproximado de R\$10.827,99, correspondente a 33,33% do valor total;

Serviço de Acolhimento Institucional Lar das Meninas da entidade Ação Social e Cidadã receberá o valor aproximado de R\$10.827,99 correspondente a 33,33% do valor total;

Serviço de Acolhimento Institucional Centro Gasparense de Proteção ao Adolescente Masculino - CEGAPAM da entidade Ação Social

e Cidadã receberá o valor aproximado de R\$10.827,99 correspondente a 33,33% do valor total.

Art. 3º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gaspar, 07 de maio de 2014.

Danielli Rubia Provezi Demétrio

Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS

Decreto Nº 5.931, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.931, DE 05 DE MAIO DE 2014.

SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200164 Ações de Desenvolvimento Social
Dotação: 13 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200164 Ações de Desenvolvimento Social
Dotação: 14 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:

Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Projeto: 1.100029 Construção, Ampliação e Ref. da SEMED, Escolas, Quadras Esp., Lab. e Salas M. Func.
Dotação: 88 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 332.700,42

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200192 Manter Proteção Social Básica

Dotação: 100 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 104.000,00

Dotação: 26 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 103.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.933, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 5.933, DE 05 DE MAIO DE 2014.

REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 5.732, DE 02 DE JANEIRO DE 2014, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº 5.732, de 02 de janeiro de 2014, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 Educação Fundamental
Função: 12 Educação
Subfunção: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Projeto: 1.10029 - Construção, ampliação e reforma da SEMED, de escolas, quadras esportivas, laboratórios e salas multifuncionais.
Despesa: 88 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 360.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.934, de 07 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.934, DE 07 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA PARA O CARGO DE ENCARREGADO DE SETOR, O SERVIDOR PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeado, a partir de 07 de maio de 2014, o servidor PAULO ADEMIR CARNEIRO LOBO, RG nº 4551773 e CPF nº 070.359.239-42, para o cargo em comissão de Encarregado de Setor, Ref. 33, nível CC, com 40 horas semanais.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.935, DE 07 DE MAIO DE 2014

DECRETO Nº 5.935, DE 07 DE MAIO DE 2014.
DECLARA VACÂNCIA DE CARGO EM DECORRÊNCIA DE APOSENTADORIA DA MAZILDA LAMIM.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas no art. 72 da Lei Orgânica do Município, e com base no artigo 45, inciso IV da Lei Municipal no 1.305/91,

DECRETA:

Art. 1o. Fica declarada, a partir de 09/05/2014, a vacância do cargo de provimento efetivo de Berçarista, da servidora MAZILDA LAMIM, lotada com 40 horas semanais na Secretaria Municipal de Educação, em virtude de aposentadoria concedida pelo INSS.

Art. 2o. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 07 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito do Município de Gaspar

DECRETO Nº 5.931, DE 05 DE MAIO DE 2014

DECRETO Nº 5.931, DE 05 DE MAIO DE 2014.
SUPLEMENTA SALDOS DE DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO ORÇAMENTO VIGENTE NA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E NO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, conforme autorizado pelo artigo 6º, incisos II, V e VI, da Lei Municipal nº 3.545, de 20 de novembro de 2013,

DECRETA:

Art. 1º Fica anulado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200164 Ações de Desenvolvimento Social
Dotação: 13 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 2º Por conta da anulação do art. 1º, fica suplementado, no valor indicado, o seguinte saldo de dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200164 Ações de Desenvolvimento Social
Dotação: 14 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 10.000,00

Art. 3º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente na

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
Órgão: 4 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Unidade: 7 EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL
Funcional Programática: 00012.00361.00010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Projeto: 1.100029 Construção, Ampliação e Ref. da SEMED, Escolas, Quadras Esp., Lab. e Salas M. Func.
Dotação: 88 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas R\$ 332.700,42

Art. 4º Fica suplementado, por Excesso de Arrecadação, no valor indicado, o saldo da seguinte dotação do orçamento vigente no FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL:

Órgão: 10 Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade: 20 Fundo Municipal de Assistência Social
Funcional Programática: 00008.00244.00029 Gestão na área de Desenvolvimento Social
Atividade: 2.200192 Manter Proteção Social Básica
Dotação: 100 3.3.1.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 104.000,00
Dotação: 26 3.3.3.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 103.000,00

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.933, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.933, DE 05 DE MAIO DE 2014.
REVOGA PARCIALMENTE O DECRETO Nº 5.732, DE 02 DE JANEIRO DE 2014, QUE BLOQUEIA RECURSOS DE CONVÊNIOS A SEREM POSSIVELMENTE FIRMADOS DURANTE O PRESENTE EXERCÍCIO ATÉ A SUA EFETIVA LIBERAÇÃO PELOS ÓRGÃOS COMPETENTES AO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Fica parcialmente revogado o Decreto nº 5.732, de 02 de janeiro de 2014, que "Bloqueia recursos de convênios a serem possivelmente firmados durante o presente exercício até a sua efetiva liberação pelos órgãos competentes ao Município de Gaspar", para o desbloqueio dos valores indicados dos saldos da seguinte dotação orçamentária:

Órgão: 04 Secretaria Municipal de Educação
Unidade: 7 Educação Fundamental
Função: 12 Educação
Subfunção: 361 Ensino Fundamental
Programa: 0010 Gestão de Educação de Ensino Fundamental
Projeto: 1.10029 - Construção, ampliação e reforma da SEMED, de escolas, quadras esportivas, laboratórios e salas multifuncionais.
Despesa: 88 - 3.4.4.9.0 Aplicações Diretas
R\$ 360.000,00

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.
PEDRO CELSO ZUCHI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 5.932, de 05 de Maio de 2014

DECRETO Nº 5.932, DE 05 DE MAIO DE 2014.

SUBSTITUI MEMBROS DA ÁREA GOVERNAMENTAL DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º Nomeia os membros abaixo indicados, em substituição, para integrarem o Conselho Municipal de Assistência Social, conforme segue:

ENTIDADE	MEMBRO ATUAL	NOVO MEMBRO
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Ana Janaína Medeiros de Souza - Titular	Eloíza C. Probst - Titular
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social	Calisto Lopes Cerqueira - Suplente	Ana Janaína Medeiros de Souza - Suplente

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

PORTARIA Nº 3.420, DE 07 DE MAIO DE 2014

PORTARIA Nº 3.420, DE 07 DE MAIO DE 2014.

CONCEDE LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA MARIA DE LURDES ALEXANDRINO.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o art. 72 da Lei Orgânica do Município, com fundamento no artigo 106, III, do Estatuto dos Servidores Públicos do Município de Gaspar,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora MARIA DE LURDES ALEXANDRINO, ocupante do cargo de Agente Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, Licença para Tratamento de Saúde em Pessoa da Família, no período de 06/05/2014 a 05/11/2015.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos para 06/05/2014.

Gaspar, 07 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito do Município de Gaspar

Portaria Nº 3.416, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 3.416, DE 05 DE MAIO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO AO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR Nº 10/2013, INSTAURADO PARA APURAR A RESPONSABILIDADE DE RICARDO SGANZERLA

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91, e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 24 de maio de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação ao Processo Administrativo Disciplinar nº 10/2013, instaurado para apurar a responsabilidade de RICARDO SGANZERLA.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal

Portaria Nº 3.418, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 3.418, DE 05 DE MAIO DE 2014.

PRORROGA O PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA COMISSÃO PERMANENTE DE SINDICÂNCIA E PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR EM RELAÇÃO À SINDICÂNCIA Nº 02/2014, INSTAURADA PARA APURAR A RESPONSABILIDADE POR INFRAÇÃO DE TRÂNSITO EM VEÍCULO DE PROPRIEDADE DO MUNICÍPIO DE GASPAR.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, com base no art. 183 da Lei Municipal nº 1.305/91 e atendendo ao pedido formulado pela Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, a partir de 22 de maio de 2014, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar em relação à Sindicância nº 02/2014, instaurada para apurar a responsabilidade por infração de trânsito em veículo de propriedade do Município de Gaspar.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Portaria Nº 3.419, de 05 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 3.419, DE 05 DE MAIO DE 2014.

PRORROGA PRAZO PARA CONCLUSÃO DOS TRABALHOS DA TOMADA DE CONTAS ESPECIAL Nº 02/2013.

PEDRO CELSO ZUCHI, Prefeito Municipal de Gaspar, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, atendendo ao pedido formulado pela Comissão de Tomada de Contas Especial por meio do Memorando nº 05/2014,

RESOLVE:

Art. 1º Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão para a Tomada de Contas Especial

nº 02/2013, instaurada por meio da Portaria nº 3.183/2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Gaspar, 05 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito Municipal de Gaspar

Inexigibilidade Nº 81/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE GASPAR/SC

Inexigibilidade Nº 81/2014

OBJETO: Inscrição de servidores públicos municipais no II Congresso Nacional de Contratação Pública - "Como licitar, Contratar e Fiscalizar", que acontecerá em Curitiba/PR, entre os dias 13 e 16 de maio de 2014. CONTRATADO: LICIDATA CURSOS LTDA. (09.237.294/0001-44). Valor Total Julgado: R\$ 4.300,00 (quatro mil e trezentos reais). BASE LEGAL: Art. 25, inciso II, da Lei 8.666/93.

Gaspar(SC), 6 de maio de 2014.

PEDRO CELSO ZUCHI

Prefeito

SAMAE

Aviso do Convite Nº 22/2014 - SAMAE

AVISO DE LICITAÇÃO

Convite nº.22/2014

OBJETO: Contratação de serviços de reforma e modernização da ETA IV, na localidade de Bateias.

A ENTREGA DOS ENVELOPES contendo os documentos de Habilitação e a Proposta de Preços da licitante deverá ocorrer até as 08:45 horas do dia 20/05/2014.

A ABERTURA DOS ENVELOPES ocorrerá no dia 20/05/2014 às 09:00 horas; cuja sessão estará aberta à participação de todos os interessados.

As licitantes interessadas em participar do certame, poderão obter a íntegra do Edital, diariamente, durante o horário de expediente, junto ao Departamento de Compras do SAMAE - Gaspar; ou no site: www.samaegaspar.com.br

Gaspar (SC), em 30 de abril de 2014.

ELCIO CARLOS DE OLIVEIRA

Diretor Presidente

CÂMARA MUNICIPAL

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR

AVISO DE SESSÃO PÚBLICA

PROCESSO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2014

EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE GASPAR, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 83.543.546/0001-16, com sede na Avenida das Comunidades, nº 133, Centro, Município de Gaspar-SC, por seu Presidente, em conformidade com a legislação e normas pertinentes, torna público que a Comissão de Licitação instituída e composta conforme Resolução nº 30/2014 se reunirá em Sessão Pública no dia 09/05/2014, às 15h30min, na Sala de Reuniões das Comissões da Edilidade, com o objetivo de analisar e julgar o requerimento de credenciamento e os documentos apresentados pela interessada Fundação Luterana de Comunicação (Rádio Antena 1 Blumenau), CNPJ nº 03.560.585/0001-92, requerente nos autos do Processo de Inexigibilidade de Licitação nº 001/2014, Edital de Credenciamento nº 001/2014, que tem por objeto o CREDENCIAMENTO de EMPRESAS EMISSORAS DE RÁDIO DIFUSÃO AM E FM para contratação de serviços de divulgação dos atos e ações do Legislativo. Ficam intimados os interessados em participar da Sessão Pública, em especial o representante legal da empresa citada e os representantes legais das empresas já credenciadas pela Câmara Municipal de Gaspar: Rádio Ativa FM Ltda. - ME e Rádio Sentinela do Vale Ltda. - ME.

Gaspar/SC, 7 de maio de 2014.

Marcelo de Souza Brick

Presidente da Câmara Municipal de Gaspar

Governador Celso Ramos

PREFEITURA

Aviso de Licitação TP 02/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

Tomada de Preços 002/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação do tipo Menor Preço Global.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS DE REFORMA E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL SILVIA PRAZERES DE CARVALHO DO MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS/SC.

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 23/05/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 23/05/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 07 de Maio de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

Aviso de Licitação PR 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOVERNADOR CELSO RAMOS
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

O MUNICÍPIO DE GOVERNADOR CELSO RAMOS COMUNICA AOS INTERESSADOS QUE FARÁ REALIZAR LICITAÇÃO NA FORMA ABAIXO:

PREGÃO PRESENCIAL 038/2014

O Município de Governador Celso Ramos/SC torna público que fará realizar licitação.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE ARQUITETURA E ENGENHARIA PARA O ASSESSORAMENTO, SUPORTE TÉCNICO, LEVANTAMENTO, DIAGNÓSTICO E ESTUDOS DE INTERVENÇÕES PARA PROPICIAR SUPORTE TÉCNICO ESPECIALIZADO À PREFEITURA MUNICIPAL, PARA OS DIVERSOS ÓRGÃOS FOMENTADORES DE RECURSOS (SICONV, SIGEF, SIMEC, BADESC, BNDES E OUTROS).

DATA DA ENTREGA DOS ENVELOPES: 20/05/2014 até às 10h00min.

DATA DE ABERTURA DA REUNIÃO PÚBLICA: 20/05/2014 às 10h30min.

Os interessados deverão retirar o edital no site da Prefeitura de Governador Celso Ramos no link Licitações, na sede da Prefeitura de segunda a sexta feira, das 13:30 as 18:30hs no Setor de Licitações ou ainda requisitando o mesmo pelo e-mail: licitacaogovernadorcelsoramos@gmail.com.

Governador Celso Ramos, 07 de Maio de 2014.
Mariana de Souza Fernandes
PREGOEIRA

Grão Pará

PREFEITURA

Lei Municipal N 1954-2014 - FIA - CMDCA - Conselho Tutelar

LEI MUNICIPAL Nº 1.954/2014

(De 06 de maio de 2014.

“DISPÕE E CONSOLIDA A LEGISLAÇÃO MUNICIPAL SOBRE A POLÍTICA DE ATENDIMENTO À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE NO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ, INSTITUI O FUNDO MUNICIPAL DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA - FIA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 1º. Esta Lei dispõe sobre a Política de Atendimento dos Direitos da Criança e do Adolescente e estabelece normas gerais para a sua adequada aplicação, em conformidade com o disposto na Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 2º. O atendimento aos direitos da criança e do adolescente, no âmbito municipal, far-se-á através de:

I. políticas sociais básicas de educação, saúde, recreação, esporte, cultura, lazer, profissionalização e outras que assegurem o desenvolvimento físico, psicológico, moral, espiritual e social da criança e do adolescente, em condições de liberdade e dignidade, tanto no contexto familiar quanto comunitário;

II. políticas e programas de assistência e promoção social de caráter supletivo para aqueles que dela necessitarem;

III. serviços especiais, nos termos desta Lei.

Parágrafo Único. O Município destinará recursos e espaços públicos para promoções culturais, esportivas e de lazer voltadas para a infância e a juventude.

Art. 3º. São órgãos da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente:

I. Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II. Conselho Tutelar;

III. Fundo Municipal para Infância e Adolescência.

Art. 4º. O Município criará os programas e serviços aludidos no art. 2º, desta Lei, podendo estabelecer consórcios intermunicipais para o atendimento regionalizado, instituindo e mantendo entidades governamentais ou concedendo subvenções sociais a entidades não-governamentais previamente cadastradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, tudo mediante a previa aprovação deste.

§ 1º. Os programas serão classificados como proteção ou sócio-educativos nos termos do art. 101 e 112, do Estatuto da Criança e do adolescente, respectivamente.

§ 2º. Os serviços especiais visam à:

I. prevenção e atendimento médico e psicológico de vítimas de negligência, maus tratos, exploração e abuso de autoridade;

II. identificação e localização de pais, crianças e adolescente desaparecidos;

III. proteção jurídico-social.

§ 3º. O consórcio a que se refere este artigo depende de Lei específica.

CAPÍTULO II

SEÇÃO I

DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Art. 5º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será regulamentado na forma desta Lei e será observada a Lei Federal n. 8.069, de 13 de julho de 1990, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Art. 6º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é órgão deliberativo e controlador da política de atendimento, vinculado à Secretaria Municipal da Família e Desenvolvimento Social e, administrativamente, vinculado ao Poder Público, observada a composição paritária de seus membros, nos termos do art. 88, Inciso II, da Lei Federal n. 8.069/1990.

Art. 7º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente administrará o Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA, estruturado no Capítulo III, desta Lei.

Art. 8º. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente será composto de 08 membros efetivos e 8 suplentes, sendo:

I. quatro representantes das Organizações Governamentais, que serão indicados pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, devendo os mesmos serem servidores efetivos podendo estarem em exercício de cargos comissionados;

II. quatro representantes de entidades não-governamentais, representativas da sociedade civil organizada, que serão escolhidos em fórum municipal, realizado a cada dois anos, sob a organização do Conselho Municipal, sendo vedada a escolha de funcionários públicos municipais integrantes de entidades não-governamentais.

§ 1º. A designação dos membros do Conselho compreenderá a dos respectivos suplentes.

§ 2º. Os membros do Conselho e os respectivos suplentes exercerão mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se a recondução por igual período.

§ 3º. A função do Conselho é considerada de interesse público relevante e não será remunerada.

Art. 9º. Para ser indicado como conselheiro, serão exigidos os seguintes requisitos.

I. reconhecida idoneidade moral;

II. idade superior a 21 (vinte e um) anos;

III. residir no Município;

IV. estar em gozo dos direitos políticos.

V. ser detentor de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

Art. 10. Compete ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I. elaborar seu Regimento Interno;

II. formular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, definindo prioridades e controlando ações de execução;

III. opinar na formulação das políticas sociais básicas de interesse da criança e do adolescente, elaborando, na época oportuna, o Plano de Ação e o Plano de Aplicação do FIA;

IV. deliberar sobre a convivência e a oportunidade de implementação de serviços, bem como a criação de entidades governamentais e realização de consórcios intermunicipais regionalizados de atendimento;

V. solicitar as indicações para o preenchimento de cargo de conselheiro, nos casos de vacância e término de mandato;

VI. gerir o Fundo da Criança e do Adolescente, alocando recursos para programas das entidades governamentais e repassando verbas para as entidades não governamentais;

VII. propor modificações nas estruturas das secretarias e órgãos da administração ligadas à assistência, promoção, proteção e defesa dos direitos da Criança e do Adolescente;

VIII. opinar sobre orçamento municipal, no que se refere às dotações destinadas à promoção social, saúde e educação;

IX. definir sobre a criação de conselhos tutelares, bem como opinar sobre seu funcionamento, indicando as modificações necessárias à consecução das políticas formuladas;

X. opinar sobre a destinação de recursos e espaços públicos para programações culturais, esportivas e de lazer, voltadas para a Infância e a Adolescência;

XI. proceder à inscrição de programas de proteção sócio-educativas de entidades governamentais e não-governamentais, bem como ao registro destas últimas, na forma dos artigos 90 e 91, da Lei n. 8.069/1990;

XII. opinar na elaboração de leis que beneficiem crianças e adolescentes;

XIII. fixar critérios de utilização, através de planos de aplicação, das doações e demais receitas aplicando necessariamente o percentual para o incentivo às famílias acolhedoras, acolhimento sobre forma de abrigo e guarda da criança, órfãos e abandonados, de difícil colocação na rede parental;

XIV. opinar sobre a remuneração dos membros do Conselho Tutelar;

XV. exigir prestações de contas dos recursos repassados a entidades não-governamentais de atendimento nos termos da legislação vigente;

XVI. nomear e dar posse aos membros do Conselho Tutelar;

XVII. manter controle da capacitação e da aplicação dos recursos do Fundo Municipal sob sua gestão.

Art. 11. Todo programa municipal que vise ao atendimento da criança e do adolescente deverá contar com a aprovação prévia do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para sua consecução.

§ 1º. Os projetos que necessitem aprovação legislativa deverão ser encaminhados à Câmara Municipal, com parecer prévio do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, constando os objetivos, as metas de atendimento, a demanda existente, o cronograma e o organograma de aplicação de recursos, se for o caso.

§ 2º. A partir de janeiro de 2010, o Município incluirá, anualmente, na Lei Orçamentária dotação de transferência corrente de, no mínimo, 0,25% da receita orçamentária para subvenções sociais destinadas a instituições públicas e privadas de caráter assistencial ou cultural, sem finalidade lucrativa, que desenvolvam atividades voltadas à Infância e Adolescência e estejam previamente cadastrados no Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 3º. As subvenções referidas no parágrafo anterior apenas serão feitas mediante a apresentação de projetos específicos e com prazo certo pela entidade interessada, sendo os mesmos submetidos à prévia análise e aprovação do CMDCA, exigindo toda a prestação de contas, conforme legislação vigente.

§ 4º. Em caso de Lei Orçamentária já aprovada, o Município promoverá a abertura de créditos adicionais de forma a satisfazer todas as subvenções sociais referidas no parágrafo anterior, desde que, em todo caso, previamente aprovadas, mediante resolução, pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 12. A Prefeitura Municipal cederá instalações, funcionários e recursos, inclusive do seu serviço de expediente e registro para o funcionamento do CMDCA.

§ 1º. Os atos normativos deliberativos ou decisórios emanados do CMDCA serão formalizados com Resoluções.

§ 2º. O Executivo Municipal fornecerá assessoria técnica na área social, jurídica e psico-pedagógica ao CMDCA, quando solicitado por seu presidente.

Art. 13. O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente regular-se-á por um Regimento Interno, com observância à legislação aplicável, a ser formulado, se necessário, e elaborado no prazo de 60 (sessenta), contados da posse de seus membros.

Parágrafo Único. O Regimento Interno será aprovado por maioria absoluta dos conselheiros, devendo, obrigatoriamente, dispor sobre a determinação de, ao menos, uma reunião bimestral ordinária e, extraordinariamente, sempre que necessário.

SEÇÃO II

DA PERDA DO MANDATO

Art. 14. O conselheiro que, no exercício de titular, faltar a duas reuniões consecutivas ou a quatro alternadas, salvo justificção por escrito aprovada por maioria simples de seus pares, perderá o mandato, vetada a recondução no mesmo período.

§ 1º. Perdendo o mandato um conselheiro representante de órgão ou entidade governamental, o Chefe do Poder Executivo nomeará outro representante do mesmo órgão. Sendo de entidade não-governamental representativa, assumirá o suplente até término do mandato do conselho.

§ 2º. Aplicam-se aos integrantes do CMDCA os mesmos impedimentos previstos nesta Lei para os membros do Conselho Tutelar.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

DO FUNDO MUNICIPAL PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

Art. 15. Fica instituído o FIA - Fundo Municipal da Infância e da Adolescência, o qual é vinculado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente do Municipal - CMDCA, órgão formulador, deliberativo e controlador das ações de implementação da política dos direitos da criança e do adolescente, responsáveis por gerir os fundos, fixar critérios de utilização e o plano de aplicação dos seus recursos, conforme o disposto no § 2º do art. 260 da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 16. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente não possuirá personalidade jurídica própria e deve utilizar o mesmo número base de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) do Órgão ou da Secretaria à qual for vinculado por lei.

§ 1º Para garantir seu status orçamentário, administrativo e contábil diferenciado do Órgão ao qual se encontrar vinculado, o CNPJ do Fundo deverá possuir um número de controle próprio.

§ 2º O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente constituirá unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§ 3º Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá assegurar que estejam contempladas no ciclo orçamentário as demais condições e exigências para alocação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o financiamento ou cofinanciamento dos programas de atendimento, executados por entidades públicas e privadas.

Art. 17. O Poder Executivo designará os servidores públicos que atuarão como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 1º O órgão responsável pela política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ao qual o Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente for vinculado deve ficar responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

§ 2º Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ter um registro próprio, de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa, fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 3º A destinação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 4º As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o

princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

SEÇÃO II

Das atribuições dos Conselhos de Direitos em relação aos Fundos da Criança e do Adolescente

Art. 18. Cabe ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em relação aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo das demais atribuições:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balanços trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicização dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo próprio Conselho, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo; e

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único. Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional,

estrutura física, recursos humanos e financeiros.

SEÇÃO III

Das Fontes de Receitas e Normas para as Contribuições aos Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 19. O Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, terão as seguintes receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento da União, dos Estados e do Município, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre essas esferas de governo, desde que previsto na legislação específica;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes.

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente; e

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Art. 20. Os recursos consignados no orçamento do Município devem compor o orçamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, de forma a garantir a execução dos planos de ação elaborados pelos Conselhos dos Direitos.

Art. 21. A definição quanto à utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deve competir única e exclusivamente ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º Dentre as prioridades do plano de ação aprovado pelo Conselho de Direitos, deve ser facultado ao doador/destinador indicar, aquela ou aquelas de sua preferência para a aplicação dos recursos doados/destinados.

§ 2º As indicações previstas acima poderão ser objeto de termo de compromisso elaborado pelo Conselho dos Direitos para formalização entre o destinador e o Conselho de Direitos.

Art. 22. Deve ser facultado ao Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente cancelar projetos mediante edital específico.

§ 1º Chancela deve ser entendida como a autorização para captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente destinados a projetos aprovados pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 2º A captação de recursos ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, referida no parágrafo anterior, deverá ser realizada pela instituição proponente para o financiamento do respectivo projeto.

§ 3º O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá fixar percentual de retenção dos recursos captados, em cada chancela, de no mínimo 20% ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 4º O tempo de duração entre a aprovação do projeto e a captação dos recursos não deverá ser superior a 2 (dois) anos.

§ 5º Decorrido o tempo estabelecido no parágrafo anterior, havendo interesse da instituição proponente, o projeto poderá ser submetido a um novo processo de chancela.

§ 6º A chancela do projeto não deve obrigar seu financiamento pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, caso não tenha sido captado valor suficiente.

Art. 23. O nome do doador ao Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente só poderá ser divulgado mediante sua autorização expressa, respeitado o que dispõe o Código Tributário Nacional.

SEÇÃO IV

Das Condições de Aplicação dos Recursos do Fundo

Art. 24. A aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo Conselho de Direitos, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente; e

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 25. É vedada a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados pela lei que o instituiu, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo plenário do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único. Além das condições estabelecidas no caput, também é vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento dos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos termos definidos pela legislação pertinente; e

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 26. Nos processos de seleção de projetos nos quais as entidades e os órgãos públicos ou privados representados no Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente figurem como beneficiários dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, os mesmos não devem participar da comissão de avaliação e deverão abster-se do direito de voto.

Art. 27. O financiamento de projetos pelo Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve estar condicionado à previsão orçamentária e à disponibilidade financeira dos recursos.

Art. 28. Desde que amparada em legislação específica e condicionado à existência e ao funcionamento efetivo do Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.069 de 1990, art. 261, parágrafo único, poderá ser admitida a transferência de recursos entre os Fundos dos Direitos da Criança e do Adolescente dos entes federados.

Art. 29. O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

SEÇÃO V

Das Atribuições do Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente

Art. 30. O Gestor do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, nomeado pelo Poder Executivo deve ser responsável pelos seguintes procedimentos, dentre outros inerentes ao cargo:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização; e

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Parágrafo único. Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

SEÇÃO VI

Do Controle e da Fiscalização

Art. 31. Os recursos do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente utilizados para o financiamento, total ou parcial, de projetos desenvolvidos por entidades governamentais ou não governamentais devem estar sujeitos à prestação de contas de gestão aos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao Conselho de Direitos, bem como ao controle externo por parte do Poder Legislativo, do Tribunal de Contas e do Ministério Público.

Parágrafo único. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, diante de indícios de irregularidades, ilegalidades ou improbidades em relação ao Fundo ou suas dotações nas leis orçamentárias, dos quais tenha ciência, deve apresentar representação junto ao Ministério Público para as medidas cabíveis.

Art. 32. O Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente devem utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação dos mesmos;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício; e

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos dos Fundos Nacional, Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 33. Nos materiais de divulgação das ações, projetos e programas que tenham recebido financiamento do Fundo dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser obrigatória a referência ao Conselho e ao Fundo como fonte pública de financiamento.

Art. 34. A celebração de convênios com os recursos do Fundo para a execução de projetos ou a realização de eventos deve se sujeitar às exigências da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e legislação que regulamenta a formalização de convênios no âmbito da União, dos Estados e dos Municípios.

CAPÍTULO IV**SEÇÃO I****DO CONSELHO TUTELAR**

Art. 35. O Conselho Tutelar, órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, é constituído de 05 (cinco) membros, com mandato de 4 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo se escolha.

Parágrafo único: O exercício efetivo da função de conselheiro constituirá serviço público relevante e estabelecerá presunção de idoneidade moral”.

Art. 36. O Conselho Tutelar reunir-se-á diariamente no horário comercial, dispondo no seu Regimento Interno sobre os plantões noturnos, feriados, sábados e domingos.

Parágrafo Único. As atribuições do Conselho Tutelar serão estabelecidas no seu Regimento Interno, observando o que dispõe a Lei Federal n. 8.069/1990 e legislação pertinente.

SEÇÃO II**REQUISITOS E REGISTROS DOS CANDIDATOS**

Art. 37. A candidatura é individual e sem vinculação a partidos políticos, sendo que no processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, é vedado ao candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

§ 1º. O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar ocorrerá a cada 4 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

§ 2º. A posse dos conselheiros tutelares ocorrerá no dia 10 de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 38. Somente poderão concorrer às eleições, os candidatos que preencherem os requisitos do Art. 133, da Lei 8069/1990, e de acordo com a Resolução n. 075/2001, do CONANDA, bem como outras disposições emanadas do CONANDA:

I. Reconhecida idoneidade moral;

II. Idade superior a 21 anos;

III. Residir no Município;

IV. Os candidatos deverão passar por um curso de capacitação, tendo como conteúdo a Lei 8069/1990.

V. O candidato deverá ser detentor de Certificado de Conclusão do Ensino Médio.

Art. 39. Os Conselheiros Tutelares serão eleitos, mediante voto direto e secreto das entidades governamentais e não-governamentais, pré-inscritas, em processo regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA e, pelo voto facultativo, da representação das entidades que compõem o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA, devidamente credenciadas de acordo com edital a ser expedido.

Parágrafo Único. Cada entidade representativa terá direito a 1 (um) voto para a escolha de 5 (cinco) candidatos.

Art. 40. Todo processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar será realizado sob responsabilidade do CMDCA e fiscalizado pelo Ministério Público.

Art. 41. Em atendimento ao disposto nesta Lei, o CMDCA definirá por meio de resolução todo processo de escolha, desde o registro das candidaturas, forma e prazo para impugnação, os atos preparatórios, o ato eleitoral, apuração dos votos, a proclamação dos direitos dos eleitos e a posse dos mesmos.

SEÇÃO III**DOS IMPEDIMENTOS**

Art. 42. São impedidos de servir o mesmo conselho, marido e mulher, ascendente e descendente, sogro (a), genro ou nora, irmãos, cunhados, tios e sobrinhos, madrasta e enteado.

Parágrafo Único. Estende-se o impedimento do conselheiro, na forma deste artigo, em relação à autoridade judiciária e ao representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude, em exercício na Comarca.

SEÇÃO IV**DAS ATRIBUIÇÕES E FUNCIONAMENTO DO CONSELHO**

Art. 43. Compete ao Conselho Tutelar, exercer as atribuições constantes dos artigos 95 e 136, da Lei Federal n. 8069/1990.

Art. 44. O Presidente do Conselho será escolhido pelos seus pares, na primeira sessão cabendo-lhe a Presidência das sessões.

Parágrafo Único. Na falta ou impedimentos do Presidente, assumirá a Presidência, sucessivamente, o Conselheiro com mais tempo de atuação como tal ou o Conselheiro mais Idoso.

Art. 45. As sessões serão instaladas com o mínimo de 3 (três) Conselheiros.

Art. 46. O Conselho atenderá informalmente as partes, mantendo registro das providências adotadas em cada caso e fazendo consignar em ata apenas o essencial.

Parágrafo Único. As decisões serão tomadas por maioria dos votos cabendo ao Presidente o voto de desempate.

Art. 47. O Conselho Tutelar funcionará de segunda à sexta-feira em sua sede, das 8 às 18 h, para o atendimento ao público e execução de suas atividades.

§ 1º. A jornada de trabalho dos membros do Conselho Tutelar será de 8 (oito) horas diárias, num total de 40 (quarenta) horas semanais, com plantão ininterrupto nos termos de seu regimento interno.

§ 2º. O Conselho Tutelar terá dedicação exclusiva, sendo-lhe vedada qualquer outra atividade profissional pública ou privada.

§ 3º. As sessões serão realizadas em dia e horários fixados no Regimento Interno, a ser elaborado e reformulado no prazo de 30 (trinta) dias, contados da posse dos Conselheiros.

Art. 48. O Conselho Tutelar manterá uma secretária geral destinada ao suporte administrativo necessário ao seu bom desempenho, utilizando-se de instalações e funcionários cedidos pela Prefeitura Municipal.

§ 1º. Nas instalações a que se referem o caput desse artigo, serão

desenvolvidas exclusivamente as atividades do Conselho.

§ 2º. O Executivo Municipal fornecerá assessoria técnica nas políticas públicas de atendimento aos Direitos da Criança e do Adolescente e ao Conselho Tutelar, quando solicitado por seus membros.

SEÇÃO V

DA COMPETÊNCIA DE ATUAÇÃO DO CONSELHO TUTELAR

Art. 49. A competência será fixada:

I. pelo domicílio dos pais e responsáveis;

II. pelo lugar onde se encontra a criança ou adolescente, na falta dos pais ou responsáveis.

§ 1º. Nos casos de ato infracional, praticado por crianças e adolescentes, será competente o Conselho Tutelar do lugar da ação ou omissão.

§ 2º. A execução das medidas poderá ser delegada à autoridade competente da residência dos pais ou responsáveis ou do local onde estará sediada a entidade que abrigar a criança ou adolescente.

§ 3º. O Conselho Tutelar deverá ter um veículo próprio, tendo ajuda de policiais no caso de risco pessoal.

SEÇÃO VI

DO EXERCÍCIO DAS FUNÇÕES, DA REMUNERAÇÃO, DIREITOS SOCIAIS E DA PERDA DE MANDATO

Art. 50. O Conselho Tutelar contará com um corpo de assessoramento técnico, pela rede de serviços que executa as políticas públicas no Município.

Art. 51. Constará na Lei Orçamentária Anual deste Município a previsão de recursos necessários ao adequado funcionamento do Conselho Tutelar e remuneração dos Conselheiros Tutelares.

Art. 52. Cada Conselheiro terá a remuneração mensal, devidamente atualizada, de R\$ 831,36 (oitocentos e trinta e um reais e trinta e seis centavos), mais o acréscimo de 35% (trinta e cinco por cento), referente ao atendimento dos plantões e outros casos de emergência que envolvam o atendimento dos Conselheiros Tutelares.

§ 1º. O Conselheiro Tutelar terá os seguintes sociais, conforme previsto pela Lei Federal n. 12.696, de 25 de julho de 2012, não possuindo, contudo, seus membros vínculo empregatício:

I. cobertura previdenciária;

II. gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de 1/3 (um terço) do valor da remuneração mensal;

III. licença maternidade;

IV. licença paternidade;

V. gratificação natalina.

§ 2º. Constará da Lei Orçamentária Municipal previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar e à remuneração e formação continuada dos conselheiros tutelares, podendo realizar-se a suplementação de dotações orçamentárias para atender a tal dispositivo.

Art. 53. O conselheiro tutelar, a qualquer tempo, pode ter seu mandato suspenso ou cassado, quando comprovado descumprimento de suas atribuições, práticas de atos considerados ilícitos ou comprovada conduta incompatível com a confiança e outorga pela Comunidade.

§ 1º. Considera-se como caso de cometimento de falta funcional grave dentre outras que possam ser aditadas pela municipalidade, tendo como parâmetro:

I. usar da função em benefício próprio;

II. romper sigilo em relação aos casos analisados pelo Conselho Tutelar que integre;

III. manter conduta incompatível com o cargo que ocupa ou exceder-se no exercício da função de modo a exercer sua atribuição, abusando da autoridade que lhe foi conferida;

IV. recusar-se a prestar atendimento ou omitir-se a isso quanto ao exercício de suas atribuições quando em expediente de funcionamento do Conselho Tutelar;

V. aplicar medidas de proteção contrariando a decisão colegiada do Conselho Tutelar;

VI. deixar de comparecer no plantão e no horário estabelecido;

VII. exercer outra atividade, incompatível com o exercício do cargo, nos termos da Lei.

VIII. receber, em razão de cargo, honorários, gratificações, custas, emolumentos, diligências.

IX. for condenado pela prática de crime.

§ 2º. A perda de mandato do Conselho Tutelar será decretada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através do processo administrativo disciplinar, mediante provação do Ministério Público ou do próprio Conselho ou de qualquer eleitor, assegurada ampla defesa.

§ 3º. Para instauração do processo administrativo disciplinar será exigido o voto favorável da maioria absoluta dos integrantes do Conselho Municipal da Criança e Adolescente e, para a cassação do mandato, o voto da maioria qualificada de dois terços do colegiado.

Art. 54. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 06 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 06 de maio de 2014.

DIONE HEINZEN
Secretário Municipal da Administração e Fazenda

LEI MUNICIPAL N 1953-2014 - SUPLEMENTAÇÃO

LEI MUNICIPAL Nº 1.953/2014

(De 06 de maio de 2014.

"AUTORIZA A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE GRÃO-PARÁ E ALTERA ANEXOS DAS LEIS Nº 1.934, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (PPA), E Nº 1.935, DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013, (LDO), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito Municipal de Grão-Pará, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER a todos os munícipes que a Câmara Municipal aprovou e Ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º. Ficam modificadas, no Demonstrativo de Compatibilização da Programação dos Orçamentos com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e com o Plano Plurianual, da Lei Municipal nº 1.934, de 26 de novembro de 2013, que estima a Receita e Fixa a Despesa do Município de Grão-Pará, seus Órgãos e Entidades, para o Exercício de 2014, as ações valoradas e especificadas abaixo.

Art. 2º. Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento vigente do Município de Grão-Pará até os valores especificados abaixo:

04.00 - SECRETARIA DE PLAN IND. COM. E DESENVOLVIMENTO URBANO

03.01 - DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

1.023 - IMPLANTAÇÃO DO SISTEMA DE VIDEO MONITORAMENTO

44.3.0.00.00.00.00.00.000- Transferência a Estados e ao Distrito Federal R\$ 20.000,00

Art. 3º. Para cobertura da abertura do crédito especial, definido no artigo segundo desta Lei, reduzir excesso de arrecadação da fonte de recurso 89 alienação de bens destinados a outros programas.

Art. 4º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Grão-Pará/SC, 06 de maio de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Lei nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 06 de maio de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal da Administração e Fazenda

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE**Decreto Df 28/2014 - Orçamento**

DECRETO DF N. 028, DE 07 DE MAIO DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR - EXCESSO DE ARRECADÇÃO, NO ORÇAMENTO DA PREFEITURA DE GRÃO-PARÁ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS"

AMILTON ASCARI, Prefeito de Grão-Pará, no uso de atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica e a autorização contida na Lei Municipal n. 1937, de 11 de dezembro de 2013,

DECRETA

Art. 1º. Fica aberto crédito adicional suplementar no orçamento vigente da Prefeitura de Grão-Pará nos valores abaixo relacionados:

10.00	SECRETARIA DOS TRANSPORTES E OBRAS		
10.01	DEPARTAMENTO DOS TRANSPORTES E OBRAS		
2.019	ABERTURA E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	2.570,60
11.00	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
11.01	ENCARGOS GERAIS DO MUNICIPIO		
0.002	CONTRIBUIÇÕES AO PASEP		
3.3.90.00. 00. 00. 00. 00.00045	Aplicações Diretas	R\$	100,00

Art. 2º. Para cobertura do crédito adicional suplementar definido no artigo primeiro deste Decreto, fica utilizado o Excesso de Arrecadação referente ao seguinte recurso:

CODIGO	DESCRIÇÃO	VALOR	
0045	Outras Transferências Decorrentes de Comp. Financeira pela Exploração de Recursos Naturais	R\$	2.670,60

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Grão-Pará,

07 de Maio de 2014.

AMILTON ASCARI

Prefeito Municipal

Registrado e publicado nesta Secretaria da Administração e Fazenda em 07 de Maio de 2014.

DIONE HEINZEN

Secretário Municipal de Administração e Fazenda

Guaramirim

PREFEITURA

Portaria Nº. 221/2014

PORTARIA Nº 221/2014

NOMEIA membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º. Ficam nomeados como membros para Comissão Organizadora e Avaliadora do Processo Seletivo nº 001/2014, da Prefeitura Municipal de Guaramirim:

Daniela Pereira da Silva;
Francinne Maira Espezim;
Marli Pereira de Andrade.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação.

Guaramirim/SC, 05 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 222/2014

PORTARIA Nº 222/2014

CONCEDE LICENÇA a Carla Simone Borgamann.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 7º da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença para tratamento de saúde de familiar a Carla Simone Borgamann, na função de Técnica de Enfermagem, vinculada a Secretaria de Saúde, a partir de 08 de abril de 2014, pelo período de 30 (trinta) dias.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 08 de abril de 2014.

Guaramirim/SC, 06 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Portaria Nº. 223/2014

PORTARIA Nº 223/2014

CONCEDE LICENÇA SEM VENCIMENTOS a Roberta Barros do Nascimento Tomaselli.

Lauro Fröhlich, Prefeito de Guaramirim, no uso de suas atribuições, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o artigo 12 da Lei Complementar Municipal nº. 018/2007;

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder licença sem vencimentos a Roberta Barros do Nascimento Tomaselli, na função de Fonoaudióloga, vinculada a Secretaria de Educação, a partir de 05 de maio de 2014, pelo período de 2 (dois) anos.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor a partir da sua publicação, com efeitos retroativos a partir de 05 de maio de 2014.

Guaramirim/SC, 06 de maio de 2014.

Lauro Fröhlich
Prefeito

Denilson Weiss
Secretário de Administração e Finanças

Errata

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM

SECRETARIA DE ADMINISTRACAO E FINANÇAS

A Prefeitura Municipal de Guaramirim,(SC), torna público para conhecimento dos interessados a RETIFICAÇÃO ao Edital do Pregão nº. 44/2014 que tem por objeto a Contratação de Empresa fornecedora de maquinários agrícolas por hora trabalhada.

Onde lê-se:

3 - OBJETO

Item 1- Retro escavadeira, 4x4 com ano de fabricação igual ou superior a 2012, com todos os implementos (conchas) necessários para limpeza e abertura de valas de drenagem
Valor Unitário Máximo - R\$ 130,00

Leia-se:

3 - OBJETO

Item 1- Retro escavadeira, 4x4 com ano de fabricação igual ou superior a 2012, com todos os implementos (conchas) necessários para limpeza e abertura de valas de drenagem
Valor Unitário Máximo - R\$ 152,50

Sendo assim, a data de abertura da licitação será no mesmo dia, local e horário disposto no edital de Licitação, mantendo inalteradas as demais cláusulas do Edital.

A alteração constante no Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, ou pelo fone (47) 3373-0247, ou via internet no endereço www.guaramirim.sc.gov.br

GUARAMIRIM (SC), 07/05/2014

LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Extrato do Termo Aditivo Contrato 31/2012

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO CONTRATO 31//2012 - FMS

Processo de Licitação: 019/2012 -FMS
Modalidade: Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia
Tipo: Menor Preço Global.
Objeto da Licitação: Construção da sede própria da Unidade de Saúde estratégia de saúde da família do bairro Avaí com Recursos do Badesc conforme contrato n.º 2011025400.
Contratante: Prefeitura Municipal de Guaramirim (SC), inscrito no CNPJ sob o no 83.102.475/0001-16, com sede na Rua 28 de Agosto, n.º 2.042, Município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.
Contratada: CUBICA CONSTRUÇÕES LTDA-ME, com sede na Rua Rudolpho Carlos Emilio Lange, n.º 75, bairro João Pessoa, no município de Jaraguá do Sul - SC, inscrita no CNPJ sob nº. 07.637.801/0001-01.
Resumo do aditivo: O presente termo aditivo tem por objeto:
a) prorrogar o prazo de vigência do contrato até 01/06/2014;
b) suplementar ao valor do contrato no percentual de 5,05%.

Data da Assinatura: 01/04/2014 Vigência 01/06/2014

GUARAMIRIM (SC), 01/04/2014
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Suspensão da Abertura da Licitação - Edital 28/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE SUSPENSÃO LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 28/2014 - PMG
Tipo: Menor preço Global.

O MUNICÍPIO DE GUARAMIRIM, leva ao conhecimento dos interessados que o Edital de Pregão Presencial nº. 28/2014 que trata do Registro de Preço para contratação de empresa especializada devidamente autorizada pela agência nacional de telecomunicações - ANATEL para prestação dos serviços de telefonia móvel pessoal - SMP em sistema pós-pago e fornecimento de 90 (noventa) acessos móveis com aparelhos móveis em comodato, teve data de entrega e abertura de envelopes suspensa.

MOTIVO: análise de impugnação e reavaliação do objeto.
Informa, outrossim, que será realizada nova publicação do presente Aviso, a partir da qual iniciarão os trâmites relativos ao referido certame.

Esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 17:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 07/05/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso de Licitação - Edital N. 22/2014 - PMG

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ADMINISTRACAO/SETOR DE COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - 22/2014
Tipo : Menor Preço - por itens
Objeto : AQUISIÇÃO DE TAMPAS PARA TÚMULOS.
Entrega dos Envelopes: 23/05/2014 às 14:00h
Abertura dos Envelopes: 23/05/2014 às 14:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 07/05/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Aviso Licitação 16/2014

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARAMIRIM
SECRETARIA DE ESPORTES
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: Pregão - Registro de Preço 16/2014
Tipo : Menor Preço - por Lote
Objeto : AQUISIÇÃO DE TROFÉUS E MEDALHAS PARA A PREMIAÇÃO DOS EVENTOS CONFORME O CALENDARIO ESPORTIVO.
Entrega dos Envelopes: 22/05/2014 às 09:00h
Abertura dos Envelopes: 22/05/2014 às 09:00h

O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horário: Rua 28 de Agosto, 2042, nos dias úteis de segunda à sexta feira, das 08:00h às 12:00h e das 13:00h às 16:00h, pelo site www.guaramirim.sc.gov.br ou pelo fone (47) 3373-0247

GUARAMIRIM (SC), 07/05/2014.
LAURO FROHLICH
PREFEITO MUNICIPAL

Guarujá do Sul

PREFEITURA

Aviso de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

Município de Guarujá do Sul

AVISO DE LICITAÇÃO

Processo Licitatório nº. 29/2014 - Pregão Presencial Nº. 17/2014

Objeto: Contratação de serviços de máquina para confecção de silagem para atender aos agricultores do município através da Secretaria Municipal de Agricultura.

Fundamentação: Lei Federal 8.666/93 e Lei 10.520/02 e Legislações complementares.

Habilitação e Propostas: 21/05/2014 (Credenciamento - 08:15 / Abertura - 08:30)

Local: Departamento de Compras - Prefeitura Municipal.

Edital e seus anexos estarão a disposição aos interessados, no horário da 07:30 as 11:30 e das 13:00 as 17:00, de segunda a sexta-feira, na Prefeitura Municipal ou informações pelo fone 49 36420122.

Guarujá do Sul, SC, 07 de maio de 2014.

Jose Carlos Foiatto,

Prefeito Municipal.

RREO 2 Bim

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	12.520.404,00	2.161.342,78	17,26	4.804.589,88	38,37
RECEITAS CORRENTES	12.420.404,00	12.420.404,00	2.108.859,69	16,98	4.459.606,79	35,91
RECEITA TRIBUTÁRIA	743.500,00	743.500,00	160.806,48	21,60	310.292,11	41,73
IMPOSTOS	686.500,00	686.500,00	155.440,44	22,64	295.683,04	43,07
TAXAS	57.000,00	57.000,00	5.166,04	9,06	14.609,07	25,63
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	145.000,00	145.000,00	25.392,77	17,51	49.508,99	34,14
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	145.000,00	145.000,00	25.392,77	17,51	49.508,99	34,14
RECEITA PATRIMONIAL	47.800,00	47.800,00	15.995,27	33,46	29.125,82	60,93
RECEITAS IMOBILIÁRIAS	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	32.800,00	32.800,00	15.995,27	48,77	29.125,82	88,80
RECEITA DE SERVIÇOS	200.000,00	200.000,00	41.890,26	20,95	87.384,38	43,69
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	11.165.404,00	11.165.404,00	1.853.938,66	16,60	3.949.226,17	35,37
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	11.069.404,00	11.069.404,00	1.839.359,66	16,62	3.933.291,98	35,53
Transf. de Conv.	96.000,00	96.000,00	14.579,00	15,19	15.934,19	16,60
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	118.700,00	118.700,00	11.036,25	9,30	34.069,32	28,70
Multas e Juros de Mora	44.700,00	44.700,00	4.107,18	9,19	7.070,07	15,82
INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	5.500,00	5.500,00	0,00	0,00	73,38	1,33
RECEITA DA DIVIDA ATIVA	48.500,00	48.500,00	6.929,07	14,29	13.145,21	27,10
RECEITAS DIVERSAS	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	13.780,66	68,90
RECEITAS DE CAPITAL	100.000,00	100.000,00	52.483,09	52,48	344.983,09	344,98
ALIENAÇÃO DE BENS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	100.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0,00	0,00	52.483,09	0,00	344.983,09	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	0,00	0,00	52.483,09	0,00	344.983,09	0,00
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	12.520.404,00	12.520.404,00	2.161.342,78	17,26	4.804.589,88	38,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	12.520.404,00	12.520.404,00	2.161.342,78	4.804.589,88	38,37	7.715.814,12
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	12.520.404,00	12.520.404,00	2.161.342,78	4.804.589,88	38,37	7.715.814,12
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	300.340,17	—	113.774,40	—	—
Superávit Financeiro	—	300.340,17	—	113.774,40	—	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	0,00	—	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	12.520.404,00	877.760,17	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	9.821.436,74
DESPESAS CORRENTES	10.973.404,00	561.632,16	11.535.036,16	2.199.253,22	6.047.304,40	2.110.346,48	3.431.372,51	8.103.663,65
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	5.337.350,00	6.601,82	5.343.951,82	988.330,90	1.916.842,31	1.001.689,99	1.873.600,07	3.470.351,75
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	65.000,00	0,00	65.000,00	0,00	65.000,00	12.998,47	27.681,42	37.318,58
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	5.571.054,00	555.030,34	6.126.084,34	1.210.922,32	4.065.462,09	1.095.658,02	1.530.091,02	4.595.993,32
DESPESAS DE CAPITAL	1.537.000,00	316.128,01	1.853.128,01	178.087,10	458.001,10	97.429,96	145.354,92	1.707.773,09
INVESTIMENTOS	1.276.000,00	316.128,01	1.592.128,01	178.087,10	197.001,10	49.654,00	49.803,00	1.542.325,01
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	261.000,00	0,00	261.000,00	0,00	261.000,00	47.775,96	95.551,92	165.448,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	0,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	12.520.404,00	877.760,17	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	9.821.436,74
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Divida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	12.520.404,00	877.760,17	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	26,70
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	1.227.862,45	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	12.520.404,00	877.760,17	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	4.804.589,88	26,70
								9.821.436,74

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	100.000,00	0,00	100.000,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100.000,00	0,00	100.000,00

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	21.852,51	0,00	21.852,51

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	756.700,00	756.700,00	306.918,29	40,56
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	241.500,00	241.500,00	377,19	0,16
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	49.605,93	41,34
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	210.000,00	210.000,00	196.340,45	93,50
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	49.359,47	42,92
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	3.200,00	3.200,00	30,12	0,94
Dívida Ativa dos Impostos	33.500,00	33.500,00	6.608,70	19,73
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	33.500,00	33.500,00	4.596,43	13,72
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	10.385.000,00	10.385.000,00	3.444.270,67	33,17
Desoneração ICMS (LC 87/96)	6.420.000,00	6.420.000,00	2.036.863,65	31,73
Cota-Parte FPM	3.000,00	3.000,00	35,94	1,20
Cota-Parte ITR	400.000,00	400.000,00	109.758,77	27,44
Cota-Parte IPVA	3.500.000,00	3.500.000,00	1.274.865,85	36,42
Cota-Parte ICMS	45.000,00	45.000,00	18.617,92	41,37
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	17.000,00	17.000,00	4.128,54	24,29
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	11.141.700,00	11.141.700,00	3.751.188,96	33,67

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	2.293.100,00	2.424.972,56	1.399.509,28	57,71	852.036,63	35,14
Pessoal e Encargos Sociais	1.121.000,00	1.161.000,00	483.767,62	41,67	473.767,62	40,81
Outras Despesas Correntes	1.172.100,00	1.263.972,56	915.741,66	72,45	378.269,01	29,93
DESPESAS DE CAPITAL	187.500,00	249.740,00	115.818,10	46,38	42.840,00	17,15
Investimentos	187.500,00	249.740,00	115.818,10	46,38	42.840,00	17,15

Continua 1/4

Continuação 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		187.500,00	249.740,00	115.818,10	46,38	42.840,00	17,15
Investimentos		187.500,00	249.740,00	115.818,10	46,38	42.840,00	17,15
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		2.480.600,00	2.674.712,56	1.515.327,38	56,65	894.876,63	33,46
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (h)	% (h/IV)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/IVg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVER		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		742.100,00	882.692,56	344.609,92	22,74	226.807,87	25,35
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		727.100,00	867.692,56	335.690,49	22,15	224.682,67	25,11
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		15.000,00	15.000,00	8.919,43	0,59	2.125,20	0,24
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS³		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		742.100,00	882.692,56	344.609,92	22,74	226.807,87	25,35
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV - V)		1.738.500,00	1.792.020,00	1.170.717,46	33,91	668.068,76	8,11
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VII / IIIB x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VII - (15 x IIIB)/100⁶]							
105.390,42							

Continua 2/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA					
Inscritos em 2013		INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR
		0,00	2.370,00	2.631,87	-2.631,87
TOTAL		0,00	2.370,00	2.631,87	0,00
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º					
		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		2.370,00	0,00		2.370,00
TOTAL (VIII)		2.370,00	0,00		2.370,00
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTÍCULOS 25 E 26					
		LIMITE NÃO CUMPRIDO			
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)		SALDO FINAL(NÃO APLICADO)
		-	-		-
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)					
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	
				Até Bimestre (l)	% (/Total l)*100
				% (/Total l)*100	(m/Total m)*100
Atenção Básica		2.312.600,00	2.466.372,56	1.483.226,70	877.521,39
Vigilância Sanitária		40.000,00	40.340,00	14.697,99	7.903,76
Vigilância Epidemiológica		16.500,00	16.500,00	11.204,10	3.252,89
Alimentação e Nutrição		1.500,00	41.500,00	6.198,59	6.198,59
Outras Subfunções		110.000,00	110.000,00	0,00	0,00
TOTAL		2.480.600,00	2.674.712,56	1.515.327,38	894.876,63
				100,00	100,00

FONTE:

1 Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
2 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
3 O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "h+i"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
4 Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
5 Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23, da L.C. 141/2012

Continua 3/4

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

6 No último bimestre, será utilizada a fórmula $V(h+i) - (15 \times IIIb)/100$

GUARUJA DO SUL, 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	12.520.404,00	
Previsão Atualizada		—	12.520.404,00	
Receitas Realizadas		2.161.342,78	4.804.589,88	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	113.774,40	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	12.520.404,00	
Créditos Adicionais		—	877.760,17	
Dotação Atualizada		—	13.398.164,17	
Despesas Empenhadas		2.377.340,32	6.505.305,50	
Despesas Liquidadas		2.207.776,44	3.576.727,43	
Superavit Orçamentário		—	1.227.862,45	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		2.377.340,32	6.505.305,50	
Despesas Liquidadas		2.207.776,44	3.576.727,43	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			12.950.310,84	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	-540.760,34	0,00
Resultado Primário		0,00	1.321.969,97	0,00
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	84.505,54	1.058,40	83.447,14	0,00
EXECUTIVO	84.505,54	1.058,40	83.447,14	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.059.189,37	8.075,60	711.240,68	339.873,09
EXECUTIVO	1.059.189,37	8.075,60	711.240,68	339.873,09
TOTAL:	1.143.694,91	9.134,00	794.687,82	339.873,09
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		964.986,84	25%	25,72
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		462.407,82	60%	76,91
Liquidadas		877.379,51		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL		Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado	
Receitas de Operações de Crédito		0,00		
Despesa de Capital Líquida		145.354,92	1.707.773,09	

Continua 1/2

Município de GUARUJA DO SUL - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores				
Receitas Previdenciárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS			Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos			0,00	100.000,00
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos			0,00	0,00
DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	Valor apurado até o Bimestre		Limite Constitucional Anual	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde	668.068,76		15,00	17,81
Liquidadas	668.068,76			
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados	0,00			
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP		Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)		0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")								R\$ 1,00	
FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)	
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)		% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	100,00	26,70	9.821.436,74
Legislativa	510.000,00	510.000,00	89.561,09	169.788,68	85.812,34	162.141,63	4,53	31,79	347.858,37
Ação Legislativa	510.000,00	510.000,00	89.561,09	169.788,68	85.812,34	162.141,63	4,53	31,79	347.858,37
Administração	1.263.250,00	1.205.552,48	254.728,22	789.418,53	221.740,96	410.258,80	11,47	34,03	795.293,68
Administração Geral	955.750,00	898.052,48	189.867,59	588.610,37	142.873,20	263.986,73	7,38	29,40	634.065,75
Administração Financeira	260.000,00	260.000,00	56.323,75	179.137,12	70.064,78	127.733,93	3,57	49,13	132.266,07
Controle Interno	47.500,00	47.500,00	8.536,88	21.671,04	8.802,98	18.538,14	0,52	39,03	28.961,86
Segurança Pública	73.100,00	159.422,50	3.768,89	5.892,10	3.967,67	4.542,20	0,13	2,85	154.880,30
Policimento	63.100,00	149.422,50	3.533,89	5.657,10	3.883,07	4.457,60	0,12	2,98	144.964,90
Defesa Civil	10.000,00	10.000,00	235,00	235,00	84,60	84,60	0,00	0,85	9.915,40
Assistência Social	686.000,00	754.957,61	230.549,07	404.748,35	148.260,78	204.853,43	5,73	27,13	550.104,18
Assistência ao Idoso	135.000,00	135.000,00	38.932,06	53.389,22	15.883,53	22.694,95	0,63	16,81	112.305,05
Assistência ao Portador de Deficiência	35.000,00	35.000,00	0,00	35.000,00	6.363,64	9.545,46	0,27	27,27	25.454,54
Assistência à Criança e ao Adolescente	57.000,00	57.000,00	858,64	4.159,46	944,87	3.148,37	0,09	5,52	53.851,63
Assistência Comunitária	459.000,00	527.957,61	190.758,37	312.199,67	125.068,74	169.464,65	4,74	32,10	358.492,96
Saúde	2.370.600,00	2.564.712,56	804.255,96	1.515.327,38	583.659,73	894.876,63	25,02	34,89	1.669.835,93
Atenção Básica	2.312.600,00	2.466.372,56	793.966,53	1.483.226,70	571.104,54	877.521,39	24,53	35,58	1.588.851,17
Vigilância Sanitária	40.000,00	40.340,00	3.691,59	14.697,99	4.803,47	7.903,76	0,22	19,59	32.436,24
Vigilância Epidemiológica	16.500,00	16.500,00	1.595,55	11.204,10	2.678,82	3.252,89	0,09	19,71	13.247,11
Alimentação e Nutrição	1.500,00	41.500,00	5.002,29	6.198,59	5.072,90	6.198,59	0,17	14,94	35.301,41
Educação	4.089.750,00	4.082.675,10	560.621,15	1.543.524,68	610.543,24	912.880,01	25,52	22,36	3.169.795,09
Administração Geral	191.500,00	141.500,00	35.477,22	68.670,83	36.062,11	56.290,72	1,57	39,78	85.209,28
Alimentação e Nutrição	98.200,00	109.178,78	2.700,20	18.476,00	12.253,08	12.340,68	0,35	11,30	96.838,10
Ensino Fundamental	3.150.500,00	3.232.446,32	491.779,48	1.343.844,61	518.173,32	791.404,25	22,13	24,48	2.441.042,07
Educação Infantil	639.550,00	589.550,00	30.664,25	112.533,24	44.054,73	52.844,36	1,48	8,96	536.705,64
Educação de Jovens e Adultos	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Cultura	36.000,00	41.684,00	31.684,00	31.684,00	3.900,00	3.900,00	0,11	9,36	37.784,00
Difusão Cultural	36.000,00	41.684,00	31.684,00	31.684,00	3.900,00	3.900,00	0,11	9,36	37.784,00
Urbanismo	533.000,00	803.850,00	76.352,39	290.814,04	56.358,48	99.761,19	2,79	12,41	704.088,81
Infra-Estrutura Urbana	150.000,00	365.850,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	365.850,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Urbanismo	12.520.404,00	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	100,00	26,70
Serviços Urbanos	533.000,00	803.850,00	76.352,39	290.814,04	56.358,48	99.761,19	2,79	12,41
Habituação	383.000,00	438.000,00	76.352,39	290.814,04	56.358,48	99.761,19	2,79	22,78
Habituação Urbana	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento	80.000,00	80.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Rural	125.000,00	129.980,00	0,00	16.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	19.980,00	0,00	16.141,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Agricultura	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Extensão Rural	811.000,00	1.027.125,92	125.241,39	549.075,66	115.463,13	292.504,67	8,18	28,48
Promoção da Produção Agropecuária	801.000,00	1.017.125,92	125.241,39	548.955,66	115.463,13	292.384,67	8,17	28,75
Indústria	10.000,00	10.000,00	0,00	120,00	0,00	120,00	0,00	1,20
Promoção Industrial	151.000,00	201.000,00	3.787,77	12.087,77	8.709,76	8.842,35	0,25	4,40
Comunicações	151.000,00	201.000,00	3.787,77	12.087,77	8.709,76	8.842,35	0,25	4,40
Telecomunicações	75.000,00	109.000,00	4.160,00	35.890,00	4.731,27	5.319,10	0,15	4,88
Transporte	75.000,00	109.000,00	4.160,00	35.890,00	4.731,27	5.319,10	0,15	4,88
Transporte Rodoviário	978.204,00	1.038.204,00	131.103,89	635.918,97	275.473,86	400.890,50	11,21	38,61
Desporto e Lazer	978.204,00	1.038.204,00	131.103,89	635.918,97	275.473,86	400.890,50	11,21	38,61
Desporto Comunitário	267.500,00	217.500,00	61.526,50	77.494,34	7.473,21	9.932,98	0,28	4,57
Lazer	247.500,00	217.500,00	61.526,50	77.494,34	7.473,21	9.932,98	0,28	4,57
Encargos Especiais	20.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviço da Dívida Interna	461.000,00	462.500,00	0,00	427.500,00	81.682,01	166.023,94	4,64	35,90
Outros Encargos Especiais	326.000,00	326.000,00	0,00	326.000,00	60.774,43	123.233,34	3,45	37,80
	135.000,00	136.500,00	0,00	101.500,00	20.907,58	42.790,60	1,20	31,35

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	12.520.404,00	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	100,00	26,70
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	10.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	12.520.404,00	13.398.164,17	2.377.340,32	6.505.305,50	2.207.776,44	3.576.727,43	100,00	26,70

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO DEISI CEMIN FRANCO
Prefeito Municipal Contador CRC 028174/O-0

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

RREO – ANEXO 3 (LRF, Art. 53, inciso I)		EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												R\$ 1,00	
ESPECIFICAÇÃO		Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2014
RECEITAS CORRENTES (I)	RECEITA TRIBUTÁRIA	1.194.724,30	1.100.076,08	1.080.325,35	1.170.801,53	1.237.736,52	1.115.727,71	1.236.846,72	1.576.205,74	1.386.049,17	1.351.430,17	1.121.986,26	1.288.994,50	14.863.709,05	14.497.200,00
	IPTU.	43.721,44	60.719,82	157.836,07	126.695,99	95.839,41	72.592,15	90.677,83	151.107,75	108.590,31	41.095,32	66.268,14	94.338,34	1.109.482,57	745.500,00
	IR.RF.	0,00	0,00	83.751,83	54.452,45	20.780,27	18.671,72	14.252,80	13.409,54	377,19	0,00	0,00	0,00	205.675,80	241.500,00
	I.S.S.	10.012,20	18.809,53	10.936,75	10.773,23	11.096,67	11.094,26	3.304,88	28.167,79	13.366,72	11.841,62	11.984,23	12.146,90	153.554,78	115.000,00
	ITBI.	15.053,75	22.439,99	26.562,06	42.801,04	18.236,36	26.814,62	39.239,34	67.566,34	81.336,91	23.842,56	34.616,70	56.544,28	455.053,95	210.000,00
	Outras Receitas Tributárias	15.445,58	16.503,96	5.226,00	19.138,68	10.230,97	4.770,00	16.524,07	10.173,73	5.817,60	3.640,00	17.009,29	23.139,04	147.618,92	120.000,00
	RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	3.209,91	2.866,34	31.379,43	24.065,27	10.930,46	11.241,55	17.356,74	31.790,35	7.671,89	1.771,14	2.857,92	2.508,12	147.579,12	57.000,00
	RECEITA PATRIMONIAL	12.262,37	10.951,83	10.091,89	10.974,58	11.656,30	11.162,75	11.940,30	11.458,72	12.374,30	11.741,92	12.652,18	12.740,59	139.887,73	145.000,00
	RECEITA AGROPECUÁRIA	5.157,24	4.405,01	4.726,70	5.803,01	4.888,01	6.108,82	6.455,26	5.528,73	6.096,35	7.031,20	7.708,49	8.286,78	72.198,60	47.800,00
	RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	15.637,45	17.151,59	25.690,97	29.642,89	27.144,94	19.866,47	18.044,77	12.882,17	22.699,66	22.834,46	17.414,01	24.476,25	253.445,63	200.000,00
DEDUÇÕES (II)	Cota-Parte do FPM	1.112.934,67	990.597,13	873.905,43	985.529,03	1.093.697,30	1.014.372,99	1.102.069,55	1.394.802,14	1.218.109,21	1.263.910,54	1.010.980,22	1.145.079,51	13.205.987,72	13.242.200,00
	Cota-Parte do I.C.M.S.	546.596,47	457.664,94	325.915,82	426.129,77	352.676,29	352.683,71	480.576,68	505.993,66	594.831,36	635.192,90	376.793,29	430.046,10	5.497.072,19	6.420.000,00
	Cota-Parte do IPVA.	288.697,57	270.408,95	266.423,99	281.435,49	299.021,14	290.719,92	323.492,69	322.410,20	331.261,05	314.773,15	317.885,99	311.145,66	3.619.465,80	3.500.000,00
	Cota-Parte do ITR.	30.648,96	35.760,58	45.029,90	45.492,91	40.495,95	39.266,99	21.080,27	9.835,85	21.146,63	24.089,09	28.900,90	35.622,15	377.370,18	400.000,00
	Outras Transferências Correntes	21,03	0,00	0,00	562,16	562,16	1.831,64	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	35,34	2.473,92	3.000,00
	Transferências da LC 61/1989	97.206,46	92.440,76	104.454,54	92.108,77	260.028,46	192.498,84	112.526,48	402.590,43	106.415,91	129.823,41	140.908,54	218.702,10	1.949.794,70	1.357.200,00
	Transferências da LC 87/1996	4.200,44	4.374,89	4.309,37	4.511,06	4.194,35	4.483,79	4.973,70	5.315,81	5.207,81	4.409,07	4.308,24	4.692,80	55.081,33	45.000,00
	Transferências do FUNDEB	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.321,43	1.376,18	1.376,18	0,00	1.376,18	14.699,98	17.000,00
	OUTRAS RECEITAS CORRENTES	142.282,31	128.625,58	124.450,38	134.316,45	135.395,52	131.566,67	148.099,10	147.334,76	157.870,27	154.246,74	142.382,66	143.459,18	1.690.029,62	1.500.000,00
	DEDUÇÕES (II)	174.688,95	153.905,92	128.999,84	151.008,26	139.654,46	138.061,23	168.286,62	168.137,62	190.764,39	195.967,85	145.537,65	156.583,42	1.913.398,21	2.076.796,00
	Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	174.688,95	153.905,92	128.999,84	151.008,26	139.654,46	138.061,23	168.286,62	168.137,62	190.764,39	195.967,85	145.537,65	156.583,42	1.913.398,21	2.076.796,00
	RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I – II)	1.020.035,35	946.170,16	951.325,51	1.018.793,27	1.098.084,06	977.666,48	1.068.561,10	1.410.068,12	1.195.284,78	1.155.462,32	976.448,61	1.132.411,08	12.950.310,84	12.420.404,00
FONTE:															
GUARUJÁ DO SUL - 07/05/2014															

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)					R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/3

Continuação 3/3

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atual	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
ADMINISTRAÇÃO	-	-	-	-
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	1.082.475,95	1.738.833,06	1.623.236,29
Disponibilidade de Caixa Bruta	1.166.455,69	1.808.723,23	1.704.683,22
Demais Haveres Financeiros	525,80	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	84.505,54	69.890,17	81.446,93
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-1.082.475,95	-1.738.833,06	-1.623.236,29
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-1.082.475,95	-1.738.833,06	-1.623.236,29

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	115.596,77	-540.760,34

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.387.604,00	2.092.864,42	4.430.480,97	3.557.818,61
Receita Tributária	743.500,00	160.606,48	310.292,11	138.389,81
I.P.T.U.	241.500,00	0,00	377,19	0,00
I.S.S.	210.000,00	91.160,98	196.340,45	65.936,82
I.T.B.I.	120.000,00	40.148,33	49.605,93	32.512,56
I.R.R.F.	115.000,00	24.131,13	49.359,47	30.966,74
Outras Receitas Tributárias	57.000,00	5.166,04	14.609,07	8.973,69
Receita de Contribuição	145.000,00	25.392,77	49.508,99	48.249,70
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	145.000,00	25.392,77	49.508,99	48.249,70
Receita Patrimonial Líquida	15.000,00	0,00	0,00	515,00
Receita Patrimonial	47.800,00	15.995,27	29.125,82	16.660,36
(-) Aplicações Financeiras	32.800,00	15.995,27	29.125,82	16.145,36
Transferências Correntes	11.165.404,00	1.853.938,66	3.949.226,17	3.290.052,76
F.P.M.	5.136.000,00	645.471,56	1.629.491,04	1.451.689,92
I.C.M.S.	2.800.000,00	503.065,48	1.019.893,02	856.940,88
Convênios	96.000,00	14.579,00	15.934,19	18.191,55
Outras Transferências Correntes	3.133.404,00	690.822,62	1.283.907,92	963.230,41
Demais Receitas Correntes	318.700,00	52.926,51	121.453,70	80.611,34
Dívida Ativa	48.500,00	6.929,07	13.145,21	15.110,35
Diversas Receitas Correntes	270.200,00	45.997,44	108.308,49	65.500,99
RECEITAS DE CAPITAL (II)	100.000,00	52.483,09	344.983,09	263.300,58
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	129.006,84
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	100.000,00	0,00	0,00	11.368,74
Transferências de Capital	0,00	52.483,09	344.983,09	122.925,00
Convênios	0,00	52.483,09	344.983,09	122.925,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	0,00	52.483,09	344.983,09	122.925,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	12.387.604,00	2.145.347,51	4.775.464,06	3.680.743,61

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.535.036,16	2.110.346,48	3.431.372,51	3.030.464,95
Pessoal e Encargos Sociais	5.343.951,82	1.001.689,99	1.873.600,07	1.684.911,37
Juros e Encargos da Dívida (IX)	65.000,00	12.998,47	27.681,42	38.735,54
Outras Despesas Correntes	6.126.084,34	1.095.658,02	1.530.091,02	1.306.818,04
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.470.036,16	2.097.348,01	3.403.691,09	2.991.729,41
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.853.128,01	97.429,96	145.354,92	192.272,14
Investimentos	1.592.128,01	49.654,00	49.803,00	192.272,14
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	261.000,00	47.775,96	95.551,92	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	1.592.128,01	49.654,00	49.803,00	192.272,14

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	10.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	13.072.164,17	2.147.002,01	3.453.494,09	3.184.001,55
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-684.560,17	-1.654,50	1.321.969,97	496.742,06
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	113.774,40	0,00
Superávit Financeiro	-	-	113.774,40	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				0,00

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Município de GUARUJÁ DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 7 (LRF, art. 53, inciso V)

R\$ 1,00

PODER/ÓRGÃO	RP PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS					RP NÃO PROCESSADOS					
	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Pagos	Cancelados	Saldo	Em Exercícios Anteriores	Inscritos Em 31 de Dezembro de 2013	Liquidados	Pagos	Cancelados	Saldo
RESTOS A PAGAR (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (I) EXECUTIVO	-	84.505,54	83.447,14	1.058,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	711.240,68	711.240,68	8.075,60	339.873,09
ADMINISTRAÇÃO DIRETA	0,00	84.505,54	83.447,14	1.058,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	711.240,68	711.240,68	8.075,60	339.873,09
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - EMF	0,00	5.419,31	5.419,31	0,00	0,00	0,00	945,00	945,00	945,00	0,00	0,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - F.M.S.	0,00	17.452,13	17.452,13	0,00	0,00	0,00	5.001,87	2.631,87	2.631,87	2.370,00	0,00
GABINETE DO PREFEITO	0,00	5.136,84	5.136,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GABINETE DO VICE PREFEITO	0,00	753,12	753,12	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE	0,00	5.741,85	4.683,45	1.058,40	0,00	0,00	458.500,00	458.500,00	458.500,00	0,00	0,00
SECRETARIA DA INDÚSTRIA E COMÉRCIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	133.678,14	0,00	0,00	0,00	133.678,14
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FAZENDA	0,00	5.617,43	5.617,43	0,00	0,00	0,00	2.561,21	2.069,50	2.069,50	491,71	0,00
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES	0,00	37.991,75	37.991,75	0,00	0,00	0,00	55.701,99	51.250,58	51.250,58	4.451,41	-0,00
SECRETARIA DE TRANSPORTES E OBRAS	0,00	6.393,11	6.393,11	0,00	0,00	19.723,77	383.077,39	195.843,73	195.843,73	762,48	206.194,95
RESTOS A PAGAR (INTRA-ORÇAMENTÁRIOS) (II)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL (III) = (I + II):	0,00	84.505,54	83.447,14	1.058,40	0,00	19.723,77	1.039.465,60	711.240,68	711.240,68	8.075,60	339.873,09

FONTE:

GUARUJÁ DO SUL - 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	756.700,00	756.700,00	161.658,37	306.918,29	40,56
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	304.500,00	304.500,00	5.615,67	10.914,12	3,58
1.1.1- IPTU	241.500,00	241.500,00	0,00	377,19	0,16
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	3.000,00	3.000,00	0,00	29,50	0,98
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	3.330,05	6.263,41	20,88
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	30.000,00	30.000,00	2.285,62	4.244,02	14,15
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	120.000,00	120.000,00	40.148,33	49.605,93	41,34
1.2.1- ITBI	120.000,00	120.000,00	40.148,33	49.605,93	41,34
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	217.200,00	217.200,00	91.763,24	197.038,77	90,72
1.3.1- ISS	210.000,00	210.000,00	91.160,98	196.340,45	93,50
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	200,00	200,00	0,00	0,62	0,31
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	268,31	345,29	9,87
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	3.500,00	3.500,00	333,95	352,41	10,07
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	115.000,00	115.000,00	24.131,13	49.359,47	42,92
1.4.1- IRRF	115.000,00	115.000,00	24.131,13	49.359,47	42,92
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	10.385.000,00	10.385.000,00	1.510.607,25	3.444.270,67	33,17
2.1- Cota-Parte FPM	6.420.000,00	6.420.000,00	806.839,39	2.036.863,65	31,73
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	6.420.000,00	6.420.000,00	806.839,39	2.036.863,65	31,73
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	—	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	3.500.000,00	3.500.000,00	628.831,65	1.274.865,85	36,42
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº87/1996	17.000,00	17.000,00	1.376,18	4.128,54	24,29
2.4- Cota-Parte IPI-Exportação	45.000,00	45.000,00	9.001,04	18.617,92	41,37
2.5- Cota-Parte ITR	3.000,00	3.000,00	35,94	35,94	1,20
2.6- Cota-Parte IPVA	400.000,00	400.000,00	64.523,05	109.758,77	27,44
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	—	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	11.141.700,00	11.141.700,00	1.672.265,62	3.751.188,96	33,67
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	160.000,00	160.000,00	38.753,30	65.985,43	41,24
5.1- Transferências do Salário-Educação	160.000,00	160.000,00	38.753,30	65.985,43	41,24
5.2- Transferências Diretas - PDDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - PNAE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.4- Transferências Diretas - PNATE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.5- Outras Transferências do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	—	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	—	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	122.000,00	122.000,00	130.090,04	135.636,73	111,18
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	282.000,00	282.000,00	168.843,34	201.622,16	71,50
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	2.076.796,00	2.076.796,00	302.121,07	688.853,31	33,17
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.284.000,00	1.284.000,00	161.367,83	407.372,61	31,73
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	700.000,00	700.000,00	125.766,17	254.972,83	36,42
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	3.196,00	3.196,00	275,23	825,69	25,84
10.4- Cota-Parte IPI-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	9.000,00	9.000,00	1.800,20	3.723,57	41,37
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	600,00	600,00	7,18	7,18	1,20
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	80.000,00	80.000,00	12.904,46	21.951,43	27,44
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	1.504.000,00	1.504.000,00	287.801,23	601.245,98	39,98
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	1.500.000,00	1.500.000,00	285.841,84	597.958,85	39,86
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	—	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	4.000,00	4.000,00	1.959,39	3.287,13	82,18
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	-576.796,00	-576.796,00	-16.279,23	-90.894,46	15,76
DECRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	901.500,00	928.446,32	273.475,29	462.407,82	49,80
13.1- Com Educação Infantil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
13.2- Com Ensino Fundamental	901.500,00	928.446,32	273.475,29	462.407,82	49,80
14- OUTRAS DESPESAS	602.500,00	602.500,00	22.181,35	35.223,64	5,85
14.1- Com Educação Infantil	20.000,00	20.000,00	0,00	0,00	0,00
14.2- Com Ensino Fundamental	582.500,00	582.500,00	22.181,35	35.223,64	6,05
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	1.504.000,00	1.530.946,32	295.656,64	497.631,46	32,50
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					26.946,32
17.1 - FUNDEB 60%					26.946,32
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					26.946,32
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					470.685,14
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério' (13 - (16.1 + 17.1)) / ((11) x 100) %					76,91
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / ((11) x 100) %					5,86
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					17,23
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					26.946,32
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014 *					26.946,32
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3º)	2.785.425,00	2.785.425,00	418.066,41	937.797,24	33,67
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	639.550,00	589.550,00	44.054,73	52.844,36	8,96
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.107.500,00	3.054.446,32	538.867,61	824.535,15	26,99
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	1.484.000,00	1.510.946,32	295.656,64	497.631,46	32,94
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.623.500,00	1.543.500,00	243.210,97	326.903,69	21,18
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	3.747.050,00	3.643.996,32	582.922,34	877.379,51	24,08
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					-90.894,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					3.287,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO*					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					-87.607,33
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) – (37))					964.986,84
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					25,72
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	161.200,00	161.200,00	15.367,82	23.159,82	14,37
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	0,00	55.000,00	0,00	0,00	0,00
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	161.200,00	216.200,00	15.367,82	23.159,82	10,71
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	3.908.250,00	3.860.196,32	598.290,16	900.539,33	23,33

MUNICÍPIO DE GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL
Entidade: PREFEITURA MUNICIPAL DE GUARUJA DO SUL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR
	FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013	55.604,76	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	597.958,85	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE	482.638,63	0,00
49.1 Orçamento do Exercício	466.455,83	0,00
49.2 Restos a Pagar	16.182,80	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE	3.287,13	0,00
51- (=) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL	174.212,11	0,00

GUARUJA DO SUL, 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO DEISI CEMIN FRANCO
Prefeito Municipal Contador CRC 028174/O-0

FONTE:

¹ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."³ Caput do art. 212 da CF/1988⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 26.946,32, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

Município de GUARUJA DO SUL - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	0,00	0,00		0,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	1.853.128,01	145.354,92	0,00	1.707.773,09
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	1.853.128,01	145.354,92	0,00	1.707.773,09
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-1.853.128,01	-145.354,92		-1.707.773,09

FONTE:

GUARUJA DO SUL , 07/05/2014

JOSÉ CARLOS FOIATTO
Prefeito Municipal

DEISI CEMIN FRANCO
Contador CRC 028174/O-0

Herval d'Oeste

PREFEITURA

Portaria Nº 659/2014

PORTARIA Nº 659/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Conceder Progressão Funcional, à Servidora ROSELI SALETE DAHMER (Matr. 1951), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Agente de Serviços Gerais, do Nível/Referência - 3/C, 40 horas semanais, para o Nível/Referência - 3/D, Anexo V da LC Nº 280/2011, 40 horas semanais, ref. ao mês de abril de 2014, de conformidade com os artigos 31 e 32 da Lei Complementar nº 281 de 19 de agosto de 2011.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Prefeitura de Herval d' Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Portaria Nº 660/2014

PORTARIA Nº 660/2014

Nelson Guindani, Prefeito Municipal de Herval d'Oeste (SC), no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 54, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

CESSAR OS EFEITOS da Portaria Nº 643/2014, que concedeu 12 (doze) dias de Licença Prêmio, ao servidor MARTIN DE MARCO (Matr. 3076), ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de Médico Veterinário, Nível - 10/2, Referência "A", Anexo V da LC Nº. 280/2011, 40 horas semanais.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Herval d'Oeste (SC), em 05 de Maio de 2014.

Nelson Guindani
Prefeito Municipal

Ibiam

PREFEITURA

Decreto Nº 2619/2014

DECRETO Nº 2619, DE 24 DE MARÇO DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 67.844,36 (Sessenta e sete mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e trinta e seis centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiam, nas seguintes programações de despesas:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto: 1014 - Ampliação da Rede Física de Saúde

Modalidade de Aplicação: 33900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0323 - Exer.Anterior Transf. Convênios- Saúde

Valor R\$ 67.844,36

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior do Município de Ibiam.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 24 DE MARÇO DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAÉLCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2630/2014

DECRETO Nº 2630, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a

Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 31.000,00 (Trinta e um mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0202 SEC. DE PLANEJAMENTO E GESTÃO

Função: 04 ADMINISTRAÇÃO

Sub-Função: 122 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Programa: 0402 ADMINISTRAÇÃO GERAL

Projeto/Atividade: 2018 MAN.DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS ORDINÁRIOS

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Valor: R\$ 31.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2629/2014

DECRETO Nº 2629, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE CONVENIO FEDERAL NO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE IBIAM, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Convênio PAC 2 Unidade Básica de Saúde (UBS) valor de R\$ 340.155,64 (Trezentos e quarenta mil, cento e cinquenta e cinco reais e sessenta e quatro centavos), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Projeto: 1014- Ampliação da Rede Física de Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0123 - Transf. de Convênios Saúde

Valor R\$ 340.155,64

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Convênio Convênio PAC 2 Unidade Básica de Saúde (UBS) .

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE ABRIL DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2631/2014

DECRETO Nº 2631, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

"ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO PROVÁVEL EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (VAN), E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito do Município de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/13:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do provável excesso de arrecadação do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), conforme estabelece a Portaria Federal nº 2975/2011, no valor de R\$ 3.000,00 (Três mil reais), no orçamento de 2014 do Fundo Municipal de Saúde de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 03 - FUNDOS MUNICIPAIS

Unidade Orçamentária: 0301 - Fundo Municipal da Saúde

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 301- Atenção Básica

Programa: 1001 - Saúde com Qualidade

Atividade: 2039 - Manutenção das Atividades da Saúde

Modalidade de Aplicação: 44900000 - Aplicações Diretas

Fonte: 0164 - Recursos da Atenção Básica

Valor R\$ 3.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o provável excesso de arrecadação do Programa de Vigilância Alimentar e Nutricional (VAN), conforme estabelece a Portaria Federal nº 2975/2011.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 07 DE ABRIL DE 2014.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Decreto Nº 2632/2014

DECRETO Nº 2632, DE 07 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 7.043,20 (Sete mil, e quarenta e três reais e vinte centavos), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLICIAMENTO

Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2020 MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0356- SUPERÁVIT CONV.TRÂNSITO - PREFEITURA

Valor: R\$ 7.043,20

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 07 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2634/2014

DECRETO Nº 2634, 15 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 53.000,00 (Cinquenta e três mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0201 GAB. DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS

Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Programa: 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZ. DA DÍVIDA E ENCARGOS MÚNIC.

Modalidade de Aplicação: 329000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 53.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$

53.000,00 (cinquenta e três mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0201 GAB. DO PREFEITO E VICE-PREFEITO

Função: 28 ENCARGOS ESPECIAIS

Sub-Função: 846 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Programa: 2800 OUTROS ENCARGOS ESPECIAIS

Projeto/Atividade: 0000 AMORTIZ. DA DÍVIDA E ENCARGOS MÚNIC.

Modalidade de Aplicação: 469000000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0100- RECURSOS ORDINÁRIOS

Valor: R\$ 53.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 15 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2635/2014

DECRETO Nº 2635, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 8.878,46 (Oito mil, oitocentos e setenta e oito reais e quarenta e seis centavos), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 2026 MAN.DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0301- Exerc.Anterior- Recursos de Impost.e Transf.

Valor: R\$ 8.878,46

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2636/2014

DECRETO Nº 2636, 28 DE ABRIL DE 2014.
DISPÕE SOBRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 537/2013.
DECRETA

Art. 1º Fica aberto o Crédito Adicional Suplementar no valor de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) com a seguinte classificação orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 2026 MAN.DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0158- SALÁRIO EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 2º Para suporte do crédito de que trata o artigo anterior fica anulada a importância de R\$ 20.000,00 (Vinte mil reais) na seguinte rubrica orçamentária:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 2026 MAN.DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 44900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0158- SALÁRIO EDUCAÇÃO

Valor: R\$ 20.000,00

Art. 3º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 28 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Decreto Nº 2637/2014

DECRETO Nº 2637, DE 28 DE ABRIL DE 2014.
ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 2.707,41 (Dois mil, setecentos e sete reais e quarenta e um centavos), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0203 SEC. DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

Função: 06 SEGURANÇA PÚBLICA

Sub-Função: 181 POLÍCIAMENTO

Programa: 0601 SEGURANÇA MUNICIPAL

Projeto/Atividade: 2020MAN.CONV.SECR.SEGURANÇA PÚBLICA

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0300- SUPERÁVIT RECURSOS PRÓPRIOS

Valor: R\$ 2.707,41

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 28 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:
LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2638/2014

DECRETO Nº 2638, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

ABRE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR CONTA DO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei n. 0537/2013:

DECRETA:

Art. 1º Fica o chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Crédito Adicional Suplementar por conta do superávit financeiro no valor de R\$ 100.000,00 (Cem mil reais), no orçamento de 2014 da Prefeitura Municipal de Ibiã, na seguinte programação de despesa:

Suplementação:

Órgão: 02 CHEFIA DO EXECUTIVO

Unidade: 0206 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

Função: 12 EDUCAÇÃO

Sub-Função: 361 ENSINO FUNDAMENTAL

Programa: 1201 DESENVOLVIMENTO EDUCACIONAL

Projeto/Atividade: 2026 MAN.DAS ATIV. ENSINO FUNDAMENTAL

Modalidade de Aplicação: 33900000 APLICAÇÕES DIRETAS

Fonte: 0301- Exerc.Anterior- Recursos de Impost.e Transf.

Valor: R\$ 100.000,00

Art. 2º Para satisfazer a cobertura do Crédito Adicional Suplementar de que trata o artigo anterior, será utilizado o superávit financeiro apurado no exercício anterior.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM - SC, 30 DE ABRIL DE 2014.
CLOVIS JOSE BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

SECRETÁRIO DA ADM. E DA FAZENDA

Decreto Nº 2639/2014

DECRETO Nº 2639, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

REGULAMENTA A LEI Nº 547 DE 23 DE ABRIL DE 2014, QUE INSTITUI A NOTA FISCAL DE SERVIÇOS ELETRÔNICA E A ESCRITA FISCAL ELETRÔNICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

CLÓVIS JOSÉ BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e especialmente as conferidas pela Lei Nº 537/2013.

DECRETA:

CAPÍTULO I

DA EMISSÃO DA NOTA

Art. 1º A partir da aprovação do presente regulamento, ficam obrigados a emitirem Nota Fiscal Eletrônica e escrita Fiscal Eletrônica, os contribuintes prestadores de serviços inscritos e licenciados no Município, optantes ou não do Simples Nacional.

Parágrafo único. No prazo máximo de um ano a contar da

publicação deste Regulamento estará vedado o controle físico de Notas Fiscais no âmbito do Município.

Art. 2º Estão dispensados da emissão da Nota Fiscal eletrônica os seguintes contribuintes:

- I. Os profissionais autônomos;
- II. As sociedades de profissionais liberais na forma prevista em Lei;
- III. As instituições financeiras estabelecidas no Município;
- IV. Os empresários individuais optantes do Simples Nacional;
- V. Os Cartórios e Tabelionatos devidamente inscritos e licenciados como prestadores de serviços no Município;
- VI. As empresas, os templos religiosos, os partidos políticos, as instituições filantrópicas e demais relacionadas no artigo 150, inciso VI, da Constituição Federal de 1988, com reconhecida imunidade tributária pelo Município.

Art. 3º O acesso à ferramenta de emissão e gerenciamento da Nota Fiscal Eletrônica e escrita Fiscal eletrônica, se dará por login e senha no padrão fornecido pelo PORTAL DO CIDADÃO disponibilizado pela Prefeitura no site www.ibiam.sc.gov.br, no link SERVIÇOS ONLINE/TRIBUTAÇÃO, ou outro que venha a substituí-lo.

Art. 4º O prestador de serviço deverá efetuar a solicitação de acesso para a utilização do sistema para emissão de NFS-e através do PORTAL DO CIDADÃO, na opção solicitação de acesso.

§ 1º. Ao concluir a solicitação o contribuinte deverá emitir o documento disponibilizado e protocolar o mesmo na Prefeitura deste município.

§ 2º. Fica dispensado o parágrafo anterior ao contribuinte que efetuar a solicitação de acesso utilizando a certificação digital.

Art. 5º A NFS-e obedecerá o modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda e conterá, no mínimo:

- I. Número sequencial;
- II. Código de verificação de autenticidade;
- III. Data e hora da emissão;
- IV. Identificação do prestador de serviços, apresentando:
 - a) Nome empresarial;
 - b) Endereço físico;
 - c) Endereço de correio eletrônico (e-mail);
 - d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - e) Inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal;
- V. Identificação do tomador dos serviços, contendo:
 - a) Nome ou nome empresarial;
 - b) Endereço físico;
 - c) Endereço de correio eletrônico (e-mail);
 - d) Inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ;
 - e) Inscrição no Cadastro Mobiliário Municipal, se houver;
- VI. Discriminação do serviço e o código correspondente, conforme item da Lista de serviços de que trata a Lei Complementar nº 116, de 31 de julho de 2003.
- VII. O valor total a operação;
- VIII. A base de cálculo do ISSQN e a dedução efetuada, quando permitida pela legislação municipal ou determinada por decisão judicial;
- IX. Alíquota e valor do ISSQN;
- X. Indicação das seguintes informações, se ocorridas:
 - a. Isenção ou imunidade relativa ao ISSQN;
 - b. Serviço não tributado pelo Município;
 - c. Retenção de ISSQN na fonte;
 - d. Número e data do documento emitido, nos casos de substituição;
 - e. Número e data do RPS convertido;

Parágrafo único. A numeração da NFS-e será gerada pelo sistema emissor, em ordem crescente sequencial específica para cada estabelecimento prestador de serviços.

Art. 6º O prestador de serviços obrigado ou optante deverá emitir NFS-e para todos os serviços prestados, sendo vedada a utilização de outro documento fiscal.

Parágrafo único. Os documentos fiscais convencionais autorizados pelo Fisco e não utilizados deverão ser entregues a Administração Tributária Municipal para destruição, no momento da solicitação para acesso ao sistema. Sendo pré-requisito para a liberação do acesso.

Art. 7º Cada NFS-e conterá apenas um código de serviço.

Art. 8º A NFS-e emitida será enviada por e-mail ao tomador do serviço ou, por solicitação deste, será impressa em via única.

CAPÍTULO II DO CANCELAMENTO E ALTERAÇÃO DAS INFORMAÇÕES

Art. 9º A NFS-e poderá ser cancelada ou substituída pelo emitente antes do pagamento do imposto.

CAPÍTULO III DO RECIBO PROVISÓRIO DE SERVIÇOS - RPS

Art. 10º os contribuintes poderão emitir recibo Provisório de serviços - RPS para acobertar operações de prestação de serviços, convertendo-os posteriormente em NFS-e:

- I. Na impossibilidade de conexão com o sistema de emissão da NFS-e disponibilizado pelo Município;
- II. Por opção do prestador, atendendo as necessidades de sua atividade.

Art. 11º É obrigatória a conversão do PRS em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte a sua emissão.

Art. 12º. O RPS será identificado pela expressão "Recibo Provisório de Serviços - RPS", não podendo ser confundido com documento fiscal.

Art. 13º. O RPS terá formato livre, mas obedecerá obrigatoriamente o seguinte:

- I. Será numerado em ordem crescente sequencial, iniciada pelo numeral 1, com a identificação da série RPS;
- II. Será emitido contendo apenas um código de serviço por documento;
- III. Conterá toda as informações necessárias à emissão da NFS-e e ainda:
 - a. A data de emissão;
 - b. A mensagem: "Este documento será convertido em NFS-e até o quinto dia do mês seguinte".

§ 1º. O prestador deverá solicitar a autorização para a confecção do RPS na fazenda municipal.

§ 2º. O RPS emitido será entregue ao tomador do serviço, mantendo-se os dados pelo prestador até a conversão em NFS-e.

Art. 14º. A conversão de RPS em NFS-e será efetuada diretamente no sistema ou por transmissão em lotes, na forma definida pela Secretaria Municipal da Administração e da Fazenda.

§ 1º. A correção de quaisquer inconsistências nas informações transmitidas deverá ser efetuada no prazo definido para a

conversão do RPS em NFS-e.

§ 2º. A falta de conversão do RPS em NFS-e configura não emissão de documento fiscal, sujeitando o obrigado às penalidades previstas na legislação.

CAPÍTULO IV DO RECOLHIMENTO DO ISSQN

Art. 15º. O recolhimento do ISSQN referente às NFS-e deverá ser efetuado exclusivamente no documento de arrecadação emitido pelo próprio sistema gerador do documento eletrônico, observados os prazos estabelecidos em lei ou regulamento.

Parágrafo único. Não se aplica o disposto no caput:

- I. Ao ISSQN retido na fonte por meio de sistema próprio dos governos federal, estadual e municipal;
- II. As microempresas e empresas de pequeno porte optantes pelo Regime Especial Unificado de arrecadação de Tributos e Contribuições devidos pelas Microempresas e Empresas de pequeno Porte - Simples nacional, instituído pela Lei Complementar Federal Nº 123, de 14 de dezembro de 2006, relativamente aos serviços prestados.

CAPÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 16º. As NFS-e poderão ser consultadas em sistema próprio do Município, durante o prazo de 05(cinco) anos, contados da sua emissão.

Parágrafo único. Após o prazo previsto no caput, a consulta às NFS-e emitidas poderá ser realizada mediante a solicitação de envio de arquivo em meio magnético.

Art. 17º. Os contribuintes não obrigados ou não optantes pelo sistema de emissão de NFS-e e os tomadores de serviços estabelecidos no município ficam sujeitos a informar suas operações ou prestações na forma da legislação.

Art. 18º. Este decreto entrará em vigor na data da sua publicação.

Art. 19º. Revogam-se as disposições em contrário.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, EM 30 DE ABRIL DE 2014.
CLÓVIS JOSÉ BUSATTO
PREFEITO MUNICIPAL

Publicado e registrado:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA
SECRETÁRIO DE ADM. E FAZENDA

Edital Processo Seletivo Nº 03/2014

EDITAL Nº 003, DE 05 DE MAIO DE 2014.

ABRE INSCRIÇÕES E BAIXA NORMAS PARA A REALIZAÇÃO DO PROCESSO SELETIVO - CADASTRO DE RESERVA, PARA CONTRATAÇÃO DE PESSOAL EM CARÁTER TEMPORÁRIO, PARA O EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2014, NA SECRETARIA DA SAÚDE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O PREFEITO MUNICIPAL DE IBIAM, Estado de santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Municipal nº 283, de 03 de junho de 2005, resolve baixar normas para realização do Processo Seletivo - Cadastro de Reserva, para

contratação de pessoal em caráter temporário, para atendimento de substituições que venham ocorrer durante o exercício financeiro de 2014, na Secretaria da Saúde, na conformidade deste Edital, regendo-se pelas seguintes cláusulas e condições:

1. DAS INSCRIÇÕES:

1.1. Ficam abertas as inscrições para a possível contratação temporária de:

Cargo/Função	Vagas	Escolaridade	Vencimentos	Carga horária semanal
Técnico em Enfermagem	01	Portador de certificado de conclusão do Ensino Médio específico na área e registro no órgão competente	R\$ 1.901,20	40 horas

1.2. As contratações ocorrerão apenas quando surgir necessidade temporária e de excepcional interesse público, tais como:

I - para atender necessidades temporárias na área da saúde;

II - para atender termos de convênio, acordo com ajustes celebrados com outros entes públicos, para execução de obras ou prestação de serviços;

III - para substituição de servidor efetivo em caso de afastamento por doença ou férias regulamentares e cuja atividade ou serviço é de excepcional interesse público;

IV - para obra certa, cuja execução obedeça ao regime de administração direta;

V - para recuperação de obras e serviços públicos danificados pela ocorrência de fenômenos meteorológicos, cuja extensão caracteriza situação excepcional;

VI - para execução de programas de trabalho instituídos por decreto do Prefeito Municipal, para atender necessidades conjunturais que demandam a atuação imediata da Prefeitura e para os quais não justifica a realização de concurso público para estabilizar servidor;

VII - para ocupar cargo vago, não preenchido em concurso público realizado há menos de 02 (dois) anos, até a realização de novo concurso para preenchimento da vaga.

1.3. As inscrições serão realizadas no Departamento de Pessoal da Prefeitura Municipal de Ibiã, situado na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

1.3.1. A inscrição poderá ser efetuada através de procuração com firma reconhecida.

1.3.2. As inscrições serão gratuitas.

1.4. O período de inscrição será de 08 de maio de 2014 a 06 de junho de 2014, no horário compreendido das 08h00min às 11h00min e das 13h30min às 16h30min.

1.5. A relação dos inscritos considerados aptos a prestarem prova escrita será tornado público dia 09 de junho de 2014, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

1.6. Em razão de haver apenas 1 (uma) vaga por cargo, não haverá a reserva de vagas à portadores de necessidades especiais, razão pela qual participarão do Processo Seletivo em igualdade de condições com os demais candidatos.

2. DA DOCUMENTAÇÃO PARA INSCRIÇÃO

2.1. A inscrição far-se-á mediante:

I. cópia da carteira de identidade;

II. cópia do CPF;

III. cópia do comprovante de escolaridade para o cargo pretendido.

2.2. A cópia dos documentos relacionados no item 3.1, deverá ser acompanhada de seus respectivos documentos originais, que após conferência serão devolvidos de imediato.

3. DAS PROVAS:

3.1. Todos os candidatos inscritos no presente processo seletivo farão prova escrita (tipo múltipla escolha) com 25 questões, de acordo com os conteúdos constantes no anexo I do presente Edital.

I. As provas do Processo Seletivo terão 25 (vinte e cinco) questões e serão na modalidade de escrita/objetiva.

II. A prova escrita/objetiva será aplicada a todos os candidatos e contarão com questões de Português, Informática, Conhecimentos Gerais e Conhecimentos Específicos.

III. A prova escrita/objetiva para os cargos, e de acordo com o programa constante deste Edital, terá a duração de 03 (três) horas e será composta de 25 (vinte e cinco) questões objetivas de múltipla escolha, subdividida em 4 (quatro) alternativas: A), B), C), D); dessas alternativas, somente UMA deverá ser assinalada.

IV. À prova escrita/objetiva será atribuída pontuação de 0 (zero) a 10 (dez), sendo que cada questão correta corresponderá a 0,40 (zero vírgula quarenta) pontos.

V. As questões da prova escrita/objetiva serão anotadas em cartão específico para respostas, fornecido para o candidato quando da realização da referida prova. Os candidatos deverão utilizar apenas caneta esferográfica nas cores azul ou preta.

VI. O candidato deverá apor no CARTÃO-RESPOSTA as suas respostas por questão, marcando a alternativa correta com um "X".

VII. Será atribuída pontuação 0 (zero) à questão da prova escrita/objetiva:

a) cuja(s) resposta(s) no cartão-resposta não corresponda(m) ao Gabarito Oficial do Processo Seletivo da Prefeitura Municipal de Ibiã (SC);

b) quando a(s) resposta(s) no cartão-resposta contenha(m) emenda(s) e/ou rasura(s), ainda que legível(is);

c) que contenha(m) mais de uma opção de resposta assinalada ao cartão-resposta;

d) que não estiver(em) assinalada(s) no cartão-resposta;

e) cuja(s) resposta(s) for(em) preenchida(s) fora das especificações do cartão-resposta, ou seja, preenchida(s) com caneta não esferográfica ou com caneta esferográfica de cor diferente de azul ou preta, ou ainda, com marcação diferente da indicada;

f) o candidato deverá colocar seu nome no cartão-resposta.

3.2. As provas escritas serão realizadas no seguinte local e horário:

I - data: 12 de junho de 2014.

II - local: Centro Educacional Municipal - Eliziane Titon.

III - Horário: início 08h30min e término 11h30min.

3.3. O candidato deverá apresentar-se no local da prova, portando original de sua cédula oficial de identidade e comprovante de

inscrição.

3.4. Os candidatos deverão comparecer ao local da prova com a antecedência mínima de 15 (quinze) minutos, relativamente ao horário fixado para o início de sua realização.

3.5. Não será admitido, em local de realização da prova, o candidato que se apresentar após o horário fixado para o seu início.

3.6. Na realização da prova, local e transcurso desta, não será permitida a comunicação entre candidatos, nem estes a pessoas estranhas ao certame.

3.7. Não será admitida consulta qualquer, nem a utilização de qualquer meio, máquina ou aparelho, que sirva de armazenamento de dados, à gravação, à recepção ou à transmissão de mensagens, como os telefones celulares, as agendas eletrônicas, máquinas calculadoras e similares.

3.8. A Comissão de Seleção, sob as penas da lei, zelará pelo sigilo e pela inviolabilidade desta.

3.9. O(s) gabarito(s) da(s) prova(s) será publicado e divulgado até o dia 12 de junho de 2014, após a realização da prova objetiva, no site: <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

4. DA APROVAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO

4.1. Serão considerados aprovados e classificados, pela ordem decrescente, os candidatos que obtiverem a maior pontuação.

4.2. Em caso de empate entre os candidatos deverão ser aplicados os seguintes critérios:

I - Formação educacional, dando-se preferência àquele que possuir grau de instrução mais elevada;

II - Maior número de acertos na prova de Conhecimentos Específicos, quando houver.

III - Maior idade.

4.3. Apresentada à lista dos aprovados, o Chefe do Poder Executivo homologará o resultado que será divulgado e publicado no site <http://www.ibiam.sc.gov.br>, no dia 18 de junho de 2014.

4.4. A ausência do candidato à hora designada para prova, ou a infringência às exigências constantes deste Edital para participação das provas, importará a sua eliminação na seleção.

4.5. Todos os papéis referentes à prova, bem como os documentos dos candidatos classificados e aprovados, e as avaliações, ficarão arquivados na sede administrativa do Município de Ibiam - SC, à guarda do Departamento de Pessoal.

4.7. A prova terá caráter eliminatório.

4.8. A pontuação mínima para o candidato ser aprovado deve ser superior a 0 (zero)

5. DOS RECURSOS E REQUERIMENTOS

5.1. Cabe recurso para as seguintes fases do certame:

a) da homologação das inscrições: o candidato poderá apresentar recurso no prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação da homologação das inscrições na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

b) das questões da prova objetiva: no dia da realização da prova e/ou no prazo de 1 (um) dia útil, contado do 1º dia útil após a prova, utilizando um formulário para cada questão.

c) do gabarito: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de

publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

d) do resultado (nota) da prova objetiva: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

e) do resultado final e classificação: prazo de 1 (um) dia útil, contado da data de publicação do documento na internet, através do site <http://www.ibiam.sc.gov.br>.

5.2. Para interposição de recursos o candidato deverá utilizar o modelo constante no Anexo II deste Edital e deverá protocolá-lo junto a Prefeitura Municipal de Ibiam, situada na Travessa Leoniza Carvalho Agostini, 20.

5.2.1. O(s) recurso(s) será (ão) endereçado(s) à Comissão do Processo Seletivo.

5.3. Não serão recebidos recursos interpostos por qualquer outro meio a não ser o descrito no edital.

5.4. Somente serão apreciados os recursos expressos em termos convenientes, que apontarem as circunstâncias e as razões que os justifiquem e interpostos dentro do prazo estabelecido conforme item 10, deste edital.

5.5. Se houver alteração do gabarito, por força de impugnações ou recursos considerados procedentes, o gabarito do referido cargo será corrigido de acordo com as alterações efetuadas e publicado novamente.

5.6. Não serão aceitas sobreposições de recursos apresentados pelo mesmo candidato com finalidade de acrescentar ou modificar a redação, argumentação ou comprovação ao requerimento anterior, independente de vigência de prazo.

5.7. Se do julgamento dos recursos resultar em alteração do resultado final e respectiva classificação, será publicado novo documento de resultado final.

6. DAS VAGAS:

6.1. As vagas serão preenchidas conforme a necessidade da Administração Municipal

6.2. O preenchimento das vagas obedecerá rigorosamente à ordem de classificação dos candidatos aprovados.

6.3. Homologado o resultado final do Processo Seletivo e autorizada a contratação pelo Prefeito Municipal, serão convocados os primeiros colocados, para, no prazo máximo de 3 (três) dias, comprovar o atendimento das seguintes condições:

a) ser brasileiro nato ou naturalizado ;

b) ter no mínimo dezoito anos de idade completos, até a data da contratação;

c) estar em dia com as obrigações eleitorais (apresentar comprovante que votou na última eleição, ou justificativa, ou certidão de quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));

d) quando do sexo masculino, haver cumprido com a obrigação para com o Serviço Militar;

e) ter disponibilidade de carga horária de 08 (oito) horas diárias/40 (quarenta) horas semanais;

6.4. Para a admissão, o candidato deverá apresentar os seguintes documentos:

a) Encontrar-se em pleno exercício dos direitos políticos (certidão de crimes eleitorais (www.tre-sc.gov.br));

b) Comprovante que votou na última eleição (certidão quitação eleitoral (www.tre-sc.gov.br));

c) Ter idade mínima de dezoito anos;
d) Carteira de identidade;
e) CPF;
f) Título de Eleitor;
g) Carteira de reservista ou certificado de dispensa de incorporação, em caso de candidato do sexo masculino;
h) Carteira de trabalho;
i) Nº PIS/PASEP;
j) Certidão de casamento ou nascimento;
k) Certidão de nascimento dos filhos;
l) Comprovante de escolaridade;
m) Carteira de registro do órgão da profissão, para o cargo de Médico;
n) Uma foto 3x4;
o) Comprovante de residência;
p) Declaração de bens
q) Declaração de não acumulação de cargo, função, emprego ou percepção de proventos, fornecida pelo candidato;
r) Declaração de ter sofrido ou não, no exercício de função pública, penalidades disciplinares, conforme legislação aplicável;
s) Declaração de compatibilidade de horário quando servidor se outro órgão ou estabelecimento (Declaração fornecida pelo órgão ou estabelecimento onde trabalha);
t) Apresentar atestado de boa saúde física e mental, cujos exames serão requeridos antes da admissão.

7. DA REMUNERAÇÃO E DO PRAZO DE CONTRATAÇÃO

7.1. A remuneração mensal para os cargos está definida no quadro de vagas, constante no item 1.1 deste edital.

7.2. A contratação, objeto deste edital, passa a ter início no ato da assinatura do respectivo Contrato e término previsto até que cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o preenchimento da vaga mediante realização de Concurso Público.

7.3. Poderá haver a prorrogação do contrato, objeto deste edital, pelo prazo de 01 (um) ano, desde que não cesse o motivo que deu causa à contratação ou ainda com o não preenchimento da vaga mediante realização de concurso público.

7.3.1. O prazo inicia-se com a data da homologação da classificação final.

8. DAS ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS PELO SERVIDOR

8.1. Os serviços serão prestados de 2^{as} às 6^{as} feiras, das 07h30min às 11h30min e das 13h00min às 17h00min, ou de conformidade com o horário estabelecido pelo Chefe do Poder Executivo, ou conforme a necessidade da Secretaria Municipal da Saúde.

9. DA COMISSÃO DE SELEÇÃO

9.1. A Comissão de Seleção será formada por 03 (três) servidores do quadro de pessoal, nomeada pelo Chefe do Executivo Municipal, a qual incumbe à organização e aplicação da prova e emitir julgamento mediante atribuições de notas, conforme item 3 e 4 deste Edital.

9.2. A Comissão poderá contar com a colaboração de bancas suplementares.

9.3. O Chefe do Executivo nomeará o Presidente e o Secretário da Comissão.

10. DO CRONOGRAMA

CROMOGRAMA	DATA
Publicação do Edital	07.05.2014
Recebimento das inscrições	08.05.2014 a 06.06.2014
Resultado da homologação das inscrições	09.06.2014
Prazo recursos da homologação das inscrições	10.06.2014
Divulgação do resultado dos recursos da homologação das inscrições	10.06.2014
Prova Objetiva	12.06.2014
Prazo de recursos das questões da prova objetiva	13.06.2014
Divulgação do gabarito	12.06.2014
Prazo de recursos do gabarito	13.06.2014
Divulgação do resultado (nota) da prova objetiva	16.06.2014
Prazo de recurso das notas da prova objetiva	17.06.2014
Divulgação do resultado final e classificação	18.06.2014

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

11.1. O candidato, se aposentado em outro cargo ou emprego público, deverá, antes de tomar posse, renunciar aos respectivos proventos, respeitada as hipóteses do inciso XVI, do art. 37 da Constituição Federal, mais o § 6º, do artigo 40.

11.2. Eventuais candidatos em licenças médicas, concedidas pelo INSS, pelo princípio de que se encontram impossibilitados de trabalhar, na vigência da referida licença, ficam impossibilitados de tomar posse.

11.3. O candidato que apresentar declaração ou documentos falsos terá sua inscrição cancelada e anulada todos os atos dela decorrentes, bem como estará sujeito à responsabilização.

11.4. Valerá a inscrição para todo e qualquer efeito como forma expressa de aceitação, por parte do candidato, de todas as normas constantes deste edital.

11.5. A chamada dos candidatos aprovados será feita, obedecida a ordem de classificação, mediante a necessidade da secretaria, quando da existência de vaga a ser preenchida para o cargo pretendido.

11.6. Para inscrever-se, o candidato terá ficha (modelo próprio), preenchida no local da inscrição.

11.7. Preenchida a ficha, o candidato deverá revisá-la, ficando após a assinatura inteiramente responsável pelas informações nela contidas, recebendo nesta oportunidade protocolo, o qual deverá ser apresentado por ocasião da realização das provas.

11.8. A execução do contrato de trabalho será de conformidade com a Lei Municipal nº 112, de 05 de janeiro de 1999, com nova redação dada pela Lei Complementar nº 283, de 03 de junho de 2005.

11.9. O Processo Seletivo terá validade de 2 (dois) anos, a contar da data da homologação da classificação final

11.10. Os casos omissos neste edital serão resolvidos pela Comissão de Processo seletivo, em conjunto com o Departamento de Pessoal.

Ibiam, SC, 05 de maio de 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Secretário Municipal da Saúde

ANEXO I - CONTEÚDO DAS PROVAS

A- CONTEÚDO DAS PROVAS PARA FUNÇÃO: TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Português	Interpretação de texto. CAMPO DA SINTAXE: Oração, termos da oração, orações coordenadas e subordinadas, concordância e regência.
05 questões	CAMPO DA CRASE E PONTUAÇÃO: Crase, pontuação, verbos, nova ortografia. Separação de Sílabas. Fonemas. Homônimos e Parônimos, Uso dos porquês.
Informática	Noções básicas de informática
05 questões	
Conhecimentos Gerais	- Conhecimentos gerais do Município nos aspectos: territorial, geográfico, histórico, político administrativo, de acordo com o guia da FECAM e lei orgânica do município.
05 questões	
Conhecimentos Específicos	Constituição Federal Artigos 196 a 199 ADCT art. 77. Siglas dos Programas de Saúde do Governo Federal. Atenção Básica. Vigilâncias. Blocos de Financiamento dos Programas de Saúde. Dados do Ministério da Saúde. Dados da Secretaria de Estado da Saúde. Dados da Secretaria Municipal de Saúde. Conhecimento Básico da Profissão de Técnico em Enfermagem.
TÉCNICO EM ENFERMAGEM	
10 questões	

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA INTERPOR RECURSO

Para
COMISSÃO PROCESSO SELETIVO

Eu _____ RG nº _____, CPF nº _____, inscrito (a) no Processo Seletivo do Município de Ibiam (SC), Edital nº 004/2013, inscrição nº _____ para o cargo de _____ venho requerer _____, pelos motivos abaixo: _____

Ibiam (SC) _____

Assinatura Candidato (a)

PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM/SC
SECRETARIA MUNICIPAL DA ADMINISTRAÇÃO E DA FAZENDA

FICHA DE INSCRIÇÃO - Edital nº 003/2014

Protocolo: Nº da inscrição: _____

Assinale a opção para o cargo que pretende:

() TÉCNICO EM ENFERMAGEM

Identificação:

Nome do candidato(a): _____

Data de nascimento: ____/____/____

Local de nascimento: _____ UF: _____

Estado civil: _____

Nº de dependentes: _____

Nº RG: _____ C.P.F: _____

Endereço:

Rua/Av: _____ Nº _____

Bairro: _____

Cidade: _____

Telefones para contatos: _____

E-mail: _____

Formação:

Escolaridade: _____

Confirmo que as informações são verdadeiras e em anexo segue cópia de:

() cópia da carteira de identidade

() cópia do CPF

() cópia do título de eleitor

() cópia carteira de reservista

() cópia do comprovante que votou na última eleição

() cópia do comprovante de escolaridade

() outros documentos: _____

Ibiam, ____ de _____ de 2014.

Assinatura do Candidato

Portaria Nº 102/2014

PORTARIA Nº 102, DE 06 DE MAIO DE 2014

"DESIGNA O SR. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA PARA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiam, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei Municipal nº 482, de 27 de outubro de 2011; bem como a Lei Municipal nº 404, de 22 de maio de 2009, RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o Sr. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA como Gestor do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente do Município de Ibiam.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 091, de 28 de abril de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Portaria Nº 103/2014

PORTARIA Nº 103, DE 06 DE MAIO DE 2014

"DESIGNA O SR. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA PARA GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE DEFESA CIVIL (FUMDEC) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

CLOVIS JOSE BUSATTO, Prefeito Municipal de Ibiã, Estado de Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o inc. V do art. 88 da Lei Orgânica Municipal, de conformidade com a Lei Municipal nº 548, de 23 de abril de 2014, RESOLVE:

Art. 1º. Designar, o Sr. LAÉLCIO ANTÔNIO GASANIGA como Gestor do Fundo Municipal de Defesa Civil (FUMDEC) do Município de Ibiã.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente aquelas contidas na Portaria nº 092, de 06 de maio de 2014.

CENTRO ADMINISTRATIVO DE IBIAM, 06 DE MAIO DE 2014.

CLOVIS JOSE BUSATTO

Prefeito Municipal

Publicação e Registro:

LAELCIO ANTONIO GASANIGA

Sec. da Adm. e da Fazenda

Ilhota**PREFEITURA****Lc 50/2014 Política Direitos Criança E Adolescente**

Estado de Santa Catarina

Prefeitura Municipal de Ilhota

Poder Executivo Municipal- Gabinete do Prefeito

Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC

C.NP.J 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000

Fone: (047) 3343-8800 Fax: (047) 3343-8009

Lei Complementar nº50, de 05 de maio de 2014

Dispõe sobre os princípios da Política Dos Direitos da Criança e do Adolescente, o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (FIA) e o Conselho Tutelar do Município de Ilhota, revogando a Lei Complementar nº 008, de 31 de dezembro de 2003.

O Prefeito do Município de Ilhota, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono e promulgo a seguinte lei:

TÍTULO I**PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

Art. 1º - Os princípios da política dos direitos da criança e do adolescente estabelecidos pela Lei Complementar n. 008, de 31 de dezembro de 2003, passam a vigorar na forma desta Lei Complementar.

Art. 2º - É assegurada com absoluta prioridade à criança e ao adolescente a efetivação dos seus direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, como dever concorrente da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público Municipal, articulado aos Poderes Públicos Federal e Estadual.

Art. 3º - A garantia de absoluta prioridade dos direitos da criança e do adolescente compreende:

I - primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;

II - precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;

III - preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;

IV - destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude.

TÍTULO II**DISPOSIÇÕES FUNDAMENTAIS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO**

Art. 4º - Garantirão a absoluta prioridade de que tratam os artigos 2.º e 3.º desta Lei Complementar, os seguintes órgãos:

I - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - CMDCA;

II - Conselho Tutelar;

III - Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

Parágrafo único - Todas as Secretarias Municipais integram a Política de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 5º - A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, compreende um conjunto articulado de ações governamentais e não-governamentais do Município, integradas às ações governamentais e não-governamentais do Estado e da União, bem como aos seus programas específicos, no que couber.

TÍTULO III**DISPOSIÇÕES ESPECÍFICAS DA POLÍTICA DE ATENDIMENTO****CAPÍTULO I****CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE****Seção I****Da Natureza**

Art. 6º - O CMDCA é o órgão deliberativo, normatizador e controlador da política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente e das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas da sociedade civil e do Poder Público Municipal.

Seção II**Da Competência**

Art. 7º - Compete ao CMDCA:

I - deliberar, normatizar, controlar e articular a Política Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para a efetiva garantia da sua promoção, defesa e orientação, visando a proteção integral da criança e do adolescente;

II - cumprir e fazer cumprir, em âmbito municipal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, as Constituições Estadual e Federal, a Lei Orgânica do Município, a presente lei e toda legislação atinente a direitos e interesses da criança e do adolescente;

III - zelar pela execução da política dos Direitos da Criança e do Adolescente, atendidas suas particularidades, de suas famílias, de seus grupos de vizinhança e dos bairros ou da zona rural ou urbana em que se localizem;

IV - participar do Planejamento Integrado e Orçamentário do Município, formulando as prioridades a serem incluídas neste, no que se refere ou possa afetar as condições de vida das crianças e dos adolescentes;

V - estabelecer em ação conjunta com as Secretarias Municipais e demais órgãos do Município a realização de eventos, estudos e pesquisas no campo da promoção, orientação, proteção integral e defesa da Criança e do Adolescente;

VI - assegurar o apoio técnico-especializado de assessoramento ao CMDCA, através da Secretaria Municipal de Assistência Social, visando efetivar os princípios, diretrizes e os direitos estabelecidos no Estatuto da Criança e do Adolescente;

VII - coordenar a elaboração do Plano Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VIII - promover e apoiar o aperfeiçoamento e a atualização permanente dos representantes das organizações governamentais e não-governamentais, envolvidos no atendimento à família, à criança e ao adolescente, respeitando a descentralização político-administrativa contemplada na Constituição Federal;

IX - deliberar sobre o Regimento Interno do Conselho Tutelar, a ser baixado por ato do Poder Executivo;

X - registrar as organizações governamentais de atendimento dos direitos da criança e do adolescente e inscrever os programas das organizações governamentais e não-governamentais relacionados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, fazendo cumprir as normas impostas no mesmo e comunicando ao Conselho Tutelar e à autoridade judiciária;

XI - alterar o seu Regimento Interno, mediante a aprovação de, no mínimo, dois terços (2/3) do total dos seus membros;

XII - comunicar-se com os Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente da União, do Estado e de outros Municípios, com os Conselhos Tutelares, bem como com organismos nacionais e internacionais que atuam na proteção, na defesa e na promoção dos direitos da criança e do adolescente, propondo ao Município convênio de mútua cooperação, respeitado o disposto no Estatuto da Criança e do Adolescente e legislações pertinentes;

XIII - deliberar sobre a política de captação e aplicação de recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA;

XIV - regulamentar os assuntos de sua competência, por meio de Resoluções aprovadas por, no mínimo, 2/3 de seus membros, inclusive do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do

Adolescente - FIA;

XV - manter registros de todas as atividades, ações, projetos, planos, relatórios, pesquisas, estudos e outros, que tenham relação direta ou indireta com as suas competências e atribuições;

XVI - proporcionar apoio ao Conselho Tutelar do Município, integrando ações no sentido de garantir os princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente;

XVII - coordenar o processo para a escolha dos membros do Conselho Tutelar do Município;

XVIII - dar posse aos membros do Conselho Tutelar, os quais serão nomeados por ato do Prefeito Municipal;

XIX - reunir-se ordinariamente e extraordinariamente, conforme dispuser o regimento;

XX - estabelecer critérios, formas e meios de controle de procedimentos da atividade pública municipal relacionados com as suas deliberações;

XXI - coordenar a realização das Conferências Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente;

XXII - oferecer subsídios à elaboração de legislação relativa aos interesses da criança e do adolescente.

Seção III**Da Estrutura**

Art. 8º - O CMDCA é composto de 10 (dez) membros, sendo:

I - cinco (5) conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes dos órgãos governamentais, indicados pelo Poder Executivo Municipal, com homologação do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Os conselheiros suplentes indicados pelo Poder Executivo não precisam, necessariamente, estarem vinculados a mesma secretaria que seus respectivos titulares.

II - cinco (5) conselheiros titulares, e seus respectivos suplentes, representantes de entidades da sociedade civil que tenham como objetivo a garantia dos direitos da criança e do adolescente, indicados por estas, dentre seus integrantes.

Parágrafo Único - Para os fins do disposto neste artigo, são entidades da sociedade civil aquelas representativas da sociedade, regularmente constituídas, com a finalidade de realizar ações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio assistencial e logístico para segmento da sociedade civil, e suas finalidades sejam voltadas para a garantia dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 9º Os conselheiros titulares e suplentes, representantes das organizações governamentais e não-governamentais serão escolhidos bienalmente.

Parágrafo Único - Os representantes titulares e suplentes das entidades não-governamentais serão escolhidos em fórum próprio, convocado pelo Presidente do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em atuação, obedecidos os seguintes princípios gerais de escolha, que deverão incorporar o Regimento Interno a ser aprovado pelo Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, e serão nomeados por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal:

I - credenciamento das entidades interessadas, não-governamentais, junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, até o dia da realização do fórum;

II - direito de cada entidade credenciada a um delegado com direito a voz e voto;

III - composição de uma mesa eleitoral;

IV - eleição por maioria simples;

V - eleição representativa das entidades concorrentes, com objetivo de garantir ao Conselho direito à presença heterogênea de entidades não governamentais;

VI - nomeação dos eleitos pelo Poder Executivo.

§ 1º - As organizações poderão substituir seus representantes a qualquer tempo, respaldadas pelo fórum próprio;

§ 2º - Na hipótese de impedimento, desistência ou dissolução da organização, assumirá o representante da organização

subsequente mais votada.

§ 3º - O Ministério Público deverá ser solicitado a acompanhar e fiscalizar o processo eleitoral de escolha dos representantes das organizações da sociedade civil.

Art. 10 - É vedada a indicação de nomes ou qualquer outra forma de ingerência do poder público no processo de escolha dos representantes da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 11 - O mandato dos representantes das organizações é de 2 (dois) anos, permitida a recondução, sendo o seu exercício considerado de interesse público relevante, não remunerado, justificando a ausência a quaisquer outros serviços quando determinada pelo comparecimento às sessões do Conselho, reuniões de comissões ou participação em diligência.

Parágrafo único - Caberá à administração pública municipal, mediante apreciação e deliberação do CMDCA, o custeio ou reembolso das despesas decorrentes de transporte, alimentação e hospedagem dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, titulares ou suplentes, para que possam se fazer presentes a reuniões ordinárias e extraordinárias, bem como a eventos e solenidades nos quais devam representar oficialmente o Conselho, mediante dotação orçamentária específica.

Art. 12 - O representante de órgão ou entidade governamental poderá ser substituído a qualquer tempo, por nova indicação do Poder Executivo.

Parágrafo único - Nas ausências e nos impedimentos dos Conselheiros titulares, assumirão os respectivos suplentes.

Art. 13 - Eleito o Conselho, será o mesmo empossado pelo Prefeito Municipal, reunindo-se no prazo máximo de 10 (dez) dias, sob a coordenação da assessoria técnica e administrativa do CMDCA, para eleição de uma Coordenação, dentre seus membros, composta de um Coordenador, de um Coordenador Adjunto e mais o Primeiro e Segundo Secretários.

§ 1º - A representação do Conselho será exercida por seu Coordenador, em todos os atos inerentes a seu exercício.

§ 2º - O quadro de pessoal auxiliar e de assessoramento do Conselho será o mesmo da Prefeitura Municipal de Ilhota, devendo o Conselho apresentar exposição de motivos ao Poder Executivo sobre suas necessidades de recursos humanos.

§ 3º - No caso de haver empate na escolha do Coordenador e Coordenador Adjunto do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, prevalecerá o conselheiro que tiver maior experiência e capacitação na área relativa à Infância e Adolescência.

Art. 14 - Cabe à administração pública municipal fornecer recursos humanos e estrutura técnica, administrativa e institucional necessários ao adequado e ininterrupto funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo para tanto instituir dotação orçamentária específica que não onere o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º - A dotação orçamentária a que se refere o caput deste artigo deverá contemplar os recursos necessários ao custeio das atividades desempenhadas pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, inclusive despesas com capacitação dos conselheiros;

§ 2º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá contar com espaço físico adequado ao seu pleno funcionamento, cuja localização será amplamente divulgada, e dotado de todos os recursos necessários ao seu regular funcionamento.

Art. 15 - Os atos deliberativos do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverão ser publicados nos órgãos oficiais e/ou na imprensa local, seguindo as mesmas regras de publicação pertinentes aos demais atos do Executivo.

SEÇÃO IV

DOS IMPEDIMENTOS, DA CASSAÇÃO E DA PERDA DO MANDATO

Art. 16 - Não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente:

I - Conselhos de políticas públicas;

II - Representantes de órgão de outras esferas governamentais;

III - ocupantes de cargo de confiança e/ou função comissionada do poder público, na qualidade de representante de organização da sociedade civil;

IV - Conselheiros Tutelares.

Parágrafo único - Também não deverão compor o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, na forma do disposto neste artigo, a autoridade judiciária, legislativa e o representante do Ministério Público e da Defensoria Pública, com atuação no âmbito do Estatuto da Criança e do Adolescente, ou em exercício na Comarca, foro regional, Distrital ou Federal.

Art. 17 - Os Conselheiros Municipais dos Direitos da Criança e do Adolescente poderão ter seus mandatos suspensos ou cassados quando:

I - for constatada a reiteração de 02 (duas) faltas consecutivas injustificadas ou 04 (quatro) alternadas às sessões deliberativas do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - for determinado, em procedimento para apuração de irregularidade em entidade de atendimento, conforme artigos 191 a 193, da Lei nº 8.069/90; a suspensão cautelar dos dirigentes da entidade, conforme art.191, parágrafo único, da Lei nº 8.069/90; ou aplicada alguma das sanções previstas no art. 97, do mesmo Diploma Legal;

III - for constatada a prática de ato incompatível com a função ou com os princípios que regem a administração pública, estabelecidas pelo art.4º, da Lei nº 8.429/92.

§ 1º - A cassação do mandato dos representantes do governo e das organizações da sociedade civil junto ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer hipótese, demandará a instauração de procedimento administrativo específico, no qual se garanta o contraditório e a ampla defesa, sendo a decisão tomada por maioria absoluta de votos dos componentes do conselho.

§ 2º - Na perda de mandato de Conselheiro representante de órgão ou entidade governamental assumirá o seu suplente ou, na inexistência deste, aquele que for indicado pelo Poder Executivo.

§ 3º - Na perda de mandato de Conselheiro representante das organizações não-governamentais, assumirá o suplente.

§ 4º - Na hipótese de dissolução da organização não-governamental, seus representantes perderão automaticamente o mandato.

CAPÍTULO II

FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

Seção I

Da Natureza

Art. 18 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente - FIA, como órgão captador e aplicador de recursos a serem utilizados segundo diretrizes e deliberações do CMDCA, está a este vinculado, tendo na Secretaria Municipal de Assistência Social sua estrutura de execução e controle contábeis, inclusive para efeitos de prestação de contas na forma da lei.

Parágrafo único - Por conta do FIA, fica autorizado o Município, através do órgão gestor, firmar convênios, prestar auxílio financeiro e/ou subvenções, mediante deliberação publicada em resolução do CMDCA.

Art. 19 - A manutenção do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente vinculado ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente é diretriz da política de atendimento, prevista no inciso IV do art. 88, da lei nº 8.069 de 1990.

Art. 20 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente não deve possuir personalidade jurídica própria e deve utilizar o mesmo número base de inscrição no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ) da Secretaria Municipal de Assistência Social.

§ 1º - Para garantir seu status orçamentário, administrativo e contábil diferenciado da Secretaria Municipal de Assistência Social, o

CNPJ do Fundo deverá possuir um número de controle próprio.

§ 2º - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve constituir unidade orçamentária própria e ser parte integrante do orçamento público.

§ 3º - Devem ser aplicadas à execução orçamentária do Fundo as mesmas normas gerais que regem a execução orçamentária da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios.

§ 4º - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deverá assegurar que estejam contempladas no ciclo orçamentário as demais condições e exigências para alocação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, para o financiamento ou co-financiamento de ações e projetos voltados à garantia dos direitos de crianças e adolescentes e ao fortalecimento do Sistema de Garantia de Direitos, executados tanto por entidades públicas quanto privadas.

Art. 21 - O Poder Executivo deve designar os servidores públicos que atuarão como gestor e/ou ordenador de despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, autoridade de cujos atos resultará emissão de empenho, autorização de pagamento, suprimimento ou dispêndio de recursos do Fundo.

§ 1º - O órgão responsável pela política de promoção, de proteção, de defesa e de atendimento dos direitos das crianças e dos adolescentes ao qual o Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente for vinculado deve ficar responsável pela abertura, em estabelecimento oficial de crédito, de contas específicas destinadas à movimentação das receitas e despesas do Fundo.

§ 2º - Os recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente devem ter um registro próprio, de modo que a disponibilidade de caixa, receita e despesa, fique identificada de forma individualizada e transparente.

§ 3º - A destinação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em qualquer caso, dependerá de prévia deliberação plenária do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, devendo a resolução ou ato administrativo equivalente que a materializar ser anexada à documentação respectiva, para fins de controle de legalidade e prestação de contas.

§ 4º - As providências administrativas necessárias à liberação dos recursos, após a deliberação do Conselho, deverão observar o princípio constitucional da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, sem prejuízo do efetivo e integral respeito às normas e princípios relativos à administração dos recursos públicos.

Seção II

Da Competência

Art. 22 - São atribuições do gestor do FIA:

I - coordenar a execução do Plano Anual de Aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, elaborado e aprovado pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - executar e acompanhar o ingresso de receitas e o pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - emitir empenhos, cheques e ordens de pagamento das despesas do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - fornecer o comprovante de doação/destinação ao contribuinte, contendo a identificação do órgão do Poder Executivo, endereço e número de inscrição no CNPJ no cabeçalho e, no corpo, o nº de ordem, nome completo do doador/destinador, CPF/CNPJ, endereço, identidade, valor efetivamente recebido, local e data, devidamente firmado em conjunto com o Presidente do Conselho, para dar a quitação da operação;

V - encaminhar à Secretaria da Receita Federal a Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), por intermédio da Internet, até o último dia útil do mês de março, em relação ao ano calendário anterior;

VI - comunicar obrigatoriamente aos contribuintes, até o último dia útil do mês de março a efetiva apresentação da Declaração de Benefícios Fiscais (DBF), da qual conste, obrigatoriamente o nome ou razão social, CPF do contribuinte ou CNPJ, data e valor

destinado;

VII - apresentar, trimestralmente ou quando solicitada pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, a análise e avaliação da situação econômico-financeira do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, através de balancetes e relatórios de gestão;

VIII - manter arquivados, pelo prazo previsto em lei, os documentos comprobatórios da movimentação das receitas e despesas do Fundo, para fins de acompanhamento e fiscalização;

IX - observar, quando do desempenho de suas atribuições, o princípio da prioridade absoluta à criança e ao adolescente, conforme disposto no art. 4º, caput e parágrafo único, alínea b, da Lei nº 8.069 de 1990 e art. 227, caput, da Constituição Federal.

Parágrafo único - Deverá ser emitido um comprovante para cada doador, mediante a apresentação de documento que comprove o depósito bancário em favor do Fundo, ou de documentação de propriedade, hábil e idônea, em se tratando de doação de bens.

Art. 23 - São atribuições do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente em relação ao FIA:

I - elaborar e deliberar sobre a política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente no seu âmbito de ação;

II - promover a realização periódica de diagnósticos relativos à situação da infância e da adolescência bem como do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente no âmbito de sua competência;

III - elaborar planos de ação anuais ou plurianuais, contendo os programas a serem implementados no âmbito da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, e as respectivas metas, considerando os resultados dos diagnósticos realizados e observando os prazos legais do ciclo orçamentário;

IV - elaborar anualmente o plano de aplicação dos recursos do Fundo, considerando as metas estabelecidas para o período, em conformidade com o plano de ação;

V - elaborar editais fixando os procedimentos e critérios para a aprovação de projetos a serem financiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em consonância com o estabelecido no plano de aplicação e obediência aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade e publicidade;

VI - publicizar os projetos selecionados com base nos editais a serem financiados pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

VII - monitorar e avaliar a aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, por intermédio de balancetes trimestrais, relatório financeiro e o balanço anual do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, sem prejuízo de outras formas, garantindo a devida publicidade dessas informações, em sintonia com o disposto em legislação específica;

VIII - monitorar e fiscalizar os programas, projetos e ações financiadas com os recursos do Fundo, segundo critérios e meios definidos pelo próprio Conselho, bem como solicitar aos responsáveis, a qualquer tempo, as informações necessárias ao acompanhamento e à avaliação das atividades apoiadas pelo Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IX - desenvolver atividades relacionadas à ampliação da captação de recursos para o Fundo;

X - mobilizar a sociedade para participar no processo de elaboração e implementação da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - Para o desempenho de suas atribuições, o Poder Executivo deverá garantir ao Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente o suficiente e necessário suporte organizacional, estrutura física, recursos humanos e financeiros.

Seção III

Dos Recursos do FIA

Art. 24 - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente tem como receitas:

I - recursos públicos que lhes forem destinados, consignados no Orçamento do Município, inclusive mediante transferências do tipo "fundo a fundo" entre as três esferas de governo;

II - doações de pessoas físicas e jurídicas, sejam elas de bens materiais, imóveis ou recursos financeiros;

III - destinações de receitas dedutíveis do Imposto de Renda, com incentivos fiscais, nos termos do Estatuto da Criança e do Adolescente e demais legislações pertinentes;

IV - contribuições de governos estrangeiros e de organismos internacionais multilaterais;

V - o resultado de aplicações no mercado financeiro, observada a legislação pertinente;

VI - recursos provenientes de multas, concursos de prognósticos, dentre outros que lhe forem destinados.

Parágrafo único - O Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente terá como dotação consignada anual o mínimo de 1% (um por cento) da receita municipal efetivamente arrecadada.

Seção IV**Das Condições de Aplicação dos Recursos do FIA**

Art. 25 - A aplicação dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, deliberada pelo CMDCA, deverá ser destinada para o financiamento de ações governamentais e não-governamentais relativas a:

I - desenvolvimento de programas e serviços complementares ou inovadores, por tempo determinado, não excedendo a 3 (três) anos, da política de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - acolhimento, sob a forma de guarda, de criança e de adolescente, órfão ou abandonado, na forma do disposto no art. 227, § 3º, VI, da Constituição Federal e do art. 260, § 2º da Lei nº 8.069, de 1990, observadas as diretrizes do Plano Nacional de Promoção, Proteção e Defesa do Direito de Crianças e Adolescentes à Convivência Familiar e Comunitária;

III - programas e projetos de pesquisa, de estudos, elaboração de diagnósticos, sistemas de informações, monitoramento e avaliação das políticas públicas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

IV - programas e projetos de capacitação e formação profissional continuada dos operadores do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente;

V - desenvolvimento de programas e projetos de comunicação, campanhas educativas, publicações, divulgação das ações de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

VI - ações de fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, com ênfase na mobilização social e na articulação para a defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Art. 26 - Deve ser vedada a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para despesas que não se identifiquem diretamente com a realização de seus objetivos ou serviços determinados nesta lei, exceto em situações emergenciais ou de calamidade pública previstas em lei. Esses casos excepcionais devem ser aprovados pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Parágrafo Único - Além das condições estabelecidas no caput, deve ser vedada ainda a utilização dos recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente para:

I - a transferência sem a deliberação do respectivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

II - pagamento, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar;

III - manutenção e funcionamento do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

IV - o financiamento das políticas públicas sociais básicas, em caráter continuado, e que disponham de fundo específico, nos

termos definidos pela legislação pertinente;

V - investimentos em aquisição, construção, reforma, manutenção e/ou aluguel de imóveis públicos e/ou privados, ainda que de uso exclusivo da política da infância e da adolescência.

Art. 27 - O saldo financeiro positivo apurado no balanço do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve ser transferido para o exercício subsequente, a crédito do mesmo fundo, conforme determina o art. 73 da Lei nº 4.320 de 1964.

Seção V**Do controle e da Fiscalização**

Art. 28 - O Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente deve utilizar os meios ao seu alcance para divulgar amplamente:

I - as ações prioritárias das políticas de promoção, proteção, defesa e atendimento dos direitos da criança e do adolescente;

II - os prazos e os requisitos para a apresentação de projetos a serem beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente;

III - a relação dos projetos aprovados em cada edital, o valor dos recursos previstos e a execução orçamentária efetivada para implementação dos mesmos;

IV - o total das receitas previstas no orçamento do Fundo para cada exercício;

V - os mecanismos de monitoramento, de avaliação e de fiscalização dos resultados dos projetos beneficiados com recursos do Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

CAPÍTULO III**CONSELHO TUTELAR**

Art. 29 - O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e adolescente definidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Parágrafo único - O Conselho Tutelar do Município de Ilhota estará vinculado administrativamente a Secretaria Municipal de Assistência Social, sendo sua autonomia relativa ao atendimento da criança e do adolescente, cujas decisões só poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

Art. 30 - A votação do Processo de Escolha do Conselho Tutelar ocorrerá, a cada 04 (quatro) anos, no primeiro domingo do mês de outubro do ano subsequente ao da eleição presidencial.

Art. 31 - A posse dos Conselheiros Tutelares ocorrerá no dia 10 (dez) de janeiro do ano subsequente ao processo de escolha.

Art. 32 - O Conselho Tutelar possuirá sala própria para atendimento e trabalhos administrativos custeados através de dotação específica para implantação, manutenção e funcionamento do Conselho Tutelar e custeio de suas atividades.

Parágrafo único - Para a finalidade do caput, devem ser consideradas as seguintes despesas:

I - custeio com mobiliário, água, luz, telefone fixo e móvel, internet, computadores, fax e outros;

II - formação continuada para os membros do Conselho Tutelar,

III - custeio de despesas dos conselheiros inerentes ao exercício de suas atribuições;

IV - espaço adequado para a sede do Conselho Tutelar, seja por meio de aquisição, seja por locação, bem como sua manutenção;

V - transporte adequado, permanente e exclusivo para o exercício da função, incluindo sua manutenção; e segurança da sede e de todo o seu patrimônio.

Art. 33 - A sede do Conselho Tutelar funcionará atendendo, através de seus Conselheiros, caso a caso:

I - das 8h às 12h e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta-feira;

II - fora do expediente normal, os Conselheiros distribuirão entre si, segundo normas do Regimento Interno, a forma de hora de sobreaviso;

III - para este regime de plantão, o Conselheiro terá seu nome divulgado, conforme constará em Regimento Interno, para atender emergência a partir do local onde se encontra;

IV - o Regimento Interno estabelecerá o regime de trabalho e as formas de cumprimento das rotinas de sobreaviso, de forma a atender às atividades do Conselho, sendo que cada Conselheiro deverá prestar, dentre todo o regime de trabalho e sobreaviso, quarenta horas semanais.

Art. 34 - O Conselho Tutelar de Ilhota será composto de cinco (05) membros titulares e, no mínimo cinco (05) suplentes.

Art. 35 - O processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá observar as seguintes diretrizes:

I - eleição mediante sufrágio universal e direto, pelo voto facultativo e secreto dos eleitores do Município de Ilhota, em processo a ser regulamentado e conduzido pelo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente Ilhota - CMDCA;

II - candidatura individual, não sendo admitida a composição de chapas e;

III - fiscalização pelo Ministério Público.

Art. 36 - Os 05 (cinco) candidatos mais votados serão nomeados Conselheiros Tutelares titulares e os demais serão considerados suplentes, pela ordem decrescente de votação.

§ 1º O mandato será de 04 (quatro) anos, permitida uma recondução, mediante novo processo de escolha.

§ 2º O Conselheiro Tutelar titular que tiver exercido o cargo por período consecutivo superior a um mandato e meio não poderá participar do processo de escolha subsequente.

Art. 37 - Caberá ao CMDCA, com a antecedência devida, regulamentar o processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, mediante resolução específica, observadas as disposições contidas na Lei nº 8.069, de 1990, nas resoluções vigentes do CONANDA e nas estabelecidas na presente Lei.

§1º A resolução regulamentadora do processo de escolha deverá prever, dentre outras disposições:

I - o calendário com as datas e os prazos para registro de candidaturas, impugnações, recursos e outras fases do certame, de forma que o processo de escolha se inicie no mínimo seis meses antes do término do mandato dos membros do Conselho Tutelar em exercício;

II - a documentação a ser exigida dos candidatos, como forma de comprovar o preenchimento dos requisitos previstos no art. 133 da Lei nº 8.069, de 1990;

III - as regras de campanha, contendo as condutas permitidas e vedadas aos candidatos, com as respectivas sanções; e

IV - a criação e composição de comissão especial encarregada de realizar o processo de escolha.

§2º A resolução regulamentadora do processo de escolha para o Conselho Tutelar não poderá estabelecer outros requisitos além daqueles exigidos dos candidatos pela Lei nº 8.069 de 1990, e pela presente Lei.

§3º A relação de condutas ilícitas e vedadas seguirá o disposto na legislação local com a aplicação de sanções de modo a evitar o abuso do poder político, econômico, religioso, institucional e dos meios de comunicação, dentre outros.

§4º O CMDCA deverá envidar esforços para que o processo de escolha ocorra, preferencialmente, no primeiro semestre do ano, de modo a evitar coincidência com as eleições gerais e esteja finalizado, no mínimo, trinta dias antes do término do mandato dos Conselheiros Tutelares em exercício.

§5º Cabe ao Município o custeio de todas as despesas decorrentes do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar.

Art. 38 - Caberá ao CMDCA conferir ampla publicidade ao processo de escolha dos membros para o Conselho Tutelar, mediante publicação de edital de convocação do pleito no diário oficial do Município, mural municipal, afixação em locais de amplo acesso ao público, chamadas na rádio, jornais e através do sítio eletrônico www.ilhota.sc.gov.br e ainda, em sítio eletrônico próprio se for o caso.

§1º O edital conterá, dentre outros, os requisitos legais à candidatura, a relação de documentos a serem apresentados pelos candidatos, a carga horária de 30 horas/semanais, a remuneração, as

regras da campanha e o calendário de todas as fases do certame. §2º A divulgação do processo de escolha deverá ser acompanhada de informações sobre o papel do Conselho Tutelar e sobre a importância da participação de todos os cidadãos, na condição de candidatos ou eleitores, servindo de instrumento de mobilização popular em torno da causa da infância e da juventude, conforme dispõe o art. 88, inciso VII, da Lei nº 8.069, de 1990.

Art. 39 - Compete ao CMDCA tomar, com a antecedência devida, as seguintes providências para a realização do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar:

I - obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas eletrônicas,

II - em caso de impossibilidade de obtenção de urnas eletrônicas, obter junto à Justiça Eleitoral o empréstimo de urnas comuns e o fornecimento das listas de eleitores a fim de que a votação seja feita manualmente; e

III - garantir o fácil acesso aos locais de votação.

Art. 40 - O CMDCA deverá delegar a uma comissão especial eleitoral, de composição paritária entre conselheiros representantes do governo e da sociedade civil, a condução do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar, observados os mesmos critérios exigidos através do art. 39 desta Lei.

§1º A composição, assim como as atribuições da comissão referida no caput deste artigo, devem constar da resolução regulamentadora do processo de escolha.

§2º A comissão especial eleitoral ficará encarregada de analisar os pedidos de registro de candidatura e dar ampla publicidade à relação dos pretendentes inscritos, facultando a qualquer cidadão impugnar, no prazo de 5 (cinco) dias contados da publicação, candidatos que não atendam os requisitos exigidos, indicando os elementos probatórios.

§3º Diante da impugnação de candidatos ao Conselho Tutelar em razão do não preenchimento dos requisitos legais ou da prática de condutas ilícitas ou vedadas, cabe à comissão especial eleitoral:

I - notificar os candidatos, concedendo-lhes prazo para apresentação de defesa; e

II - realizar reunião para decidir acerca da impugnação da candidatura, podendo, se necessário, ouvir testemunhas eventualmente arroladas, determinar a juntada de documentos e a realização de outras diligências.

§4º Das decisões da comissão especial eleitoral caberá recurso à plenária do CMDCA, que se reunirá, em caráter extraordinário, para decisão com o máximo de celeridade.

§5º Esgotada a fase recursal, a comissão especial eleitoral fará publicar a relação dos candidatos habilitados, com cópia ao Ministério Público.

§6º Cabe ainda à comissão especial eleitoral:

I - realizar reunião destinada a dar conhecimento formal das regras da campanha aos candidatos considerados habilitados ao pleito, que firmarão compromisso de respeitá-las, sob pena de imposição das sanções previstas na legislação local;

II - estimular e facilitar o encaminhamento de notícias de fatos que constituam violação das regras de campanha por parte dos candidatos ou à sua ordem;

III - analisar e decidir, em primeira instância administrativa, os pedidos de impugnação e outros incidentes ocorridos no dia da votação;

IV - providenciar a confecção das cédulas de votação, conforme modelo a ser aprovado, se for o caso;

V - escolher e divulgar os locais de votação;

VI - selecionar, preferencialmente junto aos órgãos públicos municipais, os mesários e escrutinadores, bem como seus respectivos suplentes, que serão previamente orientados sobre como proceder no dia da votação, na forma da resolução regulamentadora do pleito;

VII - solicitar, junto ao comando da Polícia Militar, a designação de efetivo para garantir a ordem e segurança dos locais de votação e apuração;

VIII - divulgar, imediatamente após a apuração, o resultado oficial

da votação; e

IX - resolver os casos omissos.

§7º O Ministério Público será pessoalmente notificado, com a antecedência devida, de todas as reuniões deliberativas realizadas pela comissão especial eleitoral e pelo CMDCA, bem como de todas as decisões nelas proferidas e de todos os incidentes verificados no decorrer do certame.

Art. 41 - Para a candidatura a membro do Conselho Tutelar serão exigidos os seguintes critérios:

I - reconhecida idoneidade moral;

II - idade superior a vinte e um anos;

III - residir no Município por, no mínimo 02 anos;

IV - Formação mínima no Ensino Médio;

V - comprovação negativa de antecedentes criminais;

VI - experiência na área da defesa ou atendimento dos direitos da criança e do adolescente, com no mínimo 180 (cento e oitenta) horas de cursos e/ou atuação nos últimos cinco anos;

VII - estar em pleno gozo das aptidões física e mental para o exercício da função de conselheiro tutelar;

§1º Após o período de inscrições, os candidatos que tiverem sua inscrição homologada, participarão de curso de capacitação, devendo 100% (cem por cento) com carga horária mínima de 16 horas, que versará sobre a importância do Conselho Tutelar, bem como suas atribuições, a ser realizado por pessoa física ou jurídica, com comprovada experiência na área de atuação e/ou formação dos direitos da criança e do adolescente.

§2º Os candidatos, após a participação no curso de capacitação, deverão realizar prova escrita, elaborada pelo CMDCA ou a quem este designar juntamente com o Ministério Público onde avaliar-se-ão conhecimentos relacionados à área da criança, do adolescente e da família, tais como legislação relativa à área, aspectos do desenvolvimento biopsicosocial da criança, do adolescente e da família, bem como atribuições do Conselho Tutelar, com caráter eliminatório.

Art. 42 - O processo de escolha para o Conselho Tutelar ocorrerá com o número mínimo de dez pretendentes devidamente habilitados.

§1º Caso o número de pretendentes habilitados seja inferior a dez, o CMDCA poderá suspender o trâmite do processo de escolha e reabrir prazo para inscrição de novas candidaturas, sem prejuízo da garantia de posse dos novos conselheiros ao término do mandato em curso.

§2º Em qualquer caso, o CMDCA deverá envia esforços para que o número de candidatos seja o maior possível, de modo a ampliar as opções de escolha pelos eleitores e obter um número maior de suplentes.

Art. 43 - A votação deverá ocorrer no dia previsto no edital do processo de escolha publicado pelo CMDCA.

Parágrafo único - O resultado do processo de escolha dos membros do Conselho Tutelar deverá ser publicado no Diário Oficial do Município, no Mural Municipal e no sítio eletrônico www.ilhota.sc.gov.br e ainda, em sítio eletrônico próprio se houver, com a indicação do dia, hora e local da nomeação e posse dos Conselheiros Tutelares titulares e suplentes.

Art. 44 - No Processo de Escolha do Conselho Tutelar é vedado ao Candidato doar, oferecer, prometer ou entregar ao eleitor bem ou vantagem pessoal de qualquer natureza, inclusive brindes de pequeno valor.

Art. 45 - São impedidos de servir no mesmo Conselho Tutelar os cônjuges, companheiros, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

§1º - Estende-se o impedimento do caput ao conselheiro tutelar em relação à:

I - autoridade judiciária;

II - representante do Ministério Público com atuação na Justiça da Infância e da Juventude da mesma comarca;

III - Vereadores;

IV - Prefeito e Vice Prefeito;

V - Secretários;

VI - Coordenador ou membros do CMDCA.

§2º O membro do CMDCA que pretender concorrer a Conselheiro Tutelar deverá pedir o seu afastamento da função no ato da inscrição da candidatura.

Art. 46 - Ocorrendo vacância ou afastamento de quaisquer dos membros titulares do Conselho Tutelar, o CMDCA convocará o suplente para o preenchimento da vaga.

§1º - Os Conselheiros Tutelares suplentes serão convocados, seja em caráter provisório ou permanente de acordo com a ordem de votação e receberão remuneração proporcional ao período que atuarem no órgão, sem prejuízo da remuneração dos titulares quando em gozo de licenças remuneradas e férias regulamentares.

§2º - No caso da inexistência de suplentes, caberá ao CMDCA realizar processo de escolha suplementar para o preenchimento das vagas.

§3º - A homologação da candidatura de membros do Conselho Tutelar a cargos eletivos deverá implicar a perda de mandato por incompatibilidade com o exercício da função.

Art. 47 - Compete ao Conselho Tutelar a elaboração e aprovação do seu Regimento Interno.

§1º A proposta do Regimento Interno deverá ser encaminhada ao CMDCA para apreciação e deliberação, sendo lhes facultado, o envio de propostas de alteração.

§2º Uma vez aprovado, o Regimento Interno do Conselho Tutelar será publicado, afixado em local visível na sede do órgão e encaminhado ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e ao CMDCA.

Art. 48 - O Presidente do Conselho Tutelar será escolhido pelos seus pares, dentro do prazo de 05 (cinco) dias, em reunião presidida pelo conselheiro mais idoso, o qual também coordenará o Conselho no decorrer daquele prazo.

Art. 49 - Todos os membros do Conselho Tutelar serão submetidos à mesma carga horária semanal de trabalho, bem como aos mesmos períodos de sobreaviso, sendo vedado qualquer tratamento desigual.

§1º - Os Conselheiros registrarão seu horário de trabalho, através de relógio ponto afixado no espaço utilizado no Conselho Tutelar.

§2º - O disposto no caput não impede a divisão de tarefas entre os conselheiros, para fins de realização de diligências, atendimento descentralizado em comunidades distantes da sede, fiscalização de entidades, programas e outras atividades externas, sem prejuízo do caráter colegiado das decisões tomadas pelo Conselho.

Art. 50 - As decisões do Conselho Tutelar serão tomadas pelo seu Colegiado, conforme dispuser o Regimento Interno.

§1º - O Conselho Tutelar realizará semanalmente, de acordo com o disposto em seu Regimento Interno, sessões deliberativas plenárias, onde serão apresentados aos demais os casos atendidos individualmente pelos conselheiros, bem como relatados os encaminhamentos efetuados e apresentadas propostas para seus desdobramentos futuros.

§2º - As sessões serão instaladas com o mínimo de 03 (três) Conselheiros, ocasião em que serão referendadas, ou não, as decisões tomadas individualmente, em caráter emergencial, bem como formalizada a aplicação das medidas cabíveis às crianças, adolescentes e famílias atendidas, facultado, nos casos de maior complexidade, a requisição da intervenção de profissionais das áreas jurídica, médica, psicológica, pedagógica e de serviço social, que poderão ter seus serviços requisitados junto aos órgãos municipais competentes.

§3º - As medidas de caráter emergencial, tomadas durante os plantões, serão comunicadas ao colegiado no primeiro dia útil subsequente, para ratificação ou retificação.

§4º - As decisões serão motivadas e comunicadas formalmente aos interessados, mediante documento escrito, no prazo máximo de quarenta e oito horas, sem prejuízo de seu registro em arquivo próprio, na sede do Conselho.

§5º - Se não localizado, o interessado será intimado através de publicação do extrato da decisão na sede do Conselho Tutelar.

§6º - É garantido ao Ministério Público e à autoridade judiciária o acesso irrestrito aos registros do Conselho Tutelar, resguardado o sigilo perante terceiros.

§7º - Os demais interessados ou procuradores legalmente constituídos terão acesso às atas das sessões deliberativas e registros do Conselho Tutelar que lhes digam respeito, ressalvadas as informações que coloquem em risco a imagem ou a integridade física ou psíquica da criança ou adolescente, bem como a segurança de terceiros.

§8º - Para os efeitos deste artigo, são considerados interessados os pais ou responsável legal da criança ou adolescente atendido, bem como os destinatários das medidas aplicadas e das requisições de serviço efetuadas.

Art. 51 - É vedado ao Conselho Tutelar executar serviços e programas de atendimento, os quais devem ser requisitados via ofício aos órgãos encarregados da execução de políticas públicas.

Art. 52 - O Poder Executivo fornecerá ao Conselho Tutelar os meios necessários para sistematização de informações relativas às demandas e deficiências na estrutura de atendimento à população de crianças e adolescentes, tendo como base o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência - SIPIA.

§1º - O Conselho Tutelar encaminhará relatório mensal ao CMDCA e ao Ministério Público, contendo a síntese dos dados referentes ao exercício de suas atribuições, bem como as demandas e deficiências na implementação das políticas públicas, de modo que sejam definidas estratégias e deliberadas providências necessárias para solucionar os problemas existentes.

§2º - Cabe a Secretaria Municipal de Assistência Social, auxiliar o Conselho Tutelar na coleta de dados e no encaminhamento das informações relativas às demandas e deficiências das políticas públicas ao CMDCA.

§ 3º - O plano de implantação do SIPIA deverá obedecer cronograma estipulado pelo CMDCA.

Art. 53 - A função de membro do Conselho Tutelar exige dedicação exclusiva, vedado o exercício concomitante de qualquer outra atividade pública ou privada.

Art. 54 - Se servidor municipal ocupante de cargo em provimento efetivo for eleito para o Conselho Tutelar, poderá optar entre o valor dos subsídios devidos aos Conselheiros ou o valor de seus vencimentos incorporados, ficando-lhe garantidos:

I - o retorno ao cargo, emprego ou função que exercia, assim que findo o seu mandato;

II - a contagem do tempo de serviço para todos os efeitos legais,

Art. 55 - A remuneração dos Conselheiros Tutelares, referente à carga horária de 30 horas semanais e seus respectivos plantões, conforme Lei Municipal de Cargos e Salários;

Art. 56 - Os Conselheiros Tutelares receberão todos os seguintes benefícios, conforme concedidos aos servidores municipais:

I - gozo de férias anuais remuneradas, acrescidas de um terço do valor da remuneração mensal;

II - gratificação natalina;

III - licença maternidade;

IV - licença paternidade;

V - licença para tratamento de saúde;

VI - inclusão em plano de saúde, quando oferecido pelo Poder Público Municipal ao funcionalismo público municipal;

VII - cobertura previdenciária.

Art. 57 - Os Conselheiros Tutelares terão direito a diárias com finalidade de indenização de suas despesas pessoais, desde que se encontre fora do Município, com finalidade específica de representação do Conselho.

Parágrafo único. A concessão de diária aos conselheiros tutelares será regrada conforme lei municipal específica.

Art. 58 - São deveres dos membros do Conselho Tutelar:

I - manter conduta pública e particular ilibada;

II - zelar pelo prestígio da instituição;

III - indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos, submetendo sua manifestação à deliberação do colegiado;

IV - obedecer aos prazos regimentais para suas manifestações e

exercício das demais atribuições;

V - comparecer às sessões deliberativas do Conselho Tutelar e do CMDCA;

VI - desempenhar suas funções com zelo, presteza e dedicação;

VII - declarar-se suspeitos ou impedidos no que se refere aos atendimentos realizados;

VIII - adotar, nos limites de suas atribuições, as medidas cabíveis em face de irregularidade no atendimento a crianças, adolescentes e famílias;

IX - tratar com urbanidade os interessados, testemunhas, funcionários e auxiliares do Conselho Tutelar e dos integrantes da Secretaria Municipal de Assistência Social;

X - residir no Município;

XI - prestar as informações solicitadas pelas autoridades públicas e pelas pessoas que tenham legítimo interesse ou seus procuradores legalmente constituídos;

XII - identificar-se em suas manifestações funcionais; e

XIII - atender aos interessados, a qualquer momento, nos casos urgentes.

Parágrafo único - Em qualquer caso, a atuação do membro do Conselho Tutelar será voltada à defesa dos direitos fundamentais das crianças e adolescentes, cabendo-lhe, com o apoio do colegiado, tomar as medidas necessárias à proteção integral que lhes é devida.

Art. 59 - É vedado aos Conselheiros Tutelares do Município de Ilhota:

I - receber, a qualquer título e sob qualquer pretexto, vantagem pessoal de qualquer natureza;

II - exercer outra atividade laboral, formal ou informalmente, no horário fixado na lei para o funcionamento do Conselho Tutelar;

III - utilizar-se do Conselho Tutelar para o exercício de propaganda e atividade político-partidária;

IV - ausentar-se da sede do Conselho Tutelar durante o expediente, salvo quando em diligências ou por necessidade do serviço;

V - opor resistência injustificada ao andamento do serviço;

VI - delegar a pessoa que não seja membro do Conselho Tutelar o desempenho da atribuição que seja de sua responsabilidade;

VII - valer-se da função para lograr proveito pessoal ou de outrem;

VIII - receber comissões, presentes ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atribuições;

IX - proceder de forma desidiosa;

X - exercer quaisquer atividades que sejam incompatíveis com o exercício da função e com o horário de trabalho;

XI - exceder no exercício da função, abusando de suas atribuições específicas, nos termos previstos na Lei nº 4.898, de 9 de dezembro de 1965;

XII - deixar de submeter ao Colegiado as decisões individuais referentes à aplicação de medidas protetivas a crianças, adolescentes, pais ou responsáveis previstas nos arts. 101 e 129 da Lei nº 8.069, de 1990;

XIII - descumprir os deveres funcionais atinentes a sua ocupação; e,

XIV - divulgar, por qualquer meio, notícia a respeito de fato que possa identificar a criança, o adolescente ou sua família, salvo autorização judicial, nos termos do ECA;

Art. 60 - O membro do Conselho Tutelar será declarado impedido de analisar o caso quando:

I - a situação atendida envolver cônjuge, companheiro, ou parentes em linha reta colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

II - for amigo íntimo ou inimigo capital de qualquer dos interessados;

III - algum dos interessados for credor ou devedor do membro do Conselho Tutelar, de seu cônjuge, companheiro, ainda que em união homoafetiva, ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive;

IV - tiver interesse na solução do caso em favor de um dos interessados.

§1º - O membro do Conselho Tutelar também poderá declarar

suspeição por motivo de foro íntimo.

§2º - O interessado poderá requerer ao Colegiado o afastamento do membro do Conselho Tutelar que considere impedido, nas hipóteses desse artigo.

Art. 61 - A vacância da função de membro do Conselho Tutelar decorrerá de:

I - renúncia;

II - posse e exercício em outro cargo, emprego ou função pública ou privada remunerada;

III - aplicação de sanção administrativa de destituição da função;

IV - falecimento;

V - condenação por sentença transitada em julgado pela prática de crime que comprometa a sua idoneidade moral, ou;

Art. 62 - Constituem penalidades administrativas passíveis de serem aplicadas aos membros do Conselho Tutelar:

I - advertência;

II - suspensão não remunerada do exercício da função;

III - destituição da função.

Art. 63 - A Plenária do CMDCA, pela maioria absoluta de seus membros (metade mais um dos membros), decidirá o caso.

§ 1º - Para aplicar a penalidade mais grave, que é a de perda da função pública de Conselheiro Tutelar, faz-se necessária a maioria qualificada de 2/3 (dois terços) de todos os seus membros.

§ 2º - Da decisão que aplicar qualquer medida disciplinar, em 10 (dez) dias, poderá ser apresentado recurso ao Prefeito Municipal, de cuja decisão final não caberá qualquer outro recurso administrativo, dando-se então publicidade e comunicando-se ao denunciante.

§ 3º - A perda do mandato será decretada por ato do Prefeito Municipal, após deliberação neste sentido pela maioria de 2/3 (dois terços) do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Art. 64 - Na aplicação das penalidades administrativas, deverão ser consideradas a natureza e a gravidade da infração cometida, os danos que dela provierem para a sociedade ou serviço público, os antecedentes no exercício da função, assim como as circunstâncias agravantes e atenuantes previstas no Código Penal.

Art. 65 - As penalidades de suspensão do exercício da função e de destituição do mandato poderão ser aplicadas ao Conselheiro Tutelar nos casos de descumprimento de suas atribuições, prática de crimes que comprometam sua idoneidade moral ou conduta incompatível com a confiança outorgada pela comunidade.

Parágrafo único. De acordo com a gravidade da conduta ou para garantia da instrução do procedimento disciplinar, poderá ser determinado o afastamento liminar do Conselheiro Tutelar até a conclusão da investigação.

Art. 66 - O processo disciplinar para apurar os fatos e aplicar as penalidades ao Conselheiro Tutelar que praticar falta funcional será conduzido por uma Comissão Especial, criada especificamente para este fim, através de ato do CMDCA e do Poder Executivo, com os seguintes membros:

I - 1 (um) representante da Procuradoria Geral do Município, que deverá assessorar a Comissão;

II - 1 (um) representante da Secretaria Municipal de Assistência Social;

III - 2 (dois) representantes do CMDCA, sendo um governamental e outro não-governamental.

Art. 67 - O processo disciplinar terá início mediante peça informativa escrita de iniciativa de membro do CMDCA, do Ministério Público ou de qualquer interessado, contendo a descrição dos fatos e, se possível, a indicação de meios de prova dos mesmos.

Art. 68 - Instaurado o processo disciplinar, o indiciado será citado pessoalmente, com antecedência mínima de 72 (setenta e duas) horas, para ser interrogado.

§ 1º - Esquivando-se o indiciado da citação, será o fato declarado por 2 (duas) testemunhas, e dar-se-á prosseguimento ao processo disciplinar à sua revelia. Se citado, deixar de comparecer, o processo também seguirá.

§ 2º - Comparecendo o indiciado, assumirá o processo no estágio em que se encontrar.

Art. 69 - Após o interrogatório o indiciado será intimado do prazo de 3 (três) dias úteis para apresentação de defesa prévia, em que poderá juntar documentos, solicitar diligências e arrolar testemunhas, no número máximo de 3 (três).

Art. 70 - Na oitiva das testemunhas, primeiro serão ouvidas as indicadas na denúncia e as de interesse da Comissão, sendo por último as arroladas pela defesa.

Parágrafo único - O indiciado será intimado das datas e horários das audiências, podendo se fazer presente e participar.

Art. 71 - Concluída a instrução do processo disciplinar, o indiciado será intimado do prazo de 10 (dez) dias para a apresentação de defesa final.

Parágrafo único - Encerrado o prazo, a Comissão emitirá relatório conclusivo no prazo de 10 (dez) dias, manifestando-se quanto à procedência ou não da acusação, e no primeiro caso, sugerindo ao CMDCA a penalidade a ser aplicada, o qual deverá ser encaminhado ao Prefeito Municipal para cumprimento, quando necessário.

Art. 72 - Havendo indícios da prática de crime por parte do Conselheiro Tutelar, a Comissão Especial comunicará o fato ao Ministério Público para adoção das medidas legais.

Art. 73 - Os suplentes serão convocados nos seguintes casos:

I - férias do titular;

II - quando as licenças a que fizerem jus os titulares excederem a 15 (quinze) dias;

III - no caso de renúncia do titular;

IV - falecimento;

V - condenação e/ou afastamento.

§1º - Reassumindo o titular, encerra-se a convocação do suplente o qual retornará à sua classificação no certame de sua escolha ficando à disposição de nova convocação.

§2º - O suplente de Conselheiro Tutelar perceberá a remuneração e os direitos decorrentes do exercício do cargo quando substituir o titular.

§3º - A convocação do suplente obedecerá à ordem resultante da eleição do respectivo Conselho Tutelar.

§4º As férias do Conselheiro Tutelar serão anuais e usufruídas consecutivamente, permitido o afastamento de um Conselheiro por vez.

§5º A tabela de fruição das férias será organizada pela Secretaria Municipal de Assistência Social em parceria com os Conselheiros Tutelares, até o dia 15 de dezembro de cada ano.

Art. 74 - O conselheiro candidato a outro cargo eletivo deverá renunciar de sua função, assumindo o suplente.

Art. 75 - O CMDCA deverá estabelecer, em conjunto com o Conselho Tutelar, uma política de qualificação profissional permanente dos seus membros, voltada à correta identificação e atendimento das demandas inerentes ao órgão.

§1º - A política referida no caput compreende o estímulo e o fornecimento dos meios necessários para adequada formação e atualização funcional dos membros dos Conselhos e seus suplentes, o que inclui, dentre outros, a disponibilização de material informativo, realização de encontros com profissionais que atuam ou com formação na área da infância e juventude e patrocínio de cursos e palestras sobre o tema.

TÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 76 - Para adequação do Mandato dos Conselheiros Tutelares conforme preconiza a Lei Federal Nº12.696 de 25 de julho de 2012, referindo-se a transição de 03 (três) para 04 (quatro) anos, fica o CMDCA autorizado a estabelecer as providências necessárias para que a eleição aconteça no primeiro domingo do mês de outubro do ano de 2015 e a posse no dia 10 de janeiro do ano subsequente, ou conforme orientações do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente - CONANDA.

Art. 77 - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogada a Lei nº 008 de 31 de dezembro de 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ILHOTA, em 05 de maio de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei 1772 2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Ilhota
Poder Executivo Municipal- Gabinete do Prefeito
Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC
C.NP.J 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000
Fone: (047) 3343-8800 Fax: (047) 3343-8009

Lei nº 1772, de 05 de maio de 2014.

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CUSTEAR MORADIA A MÉDICO INTEGRANTE DO PROJETO MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE ILHOTA.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ILHOTA, SC, FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a custear despesa de moradia e alimentação à médicos participantes do Projeto Mais Médicos para o Brasil, com o qual contemplado o Município de Ilhota, em face da sua adesão ao referido Projeto.

Art. 2º Atendendo aos parâmetros fixados na Portaria nº 23, de 1º de outubro de 2013, do Ministério da Saúde - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, notadamente o artigo 3º, fica autorizado o pagamento, pelo Município, de no mínimo R\$ 500,00 (quinhentos reais) e no máximo R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais) mensais, para atendimento às despesas de moradia de médicos estrangeiros que atuarem no Município, pelo período de 3 (três) anos.

Art. 3º Atendendo aos critérios estabelecidos no art. 9º Portaria nº 23, de 1º de outubro de 2013, do Ministério da Saúde - Secretaria de Gestão do Trabalho e da Educação na Saúde, fica autorizado o pagamento, pelo Município, de quantia destinada ao custeio de alimentação, no importe de R\$ 371,00 (trezentos e setenta e um reais) a R\$ 500,00 (quinhentos reais) mensais, para médicos estrangeiros que atuarem no Município, pelo período de 3 (três) anos.

Art. 4º As despesas com a execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias consignados no orçamento anual da Secretaria Municipal de Saúde - Fundo Municipal de Saúde.

Art. 5º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação. Registre-se e publique-se.

Ilhota, SC, 05 de maio de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei 1773 2014

Lei nº 1773, DE 05 DE MAIO DE 2014

Autoriza o Poder Executivo Municipal a Realizar Repasse Financeiro à Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota.

Daniel Christian Bosi, Prefeito Municipal de Ilhota(SC), no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores Aprovou e Eu Sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a

efetuar repasse financeiro, à Associação do Corpo de Bombeiros Voluntários de Ilhota - SC, inscrita no CNPJ sob n. 07.208.421/0001-51, no montante de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais).

Parágrafo único. O repasse da verba especificada neste artigo será concedido em parcela única no mês de maio de 2014.

Art. 2º. A entidade beneficiada com os recursos financeiros previstos nesta Lei sujeitar-se-á à prestação de contas de suas corretas aplicações, diretamente ao Município de Ilhota.

Art. 3º. As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta de dotação específica do orçamento vigente neste exercício.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal de Ilhota,
05 de maio de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Lei 1774 2014

Estado de Santa Catarina
Prefeitura Municipal de Ilhota
Poder Executivo Municipal- Gabinete do Prefeito
Rua: Leoberto Leal, 160 - Centro - Ilhota - SC
C.NP.J 83.102.301/0001-53 CEP 88.320-000
Fone: (047) 3343-8800 Fax: (047) 3343-8009
Lei nº 1774 de 05 de maio de 2014.
Altera art.2º da Lei nº 1010/2000 e dá outras providências.

DANIEL CHRISTIN BOSI, Prefeito Municipal de Ilhota, SC, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município de Ilhota, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e ele promulga e sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Altera o artigo 2º da Lei 1010/2000, que passa a vigorar com a seguinte redação:

" Art.2º. O CAE, criado por Legislação Municipal como órgão colegiado de caráter consultivo, fiscalizador e de assessoramento, tem por finalidade atuar nas questões referentes à municipalização da merenda escolar, com o objetivo de assegurar o controle social deste programa, através da participação da sociedade civil local nas ações desenvolvidas pelo poder público.

Parágrafo único. Cabe ao CAE desenvolver as atividades previstas na Lei nº 0779/97, quais sejam:

- I - fiscalizar e controlar a aplicação dos recursos repassados pela União ao Município e destinados à merenda escolar dos estabelecimentos de educação infantil e ensino fundamental;
- II - promover em acordo com o município, a elaboração dos cardápios dos programas de alimentação escolar, respeitando os hábitos alimentares de cada localidade, sua vocação agrícola, as exigências nutricionais e as preferências pelos produtos "in natura";
- III - desempenhar outras funções relacionadas com a aplicação dos recursos repassados para a merenda escolar, tais como: participar de todo o processo licitatório, desde a elaboração do edital, participação no processo licitatório, acompanhamento na entrega dos produtos alimentícios e acompanhamento da prestação de contas durante todo o ano;
- IV - realizar visitas trimestrais nas cozinhas dos estabelecimentos de ensino do município e semestrais aos fornecedores de merenda escolar;
- V - Elaborar o seu Regimento Interno.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.
Registre-se e publique-se.

Ilhota, SC, 05 de maio de 2014.
DANIEL CHRISTIAN BOSI
Prefeito Municipal

Imbituba

PREFEITURA

Portaria PMI/Seash Nº 003, de 30 de Abril de 2014.

PORTARIA PMI/SEASH Nº 003, de 30 de abril de 2014.

Dispõe sobre a prorrogação de prazo do processo administrativo disciplinar, e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL E HABITAÇÃO, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a legislação em vigor, em conformidade com a Lei Complementar nº 3.086, de 18 de abril de 2007, que institui o Regime Disciplinar dos Servidores Públicos do Município, das autarquias, inclusive as em regime especial, e das fundações públicas municipais, e

CONSIDERANDO, ainda, o teor do Processo Administrativo nº 5419/2014;

RESOLVE:

Art. 1º Fica prorrogado por igual período, o prazo estabelecido no Art. 3º da Portaria PMI/SEASH nº 001, de 28 de fevereiro de 2014, para que a Comissão constituída apresente a Controladoria Geral, relatório dos trabalhos desenvolvidos e parecer conclusivo.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2014.

Selma Elias Westphal

Secretária Municipal de Assistência Social e Habitação

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Israel Pedroso Rocha

Controlador Geral do Município

Extrato do Edital de Abertura Pss 09 2014.Docx

PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO

EDITAL PMI/CERSP/PSS/SEMUSA Nº 09/2014

EXTRATO DO EDITAL DE ABERTURA

De ordem do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Imbituba, a Comissão Especial de Recrutamento e Seleção de Pessoal - CERSP da Prefeitura Municipal de Imbituba, Santa Catarina, no uso de suas atribuições, pelo decreto 65, de 30 de abril de 2008, torna público as instruções especiais destinadas a realização de Processo Seletivo Simplificado por Títulos, destinado a reserva técnica para preenchimento dos cargos temporários existentes no Quadros Permanente e Suplementar de Pessoal, conforme Lei nº 1.144, de 29 de abril de 1991 e as Leis Complementares nº (s) 3.135, de 25 de julho de 2007; 3.330, de 30 de abril de 2008; 3.436, de 22 de janeiro de 2009; 3.597, de 10 de dezembro de 2009; 3.690, de 24 de maio de 2010; 3.726, de 13 de julho de 2010; 3.777, de 4 de novembro de 2010 e o Edital a seguir:

1 DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 O Processo Seletivo Simplificado a que se refere o presente Edital, em caráter excepcional, consistirá de Análise de Títulos, tendo como objetivo o recrutamento e a seleção de profissional para suprir vagas temporárias de Atendente de Consultório

Odontológico.

ANEXO I

Cargo	Requisitos Básicos	Total de Vagas	Jornada Semanal	Salário Base
Atendente de consultório odontológico	Diploma de conclusão do Ensino Médio, acrescido de curso para qualificação profissional de Atendente de Consultório Odontológico e registro profissional correspondente no CRO-SC	RT	40h	R\$ 724,00

*RT = Reserva Técnica

1.2 Para candidatar-se às vagas em aberto neste edital, o candidato deverá comprovar a formação mínima exigida, conforme detalhado no quadro acima.

As inscrições serão realizadas no período de 07/05/2014 a 21/05/2014 na Gerência de Gestão de Pessoas da Secretaria Municipal de Administração e Gestão Pública. Rua : Ernani Cotrin, nº 601, Centro, Imbituba, Santa Catarina das 13:00 às 19:00 e/ou via SEDEX..

Editais completo: Disponível na internet www.imbituba.sc.gov.br / Editais/ Editais Semusa/Editais Semusa/ PSS SEMUSA Nº 09/2014

Publicação de Extrato de Dispensa Nº 10/2014(PMI) PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

PROCESSO Nº 61/2014

DISPENSAS Nº 10/2014

Objeto: Locação de um imóvel para o funcionamento da escola de educação básica Padre Itamar Luiz da Costa, situada à rua Santa-
na Nº 937 - Bairro - Vila Nova - Imbituba/SC

Locador: Ana Carolina Speck Ribeiro.

Valor Mensal: R\$ 14.000,00 Prazo: 08 meses

Fundamento: Artigo 24, X da Lei 8.666/93, e suas alterações.

Imbituba, 02 de maio de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretaria Educação

Extrato: PMI SEAGP 2010/191 A04

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEAGP 2010/191 A04

Contratada: RENATO JACQUES TEIXEIRA

C.P.F: 290.257.109-72

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/04/2014.

Fundamento: Processo nº. 138/2010 Dispensa nº73/2010

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.

Leandro de Souza Ribeiro
Secretário Municipal de Administração
Contratante

Renato Jacques Teixeira
Representante Legal
Contratada

Extrato: PMI Seduc 2009/77 A06

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2009/77 A06

Contratada: RENATO JACQUES TEIXEIRA

C.P.F: 290.257.109-72

Objeto: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGENCIA DO CONTRATO ORIGINAL ATÉ 30/04/2014.

Fundamento: Processo nº. 69/2009 Dispensa nº14/2009

Imbituba, 31 de dezembro de 2013.

Michela da Silva Freitas

Secretário Municipal de Educação

Contratante

Renato Jacques Teixeira

Representante Legal

Contratada

Extrato: PMI Seduc 2014/62 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: PMI SEDUC 2014/62 A00

Contratada: MODELO PNEUS LTDA

C.N.P.J: 94.510.682/0001-26

Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE PNEUS NOVOS COM SERVIÇOS DE MONTAGEM, GEOMETRIA E BALANCEAMENTO, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE IMBITUBA/SC.

Fundamento: Processo nº. 46/2014 Pregão nº38/2014

Imbituba, 05 de maio de 2014.

Michela da Silva Freitas

Secretária Municipal de Educação

Contratante

Modelo Pneus Ltda

Representante Legal

Contratada

Extrato: FMS 2014/20 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/20 A00

Contratada: SANTO ANJO DA GUARDA LTDA

C.N.P.J: 86.431.749/0060-69

Objeto: AQUISIÇÃO DE PASSAGENS RODOVIÁRIAS INTERMUNICIPAL PARA O USO DOS PACIENTES QUE FAZEM TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE.

Fundamento: Processo nº. 21/2014 Pregão nº18/2014

Imbituba, 05 de maio de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Santo Anjo da Guarda Ltda
Representante Legal
Contratada

Extrato: FMS 2014/21 A00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBITUBA

Extrato: FMS 2014/21 A00
Contratada: MUCCI & RIO ANÁLISES E DIAGNÓSTICOS CLINICOS S/S.
C.N.P.J: 86.431.749/0060-69
Objeto: CREDENCIAMENTO DE ENTIDADES PRIVADAS, FILANTROPICAS E SEM FINS LUCRATIVOS, PRESTADORES DE SERVIÇOS DE ASSISTENCIA À SAÚDE, NA ÁREA AMBULATORIAL, PARA O CONJUNTO TOTAL DE PROCEDIMENTOS DE DIAGNÓSTICO EM LABORATÓRIO CLINICO, SENDO GRUPO-02 E SUB-GRUPO -02, NA TABELA DE PROCEDIMENTOS, MEDICAMENTOS, ÓRTESES, PRÓTESES E MATERIAIS ESPECIAIS DO SUS.
Fundamento: Processo nº. 20/2014 Inexigibilidade nº02/2014

Imbituba, 05 de maio de 2014.
Maria Martins dos Passos Souza
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Mucci & Rio Analises e Diagnósticos Clínicos S/S
Representante Legal
Contratada

Portaria PMI.DGP Nº 157.2014

PORTARIA PMI/DGP Nº 157, de 07 de maio de 2014.
Dispõe sobre a revogação da Portaria PMI/DGP nº 156, de 06 de maio de 2014.

O PREFEITO INTERINO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais previstas nos Artigos 32 e 93 da Lei Orgânica do Município de Imbituba - LOM, considerando ainda o disposto na legislação em vigor,

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria PMI/DGP nº 156, de 06 de maio de 2014.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 07 de maio de 2014.
Elísio Sgrott
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Cadir Garbeloto Cargnin
Secretário de Governo

Portaria PMI Nº 005.2014

PORTARIA PMI/SEAGP N.º 005, de 30 de abril de 2014.
Dispõe sobre a exoneração do Cargo de Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública, e dá outras providências.

O PREFEITO DE IMBITUBA, no uso de suas atribuições legais e, nos termos da Lei Complementar nº 4.161, de 18 de abril de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º EXONERAR, do cargo/função de Secretário Municipal de Administração e Gestão Pública o Sr. LEANDRO DE SOUZA RIBEIRO, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 025.702.419-03, nomeado através da Portaria PMI/DGP Nº594, de 01 de outubro de 2013.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Imbituba, 30 de abril de 2014.
Jaison Cardoso de Souza
Prefeito

Registre-se e Publique-se.

Registrada e publicada, no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

CÂMARA MUNICIPAL

Decreto Legislativo Nº 002, de 06 de Maio de 2014.

DECRETO LEGISLATIVO Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2014.
Concede licença ao Vice-Prefeito Elísio Sgrott para ausentar-se do país, no período de 16 a 30 de maio de 2014, em Missão Oficial à Europa, com atividades em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgado o seguinte Decreto Legislativo:

Art. 1º Fica concedida licença ao Vice-Prefeito Elísio Sgrott para ausentar-se do país, no período de 16 a 30 de maio de 2014, em Missão Oficial à Europa, com atividades em Portugal, Espanha, Itália e Alemanha, com o objetivo de conhecer a realidade local com foco em sustentabilidade, energias renováveis, resíduos sólidos, associativismo de pequenas propriedades, modernidade urbano, entre outros.

Parágrafo único. A missão de que trata o caput foi organizada pela AMUREL - Associação dos Municípios da Região de Laguna, e AMOSC - Associação dos municípios do Oeste de Santa Catarina.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 06 de maio de 2014.
Luís Antônio Dutra
Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/05/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Rafaela da Rosa Oliveira
Secretária Administrativa

Resolução Nº 001, de 06 de Maio de 2014.

RESOLUÇÃO Nº 001, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Disciplina o uso de Plenário Epitácio Bittencourt e demais dependências da Câmara Municipal de Imbituba.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA:

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou, e eu, nos termos da legislação em vigor, promulgo a seguinte Resolução:

A Câmara Municipal de Imbituba, resolve:

Art. 1º O uso do Plenário Epitácio Bittencourt e dependências da Câmara Municipal de Vereadores por entidades da comunidade e região, com objetivos lícitos, ficam disciplinados por esta Resolução.

Art. 2º O uso previsto no artigo anterior será totalmente gratuito e exigirá prévia solicitação por escrito, com no mínimo 10 (dez) dias de antecedência, obedecendo a critérios a serem fixados nesta Resolução e no Termo de Cessão de Uso (ANEXO I) que é parte integrante desta Lei, devendo o solicitante informar quais instalações deseja utilizar.

§ 1º A solicitação deverá conter, no mínimo, a data, horário, tipo de evento e número de participantes, contendo também a identificação da entidade e do responsável.

§ 2º A entidade será avisada sobre o deferimento ou indeferimento da solicitação no prazo máximo de 05 dias úteis do requerimento.

§ 3º A utilização das dependências da Câmara Municipal de Vereadores por entidades, não poderá recair em datas de sessões legislativas ou quaisquer outros eventos oficiais do Poder Legislativo.

§ 4º Caso houver a marcação de um evento oficial, após o deferimento da solicitação, será comunicada a entidade a impossibilidade da cessão e solicitada à remarcação do evento.

§ 5º Durante o período eleitoral, devido às peculiaridades da Legislação Eleitoral, as solicitações serão analisadas caso a caso pela Mesa Diretora.

Art. 3º As dependências da Câmara Municipal para uso pelas entidades referidas no artigo anterior compreendem o Plenário Epitácio Bittencourt, a sala de reuniões, e suas respectivas áreas de uso comum, como recepção, sanitários, cozinha, e corredores de acesso, sendo vedado o acesso às áreas dos gabinetes, secretaria, salas de arquivos, administração e outras de uso restrito.

§ 1º A lotação máxima do Plenário Epitácio Bittencourt é de, no máximo, 100 pessoas sentadas em assentos fixos e, aproximadamente, 20 pessoas em cadeiras individuais móveis a frente destas fixas.

§ 2º A cedência das dependências do Plenário ou sala de reuniões não implica no fornecimento de materiais, gêneros de alimentação e congêneres.

Art. 4º A cedência gratuita aqui disciplinada não inclui fornecimento de Profissionais de Segurança, sendo esse serviço de responsabilidade do realizador do evento.

Parágrafo único. É de total responsabilidade do cessionário o custo desta contratação.

Art. 5º Será de total responsabilidade do realizador do evento o ressarcimento de possíveis danos causados às instalações utilizadas e devolvê-las nas mesmas condições em que lhe foram

concedidas para uso..

Art. 6º Os casos omissos serão resolvidos pela Mesa Diretora.

Art. 7º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/05/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

ANEXO I**TERMO DE CESSÃO DE USO**

A Câmara Municipal de Imbituba, CNPJ sob nº 79680005/0001-62, com endereço a Rua Ernani Cotrin, nº 555, Imbituba, representada por seu Presidente abaixo qualificado e no uso de suas atribuições, vem, através do presente Termo ceder o uso do Plenário Epitácio Bittencourt ao Cessionário, de forma gratuita, com obediência das cláusulas abaixo:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O prazo da Cessão começa 01 (uma) hora antes do início do evento para que haverá a cedência, se outro horário não for requerido previamente, sendo autorizado no dia imediatamente anterior, em horário de expediente da Câmara que os responsáveis possam arrumar/organizar o Plenário para seu uso.

CLÁUSULA SEGUNDA - O cessionário se compromete a utilizar o espaço apenas para a finalidade mencionada em seu ofício requisitório.

Parágrafo único: A cedência do espaço pela Câmara de forma totalmente gratuita não autoriza que o cessionário faça qualquer tipo de modificação no ambiente que for cedido, seja tirando mesas do lugar, quadros, aparelhos eletrônicos (câmeras, microfones, etc.), banners, etc.

CLÁUSULA TERCEIRA - O cessionário se compromete a não prejudicar a vizinhança da Câmara em seu evento, evitando barulho ou algazarra (horário de silêncio);

CLÁUSULA QUARTA - Cabe ao cessionário antes do uso verificar as condições de todos os bens disponíveis no ambiente, para, quando devolvê-los os fazer nas mesmas condições de quando os recebeu. Eventuais bens danificados serão de total responsabilidade do cessionário quanto a sua reposição ou conserto.

CLÁUSULA QUINTA - O sistema de som da Câmara é de total responsabilidade de quem os opera, sendo que, em caso de necessidade de seu uso pelo cessionário deverá haver contratação de profissional especializado neste tipo de serviço.

Parágrafo único: O profissional que for contratado pelo cessionário deverá ter a chancela da Casa Legislativa e se comprometer com a mesma através de Termo de Responsabilidade na restituição dos bens e objetos que está recebendo para uso, devendo em função de avarias ou perda ditos bens serem repostos integralmente.

CLÁUSULA SEXTA - Não é permitido nenhum deslocamento dos móveis do Plenário, assim como não é permitido nas paredes realização de qualquer forma de pintura, colagem de qualquer tipo, pregar novos pregos, colocar buchas, instalar qualquer tipo de instalação elétrica, retirar quadros, banners e painéis;

CLÁUSULA SÉTIMA - a Cedente não disponibilizará qualquer outro benefício e nem pessoas para controle ou segurança, ficando sob a responsabilidade do cessionário contratar esses tipos de serviços.

Parágrafo único: A cedente está disponibilizando servidor da casa para abrir e fechar o Plenário, não tendo este qualquer outra obrigação.

CLÁUSULA OITAVA - é terminantemente proibido:

- a) utilizar do nome da Cedente para fins de obtenção de doações ou promoções junto ao comércio ou a pessoas físicas;
- b) cobrança de ingressos;
- c) vendas no interior da Câmara.

CLÁUSULA NONA - o Cessionário, neste ato declara que recebeu o espaço, objeto desta cessão de uso, e se compromete a devolvê-lo no mesmo estado, assumindo para si toda responsabilidade por danos ocasionados a terceiros, tanto de ordem física, pessoal, material ou moral.

CLÁUSULA DÉCIMA - o cessionário declara que não se utilizará, em seus eventos, de fogos de artifícios, velas, queimadores ou outros produtos/objetos que possam por em risco o prédio e suas instalações, bem como fica terminantemente proibido fumar no interior do Plenário, bem como descarte de goma de mascar em local que não seja próprio para isto.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - É terminantemente proibido ao cessionário sobrecarregar as instalações elétricas desta casa com aparelhagem ou número de aparelhos desproporcional a carga elétrica do prédio, sendo de total responsabilidade do cessionário a verificação de compatibilidade de tais circunstâncias antes da instalação de toda e qualquer aparelhagem, sob pena de responsabilização por problemas advindos do uso inadequado.

CLAUSULA DÉCIMA SEGUNDA - A limpeza do Plenário será de total responsabilidade do cessionário, desta forma, no máximo no dia seguinte ao evento, ou, no próximo dia de expediente, às 13h00min, deverá algum responsável comparecer ao local para retirada de lixo que eventualmente tenha sido produzido, bem como repor os bens na organização anterior e realizar a limpeza interna e externa do ambiente, nos termos já definidos na Resolução a que este se refere.

Imbituba, maio de 2014.

Cessionário

Presidente

Cedente

Presidente da Câmara

Testemunhas:

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2014.

RESOLUÇÃO Nº 002, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a realização de Sessão Solene comemorativa ao 56º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA CÂMARA DE VEREADORES DE IMBITUBA, no uso da atribuição que lhe confere o artigo 67, inciso IV da Lei Orgânica Municipal, e o artigo 35, inciso IV do Regimento Interno, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e fica promulgada a seguinte Resolução:

Art. 1º Fica o Presidente da Câmara Municipal autorizado a realizar despesas de até R\$25.000,00 (vinte e cinco mil reais) com a realização de Sessão Solene comemorativa ao 56º aniversário de Emancipação Político-Administrativa do Município de Imbituba, a realizar-se no dia 18 de junho de 2014.

Parágrafo único. As despesas decorrentes do ato comemorativo prevista no "caput" correrão por conta das dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor após sua publicação oficial.

Sala das Sessões, 06 de maio de 2014.

Luís Antônio Dutra

Presidente da Câmara Municipal de Imbituba

Registre-se e Publique-se

Registrada, publicada, e afixada no Mural de Atos da Câmara Municipal de Imbituba em 06/05/2014 e no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina - DOM/SC.

Ipumirim

PREFEITURA

Decreto N. 2.056 de 06 de Maio de 2.014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR POR CONTA DE EXCESSO DE ARRECADAÇÃO NO VALOR DE R\$ 17.422,68.

O Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e nos termos dos incisos II e III do artigo 34 da Lei 1.725 de 15 de outubro de 2.013 que dispõe sobre as Diretrizes para a Elaboração da Lei Orçamentária de 2.014 - LDO e dá outras providências e combinado com o inciso II do § 1º do artigo 43 da Lei Federal 4.320/64 e incisos I e III do § 4º do artigo do artigo 4º da Lei Municipal nº 1.729 de 12 de dezembro de 2.013, que estima a receita e fixa a despesa do Município de Ipumirim para o exercício de 2.014 - LOA,

DECRETA

Art. 1º Fica aberto o seguinte crédito suplementar:

I - Código reduzido 118, Projeto 1.032 - Estruturação e modernização do setor de obras e infraestrutura, elemento 44900000000000, fonte de recursos 0.1.0088, Órgão 5 - SECRETARIA MUN. DE TRANSPORTES, OBRAS E URBANISMO, Unidade 1 - Departamento de Estradas de Rodagem, no valor de R\$ 17.422,68.

TOTAL GERAL R\$ 17.422,68

Art. 2º O crédito suplementar constante do artigo anterior será aberto por conta da seguinte fonte de recursos:

I - Pelo Excesso de Arrecadação verificado até o presente mês ou sua tendência verificada para o exercício, nos termos do Art. 43, § 1º, II da Lei 4.320/64, na Fonte de Recursos 0.1.0088 - Recursos Fundam, relativos ao termo de repasse nº 2014TR000264 assinado com o Estado de Santa Catarina, utilizando-se no presente ato o montante de R\$ 17.422,68.

TOTAL GERALR\$ 17.422,68

Art. 3º O presente Decreto entrará em vigor em 06 de maio de 2.014.

Ipumirim-SC, 06 de maio de 2.014

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Portaria Nº. 215/2014 de 07 de Maio de 2014.

NOMEIA POR CONCURSO PUBLICO PARA O CARGO EFETIVO DE MOTORISTA E DA OUTRAS PROVIDENCIAS

VALDIR ZANELLA, Prefeito Municipal de Ipumirim, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei complementar nº 001/2002, que Dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Públicos do Município, da Administração Direta e Indireta e dá Outras Providências e Lei Complementar 002/2002, que Dispõe sobre o Plano de Carreira e remuneração para os Servidores do Município de Ipumirim, Estado de Santa Catarina e dá outras providências. e considerando também a homologação do resultado do Edital de Concurso Público 01/2012

RESOLVE:

NOMEAR, sob a Matrícula 2290-0, VALDIR SEGUETTO, com domicílio na Cidade e Município de Ipumirim, Carteira de Identidade nº.

2694090 e do CPF 789.561.459-20, para o cargo de provimento efetivo de Motorista, , constante no Anexo II, Grupo C - Serviços Operacionais, com vencimentos previstos no Anexo V, ambos da Lei Complementar 002/2002, nível salarial Nível 40, com carga horária de 44 horas semanais, lotação: Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente.

Revogadas as disposições em contrário a presente portaria produzirá efeitos a partir de 07/05/2014.

Ipumirim - SC, 07 de maio de 2014.

Valdir Zanella

Prefeito de Ipumirim

Irineópolis

PREFEITURA

Convênio Nº 007/2014

CONVÊNIO N.º 007/2014.

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS (SC) E A ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO DE IRINEÓPOLIS (SC).

O MUNICÍPIO DE IRINEÓPOLIS, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa sito à Rua Paraná, 200 - Centro, Irineópolis - SC, inscrito no CNPJ sob o nº 83.102.558/0001-05, representado pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal, Juliano Pozzi Pereira, portador do CPF nº 455.173.049-15, RG nº 827.405 - SSP/SC, residente e domiciliado à Rua Caetano Valões, nº 22 - Centro, Irineópolis - SC, doravante denominado simplesmente de CONCEDENTE, e a ASSOCIAÇÃO PAROQUIAL SENHOR BOM JESUS DE AMPARO SOCIAL E CRISTÃO, com sede à Rua Paraná, nº 461, Centro, Irineópolis / SC, inscrita no CNPJ nº 02.035.775/0001-28, neste ato representada por seu Presidente, Senhor Wilson Maiorki, inscrito no CPF nº 552.185.559-91, RG nº 1.794.550, doravante denominado simplesmente de CONVENENTE, firmam o presente Convênio, em 05 (cinco) vias de igual teor, na presença de duas testemunhas e com supervisão da Assessoria Jurídica da Prefeitura, comprometendo-se a atender os seguintes quesitos, amparados pela Lei Municipal nº 1.712/2013, de 04 de Julho de 2013:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente Convênio, a transferência de recursos financeiros, através de subvenção social, ao CONVENENTE, objetivando auxiliar na manutenção da entidade, para cobrir despesas correntes, afetas as atividades previstas em seu Estatuto Social, que tem por objetivo a execução dos serviços de radiodifusão, promovendo inclusive a divulgação de atos de interesse público e institucional do Município.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO VALOR

O CONCEDENTE repassará à CONVENENTE, o valor de R\$ 1.250,00 (hum mil duzentos e cinquenta reais), mensal e sucessivo, pelo período de 12 (doze) meses, iniciando no mês de abril de 2014, correndo as despesas à conta da seguinte Dotação Orçamentária: 2.002 - 6 - 3.3.50.00.00.00.00.0100 - Transferência a Instituições Privadas.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

As ações a serem implementadas em decorrência do presente instrumento terão por finalidade constituir as seguintes obrigações:

I - DA CONCEDENTE

- Promover o repasse dos recursos financeiros;
- Fixar e dar ciência aos executores dos Procedimentos Técnicos e Operacionais que regem a execução dos serviços, programas e projetos;
- Acompanhar, orientar, supervisionar, assessorar e avaliar a execução dos serviços, programas e projetos de forma articulada;
- Receber os Relatórios e as Prestações de Contas da Entidade e promover o seu encaminhamento conforme estabelecem as

determinações de ordem legal.

II - DO CONVENENTE:

- A não observância na correta aplicação de recursos recebidos, implicará na rescisão deste Termo e na consequente devolução dos valores aplicados incorretamente;
- Responsabilizar-se pela correta aplicação dos recursos recebidos, dentro dos prazos previstos, efetuando a respectiva Prestação de Contas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias do recebimento da respectiva parcela;
- Movimentar os recursos através de conta corrente específica junto à uma instituição bancária, devidamente identificada dentro do programa;
- Promover a divulgação de atos de interesse público e institucional do Município.
- Permitir a qualquer tempo, a fiscalização das ações, pela Secretaria Municipal de Administração.

CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA

O presente instrumento terá vigência de 12 (doze) meses, iniciando em Abril de 2014, podendo ser prorrogado, caso haja interesse do Município, por sucessivos períodos, até o limite máximo de 60 (sessenta) meses, conforme autoriza o artigo 57, inciso II, da Lei 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO - A vigência poderá ser prorrogada "de ofício", caso venha ocorrer atraso na liberação dos recursos, limitada a prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA QUINTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Porto União/SC para dirimir as questões decorrentes da execução do presente termo, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que o seja.

E, por estarem justos e acordados, assinam o presente em 05 (cinco) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos jurídicos e legais, juntamente com as testemunhas abaixo nomeadas.

Irineópolis, 30 de Abril de 2014.

Juliano Pozzi Pereira
Prefeito Municipal

Wilson Maiorki
Presidente da Associação Paroquial Senhor Bom Jesus de Amparo Social e Cristão

Testemunhas:
Rosani Rodrigues da Silva Mischka
CPF nº 664.622.159-68

Patricia Fabiane Fronczak
CPF nº 037.425.669-11

Extrato Contrato 36/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
CONTRATO Nº 36/2014

2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 99/2013

RETIFICADO

2º Termo Aditivo ao contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa Casa

Cometa Comércio de Equipamentos Agroindustrial Ltda. - ME. CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, § 1º inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sexta e vigésima do Contrato n.º 99/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, conforme solicitado através do Ofício nº 317/2014. Parágrafo Primeiro - Justifica-se a referida prorrogação em decorrência de atrasos na autorização de aquisição por parte da Caixa Econômica Federal, produção pelas empresas e entrega dos produtos em tempo hábil. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 30 de abril de 2014.
Município de Irineópolis
Juliano Pozzi Pereira
Contratante

Casa Cometa Comércio de Equipamentos Agroindustrial Ltda.
Adriana Aparecida Postinger Passarin
Contratada

Extrato de contrato 37/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE IRINEOPOLIS
CONTRATO Nº 37/2014
2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº. 100/2013
RETIFICADO

2º Termo aditivo ao contrato de fornecimento que entre si celebram a Prefeitura Municipal de Irineópolis e a empresa ECAANPI Indústria e Comércio Ltda. EPP. CLAUSULA PRIMEIRA - Facultado pelo artigo 57, § 1º inciso II da Lei n.º 8.666/93, consolidada e Cláusula Décima Sexta e vigésima do Contrato n.º 100/2013, fica de comum acordo prorrogado o prazo de sua vigência por mais 120 (cento e vinte) dias, conforme solicitado através do Ofício nº 317/2014. Parágrafo Primeiro - Justifica-se a referida prorrogação em decorrência de atrasos na autorização de aquisição por parte da Caixa Econômica Federal, produção pelas empresas e entrega dos produtos em tempo hábil. CLAUSULA SEGUNDA - Permanecem inalteradas as demais cláusulas do mencionado instrumento. E, por haverem assim pactuado, assinam, este instrumento na presença das testemunhas abaixo.

Irineópolis, 30 de abril de 2014.
Município de Irineópolis
Juliano Pozzi Pereira
Contratante

Ecaanpi Indústria e Comércio Ltda. EPP
Valmor Pilatti
Contratada

Itá

PREFEITURA

Contratos Mês de Abril

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

EXTRATO CONTRATUAL

Contrato Nº.: 56/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: COOP. DE PROD. E INDUST. FAM. COOPER-VALE ITÁ

Valor : 12.671,25 (doze mil seiscentos e setenta e um reais e vinte

e cinco centavos)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de generos alimenticios provenientes da agricultura familiar para compor a merenda escolar.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Contrato Nº.: 57/2014

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: COOPERATIVA CENTRAL SABOR COLONIAL

Valor : 6.324,00 (seis mil trezentos e vinte e quatro reais)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 13/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Aquisição de generos alimenticios provenientes da agricultura familiar para compor a merenda escolar.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Aditivo Nº : 60/2014 - Contrato Nº.: 95/2011

Contratante.: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada....: MARMORITA INDÚSTRIA DE MÁRMORE LTDA-ME

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 08/04/2014 Término: 22/03/2021

Licitação : Concorrência p/ Compras e Serviços Nº.: 3/2011

Recursos : Dotação:

Objeto : CONCESSÃO DE INCENTIVOS

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Contrato Nº.: 62/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada...: SERVITA - AS.DOS SERV.PUBL.MUNIC.DE ITA

Valor : 7.200,00 (sete mil e duzentos reais)

Vigência : Início: 09/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Dispensa de Licitação p/ Compras e Serviços Nº.: 2/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Locação de praça esportiva para uso das atividades

desenvolvidas pela CME.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Aditivo Nº : 64/2014 - Contrato Nº: 14/2014

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada...: TRANSPORN TRANSPORTES LTDA

Valor : 3,25 (três reais e vinte e cinco centavos)

Vigência : Início: 23/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : PREGÃO PRESENCIAL Nº.: 1/2014

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de serviço de transporte escolar para o ano

letivo 2014.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Aditivo Nº : 65/2014 - Contrato Nº: 86/2013

Contratante...: PREFEITURA MUNICIPAL DE ITA

Contratada...: RI SOLUÇÕES EM PLANEJAMENTO E

DESENVOLVIMENTO REGI

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 30/04/2014 Término: 30/06/2014

Licitação : Convite p/ Compras e Serviços Nº.: 1/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Contratação de empresa especializada para a prestação de

serviços de consultoria, na apresentação de projetos de captação de

recursos estaduais e federais, operacionalização de sistemas de projetos

do Governo Estadual e Federal.

LEIDE MARA BENDER - PREFEITA MUNICIPAL

Itá, 5 de Maio de 2014

Aditivo Nº : 58/2014 - Contrato Nº: 179/2013

Contratante...: FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ITA

Contratada...: HOSPITAL SAO PEDRO LTDA

Valor : 0,00 (zero)

Vigência : Início: 01/04/2014 Término: 31/12/2014

Licitação : Inexigibilidade de Licitação Nº.: 5/2013

Recursos : Dotação:

Objeto : Cooperação técnica e financeira com sessão de uso de

equipamentos, visando viabilizar os atendimentos de urgência e

emergência no âmbito do município de Itá - SC.

NÉVIO ANTONIO MORTARI

GESTOR DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Itá, 5 de Maio de 2014

Itaiópolis

PREFEITURA

Editais de Notificações Abril - Itaiópolis SC



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 884/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AFC1505	59908248D	6920/0	24/02/2014	233
AGY0357	54960201E	6920/0	24/02/2014	233
ANV2260	54960006E	6599/2	22/02/2014	230 * V
ANV2260	54960007E	5010/0	22/02/2014	162 * I
AOH9330	54781845C	7366/2	17/03/2014	252 * VI
AOJ8349	59908417D	6599/2	22/02/2014	230 * V
LWV9844	54960202E	6920/0	24/02/2014	233
LYO3251	54960164E	6726/1	19/03/2014	230 * XVIII
MDO3370	59908090D	6599/2	14/03/2014	230 * V
MDO3370	59908091D	5045/0	14/03/2014	162 * V
MFF8434	59908416D	6637/1	22/02/2014	230 * IX
MHA3234	55233298D	6920/0	24/02/2014	233
MKY9909	59908428D	7366/2	18/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 885/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
LYT4323	54960059E	5010/0	17/12/2013	R\$ 574,61	162 * I
LYT4323	59908075D	5274/1	15/12/2013	R\$ 191,53	175
LYT4323	59908076D	5045/0	15/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
LZL4144	59908319D	6599/2	05/12/2013	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 886/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEO4749	54960016E	6599/2	28/02/2014	230 * V
AEO4749	54960017E	5045/0	28/02/2014	162 * V
AGQ3186	54960020E	5010/0	28/02/2014	162 * I
AID3492	59908418D	5010/0	28/02/2014	162 * I
BQV0442	54960301E	6920/0	13/03/2014	233
IKW5111	54960168E	6920/0	31/03/2014	233
KGU1153	59908422D	5010/0	09/03/2014	162 * I
LXR0451	54960165E	6920/0	31/03/2014	233
LXS8432	54960161E	6599/2	22/02/2014	230 * V
LZV4993	59908331D	5010/0	27/03/2014	162 * I
LZV4993	59908332D	6912/0	27/03/2014	232
MAE3191	54960305E	6920/0	13/03/2014	233
MAO1053	59908419D	6769/1	28/02/2014	230 * XXII
MCI1114	54960304E	6920/0	13/03/2014	233
MFC9256	59908421D	6610/2	09/03/2014	230 * VII
MFO3251	54960203E	6920/0	27/03/2014	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 887/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCZ3603	59908487D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
MGZ7160	59908082D	6599/2	02/01/2014	R\$ 191,53	230 * V

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 888/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEH0655	54960061E	7366/2	11/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 350 889/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AAP5036	59908427D	5185/1	18/03/2014	167
ABK0120	59908094D	5010/0	29/03/2014	162 * I
CCD5512	54960162E	6599/2	19/03/2014	230 * V
CCD5512	54960163E	5010/0	19/03/2014	162 * I
LXV8303	54960204E	6920/0	27/03/2014	233
LZV0550	54960169E	6920/0	31/03/2014	233
LZY9982	59908433D	5185/1	28/03/2014	167
MAY7936	54960026E	5010/0	20/03/2014	162 * I
MAY7936	54960027E	6599/2	20/03/2014	230 * V
MAY7936	54960028E	7030/1	20/03/2014	244 * I
MAY7936	54960029E	6912/0	20/03/2014	232
MFT7901	54960065E	5010/0	29/03/2014	162 * I
MFT7901	54960066E	6530/0	29/03/2014	228
MIQ9568	59908439D	6122/0	08/04/2014	214 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.
OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 350 890/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ARY7227	59908241D	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233
CEM3446	59907989D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
CYN8080	59908245D	6920/0	24/02/2014	R\$ 127,69	233
LWW9667	59907984D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
LYH9405	59908497D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
LZG8091	59908318D	6599/2	05/12/2013	R\$ 191,53	230 * V
LZQ2196	59908486D	6920/0	23/01/2014	R\$ 127,69	233
LZW5119	59907986D	6920/0	19/11/2013	R\$ 127,69	233
MAF0155	54960003E	5169/1	26/01/2014	R\$ 1.915,38	165
MAO1844	59908073D	7048/1	12/11/2013	R\$ 191,53	244 * II
MCZ0402	54960101E	5010/0	26/11/2013	R\$ 574,61	162 * I
MCZ0402	54960102E	6599/2	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * V
MCZ0402	54960103E	6556/1	26/11/2013	R\$ 191,53	230 * I
MGR3375	55233295D	6920/0	29/11/2013	R\$ 127,69	233
MJL0848	59908479D	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
MUC3074	59908244D	6920/0	10/02/2014	R\$ 127,69	233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITAIOPOLIS/SC, 7 DE MAIO DE 2014

LAURO LANGER JUNIOR
DELEGADO DE POLÍCIA

Itapiranga

PREFEITURA

Extrato de Licitação

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE ITAPIRANGA

TOMADA DE PREÇOS PARA OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA Nº 71/2014

O Município de Itapiranga - SC., torna público que encontra-se aberto o edital de Tomada de Preços para Obras e Serviços de Engenharia nº 71/2014, cujo objeto é a contratação de empresa para execução em regime de empreitada global do sistema de esgotamento sanitário, compreendendo ligações prediais, poços de visita e rede coletora de esgoto, na Avenida Uruguai, trecho entre as Ruas Sete de Setembro e Nereu Ramos, no centro da cidade de Itapiranga. Entrega da documentação e proposta até às 14:00 horas do dia 26 de maio de 2014. Maiores informações podem ser obtidas junto ao Departamento de Compras e Licitações, pelo fone/fax (49) 3678-7714 ou por email: compras@itapiranga.sc.gov.br

Itapiranga - SC., 07 de maio de 2014

Milton Simon

Prefeito Municipal

Itapoá

PREFEITURA

Decreto Municipal Nº 2186/2014 - Exonera Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal.

DECRETO MUNICIPAL Nº 2186/2014

Data: 06 de maio de 2014.

EXONERA CHEFE DA DIVISÃO DE ATIVIDADES DO EXECUTIVO FISCAL DA PROCURADORIA JURÍDICA MUNICIPAL.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal de Itapoá (SC), no uso de suas atribuições legais,

DECRETA

Fica exonerada a pedido, a Sra. Joelma Sartor Rosa Paixão, do cargo de Chefe da Divisão de Atividades do Executivo Fiscal, da Procuradoria Jurídica Municipal.

Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Itapoá (SC), 06 de maio de 2014.

SERGIO FERREIRA DE AGUIAR

Prefeito Municipal

Dispensa Nº 09/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 09/2014

PROCESSO Nº 61/2014

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições legais, justifica o presente termo de dispensa através da fundamentação legal e pelos considerados que seguem abaixo:

Considerando que este município não dispõe de espaço físico para abrigar aos alunos matriculados na Creche Arco Iris.

Considerando que a Secretaria Municipal de Educação não entrou em acordo sobre os valores com o proprietário do imóvel que sediava a Creche Municipal.

Considerando que a antiga sede não dispõe de espaço físico suficiente para abrigar aos alunos matriculados, pois houve um aumento na demanda.

Considerando a dificuldade enfrentada pela Secretaria de Educação em encontrar imóvel na região onde os alunos estão matriculados que atenda as necessidades desta creche.

Considerando que o imóvel destacado atende completamente as estas exigências além de oferecer um espaço adequado aos serviços que serão desempenhados.

Considerando o Parecer Jurídico nº 64/2014 da Diretoria da Juridica desta municipalidade.

Autoriza a locação do objeto abaixo descrito:

Objeto: Locação de um Imóvel em alvenaria, com aproximadamente 118,12 metros quadrados para funcionamento da Creche Arco Iris, na localidade do Pontal do Norte.

DESCRIÇÃO DO IMÓVEL: Imóvel em alvenaria, com 03 (três)

quartos, sala, cozinha, 02(dois) banheiros com área na parte frontal e lateral da casa com aproximadamente 118,20 metros quadrados, com mais uma construção nos fundos de 15 m², constituído pelo Lote n.º 18 da Quadra n.º 42 do loteamento denominado Brandalise, registrado no Registro de Imóveis da Comarca de Itapoá Marcio Manoel de Souza, sob a matrícula de n.º 118 - livro n.º 02.

Fundamento Legal: Artigo 24, inciso IV da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores.

Valor e condição de pagamento: O preço total para locação deste imóvel, para efeitos financeiros, fiscais e orçamentários, totaliza o valor de R\$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais), que será pago em 12 (doze) parcelas de R\$ R\$ 960,00 (novecentos e sessenta reais) mensais.

Dos recursos para atender às despesas: A despesa decorrente do presente contrato correrá pela dotação orçamentária: Fundo Municipal de Educação - depto Ensino Infantil - Órgão nº 13 - Unidade nº 02 - projeto /atividade nº 2098 - Ficha nº 60 - no elemento nº 3.3.90, subelemento nº 3.3.90.36.15.

Prazo de vigência: Inicia em 06/05/2014, finalizando-se em 30/04/2015, podendo ser prorrogado ou renovado a qualquer tempo de acordo com o interesse da administração pública.

Contratado: ELIAS JOSÉ DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador do CI. RG n.º 3.72284-1 SESP/PR, e inscrito no CNPF/MF sob n.º 491.718.799-00, residente e domiciliado à Rua: Araçalina, nº 235, Bairro Alto, na cidade de Curitiba/PR.

Itapoá, 06 de maio de 2014.
SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR
MUNICÍPIO DE ITAPOÁ
Prefeito Municipal

Pregão Nº 30/2014

ATA DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 30/2014, PROCESSO LICITATÓRIO Nº 55/2014 - ANÁLISE DE PROPOSTAS, LANCES VERBAIS E HABILITAÇÃO

Aos 07/05/2014, a partir das 09h30min horas, na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Itapoá, fizeram-se presentes a Pregoeira Oficial do Município, a Sra. FERNANDA CRISTINA ROSA e a respectiva Equipe de Apoio composta pelos membros SOLAMIR COELHO, JULIANA CRISTINA SOARES SPECK, nomeados pelo DECRETO Nº 1896/2013, para conduzirem a SESSÃO PÚBLICA do Pregão Presencial nº 30/2014, que tem como objeto a AQUISIÇÃO DE 03 (TRÊS) VEÍCULOS TIPO PASSEIO PARA USO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS, SECRETARIA DE TURISMO, MEIO AMBIENTE E CULTURA, SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS. No horário definido no Edital, a Pregoeira iniciou a sessão informando aos representantes presentes os procedimentos a serem adotados durante a sessão pública do Pregão, e ressaltou que a ausência deles, quando da lavratura da ata, ao final da sessão pública, implicará na preclusão do direito a recurso e na submissão ao disposto na ata. Após recolher os envelopes de Proposta de Preços e de Habilitação, os quais foram rubricados por todos os presentes, iniciou-se a fase de credenciamento dos representantes:

Empresas Participantes (Credenciadas)
RENAULT DO BRASIL S/A
SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Representantes (Credenciados)
MARCO ANTONIO DA COSTA
SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Analisados os documentos foram achados conforme. Em seguida foram abertos os envelopes de Proposta de Preços das empresas licitantes para avaliação do atendimento das especificações exigidas no edital (Anexo V do Edital). Após analisadas todas as propostas foram achadas conforme. Registra-se que, não obstante a conferência procedida pela Pregoeira e Equipe de Apoio, fica a licitante vencedora responsável pela entrega de produtos que atendam todas as especificações exigidas, que apresentem boa qualidade, sob pena das sanções previstas no Edital. Na sequência iniciou-se a etapa de lances verbais, onde foi utilizado o disposto no Artigo 4º inciso VIII da Lei 10.520/2002, oferecendo aos classificados para o lance a oportunidade de redução dos preços ofertados nas propostas escritas conforme Termo de Lances e Vencedores anexo aos autos, chegando-se aos devidos lances:

Itens	Vencedor	Vlr Proposta	Vlr Lance
1	RENAULT DO BRASIL S/A	36.000,0000	34.500,0000

Encerrados os lances verbais, foram abertos os envelopes de documentação da empresa ofertante do menor preço, para verificação do atendimento às condições de habilitação constantes em edital, onde foi constatado que a empresa demonstrou atender as exigências editalícias, sendo habilitada para este certame. Verificando vencedora, portanto, a empresa citada abaixo:

Vencedor	Vlr Total
RENAULT DO BRASIL S/A	103.500,0000

Finalizada a etapa competitiva e habilitadas a(s) empresa(s) ofertante(s) do(s) menor(es) preço(s), a Pregoeira declarou a(s) empresa(s) supracitada(s) vencedora(s) deste Pregão. Os representantes credenciados não manifestaram interesse em interpor recurso, motivo pelo qual fica precluso o direito a recurso, nos termos do inciso vinte do Artigo 4º da Lei 10.520/2002. A Pregoeira informa que a(s) empresa(s) vencedora(s) deverá(ao) cumprir os prazos de entrega conforme estabelecido no edital, sob pena de multas e outras sanções cabíveis conforme edital. Concluídos os procedimentos relativos ao Pregão em epígrafe, com base na atribuição descrita na Lei do Pregão, e considerando que: a) - A(s) proposta(s) da(s) empresa(s) vencedora(s) satisfaz(em) à(s) exigência(s) do edital; b) - A(s) empresa(s) vencedora(s) encontra(m)-se devidamente habilitada(s) quanto às documentações exigidas; c) - Os preços ofertados estão dentro dos limites estabelecidos pela Prefeitura; d) - Não houve manifestação expressa por parte dos representantes das licitantes de intenção de interpor recursos. A Pregoeira adjudica o objeto da licitação à empresa vencedora supra indicada. Nada mais havendo a tratar, foi lavrada esta Ata.

Itapoá, 07/05/2014.
FERNANDA CRISTINA ROSA
Pregoeira Oficial do Município

Equipe de Apoio
SOLAMIR COELHO
JULIANA CRISTINA SOARES SPECK

Assinantes	
Representantes	Assinatura
RENAULT DO BRASIL S/A	

SOMEVAL SOCIEDADE MERCANTIL DE VEICULOS	
--	--

Contrato Nº 38/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 38/2014

Contratante: Município de Itapoá/SC.

Contratado: ELIAS JOSE DE OLIVEIRA, brasileiro, solteiro, portador da CI.RG Nº 3.72284-1 SESP/PR, do CNPF/MF: 491.718.799-00, residente e domiciliado á Rua: Araçalina, nº 235, Bairro Alto, na cidade de Curitiba/PR, neste Município de Itapoá/SC

Licitação: DISPENSA N.º 09/2014 - PROCESSO Nº 61/2014

Objeto: Locação de um imóvel o qual deverá ser utilizado para sediar Locação de uma Sala Comercial em Alvenaria, com aproximadamente 118,20 m2 Para Funcionamento da Creche Arco Iris, na Localidade do Pontal Do Norte.

VALOR R\$: R\$ 11.520,00 (onze mil quinhentos e vinte reais).

DATA DA ASSINATURA: 06/05/2014

PRAZO DE VIGÊNCIA: O presente contrato terá vigência a partir de 06/05/2014, finalizando-se em 30/04/2015, podendo ser prorrogado, renovado ou rescindido a qualquer tempo de acordo com o interesse da Administração Pública.

BASE LEGAL: Lei 8.666/93, alterada pela Lei 8.883/94.

Itapoá, 06 de maio de 2014.

Sérgio Ferreira de Aguiar

PREFEITO MUNICIPAL

Concorrência Nº 01/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPOÁ

Preâmbulo (Art. 40, caput)

O Município de Itapoá-SC torna público que fará realizar no dia 10/06/2014 às 09h:30min, a Sessão Pública de abertura de envelopes de habilitação e propostas, e até as 09h:00min estará recebendo envelopes dos possíveis interessados em participar do certame em epigrafe, o que ocorrerá em sua sede administrativa, sita à Rua Mariana Michels Borges (960), n.º201, Licitação na modalidade CONCORRÊNCIA Nº01/2014 - PROCESSO Nº63/2014, para a Contratação de empresa com mão de obra especializada e fornecimento de materiais para pavimentação asfáltica 14.619,40 m2 na Avenida Ana Maria Rodrigues de Freitas, conforme projeto básico, memorial descritivo e planilha orçamentária, partes integrantes do Edital. O Edital contendo especificações em partes poderá ser retirado no site www.itapoa.sc.gov.br, e www.diariomunicipal.sc.gov.br, para retirada da complementação do edital que se dará na sede da Prefeitura na Secretaria de Administração e Finanças- Departamento de Licitações e Contratos, será cobrado uma taxa de R\$ 12,00 (Doze reais). O horário disponível para retirada é das 08h:00min às 14h:00min.

Itapoá, 07 de maio de 2014.

SÉRGIO FERREIRA DE AGUIAR

MUNICÍPIO DE ITAPOÁ/SC

PREFEITO MUNICIPAL

Ituporanga

PREFEITURA

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001279/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AKW5775 54437695E 50100 23/12/2013
LYU8727 54438265E 69200 19/12/2013
MGL4359 54438231E 66102 27/12/2013
MGL4359 54438232E 66700 27/12/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
6610 2 230 * VII
6670 0 230 * XIII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001280/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AK08757 54438216E 69200 07/11/2013 127.69
LXJ6926 54438204E 69200 06/11/2013 127.69
MBL9339 54438222E 69200 11/11/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001281/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-

ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

EVX7207 54438193E 69200 11/12/2013
IDV4574 54438195E 69200 12/12/2013
LXT9221 54438260E 69200 12/12/2013
LYC0935 54438256E 69200 12/12/2013
LZU1214 54438255E 69200 12/12/2013
MAL3873 54438197E 69200 12/12/2013
MCF0844 54438189E 69200 11/12/2013
MEA7629 54438257E 69200 12/12/2013
MFY5740 54438170E 50100 09/12/2013

Infr. Desd. Enquadramento:
5010 0 162 * I
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Editais de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8092 001282/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE(S) DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

ACP3844 54573149C 50100 07/02/2013 574.61
AEF0384 54437779E 65992 05/08/2013 191.53
AEG3114 54437447E 50100 14/06/2013 574.61
AEG3114 54437448E 66372 14/06/2013 127.69
AEG3114 54437449E 51180 14/06/2013 574.61
AFS1440 54438013E 50100 12/10/2013 574.61

AJZ3675 54437337E 65992 28/04/2013 191.53
ANU2669 54438214E 69200 07/11/2013 127.69
BTI5910 54437537E 65992 05/07/2013 191.53
BTI5910 54437538E 66102 05/07/2013 127.69
BYF6891 54437970E 69200 03/10/2013 127.69
CIN3930 54438083E 69200 23/10/2013 127.69
COW3427 54437926E 50450 19/09/2013 191.53
DPG9527 54437051E 50100 05/02/2013 574.61
DRC1100 54437259E 65992 13/07/2013 191.53
DRC1100 54437705E 50100 13/07/2013 574.61
EEU5904 54437733E 69200 18/07/2013 127.69
GPW7447 55942781C 69200 03/05/2013 127.69
GYM7416 54437813E 65992 09/10/2013 191.53
IBV1930 54437254E 51691 12/05/2013 1915.38
IBV1930 54437255E 50100 12/05/2013 574.61
IIY7417 54438211E 69200 06/11/2013 127.69
KIY4202 54437248E 65992 31/03/2013 191.53
LXE9818 54437653E 66372 07/07/2013 127.69
LXM7730 54437713E 50100 06/08/2013 574.61
LXM7730 54437714E 51180 06/08/2013 574.61
LXM7730 54437715E 51691 06/08/2013 1915.38
LXM8378 54438153E 66372 09/11/2013 127.69
LXM8378 54438154E 50100 09/11/2013 574.61
LXP0945 54437912E 51691 02/11/2013 1915.38
LXY1303 54437236E 65992 11/10/2013 191.53
LYN3994 54437722E 65992 23/08/2013 191.53
LYN3994 54437723E 50450 23/08/2013 191.53
LZA7576 54437966E 69200 27/09/2013 127.69
LZD3168 54437636E 50100 13/06/2013 574.61
LZD3168 54437637E 50610 13/06/2013 574.61
LZE6602 54437169E 66101 17/03/2013 127.69
LZH1472 54437867E 50100 25/10/2013 574.61
LZP3582 54437302E 69200 05/06/2013 127.69
LZQ6622 54437237E 50100 11/10/2013 574.61
MAD5527 54437599E 69200 10/07/2013 127.69
MAO3200 54438023E 50100 31/10/2013 574.61
MAO3200 54438024E 65992 31/10/2013 191.53
MAQ4232 54437868E 50100 26/10/2013 574.61
MBC2703 54437315E 69200 14/06/2013 127.69
MBC2703 54437809E 50450 01/10/2013 191.53
MBT5932 54437405E 65992 06/05/2013 191.53
MCE9881 54437527E 69200 23/05/2013 127.69
MCE9881 54437862E 50371 11/09/2013 574.61
MCE9881 54438099E 69200 06/11/2013 127.69
MCP6783 54437606E 66700 18/08/2013 127.69
MCP6783 54437614E 50100 28/10/2013 574.61
MCP6783 54437615E 51180 28/10/2013 574.61
MCP6783 54437616E 52741 28/10/2013 191.53
MCP6783 54437639E 50100 18/08/2013 574.61
MCP6783 54437640E 51180 18/08/2013 574.61
MCW8318 54437608E 50100 03/10/2013 574.61
MDD0342 54437511E 69200 21/05/2013 127.69
MDD9805 54437594E 69200 09/07/2013 127.69
MDT7195 54437372E 65992 27/08/2013 191.53
MDY1442 54437563E 69200 21/06/2013 127.69
MEB8126 54437836E 69200 21/08/2013 127.69
MEF3474 54437317E 69200 18/06/2013 127.69
MEP0537 54438182E 69200 19/11/2013 127.69
MER0831 54437198E 65992 09/05/2013 191.53
MER0831 54437199E 50100 09/05/2013 574.61
MFI2093 54438065E 50100 06/11/2013 574.61
MFZ1973 54438087E 69200 23/10/2013 127.69
MGG2682 54437227E 50100 24/08/2013 574.61
MGG2682 54437704E 50100 13/07/2013 574.61
MGG2682 54438009E 50100 12/10/2013 574.61
MGG7828 54437516E 69200 10/06/2013 127.69
MGL8682 54437971E 69200 03/10/2013 127.69
MHA3131 54437785E 50100 17/09/2013 574.61
MHA3131 54437786E 65992 17/09/2013 191.53

MHI2394 54437379E 66102 13/09/2013 127.69
 MHY9360 54437279E 50100 11/05/2013 574.61
 MHY9360 54437456E 50100 12/07/2013 574.61
 MID6794 54437815E 50100 09/10/2013 574.61
 MID6794 54437816E 65992 09/10/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5037 1 162 * III
 5045 0 162 * V
 5061 0 163 c/c 162 * I
 5118 0 164 c/c 162 * I
 5169 1 165
 5274 1 175
 6599 2 230 * V
 6610 1 230 * VII
 6610 2 230 * VII
 6637 2 230 * IX
 6670 0 230 * XIII
 6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
 EDSON ANTUNES JACQUES
 DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001283/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR
 RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

CHC0575 54437461E 55500 09/05/2013 85.12
 MBT5932 54437404E 54600 06/05/2013 85.12
 MFL2147 54437852E 51851 26/08/2013 127.69
 MIR2592 54437857E 51851 03/09/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167

5460 0 181 * IX
 5550 0 181 * XVIII

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-
 SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACI-
 MA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLI-
 CACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001284/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AAV9832 54438282E 69200 19/12/2013
 AFS1440 54438269E 69200 09/01/2014
 AGK2904 54438406E 69200 24/01/2014
 AMP7556 54438192E 69200 11/12/2013
 AUS0810 54437641E 69200 11/12/2013
 BYF6891 54438307E 50100 12/01/2014
 IAY8080 54438409E 69200 29/01/2014
 LWY8468 54437999E 65561 16/01/2014
 LWY8468 54438000E 50100 16/01/2014
 LYC3477 54438349E 69200 22/01/2014
 LYS0030 54437919E 66102 17/01/2014
 LZN2222 54438314E 66102 18/01/2014
 LZN2222 54438315E 51691 19/01/2014
 LZN2222 54438316E 50450 18/01/2014
 LZN2222 54438317E 69120 18/01/2014
 LZN2222 54438318E 52741 18/01/2014
 MAK4512 54438298E 69200 08/01/2014
 MBS7709 54438404E 69200 23/01/2014
 MCM0687 54437643E 69200 10/12/2013
 MDS7626 54438367E 50100 26/01/2014
 MDS7626 54438368E 51180 26/01/2014

MEG2194 54438198E 69200 12/12/2013
 MFC7743 54438348E 69200 21/01/2014
 MFY2284 54438292E 69200 07/01/2014
 MGX4656 54438127E 66102 14/01/2014
 MGX4656 54438128E 69120 14/01/2014
 MGX4656 54438336E 69200 16/01/2014
 MKA0050 54438290E 69200 08/01/2014
 MKB8797 54438334E 69200 16/01/2014

 Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
 5045 0 162 * V
 5118 0 164 c/c 162 * I
 5169 1 165
 5274 1 175
 6556 1 230 * I
 6610 2 230 * VII
 6912 0 232
 6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
 EDSON ANTUNES JACQUES
 DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001285/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFE-
 SA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CON-
 DUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO
 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRI-
 ETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR
 IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8
 DO CTB.

 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

GYM7416 54438133E 52070 29/01/2014
 LZN2222 54438311E 58350 18/01/2014
 LZN2222 54438312E 57200 18/01/2014

LZN2222 54438313E 60501 18/01/2014
 MDL9299 54437981E 51851 16/12/2013
 MED9806 54437346E 60501 01/01/2014

 Infr. Desd. Enquadramento:

5185 1 167
 5207 0 169
 5720 0 186 * I
 5835 0 195
 6050 1 208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRIN-
 TA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-
 DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA
 REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO
 DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
 MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8092 001286/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO
 UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-
 DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA
 O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-
 CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S)
 INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEI-
 RA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR
 RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART.
 285 E SEGUINTE DO CTB.

 Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

BFK0828 54437750E 69200 24/07/2013 127.69
 BNO5565 54437508E 69200 21/05/2013 127.69
 DCM8132 54437759E 69200 02/08/2013 127.69
 LXE3884 54437577E 69200 28/06/2013 127.69
 LYN5989 55944596C 69200 05/02/2013 127.69
 LZF8461 54437377E 65992 12/09/2013 191.53
 MAV9211 54437673E 50100 17/09/2013 574.61
 MAV9211 54438151E 50100 06/11/2013 574.61
 MAV9211 54438152E 66102 06/11/2013 127.69
 MBK9284 54437503E 69200 17/05/2013 127.69
 MCA9572 54437968E 69200 27/09/2013 127.69
 MDP3206 54437139E 69200 20/02/2013 127.69
 MER7634 54438092E 69200 25/10/2013 127.69
 MGI0711 54437587E 69200 04/07/2013 127.69
 MHQ1972 54437374E 65992 05/09/2013 191.53
 MHQ1972 54437376E 50100 05/09/2013 574.61

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
6599 2 230 * V
6610 2 230 * VII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001287/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

MHH5824 54437370E 59401 07/08/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

5940 1 203 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO DE TRANSITO N.8092 001288/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

AMC8078 54438261E 69200 17/12/2013
CMR3770 54438277E 69200 19/12/2013
LXN2322 55165808E 69200 07/02/2014
LXU2758 54437623E 66372 03/02/2014
LXU2758 54437624E 67691 03/02/2014
LXY6856 54437650E 69200 17/12/2013
LYY8637 54438456E 50100 31/01/2014
LYY8637 54438458E 51180 31/01/2014
MAB0641 54438229E 51691 25/12/2013
MAB0641 54438230E 50450 25/12/2013
MAW0233 54438284E 69200 23/12/2013
MEB1049 55165801E 69200 04/02/2014
MET8990 54438032E 65992 16/01/2014
MEX8959 55165815E 69200 07/02/2014
MGC1864 54438267E 69200 19/12/2013
MHB0113 54438279E 69200 19/12/2013
MHL3790 54438262E 69200 17/12/2013
MIB3810 54437996E 50100 16/01/2014
MYW6924 54438266E 69200 19/12/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5010 0 162 * I
5045 0 162 * V
5118 0 164 c/c 162 * I
5169 1 165
6599 2 230 * V
6637 2 230 * IX
6769 1 230 * XXII
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001289/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

GKU1114 54438095E 65992 25/10/2013 191.53
MDO7467 54438223E 69200 13/11/2013 127.69
MFA9331 54437305E 69200 07/06/2013 127.69
MFW1830 54438162E 50372 30/11/2013 574.61

Infr. Desd. Enquadramento:
5037 2 162 * III
6599 2 230 * V
6920 0 233

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
EDSON ANTUNES JACQUES
DELEGADO REGIONAL 20. DRP

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8092 001290/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO

UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

LXW2850 54437717E 70561 07/08/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:
7056 1 244 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000837/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

BHT8565 8566019087 74630 26/12/2013
CAO9137 8566018628 60503 07/12/2013
CBS2573 8566018659 74630 05/12/2013
CCX9522 8566018573 74550 25/11/2013
CGA6776 8566019113 74550 24/12/2013
DKP0292 8566018501 60503 25/11/2013
DTN5000 8566018479 74550 29/11/2013

GXI4960 8566018444 74550 23/11/2013
 LWR1476 8566019018 74550 25/12/2013
 LWT2809 8566018695 57200 06/12/2013
 LXL2000 8566018592 60503 05/12/2013
 LXM1347 8566018601 74550 08/12/2013
 LXM1347 8566018689 74550 08/12/2013
 LXO6102 8566019105 74550 25/12/2013
 LXU2758 8566019091 60503 27/12/2013
 LXX8408 8566019008 74550 24/12/2013
 LYT1379 8566018719 57200 08/12/2013
 LZU0232 8566018607 60503 08/12/2013
 MAB0641 8566018472 60503 01/12/2013
 MAK2372 8566018981 74550 22/12/2013
 MAY7148 8566019083 60503 24/12/2013
 MBE5369 8566019132 74710 27/12/2013
 MBE5369 8566019159 74550 27/12/2013
 MCF7323 8566018699 74550 03/12/2013
 MCI1978 8566018638 74550 03/12/2013
 MCJ3813 8566018776 74550 09/12/2013
 MDE2987 8566018332 74550 24/11/2013
 MDF7133 8566018704 74550 06/12/2013
 MDV7042 8566018697 74550 07/12/2013
 MDY2598 8566019138 57200 24/12/2013
 MEG1734 8566019046 60503 25/12/2013
 MEI7166 8566018678 74710 08/12/2013
 MEJ3628 8566018621 74550 06/12/2013
 MEJ3953 8566018681 74550 06/12/2013
 MEX9194 8566018568 57200 01/12/2013
 MEZ2951 8566018837 74550 09/12/2013
 MGK7248 8566019136 57200 23/12/2013
 MHW6841 8566019011 74550 25/12/2013
 MHZ9601 8566019043 74550 24/12/2013
 MIK8876 8566019014 60503 25/12/2013
 MIS8721 8566018608 60503 08/12/2013
 MJF3544 8566019111 74550 23/12/2013
 MJG5525 8566018890 74550 22/12/2013
 MJZ4566 8566018400 74550 23/11/2013
 MKB8766 8566018975 57200 22/12/2013
 MKB8766 8566019119 74550 25/12/2013
 MKB8766 8566019144 57200 26/12/2013
 MKF4406 8566018474 74550 26/11/2013
 MKG1475 8566019010 74550 25/12/2013
 MKJ4458 8566018609 60503 08/12/2013
 MKM8784 8566019015 74550 25/12/2013
 MKP2148 8566018645 60503 08/12/2013
 MLC2371 8566018442 74550 22/11/2013
 MMF2997 8566018999 74550 24/12/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.

MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000838/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AMP5975 8566018179 74550 15/11/2013 85.12
 MCF6230 8566018228 60503 16/11/2013 191.53

Infr. Desd. Enquadramento:

6050 3 208
 7455 0 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.

MOACIR CORDEIRO
 DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
 SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
 DETRAN - DEINFRA
 ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUAÇÃO
 PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
 N.8566 000839/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZAÇÃO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPE-

CIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração

ALW9807 8566019172 74550 30/12/2013
CSW5462 8566018606 74550 08/12/2013
DXM4333 8566019193 74550 01/01/2014
IDP3104 8566018671 74550 04/12/2013
ILG5710 8566019176 74550 30/12/2013
JQE0829 8566019217 74550 30/12/2013
LWU3777 8566019032 74550 29/12/2013
LXF5910 8566018762 60503 11/12/2013
LXH3400 8566018701 74550 03/12/2013
LXS7858 8566019240 57200 31/12/2013
LXY5431 8566018603 60503 08/12/2013
LYN0515 8566019231 74550 30/12/2013
LYN0515 8566019260 74630 30/12/2013
LYV3943 8566018664 74550 08/12/2013
LYV3943 8566018676 74550 08/12/2013
LYV3943 8566018710 74550 08/12/2013
LZD3502 8566019081 60503 23/12/2013
MAL2842 8566018581 74550 03/12/2013
MBQ2096 8566019118 74550 25/12/2013
MBQ2096 8566019126 74550 25/12/2013
MCD4944 8566019188 74630 30/12/2013
MCS8017 8566018534 74550 01/12/2013
MCW3962 8566018620 74630 05/12/2013
MDH4454 8566019029 74550 28/12/2013
MDO0039 8566018804 74550 10/12/2013
MDP3131 8566019007 74550 24/12/2013
MEH9851 8566018750 74550 11/12/2013
MEV6448 8566019079 60503 29/12/2013
MFS5499 8566019004 74630 29/12/2013
MGI7060 8566019170 74550 30/12/2013
MGW6812 8566019049 74550 26/12/2013
MHE1545 8566019024 60503 27/12/2013
MHH8324 8566018748 74550 11/12/2013
MHW6334 8566019000 74550 28/12/2013
MHW6334 8566019134 74550 28/12/2013
MIJ7157 8566019166 74550 28/12/2013
MIR2592 8566019175 74550 30/12/2013
MJB3414 8566018639 60503 05/12/2013
MJC1028 8566018806 74550 12/12/2013
MJO4314 8566018614 74550 03/12/2013
MJO4314 8566018626 74630 07/12/2013
MKI1806 8566018821 57200 09/12/2013
MKW7147 8566019155 57200 29/12/2013
MLH7867 8566018630 74550 08/12/2013

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282

DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000840/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infração Valor Multa

AAY9841 8566017887 74550 25/10/2013 85.12
ADQ0033 8566016289 74550 04/08/2013 85.12
AEF0384 8566016401 74550 04/08/2013 85.12
ALL6428 8566015615 56732 29/06/2013 85.12
ALL6428 8566015616 60503 29/06/2013 191.53
ANM4351 8566015805 74550 06/07/2013 85.12
ATC0531 8566016027 60503 21/07/2013 191.53
AUE1123 8566018211 60503 17/11/2013 191.53
AUK1838 8566016533 74550 11/08/2013 85.12
BAX6996 8566016525 74550 07/08/2013 85.12
BBW0077 8566016424 74550 03/08/2013 85.12
COX2329 8566016580 74630 18/08/2013 127.69
DHG8388 8566016507 60503 11/08/2013 191.53
DWF4050 8566015795 74550 04/07/2013 85.12
DWF4050 8566016180 74550 25/07/2013 85.12
DYE6540 8566017904 74550 29/10/2013 85.12
EJI2127 8566017837 60503 26/10/2013 191.53
FAI5348 8566016645 74550 15/08/2013 85.12
FAM9103 8566017205 74550 18/09/2013 85.12
FAM9103 8566017826 74630 22/10/2013 127.69
IDF6445 8566017427 74630 03/10/2013 127.69
IDS9457 8566016242 74550 28/07/2013 85.12
IMA2887 8566018088 60503 04/11/2013 191.53
IMQ7475 8566017796 74550 23/10/2013 85.12
JUI7695 8566015954 74550 09/07/2013 85.12
LHS3848 8566017404 74630 23/09/2013 127.69
LWY4276 8566017884 57200 27/10/2013 127.69
LWY4276 8566018269 57200 11/11/2013 127.69
LWY4958 8566015778 60503 06/07/2013 191.53
LXA2835 8566018027 60503 05/11/2013 191.53
LXP9313 8566018122 74550 08/11/2013 85.12
LXT3188 8566016565 74550 08/08/2013 85.12

LXU0415 8566016061 60503 17/07/2013 191.53
 LYN8615 8566016350 60503 04/08/2013 191.53
 LYU1592 8566016978 60503 08/09/2013 191.53
 LYV5386 8566016655 74550 14/08/2013 85.12
 LYY9955 8566016165 74550 29/07/2013 85.12
 LYZ7607 8566016365 60503 03/08/2013 191.53
 LZA2510 8566015326 60503 17/06/2013 191.53
 LZV9162 8566017624 74630 12/10/2013 127.69
 MAG7925 8566016033 60503 21/07/2013 191.53
 MAL5459 8566016514 74550 12/08/2013 85.12
 MAL5459 8566018054 74550 04/11/2013 85.12
 MAN9663 8566017639 74550 10/10/2013 85.12
 MAS7319 8566016489 60503 11/08/2013 191.53
 MAS7319 8566016957 60503 08/09/2013 191.53
 MAS9000 8566017969 74550 30/10/2013 85.12
 MAV9976 8566018134 57200 04/11/2013 127.69
 MAV9976 8566018150 57200 09/11/2013 127.69
 MAV9976 8566018286 57200 17/11/2013 127.69
 MAY4230 8566017447 74550 03/10/2013 85.12
 MAY6426 8566017184 60503 16/09/2013 191.53
 MAZ9112 8566015629 74550 29/06/2013 85.12
 MBL5451 8566015892 74550 10/07/2013 85.12
 MBL5451 8566017840 60503 22/10/2013 191.53
 MBQ4254 8566015963 74550 14/07/2013 85.12
 MBS8817 8566017921 74550 02/11/2013 85.12
 MBS8817 8566018170 74550 15/11/2013 85.12
 MBY1055 8566017230 74630 17/09/2013 127.69
 MBY4815 8566016586 74550 14/08/2013 85.12
 MCA8302 8566017919 60503 02/11/2013 191.53
 MCC2099 8566016979 60503 08/09/2013 191.53
 MCD4944 8566017453 60503 05/10/2013 191.53
 MCE1951 8566015674 74550 30/06/2013 85.12
 MCK5327 8566018120 74550 08/11/2013 85.12
 MCO8742 8566016037 74550 16/07/2013 85.12
 MCO8742 8566016292 60503 30/07/2013 191.53
 MCO8742 8566018053 60503 10/11/2013 191.53
 MCW8108 8566015956 74550 11/07/2013 85.12
 MDG4513 8566018241 74550 15/11/2013 85.12
 MDN8289 8566017402 74630 28/09/2013 127.69
 MDP4428 8566017925 74550 28/10/2013 85.12
 MDT9943 8566017674 74550 09/10/2013 85.12
 MDW6825 8566016780 57200 25/08/2013 127.69
 MDW6825 8566018177 74550 15/11/2013 85.12
 MEA9169 8566016413 57200 30/07/2013 127.69
 MEA9169 8566016414 57200 30/07/2013 127.69
 MEA9169 8566016557 74550 07/08/2013 85.12
 MEB2388 8566016510 74550 07/08/2013 85.12
 MEK6674 8566015987 57200 14/07/2013 127.69
 MEN0965 8566016713 74550 21/08/2013 85.12
 MEQ8867 8566016210 60503 28/07/2013 191.53
 MES4955 8566018033 74550 07/11/2013 85.12
 MEV8964 8566018288 57200 17/11/2013 127.69
 MFB7823 8566015706 74630 26/06/2013 127.69
 MFD0541 8566018075 74550 09/11/2013 85.12
 MFE6466 8566017672 74550 08/10/2013 85.12
 MFG4652 8566017207 74550 19/09/2013 85.12
 MFM2800 8566015903 74550 13/07/2013 85.12
 MFN6266 8566016745 60503 25/08/2013 191.53
 MFR3420 8566017228 74550 19/09/2013 85.12
 MFR3420 8566017461 74550 30/09/2013 85.12
 MFR4670 8566016455 74550 11/08/2013 85.12
 MFY3284 8566017652 74550 13/10/2013 85.12
 MGI9012 8566015899 60503 13/07/2013 191.53
 MGK7248 8566017659 57200 09/10/2013 127.69
 MGK7248 8566017776 57200 18/10/2013 127.69
 MGN0673 8566015813 74550 08/07/2013 85.12
 MGO7201 8566017707 60503 16/10/2013 191.53
 MGQ3816 8566015879 57200 07/07/2013 127.69
 MGQ9788 8566017383 74550 28/09/2013 85.12

MGR9691 8566016153 74550 27/07/2013 85.12
 MGU4666 8566016570 74550 13/08/2013 85.12
 MGW2877 8566017964 74550 29/10/2013 85.12
 MGY2663 8566015854 74550 06/07/2013 85.12
 MGY6077 8566015925 74550 13/07/2013 85.12
 MHB0815 8566016170 74550 23/07/2013 85.12
 MHJ2639 8566017469 74550 03/10/2013 85.12
 MHK8097 8566018082 60503 10/11/2013 191.53
 MHO1449 8566017354 60503 28/09/2013 191.53
 MHS1518 8566017055 60503 12/09/2013 191.53
 MHV4761 8566017940 74550 03/11/2013 85.12
 MHX3263 8566017993 57200 02/11/2013 127.69
 MHX3263 8566018132 74550 07/11/2013 85.12
 MHX7662 8566016686 60503 20/08/2013 191.53
 MHX7662 8566016738 60503 20/08/2013 191.53
 MHZ3959 8566018046 60503 09/11/2013 191.53
 MIB4281 8566017628 74550 13/10/2013 85.12
 MIB4281 8566017630 74550 13/10/2013 85.12
 MIK6077 8566018091 60503 08/11/2013 191.53
 MIL5176 8566016498 74550 07/08/2013 85.12
 MIM0977 8566016541 74550 08/08/2013 85.12
 MIN6366 8566017872 57200 23/10/2013 127.69
 MIO5746 8566018307 74550 15/11/2013 85.12
 MIR2592 8566017586 74550 07/10/2013 85.12
 MIU1724 8566018246 74550 12/11/2013 85.12
 MIU4698 8566017669 74630 07/10/2013 127.69
 MIY0741 8566017555 60503 08/10/2013 191.53
 MIY2564 8566016733 74550 25/08/2013 85.12
 MIZ6624 8566016416 74550 01/08/2013 85.12
 MJA3687 8566018028 74550 06/11/2013 85.12
 MJE8922 8566017797 74550 25/10/2013 85.12
 MJI7899 8566017811 74550 23/10/2013 85.12
 MJI9232 8566016142 74550 26/07/2013 85.12
 MJO8629 8566017936 74550 01/11/2013 85.12
 MJP4191 8566017550 74710 06/10/2013 574.61
 MJR4288 8566017342 60503 29/09/2013 191.53
 MJT6434 8566017588 60503 08/10/2013 191.53
 MJY5933 8566015847 74710 08/07/2013 574.61
 MKB8766 8566017874 57200 23/10/2013 127.69
 MKD7325 8566017650 74550 11/10/2013 85.12
 MKI9218 8566017918 74630 02/11/2013 127.69
 MKM0109 8566017376 74550 28/09/2013 85.12
 MKP9914 8566016638 74550 15/08/2013 85.12
 MKR1056 8566016152 74550 27/07/2013 85.12
 MKR4518 8566015730 74550 01/07/2013 85.12
 MKT2728 8566016171 74550 24/07/2013 85.12
 MKW1715 8566018161 74550 08/11/2013 85.12
 MLB5443 8566017716 74550 19/10/2013 85.12
 MLB5443 8566018213 74550 17/11/2013 85.12
 MLK2841 8566017262 57200 18/09/2013 127.69
 MLK2841 8566018142 57200 06/11/2013 127.69
 MLK2841 8566018277 57200 13/11/2013 127.69
 MLL6113 8566017489 74550 03/10/2013 85.12
 MVX6701 8566017992 57200 02/11/2013 127.69

 Infr. Desd. Enquadramento:

5673 2 183
 5720 0 186 * I
 6050 3 208
 7455 0 218 * I
 7463 0 218 * II
 7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTA-
 CAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFE-
 RIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA
 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E
 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SES-

SENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO
IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO
PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO
N.8566 000841/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

AJN7573 8566019497 74550 18/01/2014
ALV7080 8566018795 74550 14/12/2013
AOE3719 8566019381 74550 11/01/2014
AXO0018 8566019202 74550 05/01/2014
BFN8173 8566018785 74630 13/12/2013
BNW5159 8566018852 74550 13/12/2013
CYH3270 8566019328 60503 12/01/2014
DBK1466 8566018810 74550 15/12/2013
DUC6037 8566019378 74550 10/01/2014
ETB2909 8566019214 74550 04/01/2014
HSE2412 8566018790 74550 11/12/2013
HVW4197 8566019459 74550 16/01/2014
JQE0829 8566019420 74550 18/01/2014
JQE0829 8566019464 74550 18/01/2014
LWR3168 8566019439 74550 15/01/2014
LWR9910 8566019470 74550 15/01/2014
LWV6662 8566019195 74550 02/01/2014
LWY8468 8566019321 60503 12/01/2014
LWY8468 8566019325 74550 12/01/2014
LWY8468 8566019326 60503 12/01/2014
LWY8468 8566019396 74550 13/01/2014
LWY8468 8566019411 60503 13/01/2014
LWY8468 8566019430 60503 13/01/2014
LXX1868 8566019499 74550 18/01/2014
LXX2487 8566018854 74630 14/12/2013
LYF9347 8566019235 57200 30/12/2013
LYF9347 8566019239 57200 30/12/2013
LYF9347 8566019268 74550 04/01/2014
LYF9347 8566019485 57200 19/01/2014
LYS4737 8566019121 74710 29/12/2013

LYY7455 8566018773 60503 15/12/2013
LZF4160 8566019477 57200 13/01/2014
LZN2222 8566019387 74710 18/01/2014
LZN2222 8566019466 74710 18/01/2014
LZV0201 8566019383 74630 12/01/2014
LZX9332 8566019327 60503 12/01/2014
MAH8059 8566019336 74550 12/01/2014
MAM5070 8566019315 60503 07/01/2014
MAR0119 8566018850 74550 13/12/2013
MAV9976 8566019259 57200 05/01/2014
MBR8487 8566019368 57200 11/01/2014
MBR8487 8566019373 74630 11/01/2014
MCE3667 8566018706 74630 06/12/2013
MCE3667 8566018814 74710 11/12/2013
MCE3667 8566018835 74550 10/12/2013
MCE3667 8566018843 74550 11/12/2013
MCK6458 8566019185 60503 05/01/2014
MCO8742 8566019228 74550 01/01/2014
MDH1886 8566018768 60503 12/12/2013
MDH4454 8566018745 74550 10/12/2013
MDL2895 8566019264 74550 30/12/2013
MDO0039 8566018684 74550 07/12/2013
MDR2672 8566019475 74550 19/01/2014
MDU0438 8566019357 74550 12/01/2014
MEB6985 8566019367 57200 11/01/2014
MEB6985 8566019478 57200 14/01/2014
MEB6985 8566019481 57200 17/01/2014
MEG3946 8566018732 74550 13/12/2013
MFK9361 8566019479 57200 15/01/2014
MGZ0466 8566018789 74550 10/12/2013
MHF3190 8566019370 57200 12/01/2014
MHH9098 8566019347 74550 06/01/2014
MHZ5095 8566019384 74550 12/01/2014
MIA6189 8566018847 74550 13/12/2013
MIO3388 8566019198 74550 02/01/2014
MIV9120 8566019299 74550 06/01/2014
MIX7570 8566018801 74550 15/12/2013
MJO4930 8566019460 74550 16/01/2014
MKN1698 8566019331 74550 12/01/2014
MKR4451 8566018769 74550 13/12/2013
MKS8246 8566019302 74550 10/01/2014
MKT8676 8566018770 60503 13/12/2013
MKV0292 8566018786 74550 09/12/2013
MKV4545 8566018595 60503 06/12/2013
MKV8357 8566018720 74550 14/12/2013
MLA8644 8566018591 74550 04/12/2013
MLE1560 8566018640 60503 05/12/2013
MLH7867 8566018759 74550 15/12/2013
MMJ0500 8566019377 74550 09/01/2014
MMK1529 8566019203 74550 05/01/2014
MML0301 8566018796 74550 14/12/2013
MOM4740 8566018680 74550 06/12/2013
NBX6667 8566019254 57200 04/01/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II
7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AIN-

DA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 000842/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIZACAO DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICACAO O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

AIT0613 8566016135 74550 29/07/2013 85.12
AJR5751 8566016518 74550 09/08/2013 85.12
AWJ5217 8566017601 60503 12/10/2013 191.53
CPJ5441 8566018159 74550 05/11/2013 85.12
CSF7647 8566018062 74550 05/11/2013 85.12
CZZ2903 8566018261 74550 14/11/2013 85.12
DBV0804 8566018100 60503 09/11/2013 191.53
GQJ6549 8566017589 74630 08/10/2013 127.69
IHS1900 8566015473 74550 23/06/2013 85.12
IHS1900 8566016340 74550 02/08/2013 85.12
IKP4179 8566018273 57200 12/11/2013 127.69
JEX1348 8566018173 60503 12/11/2013 191.53
LWR1659 8566017647 74550 09/10/2013 85.12
LWY3030 8566015469 60503 21/06/2013 191.53
LXD9459 8566017774 57200 14/10/2013 127.69
LXD9459 8566017883 57200 27/10/2013 127.69
LXI0406 8566016110 57200 20/07/2013 127.69
LXO1992 8566018089 60503 06/11/2013 191.53
LZD4570 8566018503 60503 27/11/2013 191.53
LZF0804 8566017087 60503 14/09/2013 191.53
LZH2235 8566015752 74550 30/06/2013 85.12
LZM0142 8566018077 74550 10/11/2013 85.12
LZX9885 8566016410 74550 05/08/2013 85.12
LZY8778 8566017194 74550 20/09/2013 85.12
MAB0641 8566017816 60503 24/10/2013 191.53
MAJ3914 8566015943 60503 09/07/2013 191.53
MAL7901 8566018433 57200 24/11/2013 127.69
MAM3080 8566018036 60503 07/11/2013 191.53
MAR9814 8566016258 74550 29/07/2013 85.12
MAX6974 8566017677 74550 09/10/2013 85.12
MBQ6166 8566015768 74550 04/07/2013 85.12
MBQ6166 8566015905 74550 13/07/2013 85.12
MBR0628 8566017771 74550 20/10/2013 85.12
MCC9604 8566016722 74550 22/08/2013 85.12
MDU1884 8566018019 74550 10/11/2013 85.12

MDV4655 8566015990 74550 12/07/2013 85.12
MEG8779 8566017506 74550 01/10/2013 85.12
MER6510 8566016319 74550 05/08/2013 85.12
MER7624 8566016427 74550 05/08/2013 85.12
MER7624 8566017161 74630 11/09/2013 127.69
MEV4050 8566017703 74550 14/10/2013 85.12
MEW5940 8566015959 74630 13/07/2013 127.69
MGQ5360 8566016294 60503 30/07/2013 191.53
MGW0004 8566017968 74630 29/10/2013 127.69
MHC4730 8566018224 60503 13/11/2013 191.53
MHQ1972 8566016761 74710 25/08/2013 574.61
MHV8130 8566016064 60503 20/07/2013 191.53
MIB0853 8566017445 74550 02/10/2013 85.12
MIF7289 8566017420 74550 01/10/2013 85.12
MIT8967 8566015793 74550 03/07/2013 85.12
MIT8967 8566017046 74550 09/09/2013 85.12
MIT8967 8566017976 74550 30/10/2013 85.12
MIV9120 8566015681 74550 01/07/2013 85.12
MIV9120 8566016055 74550 21/07/2013 85.12
MIV9120 8566016584 74550 13/08/2013 85.12
MIV9120 8566017443 74550 01/10/2013 85.12
MJP0017 8566016493 74550 11/08/2013 85.12
MKR5784 8566017839 60503 27/10/2013 191.53
MKR5784 8566017957 60503 03/11/2013 191.53
MLA6769 8566017440 74550 06/10/2013 85.12
MMD4009 8566016107 57200 15/07/2013 127.69
MMD4009 8566016118 74550 15/07/2013 85.12
MMJ0500 8566017408 74550 27/09/2013 85.12
MMJ1470 8566015833 60503 07/07/2013 191.53
MMJ1470 8566017047 74550 13/09/2013 85.12
NBX6667 8566016403 74550 04/08/2013 85.12

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II
7471 0 218 * III

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Editais de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO POR AUTUACAO PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 000843/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORI-

DADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUACAO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARAGRAFO 7 DA MESMA LEI. SENDO PESSOA JURIDICA O PROPRIETARIO DO VEICULO, A NAO INDICACAO DO CONDUTOR IMPLICARA NAS SANCOES DO ART. 257, PARAGRAFO 8 DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao

ALH0981 8566019005 60503 23/12/2013
ANX5050 8566019022 74550 27/12/2013
AUO5106 8566019473 74550 17/01/2014
EVX7207 8566019112 74550 24/12/2013
GWV8101 8566019330 60503 12/01/2014
HHX3892 8566018828 57200 14/12/2013
HHX3892 8566018976 57200 22/12/2013
IRK0232 8566019310 60503 09/01/2014
LWT2809 8566019149 57200 27/12/2013
LWU9512 8566019021 60503 27/12/2013
LYS9026 8566018721 74550 15/12/2013
LYU7868 8566019163 74550 24/12/2013
LZC9452 8566018921 60503 22/12/2013
LZD7029 8566018942 74550 22/12/2013
MCV6035 8566018947 74550 22/12/2013
MDE0422 8566019286 74550 10/01/2014
MDE0422 8566019303 74550 11/01/2014
MEE2474 8566018903 74550 22/12/2013
MEG0305 8566019072 60503 25/12/2013
MEO4418 8566019135 57200 23/12/2013
MIQ3479 8566019100 74550 26/12/2013
MIX7469 8566019092 74550 27/12/2013
MJE2075 8566018907 60503 22/12/2013
MJN7173 8566018914 60503 22/12/2013
MKN3163 8566019086 74550 25/12/2013
MLK0785 8566019037 74550 23/12/2013
MLR9104 8566019162 74550 23/12/2013
MLU3366 8566019102 74550 27/12/2013
MLV6925 8566018948 74550 22/12/2013
NBX6667 8566019462 74550 17/01/2014

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO A JARI. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Edital de Notificação por Autuação pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRACOES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA
ESTADO DE SANTA CATARINA

EDITAL DE NOTIFICACAO DE IMPOSICAO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO DE INFRACAO DE TRANSITO N.8566 000844/2014

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARAGRAFO UNICO, INCISO II, DA LEI N.9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRANSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETARIO(S) DO(S) VEICULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUACAO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRACAO(OES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1a E 2a INSTANCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEGUINTE DO CTB.

Placa N.Auto Infr./Desd. Data Infracao Valor Multa

DCY0441 8566015897 74550 13/07/2013 85.12
LPJ6252 8566017794 74550 20/10/2013 85.12
LXM4452 8566018207 74550 15/11/2013 85.12
LYF9347 8566018290 57200 17/11/2013 127.69
LYN7395 8566014351 60503 27/04/2013 191.53
MCV3600 8566015602 74630 27/06/2013 127.69
MFP6930 8566018653 60503 06/12/2013 191.53
MIN9828 8566015377 60503 14/06/2013 191.53
MKZ5952 8566018254 74630 15/11/2013 127.69

Infr. Desd. Enquadramento:

5720 0 186 * I
6050 3 208
7455 0 218 * I
7463 0 218 * II

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTACAO DE DEFESA DA AUTUACAO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSICAO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARAGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICACAO DESTE EDITAL.

ITUPORANGA/SC, 05 DE MAIO DE 2014.
MOACIR CORDEIRO
DIRETOR DE TRANSITO

Joaçaba

PREFEITURA

Decreto Nº 4.568 de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.568 DE 07 DE MAIO DE 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16 DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas por Lei,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar na importância de R\$ 174.654,73 (cento e setenta e quatro mil, seiscentos e cinquenta e quatro reais e setenta e três centavos), destinados à suplementação das dotações abaixo descritas pertencentes ao Orçamento Municipal vigente, por conta do superávit financeiro do exercício anterior dos recursos do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.011 AQUISIÇÃO VEÍCULOS - FMS
Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.3.088.0

Valor: R\$ 24.654,73

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 2.103 MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES - PAB FIXO
Modalidade Aplicação: 3.3.90.00.00.00.00.00.0.3.064.0

Valor: R\$ 150.000,00

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Decreto Nº 4.569 de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.569 de 07 de maio de 2014.

DISPÕE SOBRE A ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR, AUTORIZADO PELO ARTIGO 16, DA LEI MUNICIPAL 4.439 DE 20/12/13 (LOA) E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito do Município de Joaçaba (SC), no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 4.486/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica o chefe do Poder Executivo Municipal de Joaçaba, autorizado a abrir Crédito Adicional Suplementar na importância de R\$ 93.000,00 (noventa e três mil reais), destinados a suplementar as dotações abaixo descritas, no Orçamento Vigente do Fundo Municipal de Saúde:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.014 - CONSTRUÇÃO DE UNIDADES DE ESF - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0

Valor: R\$ 93.000,00

Art. 2º Os recursos necessários para suplementação da dotação apontada no artigo 1º, são provenientes das anulações das seguintes dotações:

Órgão: 18 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Unidade Orçamentária: 01 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Proj./Atividade: 1.012 - AQUISIÇÃO DE TERRENOS - FMS

Modalidade Aplicação: 4.4.90.00.00.00.00.00.0.1.002.0

Valor: R\$ 93.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

JOAÇABA (SC), em 07 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

Extrato CC 4/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA (SC)

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 41/2014/PMJ

CONCORRÊNCIA Nº 4/2014/PMJ

Objeto: Permissão de uso das salas comerciais do prédio do Novo Terminal Rodoviário Municipal localizado às margens da BR 282, Km 388, Bairro Nossa Senhora de Lourdes, neste Município, em conformidade com as especificações descritas no Anexo I deste Edital. Forma de Julgamento: Maior Oferta por Item. Data da abertura: Dia 10/06/2014, a partir das 15 horas, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa, no endereço abaixo citado. Credenciamento e entrega dos envelopes: até as 14h30min do dia 10/06/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura. Local para aquisição do Edital: Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, situada na Avenida XV de Novembro, 378, Centro, em dias úteis, de segunda à sexta-feira, no horário das 13 às 19 horas ou no site www.joacaba.sc.gov.br, a partir da publicação deste aviso. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 06 de maio de 2014.

RAFAEL LASKE

Prefeito

Extrato TP 2/2014/FMS

MUNICÍPIO DE JOAÇABA (SC)

FUNDO MUNICIPAL DA SAÚDE - FMS

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 15/2014/FMS

TOMADA DE PREÇO Nº 2/2014/FMS

Objeto: Contratação de empresa especializada para a execução dos serviços e o fornecimento dos materiais e equipamentos necessários para a construção de edificação destinada à instalação de uma Unidade Básica de Saúde, na Rua Rosa Heberle, bairro Vila Remor, neste Município. Regime: Empreitada por preço unitário.

Forma de julgamento: Menor preço global. Data da abertura: Dia 26/05/2014, a partir das 16h, na Secretaria Municipal de Gestão Administrativa - Setor de Compras e Licitações, na Av. XV de Novembro, 378, Centro, Joaçaba (SC). Entrega dos envelopes: até as 15h30min do dia 26/05/2014, no Setor de Protocolo da Prefeitura de Joaçaba. Local para aquisição do Edital: O edital estará disponível para consulta no site da Prefeitura (www.joacaba.sc.gov.br) e no Setor de Compras e Licitações - Avenida XV de Novembro, 378 - Centro - Joaçaba - SC. Quaisquer informações poderão ser solicitadas junto ao Setor de Compras e Licitações, no endereço citado acima, pelo telefone (049)3527-8805/3527-8828 ou pelo e-mail comprasjba@yahoo.com.br.

Joaçaba, 08 de maio de 2014.
RAFAEL LASKE
Prefeito

MARCOS WEISS
Gestor do FMS

Extrato Homologação PL 36/2014/PMJ - PP 27/2014/PMJ

PREFEITURA DE JOAÇABA
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 36/2014/PMJ
PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014/PMJ

O Prefeito de Joaçaba, RAFAEL LASKE, no uso de suas atribuições, resolve:

HOMOLOGAR o Processo Licitatório nº 36/2014/PMJ,
- Modalidade: PP 27/2014/PMJ.

Objeto: Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidor de provimento efetivo para preenchimento de vaga de CONTADOR para a Administração Pública Municipal.

EMPRESAS VENCEDORAS:

GEORGEO ALMEIDA ME
VALOR R\$ 3.000,00

2) AUTORIZAR a emissão das notas de empenhos correspondentes.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2014.
Rafael Laske
Prefeito

Extrato Contrato 166/2014/PMJ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 166/2014/PMJ
PL 36/2014 - PP 27/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE JOAÇABA
CONTRATADA: GEORGEO ALMEIDA ME

OBJETO: Contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público para a admissão de servidor de provimento efetivo para preenchimento de vaga de CONTADOR para a Administração Pública Municipal.

VALOR TOTAL CONTRATADO: R\$ 3.000,00 (três mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

2.029 - MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE GESTÃO FINANCEIRA
63 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

2.030 - ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

55 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações Diretas

VIGÊNCIA: 60 dias, a contar de sua assinatura.

DATA DE ASSINATURA: 07/05/2014

RAFAEL LASKE
Prefeito

Resolução Nº 03/2014 Secretaria de Saúde

RESOLUÇÃO Nº 03/2014

A Secretaria Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 29, II c/c art. 21 da Lei Complementar n. 173/2009,

CONSIDERANDO as atribuições da Secretaria de Saúde descritas no art. 21 da Lei Complementar n. 173/2009;

CONSIDERANDO a necessidade de normatização do horário de atendimento da Secretaria de Saúde.

RESOLVE:

Art. 1º O deslocamento de veículos para transporte de pacientes dentro do território Municipal somente ocorrerá para atendimento à pacientes com dificuldade de locomoção, aos que necessitem de maca, aos acamados, e aqueles em que forem solicitados pelas Unidades de Saúde o respectivo atendimento.

Art.2º Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Registrada, Publicada, CUMPRADA-SE.

Joaçaba (SC), 06 de Maio de 2014.
Marcos Weiss
Secretário de Saúde

DI 2/2014/PMJ - Homologada Em 07/05/2014

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 29/2014/PMJ

TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 2/2014/PMJ

1 - DO OBJETO

Contratação da Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina - EPAGRI, para a execução de serviços de assistência técnica e extensão rural no Município de Joaçaba, SC, contendo as ações descritas no Plano Anual de Trabalho 2014 - PAT, Anexo I deste processo.

2 - DA JUSTIFICATIVA

A dispensa de licitação para contratação do objeto acima citado justifica-se pela relevância dos serviços a serem prestados pela empresa contratada, os quais suprem a necessidade de suporte operacional para que a Secretaria de Desenvolvimento Agrícola, Indústria, Comércio, Turismo e Inovação do Município incremente suas atividades visando o pleno desenvolvimento sustentável do meio rural, em benefício de toda a sociedade.

Ressalta-se ainda que a empresa contratada, no que tange ao nível tático-operacional, delega às gerências regionais, além de outras competências, a articulação e suporte intrarregional, a participação nos planos municipais de desenvolvimento rural e na articulação local.

3 - DA EMPRESA CONTRATADA

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA - EPAGRI, inscrita no CNPJ sob o nº 83.052.191/0034-20, situada na Rua Getúlio Vargas, nº 172,

centro, do Município de Joaçaba (SC).

4 - DO VALOR CONTRATADO

Fica contratado o valor total de R\$ 16.000,00 (dezesesseis mil reais) para a execução dos serviços, sendo que o mesmo deverá ser pago de forma parcelada, conforme estabelecido no contrato.

5 - DO FUNDAMENTO LEGAL

Atendimento aos pressupostos da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações introduzidas pela Lei 8.883/94, em especial o disposto no art. 24, inciso VIII.

6 - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas provenientes do processo acima citado serão custeadas pela seguinte dotação orçamentária:

2.044 - MANUTENÇÃO DA DIRETORIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA

163 - 3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000 - Aplicações diretas

Joaçaba (SC), em 28 de abril de 2014.

MUNICÍPIO DE JOAÇABA

RAFAEL LASKE

Prefeito

HOMOLOGADO EM 07/05/2014

Extrato de Licitação Deserta PL 2/2014/FMAS - PP 1/2014/FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 1/2014 - PR
CNPJ: 02.247.113/0001-11 AVENIDA XV DE NOVEMBRO, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 2/2014 Processo de Licitação: 2/2014 Data do Processo: 07/04/2014
<u>Objeto:</u> Registro de Preços para a aquisição eventual e futura de lanches (salgados, bolos e pães), destinados aos eventos a serem promovidos pelos projetos e serviços mantidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social.	
<u>NOTA DE ANULAÇÃO DE PROCESSO DE COMPRA Nr.: 1 / 2014</u>	
<u>Motivo:</u> Aos sete dias do mês de maio de 2014, às 14:00h, reuniram-se nas dependências do prédio da Prefeitura, o Pregoeiro e a sua Equipe de Apoio para proceder à abertura do Processo de Licitação nº 2/2014/FMAS - Edital de Pregão Presencial nº 1/2014/FMAS. Constatou-se que não acudiram interessados em participar da licitação, sendo a mesma declarada DESERTA.	
Joaçaba, 7 de Maio de 2014	
<p>-----</p> Rafael Laske - Prefeito	

SIMAE**Termo de Recebimento Definitivo de Obra SIMAE****TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO DE OBRA**

Os abaixo-assinados, membros nomeados pela Portaria nº JHL 0071/2014 de 05/05/2014 da Sra. Elisabet Maria Zanela Sartori, Diretora Presidente do SIMAE, para procederem ao Recebimento Definitivo da Obra referente a Tomada de Preços JHL nº 0005/2013, Edital de Licitação 0039/2013 decorrente do Contrato JHL nº 0083/2013 de 06 de setembro de 2013, e os Senhores Simar José Rosa, Sócio Administrador e Engº Jucenei Silva de Andrade, Engenheiro Responsável pela obra, ambos da empresa Andrade Construções Ltda, após o recebimento Provisório da Construção de Elevatória e Emissário de recalque de Esgoto na Rua Itororo, localizada no município de Herval do Oeste, neste Estado, conforme Termo Provisório assinado em 07 de Fevereiro de 2014, declaram e atestam o que segue:

Que a contratada, durante o período de Construção de Elevatória e Emissário de recalque de Esgoto na Rua Itororo, atendeu às determinações que lhe foram feitas, no sentido de realizar na obra objeto do presente termo e nas respectivas instalações, os reparos e consertos necessários devido a vícios, defeitos, ou incorreções resultantes da execução ou de materiais empregados;

Que, face ao exposto, os membros da Comissão de Recebimento Definitivo concluem pela aceitação da obra em questão, de forma definitiva, iniciando-se a contagem do prazo previsto no artigo 618 do Código Civil.

Joaçaba SC, 07 de Maio de 2014.

Membro da Comissão: Engº João Carlos Ungericht

Membro da Comissão: Willian Sartor Sganzerla

Membro da Comissão: Valdinei Antonio Gusatto

Representante da Contratada: Simar José Rosa

Engenheiro da Contratada: Engº Jucenei Silva de Andrade

Visto da Direção do SIMAE: Elisabet Maria Zanela Sartori

Suspensão Convite JHL 0002/2014 - SIMAE**SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO**

JOAÇABA/HERVAL D'OESTE E LUZERNA

SUSPENSÃO DA LICITAÇÃO NA MODALIDADE CONVITE JHL 0002/2014

LICITAÇÃO Nº 0027/2014

MODALIDADE CONVITE Nº 0002/2014


PROTOCOLO JHL 1159/2014

Por interesse público fica suspensa a licitação com Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA ELABORAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO COM ELABORAÇÃO DE PROVA ESCRITA E REALIZAÇÃO DE TESTE DE APTIDÃO FÍSICA.

Elisabet Maria Zanela Sartori

Diretora Presidente do SIMAE.

Homologação Edital PP 006/2014

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVIÇO INTERMUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR	
	Processo Administrativo: 9/2014 Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 23/01/2014	Folha: 1/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

O(a) Diretora Presidente, ELISABET MARIA ZANELA SARTORI, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, especialmente sob Lei nº 10.520/02 e em face aos princípios ordenados através da Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, a vista do parecer conclusivo exarado pelo Pregoeiro e sua equipe de apoio, resolve:

01 - HOMOLOGAR E ADJUDICAR a presente Licitação nestes termos:

- a) Processo Nr.: 9/2014
b) Licitação Nr.: 6/2014-PR
c) Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL
d) Data Homologação: 07/05/2014
e) Data da Adjudicação: Sequência: 0
f) Objeto da Licitação CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA REALIZAÇÃO DE PERÍCIAS MÉDICAS PARA O SIMAE.

g) Fornecedores e Itens Vencedores:


	Unid.	Qtde	Descto (%)	Preço Unitário	Total do Item
--	-------	------	------------	----------------	---------------

(em Reais R\$)

LOTE: 1**AMETTRA - ASS E CONSULTORIA EM SEGURANÇA DO TRABAL (8214)**

1	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE UM MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO. PARA VALIDAÇÃO DE AFASTAMENTOS DO TRABALHO. - Marca: AMETTRA	SV	25,00	0,0000	331,52	8.288,00
2	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE 01 MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO PARA EXAMES ADMISSIONAIS/DEMISSIONAIS. - Marca: AMETTRA	SV	20,00	0,0000	189,44	3.788,80
3	PERÍCIAS MÉDICAS ATRAVÉS DE JUNTA MÉDICA, COMPOSTA POR TRÊS MÉDICOS: UM COM ESPECIALIDADE NA MEDICINA DO TRABALHO, UM COM ESPECIALIDADE NA ENFERMIDADE ACOMETIDA PELO SERVIDOR E UM CLÍNICO GERAL. - Marca: AMETTRA	SV	10,00	0,0000	710,40	7.104,00
4	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE JUNTA MÉDICA DEMANDADA POR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS, COMPOSTA POR TRÊS MÉDICOS: UM COM ESPECIALIDADE NA MEDICINA DO TRABALHO, UM COM ESPECIALIDADE NA ENFERMIDADE ACOMETIDA PELO PERICIAO E UM CLÍNICO GERAL. - Marca: AMETTRA	SV	10,00	0,0000	710,40	7.104,00
5	PERÍCIA MÉDICA ATRAVÉS DE UM MÉDICO PERITO QUE DEVERÁ TER ESPECIALIDADE NA ÁREA DE MEDICINA DO TRABALHO, DEMANDADOS POR PROCESSOS ADMINISTRATIVOS. - Marca: AMETTRA	SV	10,00	0,0000	331,52	3.315,20
Total do Fornecedor:					29.600,00	
Total Geral:					29.600,00	

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

 ESTADO DE SANTA CATARINA SERVICO INTERMUNICIPAL DE AGUA E ESGOTO CNPJ: 84.591.890/0001-43 Rua Tiradentes, 123 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 6/2014 - PR
	Processo Administrativo: 9/2014 Processo de Licitação: 9/2014 Data do Processo: 23/01/2014

Folha: 2/2

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DE PROCESSO LICITATÓRIO

02 - Autorizar a emissão da(s) nota(s) de empenho correspondente(s).

Dotação(ões): 2.060.3.3.90.00.00.00.00 (3) Saldo: 468.043,08

Elisabet M. Z. Sartori - Diretora Presidente

CÂMARA MUNICIPAL**Pregão Presencial Nº 07/2014**

CÂMARA DE VEREADORES DE JOAÇABA

EXTRATO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 09/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 07/2014

A CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE JOAÇABA (SC), neste ato representada por seu Presidente Senhor FRANCISCO MOREIRA LOPES, torna público que fará realizar PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO GLOBAL nos termos Lei Federal nº 10.520/02, Lei Complementar nº 123/06, Decreto Municipal n. 2.879/2006 e Decreto Municipal n. 4.388/2013, aplicando-se subsidiariamente no que couberem as disposições contidas na Lei Federal nº 8.666/93, bem como de acordo com as condições fixadas no respectivo Edital, cujas informações resumidas são as seguintes:

OBJETO: A contratação de serviços especializados para a realização de Concurso Público visando o provimento de dois cargos na Câmara de Vereadores de Joaçaba incluindo inscrições, elaboração de editais, conteúdo programático, elaboração de prova específica para cada cargo, aplicação da prova no município sede da licitante, correção das provas objetivas, análise de eventuais recursos e tudo quanto mais for necessário.

FORMA DE JULGAMENTO: Menor Preço Global.

CREDENCIAMENTO: Até as 14 horas do dia 22 de maio de 2014, no Setor de Protocolo da Câmara de Vereadores.

ABERTURA DA SESSÃO: Dia 22 de maio de 2014, às 14h30min na Câmara de Vereadores Av. XV de Novembro 378, Joaçaba-SC.

O Edital na íntegra se encontra disponível no site www.cmj.sc.gov.br e também na sede da Câmara de Vereadores, telefone (049) 3522-0524, em dias úteis de segunda a sexta-feira, no horário de expediente (das 13 às 19 horas), a partir da data de publicação deste aviso.

Joaçaba (SC), 07 de maio de 2014.

FRANCISCO MOREIRA LOPES

Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Joaçaba

Ata PP 05/2014 - Sequência 03 Processo Aquisição Cadeiras

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	Processo Administrativo: 5/2014 Processo de Licitação: 5/2014 Data do Processo: 27/02/2014
	Folha: 1/3

OBJETO DA LICITAÇÃO:

A presente licitação tem objeto a aquisição de cadeiras giratórias, cadeiras de aproximação e poltronas retráteis destinadas à nova sede da Câmara de Vereadores de Joaçaba, situada na Av. Tiradentes, n. 872, Centro, Joaçaba/SC.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 6/2014 (Sequência: 3)

Ao(s) 21 de Março de 2014, às 14:30 horas, na sede da(o) CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 028/13, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 5/2014, Licitação nº 5/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: Ao sétimo dia do mês de maio de 2014, às 14h30min, na sala de reuniões da Câmara de Vereadores de Joaçaba, reuniram-se a Pregoeira e a sua Equipe de Apoio, para receber laudo técnico referente o Pregão 005.2014, apresentado pela empresa fiscalizadora, TUNI & SANTOS ARQUITETOS conforme item 14.2 do Edital. Ressalte-se que a proponente vencedora, VW COMERCIO ATACADISTA LTDA, convocada para apresentar as amostras dos itens 01, 02, 03 e 04 não apresentou as amostras em tempo hábil, conforme e-mail em anexo. Ademais, as amostras dos itens 05 e 06 apresentadas, respectivamente pelas proponentes vencedoras LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME e TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME ME foram recusados pela empresa fiscal, conforme ofício em anexo. Assim, com fulcro no item 7.11 c/c 8.2 do edital, ficam convocadas as proponentes classificadas em terceiro lugar (TARSIO COMERCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA ME - itens 01, 03, 04 e 05; e LA INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTDA ME - itens 02 e 06) na fase de lances para apresentar as amostras, nos termos do item 8 do edital. Após será dada continuidade ao processamento do edital nos termos do item 7.11.1 e seguintes do Edital. Nada mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Participante: 633 - TARSIO COM. E REPRES. LTDA ME - CALEB OFFICE

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
1	Móvel 07 - CADEIRA VEREADORES Cadeira giratória com espaldar alto e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento e com regulagem de reclinção, medindo no mínimo 104cm e máximo 126cm de altura a partir do piso (considerando as medidas mínimas de regulagem de altura do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 26 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com regulagem de altura, sendo altura mínima de 40cm e máxima de 51cm (considerando a medida do piso até o topo do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 33kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base giratória, com cinco hastes equidistantes, com acabamento cromado e diâmetro de 68cm a 70cm, apoiada sobre cinco rodízios de duplo giro, com 5cm de diâmetro e com capa.	1	23,00	CAVALETTI	0,0000	886,00	20.378,00
3	Móvel 08 - CADEIRA ATENDIMENTO VEREADORES Cadeira fixa, com espaldar baixo e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento, com altura de 48cm a 50cm (considerando a medida a partir da parte inferior do assento), e largura de 44cm a 49cm. Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 26 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 33kg/m³, com altura de no mínimo 41cm e máximo 60cm (considerando a medida do piso até a superfície do assento) e largura de 46cm a 50cm. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base fixa e contínua, em aço com acabamento cromado.	1	29,00	CAVALETTI	0,0000	706,00	20.474,00
4	Móvel 11 - CADEIRA ATENDIMENTO FUNCIONÁRIOS Cadeira fixa, com espaldar baixo e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento, com altura de 50cm a 52cm (considerando a medida a partir da parte inferior do assento), e largura de 45cm a 50cm. Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45kg/m³, com altura de no mínimo 40cm e máximo 50cm (considerando a medida do piso até a superfície do assento) e largura de 46cm a 50cm. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base fixa e contínua, em aço com acabamento cromado.	1	22,00	CAVALETTI	0,0000	707,00	15.554,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA

CNPJ: 78.491.230/0001-98
 Av. XV de Novembro, 378
 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC

PREGÃO PRESENCIAL
Nr.: 5/2014 - PR

Processo Administrativo: 5/2014
 Processo de Licitação: 5/2014
 Data do Processo: 27/02/2014

Folha: 2/3

Participante: 633 - TARSIO COM. E REPRES. LTDA ME - CALEB OFFICE

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
5	Móvel 52 - CADEIRA RETRÁTIL PARA PLENÁRIO Cadeira retrátil para plenário com espaldar médio. Assento e encosto rebatíveis, isto é, sempre que a cadeira não estiver em uso, o mecanismo acionado por mola faz com que o assento e o encosto retornem à posição vertical, facilitando a circulação do usuário e permitindo otimizar ao máximo o aproveitamento de espaço. A poltrona deverá ter profundidade máxima de 68cm em posição de uso e largura máxima de 56cm, medidos de eixo a eixo dos pedestais. As poltronas deverão ser fixadas ao solo. Assento: Assento com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada, moldada anatomicamente com borda frontal arredondada. Densidade controlada de aproximadamente 58 kg/m³. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Encosto: Encosto com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada moldada anatomicamente. Densidade controlada de aproximadamente 52 kg/m³. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Braço: Braço único, integrado à base, com apoia-braços largos em espuma de poliuretano integral na cor preta. Quando nas extremidades das fileiras, os painéis de fechamento dos braços devem ser revestidos em vinil da cor preta e devem preencher o vão entre a base e o apoio de braços. Nos braços intermediários esses painéis deverão ser de poliuretano integral na cor preta.	1	51,00	CAVALETTI	0,0000	604,00	30.804,00

Total do Participante -----> 87.210,00

Participante: 672 - L.A. INFORMATICA E SUPRIMENTOS PARA ESCRITORIO LTD

Item	Especificação	Un.Med.	Qtde Cotada	Marca	Desconto	Preço Unitário	Preço Total
2	Móvel 10 - CADEIRA REUNIÕES / FUNCIONÁRIOS Cadeira giratória com espaldar médio e braços fixos. Encosto: Encosto integrado ao assento e com regulagem de reclinção, medindo no mínimo 89cm e máximo 122cm de altura a partir do piso (considerando as medidas mínimas de regulagem de altura do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45 kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Assento: Assento com regulagem de altura, sendo altura mínima de 40cm e máxima de 56cm (considerando a medida do piso até o topo do assento). Estofamento em espuma expandida moldada anatomicamente (de acordo com padrões de ergonomia) com densidade mínima de 45kg/m³. Revestimento em couro ecológico preto com costuras. Braços: Braços integrados a estrutura da cadeira, fixos, com acabamento cromado e superfície de apoio na cor preta. Base: Base giratória, com cinco hastes equidistantes, com acabamento cromado e diâmetro de 68cm a 70cm, apoiada sobre cinco rodízios de duplo giro, com 5cm de diâmetro e com capa.	1	46,00	CAVALETTI	0,0000	780,00	35.880,00
6	CADEIRA RETRÁTIL PARA PLENÁRIO (OBESO) Cadeira retrátil para plenário com espaldar médio. Assento e encosto rebatíveis, isto é, sempre que a cadeira não estiver em uso, o mecanismo acionado por mola faz com que o assento e o encosto retornem à posição vertical, facilitando a circulação do usuário e permitindo otimizar ao máximo o aproveitamento de espaço. A poltrona deverá ter largura máxima de 105cm (incluindo os braços). As poltronas deverão ser fixadas ao solo. Assento: Assento com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada, moldada anatomicamente com borda frontal arredondada. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Encosto: Encosto com estrutura em madeira compensada e almofada em espuma de poliuretano injetada moldada anatomicamente. Revestimento em tecido 100% poliéster na cor preta. Braço: Braço único, integrado à base, com apoia-braços largos em espuma de poliuretano integral na cor preta. Os painéis de fechamento dos braços devem ser revestidos em vinil da cor preta e devem preencher o vão entre a base e o apoio de braços.	1	1,00	CAVALETTI	0,0000	900,00	900,00

Total do Participante -----> 36.780,00

Total Geral -----> 123.990,00

ESTADO DE SANTA CATARINA CAMARA MUNICIPAL DE JOACABA CNPJ: 78.491.230/0001-98 Av. XV de Novembro, 378 C.E.P.: 89600-000 - Joaçaba - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR	
	Processo Administrativo:	5/2014
	Processo de Licitação:	5/2014
	Data do Processo:	27/02/2014
Folha: 3/3		

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Joaçaba, 21 de Março de 2014

COMISSÃO:

CRISTIANE MARIA DENARDI	-	- Pregoeiro(a)
ADRIANA PANIZZI	-	- EQUIPE DE APOIO
MÁRCIO ROBERTO PICCOLI	-	- EQUIPE DE APOIO
FRANCIELE FATTORI - OAB/SC-30.055	-	-

Lages

PREFEITURA

Revogação TP 07-2013 SEMASA

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
AVISO DE REVOGAÇÃO DE LICITAÇÃO

A Secretaria Municipal de Águas e Saneamento de Lages - SEMASA, vem apresentar a REVOGAÇÃO da Tomada de Preços nº 07/2013 SEMASA, que tem como objeto a Contratação de Empresa de Engenharia para Prestação de serviços de Pesquisa e detecção acústica de vazamentos não visíveis e identificação de vazamento visíveis em redes de distribuição de água, incluindo ramais, registros e outras singularidades nos Sistemas de Abastecimento de Água e identificação de outras ocorrências que interfiram no indicador de perdas de água tratada. A presente revogação justifica-se em decorrência de que o objeto licitado encontra-se incluído em outro processo licitatório. Com fulcro no artigo 49 da Lei 8.666, que assim dispõe:

Art. 49. A autoridade competente para a aprovação do procedimento somente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

§ 1º A anulação do procedimento licitatório por motivo de ilegalidade não gera obrigação de indenizar, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 2º A nulidade do procedimento licitatório induz à do contrato, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 59 desta Lei.

§ 3º No caso de desfazimento do processo licitatório, fica assegurado o contraditório e a ampla defesa.

Assim ratifica a autoridade competente.

Lages, 07 de maio de 2014
Jose Wolnei Constante
Secretário da SEMASA

PE 13-2014 FMAS e PP 01-2014 LAGESPREVI

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE LAGES
ESTADO DE SANTA CATARINA
Executivo de Licitações e Contratos
AVISO DE LICITAÇÃO

Modalidade: PE 13-2014 FMAS Objeto: Aquisição de Combustível, Óleo Lubrificante e Filtro

Tipo: Menor Preço Por Item Abertura: 21/05/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 92.223,75

Modalidade: PP 01-2014 LAGESPREVI Objeto: Aquisição de Equipamentos de Informática

Tipo: Menor Preço Por Lote Abertura: 21/05/2014 às 09:00

Valor Estimado: R\$ 18.341,57

A retirada obter-se-á no Executivo de Licitações e Contratos, ao custo de R\$ 10,00, ou pelo site HYPERLINK "http://www.lages.sc.gov.br/www.lages.sc.gov.br, sem ônus.

Maiores informações pelo telefone (49) 3221-1169.

Lages, 07 de maio de 2014.
Pedro Marcos Ortiz
Secretário de Administração

EXTRATO DE TERMO DE USO Nº001/2014 FUNREBOM

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 001/2014

CEDENTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CESSIONÁRIO: ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 5º Batalhão de Bombeiros Militar, me Lages, SC, o veículo com as seguintes características abaixo descritas:

I- marca Ford, modelo 2428 CN, tipo caminhão bombeiro, combustível diesel, ano de fabricação 2011, cor vermelho, chassi nº 9BFYEAYX4CBS90608, placa MLE 9054, com todos os equipamentos obrigatórios, adquirido com recursos FUNREBOM.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Lages, 05, de Maio de 2014.
Coronel BM - MARCOS OLIVEIRA
Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Elizeu Mattos
Prefeito de Lages

Extrato de Termo de Uso Nº002/2014 FUNREBOM

O MUNICÍPIO DE LAGES, SC, TORNA PUBLICO:
TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 002/2014

CEDENTE: FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS DE LAGES - FUNREBOM, inscrito no CNPJ sob nº 82.777.301/0003-52, com sede na Rua Benjamin Constante nº 13, Centro, Lages/SC - cep:88.501.900.

CESSIONÁRIO: ESTADO DE SANTA CATARINA, através do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina - CBMSC, situado à Rua Almirante Lamego, 381, Centro - Florianópolis, inscrito no CNPJ nº 06.096.391/0001-76.

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O CEDENTE cederá ao CESSIONÁRIO, para utilização exclusiva na sede do 5º Batalhão de Bombeiros Militar, me Lages, SC, os veículos com as seguintes características abaixo descritas:

Marca Volkswagen, modelo Novo Gol 1,0 City, tipo automóvel,

combustível Flex, ano de fabricação 2013/2014, cor vermelho, chassi nº 9BWAA45U7ET135394, placa MLS 4286, com todos os equipamentos obrigatórios.

Marca Volkswagen, modelo Novo Gol 1,0 City, tipo automóvel, combustível Flex, ano de fabricação 2013/2014, cor vermelho, chassi nº 9BWAA45U9ET130102, placa MLS 4246, com todos os equipamentos obrigatórios.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO(S) PRAZO(S)

O presente Termo de Cessão de Uso vigorará por 5 (cinco) anos, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial do Estado, podendo ser denunciado a qualquer tempo se assim for do interesse de qualquer dos acordantes, mediante comunicação prévia de no mínimo 30 (trinta) dias.

Lages, 05, de Maio de 2014.

Coronel BM - MARCOS OLIVEIRA

Comandante-Geral do Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina

Elizeu Mattos

Prefeito de Lages

Lauro Muller

PREFEITURA

Extrato de Contrato 74/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 74/2014 PMLM

Contrato 74/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: F F COMERCIAL 2000 LTDA ME

Valor: R\$ 31.550,70 (trinta e um mil quinhentos e cinquenta reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 75/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 75/2014 PMLM

Contrato 75/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: CONSTRUMULLER MATERIAL DE CONSTRUÇÃO LTDA ME

Valor: R\$ 8.754,50 (oito mil setecentos e cinquenta e quatro reais e cinquenta centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 76/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 76/2014 PMLM

Contrato 76/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: TM SCHICKMANN E CIA LTDA ME

Valor: R\$ 3.902,60 (três mil novecentos e dois reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 77/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 77/2014 PMLM

Contrato 77/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Valor:R\$ 23.599,25 (vinte e três mil quinhentos e noventa e nove reais e vinte e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 78/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 78/2014 PMLM

Contrato 78/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ELO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA EPP

Valor:R\$ 29.698,40 (vinte e nove mil seiscentos e noventa e oito reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 79/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 79/2014 PMLM

Contrato 79/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de material de construção para atendimento das demandas das secretarias municipais do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI

Valor:R\$ 65.282,70 (sessenta e cinco mil duzentos e oitenta e dois reais e setenta centavos)

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Extrato de Contrato 80/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 80/2014 PMLM

Contrato 80/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia

Contratado: LITORAL SUL CONS E PROJETO DE ENGENHARIA

Valor:R\$ 29.400,00 (vinte e nove mil e quatrocentos reais).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 81/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 81/2014 PMLM

Contrato 81/2014

Processo Licitatório nº 34/2014 - pregão presencial 34/2014

Objeto: Contratação de empresa especializada para elaboração de projetos de engenharia

Contratado: COMPASS ENGENHARIA CONSTRUÇÕES E ASSESSORIA LTDA

Valor:R\$ 110.112,50 (cento e dez mil cento e doze reais e cinquenta centavos)

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 82/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 82/2014 PMLM

Contrato 82/2014

Processo Licitatório nº 38/2014 - Carta convite 38/2014

Objeto: Contratação de empresa para serviços hidráulicos de veículos pertencentes a frota municipal para o exercício de 2014

Contratado: HIDRAMIX COM E RECUPERAÇÃO DE BOMBAS E COMANDOS

Valor:R\$ 77.370,71 (setecentos e sete mil trezentos e setenta reais e setenta e um centavos).

Prazo de Vigência: 31/03/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 84/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 84/2014 PMLM

Contrato 84/2014

Processo Licitatório nº 55/2014 - dispensa de licitação 55/2014

Objeto: ALUGUEL DE AREA PARA EXTRAÇÃO DE SAIBRO PARA A PREFEITURA MUNICIPAL PARA EXERCICIO DE 2014.

Contratado: ELI DELLA JUSTINAMATERKEMBER

Valor:R\$ 12.000,00 (doze mil reais)

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 85/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 85/2014 PMLM

Contrato 85/2014

Processo Licitatório nº 37/2014 - carta convite 37/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos para atendimento do Departamento de Esporte do município de LAURO MULLER/SC

Contratado: J.M ESPORTES LTDA

Valor:R\$ 14.662,40 (quatorze mil seiscentos e sessenta e dois reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 86/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 86/2014 PMLM

Contrato 86/2014

Processo Licitatório nº 37/2014 - carta convite 37/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos para atendimento do Departamento de Esporte do município de LAURO MULLER/SC

Contratado: PAPELARIA ESPAÇO ESCOLAR LTDA ME

Valor:R\$ 19.028,61 (dezenove mil vinte e oito reais e sessenta e um centavos).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 87/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 87/2014 PMLM

Contrato 87/2014

Processo Licitatório nº 37/2014 - carta convite 37/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos para atendimento do Departamento de Esporte do município de LAURO MULLER/SC

Contratado: TM SCHICKMANN & CIA LTDA ME

Valor: R\$ 4.372,00 (quatro mil trezentos e setenta e sete reais).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 88/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 88/2014 PMLM

Contrato 88/2014

Processo Licitatório nº 42/2014 - dispensa de licitação 43/2014

Objeto: A aquisição de mobiliário escolar, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição

Contratado: CEQUIPEL INDUSTRIA DE MOVEIS E COMERCIO DE EQUIPAMENTOS

Valor: R\$ 18.650,00 (dezoito mil seiscentos e cinquenta reais).

Prazo de Vigência: 04/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 89/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 89/2014 PMLM

Contrato 89/2014

Processo Licitatório nº 33/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 33/2014

Objeto: Aquisição de um caminhão de lixo novo, para uso na coleta de resíduos sólidos no município de Lauro Muller.

Contratado: SOMEVAL SOC MERCANTIL DE VEICULOS AUTOMOTORES LTDA

Valor: R\$ 194.900,00 (cento e noventa e quatro mil e novecentos reais).

Prazo de Vigência: 01/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 90/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 90/2014 PMLM

Contrato 90/2014

Objeto: Serviços administrativos p/ negociação com as operadoras de telefonia, o qual denomina "plano de ação de contenção de despesas", com o objetivo de proporcionar a redução de custos ao CONTRATANTE

Contratado: RFS SERVIÇOS ADMINISTRATIVO LTDA

Valor: R\$ 7.620,00 (sete mil seiscentos e vinte reais).

Prazo de Vigência: 28/03/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 91/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 91/2014 PMLM

Contrato 91/2014

Processo Licitatório nº 45/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 45/2014

Objeto: A presente licitação tem por objetivo a contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de 01 coletor compactador de lixo novo, para uso na coleta de resíduos sólidos, do Município de Lauro Muller/SC.

Contratado: LIBRELATO IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS E RODO

Valor: R\$ 62.500,00 (sessenta e dois mil e quinhentos).

Prazo de Vigência: 08/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 92/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 92/2014 PMLM

Contrato 92/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor: R\$ 30.378,80 (trinta mil trezentos e setenta e oito reais e oitenta centavos).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 93/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 93/2014 PMLM

Contrato 93/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor: R\$ 96.568,30 (noventa e seis mil quinhentos e sessenta e oito reais e trinta centavos).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 94/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 94/2014 PMLM

Contrato 94/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014

Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor: R\$ 20.717,70 (vinte mil setecentos e dezessete reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 95/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 95/2014 PMLM

Contrato 95/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: PUBLICITI DESTRIUIDORA DE LIVROS LTDA EPP

Valor:R\$ 2.277,00 (dois mil duzentos e setenta e sete reais).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 96/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 96/2014 PMLM

Contrato 96/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Valor:R\$ 3.373,00 (três mil trezentos e setenta e três reais).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 97/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 97/2014 PMLM

Contrato 97/2014

Processo Licitatório nº 46/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 46/2014
Objeto: Contratação de empresa do ramo pertinente para aquisição de material de Higiene e Limpeza para as atender as Secretarias de Obras, Educação, Ação Social e Administrativo para atender as secretarias do Municipal de Lauro Muller, durante o exercício de 2014.

Contratado: DICRIL PROD E EQUIP. P/LIMPEZA E HIGIENE

Valor:R\$ 23.686,00 (vinte e três mil seiscentos e oitenta e seis reais).

Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 98/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 98/2014 PMLM

Contrato 98/2014

Processo Licitatório nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 47/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de materiais, para uso na manutenção de pinturas dos diversos prédios públicos e veículos do município de Lauro Muller

- sc., para o ano de 2014, conforme especificações previstas na minuta do edital em anexo.

Contratado: ELETRO MONTEIRO MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA

Valor:R\$16.490,70 (dezesseis mil quatrocentos e noventa reais e setenta centavos).

Prazo de Vigência: 24/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 99/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 99/2014 PMLM

Contrato 99/2014

Processo Licitatório nº 47/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 47/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de materiais, para uso na manutenção de pinturas dos diversos prédios públicos e veículos do município de Lauro Muller - sc., para o ano de 2014, conforme especificações previstas na minuta do edital em anexo.

Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI

Valor:R\$ 28.368,60 (vinte e oito mil trezentos e sessenta e oito reais e sessenta centavos).

Prazo de Vigência: 24/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 100/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 100/2014 PMLM

Contrato 100/2014

Processo Licitatório nº 48/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 48/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos para atendimento do Departamento de Esporte e Secretaria de Assistencia Social do município de LAURO MULLER/SC. Referente aos itens faltantes na CV 37/pmlm/2014.

Contratado: JADNA DEL PRATO NAZARIO ME

Valor:R\$ 1.298,00 (mil duzentos e noventa e oito reais).

Prazo de Vigência: 28/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 101/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 101/2014 PMLM

Contrato 101/2014

Processo Licitatório nº 48/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 48/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para aquisição de materiais esportivos para atendimento do Departamento de Esporte e Secretaria de Assistencia Social do município de LAURO MULLER/SC. Referente aos itens faltantes na CV 37/pmlm/2014.

Contratado: J.M ESPORTES LTDA

Valor:R\$ 8.974,40 (oito mil novecentos e setenta e quatro reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 28/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 102/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 102/2014 PMLM

Contrato 102/2014

Processo Licitatório nº 51/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 51/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para aquisição de asfalto usinado a quente conforme convênio firmado com a CASAN e o Município de Lauro Muller - SC.
Contratado: SBM SUL BRASILEIRA DE MINERAÇÃO LTDA
Valor: R\$ 14.940,00 (quatorze mil novecentos e quarenta reais).
Prazo de Vigência: 28/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 103/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 103/2014 PMLM

Contrato 103/2014

Processo Licitatório nº 52/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 52/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de tubos de concreto e materiais para instalação de rede de água do município de Lauro Muller - SC
Contratado: CONCRETOS COMELLI LTDA ME
Valor: R\$ 31.960,00 (trinta e um mil novecentos e sessenta reais).
Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 104/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 104/2014 PMLM

Contrato 104/2014

Processo Licitatório nº 52/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 52/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente, para fornecimento de tubos de concreto e materiais para instalação de rede de água do município de Lauro Muller - SC
Contratado: VALDECIR MANLIO MARIANI
Valor: R\$ 31.960,00 (trinta e um mil novecentos e sessenta reais).
Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 105/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 105/2014 PMLM

Contrato 105/2014

Processo Licitatório nº 57/2014 - DISPENSA DE LICITAÇÃO 57/2014
Objeto: Ocorre que, a URGENCIA E A NECESSIDADE, URGENCIA E A NECESSIDADE, tendo em vista a desistência da primeira colocada e o desinteresse da segunda colocada em fornecer o produto conforme Pregão, a municipalidade devido a necessidade de fornecimento tornou-se necessária a Dispensa de Licitação até que seja aberto um novo pregão
Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME.
Valor: R\$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais).
Prazo de Vigência: 09/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 106/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 106/2014 PMLM

Contrato 106/2014

Objeto: Contratação de para prestação de serviços de aula de Karate para crianças e adolescentes no Município de Lauro Muller .

Contratado: MARCOS BORBA
Valor global :R\$ 8.000 (oito mil reais).
Prazo de Vigência: 28/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 107/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 107/2014 PMLM

Contrato 107/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2014
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME.
Valor: R\$ 40.235,00 (quarenta mil duzentos e trinta e cinco reais).
Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 108/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 108/2014 PMLM

Contrato 108/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2014
Objeto: Aquisição de gás de cozinha para as secretarias de Educação, Administração, Obras, Social e Agricultura
Contratado: FIORO COMERCIO DE GAS LTDA
Valor: R\$ 9.000,00 (nove mil reais)
Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 109/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 109/2014 PMLM

Contrato 109/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2014
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.
Contratado: DIFABA DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS ALIMENTÍCIOS LTDA
Valor: R\$ 7.875,00 (sete mil oitocentos e setenta e cinco reais).
Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 110/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 110/2014 PMLM

Contrato 110/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2014
Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação

escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor:R\$ 15.765,00 (quinze mil setecentos e sessenta e cinco reais).

Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 111/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 111/2014 PMLM

Contrato 111/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 – PREGÃO PRESENCIAL 59/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Contratado: SUPER LIDER ALIMENTOS LTDA

Valor:R\$ 3.420,00 (três mil quatrocentos e vinte reais).

Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 112/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 112/2014 PMLM

Contrato 112/2014

Processo Licitatório nº 59/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 59/2014

Objeto: Aquisição de gêneros alimentícios para alimentação escolar oferecida aos alunos matriculados na rede municipal de ensino para cumprimento do Programa Nacional de Alimentação Escolar.

Contratado: BIG MIX COMERCIO VAREJISTA DE VARIEDADES LTDA ME

Valor:R\$ 5.020,21 (cinco mil vinte reais e vinte e um centavos).

Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 113/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 113/2014 PMLM

Contrato 113/2014

Processo Licitatório nº 60/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 60/2014

Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição de lixeiras para as demandas do Município de Lauro Muller/ SC

Contratado: RIF COMERCIAL ATACADISTA LTDA ME

Valor:R\$ 52.449,00 (cinquenta e dois mil quatrocentos e quarenta e nove reais).

Prazo de Vigência: 29/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 114/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 114/2014 PMLM

Contrato 114/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 61/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de Alimentos, Material de Copa e Cozinha para a Festa dos Funcionários, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2014, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contratado: BEBIDAS PORTAL.

Valor:R\$ 3.337,00 (três mil trezentos e trinta e sete reais).

Prazo de Vigência: 24/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 115/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 115/2014 PMLM

Contrato 115/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 61/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de Alimentos, Material de Copa e Cozinha para a Festa dos Funcionários, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2014, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor:R\$ 2.028,40 (dois mil vinte e oito reais e quarenta centavos).

Prazo de Vigência: 24/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 116/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 116/2014 PMLM

Contrato 116/2014

Processo Licitatório nº 61/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 61/2014

Objeto: Contratação, através de empresas do ramo pertinente, para aquisição de Alimentos, Material de Copa e Cozinha para a Festa dos Funcionários, para entrega IMEDIATA, para o exercício de 2014, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal, conforme especificações constantes no Termo de Referência.

Contratado: LOLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA

Valor:R\$ 4.162,85 (quatro mil cento e sessenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 24/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES

Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 55/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 55/2014 PMLM

Contrato 55/2014

Processo Licitatório nº 39/2014 - CARTA CONVITE 30/2014

Objeto: contratação de profissional do ramo pertinente para 500 horas de serviços de consultoria em direito público lato sensu, em especial Licitações e Contratos, a ser executada de acordo com as necessidades da Administração da Prefeitura Municipal de LAURO MULLER, durante o ano de 2014.

Contratado: Pricila Noveli Joaquim.

Valor global :R\$ 42.500,00 (quarenta e dois mil e quinhentos

reais).
Prazo de Vigência: 02/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Extrato de Contrato 39/2014 Pmlm

EXTRATO DE CONTRATO 39/2014 PMLM

Contrato 39/2014

Processo Licitatório nº 23/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 23/2014
Objeto: contratação de empresa do ramo pertinente especializada na área hospitalar, com aplicação de carga horária mensal variável a ser executada de acordo com as necessidades do Hospital Municipal, durante o ano de 2014.

Contratado: GEESTA ASSESSORIA EM GESTAO SOCIEDADE SIMPLES LTDA EPP

Valor global : R\$ 94.800,00 (noventa e quatro mil e oitocentos reais

Prazo de Vigência: 30/04/2014 à 31/12/2014

FABRÍCIO KUSMIN ALVES
Prefeito Municipal

Contrato 40/2014 Hmhl

CONTRATO 40/2014 HMHL

DISPENSA HMHL Nº28/2014 PROCESSO Nº28/2014

OBJETO: Contratação de serviços de assistência médico-hospitalar, compreendendo diagnóstico, consultas médicas, plantão médico e tratamentos complementares a serem prestados no Hospital Municipal Henrique Lage conforme credenciados no Edital de chamamento 01/2014.

CONTRATADO: CLINICA MEDICA MACHADO & ZANATTA S/S LTDA
VALOR GLOBAL: 388.800 (trezentos e oitenta e oito mil e oitocentos reais) a ser dividido entre todos os credenciados.

VIGÊNCIA: até 30/06/2014

Lauro Müller, 29 de abril de 2014.
ALAN CROSETTA
Presidente da Comissão de Licitação

Contrato 41/2014 Hmhl

CONTRATO 41/2014 HMHL

DISPENSA HMHL Nº29/2014 PROCESSO Nº29/2014

OBJETO: A presente licitação tem por objetivo o presente licitação tem por objetivo o credenciamento para contratação de serviços de sobreaviso de médico obstetra para atendimento das demandas do Hospital Municipal. para o exercício de 2014 no Hospital Municipal Henrique Lage de Lauro Muller/SC

CONTRATADO: CLINICA DR CESARE TIBALDESCK LTDA ME
VALOR GLOBAL: 86.400,00 (oitenta e seis mil e quatrocentos reais)

VIGÊNCIA: até 31/12/2014

Lauro Müller, 29 de abril de 2014.
ALAN CROSETTA
Presidente da Comissão de Licitação

Extrato de Contrato 30/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 30/2014 HMHL

Contrato 30/2014

Processo Licitatório nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 17/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos lavanderia, limpeza e material expediente e gás de cozinha, para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor global : R\$ 981,85 (novecentos e oitenta e um reais e oitenta e cinco centavos).

Prazo de Vigência: 21/03/2014 à 31/12/2014

DIEGO JOSE CIFUENTES
Diretor Geral do Hospital

Extrato de Contrato 31/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 31/2014 HMHL

Contrato 31/2014

Processo Licitatório nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 17/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos lavanderia, limpeza e material expediente e gás de cozinha, para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: ORLEANS INFORMATICA LTDA ME

Valor global : R\$ 18.681,83 (dezoito mil seiscentos e oitenta e um reais e oitenta e três centavos).

Prazo de Vigência: 21/03/2014 à 31/12/2014

DIEGO JOSE CIFUENTES
Diretor Geral do Hospital

Extrato de Contrato 32/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 32/2014 HMHL

Contrato 32/2014

Processo Licitatório nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 17/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos lavanderia, limpeza e material expediente e gás de cozinha, para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: MARIVALDO PESCADOR ME

Valor global : R\$ 11.901,20 (onze mil novecentos e um reais e vinte centavos).

Prazo de Vigência: 21/03/2014 à 31/12/2014

DIEGO JOSE CIFUENTES
Diretor Geral do Hospital

Extrato de Contrato 33/2014 Hmhl

EXTRATO DE CONTRATO 33/2014 HMHL

Contrato 33/2014

Processo Licitatório nº 17/2014 - PREGÃO PRESENCIAL 17/2014
Objeto: Contratação de empresas do ramo pertinente para a aquisição produtos lavanderia, limpeza e material expediente e gás de cozinha, para atender as demandas do Hospital Municipal Henrique Lage do Município de Lauro Muller/SC

Contratado: FIORO COMERCIO DE GAS LTDA

Valor global : R\$ 9.000,00 (nove mil reais).

Prazo de Vigência: 21/03/2014 à 31/12/2014

DIEGO JOSE CIFUENTES
Diretor Geral do Hospital

Lebon Regis**PREFEITURA****Homologação**

CONCORRÊNCIA Nº 1/14

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 14/14

HOMOLOGAÇÃO: 07/05/14

CONTRATADO: LZK CONSTRUTORA LTDA

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE LEBON REGIS

OBJETO: A presente licitação visa à contratação de empresa especializada de engenharia para fornecimento de materiais e mão-de-obra para execução de pavimentação asfáltica com CAUQ (Concreto Asfáltico Usinado a Quente) de via urbana (Rua Artur Barth), com área de 17.333,75 m2 , incluindo sistema drenagem, sistema parcial de esgoto sanitário, calçadas, sinalização, conforme memorial descritivo, planilhas orçamentarias e projetos em anexos e de acordo com Programa Pacto pelos Municípios 201300640. VALOR DA DESPESA: R\$ 1.361.505,91 (um milhão trezentos e sessenta e um mil quinhentos e cinco reais e noventa e um centavos)

DATA: 07/05/14

LUDOVINO LABAS

Prefeito Municipal

Inexigibilidade de Licitação

MUNICÍPIO DE LEBON RÉGIS/SC INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 02/2014 - PROCESSO LICITATÓRIO 23/2014

O Presidente da Comissão de Licitações, nomeado pelo Decreto n. 027/2014, no uso de suas atribuições legais faz publicar a instauração de procedimento de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. Art. 25, inciso I da Lei n. 8.666/1993, contratando os serviços da AGF -ANTI-GRANIZO FRAIBURGO LTDA para INSTALAÇÃO E OPERALIZAÇÃO de 3 (três) Geradores de Solo do sistema Anti-Granizo, nas localidades de: São Sebastião do Sul, Serra da Boa Esperança, Cachoeira, locais estes estabelecidos mediante estudo realizado pela empresa contratada, para a proteção no combate ao Granizo com eficiência média de 50-70 %, no período de 01 de maio a 31 de dezembro de 2014 conforme convênio transferência nº 000736/2014, no valor contratual de R\$52.472,73

Lebon Régis, 07 de Maio de 2014.

Mairon Leonan

Presidente.

Leoberto Leal**PREFEITURA****Pregão Presencial Nº 022/2014 - PMLL**

MUNICÍPIO DE LEOBERTO LEAL

Divisão de Licitações e Compras

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2014

Tipo "Menor Preço" (por item), visando o REGISTRO DE PREÇOS para eventuais aquisições parceladas de gêneros alimentícios, materiais de copa e cozinha a serem distribuídos aos alunos e professores da Rede Municipal de Ensino de Leoberto Leal, por ocasião do Desfile Cívico, Formatura dos Prés-escolares, Formatura do PROERD, Dia da Criança e reuniões com os professores, pertencente à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto, conforme Anexo I, do Edital de Pregão Presencial nº 022/2014. LEGISLAÇÃO: Lei nº 10.520/02, Decreto Municipal nº 23/2007, Lei nº 8.666/93, Lei Orgânica e o Edital. ABERTURA: Prefeitura Municipal, localizada na Rua Mainolvo Lehmkuhl, 20, Leoberto Leal/SC, às 14:00 (quatorze) horas, do dia 20 de maio de 2014. Cópia do Edital deverá ser obtida no endereço acima citado. Informações fone: (48) 3268 1212.

Em 07/05/2014.

TATIANE DUTRA ALVES DA CUNHA

Prefeita Municipal.

Lindóia do Sul

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 01/2014, de 06 de Maio de 2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 01/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014
Convoca Audiências Públicas

O Prefeito do Município de Lindóia do Sul.

No uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal

RESOLVE:

Art. 1º Convocar Audiências Públicas Municipais em atendimento ao parágrafo único do Art. 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal e demais disposições legais aplicáveis, com a finalidade de prestar contas e definir ações e metas com vistas à elaboração:

- I – da Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, para o exercício 2014;
- II – da Lei Orçamentária Anual – LOA, para o exercício 2014;
- III – Orçamento Participativo, para o exercício 2014.

Art. 2º Para os fins do disposto no art. 1º deste edital, serão consideradas Audiências que realizar-se-ão nos dias, locais e horários mencionados no Anexo Único, parte integrante deste edital.

Art. 3º Ficam convocados todos os cidadãos lindoienses, sociedade civil organizada, conselhos municipais e representações públicas em geral.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Anexo Único

Data	Local	Participantes
20/05/2014	Centro Comunitário de Linha Alegre	Linha Alegre, L. Maria Guinther, Linha Barra do Cotovelo, Linha Cotovelo
21/05/2014	Centro Comunitário de Linha Joana	Linha Joana, Linha Joana Baixa, Linha Santo Isidoro
22/05/2014	Centro Comunitário de Linha Sertãozinho	Linha Sertãozinho, Linha Santa Rita, Linha Boa Esperança, Linha Gruta, Linha Acordi, Linha Alto Acídio, Lajeado dos Pinheiros
27/05/2014	Centro Comunitário de Linha Rio Azul	Linha Rio Azul, Linha Barra do Azul, Lajeado Acídio, Linha Mimosa
28/05/2014	Centro Comunitário de Linha XV de Novembro	Linha XV de Novembro, Alto Cascalho, Linha Sanga Martins, Linha Sanga Castelhana, Linha Nossa Senhora da Saúde

		Linha Salto Grande, Lajeado Acampamento, Linha Cordilheira, Linha Três Pinheiros, Linha Rossetto
29/05/2014	Centro Comunitário de Linha Salto Grande	
03/06/2014	Câmara de Vereadores	Sede do Município

Todas as Audiências Públicas do meio rural terão início às quatorze horas (14:00 h)

A Audiência Pública da cidade terá início às 19 horas.

PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

Lei Ordinária N.º 1.207/2014, de 15 de Maio de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.207/2014, DE 15 DE MAIO DE 2014
ALTERA A LEI Nº 1.051, DE 21 DE NOVEMBRO DE 2011, QUE FIXA INDENIZAÇÃO PARA DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelos arts. 91, V da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Altera-se o inciso I e II do art. 5º da Lei Municipal nº 1.051, de 21 de novembro de 2011, passando a seguinte redação:

"Art. 5º

I - No Estado, com distância superior a 200 Km (duzentos quilômetros) da Prefeitura Municipal de Lindóia do Sul, 25% (vinte e cinco por cento) do valor do menor vencimento;

II - Capital Federal e outros Estados, 30% (trinta por cento) do valor do menor vencimento."

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 07 de Maio de 2014
Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

Lei Ordinária Nº 1.208/2014, de 07 de Maio de 2014

LEI ORDINÁRIA nº 1.208/2014, DE 07 DE MAIO DE 2014
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIOS, PARA ENTIDADES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica o Município autorizado a repassar recursos financeiros, mediante celebração de convênios, para as entidades consignadas no Anexo I desta Lei.

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116 da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.
PEDRO ARI PARIZOTTO
Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI
Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,
Em, 07 de Maio de 2014

Sandra Regina Zuanazzi
Analista Administrativo

ANEXO I PROGRAMA ORÇAMENTO PARTICIPATIVO

ENTIDADE	OBJETO	CNPJ	VALOR R\$
Associação Atlética Portuguesa de Linha Joana	Pintura no Centro Comunitário	83.419.358/0001-80	6.000,00
Associação de Agricultores de Sertãozinho	Incentivo a Agricultura e ao Desenvolvimento das Propriedades Rurais	03.760.746/0001-91	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha Joana Baixa	Incentivo a Agricultura e ao Desenvolvimento das Propriedades Rurais	14.465.317/0001-08	3.500,00
	Aquisição de equipamento		2.500,00
Esporte Clube Ipiranga de Linha Maria Gunther	Reformas no Centro Comunitário	80.627.193/0001-44	6.000,00
Esporte Clube México de Linha Salto Grande	Aquisição de Equipamento	78.507.548/0001-10	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Santos de Linha Barra do Cotovelo	Reformas no Centro Comunitário	04.589.611/0001-80	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Brasil de Linha Santa Rita	Construção de Cancha de Bochas	00.834.841/0001-02	12.000,00
Clube de Mães de Linha Acordi	Construção de piso no Centro Comunitário	01.931.692/0001-54	6.000,00
Esporte Clube Navegantes de Lajeado dos Pinheiros	Reformas no Centro Comunitário	83.419.036/0001-31	6.000,00

Sociedade Esportiva e Recreativa Flor da Serra de Linha Sertãozinho	Reformas no Centro Comunitário	78.479.227/0001-59	6.000,00
Esporte Clube Guarani de Lajeado Acídio	Aquisição de bancos e mesas	83.506.162/0001-23	6.000,00
Esporte Clube Juventus de Linha Barra do Azul	Reformas no Centro Comunitário	80.623.044/0001-07	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Aparecida de Linha Azul	Aquisição de cadeiras	83.701.771/0001-33	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Canário da Serra de Linha Sanga Martins	Construção de Quadra de Areia	78.478.906/0001-03	6.000,00
Esporte Clube Cruzeiro de Linha Nossa Senhora da Saúde	Reformas no Centro Comunitário	80.623.036/0001-60	6.000,00
Esporte Clube Três Pinheiros de Linha Três Pinheiros	Aquisição de equipamentos	80.633.944/0001-35	6.000,00
Esporte Clube Internacional de Linha XV de Novembro	Melhorias no Sistema de Telefonia	80.627.201/0001-52	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha Gruta	Incentivo a Agricultura e ao Desenvolvimento das Propriedades Rurais	19.246.094/0001-01	6.000,00
Associação de Agricultores de Linha Sertãozinho	Incentivo a Agricultura e ao Desenvolvimento das Propriedades Rurais	03.760.746/0001-91	6.000,00
Sociedade Esportiva e Recreativa Palmeiras	Aquisição de Móveis e Utensílios	82.813.338/0001-27	12.000,00

Lei Ordinária N.º 1.209/2014, de 07 de Maio de 2014

LEI ORDINÁRIA N.º 1.209/2014, DE 07 DE MAIO DE 2014
AUTORIZA REPASSE DE RECURSOS FINANCEIROS, MEDIANTE CELEBRAÇÃO DE CONVÊNIO, PARA ENTIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber que a Câmara Municipal de Lindóia do Sul aprovou e eu Pedro Ari Parizotto, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, SC, no uso das atribuições legais conferidas pelo art. 91, V, da Lei Orgânica deste Município, sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º Fica autorizada a celebração de convênio com a entidade Águas do Auto Uruguai Convention&Visitors Bureau visando a execução do Projeto Roteiro Turístico Integrado Regional "O Contestado do Alto Uruguai Catarinense", podendo o Município de Lindóia do Sul participar com o repasse recursos financeiros no valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais).

Art. 2º A autorização pressupõe a homologação prevista no art. 12, da Lei Orgânica do Município e o disposto no § 2º do art. 116

da Lei Federal nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e alterações.

Art. 3º Os recursos necessários à execução desta Lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento do Município, do exercício de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

MARINÊS RIBEIRO PERONDI

Secretária de Administração e Finanças

Registrado e publicado,

Em, 07 de Maio de 2014

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Decreto Nº 2.567/2014, de 05 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 2.567/2014, DE 05 DE MAIO DE 2014.

NOMEIA DIRETOR MUNICIPAL DE INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PEDRO ARI PARIZOTTO, Prefeito do Município de Lindóia do Sul, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 91, I, c/c Lei Complementar nº 122/2004, de 02 de fevereiro de 2009,

DECRETA

Art. 1º - Nomear NEDOIR JOSÉ MORETTO, para exercer o cargo de Diretor Municipal de Infra-Estrutura e Transportes, do Quadro de Pessoal do Poder Executivo - Cargo em Comissão, percebendo subsídios próprios do cargo, a partir de 05 de Maio de 2014, passando a assinar e responder pelo cargo nomeado.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogadas as disposições em contrário.

Centro Administrativo Municipal de Lindóia do Sul/SC.

PEDRO ARI PARIZOTTO

Prefeito Municipal

Publica-se e Registra-se

Sandra Regina Zuanazzi

Analista Administrativo

Responsável pelo Recursos Humanos

Luzerna

PREFEITURA

Lei 1230

LEI Nº 1230 de 07 de maio de 2014.

"AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A CELEBRAR TERMO DE CONVÊNIO E REPASSAR AUXÍLIO FINANCEIRO A ENTIDADES QUE ESPECIFICA"

MOISÉS DIERSMANN, Prefeito Municipal de Luzerna(SC),

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte,

LEI:

Art.1º- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a celebrar TERMO DE CONVÊNIO com as entidades culturais do MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC) constantes do art. 2º desta Lei.

Parágrafo Único - Os Convênios de que tratam o "caput" deste artigo serão firmados nas condições estabelecidas nos Termos anexos, que são parte integrante desta Lei.

Art.2º- Através dos Convênios autorizados pelo art. 1º desta Lei fica o Município autorizado a repassar auxílio financeiro às entidades culturais abaixo descritas, nos valores especificados:

1.ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais);

2.ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

3.CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade geral manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 8.000,00 (oito mil reais);

4.CORAL UNIDOS EM CRISTO, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, do inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.204/0001-38, com sede na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro será da ordem de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais);

5.CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), auxílio financeiro na ordem de R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais).

6. ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE

EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.416.339/0001-09, com sede neste Município de Luzerna(SC), para a manutenção da FAN-FARRA, auxílio financeiro na ordem de R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais).

Art.3º- As entidades beneficiadas deverão apresentar os comprovantes de regularidade fiscal (Certidões Negativas de Débitos) para o recebimento dos recursos e prestar contas dos recursos recebidos até 30 de novembro de 2014.

Art.4º- As despesas decorrentes da presente Lei serão atendidas pela seguinte dotação orçamentária: 08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

Art.5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

MI N U T A

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade o desenvolvimento cultural, através das mais diversas manifestações, como, danças, teatro, canto coral, língua alemã e toda e qualquer atividade voltada ao resgate da tradição germânica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.590.552/0001-05, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu(sua) Presidente, ..., brasileiro (a), estado civil, profissão ..., portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na ..., nº ..., Bairro ..., em cidade ... (...), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº, de de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará a ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER a importância de até R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais), a ser aplicada na realização da NOITE GERMÂNICA e manutenção da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos expectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), de de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

CONVENIENTE

.....

ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

MI N U T A

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade a integração do Brasil com a Itália, bem como outros países nos quais se destacam as colônias italianas sob as suas modalidades, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 02.221.986/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu(sua) Presidente, ..., brasileiro (a), estado civil, profissão ..., portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na ..., nº ..., Bairro ..., em cidade ... (...), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº, de de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará a ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA a importância de até R\$ 10.000,00 (dez mil reais), a ser aplicada na realização da NOITE ITALIANA e manutenção da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos

eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos espectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), de de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONVENENTE

.....

ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

M I N U T A

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENENTE e, de outro lado, ao CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA, entidade civil, sem fins lucrativos, que tem por finalidade geral manter vivas as tradições e os costumes da região de Trento, Itália, mediante o intercâmbio cultural, artístico, reuniões, festejos e comemorações folclóricas, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 07.504.313/0001-26, com sede neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu(sua) Presidente, ..., brasileiro (a), estado civil, profissão ..., portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob o nº ..., residente e domiciliado(a) na ..., nº ..., Bairro ..., em cidade ... (...), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº, de de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e

condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará ao CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA a importância de até R\$ 8.000,00 (oito mil reais), a ser aplicada na manutenção da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos espectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), de de 2013.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONVENENTE

.....

CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1.----- 2.-----

M I N U T A

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENENTE e, de outro lado, o CORAL UNIDOS EM CRISTO, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais

e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 80.635.204/0001-38, com sede na Linha do Salto, neste Município de Luzerna(SC), neste ato representado por seu(sua) Presidente, ..., brasileiro (a), estado civil, profissão ..., portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na ..., nº ..., Bairro ..., em cidade ... (...), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº, de de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará ao CORAL UNIDOS EM CRISTO a importância de até R\$ 5.000,00 (cinco mil reais), a ser aplicada na manutenção da entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos expectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), de de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

CONVENENTE

.....

CORAL UNIDOS EM CRISTO
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1.----- 2.-----

M I N U T A

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72,

com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, professor, inscrito no CPF/MF nº 024.651.199-07 e portador da cédula de identidade nº 11/C-3.427.769, residente e domiciliado na Rua Limeira, 125, aptº 202, Bairro Vila Alemanha, neste Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, CORAL VOZES DE LUZERNA, sociedade civil, sem fins lucrativos, que objetiva o cultivo da música e do canto e proporcionar aos sócios atividades culturais e artísticas de forma amadorista, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 75.315.341/0001-55, com sede neste Município de Luzerna(SC), representado por seu(sua) Presidente, ..., brasileiro (a), estado civil, profissão ..., portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na ..., nº ..., Bairro ..., em cidade ... (...), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº, de de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará o CORAL VOZES DE LUZERNA a importância de até R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), a ser aplicada na manutenção da respectiva entidade e despesas com a realização do tradicional Encontro de Corais promovido por essa entidade.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos expectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), de de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
Prefeito Municipal

CONVENENTE

.....

CORAL VOZES DE LUZERNA
CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

TERMO DE CONVÊNIO

O MUNICÍPIO DE LUZERNA(SC), pessoa jurídica de direito privado, devidamente inscrito no CNPJ/MF sob o nº 01.613.428/0001-72, com sede administrativa na Av. 16 de fevereiro, 151, em Luzerna(SC), neste ato representado por seu Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF/MF sob o nº 295.616.129-68, e portador da cédula de identidade nº 11/R 227.997, residente e domiciliado na Rua da Limeira, 680, Município de Luzerna(SC), de ora em diante denominado CONVENIENTE e, de outro lado, a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA, sociedade civil, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.416.339/0001-09, com sede neste Município de Luzerna(SC), mantenedora da FANFARRA, neste ato representado por seu(sua) Presidente, brasileiro(a), casado(a), profissão, portador(a) da cédula de identidade nº ... e inscrito(a) no CPF/MF sob nº ..., residente e domiciliado(a) na Rua ..., na cidade Luzerna(SC), doravante denominada CONVENIADA, têm entre si justo e acertado o presente, TERMO DE CONVÊNIO, devidamente autorizados pela Lei Municipal nº de ... de de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O MUNICÍPIO DE LUZERNA repassará a ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA, a importância de até R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais), a ser aplicada na realização do Festival de Bandas e Fanfarras e na manutenção da FANFARRA.

CLÁUSULA SEGUNDA

Em contrapartida, a entidade compromete-se em participar dos eventos oficiais do Município, com apresentações conforme solicitação da Administração Municipal, com acesso gratuito aos expectadores.

Deverá ainda divulgar o apoio do Município de Luzerna em todas as atividades, bem como em folhetos, banners, cartazes, rádio e jornal, e outros materiais de divulgação.

CLÁUSULA TERCEIRA

A entidade obriga-se a cumprir com a devida fidelidade os termos do presente Convênio e os da Lei que o instituiu, competindo à Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes a fiscalização.

CLÁUSULA QUARTA

O presente Convênio vigorará da data de sua assinatura até 30 de novembro de 2014.

CLÁUSULA QUINTA

O Convênio poderá ser alterado por interesse das partes e por conveniência pública, mediante termo de aditamento próprio.

CLÁUSULA SEXTA

As partes elegem o Foro da Comarca de Joaçaba(SC) para dirimir qualquer dúvida oriunda do presente Convênio.

E, por estarem assim justas e acertadas, as partes firmam o presente Convênio, lavrado em 5 (cinco) vias de igual teor e forma.

Luzerna(SC), .. de de 2014.

MOISÉS DIERSMANN

Prefeito Municipal

CONVENIENTE

.....

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA

CONVENIADA

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato FMS Nº 010.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 010/14

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 049/2014

PREGÃO nº 024/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

1 - DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Santa Tereza, 333, Balneário, na cidade de Florianópolis/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 05.531.725/0001-20, neste ato representada pelo sócio gerente, JULIO CESAR MAFACIOLI, brasileiro, solteiro, comerciante, portador da cédula de identidade nº 3043614696 e inscrito no CPF/MF sob nº 539.226.460-34, residente e domiciliado na Rua José Beiro, 136, apto 202, Bloco C, Edifício Kaynara, Estreito, Florianópolis/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 049/2014, Pregão nº 024/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e materiais de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Atadura de crepom 06 cm, 13 cm ² , medindo 06 cm largura com 1,8 metros de comprimento desenrolado em repouso, contendo massa por unidade de 3,3 gr confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, com bordas devidamente acabadas, isentas de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embaladas individualmente, conforme normas abnt nbr 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, rdc 59 e registro no ms.	PCT	300,00	3,15	945,00
3	Atadura de crepom 15, 13 fios cm ² , medindo 15 cm de largura com 1,80 metros de comprimento desenrolada em repouso, contendo massa por unidade de 13,3 gr confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, com bordas devidamente acabadas, isentas de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas abnt nbr 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, rdc 59 e registro no ms.	PCT	300,00	7,98	2.394,00

4	Atadura de crepom 20 cm, 13 fios cm ² , medindo 20 cm de largura com 1,80 metros de comprimento desenrolada em repouso, contendo massa por unidade de 13,3 gr confeccionada com composição de fio 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, com bordas devidamente acabadas, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas abnt nbr 14.056, acondicionada em pacotes com 12 unidades, rdc 59 e registro no ms.	PCT	100,00	10,63	1.063,00
7	Atadura elástica 10 cm pacote com 12 unidades	PCT	100,00	8,00	800,00
8	Atadura elástica 15 cm pacote com 12 unidades	PCT	100,00	14,00	1.400,00
14	Fenobarbital comp 100mg	CP	20.000,00	0,064	1.280,00
15	Gaze hidrófila 7,5 x 7,5 aberta 15 x 30 constituída de tecido 100% algodão, com densidade de 13 fios por cm ² , 15 cm x 30 cm quando aberta, com 5 dobras e 8 camadas de modo a medir 7,5 x 7,5 quando dobrada, 500 g por pacote no mínimo com as bordas voltadas para a parte interna e sem fios soltos. A compressa de vera ter boa capacidade de absorção, ser macia, isenta de impurezas, amido, alvejantes opticos, ou substancias alergênicas. Pacotes com 500 unidades, não estéril. Com selagem eficiente que garante a integridade do produto ate o momento de sua utilização, permita a abertura e transferência com técnica asséptica. Abnt nbr 13843 e possuir registro ms. E rdc 59.	PCT	500,00	15,00	7.500,00

O FORNECEDOR 1 DIMACI/SC MATERIAL CIRURGICO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima exposta receberá o valor global total de R\$ 15.382,00 (quinze mil trezentos e oitenta e dois reais).

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de

forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de

eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e

a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecendo às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

6.3. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.4. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço

registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 – Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Reduzido: 007
Fonte 64 – Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente

assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de maio de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	JULIO CESAR MAFACIOLI DIMACI/SC MATERIAL CIRÚRGICO LTDA FORNECEDOR 1
---	---

TESTEMUNHAS:

1.....	2.....
--------	--------

Contrato FMS Nº 011.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 011/14

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 049/2014

PREGÃO nº 024/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

2 – FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, situada na Rua Joaquim Nabuco, nº 1595, Bairro Capoeiras, na cidade de Florianópolis/SC, CEP 88.090.060, inscrita no CNPJ sob o nº 07.164.711/0001-40, neste ato representada pelo sócio administrador, JOSÉ MOREIRA RAMOS, brasileiro, casado, comerciante, portador da cédula de identidade nº 600.747.7638 SSP/RS e inscrito no CPF/MF sob nº 183.100.010-53, doravante denominado FORNECEDOR 2;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 049/2014, Pregão nº 024/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e materiais de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
16	Gaze ryon 7,5 x 7,5 com age	PCT	100,00	29,80	2.980,00
18	Lancetas para função digital em aço inoxidável descartáveis para qualquer tipo de perfuração superficial.	UN	30.000,00	0,24	7.200,00

O FORNECEDOR 2 FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima exposta receberá o valor global total de R\$ 10.180,00 (dez mil cento e oitenta reais).

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações

estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

- 4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;
- 4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;
- 4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;
- 4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;
- 4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

**CLÁUSULA QUINTA
DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

- 5.1.1. Advertência;
- 5.1.2. Multa;
- 5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;
- 5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

- 5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;
- 5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;
- 5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu

recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

**CLÁUSULA SEXTA
DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

6.3. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.4. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

**CLÁUSULA SÉTIMA
DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

- a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;
- b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;
- c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;
- d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;
- e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 – Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Reduzido: 007
Fonte 64 – Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1. A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de maio de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	JOSÉ MOREIRA RAMOS FUFA-SC COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO LTDA FORNECEDOR 2
---	---

TESTEMUNHAS:

1.....	2.....
--------	--------

Contrato FMS Nº 012.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FMS nº 012/14

PROCESSO LICITATÓRIO FMS nº 049/2014

PREGÃO nº 024/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 06 (seis) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, o FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA - FMS, Órgão Gestor, representado neste ato por seu Gestor, WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER, e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pela empresa:

3 – METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA pessoa jurídica de direito privado, situada na Av. Barão do Rio Branco, 220, na cidade de Rio do Sul/SC, inscrita no CNPJ sob o nº 83.157.032/0001-22, neste ato representada pelo procurador ARISTORIDES MENDES FILHO, brasileiro, casado, vendedor,

portador da cédula de identidade nº 1.437.134-0 e inscrito no CPF/MF sob nº 498.207.619-72, doravante denominado FORNECEDOR 3;

Classificada para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº 049/2014, Pregão nº 024/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1. A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para aquisição de medicamentos e materiais de enfermagem com apresentação de amostras destinada à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
2	Atadura de crepom 10 cm, 13 fios cm ² , medindo 10 cm de largura com 1,80 metros de comprimento desenrolada em repouso, contendo massa por unidade de 13,3 gr confeccionada com composição de fios 100% algodão ou 92% algodão e 8% poliamida, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enroladas, com bordas devidamente acabadas, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva, amoldável, absorvente, areada, resistente ao meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas abnt nbr 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, rdc 59 e registro no ms.	PCT	300,00	9,33	2.799,00

5	Atadura de crepom de 03 cm, 13 cm ² , medindo 03 cm de largura com 1,80 metros de comprimento desenrolada em repouso, contendo massa por unidade de 13,3 gr confeccionada com composição de fios 100% algodão e 8% poliamida, com acabamento na lateral sem fios soltos, espessura e textura uniforme, apresentando elasticidade e maciez adequada a sua finalidade. Uniformemente enrolada, com bordas devidamente acabadas, isenta de falhas e lanugem, não abrasiva [, amoldável, absorvente, aerada, resistente aos meios de esterilização, embalada individualmente, conforme normas abnt nbr 14.056, acondicionada em pacotes contendo 12 unidades, rdc 59 e registro no ms].	PCT	300,00	6,20	1.860,00
6	Atadura elástica 06 cm pacote com 12 unidades	PCT	100,00	8,85	885,00

10	Detergente enzimático para limpeza de artigos médicos hospitalares composta por cinco enzimas, detergente não iônico/aniônico, ph neutro, biodegradável, não corrosivo para metais, para ser utilizado em temperatura ambiente ou aquecida por processos de limpeza manual ou automatizada, de ação rápida, diluída de 2.0 ml por litro, com pouca formação de espuma, sem odor agressivo na forma de concentrada ou diluída. Apresenta laudos que comprovem: estabilidade das enzimas durante o prazo de validade do produto, estabilidade do sistema conservante, biodegradabilidade, corrosividade em metais. Os laudos devem ser de laboratórios externos, cotação e entrega da solução concentrada. O produto deve ser notificado na anvisa. Embalagem 1 litro.	LT.	30,00	85,00	2.550,00
11	Equipo para soro (macrogotas) ponta perfurante em polietileno. Ponta perfurante em abs de cor branca. Câmara de gotejamento flexível confeccionada em pvc. Tubo flexível translúcido com comprimento de 1,5 m confeccionado em pvc. Regulador de fluxo tipo pinça rolete, confeccionado em abs. Injetor com membrana autocicatrizante de borracha de látex natural. Conector terminal com configuração cônica, tipo macho, luer slip em pvc. Protetor do conector terminal em polietileno.	UN	2.000,00	1,09	2.180,00

12	Equipo para soro (microgotas). Ponta perfurante em polietileno. Ponta perfurante em abs de cor branca. Câmara de gotejamento flexível confeccionada em pvc. Tubo flexível translúcido com comprimento de 1,5 m confeccionado em pvc. Regulador de fluxo tipo pinça rolete, confeccionado em abs. Injetor com membrana autocicatrizante de borracha de látex natural. Conector terminal com configuração cônica, tipo macho, luer slip em pvc. Protetor do conector terminal em polietileno.	UN	1.000,00	1,25	1.250,00
17	Indicador biológico para vapor, do tipo anti contido, com tempo de resposta final negativa em 48 horas, para o monitoramento biológico de ciclos de esterilização a vapor saturado sob pressão, composta por uma tira de papel contendo uma população microbiana mínima de 100.000 (cem mil) esporos secos e padronizados de geobacillus stearothermophilus (atcc 7953 com ampola de vidro lacrada, com caldo nutriente próprio para crescimento de microorganismos). Ampola plástica fechada por uma tampa. Cada ampola deve possuir rotulo externo indicando o nome do produto, lote e prazo de validade. Deve conter campos para identificação da ampola e indicador químico de exposição, que permite diferenciar ampola processadas e não processadas. Caixa com 100 unidades e ampolas com validade de 2 anos.	UN	100,00	860,00	86.000,00
19	Uropen dispositivo na forma de sonda externa que une preservativo a mangueira coletora de urina e esta a uma bolsa coletora.	UN	300,00	2,10	630,00

O FORNECEDOR 3 – METROMED COM. MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR LTDA, responsável pelo fornecimento dos itens descritos na tabela acima exposta receberá o valor global total de R\$ 98.154,00 (noventa e oito mil cento e cinquenta e quatro reais).

1.2. O FORNECEDOR deverá atender às especificações do Anexo do Edital, sendo que o objeto licitado deverá ser fornecido, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde.

1.3. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, podendo o Município acrescê-los ou diminuí-los, de acordo com a determinação legal, não ficando obrigado a executá-los integralmente.

1.4. O FORNECEDOR deverá proceder à entrega dos materiais em até 05 (cinco) dias, contados da data da solicitação da Secretaria Municipal de Saúde, sem a exigência de valor mínimo e sem custos adicionais, de acordo com as especificações em Anexo ao Edital.

1.5. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.6. Os materiais deverão ser entregues nas dependências do Setor de Farmácia da Secretaria Municipal de Saúde, localizada na Avenida 16 de Fevereiro, 151, Centro de Luzerna/SC, em dias de expediente, das 8h às 11h ou das 13h30min às 17h.

1.7. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio e frete das mercadorias solicitadas.

1.8. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se no direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações técnicas do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca e/ou retirada dos materiais enviados, quando na ocasião do recebimento, for constatado que o mesmo encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. Os materiais fornecidos deverão ter as datas de fabricação e de validade impressas em suas embalagens.

1.11. O prazo de validade dos materiais não deverá ser inferior a 12 (doze) meses, a contar da data da entrega do produto.

1.12. Os materiais fornecidos deverão estar de acordo com as normas e legislação pertinentes para cada um;

1.13. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos produtos, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.14. Caso o objeto seja recusado ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.15. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.16. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. Os preços não serão reajustados;

2.2. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

2.3. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.4. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.5. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado;

2.6. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa;

2.7. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador;

2.8. O disposto acima aplica-se igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado em 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma razão social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação;

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar fax do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras, Fone/fax: (049) 3551 4700;

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o CONTRATANTE do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto de acordo com o disposto na Cláusula Primeira desta Ata;

4.1.2. Manter, durante a execução da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução da Ata;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do contrato;

4.1.5. Exigir do CONTRATANTE, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para a liberação dos produtos solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.3.1. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.4. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.5. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.5.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.5.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.5.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.6 No caso de necessidade troca e/ou retirada de medicamentos ou materiais entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.7. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.7.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.7.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.8. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.8.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.8.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços poderá sofrer alterações, obedecidas às disposições contidas no art. 65 da Lei nº 8.666/93;

6.2. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da LLC, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP);

6.3. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.4. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2. O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4. No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação

das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1. As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das Dotações Orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos do Fundo Municipal de Saúde de Luzerna/SC, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos termos que segue, de acordo com o Parecer Contábil:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento: 3.3.90.30.36 – Material Hospitalar
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Atividade: 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde.
Reduzido: 007
Fonte 64 – Atenção Básica

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

9.1.A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, a partir da sua publicação.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2.Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3.A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sem que caiba recurso ou indenização de qualquer espécie às empresas detentoras, ou, cancelar a Ata, na ocorrência de alguma das

hipóteses legalmente previstas para tanto, garantidos à detentora, neste caso, o contraditório e a ampla defesa.

10.4. Caberá ao FORNECEDOR, observadas as condições estabelecidas nesta Ata, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba/SC para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 06 de maio de 2014.

WALMOR SILVESTRE DRESCH NETO STROHER GESTOR DO FMS CONTRATANTE	ARISTORIDES MENDES FILHO METROMED COM. MAT. MÉDICO HOSP. LTDA FORNECEDOR 3
---	---

TESTEMUNHAS:

1..... 2.....

Contrato PML Nº 054.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 054/2014

PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 040/2014

PREGÃO PML Nº 018/2014

VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18, com endereço na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 533, Loja 01, Centro, em Concórdia/SC, CEP: 89700-000, representada por seu sócio administrador, Sr. VALÉRIO SAMUEL VANCIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 14/R 1.879.223-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 949.928.519-91, residente e domiciliado à Rua João Mosele, nº 72, Centro, Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº pml.040/2014, Pregão Presencial nº pml.018/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais (por item) para manutenção de redes de computadores e informática para a Unidade Gestora - Prefeitura

Municipal e de seus Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	SWITCH ETHERNET: 24 portas RJ-45 10/100/1000 Base-T; 2 portas Combo Gigabit (RJ-45/SFP); tipo IEEE 802.3, 100 BASE-TX tipo IEEE 802.3u, 1000 BASE-T tipo 802.3ab); com negociação automática; Suporta no mínimo 24 portas 10/100/1000 com detecção automática e mais 2 portas SFP 1000BASE-X, ou combinação; VLAN: IEEE 802.1Q tagging VLAN Port-based VLAN Até 255 VLANs ativas GVRP para registro e gerenciamento automático de VLANs 802.1v Protocol-Based VLAN* IGMP (v1/v2) Snooping e Query Broadcast Storm control Spanning Tree protocol: IEEE 802.1D Spanning Tree protocol, IEEE 802.1w Rapid Spanning Tree, IEEE802.1s Per VLAN Spanning Tree*, Suporta gerenciamento Web, Suporta BOOTP e DHCP, Possui 1 conector DB9 RS-232C (macho), Suporta SNMP (Simple Network Time Protocol), Suporta logs. Classificação e priorização de tráfego L2/L3/L4 ACL (Access Control List) CoS por IEEE 802.1p com 4 filas de prioridade por porta, Classificação e priorização de tráfego baseado em IP Precedence/TOS e DSCP/TOS, Classificação e priorização de tráfego baseado em número da porta TCP/UDP, Suporta WRR (Weighted Round Robin) para encaminhamento de filas, Suporta SP (Strict Priority), Suporta Controle de Banda de tráfego de entrada e saída Garantia: um ano on site através de assistência técnica autorizada do fabricante. Declarações do Fabricante: O licitante é revendedor autorizado. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS: Switch HP 1910-24G – JE006A ou Switch DELL PowerConnect 2824, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.	UN	5,00	1.200,00	6.000,00
2	BRACKET FECHADO 12u x 600MM 60cm x 63 cm	UN	5,00	690,00	3.450,00
3	RACK SERVIDOR 19" X 44U (800 X1000 mm) DESMONTÁVEL PRETO.	UN	2,00	3.900,00	7.800,00
4	UNIDADE DE TETO COM 4 VENT. 1000 mm BIVOLT	UN	2,00	550,00	1.100,00

5	GUIA VERTICAL (PAR) 42/44U X 90 X 70 mm	UN	2,00	470,00	940,00
6	BANDEJA FIXA VAZADA 19" X 600 mm	UN	4,00	130,00	520,00
7	BANDEJA FIXA VAZADA 19" X 800 mm	UN	4,00	160,00	640,00
8	BANDEJA FIXA FRONTAL 19" X 300 mm PRETA	UN	6,00	92,00	368,00
9	CALHA 19" C/8 TOMADAS 10A NBR 14136.	UN	6,00	95,00	380,00
10	CALHA 19" C/8 TOMADAS 20A NBR 14136	UN	6,00	100,00	6.000,00
11	FRENTE FALSA 19" X 1U PRETA	UN	60,00	15,00	900,00
12	PORCA GAIOLA M5 METALICA (USO PESADO)	UN	500,00	0,50	250,00
13	PARAFUSO M5 X 25 NIQUELADO	UN	500,00	0,50	250,00
14	GUIA DE CABOS FECHADO 19" X 1U PRETO (47 MM)	UN	30,00	29,00	870,00
15	MEMORIA DDR3 4GB 1333MHZ com dissipador de calor acoplado e garantia vitalícia.	UN	10,00	280,00	1.960,00

O FORNECEDOR VANCIN INFORMÁTICA COMERCIO LTDA, responsável pelo fornecimento do item descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 31.428,00 (trinta e um mil quatrocentos e vinte e oito reais)

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3 Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se a proponente vencedora a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1. O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2. A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3. O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6. O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de acordo com o art. 65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA

DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o

estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA

DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei nº 10.520/2002, no Decreto nº 5.450/2005, na Lei nº 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais,

caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8.Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA

DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2.A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotarão em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA

DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art.78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d.Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2.Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA

DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento – 3.3.90.30.17 – Material de Processamento de Dados
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
02 – GABINETE DO PREFEITO
Atividade - 0201.04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
Reduzido: 003
Fonte 00 – Recursos Ordinários
04 – ASSESSORIA JURÍDICA
Atividade - 0401.04.122.0004.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica
Reduzido: 009
Fonte 00 – Recursos Ordinários
05 – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
Reduzido: 012
Fonte 00 – Recursos Ordinários
06 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
Reduzido: 018
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0601.06.181.0010.2010 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno
Reduzido: 023
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda
Reduzido: 037
Fonte 00 – Recursos Ordinários
08 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
Reduzido: 079
Fonte 01 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Educação
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 –Manutenção da Educação Básica Fundamental
Reduzido: 061
Fonte 01 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Educação
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 – Apoio para Difusão Cultural
Reduzido: 090
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0802.13.391.0046.2037 – Resgate da Memória Cultural
Reduzido: 084
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095
Fonte 00 – Recursos Ordinários
09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106
Fonte 00 – Recursos Ordinários
11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS
Atividade - 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos
Reduzido: 115
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 1101.26.782.006.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município
Reduzido: 135
Fonte 00 – Recursos Ordinários
15 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO
Atividade - 1001.22.661.0058.2046 – Manutenção dos Serviços de Incentivo a Industria
Reduzido: 141
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 1001.22.661.0058.2051 – Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna
Reduzido: 145
Fonte 00 – Recursos Ordinários
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA
Atividade - 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção do Centro de Multiplouso
Reduzido: 004
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 1201.08.224.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral
Reduzido: 008
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 1201.08.224.0025.2084 – Manutenção do CRAS
Reduzido: 014
Fonte 00 – Recursos Ordinários
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA
Atividade - 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
Reduzido: 009
Fonte 70 – Transferência do SUS
Atividade - 1301.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária
Reduzido: 012
Fonte 02 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta,

que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VALÉRIO SAMUEL VANCIN
VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Contrato PML Nº 055.14

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PML Nº 055/2014
PROCESSO LICITATÓRIO PML Nº 041/2014
PREGÃO PML Nº 019/2014
VALIDADE: 12 (doze) MESES

Aos 05 (cinco) dias do mês de maio do ano de 2014, presentes de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA, órgão gestor, representado neste ato por seu Prefeito MOISÉS DIERSMANN e Secretaria da Fazenda e Administração do Município de Luzerna, órgão gerenciador, no uso de suas atribuições, RESOLVE registrar os preços ofertados pelas empresas:

1 - VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.275.370/0001-18, com endereço na Rua Prefeito Domingos Machado de Lima, nº 533, Loja 01, Centro, em Concórdia/SC, CEP: 89700-000, representada por seu sócio administrador, Sr. VALÉRIO SAMUEL VANCIN, brasileiro, casado, empresário, portador da cédula de identidade nº 14/R 1.879.223-SSP-SC e inscrito no CPF/MF sob nº 949.928.519-91, residente e domiciliado à Rua João Mosele, nº 72, Centro, Concórdia/SC, doravante denominado FORNECEDOR 1;

Classificadas para fornecimento dos objetos constantes do Edital de Processo Licitatório nº pml.041/2014, Pregão Presencial

nº pml.019/2014, observando-se fielmente as disposições deste, inclusive das propostas apresentadas, que ora integram este instrumento de registro de preço, independente de transcrição, e, também, pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO E DO PREÇO

1.1.A presente Ata tem como objeto o REGISTRO DE PREÇOS para a aquisição de materiais (por lote) para manutenção de redes de computadores e informática para Unidade Gestora - Prefeitura Municipal e os Fundos Especiais do Município de Luzerna/SC, conforme discriminados em anexo, constantes do Edital e de sua proposta comercial, conforme tabela discriminativa abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Preço Unitário (R\$)	Preço Total (R\$)
1	<p>CABO DE REDE UTP CAT 6: Cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre, 23AWG, isolados em polietileno de alta densidade; Capa externa em PVC não propagante a chama; Marcação sequencial métrica decrescente, O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Acondicionado em caixa de papelão; Cor vermelha ou cinza; Normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * TIA-568-C.2 e seus complementos * ISO/IEC 11801 UL 444 * ABNT NBR 14703 ABNT NBR 14705. <p>Certificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> * UL Listed (E160837) * ETL Listed (3050027) * ETL Verified (J20021181) * ETL 4 conexões (3073041) * ETL 6 conexões (3118430) * Anatel (1145-04-0256) <p>Garantia do fabricante de 12 meses</p> <p>REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS: Furukawa Cabo Eletrônico Gigalan CAT. 6, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	Caixa	6.100,00	2,2858	13.943,21

2	<p>CABO DE REDE UTP CAT 5E: Cabo de 4 pares trançados compostos por condutores sólidos de cobre, 24AWG, isolados em polietileno de alta densidade; Capa externa em PVC não propagante a chama; Marcação sequencial métrica decrescente, O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Acondicionado em caixa de papelão; Cor azul; Normas: * TIA-568-C.2 e seus complementos * ANSI/TIA/EIA-569; * ISO/IEC DIS 11801 UL 444 Certificações: * UL Verified (E257905) ETL Verified (J99029130) * ETL 4 conexões (3075278-003) * ISO9001/ISO14001 (A1969/A10659) * Anatel (0036-08-0256) Garantia do fabricante de 12 meses REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS: Furukawa Cabo Eletrônico Multilan CAT. 5e, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	Caixa	6.100,00	1,2953	7.901,33
---	---	-------	----------	--------	----------

3	<p>PATCH PANEL CATEGORIA 6: O produto deve atender os requisitos estabelecidos nas normas para Categoria 6 / Classe E; 24 posições RJ-45; Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante a chama; Paineis frontal em plástico com porta etiquetas para identificação; Deve possuir uma guia traseira para organizar os cabos Instalação em rack de 19"; Deve possuir borda de reforço para evitar empenamentos; Vias de contato produzido em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro; Normas: * EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos * ISO/IEC 11801, NBR 14565 * ANSI/TIA 310E – CABINETS, RACKS, PANELS, AND ASSOCIATED EQUIPMENT. Certificações: * UL Listed E173971 e ETL Verified 3184600CRT * ETL 4 conexões 3073041-003 * ETL 6 conexões 3118430CRT-003 * ISO9001/ISO14001 416253 Garantia do fabricante de 12 meses REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS: Furukawa Patch Panel GigaLan CAT. 6, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	6,00	430,4909	2.582,95
---	---	----	------	----------	----------

4	<p>PATCH PANEL CATEGORIA 5e: O produto deve atender os requisitos estabelecidos nas normas para Categoria 5e / Classe D; Performance garantida para até 4 conexões em canais de até 100 metros; 24 posições RJ-45; Corpo fabricado em termoplástico de alto impacto não propagante à chama (UL 94 V-0); Pannel frontal em plástico com porta etiquetas para identificação; Possibilidade de crimpagem T568A ou T568B Garantia de ZERO BIT ERRO em Fast e Gigabit Ethernet. Deve possuir uma guia traseira feita em termoplástico para organizar os cabos; Instalação em rack de 19"; Deve possuir borda de reforço para evitar empenamentos; Vias de contato produzido em bronze fosforoso com camadas de 2,54 µm de níquel e 1,27 µm de ouro;</p> <p>Normas:</p> <ul style="list-style-type: none"> * EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos * ISO/IEC 11801 NBR 14565, ANSI/TIA/EIA-606-A <p>Certificações:</p> <ul style="list-style-type: none"> * UL Listed E173971 e ETL Verified 3184600CRT * ETL 4 conexões 3073041-003, ETL 6 conexões 311843 0CRT-003 * ISO 9001/ISO14001 416253 <p>Garantia do fabricante de 12 meses</p> <p>REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS: Furukawa Patch Panel MultiLan CAT. 5E 24P, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	6,00	281,9144	1.691,49
5	<p>PATCH CORD 5e – 1,5 metros: Produzido com cabo UTP flexível CAT. 5e; Conector RJ-45 nas duas extremidades; Cabo com quatro pares 24AWG; Boot de proteção no mesmo tamanho dos Conectores RJ-45; Boot de proteção nas duas extremidades; Cada condutor do cabo deve ser produzido em cobre e eletrolítico, flexível, formado por 7 filamentos de 0,20 mm de diâmetro nominal, isolamento em polietileno e capa externa em PVC não propagante a chama; O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Tamanho do cabo: 1,5 metro; Cor Azul; O patch cord deve ser produzido e testado em fábrica; Os conectores devem ser montados segundo o padrão 568A; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54 µm) de níquel.</p> <p>Normas e Certificações:</p> <p>EIA/TIA 568C, ISO/IEC DIS 11801 e NBR 14565.</p> <p>Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Patch Cord Multilan Cat5e, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	200,00	12,1909	2.438,18

6	<p>PATCH CORD 5e – 5,0 metros: Produzido com cabo UTP flexível CAT. 5e; Conector RJ-45 nas duas extremidades; Cabo com quatro pares 24AWG; Boot de proteção no mesmo tamanho dos Conectores RJ-45; Boot de proteção nas duas extremidades; Cada condutor do cabo deve ser produzido em cobre e letrolítico, flexível, formado por 7 filamentos de 0,20 mm de diâmetro nominal, isolamento em polietileno e capa externa em PVC não propagante a chama; O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Tamanho do cabo: 5,0 metro; Cor Verde ou Amarela; O patch cord deve ser produzido e testado em fábrica; Os conectores devem ser montador segundo o padrão 568A; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54 µm) de níquel. Normas e Certificações: EIA/TIA 568C, ISSO/IEC DIS 11801 e NBR 14565. Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Patch Cord Multilan Cat5e, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	10,00	20,5721	205,72
---	--	----	-------	---------	--------

7	<p>PATCH CORD 6 – 1,5 metros: Produzido com cabo UTP flexível CAT. 6; Conector RJ-45 nas duas extremidades; Cabo com quatro pares 24AWG; Boot de proteção no mesmo tamanho dos Conectores RJ-45; Boot de proteção nas duas extremidades; Cada condutor do cabo deve ser produzido em cobre e letrolítico, flexível, formado por 7 filamentos de 0,20 mm de diâmetro nominal, isolamento em polietileno e capa externa em PVC não propagante a chama; O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Tamanho do cabo: 1,5 metro; Cor Azul; O patch cord deve ser produzido e testado em fábrica; Os conectores devem ser montador segundo o padrão 568A; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100Yin (2,54 µm) de níquel. Normas e Certificações: EIA/TIA 568C, ISSO/IEC DIS 11801 e NBR 14565. Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Patch Cord GigaLan CAT. 6, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	200,00	19,0483	3.809,66
---	--	----	--------	---------	----------

8	<p>PATCH CORD 6 – 5,0 metros Produzido com cabo UTP flexível CAT. 6; Conector RJ-45 nas duas extremidades; Cabo com quatro pares 24AWG; Boot de proteção no mesmo tamanho dos conectores RJ-45; Boot de proteção nas duas extremidades; Cada condutor do cabo deve ser produzido em cobre eletrolítico, flexível, formado por 7 filamentos de 0,20 mm de diâmetro nominal, isolamento em polietileno e capa externa em PVC não propagante a chama; O cabo deve ser fabricado com material LSZH (Low Smoke, Zero Halogen); Tamanho do cabo: 5,0 metros; Cor verde ou Amarela, O patch cord deve ser produzido e testado em fábrica; Os conectores devem ser montados segundo o padrão 568A; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50Yin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54 µm) de níquel. Normas e Certificações: EIA/TIA 568C, ISSO/IEC DIS 11801 e NBR 14565. Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Patch Cord GigaLan CAT. 6, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	10,00	42,6681	426,68
9	<p>CONECTOR FEMEA CAT.6 T568A/B Conector fêmea Categoria 6; Tipo de conector RJ45 ≥1000 e RJ11 ≥200; Fabricado em termoplástico não propagante a chama UL94V-0; Diâmetro do condutor: 26 a 22 AWG; Cor Branco; resistência de isolamento de 500 MΩ; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50Yin (1,27µm) de ouro e 100µin (2,54 µm) de níquel. Certificações: *UL E173971, ISSO 9001/ISSO 14001 416253,*A1969/A10659. Normas: *EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos *ISO/IEC11801 *NBR14565 *FCC68.5 Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Conector Fêmea GigaLan Cat.6, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	200,00	17,5244	3.504,88
10	<p>CONECTOR FEMEA CAT.5E T568A/B: Conector fêmea Categoria 5e; Tipo de conector RJ45 ≥1000 e RJ11 ≥200; Fabricado em termoplástico não propagante a chama UL94V-0; Diâmetro do condutor: 26 a 22 AWG; Cor Branco; resistência de isolamento de 500 MΩ; Os contatos elétricos dos conectores devem ser produzidos bronze fosforoso com 50µin (1,27µm) de ouro e 100Yin (2,54 µm) de níquel. Certificações: *UL E173971, ISSO 9001/ISSO 14001 416253,*A1969/A10659. Normas: *EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos *ISO/IEC11801 *NBR14565 *FCC68.5 Garantia do fabricante de 12 meses REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Conector Fêmea multilane Cat.5e, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	200,00	10,2861	2.057,22
11	<p>VOICE PANEL 50 PORTAS CAT.3 Conector RJ-45 e 110IDC de 30 Posições, no RJ45 Bronze fosforoso com 50 µin (1,27 µm) de ouro e 100 µin (2,54 µm) de níquel; Fabricado em termoplástico não propagante a chama UL94V-0; Diâmetro do condutor: 26 a 22 AWG; Cor Preta; resistência de isolamento de 500 MΩ; Altura de 44,45 mm (1U) e largura de 480 mm, Instalação em rack de 19". Certificações: *UL E173971, ISSO 9001/ISSO 14001 416253,*A1969/A10659. Normas: *EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos *ISO/IEC11801 *NBR14565 *FCC68.5 Garantia do fabricante de 12 meses. REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Voice panel Cat3, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	6,00	278,1047	1.668,63

12	<p>VOICE PANEL 30 PORTAS CAT.3</p> <p>Conector RJ-45 e 110IDC de 30 Posições, no RJ45 Bronze fosforoso com 50 µin (1,27 µm) de ouro e 100 µin (2,54 µm) de níquel; Fabricado em termoplástico não propagante a chama UL94V-0; Diâmetro do condutor: 26 a 22 AWG; Cor Preta; resistência de isolamento de 500 MΩ; Altura de 44,45 mm (1U) e largura de 480 mm, Instalação em rack de 19". Certificações: *UL E173971, ISSO 9001/ISSO 14001 416253,*A1969/A10659.</p> <p>Normas:</p> <p>*EIA/TIA 568 C.2 e seus adendos</p> <p>*ISO/IEC11801 *NBR14565</p> <p>*FCC68.5</p> <p>Garantia do fabricante de 12 meses.</p> <p>REFERÊNCIA PARA QUALIDADE DOS PRODUTOS Furukawa Voice panel Cat3, OU EQUIVALENTE, OU DE MELHOR QUALIDADE.</p>	UN	6,00	266,6758	1.600,05
----	--	----	------	----------	----------

O FORNECEDOR VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA, responsável pelo fornecimento do item descritos na tabela acima, receberá o valor global total de R\$ 41.830,00 (quarenta e um mil oitocentos e trinta reais).

1.2. Os materiais deverão ser fornecidos, de forma parcelada, de acordo com as necessidades da Prefeitura, devendo o FORNECEDOR, proceder à entrega dos mesmos em até 15 (quinze) dias contados da data da solicitação, sem a exigência de valor mínimo, na quantidade e no local determinado pelo setor municipal requisitante, sem custos adicionais.

1.3 Os materiais deverão ser cotados e entregues em conformidade com as características mínimas constantes nas especificações do objeto.

1.4. Os materiais deverão ser entregues no Setor de Compras e Licitações, nas dependências da sede do paço municipal, de segunda a sexta-feira, das 07h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min.

1.5. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pelo envio, frete e entrega dos materiais.

1.6. Por ocasião do recebimento dos materiais, o Município, por intermédio de servidor designado, reserva-se ao direito de proceder à inspeção de qualidade dos mesmos e de rejeitá-los, no todo ou em parte, se estiverem em desacordo com as especificações do objeto licitado, obrigando-se o FORNECEDOR a promover a devida substituição, observados os prazos contratuais.

1.7. Deverá ainda, sempre que aplicável ao objeto, entregar produtos que possuam selo INMETRO e tenham sido fabricados dentro dos padrões ABNT, ANVISA, ANATEL ou de acordo com as determinações de outros órgãos, agências ou congêneres que regulamentem, padronizem e/ou fiscalizem-nos.

1.8. Todas as embalagens deverão conter, externamente, número de lote, data de fabricação, prazo de validade, nome, CNPJ e endereço do fabricante.

1.9. O FORNECEDOR deverá responsabilizar-se pela troca dos materiais enviada, quando na ocasião do recebimento, for constatado que a mesma encontra-se com defeito, diferente da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações, sob pena de

pagamento de multa diária, à título de depósito, sem prejuízo da incidência de multa diária por atraso na entrega, à contar da data efetiva do pedido.

1.10. O aceite dos materiais não exclui a responsabilidade civil do FORNECEDOR por vícios de quantidade, de qualidade ou técnico dos materiais, ou por desacordo com as especificações estabelecidas no Edital, verificadas posteriormente, e por danos deles decorrentes.

1.11. Caso a mercadoria seja recusada ou o documento fiscal apresente incorreção, o prazo de pagamento será contado a partir da data da regularização da entrega ou do documento fiscal, a depender do evento.

1.12. Os quantitativos descritos em Anexo ao Edital constituem mera previsão, dimensionada de acordo com a demanda atualmente existente, não ficando o Município, obrigado a executá-los integralmente.

1.13. As quantidades a serem fornecidas constantes do Termo de Referência que acompanhou o Edital da licitação são estimadas, podendo, nos limites do § 1º do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ser acrescidas ou suprimidas em conformidade com a demanda do período de vigência da Ata de Registro de Preço (ARP).

CLÁUSULA SEGUNDA

DO REAJUSTE, REVISÃO E DA ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS

2.1. O preço registrado poderá ser revisto em decorrência de eventual redução daqueles praticados no mercado, ou de fato que eleve o custo dos serviços ou bens registrados, cabendo ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores;

2.2. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, deverá requerer a revisão dos preços nos termos do art. 65, II, d, da Lei nº 8.666/93;

2.3. Os preços registrados e atualizados não poderão ser superiores aos preços praticados no mercado.

2.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação do item correspondente da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

2.5. Os preços registrados, quando sujeitos ao controle oficial, poderão ser revisados nos termos e prazos fixados pelo órgão público controlador.

2.6. O disposto acima se aplica igualmente nos casos de incidência de novos impostos ou taxas e de alterações das alíquotas dos já existentes.

CLÁUSULA TERCEIRA

DOS PAGAMENTOS

3.1.O pagamento será realizado a cada 15 (quinze) dias após o recebimento dos materiais, importando os valores conforme os registrados na Ata de Registro de Preços, por item fornecido, de acordo com o quantitativo solicitado e efetivamente entregue, bem como mediante apresentação do documento fiscal, atestado por servidor competente.

3.2.A Nota Fiscal ou outro documento fiscal correlato deverá ser emitido em nome da Unidade requisitante e ter a mesma Razão Social e CNPJ dos documentos apresentados por ocasião da habilitação.

3.3.O FORNECEDOR deverá enviar FAX do documento fiscal, imediatamente após a emissão do mesmo, para o Setor de Compras (Fone/Fax: (049) 3551-4700);

3.4. A apresentação do documento fiscal que contrarie essas exigências inviabilizará o pagamento, isentando o MUNICÍPIO do ressarcimento de qualquer prejuízo para o FORNECEDOR;

3.5. Os preços não serão reajustados;

3.6.O preço registrado poderá ser revisado quando houver alteração de valor, devidamente comprovada, podendo ocorrer de

acordo com o art.65 da Lei 8.666/93 e alterações, mediante requerimento a ser formalizado pelo FORNECEDOR.

CLÁUSULA QUARTA DAS OBRIGAÇÕES DO FORNECEDOR

4.1. Será de responsabilidade do FORNECEDOR:

4.1.1. Executar o objeto da presente Ata de acordo com o estipulado na Cláusula Primeira;

4.1.2. Manter, durante a execução do contrato todas as condições de habilitação previstas no Edital e em compatibilidade com as obrigações assumidas;

4.1.3. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato oriundo do processo licitatório;

4.1.4. Responsabilizar-se pelos custos inerentes a encargos tributários, sociais, fiscais, trabalhistas, previdenciários, securitários e de gerenciamento, resultantes da execução do Contrato oriundo do presente processo licitatório;

4.1.5. Exigir do Município, documento de autorização emitido pelo setor municipal competente, para que libere os equipamentos e móveis solicitados, a fim de comprovar o seu fornecimento.

CLÁUSULA QUINTA DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

5.1. A inexecução parcial ou total do objeto do contrato e a prática dos atos indicados nesta cláusula, verificado o nexo causal devido à ação ou à omissão do FORNECEDOR, relativamente às obrigações contratuais em questão, torna passível a aplicação das sanções previstas na Lei n.º 10.520/2002, no Decreto n.º 5.450/2005, na Lei n.º 8.666/1993 e no contrato, observando o contraditório e a ampla defesa, conforme listado a seguir:

5.1.1. Advertência;

5.1.2. Multa;

5.1.3. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração;

5.1.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

5.2. As sanções de advertência, de suspensão temporária do direito de participar em licitação e impedimento de contratar com a Administração e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas ao FORNECEDOR juntamente à de multa e obedecerão ao disposto na legislação de regência no que concerne às hipóteses de aplicação, quantum e consequências.

5.3. A advertência poderá ser aplicada no caso de descumprimento parcial das obrigações e responsabilidades assumidas contratualmente, por culpa exclusiva do FORNECEDOR.

5.4. A advertência poderá, ainda, ser aplicada no caso de outras ocorrências que possam acarretar transtornos ao desenvolvimento dos serviços do Município, a seu critério, desde que não caiba a aplicação de sanção mais grave.

5.5. O Município observará a boa-fé do FORNECEDOR e as circunstâncias atenuantes e agravantes em que a infração foi praticada. Assim, a Administração poderá deixar de aplicar a penalidade ou mesmo substituí-la por sanção mais branda, desde que a irregularidade seja corrigida no prazo fixado e não tenha causado prejuízo ao Município ou a terceiros.

5.6. Na ocorrência de atraso injustificado para assinatura da Ata de Registro de Preço, para o início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, inexecução parcial ou total do contrato, as multas a serem aplicadas observarão os seguintes parâmetros:

5.6.1. 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora na assinatura da Ata de Registro de Preço ou atraso no início da execução dos serviços ou entrega dos materiais, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença;

5.6.2. Até o máximo de 20% (vinte por cento) do valor do contrato

ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução parcial do contrato;

5.6.3. 30% (trinta por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço no caso de inexecução total do contrato.

5.7. No caso de necessidade troca e/ou retirada de produtos entregues, por ter sido constatado, após seu recebimento, que o mesmo encontram-se com defeito, diferentes da solicitação ou em desacordo com qualquer das especificações editalícias ou contratuais, caberá a licitante sua retirada e/ou substituição integral, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, à contar de sua intimação, sob pena de pagamento de multa diária, à título de depósito, no importe de 0,5% (cinco décimos por cento) do valor do contrato ou Ata de Registro de Preço por dia de mora, até o máximo de 3,5% (três inteiros e cinco décimos por cento), o que configurará a inexecução total do contrato, sem prejuízo da rescisão unilateral da avença.

5.8. Será configurada a inexecução total do objeto, quando:

5.8.1. Houver atraso injustificado, do início dos serviços ou entrega dos materiais, na totalidade requerida, por mais de 07 (sete) dias corridos após o recebimento pelo FORNECEDOR da ordem de serviços.

5.8.2. Todos os serviços executados não forem aceitos pelo Município por não atenderem às especificações deste documento, durante 30 (trinta) dias consecutivos de prestação dos serviços ou entrega de materiais.

5.9. O valor da multa poderá ser descontado do pagamento a ser efetuado ao FORNECEDOR:

5.9.1. Se o valor a ser pago ao FORNECEDOR não for suficiente para cobrir o valor da multa, fica esta obrigada a recolher a importância devida no prazo de 15 (quinze) dias, contado da comunicação oficial.

5.9.2. Esgotados os meios administrativos para cobrança do valor devido pelo FORNECEDOR ao Município, este será encaminhado para inscrição em dívida ativa.

CLÁUSULA SEXTA DAS ALTERAÇÕES DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

6.1. A Ata de Registro de Preços somente poderá ser alterada na forma disposta na Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, art. 65, inciso I, letra "b" e inciso II, letras "c" e "d", observado o que dispõe os §§ 1º, 2º, 4º, 5º, 6º e 8º do mesmo artigo;

6.2. A execução da Ata de Registro de Preços deverá ser acompanhada e fiscalizada por pessoas ou Comissão Especial, designadas pelo Prefeito, que anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução da mesma, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados.

CLÁUSULA SÉTIMA DO CANCELAMENTO E DA SUSPENSÃO DO REGISTRO DE PREÇOS

7.1. O registro do FORNECEDOR poderá ser CANCELADO, garantida a prévia defesa, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, nas seguintes hipóteses:

7.1.1. Pela Administração, quando:

a. O FORNECEDOR não cumprir as exigências contidas no edital ou na ata de registro de preços;

b. O FORNECEDOR, injustificadamente, deixar de firmar o contrato decorrente do registro de preços;

c. O FORNECEDOR der causa à rescisão administrativa de contrato decorrente do registro de preços, por um dos motivos elencados no art. 78 e seus incisos da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores;

d. Os preços registrados se apresentarem manifestamente superiores aos praticados pelo mercado;

e. Por razões de interesse público, devidamente fundamentadas, na forma do inciso XII, do art. 78 da Lei Federal nº 8.666/93, e alterações posteriores.

7.1.2. Pelo FORNECEDOR quando, mediante solicitação por escrito,

comprovar estar impossibilitado de cumprir as exigências do instrumento convocatório, que deu origem ao registro de preços.

7.2.O cancelamento será precedido de processo administrativo a ser examinado pelo Órgão Gerenciador, sendo que a decisão final deverá ser fundamentada.

7.3. A comunicação do cancelamento do registro do FORNECEDOR, nos casos previstos no subitem 7.1.1, efetuar-se-á por escrito, juntando-se o comprovante de recebimento.

7.4.No caso do FORNECEDOR não puder ser cientificado de outra forma, a comunicação dar-se-á por publicação no jornal em que são publicados os atos oficiais do Município de Luzerna, considerando-se cancelado o registro do FORNECEDOR, a partir do 5º (quinto) dia útil, contado da publicação.

7.5. A solicitação do FORNECEDOR ou prestador de serviços para cancelamento do registro de preço não o desobriga do fornecimento dos produtos ou da prestação dos serviços até a decisão final do Órgão Gerenciador, a qual deverá ser prolatada no prazo máximo de 30 (trinta) dias, facultada à Administração a aplicação das penalidades previstas no instrumento convocatório, caso não aceitas as razões do pedido.

7.6. Enquanto perdurar o cancelamento poderão ser realizadas novas licitações para aquisição de bens ou prestação de serviços constantes do registro de preços.

7.7. A solicitação do FORNECEDOR para cancelamento do preço registrado deverá ser formulada com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias, facultada a Administração a aplicação das penalidades previstas no Edital, caso não aceite as razões do pedido.

7.8. O cancelamento de registro, nas hipóteses previstas, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador.

7.9. O FORNECEDOR poderá solicitar o cancelamento do seu registro de preço na ocorrência de fato superveniente que venha comprometer a perfeita execução contratual, decorrentes de caso fortuito ou de força maior, devidamente comprovados.

7.10. Os preços registrados poderão ser SUSPENSOS nos seguintes casos:

a. Pela Administração, por meio de Edital, quando por ela julgado que o FORNECEDOR esteja temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços ou, ainda, por interesse do Município, ressalvadas as contratações já levadas a efeito até a data de decisão;

b. Pelo FORNECEDOR, quando mediante solicitação por escrito, comprovar estar temporariamente impossibilitado de cumprir as exigências da concorrência que deu origem ao registro de preços, mediante requerimento formal e devidamente instruído.

CLÁUSULA OITAVA DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

8.1.As despesas provenientes da execução do Edital correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, consignadas nos orçamentos da Unidade Gestora Central - Prefeitura de Luzerna ou dos Fundos Especiais, durante a vigência da presente Ata de Registro de Preço, nos seguintes termos:

Modalidade de Aplicação: Aplicações Diretas – Outras Despesas Correntes
Elemento – 3.3.90.30.17 – Material de Processamento de Dados
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA
02 – GABINETE DO PREFEITO
Atividade - 0201.04.122.0004.2002 – Funcionamento e Manutenção do Gabinete do Prefeito
Reduzido: 003
Fonte 00 – Recursos Ordinários
04 – ASSESSORIA JURÍDICA
Atividade - 0401.04.122.0004.2004 – Manutenção da Assessoria Jurídica
Reduzido: 009
Fonte 00 – Recursos Ordinários
05 – ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO
Atividade - 0501.04.122.0004.2005 - Manutenção da Assessoria de Planejamento
Reduzido: 012
Fonte 00 – Recursos Ordinários
06 – SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO
Atividade - 0601.04.122.0007.2006 - Manutenção do Departamento de Administração
Reduzido: 018
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0601.06.181.0010.2010 - Manutenção da Coordenadoria de Controle Interno
Reduzido: 023
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0602.04.123.0013.2015 - Manutenção do Departamento de Fazenda
Reduzido: 037
Fonte 00 – Recursos Ordinários
08 – SECRETARIA DA EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES
Atividade - 0801.12.365.0028.2028 - Manutenção da Educação Básica Infantil
Reduzido: 079
Fonte 01 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Educação
Atividade - 0801.12.361.0031.2030 –Manutenção da Educação Básica Fundamental
Reduzido: 061
Fonte 01 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos – Educação
Atividade - 0802.13.392.0046.2038 – Apoio para Difusão Cultural
Reduzido: 090
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0802.13.391.0046.2037 – Resgate da Memória Cultural
Reduzido: 084
Fonte 00 – Recursos Ordinários
Atividade - 0803.27.812.0049.2040 – Funcionamento e Manutenção do Setor de Esportes
Reduzido: 095

Fonte 00 – Recursos Ordinários

09. SECRETARIA DA AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

Atividade - 0901.20.606.0052.2042 - Manutenção da Secretaria da Agricultura e Meio Ambiente

Reduzido: 106

Fonte 00 – Recursos Ordinários

11. SECRETARIA DE OBRAS E SERVIÇOS

Atividade - 1101.15.452.0061.2052 – Manutenção dos Serviços Urbanos

Reduzido: 115

Fonte 00 – Recursos Ordinários

Atividade - 1101.26.782.006.2060 – Manutenção e Conservação das Estradas Vicinais do Município

Reduzido: 135

Fonte 00 – Recursos Ordinários

15 – SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO ECONOMICO

Atividade - 1001.22.661.0058.2046 – Manutenção dos Serviços de Incentivo a Industria

Reduzido: 141

Fonte 00 – Recursos Ordinários

Atividade - 1001.22.661.0058.2051 – Manutenção da Incubadora Tecnológica Luzerna

Reduzido: 145

Fonte 00 – Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE LUZERNA

Atividade - 1201.08.244.0025.2026 – Manutenção do Centro de Multiplouso

Reduzido: 004

Fonte 00 – Recursos Ordinários

Atividade - 1201.08.224.0025.2026 – Manutenção da Assistência Social Geral

Reduzido: 008

Fonte 00 – Recursos Ordinários

Atividade - 1201.08.224.0025.2084 – Manutenção do CRAS

Reduzido: 014

Fonte 00 – Recursos Ordinários

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE LUZERNA

Atividade - 1301.10.301.0016.2017 – Funcionamento e Manutenção do Fundo Municipal de Saúde

Reduzido: 009

Fonte 70 – Transferência do SUS

Atividade - 1301.10.304.0016.2018 - Manutenção dos Serviços de Vigilância Sanitária

Reduzido: 012

Fonte 02 – Receita de Impostos e Transferência de Impostos - Saúde

CLÁUSULA NONA DA VIGÊNCIA

A presente Ata de Registro de Preços terá a validade de 12 (doze) meses, contados da data de publicação da mesma.

CLÁUSULA DÉCIMA DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. O Registro de Preços objeto desta Ata e a sua assinatura pelas partes não gera ao Município, a obrigação de solicitar os fornecimentos que dele poderão advir independentemente da estimativa de consumo indicada na presente Ata.

10.2. Observados os critérios e condições estabelecidas nesta Ata e o preço registrado, a Administração poderá comprar de mais de um FORNECEDOR registrado, segundo a ordem de classificação, desde que razões de interesse público justifiquem e que o primeiro classificado não possua capacidade de fornecimento compatível com o solicitado pela Administração.

10.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro a preferência de

fornecimento em igualdade de condições.

10.4. O FORNECEDOR signatário desta Ata, cujo preço é registrado, declara estar ciente das suas obrigações para com o Município, nos termos do Edital da respectiva Licitação e da sua Proposta, que passam a fazer parte integrante da presente Ata e a reger as relações entre as partes, para todos os fins.

10.5. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que devidamente comprovada a vantagem.

10.5.1. Os órgãos e entidades que não participaram do registro de preços, quando desejarem fazer uso da Ata de Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

10.5.2. Caberá ao FORNECEDOR beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA DO FORO

É competente o foro da Comarca de Joaçaba para dirimir quaisquer dúvidas, porventura, oriundas da presente Ata de Registro de Preços.

E, por estarem assim de pleno acordo, assinam este instrumento em 03 (três) vias de igual teor, na presença das testemunhas abaixo, de tudo inteiradas.

Luzerna/SC, 05 de maio de 2014.

MOISÉS DIERSMANN
PREFEITO MUNICIPAL
CONTRATANTE

VALÉRIO SAMUEL VANCIN
VANCIN INFORMÁTICA COMÉRCIO LTDA
FORNECEDOR 1

TESTEMUNHAS:

1. _____ 2. _____

Pregão Presencial - PL 058.2014 - PP 030.2014 - Relógio Ponto Eletrônico - PML

MUNICÍPIO DE LUZERNA
EXTRATO DE EDITAL

Processo Licitatório nº 0058/2014 - PML
Pregão Presencial nº 0030/2014 - PML

O MUNICÍPIO DE LUZERNA (SC), por intermédio do Prefeito Municipal, MOISÉS DIERSMANN, leva ao conhecimento dos interessados que fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL.

OBJETO: A presente licitação tem por objeto o Registro de Preço para fornecimento e instalação de registros eletrônicos de ponto, destinados às unidades da Prefeitura de Luzerna e dos Fundos Especiais, em conformidade com as especificações constantes do Anexo I.

REGIMENTO: Lei nº 10.520 de 17/07/2002 e Decreto Municipal nº 708 de 06/01/06, com aplicação subsidiária da Lei 8.666/93 de 21/06/1993 e alterações posteriores.

ENTREGA DOS ENVELOPES: até às 8h do dia 21 de maio de 2014.

ABERTURA DAS PROPOSTAS, CREDECIMENTO E SESSÃO DE LANCES: às 08h10min do dia 21 de maio de 2014.

OBTENÇÃO DO EDITAL: pelo site www.luzerna.sc.gov.br

MAIORES INFORMAÇÕES: Pelo fone/fax: (049) 3551-4700.

Extrato do Termo de Convênio 0082014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 008/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER

VALOR: R\$ 14.000,00 (quatorze mil reais)

OBJETO: realização da NOITE GERMÂNICA e manutenção da entidade.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

BRUNO JOSÉ ARENHART

ASSOCIAÇÃO CULTURAL GERMÂNICA HEINRICH HACKER

CONVENIADA

Extrato do Termo de Convênio 0092014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 009/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA

VALOR: R\$ 10.000,00 (dez mil reais)

OBJETO: realização da NOITE ITALIANA e manutenção da entidade.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

SÉRGIO MARTENDAL

ASSOCIAZIONE TRIVENETA DI LUZERNA

CONVENIADA

Extrato do Termo de Convênio 0102014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 010/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA

VALOR: R\$ 8.000,00 (oito mil reais)

OBJETO: manutenção da entidade.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

MÁRCIA BRESSAN DOS SANTOS

CIRCOLO TRENTINO DI LUZERNA

CONVENIADA

Extrato do Termo de Convênio 0112014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 011/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : CORAL UNIDOS EM CRISTO

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

OBJETO: manutenção da entidade.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

ERMELENDINO KISSOW

CORAL UNIDOS EM CRISTO

CONVENIADA

Extrato do Termo de Convênio 0122014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 012/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : CORAL VOZES DE LUZERNA

VALOR: R\$ 8.700,00 (oito mil e setecentos reais)

OBJETO: manutenção da respectiva entidade e despesas com a realização do tradicional Encontro de Corais promovido por essa entidade.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

JOÃO JACOB REISDORFER

CORAL VOZES DE LUZERNA

CONVENIADA

Extrato do Termo de Convênio 0132014

EXTRATO DE CONVÊNIO

PML 2014

EXTRATO DO TERMO DE CONVÊNIO Nº 013/2014

CONVENENTE: MUNICÍPIO DE LUZERNA

CONVENIADA : ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA

VALOR: R\$ 10.200,00 (dez mil e duzentos reais)

OBJETO: realização do Festival de Bandas e Fanfarras e na manutenção da FANFARRA.

DOTAÇÃO:08.0802.13.392.0046.2038 - Apoio para Difusão Cultural - Categoria Econômica - 3.3.50.00.00 - Transferências a Instituições Privadas sem fins lucrativos - Fonte 00 - Recursos Ordinários.

VIGÊNCIA: 30 de novembro de 2014.

Luzerna(SC), 07 de maio de 2014.

MOISES DIERSMANN

Prefeito Municipal de Luzerna

CONVENENTE

ROSÂNGELA TOSCAN MITTERER

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA PADRE NÓBREGA

CONVENIADA

Receitas Federais do Dia 06/05/2014**ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUZERNA**

Betha Sistemas

Exercício de 2014

Data do Recebimento: 06/05/2014

Notificação de Recebimento Recursos Federais

O Município de Luzerna/SC, nos termos da Lei Federal n. 9.452/97, notifica os partidos políticos, sindicatos de trabalhadores e entidades empresariais com sede no Município, a liberação dos seguintes recursos do Governo Federal:

Espécie		Recebido no Período
Receitas Orçamentárias		5.008,97
4.1.7.2.1.00.00.00.00	Transferências da União	1.429,27
4.1.7.2.1.33.00.00.00	Transf. de Recursos do Sistema Único Saúde - SUS	1.429,27
4.1.7.2.1.33.13.00.00	Vigilância em Saúde	1.429,27
4.1.7.2.1.33.13.20.00	Vigilância Sanitária	1.429,27
4.1.7.2.4.00.00.00.00	TRANSFERENCIAS MULTIGOVERNAMENTAIS	3.579,70
4.1.7.2.4.01.00.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	3.579,70
4.1.7.2.4.01.01.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB 60%	2.147,82
4.1.7.2.4.01.02.00.00	Transf. de Recursos do FUNDEB	1.431,88

Luzerna, 07/05/2014

ANGELO BRANDALISE JUNIOR

SECRETARIO DA FAZENDA E ADMINISTRA

MARIA INES DALLOLMO DALLA COSTA

CONTADORA- CRC/SC 020394/O-8

Macieira

PREFEITURA

Cimcatarina

LEI Nº. 709, DE 23 DE ABRIL DE 2014.

RATIFICA A 1ª ALTERAÇÃO E CONSOLIDAÇÃO DO PROTOCOLO DE INTENÇÕES E AUTORIZA O INGRESSO DO MUNICÍPIO DE MACIEIRA NO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL CATARINENSE - CIM-CATARINA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI

Art. 1º. Fica ratificado na íntegra a 1ª Alteração e Consolidação do Protocolo de Intenções do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO, o qual passa a denominar-se Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, em anexo.

Art. 2º. Fica autorizado o ingresso do Município de Macieira no Consórcio Intermunicipal Catarinense - CIMCATARINA, nos termos do Protocolo de Intenções.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO
Macieira, 23 DE ABRIL DE 2014.
EMERSON ZANELLA
Prefeito Municipal

Plantão

LEI COMPLEMENTAR Nº 62, de 23 de ABRIL de 2014.

PARA ADEQUAÇÃO DA JORNADA DE TRABALHO DAS ENFERMEIRAS PARA ATENDER AO INTERESSE PÚBLICO DA CIDADE DE MACIEIRA SC.

EMERSON ZANELLA, Prefeito Municipal de Macieira, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte;

LEI COMPLEMENTAR

Art. 1. Com base no que dispõe a Lei Complementar n 55º, do Plano de Cargos e Salários, altera e regulamentar-se-á a jornada de trabalho das enfermeiras que exercem o cargo previsto, para que passe a vigorar da seguinte forma:

Parágrafo primeiro: A carga horária semanal será de 40 (quarenta) horas, observada jornada determinada pela Prefeitura Municipal.

Parágrafo segundo: Fica excluída do cômputo da jornada de trabalho a remuneração de horas extraordinárias.

Parágrafo terceiro: As enfermeiras supra referidas, ao integrarem escala de plantão no período compreendido após a jornada normal de trabalho (40 horas semanais) terão direito ao pagamento de sobreaviso, correspondente a 30% do valor do salário base percebido, ou seja, um acréscimo em seu salário de mais 30% do valor do salário base, que incorporará e incidirá como reflexos para fins de cálculos de férias e 13º salário. A previdência social igualmente será descontada sobre o reflexo ora estabelecido.

Art. 2. - O descumprimento pelas enfermeiras da jornada de plantão ora regulamentada, implicará no desconto dos dias não

trabalhados e serão descontados da sua remuneração.

Parágrafo primeiro: As enfermeiras que tiverem falta injustificada no mês corrente de trabalho, perderão o direito ao pagamento do sobreaviso.

Art. 3. - As demais vantagens incorporadas à remuneração das enfermeiras, que não se referem aos itens aqui tratados, ficam inalteradas.

Art. 4. -Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Prefeitura Municipal de Macieira SC.

Emerson Zanella

Prefeito Municipal

Relatório de Compras Diretas Mês 04.2014 - Prefeitura Municipal de Macieira

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Página: 1/6

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGRO COMERCIAL AFUBRA LTDA	Triturador de grãos M 10.000, com cardan e cavalete		1,000	5,100,0000	5,100,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Chave 13 Combinada	748	2,000	8,5000	17,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	CHAVE COMBINADA 14	748	2,000	18,5000	37,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Cola Trava Rosca	751	2,000	11,9000	23,80
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de corte	751	2,000	5,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de corte	751	2,000	11,0000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de Desbaste	751	2,000	11,0000	22,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Disco de Desbaste	751	2,000	5,5000	11,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Jogo de Broca 1/2 ate 13	748	1,000	133,0000	133,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Kit Chave	748	1,000	25,0000	25,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Luvas	748	1,000	18,0000	18,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Massinha Durapox	751	2,000	5,0000	10,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Poxipol transparente	751	2,000	18,0000	36,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Serrinha de cortar ferro	751	2,000	4,0000	8,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	SILICONE ALTA TEMPERATURA	751	2,000	6,0000	12,00
AGRO MATERIAL GIUL LTDA	Spray desingripante	748	1,000	10,0000	10,00
AUTO POSTO CAMARGO	ÓLEO DIESEL	781	60,000	2,6800	160,80
AUTO POSTO FARENZEN LTDA	Tacografo	753	2,000	27,0000	54,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro Ar AB 3531 BOSH	727	1,000	70,0000	70,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro Combustivel PSC 491	727	1,000	58,0000	58,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro Combustivel PSC 491	729	1,000	58,0000	58,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	FILTRO DE AR AP7998	729	2,000	68,5000	137,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro de oleo PSL 962	727	1,000	45,0000	45,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro de oleo PSL 962	729	2,000	45,0000	90,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro separador	727	1,000	67,0000	67,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	Filtro separador	729	2,000	67,0000	134,00
AUTO POSTO RODAGEM LTDA EPP	MONTAGEM DE PNEU	795	2,000	20,0000	40,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Chapa 244 X 5m	716	20,000	33,0000	660,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	VASSOURA DE RUA MÉDIA	717	2,000	16,0000	32,00
DICAVE GARTNER DIST. CATARINENSE DE VEÍC	Carminhão chassi. novo, a diesel, p/ acoplamento de tanque		1,000	248,000,0000	248,000,00
FIAT COLUSSI	Filtro de oleo	779	1,000	30,0000	30,00
FIAT COLUSSI	Óleo motor	779	5,000	32,0000	160,00
FM PNEUS LTDA	RECAPAGEM 900R 20 BORR	689	4,000	434,0000	1,736,00
FM PNEUS LTDA	Recauchutagem pneu 18.4-34	688	2,000	1,483,0000	2,966,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Dante	797	5,000	12,0000	60,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Lexcon	797	30,000	13,0000	390,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	semem Nasdag	797	20,000	12,0000	240,00
FRITZ COM REPR. DE SEME BOVINO LTDA ME	Semem Oden	797	25,000	13,0000	325,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Água mineral- 20 l.	709	1,000	7,5100	7,51

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 2/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Detergente - 500 ml		10,000	0,7000	7,00
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg	712	6,000	8,9900	53,94
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Erva mate pacote de 1 kg		4,000	8,9900	35,96
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Filtro de café 103		4,000	1,8500	7,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Fósforo maço c/ 10 caixas		2,000	1,9000	3,80
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Sabão em barra c/ 5 unidades totalizando 1 kg		1,000	5,4000	5,40
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 100 l. pacote c/ 5 unidades		8,000	1,9500	15,60
ITACIR ANTONIO SERIGHELLI - ME	Saco p/ lixo 50 l. pacote c/ 10 unidades		8,000	1,9500	15,60
IVANIR ZILIO	toner p/ impressora hp Jaser Jet M 1120	752	1,000	80,0000	80,00
IVANIR ZILIO	TONNER BROTHER PARA IMPRESSORA BROTHER 8080	749	1,000	90,0000	90,00
IVANIR ZILIO	TONNER IMPRESSORA XEROX 3040	749	1,000	70,0000	70,00
JANDIR ELIZEU PIRAN ME	Serviço de hora/máquina trator de esteira D-50		18,500	145,0000	2.682,50
LIVRARIA E PAPELARIA ZANINI LTDA ME	PAPEL A4 C/ 500 FLS	747	2,000	115,0000	230,00
MANOS IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS	contra pino	832	2,000	0,8500	1,70
MANOS IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS	Mola do fecho basculante direito	832	1,000	35,0000	35,00
MANOS IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS	Mola Marchetti 750 x 545	832	1,000	127,9000	127,90
MANOS IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS	Pino de centro	832	1,000	6,5000	6,50
MANOS IMPLEMENTOS RODOVÁRIOS	Porca dupla 9/16	832	1,000	1,7500	1,75
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		8,000	44,5000	356,00
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		7,000	44,5000	311,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		11,000	44,5000	489,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		11,000	44,5000	489,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		5,000	44,5000	222,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		1,500	44,5000	66,75
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		11,000	44,5000	489,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		5,000	44,5000	222,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		5,000	44,5000	222,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		11,000	44,5000	489,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		10,000	44,5000	445,00
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		6,000	44,5000	267,00
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		11,000	44,5000	489,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		5,000	44,5000	222,50
MARCIEL MAFFIOLETTI	Serviço hora/máquina de trator com ensiladeira		6,000	0,6200	3,72
MECANICA ZAGO	Arruela lisa 12 mm	773	6,000	0,6200	3,72
MECANICA ZAGO	BUCHA AMORTECEDOR	773	1,000	8,2500	8,25
MECANICA ZAGO	Cilindro de Embreagem	775	1,000	200,0000	200,00
MECANICA ZAGO	Cilindro mestre	796	1,000	200,0000	200,00
MECANICA ZAGO	CONTRA PINO 4MM	773	1,000	3,1000	3,10
MECANICA ZAGO	Cruzeta	773	1,000	149,3100	149,31
MECANICA ZAGO	Flexível	796	1,000	160,0000	160,00

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 3/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
MECANICA ZAGO	MÃO DE OBRA	774	1,000	625,0000	625,00
MECANICA ZAGO	MAQUINA DE VIDRO	750	1,000	70,0000	70,00
MECANICA ZAGO	parafuso sextavado 16x130	773	1,000	6,4000	6,40
MECANICA ZAGO	Parafuso 12 x 60 8.8	773	1,000	1,8400	1,84
MECANICA ZAGO	parafuso 12 x50	773	2,000	2,5000	5,00
MECANICA ZAGO	Parafuso 14 x 110 8.8	773	1,000	4,2000	4,20
MECANICA ZAGO	PARAFUSO 8X30 8.8	773	8,000	0,6400	5,12
MECANICA ZAGO	Parafuso Sextavado 10 x 40 8.8	773	2,000	1,2400	2,48
MECANICA ZAGO	Porca 12mm	773	3,000	1,2900	3,87
MECANICA ZAGO	Porca Pressão 10mm 835101	773	2,000	0,9900	1,98
MECANICA ZAGO	Porca Pressão 14 mm	773	1,000	1,7200	1,72
MECANICA ZAGO	Porca Pressão 16 mm	773	1,000	2,3300	2,33
MECANICA ZAGO	Reservatorio Radiador	750	1,000	120,0000	120,00
MECANICA ZAGO	Troca de Cilindro Mestre	725	1,000	140,0000	140,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com Escavadeira Hidráulica	761	37,500	165,0000	6.187,50
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com Escavadeira Hidráulica		50,000	165,0000	8.250,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com motoniveladora 140 HP.		37,500	165,0000	6.187,50
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com motoniveladora 140 HP.		37,500	165,0000	6.187,50
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com motoniveladora 140 HP.	760	75,000	165,0000	12.375,00
MEPITA MECANICA PESADA LTDA	Serviço de hora/máquina com motoniveladora 140 HP.	762	150,000	165,0000	24.750,00
RECAUCHUTADORA RODA LTDA	Recauchutagem pneu 1.400 x 24	728	6,000	1.193,0000	7.158,00
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão de cachorro quente.	777	16,440	6,4900	106,70
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão de milho	719	13,500	6,4900	87,62
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão de milho	777	20,000	6,4900	129,80
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão Francês.	719	7,500	6,4900	48,68
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão Francês.	783	7,500	6,4900	48,68
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão Integral.	777	10,600	7,4900	79,39
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Pão Integral.	783	15,440	7,4900	115,65
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Queijo muzzarella fatiado.	777	3,000	20,9000	62,70
RESTAURANTE E PANIFICADORA KARPINSKI LTI	Queijo muzzarella fatiado.		3,000	20,9000	62,70
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		3.000,000	2,3900	7.170,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		3.000,000	2,3900	7.170,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		1.000,000	2,3900	2.390,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		500,000	2,3900	1.195,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		3.000,000	2,3900	7.170,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		1.000,000	2,3900	2.390,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		2.000,000	2,3900	4.780,00
SAFRA DIESEL LTDA	Óleo diesel para motores eletrônicos		500,000	2,3900	1.195,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abacaxi Pérola.	776	9,000	4,6500	41,85

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 4/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abóbora moranga.	782	5,000	2,0500	10,25
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Abobrinha.	782	13,000	2,5500	33,15
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga.	776	8,000	4,0900	32,72
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Acelga.	782	9,000	4,0900	36,81
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantaneo, emb. 400 gr	776	3,000	3,8500	11,55
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Achocolatado em pó instantaneo, emb. 400 gr	782	2,000	3,8500	7,70
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Álcool 1 litro 90%		10,000	4,7900	47,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alface.	776	10,000	1,3500	13,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Alho.	776	3,000	2,6500	7,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz integral, pacotes de 1 kg	776	4,000	3,2500	13,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parbolizado, tipo 1, pacote de 5 kg.	776	1,000	9,7500	9,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Arroz parbolizado, tipo 1, pacote de 5 kg.	782	2,000	9,7500	19,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Banana Caturra.	776	23,000	1,8000	41,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Inglesa.	782	4,000	2,5900	10,36
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Batata Salsa.	782	2,000	6,9000	13,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, sabor chocolate, pacotes de 800 gr		1,000	6,1800	6,18
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.	718	2,000	5,9900	11,98
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.	776	6,000	5,9900	35,94
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito doce, tipo laminado de leite.	782	8,000	5,9900	47,92
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Biscoito salgado, emb. de 400 gr, cream cracker integral	718	2,000	3,2000	6,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café tradicional, emb. de 500gr, torrado moído	718	4,000	5,5000	22,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café tradicional, emb. de 500gr, torrado moído	776	2,000	5,5000	11,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Café tradicional, emb. de 500gr, torrado moído	782	2,000	5,5000	11,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Canjiquinha ou quirera, emb. de 500 gr	776	13,000	1,6000	20,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Caqui.	776	50,000	6,6900	334,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	710	1,000	49,4000	49,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg	713	1,000	49,4000	49,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carga de gás - 13 kg		3,000	49,4000	148,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Carne suína para tipo lombinho,	776	11,000	7,3000	80,30
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cebola branca.	782	5,000	2,3900	11,95
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Cenoura ,	782	4,000	2,9500	11,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chá de maçã.		1,000	3,1000	3,10
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Chuchu.	782	3,000	2,5500	7,65
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Couve Flor.	776	15,000	3,6400	54,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.	776	30,000	4,7000	141,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Coxa e sobre coxa congeladas.	782	15,000	4,7000	70,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Escovão com cabo para calçada		2,000	7,7000	15,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, emb. de 850 gr	776	5,000	5,7000	28,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Extrato de tomate, emb. de 850 gr	782	2,000	5,7000	11,40

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 5/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fermento químico em pó, emb. de 250 gr	782	1,000	4,8000	4,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Gergilim branco, emb. de 500 gr	776	3,000	10,4500	31,35
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Granola	776	1,000	77,4500	77,45
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Laranja Péra.	776	10,000	1,6000	16,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral.	718	1,000	10,2000	10,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral.	776	5,000	10,2000	51,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite em pó integral.	782	3,000	10,2000	30,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Leite UHT integral longa vida.	776	12,000	1,9000	22,80
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Linhaça marron, emb. de 500 gr	776	3,000	10,3000	30,90
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.	776	37,000	4,8400	179,08
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maça fuji.	782	30,000	4,8400	145,20
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Macarrão com ovos, tipo espaguete reto.	782	7,000	4,2500	29,75
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.	776	50,000	3,6000	180,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Mamão.	782	30,000	3,6000	108,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Manga.	782	32,000	3,5500	113,60
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Maracujá.	776	3,000	8,2900	24,87
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Melão.	782	15,000	3,9000	58,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Pano de prato pronto				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Presunto fatiado.	782	2,000	17,9400	35,88
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.	776	5,000	2,5000	12,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho branco.	782	9,000	2,5000	22,50
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Repolho roxo.	776	4,000	2,9900	11,96
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saco p/ lixo 30 l, pacote c/ 10 unidades				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacote de 1 kg	776	1,000	1,4000	1,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Sal refinado e iodado, pacote de 1 kg	782	1,000	1,4000	1,40
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Saponáceo líquido -				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Tempero verde (salsinha e cebolinha).	782	2,000	2,3900	4,78
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Toalha de papel fardo c/ 1,000 folhas cor branco				
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Vínagre tinto, embalagens de 750 ml	776	3,000	6,2000	18,60
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Açúcar refinado branco, emb. de 5 kg				
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Açúcar refinado branco, emb. de 5 kg	784	3,000	9,2500	27,75
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Açúcar refinado branco, emb. de 5 kg	785	2,000	9,2500	18,50
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Bebida láctea fermentada.	784	1,000	9,2500	9,25
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Biscoito salgado, emb. de 400gr, cream cracker c/ gergilim	784	57,000	2,7900	159,03
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha, emb. c/ 12 tabletes	778	15,000	3,7300	55,95
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Caldo de galinha, emb. c/ 12 tabletes	784	2,000	2,4500	4,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Canjica, pacotes de 500 gr	778	2,000	2,4500	4,90
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Chá mate, caixas com 25 saquinhos	784	8,000	2,3500	18,80
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Feijão preto, tipo 1, de 1 kg.	778	4,000	2,9000	11,60
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP			7,000	3,6000	25,20

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 6/6

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qtde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Feijão preto, tipo 1, de 1 kg.	784	4,000	3,6000	14,40
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml	778	5,000	3,0000	15,00
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Oleo de soja refinado, latas de 900 ml	784	2,000	3,0000	6,00
SUPERMERCADO SANTA JULIANA LTDA EPP	Ovo de galinha.	784	1,000	3,8500	3,85
THIAGO VINICIUS FLOSS RODRIGUES	Tapete emborrachado, personalizado c/ brasão da Prefeitura	825	2,000	300,0000	600,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Cilindro com pistão	799	1,000	360,0000	360,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Corrente	799	1,000	50,0000	50,00
TORTELLI MOTORES LTDA	junta	799	2,000	10,0000	20,00
TORTELLI MOTORES LTDA	MÃO DE OBRA	800	1,000	30,0000	30,00
TORTELLI MOTORES LTDA	Sabre	799	1,000	190,0000	190,00
VICENTE DE PIERI ME	Telefone	780	1,000	42,0000	42,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENT#	ANEL	831	1,000	0,5000	0,50
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENT#	capa 3/8	831	2,000	6,0000	12,00
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENT#	Mangueira	831	1,530	16,5000	25,25
VIDEMANG COM. DE MÁQUINAS E FERRAMENT#	Terminal	831	1,000	16,0000	16,00
Viva Cor Grafica Impressão Rápida	Adesivo	746	10,000	4,5000	45,00
Total Geral do Mês ---->					380.881,78

Relatório de compras diretas 04.2014 - FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qlde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Arame fino	59	3,000	2,8000	8,40
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Armação	59	2,000	15,0000	30,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	arruela p/ eletroduto 3/4	59	3,000	1,0000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bocal	59	8,000	3,5000	28,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Bucha	59	3,000	1,0000	3,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cabeçote	59	1,000	2,5000	2,50
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cabo Multiplex 2 x 10	59	49,000	4,0000	196,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	caixa monofasico	59	1,000	45,0000	45,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Cinta Alumínio	59	6,000	1,0000	6,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Conector	59	6,000	3,5000	21,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Curvas 180° de l	59	4,000	2,0000	8,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Dijuntor 30 Hamperes	59	1,000	18,0000	18,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Eletroduto 3/4	59	3,000	4,0000	12,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio Paralelo 2 X 1.5	59	46,000	1,3000	60,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio Sólido	59	30,000	4,5000	135,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio sólido 10 mm	59	30,000	4,5000	135,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fio verde 10mm	59	12,000	4,5000	54,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Fita isolante 20 mm	59	1,000	4,8000	4,80
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Haste p/ Aterramento	59	1,000	23,0000	23,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Interruptor simples de painel	59	8,000	5,0000	40,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Lampada Incandescente 60 w	59	8,000	1,5000	12,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Luva Eletroduto 3/4	59	4,000	1,0000	4,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Pontaleta 2 mt	59	1,000	58,0000	58,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Poste de concreto padrão	59	1,000	450,0000	450,00
COMAVEL COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONST	Terminal	59	1,000	4,0000	4,00
Total Geral do Mês ---->					1.360,70

Relatório de compras diretas 04.2014 - FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE MACIEIRA

Relação das Compras Efetuadas no Mês de: **Abril/2014**
(Artigo 16 da Lei Nr. 8.666/93)

Página: 1/1

Fornecedor	Especificação do Material	Empenho	Qlde Adquirida	Preço Unitário	Preço Total
AGB	CAMARA SOFT	336	1,000	130,0000	130,00
AGB	Mão de obra colocação de peças	335	1,000	130,0000	130,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Carimbo 4911	337	1,000	45,0000	45,00
ARES GRAFICAS & EDITORA LTDA ME	Ficha de controle	382	2,000,000	0,1670	335,00
AUTO ELITE LTDA	Veículo 0 km, ano/modelo 2014, sedan,		1,000	45,900,0000	45.900,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Aparelho eletroterapia		2,000	2,190,0000	4.380,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Disco proprioceptivo inflável		1,000	99,0000	99,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Eletrodo de silicone condutivo		2,000	99,0000	198,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Esteira elétrica profissional		1,000	4,950,0000	4.950,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Goniômetro médio		1,000	27,0000	27,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Goniômetro pequeno		1,000	14,5000	14,50
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Halter emborrachado 0,5 kg		2,000	9,9000	19,80
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Halter emborrachado 1 kg		2,000	12,9000	25,80
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Halter emborrachado 2kg		2,000	22,9000	45,80
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Maca divã tablado		1,000	799,0000	799,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Massagador com infravermelho		1,000	149,0000	149,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Suporte pedestal de infravermelho com rodinhas		1,000	449,0000	449,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Thera band amarelo		2,000	29,0000	58,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Thera band cinza		2,000	52,8000	105,60
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Thera band preto		2,000	48,0000	96,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Thera band verde		2,000	42,5000	85,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Thera band vermelho		2,000	39,0000	78,00
BALLKE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA EPP	Travesseiro clínico		4,000	55,0000	220,00
IVANIR ZILIO	Cartucho 670	380	6,000	55,0000	330,00
IVANIR ZILIO	Cartucho 670 Preto Hp Ink Advantage 4615	380	2,000	55,0000	110,00
IVANIR ZILIO	Cartucho de Tinta HP 2460 Colorido	380	2,000	35,0000	70,00
IVANIR ZILIO	Cartucho de Tinta nº 21 Preto	380	2,000	35,0000	70,00
IVANIR ZILIO	Cartucho de Tinta Nº 22 Colorido	380	2,000	35,0000	70,00
IVANIR ZILIO	Toner TN 420 Brother MFC 7360 N	379	2,000	80,0000	160,00
IVANIR ZILIO	TONNER 285 PARA IMPRESSORA HP 1102/1120	379	1,000	80,0000	80,00
IVANIR ZILIO	TONNER PARA IMPRESSORA SAMSUNG 4623	379	1,000	75,0000	75,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Cabo de vela	383	1,000	158,0000	158,00
MECANICA FARENZENA LTDA	Vela	383	4,000	26,0000	104,00
SUPERMAIS BERTOTTO LTDA ME	Fardo de Papel Toalha com 12 Unidades	381	4,000	33,4800	133,92
Total Geral do Mês ---->					59.700,42

Mafra**PREFEITURA****Cronologia de Pagamentos**

CRONOLOGIA DE PAGAMENTOS

De acordo com a Lei Federal 8666/93, em seu artigo 5º. E nos termos dos prejulgados 421, 431 e 505 do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, JUSTIFICA a Ordem Cronológica para pagamentos a saber:

CNPJ: 11.991.563/0001-05

AGROPECUÁRIA RIOMAFRA LTDA ME

Nota Fiscal nº. 143 R\$ 13.339,75

Valor Total: R\$ 13.339,75

Justifica-se a quebra da ordem cronológica do Pagamento acima, tendo em vista o serviço ora contratado deve merecer a mesma atenção que se dá a outros serviços públicos, pois, deve ser considerado um serviço de caráter contínuo, uma vez que a empresa é a responsável pelo fornecimento da alimentação dos animais da Escola Agrícola Prefeito José Schultz Filho, da Secretaria Municipal de Educação. Desta maneira, comprova-se o interesse público.

Mafra (SC), 08 de maio de 2014

ROBERTO AGENOR SCHOLZE

Prefeito Municipal

BEATRIZ V. GROSSL GONÇALVES

Secretaria Municipal da Fazenda e Planejamento

Maracajá**PREFEITURA****Extrato do Contrato 19/2014_Fms**

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 19/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Isamed Materiais Médico Hospitalares Ltda ME

Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2014.

Valor: R\$ 17.967,45 (dezesete mil, novecentos e sessenta e sete reais e quarenta e cinco centavos) global estimado.

Vigência: de 03/04/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 20/2014_Fms

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 20/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Silmes Comércio de Produtos Odontológicos Ltda EPP

Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2014.

Valor: R\$ 24.334,25 (vinte e quatro mil, trezentos e trinta e quatro reais e vinte e cinco centavos) global estimado.

Vigência: de 03/04/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 21/2014_Fms

Estado de Santa Catarina

PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 21/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Elosul Medicamentos e Materiais Hospitalares Ltda EPP

Objeto: Fornecimento parcelado de material odontológico para manutenção Fundo Municipal de Saúde de Maracajá, durante o exercício de 2014.

Valor: R\$ 55.578,90 (cinquenta e cinco mil, quinhentos e setenta e oito reais e noventa centavos) global estimado.

Vigência: de 03/04/2014 a 31/12/2014

Extrato do Contrato 22/2014_Fms

Estado de Santa Catarina
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARACAJÁ
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

Termo de Contrato nº 22/2014

Contratante: Fundo Municipal de Saúde

Contratado: Vigilância Radar Ltda

Objeto: Prestação de serviços de monitoramento remoto de alarmes na Unidade de Saúde Vila Beatriz, localizada na rua Jovelino Costa, s/n - bairro Vila São Cristóvão - Maracajá

Valor: R\$ 130,00 (cento e trinta reais) mensal

Vigência: 12 (doze) meses a partir de 16/04/2014

Meleiro**PREFEITURA****Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N.º 040/2014**

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 040/2014

CREDOR: AMARILDO BONFANTE CONTI ME

ENDEREÇO: Estrada Geral s/n - Rio Morto - Meleiro/SC

CNPJ: 07.495.038/0001-21

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA NOS DIAS 23 e 24/05/2014 DO GRUPO MUSICAL CLIP SOM PARA O EVENTO III AGRIMELEIRO, III MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E 14º FESTA DO COLONO A SER REALIZADA NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 4.000,00 (quatro mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: Conforme disposto no artigo 25, inciso III da lei federal n.º 8.666/93 (lei de licitações), o grupo musical integra aspectos artísticos próprios do evento e se trata de banda consagrada pela crítica e público local.

Para a presente despesa foram observados os procedimentos pertinentes relativos aos aspectos orçamentários, solicitação, justificativa dos gastos e demais dispositivos da lei n.º 8.666/93.

Meleiro/SC, 06 de maio de 2014.

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N.º 041/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 041/2014

CREDOR: JOÃO CARLOS FORTES ME

ENDEREÇO: Rua Itália nº 385, Bairro Maria Goretti, Município de Chapecó/SC.

CNPJ: 14.169.875.0001-26

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE PROFISSIONAL PARA APRESENTAÇÃO ARTÍSTICA DE SHOW DE HUMOR NO DIA 21 DE MAIO DE 2014 NO EVENTO III AGRIMELEIRO, III MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E 14º FESTA DO COLONO A SER REALIZADA NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 7.000,00 (sete mil reais)

BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: Conforme disposto no artigo 25, inciso III da Lei Federal n.º 8.666/93 (lei de licitações), o profissional integra aspectos artísticos próprios do evento e se trata de humorista consagrado pela crítica e público local.

Para a presente despesa foram observados os procedimentos pertinentes relativos aos aspectos orçamentários, solicitação, justificativa dos gastos e demais dispositivos da lei n.º 8.666/93.

Meleiro/SC, 06 de maio de 2014.

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE

Prefeito Municipal

Justificativa de Inexigibilidade de Licitação N.º 042/2014

JUSTIFICATIVA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO n.º 042/2014

CREDOR: X-9 PROMOÇÕES ARTÍSTICAS LTDA ME

ENDEREÇO: Rua Francilicio Guimarães, nº. 406 - Bairro Mato Alto - Ararangua/SC.

CNPJ: 07.715.377/0001-76

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE AGENCIADORA DE SHOWS ARTÍSTICOS E CULTURAIS PARA ANIMAÇÃO NO EVENTO III AGRIMELEIRO, III MOSTRA DO AGRONEGÓCIO E 14º FESTA DO COLONO A SER REALIZADA NOS DIAS 22, 23, 24 e 25 DE MAIO DE 2014 NO PAVILHÃO DO ARROZ DO MUNICÍPIO.

VALOR: R\$ 130.000,00 (cento e trinta mil).

BASE LEGAL: Artigo 25, Inciso III da Lei n.º 8.666/93, de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores.

JUSTIFICATIVA: Conforme disposto no artigo 25, inciso III da lei federal n.º 8.666/93 (lei de licitações), os grupos musicais integram aspectos artísticos próprios do evento e se tratam de bandas consagradas pela crítica e público local e nacional.

Para a presente despesa foram observados os procedimentos pertinentes relativos aos aspectos orçamentários, solicitação, justificativa dos gastos e demais dispositivos da lei n.º 8.666/93.

Meleiro/SC, 07 de maio de 2014.

Fica homologado o presente processo licitatório

JONNEI ZANETTE
Prefeito Municipal

Modelo**PREFEITURA****Decreto Nº 161/2014**

DECRETO Nº 0161/2014 DE 02.05.2014.

DISPÕE SOBRE A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORA ACT - ADMITIDA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial as contidas na Lei Orgânica Municipal, Reforma Administrativa e conforme Leis Municipais nºs: 971/1990, 1.347/1998, 1.513/2002, 1.386/99, 1.592/2005, 1.883/2009, 2.132/2014, em especial em atendimento as disposições do art. 2º, § 1º da Lei Municipal 1.386/99, e ainda:

Considerando a necessidade de atendimento à rede municipal de Ensino,

Considerando o afastamento por um período de 180 (cento e oitenta) dias por Licença Gestante da Servidora Mariane Dalla Corti Bauermann,

Considerando não haver mais aprovados para o cargo no Processo Seletivo nº 001/2014,

DECRETA:

Art. 1º - Fica contratada, em caráter temporário de excepcional interesse público, para atendimento do Departamento Municipal de Educação a Professora, na forma e nas condições abaixo relacionado:

SERVIDORA: ELIS RAQUEL SEHNEM	
CPF: 000.178.349-10 RG nº 2.431.470	
CARGO	Professora Ensino Superior – ACT – Admitida em Caráter Temporário de Excepcional Interesse Público
LOTAÇÃO	Centro de Educação Infantil Pequeno Lar
TURMA	Creche
CARGA HORÁRIA	10 horas semanais
TURNOS	Matutino/Vespertino
NÍVEL	Nível 4 Letra "A"
JUSTIFICATIVA E ORIGEM DA VAGA	Professora titular do cargo Mariane D. C. Bauermann em Licença Gestante por 180 (cento e oitenta) dias, conforme Portaria nº 074/2014.
VIGÊNCIA CONTRATO	08.05.2014 a 10.10.2014

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com efeitos a partir de desta data.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Decreto Nº 160/2014

Decreto nº 160/2014 de 02/05/14

Dispõe sobre homologação do processo licitatório nº 442/2014, adjudica o objeto da licitação ao proponente vencedor e dá outras providências.

RICARDO LUIS MALDANER, prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais vigente, em especial com os preceitos legais preconizados na Lei Federal nº. 8.666/93, atualizada pela Lei nº. 8.883/94.

Decreta:

ART. 1º.- Fica homologado o resultado do julgamento proferido pela comissão de licitação, no processo Licitatório n.º. 442/2014, Modalidade Pregão, na sua exata ordem de classificação.

ART. 2º.- Fica adjudicado o objeto CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FUTURAS REALIZAÇÕES DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS DE MECÂNICA PARA MANUTENÇÃO DE MÁQUINAS E VEÍCULOS DO DEPARTAMENTO DE AGRICULTURA, DO DMER e VEÍCULOS DO TRANSPORTE ESCOLAR., adjudicado a favor da

Empresa	Valor Total Homologado
IDROMOL - IND MECANICA LTDA. - ME	328.970,00
GB VEÍCULOS LTDA - ME	63.500,00

ART. 3º.- Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

ART. 4º.- Revogam-se as disposições em contrário, em especial o Decreto Nº 146/2014.

Gabinete Do Prefeito Municipal De Modelo, SC, Sexta-Feira, 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
Prefeito Municipal

Registrado e publicado na data supra:

ADILSON CESAR BRAUN
Chefe do Depto. De Compras e Licitações

Portaria Nº 081/2014

PORTARIA Nº 081/2014 de 02.05.2014.

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AO SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL GLEISON DONIDA, CONFORME ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

RICARDO LUIS MALDANER, Prefeito Municipal de Modelo, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais, em especial conforme Leis Municipais nºs: 971/90, Lei Orgânica Municipal em especial de conformidade com a Lei Municipal 1.513/2002 e demais normas legais que dispõe sobre a matéria,

RESOLVE:

Art. 1º - Fica concedido ao Servidor Público Municipal relacionado abaixo, férias a que faz jus, conforme recibo de férias anexo na pasta funcional.

NOME	PERÍODO AQUISITIVO	PERÍODO DE CONCESSÃO
Gleison Donida	20.04.2012 a 19.04.2013	06.05.2014 a 25.05.2014 (20 dias) + 1/3 Abono Pecuniário

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Modelo/SC, aos 02 de maio de 2014.

RICARDO LUIS MALDANER
PREFEITO MUNICIPAL

Registrada e publicada na data supra:

FRANCIELI PAVALICINI
Chefe de Setor

Monte Carlo

PREFEITURA

Processo Licitatório Nº 31/2014

AVISO DE LICITAÇÃO
PROCESSO DE LICITAÇÃO 31/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014

OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento de MATERIAL GRÁFICO - IMPRESSOS EM GERAL, conforme especificações constantes no Edital.

ENTREGA DE DOCUMENTOS E PROPOSTA: até as 12:00 horas do dia 20/maio/2014;

ABERTURA: às 14:00 horas do dia 20/maio/2014.

TIPO MENOR PREÇO ITEM - JULGAMENTO POR LOTE.

INFORMAÇÕES: Presencial: Prefeitura Municipal - Rodovia SC 452 km 25, nº 1551 - Centro HORÁRIO: Das 8:00 às 12:00 horas e das 13:30 às 17:30 horas. Telefone No 49/3546.0194 ramal 231. Home Page: www.montecarlo.sc.gov.br e-Mail: diretordecompras@montecarlo.sc.gov.br

Monte Carlo, 05 de Maio de 2014
MARCOS NEI CORREA SIQUEIRA
Prefeito Municipal.

Morro da Fumaça

PREFEITURA

Lei Nº 1641/2014

LEI Nº 1641/2014

"DISPÕE SOBRE A INSTALAÇÃO DE PLACAS EDUCATIVAS EM TODAS AS UNIDADES ESCOLARES E DESPORTIVAS SEDIADAS NO MUNICÍPIO DE MORRO DA FUMAÇA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Todas as unidades escolares e desportivas, notadamente sediadas no território do Município de Morro da Fumaça, sejam públicas ou privadas, deverão possuir uma placa educativa, em local de fácil visibilidade ao público, contendo frases que visem motivar o estudo e também à prática de esportes, promovendo, desta forma, a devida prevenção e combate ao uso de drogas, qualidade de vida e melhoramento da saúde pública fumacense.

Art.2º - Nas unidades escolares, a placa deverá constar o seguinte dístico:

"Estude: NÃO USE DROGAS!"

Art.3º - Nas unidades esportivas, a placa deverá constar o seguinte dístico:

"Não use Drogas: ESPORTE É SAÚDE - PRATIQUE!"

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Maio de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1642/2014

LEI Nº 1642/2014

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO ABRIR CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE MORRO DA FUMAÇA DO EXERCÍCIO DE 2.014.

AGNALDO DAVID MACCARI, prefeito Municipal de Morro da Fumaça, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara de Vereadores aprovou e este sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado abrir crédito adicional suplementar ao orçamento Da Prefeitura

Municipal de Morro da Fumaça, no valor de R\$ 646.000,00 (seiscentos e quarenta e seis mil reais), conforme abaixo discriminado:

Órgão 07: Secretária de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Atividade 1.016: Construção de Pontes e Pontilhões

Modalidade de Aplicação: (34) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 147.000,00

Atividade 1.017: Pavimentação, Abertura de Ruas, Drenagem Pluvial,

Calçadas, Ciclovias e Acessibilidade.

Modalidade de Aplicação: (37) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 460.000,00

Atividade 1.067: Implantação de Equipamentos Públicos

Modalidade de Aplicação: (60) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 24.000,00

TOTAL R\$ 631.000,00

Órgão 11: Encargos Gerais do Município

Atividade 2.046: Parcelamento do INSS

Modalidade de Aplicação: (156) 4.6.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 2º - Os recursos destinados a abertura do crédito de que trata o artigo anterior, correrão por conta dos seguintes créditos orçamentários.

I - Por conta da anulação dos seguintes créditos orçamentários do exercício em curso:

Órgão 02: Gabinete do Prefeito

Atividade 1.059: Construção de Capela Mortuária

Modalidade de Aplicação: (01) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 49.000,00

Atividade 1.064: Aquisição de bens imóveis

Modalidade de Aplicação: (03) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 19.000,00

Atividade 2.018: Manutenção do Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito

Modalidade de Aplicação: (07) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.089: Manutenção dos Concelhos Municipais de Controle Social

Modalidade de Aplicação: (13) 3.3.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 88.000,00

Órgão 04: Secretária de Administração e Finanças

Atividade 2.019: Manutenção da Secretária de Administração e

Finanças

Modalidade de Aplicação: (15) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 150.000,00

Órgão 06: Secretária de Agricultura

Atividade 2.020: Manutenção da Secretária Municipal de Agricultura

Modalidade de Aplicação: (31) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

Atividade 2.020: Manutenção da Secretária Municipal de Agricultura

Modalidade de Aplicação: (28) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

TOTAL R\$ 185.000,00

Órgão 07: Secretária de Obras, Planejamento e Desenvolvimento Econômico

Atividade 1.025: Aquisição de Maquinário para Limpeza e Implantação de Calçadas e Ciclovias.

Modalidade de Aplicação: (41) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 25.000,00

Atividade 1.060: Reforma e Ampliação da Secretaria de Obras

Modalidade de Aplicação: (50) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Atividade 1.063: Ampliação e Revitalização das Praças e Calçadão

Modalidade de Aplicação: (52) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 14.000,00

Atividade 1.066: Aquisição de Veículos e Maquinas para a Secretária de Obras

Modalidade de Aplicação: (55) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 20.000,00

Atividade 2.035: Manutenção da Secretária de Obras e Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: (66) 3.1.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 150.000,00

Atividade 2.035: Manutenção da Secretária de Obras e Desenvolvimento Econômico

Modalidade de Aplicação: (69) 4.4.90.00.00.00.00.00.0109 -

Aplicações Diretas R\$ 10.000,00

TOTAL R\$ 208.000,00

Órgão 11: Encargos Gerais do Município

Atividade 2.036: Contribuição ao PASEP

Modalidade de Aplicação: (153) 3.3.90.00.00.00.00.0109 -

Aplicações DiretasR\$ 15.000,00

TOTAL R\$ 15.000,00

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal Auzílio Frasson, em 07 de Maio de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Nº 1643/2014

LEI Nº 1643/2014

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CONCEDER AUXÍLIOS FINANCEIROS AOS MÉDICOS PARTICIPANTES DO PROJETO MAIS MÉDICOS PARA O BRASIL.

O Excelentíssimo Senhor AGNALDO DAVID MACCARI, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça;

Faço saber a todos os habitantes deste município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a repassar recursos a título de auxílio financeiro aos médicos, em atuação no Município de Morro da Fumaça, participantes do Projeto Mais Médico para o Brasil, instituído pela Lei Federal nº 12.871, de 22 de outubro de 2013, segundo as diretrizes de implementação estabelecidas na Portaria Interministerial nº 1 369- MS/MEC, de 2013, destinadas à concessão de auxílio moradia e auxílio alimentação conforme critérios estabelecidos na presente Lei.

§ 1º. Os médicos referidos nesta Lei farão jus aos recursos desde que efetivamente cumpram seus deveres e compromissos assumidos junto ao Município e ao Ministério da Saúde.

§ 2º. Os médicos residentes em imóvel próprio e/ou de familiar, localizado neste Município ou em municípios vizinhos que fazem divisa territorial com Morro da Fumaça, não terão direito ao auxílio moradia.

Art. 2º Fica estabelecido o auxílio financeiro destinado ao custeio de despesas com moradia até o valor máximo de R\$ 1.000,00 (um mil reais) mensais, devendo atender ao padrão médio de mercado para locação de imóvel praticado no Município:

Parágrafo único. O repasse do valor referente ao auxílio moradia se dará mensalmente até o 5º (quinto) dia útil.

Art. 3º - Fica estabelecido o auxílio financeiro mensal para o custeio de despesas com alimentação no valor de R\$ 500,00 (Quinhentos reais).

Parágrafo único. Os recursos alusivos ao auxílio alimentação serão repassados mensalmente até o 5º (quinto) dia útil do mês subsequente, ao mês de atividade do médico participante a partir da data de efetivo exercício.

Art. 4º - Os repasses dos valores se darão no prazo máximo de até 36 (trinta e seis) meses, para o médico participante, de acordo com o estabelecido para execução do Projeto Mais Médicos para o Brasil, conforme Portaria Interministerial nº 1.369-MS/MEC, de 2013.

Art. 5º - Em caso de afastamento do Projeto, por qualquer motivação, o médico participante deverá comunicar à Secretaria Municipal de Saúde, que suspenderá de imediato os repasses dos recursos concedidos nos termos da presente Lei.

Art. 6º - A Secretaria Municipal de Saúde deverá informar ao médico participante a possibilidade de concessão dos auxílios financeiros estabelecidos nesta lei e ao Ministério da Saúde a modalidade ofertada, bem como o valor, o prazo e a forma de repasse.

Art. 7º - As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias consignadas no Orçamento do Município.

Art. 8º - Fica o Poder Executivo, caso necessário, autorizado a proceder a suplementação orçamentária até o limite necessário a execução da presente Lei.

Art. 9º - Os casos não previstos nesta Lei relativos aos médicos participantes serão avaliados pela Secretaria Municipal de Saúde junto à Coordenação do Projeto Mais Médicos para o Brasil.

Art. 10 - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Maio de 2014.

AGNALDO DAVID MACCARI

Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI

Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Complementar Nº 017/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 017/2014

INSTITUI GRATIFICAÇÃO POR DESEMPENHO DE FUNÇÃO DE PREGOEIRO OFICIAL E PARTICIPAÇÃO EM COMISSÃO DE LICITAÇÃO.

Aginaldo David Maccari, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei.

Artigo 1º Fica o Poder Executivo do Município de Morro da Fumaça autorizado a conceder gratificação por desempenho da função de pregoeiro oficial:

I - 10% (dez por cento) ao pregoeiro oficial, por unidade gestora;

Artigo 2º Fica o Poder Executivo do Município de Morro da Fumaça autorizado a conceder gratificação para os membros da comissão de licitação:

I - 3% (três por cento) ao presidente, por unidade gestora;

II - 2% (dois por cento) aos demais membros, por unidade gestora.

Artigo 3º - A concessão que trata os caputs do artigo 1º e 2º será feita através de ato administrativo, a critério de conveniência e oportunidade do chefe do poder executivo.

Artigo 4º - Ficam revogadas as disposições em contrário, entra esta lei em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Prefeito Auzilio Frasson, em 07 de Maio de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Lei Complementar Nº. 016/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº. 016/2014

"Acrescenta o inciso IV ao artigo 321 da lei complementar 002/2009 (Código Tributário do Município) e estabelece outras providências."

Agnaldo David Maccari, Prefeito Municipal de Morro da Fumaça, faço saber aos habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a presente lei.

Art.1º - Fica acrescentado o inciso IV ao artigo 321 da lei complementar n. 002/2009 (que trata do Código Tributário do Município) com a seguinte redação:

IV- os serviços prestados no subitem 4.03 da Lista Anexa a esta Lei Complementar, quando prestados para o Sistema único de Saúde.

Art. 2º. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Prefeito Auzílio Frasson, em 07 de Maio de 2014.
AGNALDO DAVID MACCARI
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE E PUBLIQUE-SE:

MICHEL ANTONIO MACCARI
Secretário de Adm., Planej. e Finanças

Registrado e publicado no mural de atos da Prefeitura Municipal na data supra.

Portarias 208 - 301

Portaria	Data	Ementa
208	05/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MARTA HENRIQUETA PIVA DE JESUS, OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.

209	05/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE TATIANE ZANELATTO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
210	05/03/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA EDILANE APRECIDA GABRIEL GUOLLO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
211	05/03/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA MARA RUBIA DE BITTENCOURT FRASSON, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
212	05/03/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA SALETE DE ALMEIDA GOULART, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
213	05/03/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA ELIZANDRA LILIAN PAGNAN SO-RATO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
214	05/03/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA CRISTINA BORTOLATTO DE AGUIAR, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
215	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA SÔNIA REGINA PIROLA DAGOSTIN A RESPONDER POR MAIS 15 HORAS SEMANAIS
216	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA NELLY MAGDALENA BARRIOS DELGADO A RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS.
217	05/03/2014	ALTERA A PORTARIA Nº 046/2014 DE 20/01/2014 QUE CONTRATOU PRISCILA BRUGNOLI BUDNY PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
218	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELI VIEL DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
219	05/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MAIARA SOARES CANDIDO, OCUPANTE DE PROFESSORA.
220	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PRISCILA CARLOS RICARDO PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
221	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA JANICE MARTIGNAGO PARA A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS.
222	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA EVELYN PEREIRA GOMES DE SÁ A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
223	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ANTONI-NA GENI SOUZA DOS SANTOS PARA O CARGO DE PROFESSORA.
224	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA LAIS TISKOSKI DA SILVA A RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS.
225	05/03/2014	REDUZ A CARGA HORARIA DA PROFESSORA CAMILA MAGAGNIN DE 40 PARA 30 HORAS SEMANAIS.
226	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LIZIANE SARTOR STUDZINSKI PARA O CARGO DE PROFESSORA.
227	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ZELINDA PIROLA CASAGRANDE PARA O CARGO DE INSTRUTOR DE CURSO PROFISSIONALIZANTE.
228	05/03/2014	ALTERA A PORTARIA Nº 055/2014 DE 20/01/2014 QUE CONTRATOU SILVÂNIE DE BETTIO PARA O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

229	05/03/2014	CONTRATA EM CARATER TEMPORARIO ROSELI DA ROSA SILVA PARA O CARGO DE PSICÓLOGA – CREAS
230	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LUCILENE MENDES FARIAS O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
231	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO TALITA DE SOUZA RONSANI JOAQUIM O CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
232	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JESSICA SAVIATO SALVAN PARA O CARGO DE FARMACEUTICA.
233	05/03/2014	NOMEIA MARIANI DA ROSA PARA O CARGO DE ASSESSOR II.
234	05/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA JANICE MARTIGNAGO A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
235	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNO PEREIRA ROCHA PARA O CARGO DE PROFESSOR
236	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO REGINA CARDOSO FORMENTIN PARA O CARGO DE PROFESSORA.
237	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO NATALI LEONARDO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
238	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO PATRICIA CORREA FERMINIO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
239	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO LETICIA MENDES PARA O CARGO DE ZELADORA.
240	05/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLI DA SILVA GOULART PARA O CARGO DE ZELADORA.
241	12/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ISADORA MARTINS CONER PARA O CARGO DE PROFESSORA.
242	12/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ALINE STUPP PARA O CARGO DE PROFESSORA.
243	12/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARLI MARGOTTI DE SOUZA PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
244	17/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO BRUNA MACHADO GUOLLO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
245	17/03/2014	ALTERA A PORTARIA 061/2014 DE 20/01/2014 QUE NOMEOU CRISTIANE TEODORO PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
246	17/03/2014	NOMEIA SAMUEL DOS SANTOS PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO I.
247	17/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO CARINE BERTI DA SILVA PARA O CARGO DE CONTADORA.
248	17/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOÃO ANIBAL DE OLIVEIRA PARA O CARGO DE ZELADOR
249	17/03/2014	DESIGNA A PROFESSORA JAQUELINE TUAN A RESPONDER POR MAIS 05 HORAS SEMANAIS.
250	17/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MATEUS DE PIERI MODOLON, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSOR
251	19/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MANULA JUSTI DE FARIAS, OCUPANTE DO CARGO DE MÉDICO CLINICO GERAL.

252	19/03/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELISABETH MENDES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
253	19/03/2014	NOMEIA MARINELZA MACCARI PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO III.
254	24/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MARIANE MARQUES PARA O CARGO DE PROFESSORA.
255	24/03/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO GISELLE PATRICIO SILVEIRA MARAGNO PARA O CARGO DE PROFESSORA.
256	24/03/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA JULIANA DE AGUIAR FRANCISCO, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
257	27/03/2014	CONCEDE LICENÇA GESTAÇÃO À SERVIDORA LUANA DE SOUZA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
258	28/03/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 544/2013 DE 12/09/2013 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA REGINA DE CASSIA RECCO, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
259	28/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ELIZANDRA DARABAS ROCHA, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - SAMU.
260	28/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE LUZIA ROSA DOMINGOS, OCUPANTE DO CARGO DE TÉCNICA EM ENFERMAGEM - SAMU.
261	28/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE REGINA CARDOSO FORMENTIN, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
262	28/03/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SUELEN JUNG PEDRO, OCUPANTE DO CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.
263	28/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE MARISTELA SARTOR, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
264	28/03/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ALEXANDRA FRELLO FRASSON, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA
265	01/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO EDIVALDO ALVES PARA O CARGO DE OPERADOR DE EQUIPAMENTOS.
266	01/04/2014	CONCEDE PROMOÇÃO POR NOVA TITULAÇÃO AO SERVIDOR DIEGO ELIAS ESTEVAM OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE DE LICITAÇÃO E CONTRATOS.
267	01/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO JOSÉ ROBERTO RITA PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
268	02/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA CRISTINA BORTOLATTO DE AGUIAR, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA
269	02/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA CLAUDETE MARIA CAVAGNOLI DA LUZ, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
270	02/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO FLAVIANE MARQUES DIAS PARA O CARGO DE AUXILIAR DE ENSINO.

271	02/04/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE BRUNA DOS SANTOS FORMENTIN TOMAZ, OCUPANTE DO PROFESSORA.
272	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA JOSIANE DOS SANTOS DA SILVA CANDIDO A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
273	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA VAEDINA LOPES FELISBINO A RESPONDER POR MAIS 15 HORAS SEMANAIS
274	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA PRISCILA BRUGNOLI BUDNY A RESPONDER POR MAIS 15 HORAS SEMANAIS.
275	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA GEOVANA MARIA DE BITENCOURT A RESPONDER POR MAIS 10 HORAS SEMANAIS.
276	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA JEOVANA BORTOLON DE BEM A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS
277	02/04/2014	DESIGNA A PROFESSORA SABRINA DE ALMEIDA HENFRAIN A RESPONDER POR MAIS 20 HORAS SEMANAIS.
278	02/04/2014	ALTERA A PORTARIA 072/2014 DE 03/02/2014 QUE NOMEOU RONALDO OTHEMAR TEIXEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO II.
279	02/04/2014	REDUZ A PEDIDO A CARGA HORARIA DA PROFESSORA GREICY SALVADOR ZACCARON.
280	02/04/2014	ALTERA A PORTARIA 334/2009 DE 17/03/2009 QUE NOMEOU MARCIA CAMILO VIEIRA PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR II.
281	07/04/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE THABATA MACHADO SCRIDELLI MOUZER, OCUPANTE DE MÉDICO GINECOLOGISTA.
282	07/04/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE DIEGO GOMES, OCUPANTE DE MOTORISTA.
283	15/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA CLARA GIANE DA SILVA HOMEN, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
284	15/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA SONIA SILVEIRA ROCHA DA SILVA, OCUPANTE DO CARGO DE ENFERMEIRA.
285	15/04/2014	CONCEDE LICENÇA PARA TRATAR DE SAÚDE EM PESSOA DA FAMÍLIA, A SERVIDORA JOSIANE MÁXIMO POSSA OCUPANTE DO CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
286	15/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO DANIELA INÁCIO ABRÃO PARA O CARGO DE ZELADORA DE ESCOLA.
287	15/04/2014	NOMEAR HELEN MORAES LUIZ APROVADA NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO NO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM – SAMU
288	15/04/2014	NOMEAR FILIPE SOARES MACALÃO APROVADO NO PROCESSO SELETIVO Nº 001/2013 PARA PROVIMENTO TEMPORÁRIO NO CARGO DE TÉCNICO EM ENFERMAGEM - SAMU.
289	15/04/2014	CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA TITULAÇÃO A SERVIDORA QUEILA DE ALMEIDA SIMÕES ZANNATTA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
290	15/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO KARLUS VALGA RICARDO PARA O CARGO DE PROFESSOR.

291	15/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO ELIO PEDRO DA LUZ PARA O CARGO DE MOTORISTA. CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA DAIANA CRISTINA PORTINHO, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL ADMINISTRATIVO.
292	17/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MABEL APARECIDA COSTA, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
293	17/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA LUANA MONTEIRO DA ROSA, OCUPANTE DO CARGO DE OFICIAL DE SERVIÇOS ADMINISTRATIVOS ESCOLARES.
294	24/04/2014	CESSAM OS EFEITOS DA PORTARIA Nº 252/2014 DE 19/03/2014 QUE AFASTOU POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA ELISABETH MENDES, OCUPANTE DO CARGO DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.
296	24/04/2014	ALTERA A PORTARIA 203/2014 DE 20/02/2014 QUE NOMEOU IEDA CARDOSO MILAK PARA O CARGO EM COMISSÃO DE ASSESSOR II.
297	28/04/2014	NOMEIA CLARI GOULART PEREIRA PARA O CARGO DE DIRETOR DE DEPARTAMENTO IV.
298	28/04/2014	CONTRATA EM CARÁTER TEMPORÁRIO MALONI SARTOR PARA O CARGO DE AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS.
299	28/04/2014	CONCEDE EXONERAÇÃO A SERVIDORA JARDINA CARMEM HENFRAIN, OCUPANTE DO CARGO DE INSTRUTORA DE CURSO PROFISSIONALIZANTE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.
300	28/04/2014	CONCEDE AFASTAMENTO POR AUXILIO DOENÇA A SERVIDORA MONICA GOMES MARCOS, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.
301	29/04/2014	RESCINDE A PEDIDO A CONTRATAÇÃO DE CARATER TEMPORARIO DE ELISETE BENTO ROCHA, OCUPANTE DE AGENTE COMUNITÁRIA DE SAÚDE.

Navegantes

PREFEITURA

Portaria de Admissão

PORTARIA Nº. 1927 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. JAQUELINE SUZANA DE SOUZA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 15 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1928 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ESTER ROSELAINE CORREIA DE LIMA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG. NH, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.M.E.I. Profª. Solange Pascuali de Souza, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 11 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 11 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1935 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito Municipal de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.,

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROSE LEDI GOETZ, para exercer a função de Professora de Sala de Recurso Multifuncional, MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos no período vespertino, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014

PORTARIA Nº. 1937 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ELAINE CRISTINA VASTRES, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 15 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 15 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1940 DE 16 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ALINE CHIARELLI CRISTOFOLINI, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH, na disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Neusa Maria Rebello Vieira, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 01 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 01 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1945 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. SUSANA MARIA FRANCISCO DESPESELL, para exercer a função de Professora Educação Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E.M. Profª. Clarinda Maria Gaya, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 10 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014

PORTARIA Nº. 1950 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. KETLIN SCHMITT, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1951 DE 22 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. MARIA DOLORES EHLERS, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014, revogadas as disposições

em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1979 DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LUCIANA MABA DA SILVA, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1980 DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. ROSANGELA CARLA PAULINI, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na C.E. Profª. Maria de Lourdes Couto Cabral - CAIC, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 22 de

abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 22 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1987 DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. CHRISTIANE DOS SANTOS, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 23 de abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 1999 DE 24 DE ABRIL DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

O Prefeito de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr. CARLOS ALBERTO DIAS CAMARGO, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. II na disciplina de Matemática, com a carga horária de 20

(vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone mul-
ler dos santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 28 de
abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com
efeito a partir de 28 de abril de 2014, revogadas as disposições
em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

PORTARIA Nº. 2016 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de
suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265
de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. GRACIERICA APARECI-
DA ROSA GAUTO, para exercer a função de Professora Educação
Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais,
para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, conforme
o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 29 de
abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com
efeito a partir de 29 de abril de 2014, revogadas as disposições
em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014

PORTARIA Nº. 2017 DE 29 DE ABRIL DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de
suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265
de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. LILIANNE RIBEIRO BUR-
LIER DA SILVEIRA, para exercer a função de Professora Educação
Infantil MAG II, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais,
para atuar na C.M.E.I. Extensão Profª. Silvette Couto de Miranda,
conforme o Processo Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 30 de
abril de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com
efeito a partir de 30 de abril de 2014, revogadas as disposições
em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 29 DE ABRIL DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014

PORTARIA Nº. 2028 DE 05 DE MAIO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de
suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265
de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. DILZA DE FATIMA NODA
SERRANO, para exercer a função de Professora Educação Infantil
MAG I, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para
atuar na C.M.E.I. Profª. Marlene de Souza Couto, conforme o Pro-
cesso Seletivo nº.004/2012.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de
maio de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com
efeito a partir de 05 de maio de 2014, revogadas as disposições
em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Adminis-
tração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014

PORTARIA Nº. 2029 DE 05 DE MAIO DE 2014.

“ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO”

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de
suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265

de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr. ROBERTO MACHADO, para exercer a função de Monitor de Educação Especial, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na Secretaria Municipal de Educação, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de maio de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

PORTARIA Nº. 2031 DE 05 DE MAIO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

O Prefeito de Navegantes em exercício, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Srª. THYRCIANE FEITOSA DE SANTANA DA COSTA, para exercer a função de Professor de Séries Finais MAG. NH na disciplina de Ciências, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M. Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de maio de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

PORTARIA Nº. 2032 DE 05 DE MAIO DE 2014.

"ADMITE SERVIDOR EM CARÁTER TEMPORÁRIO"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso de suas atribuições legais e de acordo com a Lei Municipal nº. 2265 de 08/01/2010 Cap. I, Art. 1º e 2º.

RESOLVE:

I - Admitir, em caráter temporário, a Sr. RICKY JHONATAN FLORENCIO, para exercer a função de Professora de Séries Finais MAG. NH na disciplina de Educação Física, com a carga horária de 20 (vinte) horas semanais, para atuar na E.M Profª. Maria Ivone Muller dos Santos, conforme o Processo Seletivo nº.003/2013.

II - A contratação de que trata o item I desta portaria vai de 05 de maio de 2014 a 30 de junho de 2014.

III - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 05 de maio de 2014, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

PREFEITURA DE NAVEGANTES, 05 DE MAIO DE 2014.

Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 05 de maio de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 25 de fevereiro de 2014.

Portaria de Nomeação

"PORTARIA Nº. 1920 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CRISTIANA PEREIRA DE SOUZA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 09/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 09 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1924 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. BRUNA THAIS PINHEIRO FERREIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1925 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EDILAI-NE DE ABREU GAUTÉRIO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1926 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CÉLIA REGINA LIBÓRIO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1929 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EVANDILMA DA SILVA CAMARGO ROMÃO, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 14/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 14 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1931 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARIANA MENDES, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 10/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 10 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1936 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SHAIANE LOUISE BALTAZAR, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1939 DE 16 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CREUSA EDIT VERÍSSIMO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 16 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 16 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1946 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MAELLY CUSTODIO PIVATTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1947 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JULIANA GARCIA MASCARENHAS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Vespertino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1948 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CAROLINE SEVERINO DE CARVALHO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1952 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSANGELA ULLIRSCH, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1953 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. SOLANGE FAGUNDES SIMIONATO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de

11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1954 DE 22 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CAMILA REISER ROSA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 22 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 22 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1955 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. KARLA CAROLYNA BATISTA DOS SANTOS AUACHE, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos

da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1956 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. GABRIELA SCHMOELZ BOERA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1957 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SR. ANTONIO MARCOS GOMES DA COSTA, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regido pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1958 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EDIVANIA OLIVEIRA PINO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1959 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ALINE DOS ANJOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1960 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MILENA CRISTINE DOMICIANO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1961 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. NARYE CRISTINE DA SILVEIRA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1962 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. KELIS CRISTINA FRANCISCO MATOS, para exercer a função de Agente de Serviços Gerais do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 40 (quarenta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação

nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1963 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. FERNANDA ADRIANO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1964 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUCIANA DA LUZ SILVA REIS, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1965 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ROSELI BRAZ PEREIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1966 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. CAROLINE DA SILVA FIGUEIREDO COUTO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1976 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. GISLEINE MACHADO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 24/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza
PREFEITO
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão
SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA
Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.
Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1977 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. RUTE MERI FERREIRA DA LUZ, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1978 DE 23 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. IARA MARIA DA ANUNCIAÇÃO CERQUEIRA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 23 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 23 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1982 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. MARIANA DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com

efeito retroativo a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1983 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. JOICE DOS SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 24/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1984 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. EDILENE MARIA DA SILVA, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores

Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 22/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 22 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1985 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. VANESSA DA SILVA SANTOS, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1986 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. ELISANGELA BERNARDINA DA COSTA, para exercer a função de Monitora

de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 24/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 24 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1988 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUZIA APARECIDA SEVERINO, para exercer a função de Monitora de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotada na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1995 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LUCIANA MARGI DA SILVA, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Vespertino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 23/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 23 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 1998 DE 24 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SR. RANIERI SOARES DE ARAÚJO, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 28/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 28 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 24 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 24 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 2018 DE 29 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art.

60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. LILIAN GOMES RIBEIRO, para exercer a função de Professora de Educação Infantil MAG II, do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 20 (vinte) horas semanais, Lotada na C.M.E.I. Bruce Cranston Kay, no período Matutino regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 25/04/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito retroativo a partir de 25 de abril de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 29 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

"PORTARIA Nº. 2020 DE 29 DE ABRIL DE 2014."

"NOMEIA SERVIDOR PARA A FUNÇÃO QUE ESPECIFICA"

ROBERTO CARLOS DE SOUZA, Prefeito de Navegantes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica em seu art. 60, III, e de acordo com a lei complementar 007 de 11/11/2003 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Navegantes.

RESOLVE:

I - NOMEAR POR CONCURSO PÚBLICO 001/2013 a SRª. TAIZ ANDREA WASCHBURGER, para exercer a função de Monitor de Educação Infantil do quadro de servidores efetivos da municipalidade, com carga horária de 30 (trinta) horas semanais, Lotado na Secretaria Municipal de Educação, regida pelo Estatuto dos Servidores Públicos Municipal de Navegantes - lei complementar 007 de 11/11/2003, a partir de 06/05/2014.

II - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeito a partir de 06 de maio de 2014.

REGISTRE -SE, PUBLIQUE -SE, CUMPRA - SE.

PREFEITURA MUNICIPAL DE NAVEGANTES, 29 DE ABRIL DE 2014.

Sr. Roberto Carlos de Souza

PREFEITO

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Administração e Logística nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

Benilde Perão

SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

Esta portaria foi registrada e publicada na Secretaria de Educação nesta data.

Navegantes, 29 de abril de 2014.

Ata de Registro de Preços FUMREBOM Nº 001/2014.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS FUMREBOM 001/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços FUMREBOM nº 001/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 001/2014 - contendo os preços registrados pela empresa abaixo:
Fornecedor: AUTO MECÂNICA GIRO MÁXIMO LTDA.
CNPJ: 95.848.503/0001-28.

Valor: R\$ 229.820,00.

Vigência: 24/03/2015.

A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Ata de Registro de Preços Nº 020/2014.
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº PMN 020/2014.

O MUNICÍPIO DE NAVEGANTES torna pública a Ata de Registro de Preços nº 020/2014, relativa ao Pregão Presencial nº 020/2014 - contendo os preços registrados pelas empresas abaixo:

Fornecedor: PLASMEDIC COM. DE MAT. MÉDICO LTDA EPP.

Valor: R\$ 3.402,00 (três mil quatrocentos e dois reais).

Fornecedor: INDÚSTRIA DE DESCARTÁVEIS ENXUTA DO BRASIL LTDA

Valor: R\$ 23.220,60 (vinte e três mil duzentos e vinte reais e sessenta centavos)

Fornecedor: GOLDENPLUS - COMERCIO DE MEDICAMENTOS E PRODUTOS.

Valor: R\$ 12.750,00 (doze mil setecentos e cinquenta reais).

Fornecedor: FRALDAS CK INDUSTRIA E COMERCIO LTDA - EPP

Valor: R\$ 250.320,00 (duzentos e cinquenta mil trezentos e vinte reais)

Vigência: 10/03/2015. A ata está disponível no Departamento de Licitações.

Informações: tel.: (47) 3342-9500.

Nova Trento**PREFEITURA****Resultado Final E Homologação - TP 005/2014**

RESULTADO FINAL E HOMOLOGAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 005/2014

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 034/2014

HOMOLOGAÇÃO: 25/04/2014

OBJETO: Execução de serviços com fornecimento de material para realizar pavimentação e sinalização da rua Tirol (2ª Etapa - estaca 59 a 83), distrito de Claraíba, município de Nova Trento. O Prefeito de Nova Trento torna público aos interessados que na licitação em epígrafe obtivemos o seguinte resultado final:

EMPRESA VENCEDORA: ANDRADE E AMORIM PAVIMENTAÇÃO E DRENAGEM LTDA ME (CNPJ nº 07.258.202/0001-87). Valor: R\$ 126.000,00 (Cento e vinte e seis mil reais)

Nova Trento/SC, 25 de abril de 2014.

GIAN FRANCESCO VOLTOLINI

Prefeito Municipal

Convocação

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TRENTO

CONVOCAÇÃO

Referente Processo Licitatório nº 043/2014 - Pregão Presencial nº 024/2014

Objeto: O presente Pregão tem por objeto a Contratação de Seguro para os Veículos da Frota Municipal da Prefeitura de Nova Trento, com prazo de cobertura de 365 (Trezentos e sessenta e cinco) dias.

O Município de Nova Trento convoca as empresas vencedoras do certame para a assinatura do contrato no prazo de 5 dias úteis, conforme edital e Lei 8.666/93.

Empresas Convocadas:

GENTE SEGURADORA S.A (CNPJ Nº 90.180.605/0001-02)

BRASIL VEÍCULOS COMPANHIA DE SEGUROS (CNPJ Nº 01.356.570/0001-81)

ITAÚ SEGUROS DE AUTO E RESIDÊNCIA S.A.(CNPJ Nº 08.816.067/0001-00)

Gian Francesco Voltolini

Prefeito Municipal

Novo Horizonte

PREFEITURA

Aprova Acordo Judicial

Lei nº 498 de 06 de maio de 2014

DISPÕE SOBRE O ACORDO JUDICIAL A SER EFETUADO PELA MUNICIPALIDADE E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

O Prefeito Municipal de Novo Horizonte, Estado de Santa Catarina, FAÇO saber que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei.

Art. 1º - Fica o Poder Executivo autorizado a formalizar judicialmente, acordo nos autos da Execução de Sentença, processo nº 066.07.000181-8/001, que lhe move Rogério Frison, em tramitação na Vara Única da Comarca de São Lourenço do Oeste - SC, tendo em vista que o processo foi julgado/sentenciado, não havendo mais possibilidade de recurso.

Art. 2º - O Poder Executivo efetuará o pagamento do valor de R\$ 12.796,05 (doze mil setecentos e noventa e seis reais e cinco centavos) e o valor de R\$ 1.216,60 (um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos) quanto a condenação em honorários de sucumbência, em 04 (quatro) parcelas mensais.

§ 1º - Os valores das parcelas são iguais e sucessivas e serão pagas nas seguintes condições:

- 1ª (primeira) parcela no montante de R\$ 3.199,00 (três mil cento e noventa e nove reais), em favor do Senhor Rogério Frison, iniciando-se em 10 de maio de 2014, depositados em conta bancária a ser informado pelo autor;

§ 2º - Uma (01) única parcela no montante de R\$ 1.216,60 (um mil duzentos e dezesseis reais e sessenta centavos) referente aos honorários de sucumbência, a ser pago no dia 10 de maio de 2014, em conta bancária a ser informada pelo procurador do autor;

§ 3º - Caso a data de pagamento venha a incidir nos dias de sábados, domingos ou feriados, fica o Poder Executivo autorizado a realizar o pagamento no primeiro dia útil subsequente.

§ 4º - Os pagamentos das parcelas serão efetivadas através de empenho e dotação orçamentária específica para os fins requeridos, devendo constar todos os dados necessários do beneficiário do crédito, inclusive, fazendo-se menção quanto ao processo judicial nº 06.07.000181-8/001

§ 5º - Efetivados os pagamentos de todas as parcelas deste acordo, dar-se-á por quitado o presente crédito do autor, de forma geral e irrevogável, nada podendo reclamar, posteriormente, em juízo ou fora dele.

Art. 3º - Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete de Prefeito Municipal de Novo Horizonte/SC.

Em 06 de maio de 2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Extrato de Homologação E Adjudicação PL Nº 031/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 031/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 014/2014

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 006/2014

HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO DIA: 07/05/2014

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL NOVO HORIZONTE

OBJETO: Contratação de empresa especializada para Prestação de Horas Máquinas de Serviço com Trator de Esteiras, pesagem mínima acima de 10 toneladas, com Lâmina Hidráulica, Potência mínima de 100 CV, ano de fabricação mínima 2007 com operador especializado e habilitado, combustível e demais equipamentos, para atender a demanda da Secretaria de Agricultura, Transporte, Obras e Meio Ambiente, para serviços de preparação de solo destinado ao plantio dos agricultores do município de Novo Horizonte/SC.

CONTRATADO: CRUZEIRO URB.TRANS.E IND.DE ARTEF.DE CIM. LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

CONTRATADO: S. MEZZOMO ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)

DATA: 07/05/2014

ELI MARIOTT

Prefeito Municipal

Orleans**PREFEITURA****Aviso de Licitação**

Estado de Santa Catarina
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE ORLEANS
AVISO DE LICITAÇÃO
Edital: PREGÃO PRESENCIAL Nº 18/2014
Tipo : Menor Preço/Por Item
Objeto: AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR.
Recebimento dos Envelopes: até o dia 21/05/2013 às 15h45min horas.
Abertura das Propostas: dia 21/05/2013 às 16h00min horas.
O Edital e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço e horários: Rua XV de Novembro, nº 282, nos dias úteis, de Segunda à Sexta, das 08:00 às 12:00 (Expediente Interno) e das 13:30 às 17:30 (Atendimento ao Público) horas, pelo fone (048) 3886.0100, ou através do email licitacao@orleans.sc.gov.br

ORLEANS, 07 de Maio de 2014.
FABIO SALVADOR
Pregoeiro

Palhoça**PREFEITURA****Extrato Dispensa de Licitação N. 005/2014**

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 005/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HAROLDO KOCK

OBJETO: Locação de 01(um) galpão em alvenaria totalizando uma área de 450m2, contendo: 01 (um) escritório, 02 (dois) banheiros externos e 01 (um) depósito de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua Osmar Otero, nº 65 - Centro - Palhoça/SC, funcionamento do depósito da Secretaria de Educação.

VALOR: R\$ 3.150,00 (Três mil e cento e cinquenta reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "143"- 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 006/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 006/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: NTL ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA (IBAGY IMÓVEIS LTDA).

OBJETO: Locação de 01 (uma) sala comercial em alvenaria, med. 20,00 m2, revestida com piso em cerâmica, contendo um banheiro, localizada na Rua José Maria da Luz, 2.747 - 6º andar, sala 606 - Edifício Thiago - Centro - Palhoça/SC, funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 413,25 (quatrocentos e treze reais e vinte e cinco centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 007/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 007/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA

OBJETO: Locação de uma sala comercial em alvenaria, com 01 (um) cômodo, com área total construída de 110 m2, localizada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 710 - Bairro Jardim Eldorado, neste Município, funcionamento do Telecentro Comunitário da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 922,71 (novecentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "143" -2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0./3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 008/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 008/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: GUILHERME SILVEIRA

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria contendo: uma cozinha, uma sala ampla, um lavabo, um dormitório, uma suíte, um mezanino, uma lavanderia com banheiro, localizado na Praça da Enseada de Brito - Palhoça/SC, funcionamento da Casa da Cultura.

VALOR: R\$ 1.519,31 (hum mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "169" -2.083.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 009/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 009/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ODILO ALVES DE CARVALHO

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, medindo 99,16m2, contendo dez peças, com área total de 340,45m2, localizada na Rua Dom Manoel I, nº 150 - Loteamento Laranjeiras - Barra do Aririú, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Jardim Laranjeiras - CEI APRENDER BRINCANDO.

VALOR: R\$ 1.054,52 (hum mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "152" -2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0072/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 010/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 010/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA

OBJETO: Locação de um imóvel (galpão) em alvenaria, com área construída de 360m2, localizado na Rua Roberto Sell, s/nº, bairro Rio Grande - Palhoça/SC, funcionamento do Depósito da Merenda Escolar.

VALOR: R\$ 4.161,55 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "155"- 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 011/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 011/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IBAGY IMÓVEIS LTDA

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, sendo sala comercial com área construída de 276m2, contendo 02 (dois) banheiros, localizada na Rua Capitão Augusto Vidal, s/n - Edifício Gustavo Kirschner - Centro - Palhoça/SC, funcionamento da Biblioteca Pública Municipal.

VALOR: R\$ 7.283,82 (sete mil, duzentos e oitenta e três reais e oitenta e dois centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "137" -2.020.00.00.00.00.00.00.013/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 012/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 012/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA EPP

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada em 200m2, contendo sete cômodos, com área total de 290m2, localizada na Rua Antonio Muniz de Aragão, nº 40 - bairro Ponte do Imaruim, neste município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Ponte do Imaruim.

VALOR: 2.242,09 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e nove centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "153" 2.022.3.3.90.00.00.00.00.01.0001/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 013/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 013/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: THIMOTHEO POETA FILHO

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada de 300 (trezentos) m2, contendo 06 (seis) salas comerciais, localizado na Rua Wilmar Probst, nº 43 - Centro, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Vovó Maria.

VALOR: R\$ 5.727,41 (cinco mil, setecentos e e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "152" - 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0009/3.3.90.36.15

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 014/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 014/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ODAIR JOÃO PEREIRA

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com dois pavimentos contendo área construída de 265m2, com três dormitórios, duas cozinhas, sala e cozinha conjugada, dois banheiros, varanda, garagem e uma área coberta, localizado na Rua Padre Aurélio Ganzi, s/n, Pinheira, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Nova Geração.

VALOR: R\$ 5.727,41 (cinco mil, setecentos e e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"152" - 2022.3.3.90/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 015/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 015/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ARLINDO MACEDO

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 511,62m2, em um terreno com 1.806,75m2, contendo 03 (três) pavimentos, com as seguintes especificações, 02 (duas) salas de espera, 01 (uma) cozinha, 14 (quatorze) salas sociais, 02 (duas) dispensas, 08 (oito) banheiros, com muro em concreto e portão de ferro, localizado na Av. Caetano Silveira de Matos, nº 473 - Área Industrial - Brejaru - Palhoça/SC, funcionamento do Grupo Escolar Frei Damião.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"143" -13.01.2.021.3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 016/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 016/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: S3S ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA ME.

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria com área total de 446,89m², e área construída de 374,00 m², contendo dois pavimentos, com as seguintes especificações: 04 (quatro) salas e dois banheiros no piso inferior, e 05 (cinco) salas e 02 (dois) banheiros no piso superior, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, esquina com Rua Raulino Steimetz, nº 3.263, Centro - neste município, funcionamento do Núcleo Especializado da Rede Municipal de Ensino.

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"143" .2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 017/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 017/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: SORRIA IMÓVEIS LTDA - ME.

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria em um terreno com 360m², com área construída de 149,33m², contendo: 03 (três) quartos, 01 (uma) suíte, 02 (duas) salas, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro social, 01 (uma) área de serviço, garagem, edícula com uma dispensa, 01 (um) banheiro, localizada na Rua Modema, nº 96 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. 01 (um) terreno comercial com área de 360 m², com saída para a Rua Genova, lote 22, quadra 24 - Parque Residencial Pagani, funcionamento da Extensão do Centro de Educação Infantil Padre Réus - Bolinha de Sabão.

VALOR: 4.000,00 (quatro mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

: "153" - 13.01.2.022.3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 018/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 018/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ZUETE LIMA DA ROSA

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria com área construída de 245,00 m², contendo os seguintes cômodos: 04 (quatro) dormitórios, sendo 02 (duas) suítes, 01 (uma) sala de visita, 01 (um) lavado, 01 (uma) sala de jantar, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de tv, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço com 01 (um) banheiro, 01 (uma) dispensa, 01 (uma) edícula, 02 (duas) garagens; em um terreno com área de 778,40m². O imóvel é todo murado, possuindo grades de ferro, localizado na Rua José Cosme Pamplona nº 76 - bairro Bela Vista - Palhoça/SC, funcionamento da Extensão do Centro de Educação Infantil Voo Livre. - CEI INTERAÇÃO.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"153" - 13.01.2.022.3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Dispensa de Licitação N. 019/2014

DISPENSE DE LICITAÇÃO Nº 019/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ZANETE EFFTING HINKEL

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria com área total 1.914,52m², com área construída 459,27m², contendo as seguintes especificações: Primeiro pavimento: 02 (duas) cozinhas semi mobiliadas (balcões e armários fixos), 01 (uma) sala, 01 (um) escritório, 01 (uma) copa, 01 (uma) suíte com móveis embutidos), 03 (três) quartos, ampla garagem, 01 (uma) dispensa, área d e serviço com varanda, circulação coberta e garagem. Segundo pavimento: ampla área de lazer, 03 (três) quartos equipados com ar condicionado. móvel todo murado, pintado na cor branca com faixas azuis, 02 (dois) portões eletrônicos, janelas no piso térreo com grades. Imóvel localizado na Rua Henrique José da Silva, nº 181 - Bairro Arirú - Palhoça/SC. Destinado ao funcionamento da Creche Aririu, funcionamento da creche Aririu.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"151" - .2.022.3.3.90.00.00.00.00.01.0072/3.3.90.39.10.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

de 250m2, contendo: Mangueira de espera, passarela de inspeção, corredor de abate, sala de couro, sala de matança, duas (02) câmaras de refrigeração, uma (01) câmara de congelamento, três (03) salas de serviços para vísceras brancas e vermelhas, área livre de serviços internos com aproximadamente 75 m2, um (01) banheiro, depósito estacionamento; Mobiliário: duas (02) serras elétricas, uma (01) máquina manual, uma (01) talha, uma (01) balança interna, uma (01) balança externa, uma (01) máquina de moer carne.. Imóvel localizado na Rua João Francisco Barcelos Júnior, sn - Bela Vista - Palhoça/SC, funcionamento do Abatedouro Municipal.

VALOR: R\$ 5.159,49 (cinco mil, cento e cinquenta e nove reais e quarenta e nove centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"81" 2.033.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.36.15.

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social e Vice Prefeito

Extrato Dispensa de Licitação N. 035/2014

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: MARISA DIONEL MIOTTO

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 111,00m², com uma edícula em alvenaria medindo 13,00x5,50 com metragem de 71,50m², localizado na Rua José Afonso Harger, nº 184 - Centro - Palhoça/SC, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar do município de Palhoça.

VALOR: R\$ 1.783,80 (hum mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos) , mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"270" 2037.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/3.3.90.36.15.00.00

FUNDAMENTO: Art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social

Extrato Inexigibilidade de Licitação N. 036/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 036/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELE-
GRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que

atendam às necessidades da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil (Diretoria de Trânsito).

VALOR: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

OBS: Valores estimativos para os exercícios 2014/2015/2016 e 2017.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"338" - 2.147.3.3.90.39.47.

FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Inexigibilidade de Licitação N. 037/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 037/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELE-
GRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Secretaria de Receita e SAMAE.

VALOR: - Secretaria de Receita: R\$ 1.122.999,78 (um milhão, cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos).

- SAMAE: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Secretaria de Receita:"55"

2.0643.3.90.00.00.00.00.00.0000/3.3.90.39.47

Águas de Palhoça: "13"
2.135 3.3.90.00.00.00.00.00.0000/3.3.90.39.47

FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

MARCOS CARDOSO CANTO
Secretário de Receita

SÉRGIO MATIOLA
Presidente SAMAE

Extrato Inexigibilidade de Licitação N. 038/2014

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 038/2014

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: IVO TABAJARA DE SOUZA PAIVA ME.

OBJETO: O objeto desta inexigibilidade de licitação consiste na concessão do direito de uso do sistema informatizado SAESC

- Sistema de Alimentação Escolar, através da internet para três usuários simultâneos, com suporte técnico via WEB, email ou telefone, conforme especificação na proposta da contratada.

VALOR: R\$ 980,00 (novecentos e oitenta) mensal, sendo o valor total para os exercícios:

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2014.

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2015.

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"146" - 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.39.11.

FUNDAMENTO: Art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 004/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 004/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HELENA HERMINIA DE MATTOS.

OBJETO: locação de um imóvel com área total de 1.800m2, em alvenaria com área construída de 350m2, contendo 01 (uma) sala, 02 (dois) banheiros, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço, 01 (uma) despensa e 05 (cinco) dormitórios,, localizado na Rua Nossa Senhora do s Navegantes, nº 15 - Barra do Aririú, neste município, funcionamento do CEI Barra do Arirú (CEI Maricota).

VALOR: R\$ 2.466,31 (dois mil, quatrocentos e sessenta e seis reais e trinta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "152"- 2.022.3.3.90.00.00.00.00.01.0072/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 001/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 005/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 005/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: MÁRCIO ANTÔNIO DA SILVA

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área total 700,00m2, e área construída com 197,00m2, contendo 08 (oito) cômodos, sendo: 03 (três) quartos, 02 (dois) banheiros, 01 (um) salão com 70m2, 01 (uma) sala, 01 (uma) cozinha, localizado na Rua Jacob Vilain, s/n, bairro Guarda do Cubatão - Palhoça - SC, funcionamento do Centro de Educação Infantil José Miguel Ferreira.

VALOR: R\$ 3.166,88 (três mil, cento e sessenta e seis reais e oitenta e oito centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"153" - 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 002/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2013.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 006/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 006/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HILDA MARIA DE SOUSA

OBJETO: Locação de imóvel com área total de 420m2, contendo uma casa em alvenaria com área construída de 123m2, com: 09 (nove) ambientes, sendo: 01 (uma) cozinha, 03 (três) quartos, 02 (dois) banheiros, 01 (uma) área de serviço, 01 (uma) garagem, 01 (uma) sala de depósito, e estacionamento com área de 170m2, localizado na Rua Domingos de Souza Filho, nº 914 - bairro Furadinho - Palhoça/SC, funcionamento do Creche Furadinho - CEI PAULO BRAULIO GOULART.

VALOR: R\$ 2.955,75 (dois mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e setenta e cinco centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

"152" - 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 003/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 007/2014

EXTRATO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 007/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: THIMOTHEO POETA FILHO

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área total de 2.129,29 m2, sendo 1.500m2 de área construída, composta com 16 (dezesesseis) salas, 01 (um) banheiro no pavimento térreo e 02 (dois) banheiros no primeiro pavimento, localizado na Rua Wilmar Probst, nº 43 - Centro - Palhoça - SC, funcionamento do Grupo Escolar Guilherme Wiethorn Filho.

VALOR: R\$ 15.834,40 (quinze mil, oitocentos e trinta e quatro reais e quarenta centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"146" -1.2.021.3.3.90.00.00.00.00.00/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 004/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 008/2014

EXTRATO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 008/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: HAROLDO KOCK

OBJETO: Locação de 01(um) galpão em alvenaria totalizando uma área de 450m2, contendo: 01 (um) escritório, 02 (dois) banheiros externos e 01 (um) depósito de 5,00mx6,25m cada, localizado na Rua Osmar otero, nº 65 - Centro - Palhoça/SC, funcionamento do depósito da Secretaria de Educação.

VALOR: R\$ 3.150,00 (Três mil e cento e cinquenta reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "143"- 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 005/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 009/2014

EXTRATO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 009/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: NTL ADMINISTRAÇÃO DE IMÓVEIS LTDA (IBAGY IMÓVEIS LTDA).

OBJETO: Locação de 01 (uma) sala comercial em alvenaria, med. 20,00 m2, revestida com piso em cerâmica, contendo um banheiro, localizada na Rua José Maria da Luz, 2.747 - 6º andar, sala 606 - Edifício Thiago - Centro - Palhoça/SC, funcionamento do Conselho Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 413,25 (quatrocentos e treze reais e vinte e cinco centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 2.075.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 006/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 010/2014

EXTRATO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 010/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA

OBJETO: Locação de uma sala comercial em alvenaria, com 01 (um) cômodo, com área total construída de 110 m2, localizada na Rua Nossa Senhora Aparecida, nº 710 - Bairro Jardim Eldorado, neste Município, funcionamento do Telecentro Comunitário da Secretaria Municipal de Educação.

VALOR: R\$ 922,71 (novecentos e vinte e dois reais e setenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "143" -2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.0/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 007/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 011/2014

EXTRATO CONTRATO LOCAÇÃO Nº 011/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: GUILHERME SILVEIRA

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria contendo: uma cozinha, uma sala ampla, um lavabo, um dormitório, uma suíte, um mezanino, uma lavanderia com banheiro, localizado na Praça da Enseada de Brito - Palhoça/SC, funcionamento da Casa da Cultura.

VALOR: R\$ 1.519,31 (hum mil, quinhentos e dezenove reais e trinta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "169" - 2.083.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 008/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 012/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº 012/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ODILO ALVES DE CARVALHO

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, medindo 99,16m2, contendo dez peças, com área total de 340,45m2, localizada na Rua Dom Manoel I, nº 150 - Loteamento Laranjeiras - Barra do Aririú, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Jardim Laranjeiras - CEI APRENDER BRINCANDO.

VALOR: R\$ 1.054,52 (hum mil, cinquenta e quatro reais e cinquenta e dois centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "152" - 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0072/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 009/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 013/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 013/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA LTDA

OBJETO: Locação de um imóvel (galpão) em alvenaria, com área construída de 360m2, localizado na Rua Roberto Sell, s/nº, bairro Rio Grande - Palhoça/SC, funcionamento do Depósito da Merenda Escolar.

VALOR: R\$ 4.161,55 (quatro mil, cento e sessenta e um reais e cinquenta e cinco centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "155" - 2.041.3.3.90.00.00.00.00.00.00.00/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 010/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 014/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 015/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA EPP

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada em 200m2, contendo sete cômodos, com área total de 290m2, localizada na Rua Antonio Muniz de Aragão, nº 40 - bairro Ponte do Imaruim, neste município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Ponte do Imaruim.

VALOR: 2.242,09 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e nove centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "153" 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.01.001/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 012/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 015/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 015/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: IMOBILIÁRIA JOÃO COSTA EPP

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada em 200m², contendo sete cômodos, com área total de 290m², localizada na Rua Antonio Muniz de Aragão, nº 40 - bairro Ponte do Imaruim, neste município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Ponte do Imaruim.

VALOR: 2.242,09 (dois mil, duzentos e quarenta e dois reais e nove centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "153" 2.022.3.3.90.00.00.00.01.0001/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 012/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 016/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 016/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: THIMOTHEO POETA FILHO

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área edificada de 300 (trezentos) m², contendo 06 (seis) salas comerciais, localizado na Rua Wilmar Probst, nº 43 - Centro, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Vovó Maria.

VALOR: R\$ 5.727,41 (cinco mil, setecentos e e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: "152" - 2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0009/3.3.90.36.15

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 013/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 017/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 017/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ODAIR JOÃO PEREIRA

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com dois pavimentos contendo área construída de 265m², com três dormitórios, duas cozinhas, sala e cozinha conjugada, dois banheiros, varanda, garagem e uma área coberta, localizado na Rua Padre Aurélio Ganzi, s/n, Pinheira, neste Município, funcionamento do Centro de Educação Infantil Nova Geração.

VALOR: R\$ 5.727,41 (cinco mil, setecentos e vinte e sete reais e quarenta e um centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"152" - 2022.3.3.90/3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 014/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 018/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 018/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ARLINDO MACEDO

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 511,62m², em um terreno com 1.806,75m², contendo 03 (três) pavimentos, com as seguintes especificações, 02 (duas) salas de espera, 01 (uma) cozinha, 14 (quatorze) salas sociais, 02 (duas) dispensas, 08 (oito) banheiros, com muro em concreto e portão de ferro, localizado na Av. Caetano Silveira de Matos, nº 473 - Área Industrial - Brejaru - Palhoça/SC, funcionamento do Grupo Escolar Frei Damião.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"143" -13.01.2.021.3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 015/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 019/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 019/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: S3S ADMINISTRADORA DE IMÓVEIS PRÓPRIOS LTDA ME.

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria com área total de 446,89m², e área construída de 374,00 m², contendo dois pavimentos, com as seguintes especificações: 04 (quatro) salas e dois banheiros no piso inferior, e 05 (cinco) salas e 02 (dois) banheiros no piso superior, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, esquina com Rua Raulino Steimetz, nº 3.263, Centro - neste município, funcionamento do Núcleo Especializado da Rede Municipal de Ensino.

VALOR: R\$ 6.800,00 (seis mil e oitocentos reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"143" .2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0001/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 016/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 020/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 020/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: SORRIA IMÓVEIS LTDA - ME.

OBJETO: locação de um imóvel em alvenaria em um terreno com 360m², com área construída de 149,33m², contendo: 03 (três) quartos, 01 (uma) suíte, 02 (duas) salas, 01 (uma) cozinha, 01 (um) banheiro social, 01 (uma) área de serviço, garagem, edícula com uma dispensa, 01 (um) banheiro, localizada na Rua Modema, nº 96 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC. 01 (um) terreno comercial com área de 360 m², com saída para a Rua Genova, lote 22, quadra 24 - Parque Residencial Pagani, funcionamento da Extensão do Centro de Educação Infantil Padre Réus - Bolinha de Sabão.

VALOR: 4.000,00 (quatro mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

: "153" - 13.01.2.022.3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 017/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 021/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 021/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ZUETE LIMA DA ROSA

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria com área construída de 245,00 m², contendo os seguintes cômodos: 04 (quatro) dormitórios, sendo 02 (duas) suítes, 01 (uma) sala de visita, 01 (um) lavado, 01 (uma) sala de jantar, 01 (uma) biblioteca, 01 (uma) sala de tv, 01 (uma) cozinha, 01 (uma) área de serviço com 01 (um) banheiro, 01 (uma) dispensa, 01 (uma) edícula, 02 (duas) garagens; em um terreno com área de 778,40m². O imóvel é todo murado, possuindo grades de ferro, localizado na Rua José Cosme Pamplona nº 76 - bairro Bela Vista - Palhoça/SC, funcionamento da Extensão do Centro de Educação Infantil Voo Livre. - CEI INTERAÇÃO.

VALOR: R\$ 5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"153" - 13.01.2.022.3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 018/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER

Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF

Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Locação N. 022/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 022/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: ZANETE EFFTING HINKEL

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria com área total 1.914,52m², com área construída 459,27m², contendo as seguintes especificações: Primeiro pavimento: 02 (duas) cozinhas semi mobiliadas (balcões e armários fixos), 01 (uma) sala, 01 (um) escritório, 01 (uma) copa, 01 (uma) suíte com móveis embutidos), 03 (três) quartos, ampla garagem, 01 (uma) dispensa, área d e serviço com varanda, circulação coberta e garagem. Segundo pavimento: ampla área de lazer, 03 (três) quartos equipados com ar condicionado. móvel todo murado, pintado na cor branca com faixas azuis, 02 (dois) portões eletrônicos, janelas no piso térreo com grades. Imóvel localizado na Rua Henrique José da Silva, nº 181 - Bairro Arirú - Palhoça/SC. Destinado ao funcionamento da Creche Arirui, funcionamento da creche Arirui.

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"151" - .2.022.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0072/3.3.90.39.10.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social e Vice Prefeito

Extrato Contrato de Locação N. 034/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 034/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: CONCEIÇÃO NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS

OBJETO: Locação de um imóvel comercial em alvenaria com dois pavimentos, com área edificada de 591,95m², localizado na Av. Barão do Rio Branco, n. 763 - Centro, neste Município, funcionamento do CREAS.

VALOR: R\$ 8.900,00 (oito mil e novecentos reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"68" e "70" .2.039.3.3.90.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.30.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 031/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social e Vice Prefeito

Extrato Contrato de Locação N. 035/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 035/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)

LOCADOR: AM CONSTRUÇÕES E INCORPORAÇÕES LTDA

OBJETO: Locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total de 1280m², com 360m² de área construída, contendo: 01 (uma) cozinha, 01 (um) refeitório, 02 (duas) salas, 04 (quatro) quartos, 05 (cinco) banheiros, 01 (um) lavabo, 01 (uma) lavanderia, 01 (um) quarto para depósito, 01 (uma) dispensa, garagem coberta para 03 (três) carros e pátio externo, localizado na Rua Capitão Augusto Vidal, s/n - Centro, neste Município.

VALOR: R\$ 1.917,96 (hum mil, novecentos e dezessete reais e noventa e seis centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"52" 2.036.3.3.90.00.00.00.00.00.00.0.1.0000/3.3.90.39.10.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 032/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social

Extrato Contrato de Locação N. 036/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 036/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)

LOCADOR: ARTULINO SCHMITZ (FRANCISCO DE CAMPOS LEMOS).

OBJETO: Locação de imóvel em alvenaria, com área total construída de 195,78m², contendo dois pavimentos, em uma área total de 420,00 m², localizado na Rua Coronel Bernardino Machado, nº 419 - Centro - Palhoça/SC.

VALOR : R\$ 2.802,62 (dois mil, oitocentos e dois reais e sessenta e dois centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"68" -2.039.3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 033/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social

Extrato Contrato de Locação N. 037/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 037/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA (FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL)

LOCADOR: MARIA REGINA DE CAMPOS.

OBJETO: O objeto da presente dispensa consiste na locação de 01 (um) imóvel em alvenaria com área total construída de 90m², com quartos, sala, cozinha, banheiro, localizado na Rua Pascoal Mazzili, nº 66 - bairro Brejaru - Palhoça/SC

VALOR: R\$ 672,63 (seiscentos e setenta e dois reais e sessenta e três centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"67" -2.039.3.3.90.36.15.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 034/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social

Extrato Contrato de Locação N. 038/2014

EXTRATO CONTRATO DE LOCAÇÃO N. 038/2014

LOCATÁRIO: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

LOCADOR: MARISA DIONEL MIOTTO

OBJETO: Locação de um imóvel em alvenaria, com área construída de 111,00m², com uma edícula em alvenaria medindo 13,00x5,50 com metragem de 71,50m², localizado na Rua José Afonso Harger, nº 184 - Centro - Palhoça/SC, destinado ao funcionamento do Conselho Tutelar do município de Palhoça.

VALOR: R\$ 1.783,80 (hum mil, setecentos e oitenta e três reais e oitenta centavos), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"270" 2037.3.3.90.00.00.00.00.00.01.0000/3.3.90.36.15.00.00

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 30/06/2017.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 035/2014, com base no art. 24, X da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

NILSON JOÃO ESPÍNDOLA
Secretário de Assistência Social

Extrato Contrato de Prestação de Serviços N. 039/2014EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 039/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da Secretaria de Segurança Pública, Trânsito e Defesa Civil (Diretoria de Trânsito).

VALOR: R\$ 420.000,00 (quatrocentos e vinte mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"338" - 2.147.3.3.90.39.47.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 31/12/2014, podendo ser prorrogável conforme estabelece o art. 57, da Lei n. 8.666/93.

FUNDAMENTO: Inexigibilidade de Licitação n. 036/2014, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

Extrato Contrato de Prestação de Serviços N. 040/2014EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 040/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades do SAMAE.

VALOR: R\$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Águas de Palhoça: "13"

2.135 3.3.90.00.00.00.00.00.00.0000/3.3.90.39.47

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 31/12/2014, podendo ser prorrogável, conforme estabelece o art. 57, da lei n. 8.666/93.

FUNDAMENTO: Inexigibilidade de Licitação n. 037/2014, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SÉRGIO MATIOLA
Presidente SAMAE

Extrato Contrato de Prestação de Serviços N. 041/2014EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 041/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: IVO TABAJARA DE SOUZA PAIVA ME.

OBJETO: O objeto desta inexigibilidade de licitação consiste na concessão do direito de uso do sistema informatizado SAESC - Sistema de Alimentação Escolar, através da internet para três usuários simultâneos, com suporte técnico via WEB, email ou telefone, conforme especificação na proposta da contratada.

VALOR: R\$ 980,00 (novecentos e oitenta) mensal, sendo o valor total para os exercícios:

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2014.

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2015.

- R\$ 11.760,00 (onze mil e setecentos e sessenta reais) para o exercício de 2016.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

"146" - 2.021.3.3.90.00.00.00.00.00.00/3.3.90.39.11.

FUNDAMENTO: Inexigibilidade de Licitação n. 038/2014, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014

DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

SHIRLEY NOBRE SCHARF
Secretária Municipal de Educação

Extrato Contrato de Prestação de Serviços N. 042/2014

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 042/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADA: CONSÓRCIO DE INFORMÁTICA NA GESTÃO PÚBLICA MUNICIPAL (CIGA).

OBJETO: Constitui objeto da presente dispensa de licitação contratação de empresa pública para prestação de serviços de publicação de atos oficiais expedidos pelos órgãos públicos do Município de Palhoça no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina (DOM/SC), administrado pelo CIGA

VALOR: R\$ 2.685,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais), mensais.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
"37" - 08.01.2.049.3.3.71.70.01.00;

"40" - 08.01.2.049.3.3.71.00.00;

"42" - 08.01.2.049.4.4.71.01.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 31/12/2014.

FUNDAMENTO: Dispensa de Licitação n. 039/2014, e art. 24, XXVI, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações.

DATA: 02/01/2014.
DANIEL BROERING HARGER
Secretário de Governo, designado

Extrato Contrato de Prestação de Serviços N. 050/2014

EXTRATO CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS N. 050/2014
CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE PALHOÇA

CONTRATADO: ECT - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS

OBJETO: Prestação de serviços pela ECT - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da secretaria de Receita.

VALOR: R\$ 1.122.999,78 (hum milhão, cento e vinte e dois mil, novecentos e noventa e nove reais e setenta e oito centavos).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- Secretaria de Receita:

"55"

2.064.3.3.90.00.00.00.00.01.0000/3.3.90.39.47

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 01/01/2014 A 31/12/2014, podendo ser prorrogável, conforme estabelece o art. 57, da lei n. 8.666/93.

FUNDAMENTO: Inexigibilidade de Licitação n. 037/2014, art. 25, caput, da Lei nº 8.666/93 e suas posteriores alterações.

DATA: 02/01/2014
DANIEL BROERING HARGER
Secretário Municipal de Administração

MARCOS CARDOSO CANTO
Secretário de Receita

MARCOS CARDOSO CANTO
Secretário de Receita

Suspensão Pregão Presencial 94/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
TERMO DE SUSPENSÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014

O Município de Palhoça torna público que fica SUSPENSO o processo Licitatório PREGÃO PRESENCIAL Nº 94/2014, no Sistema Registro de Preços, mediante entrega parcelada de material de consumo - peças e equipamentos para atender as necessidades da Secretaria da Região Sul e Turismo e Secretaria de desenvolvimento da Agricultura e da Pesca. A suspensão se dá por considerar o dever desta Administração Pública de estar revendo constantemente seus atos. Maiores esclarecimentos podem ser obtidos na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280-Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, no horário das 13:00 às 18:00 horas, diariamente ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal.

Termo de Adoção Nº 013, de 06 de Maio de 2014.

TERMO DE ADOÇÃO Nº 013, DE 06 DE MAIO DE 2014.
Que entre si celebram o Município de Palhoça e a Bruno Rafael Ferreira da Silva - "Bruno Haiah".

O MUNICÍPIO DE PALHOÇA, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF nº. 82.892.316/001-08, com sede a Avenida Hilza Terezinha Pagani, 280, Parque Residencial Pagani, cidade de Palhoça/SC, representado neste ato pelo PREFEITO MUNICIPAL, Sr. CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS, portador da cédula de identidade nº 2.905.838-4. e inscrito no CPF/MF sob o nº 0045773569-79, doravante denominado MUNICIPIO, e, de outro lado, a BRUNO RAFAEL FERREIRA DA SILVA - "BRUNO HAIAH", microempreendedor individual, inscrito no CNPJ/MF sob o n. 19.556.348/0001-98, com sede na Rua Valdemiro João Espindola, fundos, Barra do Aririú, Palhoça/SC, representada neste ato pelo seu representante legal Sr. BRUNO RAFAEL FERREIRA DA SILVA, portador do RG n. 51615371, inscrito no CPF/MF sob o n. 062.727.779-90, residente e domiciliado no endereço acima descrito, doravante denominada ADOTANTE, resolvem celebrar o presente Termo de Adoção, amparada no que dispõe a Lei Municipal nº 1.030, de 09 de outubro de 1989 e no Decreto nº 1.623, de 11 de março de 2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1 O presente termo tem por objeto a adoção da seguinte área pública: Praça localizada na Rua Valdomiro Joao Espindola, ao lado do campo de futebol catarinense, situado no Bairro Aririú da Formiga, no Município de Palhoça, que será formalizada na modalidade de responsabilidade total da ADOTANTE.

CLÁUSULA SEGUNDA - DA COMPENSAÇÃO À ADOÇÃO

2.1 A ADOTANTE fica autorizada, a afixar, na área adotada, placas padronizadas conforme previsto no art. 4º do Decreto Municipal nº 1.623, de 11 de março de 2014 que regulamentou a Lei Municipal nº 1030/1989, nas seguintes proporções:

I - nas áreas com superfície inferior ou igual a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderão ser colocadas 04 (quatro) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

II - nas áreas com superfície superior a 5.000 m² (cinco mil metros quadrados) poderá ser colocadas 08 (oito) placas com dimensão de 0,50 x 0,35 metros;

III - nas áreas em que predomine o comprimento, nos casos de canteiros divisores e rótulas de vias públicas, poderá ser colocada 01 (uma) placa com dimensão de 0,50 x 0,35 metros, para cada 500 (quinhentos) metros de extensão das áreas.

2.2 O ônus com relação à elaboração das placas será de inteira responsabilidade da ADOTANTE observados os critérios e o padrão a ser fornecido pelo MUNICÍPIO em tempo e modo oportuno.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES

3.1 A ADOTANTE terá as seguintes obrigações para com área pública adotada:

I - realizar pinturas em geral;

II - efetuar a poda de árvores e o ajardinamento;

III - executar pequenos reparos na área e/ou acessórios;

IV - manter os canteiros da área, efetuando o plantio de flores;

V - realizar demais atividades de conservação e manutenção da área pública.

CLÁUSULA QUARTA - DA FISCALIZAÇÃO E APROVAÇÃO

4.1 Fica delegado à Fundação Cambirela do Meio Ambiente - FCAM e à Secretaria de Serviços Públicos - SESP as atribuições de fiscalizar as intervenções que desvirtuem o espaço ou causem prejuízos ao interesse público.

4.2 Caberá ao MUNICÍPIO, através dos órgãos competentes:

I - a aprovação dos projetos e urbanização de construção das praças públicas que sejam elaborados fora dos órgãos do Executivo Municipal em função do Termo de Parceria estabelecido;

II - a fiscalização das obras e do cumprimento do presente Termo de Adoção.

CLÁUSULA QUINTA - DAS OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

5.1 A ADOTANTE ficará responsável por todos os encargos trabalhistas e previdenciários dos funcionários contratados para a execução dos trabalhos na área descrita na Cláusula Primeira deste Termo de Adoção.

5.2 Em hipótese alguma o MUNICÍPIO poderá ser responsabilizado pelas obrigações assumidas pela ADOTANTE, mesmo que na forma solidaria ou subsidiária.

CLÁUSULA SEXTA - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

6.1 O presente Termo de Adoção terá o prazo de duração de 01 (um) ano, prorrogável, por iguais e sucessivos, com vigência a partir da data de sua publicação no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA VEDAÇÃO

7.1 Fica vedada a exploração comercial da área pública a ser adotada, muito menos desvirtuar a natureza, uso e gozo da área.

CLÁUSULA OITAVA - DA RESCISÃO

8.1 Este Termo de Adoção poderá ser rescindido pelo descumprimento de qualquer das obrigações ou condições nele estabelecidas, pela superveniência de normas legais ou razões de interesse público que o torne formal ou materialmente inexecutável, ou ainda mediante prévio aviso, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA NONA - DA AUTORIZAÇÃO DO USO DA ÁREA

9.1 O MUNICÍPIO poderá utilizar a área descrita na Cláusula Primeira deste instrumento, quando da oportunidade e conveniência, inclusive, podendo colocar placas e outros materiais, quando do uso.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA PUBLICAÇÃO

10.1 O presente Termo de Adoção será publicado na íntegra no Diário Oficial do Município - DOM.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO

11.1 Fica eleito o foro da comarca de Palhoça para dirimir as controvérsias resultantes do presente termo.

E por estarem acordes com os termos deste convênio, as partes firmam-no em 03 (três) vias de igual teor e forma e para todos os efeitos legais.

Palhoça, 06 de maio de 2014.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
Camilo Nazareno Pagani Martins

BRUNO RAFAEL FERREIRA DA SILVA - "BRUNO HAIÁH"
Bruno Rafael Ferreira da Silva

TESTEMUNHAS

Nome:	Nome:
Assinatura:	Assinatura
Carteira de Identidade:	Carteira Identidade
CPF:	CPF:

DECRETO Nº 1.642, DE 06 DE MAIO DE 2014.

DECRETO Nº 1.642, DE 06 DE MAIO DE 2014.

ALTERA REGIMENTO INTERNO. Altera o Regimento Interno da Autarquia Municipal SAMAE Palhoça aprovado pelo Decreto Municipal nº 1.284, de 21 de junho de 2011 e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

No uso de suas atribuições e em consonância com a Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013, resolve

DECRETAR:

Art. 1º Fica acrescentado o Parágrafo Único ao art. 5º do Regimento Interno da SAMAE Palhoça, aprovado pelo Decreto Municipal nº 1.284, de 21 de junho de 2011, passando a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 5º (...)

Parágrafo Único. A movimentação bancária e assinatura conjunta da Tesouraria, de que trata o inciso III deste artigo, bem como a emissão de relatórios, pagamentos e atos financeiros da Autarquia Municipal poderão ser realizados pela Secretaria Municipal de Finanças, através de seus agentes e/ou servidores públicos.”

Art. 2º A denominação da Autarquia Águas de Palhoça passa a ser de Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto de Palhoça - SAMAE Palhoça, em conformidade com o art. 56 da Lei Complementar nº 149, de 26 de novembro de 2013.

Parágrafo Único. Todas as expressões do Regimento Interno onde constar Águas de Palhoça deverão ser compreendidas como SAMAE Palhoça para todos os efeitos.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições contrárias.

Palhoça, 06 de maio de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

LEI Nº 4.030, DE 30 DE ABRIL DE 2014

LEI Nº 4.030, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 802, de 23 de outubro de 1998, que denomina a Servidão Miliano.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 802, de 23 de outubro de 1998, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão Miliano, com extensão de 200,00 metros e 6,00 metros de largura, via pública localizada no Bairro Barra do Aririú, neste Município.” (NR)

Párrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.

CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

Republicação Pregão nº 87/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA

AVISO DE LICITAÇÃO

REPUBLICAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL Nº 87/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 23 de maio de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 87/2014, que tem por objeto a contratação de empresa para execução de serviços de recuperação da pavimentação asfáltica de extensões de médio e grande porte, incluindo fornecimento de material, a ser utilizado em diversas ruas deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de maio de 2014.

A PREGOEIRA.

Lei Nº 4.031, de 30 de Abril de 2014

LEI Nº 4.031, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

DENOMINA VIA PÚBLICA. Dá nova redação ao artigo 1º da Lei nº 2.178, de 20 de outubro de 2005, que denomina a Servidão Maria Soares da Silva.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O artigo 1º da Lei nº 2.178, de 20 de outubro de 2005, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º Fica denominada de Servidão Maria Soares da Silva, com extensão de 99,50 metros e 5,30 metros de largura, via pública localizada no Bairro Passa Vinta, neste Município.” (NR)

Art. 2º A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 3º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

LEI Nº 4.032, DE 30 DE ABRIL DE 2014

LEI Nº 4.032, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Artur Sell.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Artur Sell, com extensão de 190 metros e largura 12 metros e início na Av. Vidal Procópio Lohn, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

LEI Nº 4.033, DE 30 DE ABRIL DE 2014

LEI Nº 4.033, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua José Antônio Moraes.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua José Antônio Moraes, com extensão de 120 metros de comprimento e 16 metros de largura, início na Av. Vidal Procópio Lohn, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta

Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

LEI Nº 4.035, DE 30 DE ABRIL DE 2014

LEI Nº 4.035, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Claudio Espindola.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Claudio Espindola, com extensão de 190 metros de comprimento e 12 metros de largura, início na Av. Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

LEI Nº 4.034, DE 30 DE ABRIL DE 2014

LEI Nº 4.034, DE 30 DE ABRIL DE 2014.
DENOMINA VIA PÚBLICA. Rua Lauro Bechtold.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PALHOÇA, Estado de Santa Catarina,

Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua Lauro Bechtold, com extensão de 190 metros de comprimento e 12 metros de largura, início na Av.

Aleixo Alves de Souza, via pública localizada no Bairro Rio Grande, neste Município

Parágrafo único. A localização da referida via pública de que trata o artigo anterior, obedece croqui em anexo, parte integrante desta Lei.

Art. 2º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Palhoça, em 30 de abril de 2014.
CAMILO NAZARENO PAGANI MARTINS
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Palhoça

PUBLICADO NO DIÁRIO OFICIAL

Em ____/____/2014

Edição nº ____/2014

Secretaria de Governo

EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º055/2013 - Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa ELETRO ARIRIÚ SOLUÇÕES AUTOMOTIVAS LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de mão de obra para manutenção corretiva e preventiva, e fornecimento de peças, para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
1	1.666,00	sv	Valor da hora técnica para conserto de veículos leves e semi-pesados.	R\$ 35,00	R\$ 69.300,00
3	1	pc	Fornecimento de peças para veículos leves e semi-pesados	R\$ 256.000,00	R\$ R\$ 256.000,00
4	300	sv	Hora técnica para conserto de veículo motocicleta.	R\$ 31,00	R\$ 9.300,00
6	1	pc	Fornecimento de peças para veículo motocicleta	R\$ 35.000,00	R\$ 35.000,00
VALOR TOTAL R\$ 369.600,00					

Extrato de Ata de Registro de Preços N.º056/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE PALHOÇA
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N.º056/2013 - Pregão Presencial 17/2013 - Partes: MUNICÍPIO DE PALHOÇA e a empresa COMÉRCIO DE AUTO PEÇAS PH LTDA ME. OBJETO: prestação de serviços de guincho para atendimento dos veículos pertencentes à frota da Secretaria Municipal de Saúde.
DATA: 12/07/2013 à 11/07/2014.

Item	Qtde	Un	Descrição	Valor Unitário	Valor Total
2	40	sv	Serviço de guincho a qualquer distância	R\$ 74,90	R\$ 2.996,00
5	500	sv	Serviço de guincho, para veículo motocicleta por km rodado.	R\$ 1,20	R\$ 600,00
VALOR TOTAL R\$ 3.596,00					

Pregão Presencial Nº 109/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 109/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 28 de maio de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 109/2014, que tem por objeto a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de instalação e manutenção da rede estruturada de computadores e telefonia da Secretaria Municipal de Educação deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de maio de 2014.
A PREGOEIRA.

Pregão Presencial Nº 108/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE PALHOÇA
AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 108/2014

O Município de Palhoça torna público que fica marcado para o dia 27 de maio de 2014, às 14:00h, na Sala da Comissão Permanente de Licitações, no Centro Administrativo da Prefeitura Municipal, situado a Av. Hilza Terezinha Pagani, 280 - Parque Residencial Pagani - Palhoça/SC, a abertura do PREGÃO PRESENCIAL Nº. 108/2014, que tem por objeto a aquisição de veículos zero quilômetro para a Secretaria de Assistência Social, SAMAE, Secretaria de Agricultura e da Pesca e Secretaria de Esporte e Lazer, deste Município. O edital que está embasado na lei de licitações encontra-se à disposição dos interessados no endereço acima citado, das 13:00 às 18:00 horas, diariamente, ou pelo site: www.palhoca.sc.gov.br.

Palhoça, 07 de maio de 2014.
A PREGOEIRA.

Palmitos

PREFEITURA

Processo 61/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PALMITOS

Processo Licitatório nº 61/2014. Modalidade: PREGÃO PRESENCIAL Nº 27/2014. Objeto: REGISTRO DE PREÇO PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE DE CALCÁRIO, CONFORME DESCRIÇÃO ANEXO I.. Data da entrega dos envelopes: 21/05/2014 até as 08:30 horas. Data da abertura: 21/05/2014 às 09:00 horas. Edital disponível no site: www.palmitos.sc.gov.br ou no Setor de Licitações da Prefeitura.

Palmitos, 07 de maio de 2014.

Norberto Paulo Gonzatti

Prefeito Municipal.

Ata de Julgamento

ATA DE JULGAMENTO DE RECURSO

Processo Licitatório nº 55/2014 - Pregão Presencial nº 24/2014

Às 9:00 horas, do dia 29 de abril de 2014, na sala do Setor de Licitações da Prefeitura de Palmitos - SC., situada na Rua Independência, nº 100, nesta cidade, reuniram-se os membros da Comissão Permanente de Licitação (abaixo-assinados), a fim de procederem o julgamento do recurso interposto tempestivamente pela empresa E.J.W Transportes Ltda., contra a decisão desta Comissão que julgou habilitada a empresa Itamar Luiz Mior EPP, no item 1 do Anexo VII do Processo Licitatório nº 55/2014, com fundamento na alínea 'a', da inciso I do art. 109, da Lei nº 8666/93 e no itens 5.1.8 e 9.1 do Edital do Processo Licitatório nº 55/2014. Alega a recorrente, em síntese, que essa Comissão julgou habilitada a empresa Itamar Luiz Mior EPP, no item 1 do referido Processo Licitatório, contrariando as normas editalícias, eis que a empresa não apresentou o CRLV - Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo, conforme exigência do item 5.1.8 do Edital, alegando que o licitante que deixar de apresentar documento exigido pela habilitação, será inabilitado, nos termos do item 8.3.2 do Edital. Por derradeiro, a empresa recorrente, solicita provimento do recurso, para que seja anulada a decisão atacada dessa Comissão, declarando-se inabilitada no item 1, a empresa Itamar Luiz Mior EPP, com a consequente reconsideração da referida decisão. Mesmo ainda não notificada, em 25 de abril de 2014, na parte da tarde, a empresa Itamar Luiz Mior EPP. apresentou Contrarrazões. Em suas contrarrazões a licitante alegou que no encerramento da ata não faltava nenhum documento e que o veículo apresentado tem a capacidade de 42 lugares, apresentando na oportunidade cópia reprográfica do CRLV do veículo placas LBB7385. Passamos a decidir o recurso interposto pela empresa E.J.W Transportes Ltda. e as contrarrazões da empresa Itamar Luiz Mior EPP. A referida licitação foi do tipo Pregão Presencial, com sessão de julgamento de Propostas e Habilitação, no dia de 25 de abril de 2014, às 9 horas. Ato contínuo foi instalada a sessão de julgamento com o recebimento de envelopes com propostas e habilitação das empresas, no caso em tela do Item 1 do Anexo XII. Após a etapa de classificação de preços com a oferta de lances verbais, passou-se a etapa de habilitação do licitante classificado em 1º lugar no Item 1, na qual foi habilitada a empresa Itamar Luiz Mior EPP, conforme Ata de Julgamento. A seguir foi procedida a abertura dos envelopes para a verificação da documentação. A empresa E.J.W

Transportes Ltda., inconformada com a habilitação da empresa considerada vencedora no Item 1, manifestou-se solicitando que a empresa classificada em 1º lugar apresente o CRVL e que comprove o número de lugares do veículo apresentado para prestar o serviço de transporte escolar, uma vez que a empresa apresentou o CRV e não CRLV, como prescrito no referido Edital. Compulsando-se os autos do Processo Licitatório nº 55/2014, constatamos que licitante Itamar Luiz Mior EPP apresentou o Certificado de Registro de Veículo - CRV, entretanto deixou de apresentar o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, documento exigido para habilitação, contrariando o previsto no item 5.1.8 do Edital. Importante salientar que o CRLV nos permite verificar se o veículo apresentado para realizar o Transporte Escolar encontra-se licenciado ou não. A empresa Itamar Luiz Mior EPP, além de não apresentar o CRLV, documento indispensável para comprovar se estava licenciado ou não, foi constatado que em consulta na Rede Mundial de Computadores, no sítio do DETRAN/SC, que o veículo com a capacidade mínima de lugares exigida para item 1 do Processo Licitatório(30 lugares), com Placas LBB7385, o qual foi apresentado pela referida empresa, estava em débito, com o licenciamento atrasado, isto é, não está apto a transitar, segundo o CTB (Horário da consulta 10h13min). Manifestou-se a empresa Itamar Luiz Mior - EPP, alegando que no encerramento da Ata não faltava nenhum documento, apresentando intempestivamente, na parte da tarde, cópia reprográfica do CRLV. Razão não assiste a empresa recorrida, uma vez que na fase da habilitação, deixou de apresentar documento exigido pelo Edital, no Item 5.1.8, ou seja, o CRLV. Ordenar que os licitantes preencham todos os itens estabelecidos resguarda os princípios da legalidade e da isonomia. Permitindo, pois, a prevalência do Interesse Público. Frize-se, e não cabe olvidar, que o licitante poderia, na forma da legislação vigente, impugnar o edital até o segundo dia útil que antecede a abertura dos envelopes de habilitação e não o fez. Após, o "direito se esvai com a aceitação das regras do certame" (STJ - RESP 402826 - SP, Relatora: Ministra Eliana Calmon). Afora isso, configurada a ilegalidade, por violação ao princípio da igualdade de tratamento dos concorrentes preconizada no §3º do art. 43 da Lei nº 8.666/93, somos pelo desprovemento das contrarrazões interpostas pela empresa Itamar Luiz Mior - EPP. Diante do acima exposto, constatada que a empresa Itamar Luiz Mior - EPP, deixou de apresentar o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo - CRLV, documento exigido pelo item 5.1.8 do Edital e considerando que o item 8.3.2 do referido Edital, prevê expressamente que a licitante que deixar de apresentar documento exigido pela habilitação, será inabilitada, a Comissão Permanente de Licitação, por unanimidade, decidiu reconsiderar a decisão anterior e consequência disso, acolher o recurso interposto pela empresa E.J.W Transportes Ltda. para declarar INABILITADA empresa Itamar Luiz Mior - EPP, por não apresentar documento exigido pelo instrumento convocatório. Considerando a inabilitação da empresa Itamar Luiz Mior - EPP, no item 1 do Anexo VII do referido Edital, consequentemente, torna-se invalidada a proposta por ela apresentada e lavrada na Ata de Julgamento de Proposta, de conformidade com o item 9.3 do referido Edital, o(a) Pregoeiro(a) examinará a oferta subsequente, verificada sua aceitabilidade será procedida a habilitação, na ordem de classificação e apurada uma proposta que atenda ao Edital, declare-se a vencedora, e a ela seja adjudicada o objeto do certame(Item 8.3.4), homologando-se a licitação (Item 9.5). Nada mais havendo a tratar e encerrada a presente fase licitatória, lavrou-se a presente Ata que, após lida, vai assinada pela Presidente e, pelos membros da Comissão Permanente de Licitação e pelo(a) Pregoeiro(a), que a tudo estiveram presentes.

Passos Maia

PREFEITURA

Lei Nº 733, de 7 de Maio de 2014.

LEI Nº 733, DE 7 DE MAIO DE 2014.

"DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA PARA O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA OS CONSELHOS ESCOLARES QUE ESPECIFICA, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IVANDRE BOCALON, Prefeito Municipal de Passos Maia, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, estribado no art. 37, inciso X, da Constituição Federal, c/c art. 62, V, da Lei Orgânica Municipal, sanciona a presente Lei:

Art. 1º. Declara como entidades de utilidade pública para o Município de Passos Maia os Conselhos Escolares abaixo descritos:

- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF CHAPECOZINHO, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 75.439.927/0001-21, com sede na Comunidade Dom Carlos, Interior, neste município de Passos Maia/SC;
- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF DUQUE DE CAXIAS, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.437.191/0001-16, com sede na Vila Indumel, Interior, neste município de Passos Maia/SC;
- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF GOVERNADOR JORGE LACERDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 75.439.893/0001-75, com sede na Linha Tigre, Interior, neste município de Passos Maia/SC;
- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF MARIA FRANCISCA MACIEL, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.437.205/0001-00, com sede na Indústria de Madeiras Tozzo, Interior, neste município de Passos Maia/SC.
- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF NOSSA SENHORA APARECIDA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.543.083/0001-28, com sede no Assentamento Rural Zumbi dos Palmares I, Interior, neste município de Passos Maia/SC;
- CONSELHO ESCOLAR DA EEIEF NOVA CONQUISTA, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 01.437.192/0001-60, com sede no Assentamento Rural Quiguay, Interior, neste município de Passos Maia/SC;
- CONSELHO ESCOLAR DO CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL BRANCA DE NEVE, pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 10.881.052/0001-78, com sede na Avenida Juventino Pelizzari, Centro, neste município de Passos Maia/SC;

Art. 2º. Esta Lei entrará em vigor a partir da data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 7 de maio de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Registrado e publicado em data supra.

DOUGLAS AIGNER
Secretário da Administração, Fazenda e Planejamento.

Aviso de Licitação

MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA

PROCESSO LICITATÓRIO N. 0030/2014

PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2014

O MUNICÍPIO DE PASSOS MAIA, Estado de Santa Catarina, com sede, sito à Avenida Padre João Botero, n. 485, Centro, torna público, nos termos da Lei Federal n. 8.666/93 e suas posteriores alterações, que se encontra aberta a Licitação na MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL N. 0020/2014 - Objeto - aquisição de gêneros alimentícios para merenda escolar de forma parcelada para os meses de junho a agosto de 2014, conforme especificações contidas no objeto do presente edital.. Os envelopes contendo documentação e propostas serão recebidas até às 14:00 horas, do dia 20 de maio de 2014, iniciando-se a sessão pública às 14:15 horas do mesmo dia e local. Retirada do Edital junto a Secretaria Municipal de Administração e Fazenda das 09:00hs às 17:00hs. Maiores Informações pelo telefone (49) 3437-0010.

Passos Maia, 07 de maio de 2014.

IVANDRE BOCALON
PREFEITO MUNICIPAL

Paulo Lopes

PREFEITURA

Portaria Nº 166/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 166/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade do disposto na Lei nº 497/1991, capítulo XII, Art. 57ª e 58ª, resolve:

READPTAR:

Rozenilda Terezinha da Costa, a Servidora Pública Municipal efetiva e estável, brasileira, matrícula 713, nomeada pela portaria nº 063/2002, portadora do CPF nº 377.083.509-30, ocupante do Cargo de Professora, para prestar serviços em exercício da função denominada de Atendente de Biblioteca, com atividade no atendimento dos usuários da Biblioteca Pública Municipal. Com lotação na Secretaria Municipal de Educação, conforme Certificado de Reabilitação Profissional em anexo.

Município de Paulo Lopes - SC, em 05 de Maio de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 168/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 168/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente resolve:

NOMEAR EM COMISSÃO, Ana Paula Ramos brasileira, portadora do CPF nº 069.495.529-98, matrícula nº 11023, para ocupar o Cargo em Comissão de Secretaria de Unidade Escolar, à disposição da Secretaria Municipal de Educação, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário35 Municipal de Administração

PORTARIA Nº 169/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 169/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 38/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Adirléia Sousa da Silva Firmino brasileira, portadora do CPF nº 868.446.369-20, matrícula nº 11024, ensino superior incompleto, classificada na sexta posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora, em substituição a titular Elizete Zanela dos Santos, com carga horária de 20hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2014 até 17/06/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 170/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 170/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes, no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Lei Municipal Vigente e exposição de motivo nº 39/2014, resolve:

CONTRATAR POR PRAZO TEMPORÁRIO, Kelli Rodrigues Cabral, brasileira, portadora do CPF nº 046.657.029-500, matrícula nº 11025, ensino superior incompleto, classificada na segunda posição do Processo Seletivo nº 008/2013, para atuar no Cargo de Professora de Artes, com carga horária de 10hs semanais, disposição da Secretaria Municipal de Educação, a partir de 07/05/2014 até 07/08/2014, com vínculo contributivo ao Regime Geral de Previdência Social - RGPS.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2014.
Evandro João dos Santos
Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 167/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE PAULO LOPES
PORTARIA Nº 167/2014

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS, Prefeito Municipal de Paulo Lopes,

no uso de suas atribuições, de conformidade do disposto na Legislação Municipal Vigente, resolve:

CRIAR A COMISSÃO DE FARMÁCIA E TERAPEUTA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE PAULO LOPES;

Considerando o disposto na Portaria nº 3.916/GM, de 30 de outubro de 1998, que estabelece a Política Nacional de Medicamentos e define as diretrizes, as prioridades e as responsabilidades da Assistência Farmacêutica para os gestores federal, estadual e municipal do Sistema Único de Saúde (SUS); considerando a Portaria nº 4.217/GM/MS, de 29 de dezembro de 2010, que aprova as normas de financiamento e execução do Componente Básico da Assistência Farmacêutica; considerando a necessidade de promover o uso racional de medicamentos no Município para alcance da saúde individual e coletiva; considerando a necessidade de desenvolver meios equitativos de prover recursos aos usuários para possibilitar a universalidade e integralidade das ações de saúde; considerando a necessidade de qualificar os serviços de assistência farmacêutica e de outros que têm os medicamentos como seus insumos essenciais; considerando a complexidade para manejar e melhorar o uso dos medicamentos face a multiplicidade de alternativas existentes na atualidade; considerando a dificuldade de assegurar completa comunicação e coordenação de ações entre os profissionais de saúde;

RESOLVE:

Artigo 1º - Criar a Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes,

Artigo 2º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica será regida nos termos desta portaria.

Artigo 3º - A Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes é uma instância colegiada, de caráter, deliberativo, normativo, consultivo, que tem por finalidade estabelecer normas e procedimentos, relacionados a medicamentos e assessorar a gestão em questões referentes a medicamentos.

Artigo 4º - São atribuições da Comissão de Farmácia e Terapêutica da Secretaria Municipal de Saúde de Paulo Lopes:

I. Estabelecer normas de prescrição e dispensação de medicamentos;

II. Definir e selecionar os medicamentos essenciais, elaborar e atualizar periodicamente a relação municipal de medicamentos (REMUME), e avaliar solicitações de alteração nessa relação;

III. Estabelecer os critérios para aquisição e fornecimento de medicamentos não constantes do elenco nacional do Componente Básico da Assistência Farmacêutica ou da RENAME vigente, fornecidos através de programas específicos do Município;

IV. Elaborar protocolos e diretrizes terapêuticas para nortear as práticas terapêuticas locais;

V. Fornecer informação sobre medicamentos e outras tecnologias a equipe de saúde;

VI. Fomentar e participar de atividades de educação continuada em terapêutica dirigida à equipe de saúde;

VII. Assessorar a Secretaria de Saúde e seus setores no desenvolvimento, implantação e avaliação de programas que envolvam dispensação de medicamentos;

Artigo 5º- A Comissão de Farmácia e Terapêutica de Paulo Lopes é composta de forma multidisciplinar, podendo ser integrada por profissionais de saúde servidores da Secretaria Municipal de Saúde (minimamente por farmacêuticos, médicos, odontólogos e enfermeiros).

Artigo 6º - Os membros da Comissão de Farmácia e Terapêutica poderão integrá-la na qualidade de membros efetivos ou membros consultivos.

§1º - Os membros efetivos compõem a plenária, instância deliberativa e normativa da comissão;

§2º - Os membros consultivos compõem conselho consultivo, instância colaboradora da comissão.

Artigo 7º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros efetivos, sendo que a primeira

da lista exercerá a função de presidente da Comissão:

I - Saul Anderson Garcia de Athayde (Farmacêutico);

II - Iracema Kluwe Damiani (Médica);

III - Diego Vinuela (Médico);

IV - Wilson Batista (Cirurgião Dentista);

V - Cleusa Vieira (Enfermeira);

VI - Milena de Castro (Enfermeira);

Artigo 8º - Ficam designados os seguintes servidores da Secretaria Municipal de Saúde para compor a Comissão de Farmácia e Terapêutica na qualidade de membros consultivos:

I - Adriano Villa (Médico) ;

II - Elize Terezinha Jorge (Enfermeira);

III - Rodrigo Dias Nunes (Médico);

IV - Fernanda Beria (Cirurgiã Dentista);

V - Aline Veiga Campos (Cirurgiã Dentista);

Artigo 9º - Em um prazo de até 45 dias a partir da publicação desta portaria a Comissão de Farmácia e Terapêutica deverá elaborar e apresentar, para homologação da Secretária Municipal de Saúde, a nova Relação Municipal de Medicamentos Essenciais (REMUME) do Município de Paulo Lopes.

Artigo 10º - A partir da data de publicação da REMUME referida no artigo anterior, a Comissão de Farmácia e Terapêutica terá um prazo de até 90 dias para elaboração e apresentação, para homologação da Secretária Municipal de Saúde, de uma proposta para o seu regimento interno.

Artigo 11º - Considerando-se o relevante interesse público relativo a Comissão de Farmácia e Terapêutica e inerência das atribuições dos membros às atividades do servidor da saúde, os membros da comissão não recebem nenhuma remuneração pelas atividades desempenhadas na Comissão de Farmácia e Terapêutica.

Artigo 12º - As resoluções e outros instrumentos deliberativos da Comissão de Farmácia e Terapêutica têm caráter normativo e devem ser publicadas, depois de homologadas pela Secretária de Saúde, e divulgadas nos serviços de saúde.

Artigo 13º - Esta portaria entrará em vigor na data da sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Município de Paulo Lopes-SC, em 07 de Maio de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos de Artigo 4º do Decreto 017/2009.

Almery Alcides Vieira

Secretário Municipal de Administração

Errata

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE PAULO LOPES

ERRATA

PORTARIA Nº 164/2014

Na portaria nº164/2013 de 29 de Abril de 2014, publicada no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina no dia 05/05/2014, onde se lê "164/2013" Leia-se "164/2014".onde se lê matrícula 10251 Leia-se 10521, onde se lê período de 23/04/2013, Leia-se 23/04/2014. Permanecendo o restante do texto sem alteração

Município de Paulo Lopes - SC, 05 de Maio de 2014.

Evandro João dos Santos

Prefeito Municipal

Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Artigo 4º do Decreto nº 017/2009.

Almery Alcides Vieira
Secretário Municipal de Administração

DECRETO Nº 15/2014

DECRETO N.º 15/2014

O PREFEITO MUNICIPAL DE PAULO LOPES, ESTADO DE SANTA CATARINA, usando da competência que lhe confere o inciso IV, do art. 66, da Lei Orgânica Municipal, de 05 de abril de 1990, RESOLVE:

NOMEAR

Art. 1º Os membros em substituição para comporem o Conselho Municipal do Desenvolvimento Econômico Sustentável - COMDES, que serão representados com a seguinte composição, referente aos Secretários Municipais:

a) Secretários do Município: Almery Alcides Vieira

Gildo Arcelino de Souza

Gustavo Borba Benetti

Hailor Fraga Cargnin

Art. 2º O exercício do mandato dos Conselheiros será gratuito e constituirá serviço público relevante.

Art. 3º O mandato dos Conselheiros será de dois anos, considerado como marco inicial 30 de outubro de 2013, conforme Decreto nº 56/2013.

Art. 4º Nas ausências e impedimentos dos membros titulares, por motivos justificados, serão convocados os seus suplentes.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

EVANDRO JOÃO DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios, em 08 de maio de 2014.

ALMERY ALCIDES VIEIRA
Secretário Municipal de Administração

Penha**PREFEITURA****Aditivo de Prazo ao Contrato 24/2013**

MUNICÍPIO DE PENHA
CNPJ/MF 83.102.327/0001-00
ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
2º TERMO DE ADITIVO Nº 15/2014 FMAS
AO CONTRATO 24/2013 - FMAS

Licitação: Processo Licitatório nº. 11/2013 -FMAS, modalidade Pregão Presencial nº. 06/2013 -FMAS

Objeto: - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE FORMAÇÃO COM AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO. Pelo presente instrumento de 2º Termo de Aditivo nº 15/2014 FMAS ao Contrato Administrativo nº 24/2013 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO À SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL PARA REALIZAÇÃO DE OFICINAS DE FORMAÇÃO COM AS FAMÍLIAS DO MUNICÍPIO e a PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA, por meio da SECRETARIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, pessoa jurídica de direito público interno, com sede nesta Cidade, Avenida Nereu Ramos, nº 190, inscrita no CNPJ sob nº 11.680.072/0001-43, através da Prefeitura Municipal de Penha, CNPJ nº 83.102.327/0001-00 neste ato representada por seu Prefeito Municipal, Evandro Eredes dos Navegantes, brasileiro, casado, doravante denominada simplesmente de PREFEITURA, e, de outro lado, a Empresa GC Formações Ltda Me, com sede na cidade de Itajaí/SC, na Rua Hilda Breitenbauch, nº 130, no bairro Vila Operaria, cep 88.303-005, telefone 91230194, inscrita no CNPJ sob o nº 15.203.493/0001-34, neste ato representada João Guilherme Cechelero Bento, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, têm entre si ajustado, mediante às cláusulas e condições abaixo especificadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA

O prazo previsto na cláusula terceira do Contrato Administrativo 24/2013 - FMAS, fica prorrogado até 30.09.2014 .

CLÁUSULA SEGUNDA

As demais cláusulas permanecem inalteradas.

Penha, 05 de maio de 2014.
PREFEITURA CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome: Josiane Bento
CPF 053.867.439-37

Nome:
CPF:

DE ACORDO: _____

RAFAEL CELESTINO
Secretário de Administração

Contrato de Prestação de Serviços

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

EXTRATO DE CONTRATO Nº 80/2014 - PMP

LICITAÇÃO: Processo nº 48/2014 - PMP, Dispensa de Licitação nº 07/2014 - PMP

CONTRATADA: ECT - Empresa Pública, constituída nos termos do Decreto-Lei nº 509, de 20 de março de 1969 - CORREIOS

OBJETO: O presente contrato tem por objeto a prestação, pela ECT, de serviços e venda de produtos, que atendam às necessidades da CONTRATANTE, mediante adesão ao(s) ANEXO(s) deste Instrumento contratual.

VALOR TOTAL: R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

VIGÊNCIA: até 07.05.2015

Penha, 07 de maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes - PELA PREFEITURA

Carta Convite 12/2014 - Pmp

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

AVISO DE EDITAL

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 49/2014 - PMP

CARTA CONVITE Nº 12/2014 - PMP

Objeto A presente Licitação tem por objeto Prestação de serviço de engenharia, com fornecimento de material e mão de obra, para urbanização da praça de Santa Lúcia, localizada na Rua Vicente Bento, com uma área total 611,70 m², conforme projetos, memorial descritivo e cronograma físico e financeiro em anexo.

Recebimento dos Envelopes até: 15/05/2014 às 09:00horas.

Abertura do Processo: 15/05/2014 às 09:00horas na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Penha, situada na Avenida Nereu Ramos, nº. 19, Centro, Penha/SC.

Coordenação do Processo: Maikil Gileno dos Santos - Presidente da Comissão Permanente de Licitações.

A RETIRADA DO EDITAL E DEMAIS INFORMAÇÕES PODERÃO SER OBTIDAS NA SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO, à Av. Nereu Ramos, 190, Centro - Penha/SC, ou através do fone/fax (47)3345-4537 Ramal 224. HORÁRIO DE ATENDIMENTO DAS 13H:30M ÀS 17H:00M.

Penha, 07 de maio de 2014.

EVANDRO EREDES DOS NAVEGANTES

Prefeito Municipal

Contrato Nº 315/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 315/2014 - RH/PMP

Contratado (A): REGIANE STUPP, na função de servente/merendeira, início em 08/05/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de Maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 316/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 316/2014 - RH/PMP

Contratado (A): SILVIA DE OLIVEIRA BERNARDO, na função de servente/merendeira, início em 08/05/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de Maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Contrato Nº 317/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE PENHA

ESTADO DE SANTA CATARINA

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

PROCESSO SELETIVO Nº 07/2013

CONTRATO Nº 317/2014 - RH/PMP

Contratado (A): DONZILA BRANDL LEANDRO, na função de servente/merendeira, início em 08/05/2014 e término em 19/12/2014, com carga horária de 40 horas semanais, para atuar junto a Secretaria da Educação e Cultura.

Penha/SC, 08 de Maio de 2014.

Evandro Eredos dos Navegantes

Prefeito Municipal

Pinheiro Preto

PREFEITURA

Decreto Nº 4.010, de 07 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4.010, DE 07 DE MAIO DE 2014
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte NATALICIO ANTONIO BETTEGA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 296.596.049-04, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, para o exercício fiscal de 2014. Considerando o Processo Administrativo nº 031/2014, do Livro 18 folhas 21.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 07 de Maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.009, de 07 de Maio de 2014

DECRETO Nº 4.009, DE 07 DE MAIO DE 2014
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos às contribuintes MARIA ZÉLIA RIGO E MARIA RIGO, brasileiras, aposentadas, inscritas no CPF sob nº 065.712.719-15 e 065.712.809-06, respectivamente, residente na Rua Senador Antonio Carlos Konder Reis, Centro, para o exercício fiscal de 2014. Considerando o Processo Administrativo nº 30/2014, do Livro 18 folhas 21.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 07 de Maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.008 de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.008 DE 07 DE MAIO DE 2014.
APROVA CONCESSÃO DE ISENÇÃO DE IPTU E TAXAS DE SERVIÇOS PÚBLICOS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito do Município de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e tendo em vista o disposto na Lei Complementar nº 171, de 14 de dezembro de 2010, e

Art. 1º Fica aprovado e concedido, nos termos da Lei Complementar nº 171/2010, isenção do pagamento do Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU e Taxas de Serviços Públicos à contribuinte AUGUSTINO DOTTA, brasileiro, aposentado, inscrito no CPF sob nº 181.962.179-00, residente na Rua Antonio Costenaro Filho, 600, São José, para o exercício fiscal de 2014. Considerando o Processo Administrativo nº 27/2014, do Livro 18 folhas 20.

Parágrafo único. A isenção de que trata este artigo deverá ser requerida anualmente, para que possa ser analisado e decidido pela autoridade competente também de forma anual, a fim de propiciar melhor controle administrativo.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 07 de Maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Portaria Nº192, de 05 de Maio de 2014.

PORTARIA Nº192, DE 05 DE MAIO DE 2014.
PRORROGA LICENÇA PARA TRATAMENTO DE SAÚDE A SERVIDORA LEONICE ANA CANTU PELLICOLI, OCUPANTE DO CARGO DE PROFESSORA.

EUZEBIO CALISTO VIECELI, Prefeito de Pinheiro Preto, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais, e em conformidade com o que dispõe o Artigo nº 151, lei Complementar nº 016/92 e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido em 05 De Maio,

RESOLVE:

Art. 1º- Prorrogar a servidora LEONICE ANA CANTU PELLICOLI, ocupante do cargo de Professora, licença para tratamento de saúde, no período de 05 de Maio à 03 de Julho de 2014.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 05 de Maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
Prefeito Municipal

Edital N. 003/2014

EDITAL N. 003/2014
ALTERA O EDITAL DE TESTE SELETIVO Nº 002/2014

O MUNICÍPIO DE PINHEIRO PRETO - SC, através do Prefeito Municipal, torna público que o Edital de Teste Seletivo nº 002/2014 para Admissão de Pessoal em CARÁTER TEMPORÁRIO (por prazo determinado), passa a vigorar com as seguintes alterações:

1. O requisito especial para a função de operador de motoniveladora consiste: saber ler e escrever e possuir Carteira Nacional de

Habilitação na categoria "C".

2. Na correção e guarda das provas, deverão ser também observadas as seguintes regras:

- Não será identificado o nome do candidato no cartão resposta e na prova escrita, devendo apenas ser inserido o número do candidato com assinatura do mesmo, número este que será o mesmo de sua inscrição.

- Encerradas as provas, estas deverão ser acondicionadas em envelopes e lacrados em sala, na presença de no mínimo três candidatos, devidamente identificados no próprio envelope, sendo que estes também assinarão o lacre a fim de impossibilitar a violação dos mesmos; igual procedimento deverá ser feito com os cartões resposta, em envelopes separados;

- A correção das provas deverá ser realizada apenas através do cartão resposta, devendo os envelopes contendo as provas serem mantidos lacrados; Após a correção, a identificação dos candidatos deverá ser feita em audiência pública, no Centro Educacional Padre Trudo Plessers;

- As provas, após esgotados os prazos para recurso, serão entregues ao Departamento de Pessoal do Município, ainda com o lacre efetuado em sala, as quais deverão permanecer arquivadas no Departamento de Pessoal pelo prazo mínimo de 5 (cinco) anos;

3. Os demais termos do edital permanecem inalterados.

Centro Administrativo de Pinheiro Preto - SC, 06 de maio de 2014.
EUZEBIO CALISTO VIECELI
PREFEITO MUNICIPAL

Pomerode

PREFEITURA

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo Nº 030/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

1º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 030/2013
RENOVAÇÃO

Processo Administrativo n.º 055/2013.
Inexigibilidade de Licitação n.º 006/2013.
Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.
Contratado: LIZ SERVIÇOS ONLINE LTDA EPP.
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NO GERENCIAMENTO, DIVULGAÇÃO E PUBLICAÇÃO ONLINE DOS ATOS OFICIAIS DO MUNICÍPIO DE POMERODE NA REDE MUNICIPAL DE COMPUTADORES.
Valor Total Renovação - R\$17.818,44 (dezessete mil, oitocentos e dezoito reais e quarenta e quatro centavos).
Justificativa: Renovação do presente contrato por mais 12 (doze) meses por tratar-se de utilização de sistemas e programas de informática, em conformidade com o artigo 57, IV da Lei n.º 8.666/93 e Cláusula Nona do Contrato Administrativo n.º 030/2013

Pomerode/SC, 10 de Abril de 2014.
ROLF NICLODELLI
Prefeito Municipal de Pomerode

Extrato do Contrato Administrativo N.º 007/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE POMERODE
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE
DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 007/2014

Processo Administrativo n.º 007/2014.
Convite p/ Obras e Serviços de Engenharia n.º 005/2014.
Contratante: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE POMERODE.
Contratado: INDELÉTRICA MATERIAIS ELÉTRICOS LTDA ME.
Objeto: CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA ELÉTRICA NA UNIDADE DE SAÚDE ALWIN KLOTZ, LOCALIZADA NA RUA LUIZ ABRY, N.º 259 - CENTRO, POMERODE/SC, COM O FORNECIMENTO DE MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA, DE ACORDO COM AS NORMAS EXIGIDAS PELOS BOMBEIROS MILITARES E PELA CELESC.
Valor Total contratado: R\$119.781,21 (cento e dezenove mil, setecentos e oitenta e um reais e vinte e um centavos).
Prazo de execução: 30 dias.

Pomerode/SC, 10 de Abril de 2014.
WALTRAUD HINKELDEY
Secretária Municipal de Saúde

Dispensa de Licitação N.º 005/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO E EMPREENDEDORA

DIRETORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 005/2014

Processo Administrativo n.º 027/2014.

Contratante: MUNICÍPIO DE POMERODE.

Contratado: VENDELIN VOIGTLAENDER.

Objeto: AQUISIÇÃO DIRETA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O PROGRAMA DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, ATRAVÉS DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, EM CONFORMIDADE COM O EDITAL DA CHAMADA PÚBLICA N.º 001/2014.

Valor total contratado: R\$5.775,00 (cinco mil e setecentos e setenta e cinco reais).

Prazo de vigência: 31/12/2014.

Pomerode/SC, 07 de Maio de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal de Pomerode

Lei Ordinária Nº 2.638, de 30 de Abril de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.638, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

CRIA O CENTRO DE EDUCAÇÃO INFANTIL MUNICIPAL PROFESSORA DAMARIS FRAHM E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica criado o "Centro de Educação Infantil Municipal Professora Damaris Frahm", localizado na Rua Testo Alto, nº 6.575, na localidade de Testo Alto, neste município.

Art. 2º As despesas decorrentes da presente Lei correrão por conta de dotação prevista no orçamento em vigor.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de fevereiro de 2014.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de fevereiro de 2014.

Município de Pomerode, 30 de abril de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

Lei Ordinária Nº 2.637, de 30 de Abril de 2014.

LEI ORDINÁRIA Nº 2.637, DE 30 DE ABRIL DE 2014.

EXTINGUE A ESCOLA MUNICIPAL DR. BONIFÁCIO CUNHA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ROLF NICOLODELLI, Prefeito Municipal de Pomerode, no uso de suas atribuições legais, tendo a Câmara Municipal de Vereadores aprovado, sanciona e promulga a seguinte Lei:

Art. 1º Fica extinta a Escola Municipal Dr. Bonifácio Cunha localizada na Rua Testo Alto, nº 6.575, na localidade de Testo Alto, neste município.

Art. 2º A emissão e a guarda do arquivo morto e demais documentos pertinentes da Escola Municipal Dr. Bonifácio Cunha permanecerá sob a responsabilidade da Secretaria de Educação e Formação Empreendedora - SED.

Art. 3º Fica revogado o inciso I do art. 1º do Decreto nº 1.946 de 28 de julho de 2003.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 1º de fevereiro de 2014.

Município de Pomerode, 30 de abril de 2014.

ROLF NICOLODELLI

Prefeito Municipal

SAMAE

Aviso de Licitação

Edital de Licitação Pregão N.º 009/2014 Tipo Presencial

- REGISTRO DE PREÇOS

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE POMERODE

SAMAE (Serviço Autônomo Municipal de Água e Esgoto)

EDITAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO N.º 009/2014- Tipo Presencial - REGISTRO DE PREÇOS

Processo Administrativo n.º 011/2014.

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO

DE SERVIÇOS DE DIVULGAÇÃO RADIOFÔNICA EM

RÁDIO AM E/OU FM COM ABRANGÊNCIA EM POMERODE

PARA DIVULGAÇÃO DAS AÇÕES DO SAMAE POMERODE

Entrega dos envelopes: Até as 09:00 horas do dia 21/05/2014.

Local: Setor de protocolos do SAMAE POMERODE SC.

Abertura das propostas: 09:00 horas do dia 21/05/2014.

Local: Sala de licitações do SAMAE POMERODE SC.

O edital e demais esclarecimentos, poderão ser obtidos no seguinte

endereço e horário: Diretoria de Licitações e Compras do

SAMAE POMERODE - Rua 21 de Janeiro, n.º 2233,

Centro - Pomerode/SC, nos dias úteis de segunda à sexta-feira,

das 07:30 às 11:30 horas e das 13:00 às 17:00 horas, pelo e-mail:

regia.parpinelli@samaepomerode.com.br

Pomerode/SC, 05 de MAIO de 2014.

MARCIO SCHEIDEMANTEL

Presidente do SAMAE

Porto União

PREFEITURA

Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2014-Educação

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO
ESTADO DE SANTA CATARINA
Processo Licitatório 019/2014 - EDUCAÇÃO
Extrato de Edital de Tomada de Preços 001/2014

O Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições, torna público que fará realizar processo licitatório na modalidade de Tomada de Preços, com adjudicação por menor preço, do tipo presencial, para a contratação de empresa para prestar assessoria na elaboração do plano municipal de educação, projeto político pedagógico das escolas municipais, formação continuada dos profissionais da educação, proposta pedagógica curricular e elaboração de material específico pedagógico da educação de jovens e adultos. O recebimento dos envelopes se dará até as 14h00min do dia 26 de Maio de 2014, na Prefeitura Municipal. Maiores informações podem ser retiradas na Rua Padre Anchieta, 126, email liciteportouniao@yahoo.com.br, licitacao@portouniao.sc.gov.br e no site da Prefeitura Municipal de Porto União www.portouniao.sc.gov.br, fone (42) 3523-1155.

Porto União - SC, 07 de Maio de 2014.
Anízio de Souza
Prefeito Municipal

Decreto Nº 437/2014

DECRETO Nº 437, de 30 de abril de 2014.
Dispõe sobre exoneração.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO UNIÃO, Estado de Santa Catarina, usando da competência privativa que lhe confere o item IV, do artigo 64, da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º EXONERA VINÍCIUS ANDRÉ MAKIAK, do Cargo de Provisamento em Comissão de Gerente de Contratos e Convênios, do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de Porto União.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, retroagindo seus efeitos a 22 de abril de 2014.

Porto União (SC), 30 de abril de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

PAULO RUBENS BUCH
Secretário Municipal de Administração e Esporte

Edital de Convocação N.º 137/2014

Edital de convocação 137/2014
Concurso Público Municipal nº. 001/2010

ANIZIO DE SOUZA, Prefeito Municipal de Porto União – SC, no uso de suas atribuições, CONVOCA a candidata abaixo relacionada, APROVADA no Concurso Público Municipal nº 001/2010, a

comparecer na Chefia de Recursos Humanos, desta Prefeitura Municipal, sito a Rua Padre Anchieta, n.º 126, Centro, Porto União- SC, do 07/05/2014 à 13/05/2014, no horário das 08:00 as 12:00 e das 13:30 às 17:30 hs, de segunda a sexta feira, para apresentar a fotocópia e originais dos documentos abaixo relacionados, bem como comprovar os requisitos exigidos no item XX do Edital 001/2010, para investidura em cargo público:

- 01 (uma) fotografia 3x4, recente;
- Certidão de Casamento ou Nascimento;
- Carteira de Identidade;
- Carteira de Trabalho;
- Comprovante do PIS/PASEP
- Cadastro de Pessoa Física – CPF e comprovante de regularidade emitido via internet pela Receita Federal do Brasil;
- Título de Eleitor;
- Certidão relativa à quitação eleitoral emitida via internet;
- Carteira de Reservista ou equivalente (somente para os candidatos do sexo masculino);
- Carteira Nacional de Habilitação (se assim o cargo exigir)
- Certidão Negativa Criminal expedida pelo Poder Judiciário de Santa Catarina;
- Comprovante de residência atualizado;
- Comprovante de escolaridade e da formação exigida para o cargo;
- Certificado de Especialização, se for o caso; (fotocopia)
- Registro no respectivo Conselho Regional de Classe do Estado de Santa Catarina, se for o caso; (fotocopia)
- Certidão de Nascimento dos filhos;
- Declaração de Acumulação de Cargo e Remuneração; (modelo CRH)
- Declaração de não ter sofrido penalidades no Serviço Público; (modelo CRH)
- Declaração de Bens ou Cópia da Declaração do IRRF;
- Declaração de Ficha Limpa (modelo CRH)
- Conta Salário em instituição financeira indicada pelo Município;

Em relação aos Exames Admissionais, previstos no item 3.4.1, do Edital 001/2013, o candidato deverá iniciar o seu processo somente após a entrega, junto a Chefia de Recursos Humanos, dos documentos comprobatórios exigidos para o cargo, a qual solicitará os respectivos exames conforme exigência para o cargo. Todos os documentos deverão ser entregues na Chefia de Recursos Humanos impreterivelmente no prazo acima estipulado, sob pena de perda do direito a escolha de vagas e à posse ou qualquer outro direito inerente ao Concurso.

AGENTE DE SERVIÇOS PÚBLICOS NÍVEL 01

NOME	CLAS	ASSINATURA	Data
POLIANA ROBERTA DE MIRANDA	75º		

Porto União (SC), 06 de maio de 2014.
ANIZIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Presidente Castello Branco

PREFEITURA

Edital de Processo Licitatório Nº 42/2014

EDITAL DE PROCESSO LICITATÓRIO Nº 42/2014

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

E X T R A T O

O Município de Presidente Castello Branco, Estado de Santa Catarina, com base na Lei nº 10.520/02 e da Lei nº 8.666/93 e suas atualizações, leva ao conhecimento de quem possa interessar que serão recebidas até às 08:30 (oito horas e trinta minutos), do dia 21 (vinte e um) de maio de 2014, no Setor de Licitações, as propostas para PREGÃO PRESENCIAL, que tem como objeto a aquisição de materiais médico hospitalares destinados à manutenção das atividades do Fundo Municipal de Saúde do Município de Presidente Castello Branco/SC, conforme itens constantes no Anexo I do presente Edital. O Município fornecerá por intermédio da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento e Finanças, das 07:30 horas às 11:30 horas e das 13:00 horas às 17:00 horas, qualquer informação e/ou esclarecimento referente a presente licitação, inclusive através do fone/fax (0xx) 49 3457-1122.

A íntegra do presente Edital poderá ser obtido no site: www.castellobranco.sc.gov.br

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO/SC, 07 DE MAIO DE 2014.

Claudio Sartori

Marisa Petkov Talini

Prefeito Municipal

Secretária Municipal de Saúde

Rio do Sul

PREFEITURA

Pregão Presencial 062/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2014

OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de Copa e Cozinha e Limpeza, Higienização e Conservação, a serem executados nas instalações da Sede da Companhia de Bombeiros Militar de Rio do Sul.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/05/2014, às 08:30h. no endereço abaixo, na sala de licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 09:00h do dia 20/05/2014, no endereço abaixo, na sala de licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Procedimentos Licitatórios.

Rio do Sul (SC), 06 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Pregão Presencial 049/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE PROCESSOS LICITATÓRIOS

PREGÃO PRESENCIAL PARA REGISTRO DE PREÇO Nº 049/2014

OBJETO: Registro de preço para aquisição de cestas básicas para atender pessoal do PEAD lotados nas Secretarias de Administração, Obras e Planejamento.

REGIMENTO: Lei Federal 10.520/2002, de 17 de julho de 2002 e Decreto Municipal nº 237/2006, de 25 de maio de 2006.

ENTREGA DOS ENVELOPES E ABERTURA DAS PROPOSTAS: Até o dia 20/05/2014, às 10:00h., no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

CREDENCIAMENTO E ABERTURA DA SESSÃO DE LANCES: às 10:30h do dia 20/04/2014, no endereço abaixo, na Sala de Licitações.

INFORMAÇÕES: A íntegra do Edital, o Decreto que regulamenta a modalidade e esclarecimentos poderão ser obtidos no seguinte endereço: Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Pç. 25 de Julho, 01, centro, Departamento de Licitações.

Rio do Sul (SC), 06 de maio de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Contrato Administrativo Nº 310/2014
CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 310/2014

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário Municipal de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, com sede na Praça 25 de julho, nº 1, desta cidade e de outro lado o(a) Sr.(a) ANTONIELA CRISTINA FERREIRA, portador(a) do CPF nº 047.649.159-28 na qualidade de Contratado(a), residente e domiciliado(a) na Rua Beco Samuel Hoffmann, nº 162, Bairro Canoas - Rio do Sul - SC, celebram o Contrato de Admissão em Caráter Temporário, tendo as duas partes entre si acertado o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA: O(a) contratado(a) com fundamento no Art. 2º, inciso VII, da Lei 3.796 de 26 de junho de 2002, e alterações posteriores, prestará serviços de Assistente Social, com jornada de 40 horas semanais, a serem desenvolvidas no(a) Secretaria de Assistência Social e Habitação - CRAS Santa Rita, em substituição a Lílian Sabrina Kreusch, designada para ocupar cargo comissionado.

CLÁUSULA SEGUNDA: Pelos serviços prestados, o (a) contratado(a) receberá a importância de R\$ 3.402,03 (três mil, quatrocentos e dois reais e três centavos) mensais, devendo o valor ora pactuado, ser majorado, na mesma data, sempre que houver reajuste aos servidores públicos municipais, observando-se na fixação do valor, o percentual determinado para a categoria dos profissionais da educação.

Parágrafo único - De acordo com o parágrafo 4º do Art. 7º da Lei complementar nº 075, de 17 de dezembro de 2.003, a importância mencionada no caput desta cláusula, é decorrente do vencimento inicial previsto para o cargo e nível para o qual o contratado é admitido para substituir (quando for o caso), desde que possua a mesma habilitação do titular.

CLÁUSULA TERCEIRA: O presente contrato é por prazo determinado, tendo início em 08/05/2014 e encerrando-se em 06/06/2014, podendo ser aditivado, desde que em conformidade com a lei nº 3.796 de 26 de junho de 2002, e suas alterações posteriores e desde que os prazos entre o contrato original e o termo aditivo sejam contínuos e com expressa anuência das partes ora contratantes.

Parágrafo único - Caso o presente contrato seja aditivado em decorrência de nova substituição, a remuneração será equivalente ao vencimento inicial do novo cargo substituído.

CLÁUSULA QUARTA: Os encargos decorrentes do cumprimento do presente contrato correrão por conta de dotações orçamentárias próprias.

CLÁUSULA QUINTA: Se o CONTRATANTE rescindir o presente contrato antes do prazo pactuado, por motivo de conveniência administrativa, pagará ao CONTRATADO nos termos do § 2.º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, a importância correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA : Se a extinção do contrato for mediante iniciativa do CONTRATADO, este deverá com fundamento no § 1º do Art. 13 da Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2.002, comunicar com a antecedência mínima de 30 (trinta) dias, importando tal ato, numa indenização aos cofres públicos, correspondente à metade do valor que lhe caberia até o final do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA: Este contrato é celebrado com fundamento na

Lei nº 3.796, de 26 de junho de 2002, aplicando-se ao contrato, suplementarmente, no que couber, as regras definidas no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

CLÁUSULA OITAVA: Fica eleito o Foro da Comarca de Rio do Sul (SC), para dirimir quaisquer dúvidas decorrentes deste contrato. E por assim estarem de acordo, assinam as partes o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma.

Rio do Sul (SC), 07 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração

ANTONIELA CRISTINA FERREIRA
Contratado (a)

Portaria Nº 511/2014
PORTARIA Nº. 0511/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear a servidora LILIAN SABRINA KREUSCH, matrícula nº 103438/05, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social (40h), para a partir de 04/05/2014 exercer as atribuições do cargo de Diretor do Departamento de Assistência Social da Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, com opção pela remuneração do cargo de provimento efetivo.

Art. 2º Conceder o percentual de 20% (vinte por cento) incidente sobre o valor da remuneração do cargo de Diretor do Departamento de Assistência Social da Secretaria de Assistência Social e Habitação, com fundamento no Art. 57 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, em face da servidora optar pela remuneração do cargo efetivo de Assistente Social (40h).

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 05 de maio de 2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário Municipal de Administração
Vf

Portaria Nº 514/2014
PORTARIA Nº. 0514/RH

GIVANILDO SILVA, Secretário Municipal de Administração da Prefeitura Municipal de Rio do Sul, Santa Catarina, usando da competência que lhe confere o Decreto n. 3085, de 03 de janeiro de 2013,

RESOLVE:

Art. 1º Designar, para no período de 04/04/2014 a 02/06/2014, de acordo com Art. 46 da Lei Complementar n.º 207 de 28/09/2010, a servidora municipal JUCÉLIA CORREIA DE SANTANA, matrícula nº 101710/01, ocupante do cargo de provimento efetivo de Professor (40h), exercer as atribuições do cargo de Diretor de Unidade Educacional de "Pequeno Porte" - CEI Déa Bornhausen, durante o impedimento da titular, por motivo de Licença Especial à Gestante. E pelo exercício da função, faz jus além da remuneração de seu cargo efetivo, a uma gratificação mensal no percentual de

30% do seu vencimento base, em cumprimento ao Art. 4º da Lei Complementar Nº 194/2009.

Art. 2º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Rio do Sul, 06 de maio de 2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário Municipal de Administração

Vf

Aditivos de Contrato de Adriana Dolzan A Viviane da Silva

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014 firmado em 31/03/2014, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ADRIANA DOLZAN portador(a) do CPF nº 803.055.639-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 283/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 283/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA

ADRIANA DOLZAN

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014 firmado em 07/02/2014, com término previsto para 28/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) ANA PAULA PEREIRA HASSE portador(a) do CPF nº 008.726.299-10, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 215/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 215/2014, iniciando-se a prorrogação em 28/04/2014 e

encerrando-se em 19/09/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 28/04/2014.

GIVANILDO SILVA

ANA PAULA PEREIRA HASSE

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

9º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2013 firmado em 11/02/2013, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) DENISE DOS SANTOS portador(a) do CPF nº 936.178.529-04, na qualidade de Contratado(a), celebram o 9º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 067/2013, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 067/2013, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 27/06/2014.”

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.

GIVANILDO SILVA

DENISE DOS SANTOS

Secretário de Administração

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 19/03/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIO CARLOS DE MEDEIROS portador(a) do CPF nº 014.551.589-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/03/2014 e encerrando-se em 04/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/03/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

IVANIO CARLOS DE MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 04/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) IVANIO CARLOS DE MEDEIROS portador(a) do CPF nº 014.551.589-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/04/2014 e encerrando-se em 30/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

IVANIO CARLOS DE MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 30/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro

lado o(a) Sr.(a) IVANIO CARLOS DE MEDEIROS portador(a) do CPF nº 014.551.589-33, na qualidade de Contratado(a), celebram o 3º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 239/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 239/2014, iniciando-se a prorrogação em 01/05/2014 e encerrando-se em 15/05/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 30/04/2014.
GIVANILDO SILVA
Secretário de Administração

IVANIO CARLOS DE MEDEIROS
Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

1º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 19/03/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE DA SILVA portador(a) do CPF nº 009.344.699-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 1º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto
Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência
Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2014, iniciando-se a prorrogação em 20/03/2014 e encerrando-se em 04/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação
Permanecem inalteradas as demais cláusula do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 19/03/2014.
GIVANILDO SILVA VIVIANE DA SILVA
Secretário de Administração Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..
CPF:.. CPF:..

2º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 04/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE DA SILVA portador(a) do CPF nº 009.344.699-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2014, iniciando-se a prorrogação em 05/04/2014 e encerrando-se em 22/04/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 04/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIANE DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:.. Nome:..

CPF:.. CPF:..

3º Termo Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014 firmado em 28/02/2014, com término previsto para 22/04/2014 .

O Município de Rio do Sul, neste ato representado pelo Sr. GIVANILDO SILVA, na qualidade de Secretário de Administração, com delegação de competência previsto no Decreto nº 3085, de 03 de janeiro de 2013, doravante denominado Contratante, e de outro lado o(a) Sr.(a) VIVIANE DA SILVA portador(a) do CPF nº 009.344.699-38, na qualidade de Contratado(a), celebram o 2º Aditivo ao Contrato Administrativo nº 237/2014, mediante as seguintes cláusulas e condições:

Cláusula Primeira - Do objeto

Altera a cláusula terceira do Contrato Administrativo, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Cláusula Terceira - Do prazo de vigência

Fica prorrogado o prazo de vigência do Contrato Administrativo nº 237/2014, iniciando-se a prorrogação em 23/04/2014 e encerrando-se em 15/05/2014."

Cláusula Segunda - Da ratificação

Permanecem inalteradas as demais cláusulas do Contrato a que se refere o presente Termo Aditivo.

E para que o presente Termo Aditivo surta os devidos fins e efeitos legais, assinam o mesmo em duas vias de igual teor e forma.

Rio do Sul, 22/04/2014.

GIVANILDO SILVA

Secretário de Administração

VIVIANE DA SILVA

Contratado(a)

Testemunhas:

Nome:..

Nome:..

CPF:..

CPF:..

Edital de Tomada de Preços 072/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO SUL

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES

EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 072/2014

O Município de Rio do Sul/SC, torna público, que fará realizar na Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal, localizada na Praça 25 de Julho, nº 01, Centro, licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS, execução por empreitada por preço unitário do tipo MENOR PREÇO GLOBAL, objetivando a contratação de empresa para execução de uma quadra coberta poliesportiva com vestiários com área de 980,42 m², na C.E Roberto Machado, localizada Estrada São Bento, 37, Bairro Progresso em Rio do Sul, em conformidade com a Lei nº 8.666/93 e alterações posteriores, pelas normas, especificações e condições contidas no edital e seus anexos.

O edital e seus anexos, estarão à disposição dos interessados para verificação, na Divisão de Processos Licitatórios do Município, no endereço constante no preâmbulo deste, no horário de expediente da Prefeitura Municipal.

Os interessados em adquirir o edital e seus anexos, poderão fazê-lo junto a Recopy Fotocopiadora, localizado na Al. Aristiliano Ramos, 816, Centro, no horário comercial, fone, 47 3522-2125, sendo o custo por conta do interessado.

Os envelopes contendo as documentações de habilitação e propostas serão recebidos até as 09:00 horas do dia 23 de maio de 2014, devendo ser protocolados na Divisão de Suprimentos da Prefeitura Municipal. A abertura dos envelopes de habilitação será efetuada às 09:00 horas do dia 23 de maio de 2014, na Sala de Reuniões do Prédio Central da Prefeitura Municipal.

Rio do Sul, 30 de abril de 2014.

GARIBALDI ANTONIO AYROSO

Prefeito de Rio do Sul

Santa Rosa do Sul

PREFEITURA

Aviso de Alteração Abertura Edital

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA ROSA DO SUL
Aviso de Alteração abertura de Edital

Licitação nº 46/2014 - CV nº 46/2014

Fica alterado o prazo de abertura da documentação e propostas do Edital de Licitação acima descrito, para o dia 09 de Maio de 2014 às 15:30horas.

"Lê-se: "Com entrega dos envelopes, marcada para até 18:00 horas do dia 08 de maio de 2014 e abertura à 16:00 horas do dia 09 de maio 2014.".

Maiores informações poderão ser obtidas junto ao departamento de Compras e Licitações da Prefeitura, sito a Rua Ferminio Pedro Raupp Nº 400, Centro, Fone Fax: (0xx48) 534-1113 e e-mail: liocitacao@santarosadosul.sc.gov.br, das 08:00 às 11:30h e das 13:30h às 18:00h.

Nelson Cardoso de Oliveira.
Prefeito Municipal

Santa Terezinha do Progresso

PREFEITURA

Decreto 142 - Situação de Emergência

Decreto Nº 142, de 05 de Maio de 2014

Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada Desastres de Médio Porte.

JACOB GILMAR JUNGES, Prefeito de SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO/SC, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo Art. 7º do Decreto Federal nº 7.257, de 04 de Agosto de 2010 da Lei Orgânica do Município (ou do Distrito Federal), pelo Art. 17 do Decreto Federal nº 5376, de 17 de fevereiro de 2005, pela Lei Estadual nº 10.925, de 22 de setembro de 1998, pelo Decreto Estadual nº 3.924, de 11 de janeiro de 2006 e pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

CONSIDERANDO QUE:

- Nos dias 29 e 30 de abril e 01 de maio o município de Santa Terezinha do Progresso foi atingido por chuva torrencial - registrados pela Epagri/Ciram 189,6 milímetros - e em decorrência disso muitos danos foram registrados no município, com destaque para transbordos de rios, degradação de toda a malha viária, bem como a destruição total e/ou parcial de pontes, pontilhões e bueiros.
- Toda a malha viária do município foi danificada pela grande quantidade de chuva, onde vários trechos ficaram interditados devido à buracos e/ou crateras abertas pela força das correntezas ocasionadas pela súbita alta dos níveis de água nos riachos e córregos de água que cortam o município.
- A recomendação da Comissão de Defesa Civil Municipal, que avaliou e quantificou os efeitos da estiagem, em acordo com a Resolução Nº 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - COMDEC (Coordenadoria de Proteção e Defesa Civil);

DECRETA:

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Esta situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre, conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos e pelo Croqui da Área Afetada, anexos a este Decreto.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real desse desastre.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres, e a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo desastre.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva da COMDEC.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de Defesa Civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para

determinar a pronta evacuação das mesmas;
II - usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da Defesa Civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras, e o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Art. 7º. Ficam revogadas disposições em contrário.

Art. 8º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 05 de Maio de 2014.

SANTA TEREZINHA DO PROGRESSO- SC, 05 de Maio de 2014
DÉLCIO KETTERMANN JACOB GILMAR JUNGES
Presidente COMDEC PREFEITO MUNICIPAL

São Bento do Sul

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 002/2014 Emhab

EXTRATO DO CONTRATO Nº 002/2014

DA ESPÉCIE: Contrato de locação de imóvel, que entre si celebram a EMPRESA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE SÃO BENTO DO SUL, e a Sra. ANDREIA MARTINS.

DO OBJETO: O objeto do presente Contrato consiste na locação de imóvel para pagamento de aluguel em caráter de emergência para abrigar a família da Sra. Girlene Wais de Jesus, conforme Dispensa de Licitação nº 003/2014, de 4 de abril de 2014.

DO VALOR: R\$ 2.700,00 - Valor Total.

DA VIGÊNCIA: 6 (seis) meses, a contar de 04 de abril de 2014 até 03 de outubro de 2014.

São Bento do Sul, 04 de abril de 2014.

ASS: LUIZ CARLOS PEDROZO, pela Empresa Municipal de Habitação EMHAB.

ANDREIA MARTINS, como Contratada.

Resoluções Conselho Municipal de Assistência Social

Conselho Municipal de Assistência Social
CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 008/2014.

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MÉDIA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária em 05 de Maio de 2014, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Média Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 114.048,00 (cento e catorze mil e quarenta e oito reais), sendo que 40% (quarenta por cento) destina-se para investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º - Os recursos serão destinados aos seguintes Serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade executados no CREAS, segundo a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009:

I - Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias - PAEFI, ficará com R\$ 31.933,44 (trinta e um mil, novecentos e trinta e três reais e quarenta e quatro centavos), totalizando 70% (setenta por cento) para investimento e R\$ 34.214,44 (trinta e

quatro mil, duzentos e catorze reais e quarenta e quatro centavos) totalizando 50% (cinquenta por cento) para custeio;

II - Serviço de Proteção Social a Adolescentes em Cumprimento de Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida (LA) e de Prestação de Serviços à Comunidade, ficará com R\$ 13.685,76 (treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando 30% (trinta por cento) para investimento e R\$ 13.685,76 (treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando 20% (vinte por cento) para custeio;

III - Serviço Especializado em Abordagem Social, ficará com R\$ 6.842,88 (seis mil, oitocentos e quarenta e dois reais e oitenta e oito centavos), totalizando 10% (dez por cento) para custeio; e

IV - Serviço de Proteção Social Especial para Pessoas com Deficiência, Idosas e suas Famílias, ficará com R\$ 13.685,76 (treze mil, seiscentos e oitenta e cinco reais e setenta e seis centavos), totalizando 20% (vinte por cento) para custeio.

Art. 3º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014

Silvia Santiago Martins

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 009/2014

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA COMPLEXIDADE, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária em 05 de Maio de 2014, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS;

RESOLVE:

Art. 1º - Aprovar a partilha de recursos referentes ao cofinanciamento dos serviços da Proteção Social Especial de Alta Complexidade proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 108.900,00 (cento e oito mil e novecentos reais), sendo que destes, 40% (quarenta por cento) destina-se a investimento e 60% (sessenta por cento) para custeio.

Art. 2º - Os recursos serão destinados para os Serviços de Proteção Social Especial de Alta Complexidade, segundo a Tipificação Nacional de serviços Socioassistenciais, Resolução CNAS nº 109/2009, nas modalidades de: Acolhimento Institucional, Família Acolhedora, dispostos da seguinte forma:

I - Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, ficará com R\$ 43.560,00 (quarenta e três mil, quinhentos e sessenta reais), totalizando 100% (cem por cento) do investimento e R\$ 45.738,00 (quarenta e cinco mil, setecentos e trinta e oito reais) totalizando 70% (setenta por cento) para custeio;

II - Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade Abrigo para crianças e adolescentes, ficará com R\$ 13.068,00 (treze mil, sessenta e oito reais) totalizando 20% (vinte por cento) para custeio; e

III - Serviço de Acolhimento Institucional - Modalidade Casa Abrigo para Mulheres Vítimas de Violência Doméstica, ficará com R\$ 6.534,00 (seis mil, quinhentos e trinta e quatro reais) totalizando

10% (dez por cento) para custeio.

Art. 3º O gestor da política de assistência social deve assumir o compromisso e a responsabilidade com o reordenamento da oferta de serviços para na modalidade Acolhimento para Crianças, Adolescentes e Jovens.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014

Silvia Santiago Martins

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 010/2014.

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS BENEFÍCIOS EVENTUAIS, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011; pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária em 05 de Maio de 2014, e

CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos referente ao cofinanciamento dos Benefícios Eventuais proveniente do FEAS, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 13.301,51 (treze mil, trezentos e um reais e cinquenta e um centavos).

Art. 2º Os recursos serão destinados ao custeio de Benefícios Eventuais para a provisão de:

I - Auxílio Funeral;

II - Auxílio Natalidade;

III - Situações de Vulnerabilidade Temporária; e

IV - Calamidade Pública.

Art. 3º Os recursos cofinanciados de que trata esta resolução não poderão ser aplicados em itens referentes à órteses e próteses, tais como aparelhos ortopédicos, dentadura, dentre outros; cadeiras de roda, muletas, óculos, e outros itens inerentes à área da saúde, como medicamentos, pagamento de exames médicos, apoio financeiro para tratamento de saúde fora do município, transporte de doentes, leite, dietas de prescrição especial e fraldas descartáveis para pessoa que tenha necessidade de uso, conforme expresso na Resolução nº 39 do CNAS.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014

Silvia Santiago Martins

Presidente do CMAS

RESOLUÇÃO CMAS Nº. 011/2014.

DISPÕE SOBRE O COFINANCIAMENTO DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA, ENTRE O FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FEAS E O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS DE SÃO BENTO DO SUL.

O Conselho Municipal de Assistência Social - CMAS, no uso das atribuições conferidas pela Lei Municipal nº. 513, de 12 de dezembro de 1995; pela Lei Municipal nº 2818, de 09 de junho de 2011;

pelo Decreto Municipal nº. 878, de 08 de novembro de 2011, que aprova o Regimento Interno do Conselho Municipal de Assistência Social e, de acordo com a deliberação da Sessão Plenária Extraordinária em 05 de Maio de 2014, e
CONSIDERANDO o inciso X do artigo 121 da NOB/SUAS 2012, que dispõe sobre as atribuições precípuas dos Conselhos de Assistência Social de aprovar critérios de partilha de recursos em seu âmbito de competência, respeitados os parâmetros adotados na LOAS

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a partilha de recursos, proveniente do FEAS, para o cofinanciamento dos Serviços da Proteção Social Básica, por meio de recursos financeiros alocados no FMAS no valor de R\$ 80.034,48 (oitenta mil, trinta e quatro reais e quarenta e oito centavos), referente ao ano de 2014, para ser utilizado 100% (cem por cento) em custeio.

Art. 2º Os recursos serão destinados aos serviços ofertados pelo município e elencados no Projeto Técnico, no âmbito da Proteção Social Básica, de acordo com a Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009).

Art. 3º O Gestor da Política de Assistência Social do município é responsável pela adesão ao Programa BPC Escola até o mês de junho do corrente ano para garantir a continuidade dos recursos provenientes do FEAS ao FMAS referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Parágrafo único: O descumprimento do "caput" do presente artigo acarretará no bloqueio do recurso referente ao cofinanciamento da Proteção Social Básica.

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 05 de maio de 2014
Sílvia Santiago Martins
Presidente do CMAS

Portaria Nº 5332/2014

PORTARIA Nº 5332, DE 29 DE ABRIL DE 2014
Nomeia Servidor Público Municipal

FERNANDO TURECK, PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais e nos termos da Lei Municipal nº 228/01, resolve

NOMEAR:

A partir de 29 de abril de 2014, MAIARA DUFLOTH PELISSA, em caráter efetivo, habilitada no Concurso Público de nº 009/2011, homologado em 09 de setembro de 2011, para exercer o cargo de Psicólogo, Grupo Ocupacional 05, Nível I, Classe A, com 40 (quarenta) horas semanais, na Secretaria Municipal de Assistência Social.

São Bento do Sul, 29 de abril de 2014.
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

PUBLICADO NO MURAL DA PREFEITURA
DE _____ A _____
PUBLICADO NO DOM Nº _____
PÁGINA _____ DE _____
ASSINATURA:

Decreto Nº 543/2014

DECRETO Nº 0543, DE 06 DE MAIO DE 2014
Estabelece Valor da UFM

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO SUL, no uso de suas atribuições legais,

DECRETA:

Art. 1º A Unidade Fiscal Municipal - UFM, fica estabelecida com o valor equivalente a R\$ 3,3243, a partir de 01 de maio de 2014, nos termos da Lei nº 1.486, art.1º, parágrafo único, inciso II, de 23 de dezembro de 2005.

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Bento do Sul, 06 de maio de 2014
FERNANDO TURECK
Prefeito Municipal

SAMAE

Aviso de Licitação - Pregão Nº 33/2014

Pregão Presencial nº 33/2014
SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL
Processo Administrativo Nº 33/2014
MENOR PREÇO POR ITEM

O SERVIÇO AUTÔNOMO MUNICIPAL DE ÁGUA E ESGOTO DE SÃO BENTO DO SUL, ESTADO DE SANTA CATARINA, através do seu Diretor Presidente, torna público, para quem interessar possa, conforme preceituam as Leis nº 8.666/93 de 21/06/1993 e Lei 10.520 de 17/07/2002, que receberá até as 09:30 horas do dia 21 de maio de 2014, em sua sede na Rua Marechal Floriano, nº 214, propostas para:

DO OBJETO: Aquisição de hidrômetros para o Setor de Abastecimento de Água do SAMAE. Os interessados poderão obter maiores informações e retirar o Edital Completo, no Departamento de Compras (Divisão de Suprimentos e Transporte), sede do SAMAE-SBS, no endereço acima especificado, no horário das 08h00 às 12h00 e das 13h30min às 17h00 ou através da internet no site: www.samaesbs.sc.gov.br/licitacao

São Bento do Sul, 07 de maio de 2014.
OSMAR TELMA
Diretor Presidente

FUNDAÇÃO CULTURAL

Portaria Nº 004 de 08 de Maio de 2014

PORTARIA Nº 04 DE 08 DE MAIO DE 2014.
"Constitui Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura"

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL DE SÃO BENTO DO SUL, usando da competência que lhe é conferida por Lei,

RESOLVE:

Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a Comissão Consultiva Especial do Fundo Municipal de Cultura de São Bento do Sul:

Rubens Franco
Suzi Daiane da Silva
Liara Roseli Krobot
Elisabeth Mueller
Donald Malschitzky

Art 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação revogando a portaria 020/2013.

São Bento do Sul, 08 de maio de 2014.
BRAULIO HANTSCHER
PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO CULTURAL

São Domingos

PREFEITURA

Dec 1609 de 05 05 14 Exonera A Pedido Simone Zanin

DECRETO Nº 1609, DE 05 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a exoneração de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal de 28/09/90, atualizada; pela Lei Complementar Municipal nº. 0018, de 28/01/08 atualizada; pela Lei Complementar nº. 042, de 04/04/12 atualizada e pela Lei Complementar 045, de 06/11/12; e:

Considerando requerimento apresentado no Setor de Pessoal
DECRETA:

Art. 1º Fica exonera a pedido a servidora Simone Zanin, do cargo de Assistente Pessoal do Prefeito, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica revogada a Portaria nº 1602, de 29 de abril de 2014.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto, correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 05 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária de Administração e Fazenda

Dec 1610 de 07 05 14 Demissão Marcia Veber Professora Act

DECRETO Nº 1610, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a demissão de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21 de dezembro de 2007, nº 0018, de 28 de janeiro de 2008 atualizada, pela Lei Complementar nº 042 de 04 de abril de 2012 atualizada, pela Lei 1.132/1998; Pela Lei Complementar nº 045 de 06 de novembro de 2012, lei Complementar nº 043 de 26 de julho de 2012 e pela Lei Municipal 1.637 de 27 de agosto de 2010, ainda:

* Considerando o disposto no Contrato nº 026/2013, pelo qual foi admitida, em Caráter Temporário (ACT), a servidora Marcia Veber, para ocupar o cargo de Professora PD/D-IV (Educação Infantil);

* Considerando que a servidora, até a presente data, encontrava-se em licença maternidade, conforme disposto na Portaria nº 1520, de 13 de novembro de 2013,

* Considerando que o Contrato nº 026/2013 foi celebrado por prazo determinado, tendo sido estabelecido o fim da vigência o término do ano letivo de 2013.

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a servidora Marcia Veber, ocupante do cargo de Professora PD/D-IV (Educação Infantil), admitida em Caráter Temporário(ACT), com 20 (vinte) horas semanais, deste Município

de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o Contrato nº 026/2013, firmado entre o Município de São Domingos e Marcia Veber.

Art. 3º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 4º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

De Brasília (DF) para São Domingos (SC), 07 de maio de 2014
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dec 1611 de 07 05 14 Demissão Gizieli Valgoi Gustmann Professora Act

DECRETO Nº 1611, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Dispõe sobre a demissão de servidora pública municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso de atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal; pelas Leis Complementares Municipais nº 0017, de 21/12/07, nº 0018, de 28/01/08 atualizada, pela Lei Complementar nº 042 de 04/04/12 atualizada, pela Lei 1.132/1998; Pela Lei Complementar nº 045 de 06/11/12 e pela lei Complementar nº 043 de 26/07/12 e:

*Considerando o disposto no Decreto nº 1541, de 21 de fevereiro de 2014 o período de admissão da servidora Gizieli Valgoi Gustmann, será durante a licença maternidade legalmente concedida, a servidora Pública Municipal Marcia Veber;

* Considerando que o contrato nº 026/2014 foi celebrado por prazo determinado, tendo sido estabelecido o fim da vigência na cessão da licença maternidade da servidora, Marcia Veber;

DECRETA:

Art. 1º Fica demitida a servidora Gizieli Valgoi Gustmann, ocupante do cargo de Professora PD/C-III (Educação Infantil), admitida em Caráter Temporário (ACT), com 20 (vinte) horas semanais, deste Município de São Domingos (SC), a partir desta data.

Art. 2º Fica extinto o Contrato nº 026/2014, firmado entre o Município de São Domingos e Gizieli Valgoi Gustmann.

Art. 3º Fica revogada a portaria nº 1577 de 28/02/2013 no que se refere a servidora.

Art. 4º As despesas provenientes do cumprimento deste decreto correrão por conta das dotações constantes no orçamento geral do município.

Art. 5º Este decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de maio de 2014.
Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Dec 1611 de 07 05 14 Nomeia Agente Educativo Giovana Walendorff

DECRETO Nº 1612, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Nomeia servidora aprovada em Concurso Público para o serviço público municipal.

O Prefeito Municipal de São Domingos, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, de 28/09/90; Leis Complementares Municipais nº 018, de 28/01/08, atualizada, nº 042 de 04/04/12, atualizada, e nº 045, de 06/11/12; e:

Considerando o Edital do Concurso Público nº 001/2013, de 05 de agosto de 2013;

Considerando o Edital de Concurso nº 007/2013, de 13 de dezembro de 2013, que homologa o resultado final do Concurso Público;

Considerando os princípios administrativos que norteiam toda a atividade administrativa;

DECRETA:

Art. 1º Fica nomeada para o Serviço Público Municipal a Senhora Giovana Walendorff, para exercer o cargo de Agente Educativo, deste Município de São Domingos (SC), sob o Regime Jurídico Estatutário, com carga horária de 40 horas semanais, enquadrada no Anexo I - Quadro Geral de Cargos Permanentes, Código 31.07, Grupo 3 (Serviços Auxiliares-SAUXI), da Lei Complementar Municipal nº 0042, de 04/04/2012, atualizada, a partir desta data.

Art. 2º O local de trabalho indicado no início do exercício e durante o estágio probatório não gera direito a estabilidade de permanecer no mesmo, podendo a critério da Administração ser remanejado em qualquer época.

Art. 3º As despesas decorrentes do presente Decreto correrão por conta das dotações constantes no Orçamento Geral do Município.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos (SC), 07 de maio de 2014.

Alcimar de Oliveira
Prefeito Municipal

Registrado e publicado em data supra.

Ana Claudia Barizon Fontana da Luz
Secretária Municipal de Administração e Fazenda

Resolução CMAS

CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL (CMAS) DE SÃO DOMINGOS

RESOLUÇÃO Nº 004/2014

O Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em Reunião Plenária Ordinária, realizada dia 29 de abril e visita técnica realizada no dia 05 de maio de 2014, no uso das competências e das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Federal nº 8.742/93, Lei Municipal nº 0998/95, de 18 de dezembro de 1995, Lei nº 1.585, de 06 de abril de 2009 e Resolução nº 16 do Conselho Nacional de Assistência Social de 05 de maio de 2010 e pela Resolução nº 005/2011 do Conselho Municipal de Assistência Social, RESOLVE:

Art. 1º - DEFERIR a solicitação feita através de requerimento para RENOVAÇÃO DE ENTIDADE DE ASSISTÊNCIA SOCIAL da Associação de Pais e Amigos de Excepcionais de São Domingos, que possui a Inscrição Nº001.

Art. 2º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Domingos, 06 de maio de 2014.
Sandra Maria Fiorese
Presidente do Conselho Municipal de Assistência Social

Termo de Permissão de Uso Táxi 001

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: Janeiro/2014.

Número do Termo de Permissão: Nº 001/2014.

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014.

Data Vencimento: 31/01/2015.

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Benjamin Constant, entre a Rua Brasil e Avenida Irineu Bornhausen, neste Município de São Domingos (SC).

Permissionário: JURACIR LIMA DE OLIVEIRA

CPF: 613.108.839-04

Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 002

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 002/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Major Azambuja, 125, Bairro São Cristóvão, junto ao Terminal Rodoviário Municipal.

Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Eliane Svierk ME

CNPJ: 14.743.605/0001-87

Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 003

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 003/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Major Azambuja, 125, Bairro São Cristóvão, junto ao Terminal Rodoviário Municipal.
Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Vilmar Zanin

CPF: 692.962.439-04

Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 004

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 004 DE 31/01/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015.

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Rui Barbosa, entre a Rua Santos Dumont e Campolin Palma de Mattos.

Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Thalles Iurem Invitti

CPF: 078.686.849-09

Permissor: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08.

Termo de Permissão de Uso Táxi 005

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 005/2014 DE 31/01/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Amazonas, entre as Ruas Campolin Palma de Matos e Santa Maria, em frente a Unidade Mista de Saúde Santa Paulina.

Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº

29.784-b

Permissionária: Janete Aparecida Begnini Quadri
CPF: 800.012.709-15
Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 006

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 0006/2014 DE 31/01/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga do ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Idílio Comachio, Distrito de Maratá, neste Município de São Domingos (SC).
Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Lauro Valdecir Walendorff
CPF: 162.465.949-72
Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 007

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 0007/2014 DE 31/01/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga de ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Linha Santo Antonio, neste Município de São Domingos (SC).
Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Gilmar Achilles Marmentini

CPF: 767.214.349-20
Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Permissão de Uso Táxi 008

DADOS DE TERMO DE PERMISSÃO PARA USO DE PONTO DE TÁXI

MÊS/ANO: JANEIRO/2014

Número do Termo de Permissão: Nº 0008/2014 DE 31/01/2014

Data do Termo de Permissão: 31/01/2014

Data Vencimento: 31/01/2015

Descrição: O objeto do presente é a permissão para uso de uma vaga de ponto de táxi, cujo espaço físico é delimitado pelo Poder Executivo Municipal, sendo localizado neste Município de São Domingos (SC), no seguinte endereço: Rua Benjamin Constant, trecho entre a Rua Rui Barbosa e Rua Brasil, em frente ao Lote nº 02 da Quadra nº 07, de propriedade do Senhor Osvaldo Pedro Vieira, neste Município de São Domingos (SC).
Responsável Jurídico: Dr. Vinícius Augusto Andrioli - OAB/SC nº 29.784-b

Permissionário: Marinez Picetti de Oliveira
CPF: 025.026.059-03

Permissor: Município de São Domingos (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Termo de Conv. Prefe 001-A/2011 de 08 de Junho de 2011 (Termo de Convênio de Estágio Nº 1473/2011)

DADOS E TEXTO DE CONVÊNIO:

Mês/Ano: Junho/2011

Número do Convênio: PREFE 001-A/2011 de 08 de Junho de 2011
(Termo de Convênio de Estágio nº 1473/2011)

Descrição: Termo de Convênio que entre si celebram a Unochapecó através da Vice-reitoria de ensino, pesquisa e extensão e a Prefeitura de São Domingos/ SC, consiste na concessão de Campo de Estágio Curricular para alunos regularmente matriculados e com frequência nos Cursos Superiores da Unochapecó, proporcionando a oportunidade de realização de ESTÁGIO CURRICULAR OBRIGATÓRIO E ESTÁGIO CURRICULAR NÃO OBRIGATÓRIO.

Responsável Jurídico: Vinicius Augusto Andrioli - OAB/SC n. 29.784-B

Conveniente/Contratado: MUNICÍPIO DE SÃO DOMINGOS (SC)

CNPJ: 83.009.894/0001-08

Concedente/Contratante: FUNDAÇÃO UNIVERSITÁRIA DO DESENVOLVIMENTO DO OESTE - FUNDESTE

CNPJ: 82.804.642/0001-08

São José

PREFEITURA

Contrato/Ct: Nº 090/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 090/2014 - PR 014/2014 - Processo 061/2014 - Contratado: CLÁSSICA CULTURAL COMÉRCIO DE LIVROS LTDA - ME. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de livros de diferentes gêneros para constituir o acervo da biblioteca da Casa do Educador e os Centros de Educação Infantil da Secretaria Municipal de Educação de São José/SC. Valor Global: R\$162.439,54 - cento e sessenta e nove mil, quatrocentos e trinta e nove reais e cinquenta e quatro centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias contados da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 08 de abril de 2014.

Contrato/Ct: Nº 098/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 098/2014 - PR 010/2014 - Processo 033/2014 - Contratado: BRD SOLUÇÕES EM TECNOLOGIA LTDA. Objeto: Contratação de empresa especializada para administração, manutenção, suporte e cabeamento estruturado de ambientes de TI, com estrutura de central de atendimento via 0800 e software de gestão de atendimento, de acordo com as práticas preconizadas pelo modelo ITIL em níveis, SLA e relatórios gerenciais, para a Prefeitura Municipal de São José/SC. Valor Global: R\$540.000,00 - quinhentos e quarenta mil reais. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 12 (doze) meses contados da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 22 de abril de 2014.

Contrato/Ct: Nº 076/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 076/2014 - CV 001/2014 - Processo 039/2014 - Contratado: ANA CAROLINY DE LIMA QUEIROZ - ME. Objeto: Contratação de empresa para elaboração de projeto e execução de muro de contenção em pedra, do CEI Lício Mauro da Silveira - bairro Nossa Senhora do Rosário - Município de São José/SC. Valor Global: R\$45.863,46 - quarenta e cinco mil, oitocentos e sessenta e três reais e quarenta e seis centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 90 (noventa) dias, contados da sua assinatura e o prazo de execução dos serviços será de 30 (trinta) dias, contados da solicitação emitida pela Secretária de Educação. Data da Assinatura do Contrato: 24 de março de 2014.

Contrato/Ct: Nº 073/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 073/2014 - DL 011/2014 - Processo 073/2014 - Contratado: KHRONOS SEURANÇA PRIVADA LTDA. Objeto: Contratação de empresa para prestação de serviços de monitoramento de vigilância presencial 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptas, desarmada, para atender o Centro de Educação Infantil Cristo Rei, localizado no Loteamento Colinas do Luar - Secretaria Municipal de Educação do Município de São José/SC. Valor Global: R\$51.540,00 - cinquenta e um mil, quinhentos e quarenta reais. Prazo: O prazo de vigência e execução deste contrato é de 03 (três) meses, contados da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 20 de março de 2014.

Contrato/Ct: Nº 082/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 082/2014 - IN 004/2014 - Processo 077/2014 - Contratado: JOSÉ CIPRIANO DA SILVA. Objeto: Fornecimento do livro "São José - Uma Cidade Imperial", de autoria de José Cipriano da Silva, para serem distribuídos para as escolas, bibliotecas, universidades, entre outros. Valor Global: R\$23.120,00 - vinte e três mil, cento e vinte reais. Prazo: O prazo de vigência contratual é de 60 (sessenta) dias, contados da sua assinatura. Data da Assinatura do Contrato: 28 de março de 2014.

Contrato/Ct: Nº 069/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 069/2014 - IN 005/2014 - Processo 076/2014 - Contratado: MAIARA ELIZA COELHO. Objeto: Contratação de apresentação artística da cantora Maiara Eliza Coelho, em comemoração ao aniversário da Cidade de São José, com show previsto para 22/03/2014 na Av. Beira Mar de São José/SC. Valor Global: R\$2.000,00 - dois mil reais. Data da Assinatura do Contrato: 21 de março de 2014.

Lei N.º 5.380, de 22 de Abril de 2014

DISPÕE SOBRE A PROIBIÇÃO DA EXPOSIÇÃO, NAS MESAS E BALCÕES, DE RECIPIENTES QUE CONTENHAM SAL DE COZINHA (CLORETO DE SÓDIO) NOS ESTABELECIMENTOS QUE COMERCIALIZAM ALIMENTOS PREPARADOS PARA O CONSUMO IMEDIATO, COMO BARES, RESTAURANTES E SIMILARES, NO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ/SC faz saber a todos os habitantes do Município de São José que a Câmara de Vereadores aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam os bares, hotéis, restaurantes, lanchonetes e outros estabelecimentos que comercializem produtos alimentícios para consumo imediato, no Município de São José, proibidos de expor saleiros (cloreto de sódio - sal de cozinha) nas mesas e balcões.

Art. 2º - Os estabelecimentos citados no artigo 1º deverão expor

placas indicativas, em área visível constando uma advertência de citação e fundamentação desta Lei.

Art. 3º - Os estabelecimentos de que trata esta Lei poderão alertar, nos cardápios ou no material de divulgação dos produtos, sobre os riscos da ingestão excessiva de sal.

Parágrafo Único - Os estabelecimentos disponibilizarão, sem estarem expostos nas mesas, recipientes contendo o cloreto de sódio (sal de cozinha) para o consumo, quando solicitado pelo cliente.

Art. 4º - O saleiro, o "sache de sal" ou qualquer outra forma de recipiente, só será disponibilizado ao cliente, mediante solicitação.

Art. 5º - A infração ao disposto nesta Lei acarretará, primeiramente, em advertência e em caso de reincidência, multa diária de 35 (trinta e cinco) Unidades Fiscais de Referência Municipais - UFR-Ms. A não adequação se converterá em suspensão do alvará de funcionamento.

Art. 6º - Caberá à Secretaria de Saúde, através a sua fiscalização, autuação e aplicação da multa prevista no artigo 5º desta lei.

Art. 7º - Os estabelecimentos comerciais em funcionamento na data do início de vigência desta Lei deverão adequar-se às suas disposições no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data de sua publicação.

Art. 8º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

LUIS ANTÔNIO SILVA

Secretário Municipal de Saúde

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral

Lei N.º 5.387, de 05 de Maio de 2014

REVOGA-SE A LEI MUNICIPAL Nº. 4.749/2009 DE 16 DE MARÇO DO ANO DE 2009.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica revogada a Lei nº. 4.749/2009, de 16 de março de 2009, que suspende temporariamente as concessões de licenças para construção, instalação e implantação de empreendimentos imobiliários, comerciais e industriais na bacia inundável do Rio Forquilha e dá outras providências.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, especialmente a Lei nº. 4.749, de 16 de março de 2009.

Paço Municipal, em São José (SC), 05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MICHEL DA SILVA SCHLEMPER
Secretário de Serviços Públicos

CLÓVIS RENATO SQUIO
Procurador-Geral do Município

Decreto Nº 2625/2014

DECRETO Nº 2625/2014

REGULAMENTA O FUNDO MUNICIPAL ANTI DROGAS - FMAD E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 62 da Lei Orgânica do Município e com fundamento no art. 14, da Lei nº 4047, de 17 de novembro de 2003,

DECRETA:

CAPÍTULO I

DO OBJETIVO

Art. 1º. O Fundo Municipal Anti Drogas - FMAD, instituído pela Lei nº 4047, de 17 de novembro de 2003, objetiva captar e aplicar recursos públicos e privados nas políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social, no Município de São José.

Art. 2º. A gestão do FMAD caberá ao Secretário Municipal de Assistência Social, com acompanhamento do Conselho Municipal Anti Drogas - COMAD.

Parágrafo único: Fica delegada a competência de Ordenador de Despesas do Fundo Municipal Anti Drogas - FMAD ao Secretário Municipal de Assistência Social, ficando autorizado a assinar, em conjunto com o Secretário Executivo do Conselho Municipal Anti Drogas - COMAD, empenhos e ordens de pagamento, assinar balancetes, balanços, orçamentos e demais documentos contábeis, encaminhar documentos, responder diligências e demais solicitações dos Tribunais de Contas do Estado e da União e a prestar contas de convênios com o Estado ou União.

CAPÍTULO II

DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 3º. A administração do FMAD será regida pelos seguintes princípios:

I - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência;

II - coordenação com as diretrizes da Política Municipal sobre Drogas;

III - a flexibilidade e agilidade na movimentação dos recursos, sem prejuízo da plena visibilidade das respectivas ações.

Art. 4º. São atribuições do Gestor do Fundo:

I - aprovar o plano de ação elaborado pelo COMAD com as diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do Fundo;

II - apresentar o plano de aplicação anual dos recursos do Fundo para aprovação do COMAD, conforme as diretrizes fixadas no plano de ação e as normas consignadas na Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, no orçamento anual e nas projeções de arrecadações;

III - coordenar a execução, movimentação, demonstrativos de resultados e aplicação dos recursos do Fundo, de acordo com as prioridades fixadas e com o plano de aplicação;

IV - promover, controlar e superintender estudos, projetos e pesquisas necessárias ao atendimento dos objetivos do Fundo, inclusive requisitar a assistência e serviços técnicos respectivos, junto às diversas secretarias;

V - promover processo licitatório para a contratação de obras, serviços, compras, alienações e locações na execução da política pública municipal sobre drogas com recursos do Fundo, conforme os dispositivos da Lei nº 8.666/1993 e legislação municipal correlata;

VI - emitir e assinar as requisições de despesa do Fundo;

VII - propor convênios, contratos e outros ajustes relativos ao Fundo;

VIII - autorizar o recebimento de doações ou legados;

IX - autorizar abertura de contas correntes e aplicações para utilização dos recursos do Fundo;

X - acompanhar a execução das ações, administrar os bens e recursos e avaliar a gestão e os ganhos sociais;

XI - apresentar ao Prefeito Municipal, até o último dia do mês de janeiro de cada ano, o balanço geral referente ao exercício anterior;

XII - manter os controles necessários à execução das receitas e das despesas do Fundo, dos contratos e convênios firmados pelo Município;

XIII - manter, em coordenação com a Secretaria Municipal de Assistência Social o controle dos bens patrimoniais com carga ao Fundo;

XIV - encaminhar ao COMAD para análise e avaliação:

- a) relatórios econômico-financeiros;
- b) relatório mensal do plano de aplicação dos recursos do FMAD;
- c) relatório anual de atividades;
- d) mensalmente, demonstração da receita e da despesa;
- e) trimestralmente, inventário dos bens materiais; e
- f) anualmente, inventário dos bens móveis e balanço geral do Fundo.

XV - firmar, com o responsável pelo controle da execução orçamentária, a demonstração mencionada anteriormente;

XVI - providenciar junto à Contadoria Geral do Município, demonstração que indique a situação econômico-financeira do Fundo;

XVII - propor ao Chefe do Poder Executivo alterações deste regulamento, após prévia apreciação do COMAD em assembleia específica.

Art. 5º. São atribuições do COMAD:

I - a definição de diretrizes e prioridades de aplicação dos recursos do Fundo;

II - aprovar os projetos sociais, bem como as respectivas prestações de contas, em reunião plenária onde se apresente os resultados obtidos;

III - estabelecer critérios de análise de projetos e sistemas de controle de avaliação dos resultados das aplicações realizadas à conta dos recursos do Fundo;

IV - apresentar proposta anual de orçamento de custeio e investimentos com base nas projeções de arrecadações de recursos do Fundo;

V - aprovar a aquisição de ativos necessários ao bom desempenho das ações programadas.

CAPÍTULO III DAS FONTES DE RECURSOS

Art. 6º. Os recursos do FMAD serão provenientes das seguintes fontes:

I - dotação consignada anualmente no orçamento municipal e as verbas adicionais que a lei estabelecer no decurso de cada exercício;

II - transferências de recursos financeiros oriundos da União e do Estado;

III - recursos advindos de convênios, acordos e contratos firmados entre o Município e instituições privadas e públicas, nacionais e internacionais, federais, estaduais e municipais;

IV - valores provenientes das multas aplicadas e termos de ajuste de conduta - TAC oriundos do Ministério Público Federal, Estadual, do Trabalho e do Poder Judiciário, bem como do Ministério do Trabalho e Emprego e Instituto Nacional do Seguro Social - INSS;

V - doações, transferências, auxílios, subvenções, contribuições, legados de organismos ou entidades nacionais ou internacionais, governamentais e não governamentais, bem como de pessoas físicas e jurídicas nacionais ou estrangeiras;

VI - rendimentos das aplicações financeiras dos recursos vinculados ao Fundo;

VII - o saldo do Fundo apurado em balanço financeiro do exercício anterior;

VIII - resultado operacional próprio;

IX - outras rendas eventuais legalmente permitidas.

§ 1º O orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social deverá prever recursos anuais para o FMAD.

§ 2º Os recursos do FMAD serão depositados em instituição financeira oficial, em conta especial, sob a denominação de Fundo Municipal Anti Drogas - FMAD.

§ 3º A aplicação dos recursos do FMAD deverá estar em consonância com as diretrizes correlatas às políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social.

§ 4º O saldo de recursos apurado em balanço financeiro no exercício deverá ser transferido para o exercício seguinte à conta do FMAD.

Art. 7º. Os ativos do FMAD se destinarão ao bom desempenho das ações programadas e será constituído por:

I - disponibilidade monetária em bancos, oriunda das receitas especificadas no artigo anterior;

II - direitos que porventura vier a constituir;

III - bens móveis e imóveis destinados à execução de programas e projetos do plano de aplicação.

Parágrafo Único - Anualmente processar-se-á o inventário dos bens e direitos adquiridos com recursos do Fundo, que pertençam ao Município de São José.

CAPÍTULO IV DA APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Art. 8º. Os recursos do FMAD estão sujeitos às normas gerais de planejamento e programação orçamentária e serão aplicados em conformidade com plano de aplicação aprovado pelo COMAD.

Art. 9º. Nenhuma despesa será realizada sem a necessária cobertura de recursos.

Parágrafo Único - Para os casos de insuficiência ou inexistência de recursos poderão ser utilizados os créditos adicionais, autorizada por lei e abertos por decreto do Executivo.

Art. 10. É vedado o emprego de recursos do Fundo fora de sua destinação específica.

Art. 11. Os recursos do Fundo serão aplicados conforme as disposições previstas neste decreto:

I - no financiamento total ou parcial de planos, programas, projetos, atividades, eventos e serviços correlatos às políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social, desenvolvidos pela Prefeitura Municipal de São José;

II - para o pagamento pela prestação de serviços a entidades conveniadas de direito público e privado para a execução de programas e projetos específicos na área;

III - na aquisição de material permanente, de consumo e de outros insumos necessários ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos programas, projetos, serviços, ações e atividades, manutenção da estrutura administrativa, bem como, dos instrumentos de gestão, planejamento, administração, divulgação e controle de ações correlatas às políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social da Secretaria Municipal de Assistência Social e do COMAD;

IV - na construção, reforma, ampliação, aquisição ou locação de bens móveis ou imóveis para a prestação de serviços pela Secretaria Municipal de Assistência Social e pelo COMAD;

V - cobrir as despesas referentes à realização de conferência municipal e outros eventos correlatos às políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social da Secretaria Municipal de Assistência Social e do COMAD;

VI - na execução de programas de capacitação e aperfeiçoamento de recursos humanos relativos às ações das políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social da Secretaria Municipal de Assistência Social e do COMAD;

VII - no apoio de projetos públicos e ou aquisição de equipamentos de uso permanentes para uso nas políticas municipais de prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social da Secretaria Municipal de Assistência Social e do COMAD na cidade de São José;

VIII - no apoio à manutenção da estrutura administrativa do COMAD;

IX - nas despesas eventuais dos conselheiros do COMAD, relativas a viagens, locomoção para reuniões, atividades de aperfeiçoamento, capacitação e dentre outras no exercício de suas atividades em eventos oficiais que tratem de temas relacionados à prevenção do uso de drogas, tratamento e reinserção social e desde que referidas despesas sejam aprovadas previamente em assembléia do COMAD.

Parágrafo Único - As despesas de que trata o inciso IX deste artigo compreendem diárias e adiantamentos, que se sujeitam às regras e aos valores previstos na legislação municipal específica.

Art. 12. Após a publicação da Lei Orçamentária Anual, a Secretaria Municipal de Assistência Social submeterá ao COMAD o quadro de aplicação anual dos recursos do Fundo.

Art. 13. Poderão ser realizadas operações financeiras com recursos do Fundo cuja liquidez não prejudique a consecução do objeto nos prazos pactuados, conforme legislação vigente.

§ 1º A aplicação dos recursos de natureza financeira dependerá da prévia aprovação do gestor do Fundo, após deliberação do COMAD.

§ 2º Os rendimentos de tais aplicações serão obrigatoriamente aplicados no objeto do Programa, e ficarão sujeitos à prestação de contas.

§ 3º As operações financeiras referidas neste artigo deverão ser realizadas em instituições financeiras oficiais.

CAPÍTULO V DA CONTABILIDADE E DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 14. A Contabilidade do FMAD tem por objetivo evidenciar a situação financeira e patrimonial do próprio Fundo, observados os padrões e normas gerais de administração financeira, contabilidade e auditoria, no que couber.

Art. 15. A contabilidade será organizada de forma a permitir o exercício das funções de controle prévio concomitante e subsequente, inclusive de apurar os custos dos serviços, bem como interpretar e analisar os resultados obtidos.

Art. 16. O exercício financeiro do FMAD coincidirá com o ano civil.

Art. 17. O saldo financeiro apurado no balanço do Fundo será incorporado no seu orçamento e poderá ser utilizado no exercício subsequente.

CAPÍTULO VI DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 18. Os casos omissos a este Regulamento serão submetidos à Prefeitura Municipal, mediante proposta da Secretaria Municipal de Assistência Social, após prévia apreciação do COMAD em assembléia específica.

Art. 19. O FMAD terá vigência indeterminada e somente poderá ser extinto por intermédio de autorização legislativa.

Parágrafo Único - No caso de extinção, o patrimônio do FMAD será revertido ao Município de São José e deverá ser aplicado preferencialmente nas ações direcionadas políticas públicas municipais sobre drogas.

Art. 20. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José/SC em 05 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

LÉDIO COELHO Secretário Municipal de Assistência Social	CLÓVIS RENATO SQUIO Procurador-Geral do Município
--	--

Decreto Nº 2549/2014

DECRETO Nº 2549/2014

REGULAMENTA A LEI Nº 5.366, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2013 QUE CRIA A COMISSÃO MUNICIPAL DE PROTEÇÃO E DEFESA CIVIL - COMPDEC DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições legais conferidas no Art. 62, IV, da Lei Orgânica do Município e da Lei Municipal nº 5.366, de 13 de dezembro de 2013, que criou a Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil Chefia de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC do Município de São José (SC),

DECRETA:

Art. 1º - A Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC é o Órgão da Administração Pública, diretamente vinculada ao Gabinete da Prefeita Municipal, responsável pelas ações de Proteção e Defesa Civil no município, nos períodos de normalidade e anormalidade.

Art. 2º - São atribuições da COMPDEC:

I - elaborar planos de prevenção, visando atuação imediata e eficiente, para limitar os riscos e perdas a que está exposta a comunidade, em consequência de desastres;

II - realizar campanhas com a finalidade de difundir à comunidade noções de defesa civil e sua organização;

III - notificar imediatamente a Secretaria de Estado de Defesa Civil, quaisquer situações de perigo e ocorrências anormais graves referentes à defesa civil, independente das providências implementadas;

IV - desencadear as ações de defesa civil, em casos de situação de emergência ou estado de calamidade pública;

V - remeter à de Secretaria de Estado de Defesa Civil, diante da ocorrência de desastres, relatório circunstanciado, com avaliação da situação contendo: tipo, amplitude e evolução do evento; características da área afetada, efeitos e prejuízos sobre a população, socorros necessários e o grau de emergência destes;

VI - implementar a política municipal atinente à Proteção e Defesa Civil, de forma articulada, sempre que couber, com as secretarias municipais constituídas;

VII - administrar, coordenar, elaborar e executar, de forma articulada, sempre que couber, com as secretarias municipais, estudos, planos e programas, visando diminuir os riscos de desastres;

VIII - articular e coordenar as ações de Proteção e Defesa Civil no município, correspondendo estas ações a:

- a) Prevenção e preparação para desastres;
- b) Assistência e socorro às vítimas das calamidades;
- c) Restabelecimento de serviços essenciais e;
- d) Reconstrução.

IX - realizar estudos e pesquisas sobre riscos e desastres;

X - elaborar e implementar políticas, diretrizes, planos, programas e projetos para prevenção, minimização e resposta a desastres causados por ação da natureza e ou do homem no âmbito do município;

XI - coordenar e elaborar o plano de contingência municipal;

XII - mobilizar recursos para prevenção e minimização de desastres;

XIII - disseminar a cultura de prevenção por meio de inclusão dos princípios de Proteção e Defesa Civil na sociedade;

XIV - fomentar a realização de programas de pesquisa e de desenvolvimento tecnológico, visando o aprimoramento de medidas de prevenção de desastres, mediante a cooperação técnica com entidades públicas e privadas, municipais, estaduais e nacionais;

XV - prestar informações a Secretaria de Estado da Defesa Civil e a Secretaria Nacional de Defesa Civil ou órgão correspondente às ocorrências de desastres e atividades de proteção e defesa civil no município;

XVI - propor a Chefe do Poder Executivo a decretação de Situação de Emergência ou de Estado de Calamidade Pública;

XVII - gerir os recursos do Fundo Municipal de Emergência da

Defesa Civil conjuntamente com a Chefe do Poder Executivo;

XVIII - gerir os recursos advindos do Cartão de Pagamento de Defesa civil conjuntamente com a Chefe do Executivo;

XIX - elaborar o orçamento do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil, em consonância com a orientação sistêmica da área de planejamento do município, bem como, proceder a sua execução;

XX - providenciar e gerenciar a distribuição e o abastecimento de suprimentos necessários nas ações de socorro e ajuda humanitária no município;

XXI - proceder às ações de ajuda humanitária, suporte material e técnico em apoio a municípios da região metropolitana de Florianópolis, quando da ocorrência de evento adverso que supere a capacidade de resposta do município atingido;

XXII - promover o intercâmbio técnico e firmar mecanismos de cooperação entre instituições municipais, de Proteção e Defesa Civil; XXIII - promover a capacitação de pessoas para as ações de Proteção e Defesa Civil, em articulação com os órgãos do Sistema Estadual de Defesa Civil;

XXIV - fomentar o fortalecimento da estrutura de Proteção e Defesa Civil, no âmbito municipal;

XXV - realizar a interdição de áreas de risco identificadas, que comprometam a segurança das pessoas no âmbito do município;

XXVI - Utilizar o Sistema de Comando de Operações - SCO, como ferramenta de gestão durante ao atendimento de Desastres, em parceria com os órgãos Municipais, Estaduais e Federais envolvidos nas Operações de Resposta.

Art. 3º - A COMPDEC manterá com os demais órgãos congêneres municipais, estaduais e federais, estreito intercâmbio com o objetivo de receber e fornecer subsídios técnicos para esclarecimentos relativos à Defesa Civil.

Art. 4º - A Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil constitui órgão integrante do Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil, e será presidida pelo Diretor de Defesa Civil, tendo a seguinte composição:

I - Presidente;

II - Vice-Presidente;

III - Secretaria;

IV - Conselho Técnico;

V - Conselho Comunitário.

Art. 5º - O Vice-Presidente da COMPDEC será eleito entre os membros do Conselho Técnico e tem a função de substituir o Presidente nas funções ordinárias definidas no regimento interno da COMPDEC.

Art. 6º - A secretaria será dirigida por um secretário designado pelo Presidente, durante as reuniões ordinárias e extraordinárias da Comissão, cabendo a este a confecção e organização das atas da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil - COMPDEC.

Parágrafo Único: O secretário será designado Preferencialmente dentre os funcionários que exercem funções na Diretoria de Defesa Civil.

Art. 7º - Os Membros do Conselho Técnico serão compostos pelos seguintes Secretários Municipais:

I - Procurador Geral do Município;

II - Secretário de Administração;

III - Secretário de Assistência Social;

IV - Secretário de Educação;

V - Secretário de Finanças;

VI - Secretário de Governo;

VII - Secretário de Infraestrutura;

VIII - Secretário de Saúde e;

IX - Secretário de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

§ 1º - Nos períodos de anormalidade o Presidente da COMPDEC poderá convocar os membros do Conselho Técnico para definir as ações a serem desencadeadas de acordo com as ameaças/vulnerabilidades existentes no município propondo, através de ATA Específica, a Chefe do Executivo, a Declaração de Situação de Emergência ou Estado de Calamidade Pública, observando os critérios estabelecidos pelo Conselho Nacional de Proteção e Defesa

Civil - CONPDEC.

§ 2º - O COMPDEC deverá propor critérios para programação e para a execução financeira e orçamentária do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de São José, acompanhando a movimentação, destino e aplicação dos recursos.

§ 3º - Todas as deliberações do COMPDEC deverão estar em consonância com o Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de São José, Plano Plurianual - PPA, Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO e Lei Orçamentária Anual - LOA, havendo disponibilidade de recursos financeiros.

Art. 8º - O Conselho Comunitário será composto, além dos membros que compõem o Conselho Técnico, de:

I - 01 (um) representante da Câmara Municipal de Vereadores, a ser indicado por seus pares;

II - 02 (dois) representantes de Associações de Bairro, devidamente constituída;

III - 02 (Dois) representantes de Clubes de Serviço sediados no Município, indicados por seus presidentes e;

IV - 01(um) um representante do clero, indicado por seus pares.

Parágrafo único: Os membros do Conselho Comunitário terão mandato de 02 (dois) anos, prorrogáveis por igual período.

Art. 9º - A indicação dos representantes do Conselho Comunitário, e seus respectivos suplentes, conforme previsão nos incisos I à IV, do Art. 8º, será efetuada por cada Associação/Conselho específico, no prazo máximo de 30(trinta) dias após a publicação deste Decreto, respeitados os quantitativos máximos de cada representação. Caso do número de indicações de representantes supere a quantidade estabelecida na legislação, a escolha dos representantes se dará por sorteio.

Art. 10 - Todos os membros da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil serão designados pela Chefe do Poder Executivo, em Ato específico, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo único: No ato de designação dos membros da Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil, serão indicados o Membro Titular e 01(um) suplente, de acordo com os quantitativos previstos nos Artigos 7º e 8º do presente Decreto.

Art. 11 - A Comissão Municipal de Proteção e Defesa Civil nos períodos de normalidade se reunirá, ordinariamente, nos meses de Abril e Outubro, para a definição das metas e ações a serem desencadeadas no próximo semestre e para a apresentação do balanço das ações realizadas no período anterior.

Art. 12 - Os servidores públicos designados para colaborar nas ações emergenciais exercerão essas atividades sem prejuízos das funções que ocupam, e não farão jus a qualquer espécie de gratificação ou remuneração especial.

Parágrafo Único - A colaboração referida neste artigo será considerada prestação de serviço relevante e constará dos assentamentos dos respectivos servidores.

Art. 13 - Passarão a integrar a grade curricular dos estabelecimentos de ensino do município, a partir de 2015, palestras relacionadas às ações de Proteção e Defesa Civil e Percepção de Risco. A execução dos trabalhos será coordenada pela Defesa Civil em parceria com a Secretaria de Educação.

Art. 14 - Todas as despesas decorrentes das ações da Defesa Civil serão custeadas, preferencialmente, pelo Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil do Município de São José, criado pela Lei nº 5.190/12, em conformidade com as previsões existentes na LOA;

Parágrafo Único - Fica designada a Secretária Municipal de Segurança, Defesa Civil e Trânsito juntamente com o Diretor de Defesa Civil para gerir os recursos do Fundo Municipal de Emergência da Defesa Civil de São José, bem como os recursos advindos do repasse do Cartão de Pagamento de defesa Civil (CPDC).

Art. 15 - O präsidente da COMPDEC equipara-se nos direitos e deveres as atribuições dos Secretários Municipais.

Art. 16 - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação,

revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

ANDRÉA IRANY PACHECO

Secretária Municipal de Segurança,

Defesa Civil e Trânsito

CLÓVIS RENATO SQUIO

Procurador-Geral do Município

Contrato/Ct: Nº 079/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 079/2014 - TP 002/2014 - Processo 012/2014 - Contratado: CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação asfáltica e drenagem da rua Lindolfo Francisco de Melo e travessa. Valor Global: R\$256.186,97 - duzentos e cinquenta e seis mil, cento e oitenta e seis reais e noventa e sete centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 150 (cento e cinquenta) dias, a contar da data do contrato e o prazo de execução dos serviços será de no máximo 90 (noventa) dias, contados do recebimento da Autorização de Serviços. Data da Assinatura do Contrato: 26 de março de 2014.

Regimento Eleitoral

REGIMENTO ELEITORAL

RETIFICAÇÃO DOS PRAZOS DE INSCRIÇÃO, IMPUGNAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DAS ENTIDADES INSCRITAS PARA PARTICIPAREM DA ELEIÇÃO PARA O CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE.

A mesa diretora do Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições, aprova ad referendum, as seguintes alterações no Regimento Eleitoral da eleição para a nova composição do Conselho Municipal de Saúde de São José, biênio 2014-2016.

Art. 1º - Ficam alterados os artigos 11, 13 e 14, que passam a vigorar com as seguintes redações:

...

Art. 11 - As inscrições serão realizadas na sede do Conselho Municipal de Saúde de São José, localizado na Rua Domingos Pedro Hermes, 14 - Barreiros - São José, no período de 28 de abril a 14 de maio de 2014 das 09 h às 12 h e das 14 h às 16 h.

...

Art. 13 - Encerrado o prazo para as inscrições, a Comissão Eleitoral analisará a documentação e divulgará a relação das entidades habilitadas a participar do Processo Eleitoral nos Quadros de Avisos internos (do Conselho Municipal de Saúde, da Secretaria de Saúde e prefeitura), no dia 15/05/2014 a partir das 15 horas.

Art. 14 - Os recursos encaminhados para a Comissão Eleitoral devem ser interpostos nos dias 15/05/2014 das 15 às 16 horas e dia 16/05/2014, das 09 h às 12 h e das 14 h às 16 h, devendo ser divulgado o resultado das interposições de recursos no dia 19/05/2014 a partir das 15 horas.

Art. 2º - Em virtude da alteração no prazo de inscrições, fica revogado o cronograma (Anexo I) do Regimento Eleitoral, passando a vigorar o cronograma anexo ao presente.

Art. 3º - Permanecem inalteradas as demais disposições do Regimento Eleitoral de 21 de março de 2014.

Art. 4º - Estas alterações entrarão em vigor na data de sua publicação.

São José, 06 de maio de 2014.

Jane Maria de Souza Philippi Cristiane C. de Campos Marques
Presidenta do CMSSJ Vice-presidente do CMSSJ

Homologado:

Luis Antonio Silva Júlio Flores
Secretário de Saúde Secretário Adjunto de Saúde

ANEXO 1 CRONOGRAMA

Atividade	Período
Portaria de oficialização da Comissão Eleitoral	21/03/2014
Envio do Regimento Eleitoral para fins de homologação	21 a 26/03/2014
Publicação do Edital	28/03/2014
Inscrição das Entidades	28/04 a 14/05/2014 das 09 h às 12 h e das 14 h às 16 h
Divulgação das Entidades Habilitadas	15/05/2014 a partir das 15 h
Recebimento dos Recursos	15/05 das 15 h às 16 h e 16/05/2014 das 09 h às 12 h e das 14 h às 16 h
Divulgação final dos resultados dos recursos	19/05/2014 a partir das 15 h
Eleição	20/05/2014 a partir das 18 h
Posse	Sessão plenária ordinária de junho de 2014

São José, 06 de maio de 2014.

Contrato/Ct: Nº 084/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 084/2014 - CV 003/2014 - Processo 050/2014 - Contratado: DJP CONSTRUÇÕES E COMÉRCIO LTDA ME. Objeto: Fornecimento de material e mão de obra para execução de serviços de pavimentação e drenagem nas servidões: João José Ventura e Selma Ventura - bairro Forquilhas, e Elvira Pereira Coelho - bairro Colônia Santana, todas no Município de São José. Valor Global: R\$108.143,34 - cento e oito mil, cento e quarenta e três reais e trinta e quatro centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da data do contrato e o prazo de execução dos serviços será de 90 (noventa) dias, a contar da solicitação formal da Secretaria Municipal de Infraestrutura. Data da Assinatura do Contrato: 02 de abril de 2014.

Contrato/Ct: Nº 228/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 228/2013 - DL 056/2013 - Processo 226/2013 - Contratado: JOSÉ WILSON DE SOUZA - ME. Objeto: Aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais do Município de São José/SC. Valor Global: R\$195.748,02 - cento e noventa e cinco mil, setecentos e quarenta e oito reais e dois centavos. Prazo: O prazo

de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 02 de setembro de 2013.

Contrato/Ct: Nº 243/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

Contrato/CT: nº 243/2013 - DL 055/2013 - Processo 206/2013 - Contratado: MEDMAIS DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA. Objeto: Aquisição de medicamentos para atender as ações judiciais do Município de São José/SC. Valor Global: R\$4.663,30 - quatro mil, seiscentos e sessenta e três reais e trinta centavos. Prazo: O prazo de vigência contratual será de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da assinatura da Autorização de Fornecimento. Data da Assinatura do Contrato: 16 de setembro de 2013.

Resultado do Pregão Eletrônico Nº 027/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 027/2014 - Processo nº 062/2014. Contratado: SOBRINHOS GASTRONOMIA E EVENTOS LTDA. Objeto: Registro de preços para a contratação de empresa para eventual fornecimento de lanches destinados aos eventos promovidos pela Fundação Municipal de Cultura e Turismo. Valor Total: R\$19.780,00 - dezenove mil, setecentos e oitenta reais.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Abertura da Carta Convite Nº 006/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ABERTURA DA CARTA CONVITE Nº 006/2014 - Processo nº 112/2014 Objeto: Contratação de empresa para efetuar reforma emergencial do CEM RENASCER localizado no bairro Real Park, Município de São José, incluindo fornecimento dos materiais necessários a realização da obra. ENTREGA DOS ENVELOPES: Até as 14h00min do dia 15 de maio de 2014. ABERTURA DOS ENVELOPES: Às 14h30min do dia 15 de maio de 2014, no setor de Protocolo da Diretoria Geral de Compras do Município de São José, localizado na Av. Acioni Souza Filho, s/n, Praia Comprida, São José/SC, 3º andar. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100.

Ata de Registro de Preços Nº 060/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 060/2014 - PR 008/2014 - Processo 020/2014 - Fornecedor: SULCATARINENSE MINERAÇÃO, ARTEFATOS DE CIMENTO, BRITAGEM E CONSTRUÇÕES

LTDA. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de concreto asfáltico, faixa C DNIT e massa fina, de acordo com a especificação DEINFRA e emulsão asfáltica RR 2C, para serem utilizados na manutenção das vias com pavimentação asfáltica do Município de São José/SC. Valor Total: R\$566.300,00 - quinhentos e sessenta e seis mil e trezentos reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 03 de abril de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 057/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 057/2014 - PE 057/2013

- Processo 320/2013 - Fornecedores: CETEC COMÉRCIO EM GERAL E TREINAMENTOS LTDA ME (Lote 04); HP & E COMERCIAL LTDA EPP (Lote 03); HARLEY DE AGUIAR JUNIOR EPP (Lote 01); e ELISVANDIA MATOS DONINI ME (Lote 02). Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento de computadores, materiais de expediente e limpeza para atender a Delegacia de Polícia Regional do Município de São José/SC. Valor por Lote: Lote 01 - R\$40.020,00 (quarenta mil e vinte reais); Lote 02 - R\$5.999,84 (cinco mil, novecentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos); Lote 03 - R\$2.748,98 (dois mil, setecentos e quarenta e oito reais e noventa e oito centavos); e Lote 04 - R\$18.999,90 (dezoito mil, novecentos e noventa e nove reais e noventa centavos). Valor Total: R\$67.768,72 - sessenta e sete mil, setecentos e sessenta e oito reais e setenta e dois centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 27 de março de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 064/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 064/2014 - PE 071/2013 - Processo 368/2013 - Fornecedor: HBJ COMÉRCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO LTDA ME. Objeto: Registro de preços para contratação de empresa para eventual fornecimento e colocação de vidros nas unidades escolares da rede municipal de ensino do Município de São José/SC. Valor Total: R\$159.578,50 - cento e cinquenta e nove mil, quinhentos e setenta e oito reais e cinquenta centavos. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da sua assinatura. Data da assinatura: 09 de abril de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Ata de Registro de Preços Nº 050/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 050/2014 - PR 127/2013

- Processo 346/2013 - Fornecedor: MZ COMÉRCIO DE EXTINTORES LTDA. Objeto: Registro de preços para eventual prestação de serviços de manutenção e fornecimento de materiais de consumo destinados à manutenção preventiva dos extintores de incêndio das unidades escolares da rede municipal de ensino de São José/SC. Valor Total: R\$320.000,00 - trezentos e vinte mil reais. Vigência: 01 (um) ano, contados a partir da Autorização de Fornecimento. Data da assinatura: 21 de fevereiro de 2014.

Vera Suely de Andrade
Diretora de Compras.

Pregão Presencial 028/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL 028/2014 - Processo nº 123/2014: Objeto: Registro de preço para contratação de empresas(s) para eventual aquisição de aparelhos de ar condicionado, equipamentos médico-hospitalares, odontológicos e de fisioterapia para Policlínica de Barreiros do Município de São José/SC. Data e período do recebimento dos envelopes de proposta e habilitação até: dia 20/05/2014 às 13h30min. Sessão pública para abertura das propostas, lances verbais e habilitação: dia 20/05/2014 às 14h00min. Maiores informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 3381-0002.

Decreto Nº 2609/2014

DECRETO Nº 2609/2014

ALTERA O ART. 1º DO DECRETO N.º 2063 DE 03 DE FEVEREIRO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - O Artigo 1º do Decreto N.º 2063 de 03 de fevereiro de 2014 passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica nomeada ELISIANI CRISTINA DE SOUZA DE FREITAS NORONHA para exercer o cargo Reitor do Centro Universitário Municipal - SMA, com lotação na Fundação Municipal Educacional, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º- Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Resultado da Tomada de Preços Nº 008/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

RESULTADO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 008/2014 - Processo

nº 086/2014. Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de drenagem e recuperação do pavimento da Rua Hans Dieter Schmidt, bairro Distrito Industrial, São José/SC. EMPRESAS CLASSIFICADAS: 1ª GMC - GERSON MATOS CONSTRUÇÕES LTDA; e 2ª CONPESA CONSTRUÇÃO PESADA. Maiores Informações: Setor de Licitações, 3º andar das 13h00min às 18h00min. Fone: (48) 33810100. Site: www.pmsj.sc.gov.br. Carlos Alfredo Schmidt, Presidente/CPL.

Lei N.º 5.389, de 05 de Maio de 2014.

DENOMINA DE AVENIDA VEREADOR ALDO ANTÔNIO DE SOUZA, VIA PÚBLICA, NESTE MUNICÍPIO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica denominada de AVENIDA VEREADOR ALDO ANTÔNIO DE SOUZA, a via pública localizada no Loteamento Nova São José em frente à Eletrosul, Avenida Liga a SC 281 ao Bairro Sertão do Maruim com Bairro Forquilhas, neste Município.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 05 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Lei N.º 5.390, de 07 de Maio de 2014

DECLARA DE UTILIDADE PÚBLICA A "ONG AÇÃO 4 PATAS".

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ela sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a "ONG AÇÃO 4 PATAS", com endereço a Rua Guararema, 05, Bairro Ponta de Baixo - São José/SC, CEP 88.104-305 e inscrita no CNPJ sob o nº. 14.104-305 e inscrita no CNPJ sob o número 14.605.974/0001-03, cujo Estatuto Social e Ata de Fundação, Homologação de Estatuto e Eleição da Diretoria fora registrado no "Cartório de Registro Civil Títulos e Documentos e Pessoas Jurídicas, sob o Registro nº. 7316, no Livro A-47, Folha 16, protocolo nº. 176290, desta Comarca.

Art. 2º - Ficam asseguradas à Entidade as vantagens e os direitos da legislação em vigor.

Art. 3º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal, em São José (SC), 07 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Revogação da Tomada de Preços Nº 018/2013

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ

REVOGAÇÃO DA TOMADA DE PREÇOS Nº 018/2013 - Processo nº 279/2013. Objeto: Contratação de empresa especializada para locação de software de gestão acadêmica, via web, instalando um servidor remoto e acessado via internet, incluindo a prestação de serviços técnicos de treinamento, implantação, migração de dados, manutenção e suporte técnico, limitado até 2000 alunos. Motivo: Tendo em vista o certame ter restado deserto.

Decreto Nº 2646/2014

DECRETO Nº 2646/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor JOÃO VINÍCIUS CISNE DE AMORIM, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2647/2014

DECRETO Nº 2647/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, LUIZ CARLOS DAMS, matrícula nº 35.387, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2648/2014

DECRETO Nº 2648/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, MARLENE CORRÊA, matrícula nº 37.150, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2649/2014

DECRETO Nº 2649/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, EDUARDO GUILHERME DE MOURA PAEGLE, matrícula nº 35.151, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2650/2014

DECRETO Nº 2650/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, CIBELLY MARIANO FERNANDES, matrícula nº 35.525, com lotação na Secretaria de Administração.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2651/2014

DECRETO Nº 2651/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, MAURO ALVES DA COSTA, matrícula nº 36.867, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 15 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2652/2014

DECRETO Nº 2652/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor THIAGO HENRIQUE CARDOSO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25 de março de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2584/2014

DECRETO Nº 2.584/2014

ALTERA O ART.1º DO DECRETO Nº 2.110 DE 04 DE FEVEREIRO DE 2014.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos IV, VI e VII da Lei Orgânica Municipal e na forma dos artigos 12º, Inciso I e XIII da Lei nº 2.248, de 20 de março de 1991 e

Considerando que o Decreto nº 2.110 de 04 de fevereiro de 2014, possui erro formal e vislumbrando sua correção referente ao nome da servidora,

DECRETA:

Art. 1º - O Artigo 1º do Decreto nº 2.110 de 04 de fevereiro de 2014, passa a vigorar com a seguinte redação:

Art. 1º - Fica nomeada a senhora MARIANA CARDOSO BASCHIRO-TO para exercer o cargo efetivo de Auxiliar de Sala, referência A do nível 10 da Área de ensino 1 do Grupo Ocupacional do Magistério na Categoria Funcional de APOIO PEDAGÓGICO, sob código de MAG-APG-ASL do Quadro de Pessoal da Administração Direta do Município de São José - SC, conforme anexos I, III, VIII e XVI da Lei Municipal nº 4.422 de 10 de janeiro de 2006, alterações contidas na Lei Municipal nº 4.676 de 04 de julho de 2008 e Lei Municipal nº 5.352 de 21 de novembro de 2013, por ter sido aprovada em Concurso Público regulamentado pelo Edital nº 006/2012 com resultado homologado em 29 de outubro de 2012.

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG
Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2653/2014

DECRETO Nº 2653/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora VALÉRIA MATILDE DOS SANTOS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Guarda Municipal, com lotação na Secretaria de Segurança, Defesa Social e Trânsito.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 08 de abril de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2585/2014

DECRETO Nº 2.585/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
Juliana Cordeiro	Auxiliar de Sala	40 horas	23/04/2014
Rosimari Pinheiro	Auxiliar de Ensino	30 horas	23/04/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 23/04/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2620/2014

DECRETO Nº 2620/2014

NOMEIA CARGO DE PROVIMENTO EM COMISSÃO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art.62, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica nomeado, SAMUEL JOÃO ANCELMO, para exercer o cargo de Assessor Técnico em Ensino - CCM 8, com lotação na Fundação Educacional de São José, nos termos da Lei Complementar nº 014, de 06 de Dezembro de 2004.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

Paço Municipal em São José (SC), 30 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2586/2014

DECRETO Nº 2.586/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
Andreza Peres	Auxiliar de Sala	40 horas	24/04/2014
Jaime Marques Domingues	Professor-H	25 horas aulas	24/04/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24/04/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2654/2014

DECRETO Nº 2654/2014

EXONERA SERVIDOR.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso I, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor GILBERTO LAUS FERNANDES, do cargo de Assessor VI Administrativo - CCM6, com lotação na Secretaria de Educação.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 25 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2641/2014

DECRETO Nº 2641/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor DAYVID DE SOUZA MEDEIROS, ocupante do cargo de provimento efetivo de Médico da Família, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 31 de março de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2587/2014

DECRETO Nº 2.587/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
Angela Aparecida do Amaral Pessoa Coelho	Auxiliar de Ensino	30 horas	25/04/2014
Fabiola Horácio	Auxiliar de Ensino	30 horas	25/04/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 25/04/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2588/2014

DECRETO Nº 2.588/2014

DETERMINA CONTRATAÇÃO DE SERVIDORES POR PROCESSO SELETIVO

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 62, incisos I e IV, da Lei Orgânica Municipal e

Considerando processo seletivo realizado em conformidade com o Edital nº 004/2013, datado de 03/10/2013, bem como a Lei Municipal nº 4.423 de 10/01/2006;

DECRETA:

Art. I - Ficam contratados, para o ano letivo de 2014 ou até a vaga ser provida por Concurso Público ou ainda até o retorno do servidor efetivo, em licença, à respectiva vaga, os seguintes servidores.

NOME	CARGO	CARGA HORÁRIA	DATA DE ADMIS-SÃO
Kátia Rosileia Cesconetto	Auxiliar de Ensino	30 horas	28/04/2014
Vera Lucia Rodrigues Vaz	Professor-M	20 horas	28/04/2014

Art. 2º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a 28/04/2014.

Art. 3º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de abril de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

MERI TEREZINHA DE MELO HANG

Secretária Municipal de Educação

Decreto Nº 2640/2014

DECRETO Nº 2640/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor CESAR EDUARDO ZIMATH, ocupante do cargo de provimento efetivo de Agente Administrativo, com lotação na Secretaria de Saúde.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de abril de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2642/2014

DECRETO Nº 2642/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, FRANCISCO MOACIR BARBOSA, matrícula nº 35.465, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 24 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2643/2014

DECRETO Nº 2643/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, GLADES GONÇALVES PANASOLO, matrícula nº 30.449, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 04 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2644/2014

DECRETO Nº 2644/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensado, "a pedido", o servidor ACT - Admissão em Caráter Temporário, LUIZ HENRIQUE LOPES AZEVEDO, matrícula nº 30.501, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação,

retroagindo seus efeitos a 18 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2645/2014

DECRETO Nº 2645/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, JEANE PEREIRA, matrícula nº 36.700, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 01 de abril de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2639/2014

DECRETO Nº 2639/2014

DISPENSA SERVIDOR ACT - ADMISSÃO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

A Prefeita Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, inciso IV, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica dispensada, "a pedido", a servidora ACT - Admissão em Caráter Temporário, CARLA CRAICE DA SILVA, matrícula nº 35.248, com lotação na Fundação Municipal Educacional.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 06 de maio de 2014.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

Decreto Nº 2638/2014

DECRETO Nº 2638/2014

EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerada, "a pedido", a servidora MARJORI DE SOUZA MACHADO, ocupante do cargo de provimento efetivo de Assistente Social, com lotação na Secretaria de Assistência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 02 de maio de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 06 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

Decreto Nº 2655/2014

DECRETO Nº 2655/2014
EXONERA SERVIDOR EM CARGO DE PROVIMENTO EFETIVO.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 62, VIII, da Lei Orgânica Municipal,

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, "a pedido", o servidor IVAN LUIZ SCHNEIDER, ocupante do cargo de provimento efetivo de Engenheiro Civil, com lotação na Secretaria Executiva de Projetos Especiais.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 09 de maio de 2014.

Paço Municipal, em São José (SC), 07 de maio de 2014.
ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

SJPREV

Aposentadoria

DECRETO Nº 2392/2014
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 5410/2014 e com base no artigo 40, §1º, inciso I, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora JADNA GERALDO SANTOS BITTENCOURT, matrícula 13807, ocupante do cargo de Professor, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na EM 100% (cem por cento) da média dos 80% (oitenta por cento) melhores salários de contribuição, não tendo direito à paridade, o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data do Regime Geral da Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 10 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1564/2013
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 13154/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor NATALÍCIO JOÃO RODRIGUES, matrícula 382, ocupante do cargo de Agente Operacional, lotado na Secretaria de Obras, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade 40%, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 21 de outubro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 16 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 2420/2014
CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 16897/2013 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b" da Constituição Federal com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora SANDRA MARGARETE DA ROCHA, matrícula 10789, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais 84,96% (oitenta e quatro vírgula noventa e seis por cento), com base na média das remunerações, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 05 de março de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 17 de março de 2014.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1190/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 8536/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor VÂNIO JOSÉ DA SILVA, matrícula 607, ocupante do cargo de Professor IV, nível MAG-Prof 12E, lotado na Secretaria Municipal de Educação, com proventos integrais, com base na última remuneração em atividade, composto de vencimento, quinquênio, adicional de pós graduação e 20% de regência de classe, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 22 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 22 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1114/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 10229/2013 e com base no artigo 3º da Emenda Constitucional nº 47/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora NELSI MARIA DA SILVA ALBINO, matrícula 544, ocupante do cargo de Auxiliar Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 16 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 02 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1666/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 19468/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 31/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora RUTH MELO, matrícula 6060, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria de Educação, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 08 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1722/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 19250/2013 e com base no artigo 6º, da Emenda Constitucional nº 41 de 31/12/2003,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para a servidora MARIA GORETE DE MELO COSTA, matrícula 668, ocupante do cargo de Agente Administrativo, lotado na Secretaria da Receita, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos, tendo desta forma direito a paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de Dezembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 28 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Pensão por Morte

DECRETO Nº 1764/2013

CONCEDE PENSÃO POR MORTE NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 21479/2013 e 21857/2013 e com base no artigo 40, §7º, II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - Conceder Pensão por Morte a CARL GERHARD NIETSCHE E CAROLINE NIETSCHE, respectivamente, viúvo e filha da servidora ativa Eloí Nietzsche, matrícula 15159, falecida em 17/11/2013, no valor correspondente a totalidade dos proventos da ex-servidora, sendo 100% (cem por cento) de pensão, a contar de 18/11/2013, sendo 50% (cinquenta por cento), para cada pensionista, devendo o benefício ser revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 13 de dezembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1731/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 17344/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor CARLOS MANOEL DE SOUZA, matrícula 1983, ocupante do cargo de Motorista, lotado na Secretaria da Saúde, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, quinquênio e insalubridade 40%, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 02 de dezembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 29 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1646/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 11229/2013 e com base no artigo 40, §1º, inciso II, da Constituição Federal,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora JUDESIA LEDA DA SILVA, matrícula 10839, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, com proventos proporcionais, com base na média das remunerações, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral da Previdência Social, não tendo desta forma direito à paridade.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 04 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 31 de outubro de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1153/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 802/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor JOÃO MANOEL DE SOUZA, matrícula 1.015, ocupante do cargo de Auxiliar de Mecânico, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento, insalubridade e quinquênio, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 09 de julho de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 09 de julho de 2013.

ADELIANA DAL PONT

Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO

Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

DECRETO Nº 1697/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 6845/2013 e com base no artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 47 de 06/07/2005,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária, para o servidor DENEVALDO DE SOUZA, matrícula 10-8, ocupante do cargo de Servente, lotado na Câmara Municipal de Vereadores, com proventos integrais, calculados com base na última remuneração do cargo efetivo, composto de vencimento e quinquênio, tendo direito a paridade o benefício será revisto na mesma proporção e na mesma data definida para os servidores ativos.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 18 de novembro de 2013.

Paço Municipal em São José (SC), 19 de novembro de 2013.

ADELIANA DAL PONT
Prefeita Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

Aposentadoria

D E C R E T O - N.º 37.116/2013

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA

O Prefeito Municipal de São José, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Considerando despachos exarados no Processo protocolado sob o nº. 9969/2012, 05.06.2012;

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA, nos termos do artigo 3º da EC 47/2005 c/c artigo 25, da Lei Complementar Municipal nº 005/2002, aposentadoria voluntária por tempo de serviço/contribuição, com proventos integrais ao Senhor JOSÉ NATAL PEREIRA, matrícula n.º 922, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura, ocupante do cargo de Agente de Atividades Complementares, criado através da Lei Municipal nº 2.123/1990, do Quadro único de Pessoal Civil da Prefeitura Municipal, considerando-se a vacância do cargo ocupado nesta data.

Art. 2º - Os proventos decorrentes deste benefício deverão ser calculados sobre a integralidade dos vencimentos do servidor, tendo por valor inicial a quantia de R\$ 3.843,40 (três mil oitocentos e quarenta e três reais e quarenta centavos), devendo ser arcado pela Autarquia São José Previdência.

Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal em São José (SC), 15 de agosto de 2012.
DJALMA VANDO BERGER AGOSTINHO PAULI
PREFEITO MUNICIPAL PRESIDENTE DA SJPREV

Aposentadoria

DECRETO Nº 2048/2014

CONCEDE APOSENTADORIA NA FORMA QUE ESPECIFICA.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ, no uso de suas atribuições concedidas pelo disposto no art. 62, incisos IV e VI, da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n.º 2.248/91 - Estatuto dos Servidores Públicos Municipais e considerando o que consta no Processo nº 13081/2013 e com base no artigo 40, §1º, inciso III, "b", da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 16 de dezembro de 1998,

DECRETA:

Art. 1º - FICA CONCEDIDA a aposentadoria voluntária por idade, para a servidora LILIAN MARIA RODRIGUES DE AVILA GOULART, matrícula 10823, ocupante do cargo de Professora, lotado na Secretaria de Educação, com proventos proporcionais, calculados com base na média das 80% (oitenta por cento) melhores contribuições, sendo o benefício revisto na mesma proporção e na mesma data definida para o Regime Geral de Previdência Social.

Art. 2º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos a partir de 01 de fevereiro de 2014.

Paço Municipal em São José (SC), 23 de janeiro de 2014.

JOSÉ NATAL PEREIRA
Prefeito Municipal

CONSTÂNCIO KRUMMEL MACIEL NETO
Presidente da São José Previdência

São José do Cedro

PREFEITURA

Edital de Convocação Nº 045/2014

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 045/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e conforme determina o Estatuto dos Funcionários Públicos Municipais, Lei nº 2020 de 28 de abril de 1983, em seu § 1º do Artigo 13, convoca para que, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar desta data, os candidatos aprovados no Concurso Público de São José do Cedro, Edital nº 001/2010, de 03 de maio de 2010, homologados os resultados dos aprovados através do Decreto nº 4.806/2010 de 06 de agosto de 2010, compareçam à sede do Município de São José do Cedro, sito a Rua Jorge Lacerda, nº 1049, no horário das 7h45min às 11h45min e das 13h30min às 17h30min, de segunda a sexta feira a fim de assumirem os cargos a seguir discriminados:

TECNICO EM ENFERMAGEM

ALEXSANDRA A. D. O. FOLMER

LUCIANA KAYSER

DONISETE INÊS CARAMORI

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

Decreto Nº. 056/2014 - Sf

DECRETO Nº. 056/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso II, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
01 DEPTO DOS ESPORTES
2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS
"251"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$3.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV ECONOM

03 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"295"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$1.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$4.500,00 (quatro mil e quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

01 DEPTO DOS ESPORTES

2.046 MANUTENÇÃO DOS JOGOS OFICIAIS

"248"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$3.000,00

17 SECRETARIA DO PLANEJ. E DESENV ECONOM

03 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

2.039 DEPTO DE PROJETOS E EDIFICAÇÕES

"292"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.500,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de abril de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 30 de abril de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 057/2014 - Sf

DECRETO Nº. 057/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
01 DEPTO. DE SAUDE FAMILIAR
2.058 MANUTENÇÃO DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA
"62"3.3.90.30.00.00.3.0066 Material de Consumo
..... R\$15.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos da vigilância sanitária, Fonte 3.0066, no valor de R\$15.000,00 (quinze mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de abril de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 30 de abril de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 058/2014 - Sf

DECRETO Nº. 058/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$21.196,17 (vinte e um mil cento e noventa e seis reais e dezessete centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

14 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE - FMS
02 DEPTO. DE SAÚDE PÚBLICA

2.061 PROGRAMA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO

"57"3.3.90.30.00.00.3.006 4 Material de Consumo
..... R\$21.196,17

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos TFD - Transferência Fora do Domicílio, Fonte 3.0064, no valor de R\$21.196,17 (vinte e um mil cento e noventa e seis reais e dezessete centavos).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 30 de abril de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 30 de abril de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 059/2014 - Sf

DECRETO Nº. 059/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.226/2014 de 06/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"419"3.3.90.48.00.00.1.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes

rubricas orçamentárias, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais):

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"305"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 060/2014 - Sf

DECRETO Nº. 060/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.227/2014 de 06/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.010 CONTR P/ ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO

"65"3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições
..... R\$5.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

1.003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"42"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e material Permanente R\$1.762,75

2.070 MANUTENÇÃO DO PREVIDADE

"68"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$950,00

"69"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.900,00

"70"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com
Locomoção R\$550,00

"71"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros -
Pessoa Física R\$337,25

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 061/2014 - Sf

DECRETO Nº. 061/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com a Lei Municipal Nº 4.230/2014 de 06/05/2014;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.170/2013 - LOA, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES

11.01 DEPTO. DOS ESPORTES

1.088 CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO

"422"4.4.90.51.00.0.1.0024 Obras e Instalações
..... R\$50.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação oriundos do Convênio nº2014TR000745, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e a Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC, Processo nº SDR30 00000570/2014, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 062/2014 - Sf

DECRETO Nº. 062/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o inciso III, do Art. 8º, da Lei Municipal nº 4.170/2013/LOA;

DECRETA:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.010 CONTR P/ ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO

"389"3.3.50.41.00.00.3.0000 Contribuições
..... R\$6.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos relativos ao Superávit Financeiro do Exercício Anterior, Recursos Ordinários, Fonte 3.0000, no valor de R\$6.500,00 (seis mil e quinhentos reais).

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.
Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº. 063/2014 - Sf

DECRETO Nº. 063/2014 - SF

O Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o Item I do Art.8º da Lei Municipal Nº 4.170/2013 de 03/12/2013 - LOA;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral de 2014 do município de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, R\$520.378,94 (quinhentos e vinte mil trezentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

08 SECRETARIA DA AGRICULTURA

01 DEPTO DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE

1.024 CONSTRUÇÃO DE CENTROS COMUNITÁRIOS/MULTI-
PLO-USO

"426"4.4.90.51.00.00.1.0024 obras e Instalações
..... R\$520.378,94

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação, dos recursos do FUNDAM, no valor de R\$520.378,94 (quinhentos e vinte mil trezentos e setenta e oito reais e noventa e quatro centavos), Fonte nº 1.0024.

Art. 3º Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.226/2014

LEI Nº 4.226, DE 06 DE MAIO DE 2014

"ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais) destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"419"3.3.90.48.00.00.1.0000 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas R\$5.000,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior serão utilizados os recursos da anulação das seguintes rubricas orçamentárias, no valor de R\$5.000,00 (cinco mil reais):

18 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - FMAS

01 COORDENADORIA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

2.099 MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DO DESENV. SOCIAL E HABITAÇÃO

"305"3.3.90.39.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica R\$5.000,00

Art.3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Saúde.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariumunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.227/2014

LEI Nº 4.227, DE 06 DE MAIO DE 2014

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NO ORÇAMENTO GERAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO."

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,

FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica aberto um Crédito Suplementar no Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, no valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), destinados ao programa e verba a seguir discriminados:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS

2.010 CONTR P/ ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO

"65"3.3.50.41.00.00.1.0000 Contribuições R\$5.500,00

Art. 2º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, fica reduzido o valor de R\$5.500,00 (cinco mil e quinhentos reais), das verbas a seguir discriminadas:

04 SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO

03 DEPTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
1.003 AQUISIÇÃO DE MOBILIÁRIO EM GERAL

"42"4.4.90.52.00.00.1.0000 Equipamentos e material Permanente R\$1.762,75

2.070 MANUTENÇÃO DO PREVCIDADE

"68"3.3.90.14.00.00.1.0000 Diárias - Civil R\$950,00

"69"3.3.90.30.00.00.1.0000 Material de Consumo
..... R\$1.900,00

"70"3.3.90.33.00.00.1.0000 Passagens e Despesas com
Locomoção R\$550,00

"71"3.3.90.36.00.00.1.0000 Outros Serviços de Terceiros -
Pessoa Física R\$337,25

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Saúde.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.228/2014

LEI Nº 4.228, DE 06 DE MAIO DE 2014
AUTORIZA A CONCESSÃO DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS
FINANCEIROS A ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CEDRO, MEDIANTE
CONVÊNIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Ce-
dro, Estado de Santa Catarina.

FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara
Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado
a transferir, mediante Convênio, a ASSOCIAÇÃO ESPORTIVA CE-
DRO, portadora do CNPJ/MF sob nº. 83.683.037/0001-99, sito na
Av. Rio Grande do Sul, o valor de R\$12.000,00 (doze mil reais),
objetivando auxiliar no pagamento de parte das despesas relativas
ao "BAILE DA SENHORITA CEDRENSE", que acontecerá no dia 10
de maio de 2014, no Clube local.

Parágrafo único. A transferência do valor de que trata o "caput"
do artigo 1º, será efetuada pela Fazenda Municipal até o dia 09

de maio de 2014.

Art. 2º. É obrigatório o depósito do recurso em conta individuali-
zada e vinculada em instituição bancária oficial, movimentados por
transferências bancárias.

Art. 3º. A Entidade terá o prazo de 60 (sessenta) dias, a contar
da data do recebimento do recurso, para proceder à boa e regular
aplicação e comprovação do mesmo, junto à Contadoria Geral do
Município.

Art. 4º. A despesa impugnada pela Contadoria Geral do Município
à luz da legislação vigente será recolhida e atualizada monetaria-
mente em última instância, a favor dos cofres públicos municipais.

Art. 5º. Os saldos não aplicados no prazo previsto ou no objeto
fixado na presente Lei, serão também obrigatoriamente recolhidos
à conta do erário público municipal.

Art. 6º. São responsáveis pela aplicação dos recursos transferidos
o Ordenador Primário e o Ordenador Secundário.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos recebidos será apre-
sentada ao Executivo Municipal, em uma via e no prazo previsto
nesta lei, instruída com os documentos dispostos na Instrução
Normativa nº 014/2012 do Tribunal de Contas do Estado de Santa
Catarina.

Art. 8º. Fica autorizado o Chefe do Poder Executivo Municipal,
a regulamentar por ato próprio se necessário for, o processo de
aplicação e tomada de contas dos recursos transferidos, visando à
averguação do emprego do dinheiro público.

Art. 9º. As despesas a serem realizadas a conta do recurso ora
autorizado, obedecerão aos princípios regimentais do processo
licitatório, em consonância com a Lei Federal nº 8666/93 atualiza-
da, caso aplicável.

Art. 10. As despesas decorrentes da presente lei correrão à conta
da seguinte dotação orçamentária do orçamento da Prefeitura Mu-
nicipal de São José do Cedro:

04-00	SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO
0403	DEPARTAMENTO DE ENCARGOS E SERVIÇOS GERAIS
Proj/Ativ	2.010 - CONTRIBUIÇÃO PARA ASSOC ESPORT. CEDRO
Elemento	3.3.50.41.00.00.1.0000.0
Recurso	0.1.0000 - RECURSOS ORDINÁRIOS
Dotação	" 65 " - Contribuições

Art. 11. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 12. Ficam revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO,
ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Saúde.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.
CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.229/2014

LEI Nº 4.229, DE 06 DE MAIO DE 2014
DESAFETA BEM IMÓVEL MUNICIPAL E CONTÉM OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina.
FAÇO SABER a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica desafetado de uso institucional o Lote Urbano nº 04 da Quadra 03, com área de 1.059,00 m2 (mil e cinquenta e nove metros quadrados), Matrícula nº 10.994, localizado na Rua Maranhão esquina com a Rua Jacob Stein, para fins de desmembramento e alienação.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Saúde.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.
Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Lei Nº 4.230/2014

LEI Nº 4.230, DE 06 DE MAIO DE 2014

"INCLUI META NO PPA/2013, INCLUI META NA LDO/2013 E ABRE CRÉDITO ESPECIAL NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO DE 2013".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina,
FAÇO SABER, a todos os habitantes do Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Fica incluída Ação de Nº 1.088 na Relação de Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.137/2013- PPA, com a seguinte discriminação:

1.088 - CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO	Obra	UN	1	50.000,00	1.0024

Art. 2º. Fica incluída a Ação de Nº 1.088 na Relação das Despesas Planejadas da Lei Municipal Nº 4.151 - LDO com a seguinte discriminação:

1.088 - CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO

AÇÕES	PRODUTO	UN.MED.	META	VALOR	FONTE
CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO	Obra	UN	1	50.000,00	1.0024

Art. 3º. Fica aberto um Crédito Especial no Orçamento Geral do Município de São José do Cedro, Lei Nº 4.170/2013 - LOA, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), destinados aos programas e verbas a seguir discriminados:

11 SECRETARIA DOS ESPORTES
11.01 DEPTO. DOS ESPORTES
1.088 CONSTRUIR PISTA DE SKATE E PATINAÇÃO
"422"4.4.90.51.00.0.1.0024 Obras e Instalações
..... R\$50.000,00

Art. 4º. Para a cobertura das despesas mencionadas no artigo anterior, serão utilizados os recursos do excesso de arrecadação oriundos do Convênio nº2014TR000745, celebrado entre o Estado de Santa Catarina, por meio da Secretaria de

Estado do Desenvolvimento Regional de Dionísio Cerqueira e a Prefeitura Municipal de São José do Cedro - SC, Processo nº SDR30 00000570/2014, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais).

Art. 5º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

FERNANDO JÚLIO WILL,
Secretário Municipal da Fazenda.

ELANDIR JOÃO ZANARDI,
Secretário Municipal de Saúde.

VOLNEI LUIZ DALLO,
Secretário Municipal da Agricultura.

CLAUDIOMIRO FRANCISCO ONGARATTO,
Secretário Municipal dos Transportes e Obras.

CLÓVIS JOSÉ SCALCO,
Secretário Municipal de Esportes.

FÁBIO MACHADO,
Secretário Municipal da Administração.

ROSIMAR ZANCHETT ANGELI,
Secretária Municipal da Educação e Cultura.

ALEXANDRE VOGT,
Secretário Municipal do Desenvolvimento Social e Habitação.

Publicada no DOM - Diário Oficial dos Municípios.
www.diariomunicipal.sc.gov.br

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Decreto Nº 5.405/2014

DECRETO Nº 5.405, DE 05 DE MAIO DE 2014
"DESIGNA PREGOEIROS E COMPÕE EQUIPE DE APOIO PARA ATUAREM EM LICITAÇÕES NA MODALIDADE DE PREGÃO NO ÂMBITO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CEDRO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições do seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art. 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. Fica designado para atuar como pregoeiro em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, o servidor Jucinei Bonato, matrícula nº 1.692 e na ausência deste, o membro da equipe de apoio, Neusa Ducatti Kuhn, matrícula nº 1.967.

Art. 2º. Ficam designados para atuarem como membros da equipe de apoio em licitações na modalidade de pregão, no âmbito da Prefeitura Municipal de São José do Cedro, os seguintes servidores:

Neusa Ducatti Kuhn, Matrícula nº 1.967;

Luiz Carlos Battaglin, Matrícula nº 1.347;

Fábio Machado, Matrícula nº 22856

Parágrafo único: o Edital indicará os membros da equipe de apoio para atuarem no certame, com um mínimo de três integrantes.

Art. 3º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogado o Decreto nº 5.171, de 02 de janeiro de 2013, e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

Decreto Nº 5.406/2014

DECRETO Nº 5.406, DE 05 DE MAIO DE 2014
"NOMEIA MEMBROS DE COMISSÃO".

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito Municipal de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições de seu cargo e de acordo com o inciso IX do Art. 69 da Lei Orgânica do Município,

DECRETA:

Art. 1º. A Comissão Permanente e Cadastral Processante, encarregada de receber, examinar e julgar os documentos de habilitação e as propostas, referente às licitações propostas pela Prefeitura a fim de contratar obras, serviços e demais objetos licitados pelo município, provenientes de convites, tomadas de preço e concorrência pública, de acordo com a Lei Federal nº 8.666 de 21/06/93, e suas alterações, que sob a Presidência do primeiro e Vice-Presidência do segundo, fica constituída pelos seguintes titulares: NEUSA DUCATTI KUHN, Matrícula nº 1.967, JUCINEI BONATO, Matrícula nº 1.692, FÁBIO MACHADO, Matrícula nº 2.856, LUCAS SCHNEIDER, Matrícula nº 3.003 E JOÃO ALOISIO LINCK, Matrícula nº 2.752.

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º. Ficam revogados os efeitos do Decreto nº 5.172, de 02 de janeiro de 2013 e demais disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, 05 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 05 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo

Decreto Nº 5.407/2014

DECRETO Nº 5.407, DE 06 DE MAIO DE 2014
NOMEIA SERVIDOR PÚBLICO

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA, Prefeito de São José do Cedro, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e de acordo com o disposto na seção II, artigo 69 da Lei Orgânica do Município, promulgada em 21 de junho de 1990,

DECRETA:

Art. 1º. Fica NOMEADO o funcionário público municipal, CLEBERSON KOVALSKI, para exercer o cargo de AGENTE OPERACIONAL DE SERVIÇO I, carga horária de 160 horas mensais, tendo em vista sua aprovação no Concurso Público, Edital nº. 001/2013, homologado através do Decreto nº. 5.346, de 11 de fevereiro de 2014, classificado em 11º lugar, média final 4,6, a partir de 06 de maio de 2014, com os vencimentos previstos em Lei.

Artº. 2º. As despesas com a execução do presente decreto correrão por conta dos recursos orçamentários vigentes.

Artº. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO, ESTADO DE SANTA CATARINA, 06 de maio de 2014.

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA,
Prefeito Municipal.

O presente Decreto foi registrado e publicado em 06 de maio de 2014.

Charlise Barato dos Santos,
Agente Administrativo.

Edital de Tomada de Preço Nº55/2014

PREFEITURA MUN. DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

EDITAL DE TOMADA DE PREÇO Nº55/2014

A Prefeitura Municipal de São José do Cedro, usando de suas atribuições legais, em conformidade com a Lei Federal 8.666/93, de mais alterações vigentes, promove Processo Licitatório nº 55/2014, Edital de Tomada de Preço Nº 55/2014, Objeto: Contratação, sob o regime de empreitada por preço global, de empresa especializada para execução de pavimentação asfáltica e pavimentação com pedras irregulares no perímetro urbano do município, com fornecimento de mão-de-obra e materiais necessários à execução dos objetos, conforme projetos, memoriais descritivos e orçamentos anexos. Recurso proveniente do FUNDAM - Fundo de Apoio aos Municípios. Recebimento das propostas até às 14:00 horas do dia 26/05/2014. Abertura dos envelopes às 14:00 horas do dia 26/05/2014, no Setor de Compras, Contratos e Licitações da Prefeitura Municipal, sita na Rua Jorge Lacerda 1049, São José do Cedro - SC, maiores informações, pelo e-mail - compras@prefcedro.sc.gov.br, pelo telefone: 0xx49-36430247, no Depto de Compras, das 07:45h às 11:45h e das 13:30h às 17:30.

São José do Cedro.

Antonio Plinio de Castro Silva
Prefeito Municipal.

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do indso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
	26.487.800,49	26.487.800,49	4.257.514,78	16,07	8.928.397,90	33,71
RECEITAS CORRENTES	2.302.365,40	2.302.365,40	313.209,12	13,60	576.613,60	25,04
RECEITA TRIBUTÁRIA	1.889.871,20	1.889.871,20	276.173,11	14,85	505.664,47	27,19
IMPOSTOS	211.002,20	211.002,20	27.905,20	13,23	52.835,05	25,04
TAXAS	231.492,00	231.492,00	9.130,81	3,94	18.114,08	7,82
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÓMICO	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56
RECEITA PATRIMONIAL	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	728.746,90	728.746,90	106.749,39	14,65	373.783,60	51,29
RECEITA DE SERVIÇOS	22.786.402,02	22.786.402,02	3.675.843,23	16,13	7.667.662,88	33,65
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.683.040,75	22.683.040,75	3.663.468,38	16,15	7.638.680,83	33,68
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	103.361,27	103.361,27	12.374,85	11,97	28.982,05	28,04
Transf. de Conv.	228.234,63	228.234,63	34.444,00	15,09	72.761,65	31,88
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	37.064,08	37.064,08	5.469,99	14,76	12.430,49	33,54
Multas e Juros de Mora	85.862,07	85.862,07	15.441,63	17,98	34.443,38	40,11
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	105.308,48	105.308,48	13.532,38	12,85	25.887,78	24,58
RECEITAS DIVERSAS	3.068.946,61	3.068.946,61	146.032,37	4,76	1.261.180,00	41,09
RECEITAS DE CAPITAL	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	2.070.000,00	2.070.000,00	146.032,37	7,05	291.450,00	14,08
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	155.000,00	155.000,00	-217,63	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	1.915.000,00	1.915.000,00	146.250,00	7,64	291.450,00	15,22
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	—	—	—	—	—	—
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

30/04/2014

Continua 1/3

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Superávit Financeiro	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	1.811.460,35	25.507.649,65	4.137.853,00	10.732.324,01	4.605.415,34	8.154.738,13	31,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	195.423,60	12.606.537,25	2.176.333,36	4.379.427,61	2.199.015,22	4.322.079,61	34,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	34.428,42	61.169,03	34.428,42	61.169,03	24,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	1.616.036,75	12.655.712,40	1.927.091,22	6.291.727,37	2.371.971,70	3.771.489,49	29,80
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	1.644.005,55	7.472.657,83	737.826,62	2.016.203,89	265.363,42	1.454.648,42	19,47
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	1.644.005,55	6.738.657,83	614.086,02	1.772.926,58	141.622,82	1.211.371,11	17,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	123.740,60	243.277,31	123.740,60	243.277,31	33,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13

Continua 2/3

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	576.474,74	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	10.185.861,29	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII RUDIMAR CESAR WINTER

PREFEITO

CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI

TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

PREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)							R\$ 1,00
RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)	
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)		% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47	
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.487.800,49	26.487.800,49	4.257.514,78	16,07	8.928.397,90	33,71	
IMPOSTOS	2.302.365,40	2.302.365,40	313.209,12	13,60	576.613,60	25,04	
TAXAS	1.859.871,20	1.859.871,20	276.173,11	14,85	505.664,47	27,19	
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	211.002,20	211.002,20	27.905,20	13,23	52.835,05	25,04	
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	231.492,00	231.492,00	9.130,81	3,94	18.114,08	7,82	
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02	
RECEITA PATRIMONIAL	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02	
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56	
RECEITA DE SERVIÇOS	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56	
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	728.746,90	728.746,90	106.749,39	14,65	373.783,60	51,29	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.786.402,02	22.786.402,02	3.675.843,23	16,13	7.667.662,88	33,65	
Transf. de Conv.	22.683.040,75	22.683.040,75	3.663.468,38	16,15	7.638.680,83	33,68	
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.361,27	103.361,27	12.374,85	11,97	28.982,05	28,04	
Multas e Juros de Mora	228.234,63	228.234,63	34.444,00	15,09	72.761,65	31,88	
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	37.064,08	37.064,08	5.469,99	14,76	12.430,49	33,54	
RECEITAS DIVERSAS	85.862,07	85.862,07	15.441,63	17,98	34.443,38	40,11	
RECEITAS DE CAPITAL	105.308,48	105.308,48	13.532,38	12,85	25.887,78	24,58	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.068.946,61	3.068.946,61	146.032,37	4,76	1.261.180,00	41,09	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08	
ALIEAÇÃO DE BENS	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08	
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00	
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.070.000,00	2.070.000,00	146.032,37	7,05	291.450,00	14,08	
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	155.000,00	155.000,00	-217,63	0,00	0,00	0,00	
	1.915.000,00	1.915.000,00	146.250,00	7,64	291.450,00	15,22	
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-	
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
19.367.169,20							
17.559.402,59							
1.725.751,80							
1.354.206,73							
158.167,15							
213.377,92							
185.815,60							
185.815,60							
18.659,77							
18.659,77							
354.963,30							
15.118.739,14							
15.044.359,92							
74.379,22							
155.472,98							
24.633,59							
51.418,69							
79.420,70							
1.807.766,61							
-19.730,00							
-19.730,00							
48.946,61							
39.446,61							
9.500,00							
1.778.550,00							
155.000,00							
1.623.550,00							
19.367.169,20							
0,00							
0,00							
19.367.169,20							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							
0,00							

Continua 1/3

30/04/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Superávit Financeiro	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	1.811.460,35	25.507.649,65	4.137.853,00	10.732.324,01	4.605.415,34	8.154.738,13	31,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	195.423,60	12.606.537,25	2.176.333,36	4.379.427,61	2.199.015,22	4.322.079,61	34,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	34.428,42	61.169,03	34.428,42	61.169,03	24,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	1.616.036,75	12.655.712,40	1.927.091,22	6.291.727,37	2.371.971,70	3.771.489,49	29,80
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	1.644.005,55	7.472.657,83	737.826,62	2.016.203,89	265.363,42	1.454.648,42	19,47
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	1.644.005,55	6.738.657,83	614.086,02	1.772.926,58	141.622,82	1.211.371,11	17,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	123.740,60	243.277,31	123.740,60	243.277,31	33,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13

Continua 2/3

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	576.474,74	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	10.185.861,29	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII RUDIMAR CESAR WINTER

PREFEITO

CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI

TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 1 (LRF, Art. 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e § 1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			R\$ 1,00
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)						
RECEITAS CORRENTES	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
RECEITA TRIBUTÁRIA	26.487.800,49	26.487.800,49	4.257.514,78	16,07	8.928.397,90	33,71
IMPOSTOS	2.302.365,40	2.302.365,40	313.209,12	13,60	576.613,60	25,04
TAXAS	1.859.871,20	1.859.871,20	276.173,11	14,85	505.664,47	27,19
CONTRIBUIÇÃO DE MELHORIA	211.002,20	211.002,20	27.905,20	13,23	52.835,05	25,04
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	231.492,00	231.492,00	9.130,81	3,94	18.114,08	7,82
CONTRIBUIÇÕES DE INTERVENÇÃO NO DOMÍNIO ECONÔMICO	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02
RECEITA PATRIMONIAL	350.745,00	350.745,00	92.703,69	26,43	164.929,40	47,02
RECEITAS DE VALORES MOBILIÁRIOS	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56
RECEITA DE SERVIÇOS	91.306,54	91.306,54	34.565,35	37,86	72.646,77	79,56
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	728.746,90	728.746,90	106.749,39	14,65	373.783,60	51,29
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	22.786.402,02	22.786.402,02	3.675.843,23	16,13	7.667.662,88	33,65
Transf. de Conv.	22.683.040,75	22.683.040,75	3.663.468,38	16,15	7.638.680,83	33,68
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	103.361,27	103.361,27	12.374,85	11,97	28.982,05	28,04
Multas e Juros de Mora	228.234,63	228.234,63	34.444,00	15,09	72.761,65	31,88
RECEITA DA DÍVIDA ATIVA	37.064,08	37.064,08	5.469,99	14,76	12.430,49	33,54
RECEITAS DIVERSAS	85.862,07	85.862,07	15.441,63	17,98	34.443,38	40,11
RECEITAS DE CAPITAL	105.308,48	105.308,48	13.532,38	12,85	25.887,78	24,58
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	3.068.946,61	3.068.946,61	146.032,37	4,76	1.261.180,00	41,09
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08
ALIEAÇÃO DE BENS	950.000,00	950.000,00	0,00	0,00	969.730,00	102,08
ALIEAÇÃO DE BENS MÓVEIS	48.946,61	48.946,61	0,00	0,00	0,00	0,00
ALIEAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	39.446,61	39.446,61	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	9.500,00	9.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTERGOVERNAMENTAIS	2.070.000,00	2.070.000,00	146.032,37	7,05	291.450,00	14,08
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	155.000,00	155.000,00	-217,63	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIO	1.915.000,00	1.915.000,00	146.250,00	7,64	291.450,00	15,22
RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	-	-	-	-	-	-
SUBTOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/3

30/04/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS			SALDO A REALIZAR (a - c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Até o Bimestre (c)	% (c/a)
OPERAÇÕES DE CRÉDITO - REFINANCIAMENTO (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (V) = (III + IV)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
DÉFICIT (VI)	—	—	—	—	—	—
TOTAL (VII) = (V + VI)	29.556.747,10	29.556.747,10	4.403.547,15	14,90	10.189.577,90	34,47
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES (UTILIZADOS PARA CRÉDITOS ADICIONAIS)	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Superávit Financeiro	—	689.318,86	—	—	114.058,17	—
Reabertura de Créditos Adicionais	—	0,00	—	—	0,00	—

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
DESPESAS CORRENTES	23.696.189,30	1.811.460,35	25.507.649,65	4.137.853,00	10.732.324,01	4.605.415,34	8.154.738,13	31,97
PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	12.411.113,65	195.423,60	12.606.537,25	2.176.333,36	4.379.427,61	2.199.015,22	4.322.079,61	34,28
JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	245.400,00	0,00	245.400,00	34.428,42	61.169,03	34.428,42	61.169,03	24,93
OUTRAS DESPESAS CORRENTES	11.039.675,65	1.616.036,75	12.655.712,40	1.927.091,22	6.291.727,37	2.371.971,70	3.771.489,49	29,80
DESPESAS DE CAPITAL	5.828.652,28	1.644.005,55	7.472.657,83	737.826,62	2.016.203,89	265.363,42	1.454.648,42	19,47
INVESTIMENTOS	5.094.652,28	1.644.005,55	6.738.657,83	614.086,02	1.772.926,58	141.622,82	1.211.371,11	17,98
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	734.000,00	0,00	734.000,00	123.740,60	243.277,31	123.740,60	243.277,31	33,14
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	0,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	—	—	—	—	—	—	—	—
SUBTOTAL DAS DESPESAS (X) = (VIII + IX)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13

Continua 2/3

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL (d)	CRÉDITOS ADICIONAIS (e)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (f) = (d + e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		SALDO A LIQUIDAR (f - g)
				No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (g)	% (g/f)
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA-REFINANCIAMENTO (XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COMI REFINANCIAMENTO (XII) = (X + XI)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	29,13
SUPERÁVIT (XIII)	—	—	—	—	—	—	576.474,74	—
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.536.841,58	3.455.465,90	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	10.185.861,29	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII RUDIMAR CESAR WINTER

PREFEITO

CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI

TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea “c”))

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Judiciária	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Geral	2.836.906,76	2.753.140,89	516.866,60	1.195.836,70	455.152,06	855.866,76	8,91	31,09
Administração Financeira	2.174.228,76	2.061.063,97	389.169,75	891.950,01	330.446,83	653.166,54	6,80	31,69
Segurança Pública	662.678,00	692.076,92	127.696,85	303.886,69	124.705,23	202.690,22	2,11	29,29
Policimento	990.454,86	1.194.454,86	305.033,37	320.340,64	27.065,41	40.059,58	0,42	3,35
Defesa Civil	117.118,77	121.118,77	38.839,43	45.545,65	14.035,57	18.999,29	0,20	15,69
Assistência Social	873.336,09	1.073.336,09	266.193,94	274.794,99	13.029,84	21.060,29	0,22	1,96
Assistência ao Idoso	1.895.034,00	2.301.895,80	105.449,95	245.492,71	89.316,74	178.491,99	1,86	7,75
Assistência ao Portador de Deficiência	1.120.105,84	1.369.658,74	2.115,59	27.771,37	1.135,59	26.791,37	0,28	1,96
Assistência à Criança e ao Adolescente	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	2.027,00	4.054,00	0,04	33,33
Assistência Comunitária	120.892,00	207.853,60	26.839,60	56.397,15	28.137,04	49.911,88	0,52	24,01
Saúde	641.874,16	712.221,46	76.494,76	149.162,19	58.017,11	97.734,74	1,02	13,72
Atenção Básica	6.763.605,21	6.988.013,75	981.019,21	3.072.816,16	1.281.207,11	2.438.966,40	25,38	34,90
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	6.563.870,83	6.768.279,37	970.092,87	2.958.853,64	1.244.396,25	2.359.592,70	24,56	34,86
Vigilância Sanitária	152.900,00	152.900,00	0,00	75.250,00	27.960,80	53.251,10	0,55	34,83
Vigilância Epidemiológica	12.866,16	32.866,16	7.326,65	13.624,83	3.612,18	6.351,12	0,07	19,32
Educação	33.968,22	33.968,22	3.599,69	25.087,69	5.237,88	19.771,48	0,21	58,21
Alimentação e Nutrição	6.803.692,82	6.858.404,24	1.139.833,30	2.430.354,98	1.268.752,78	2.043.380,58	21,26	29,79
Ensino Fundamental	214.197,00	214.197,00	31.518,59	54.532,47	28.992,43	40.515,01	0,42	18,91
Ensino Médio	4.449.326,69	4.484.858,22	801.775,26	1.702.700,73	892.695,16	1.412.468,05	14,70	31,49
Ensino Superior	119.255,15	119.255,15	27.035,20	31.325,20	25.605,20	25.605,20	0,27	21,47
Educação Infantil	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	17.236,00	0,18	25,00
Educação Especial	1.918.278,98	1.950.114,87	272.210,17	554.450,31	300.577,91	541.802,05	5,54	27,78
	21.035,00	21.035,00	7.294,08	18.402,27	3.646,08	5.754,27	0,06	27,36

Continua 1/3

30/04/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	23.382.920,93
Difusão Cultural	242.441,68	242.441,68	54.793,92	79.748,41	30.807,92	45.698,41	0,48	196.743,27
Lazer	147.351,68	147.351,68	54.793,92	69.694,41	20.743,92	35.634,41	0,37	111.717,27
Urbanismo	95.090,00	95.090,00	0,00	10.064,00	10.064,00	10.064,00	0,10	85.026,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	909.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	692.008,38
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habituação	735.347,16	884.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	667.008,38
Habituação Urbana	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Saneamento	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.347.750,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.261.664,09
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.238.164,09
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Serviços Urbanos	32.850,00	32.850,00	1.710,03	6.677,52	1.710,03	6.531,14	0,07	26.318,86
Controle Ambiental	30.340,00	30.340,00	1.710,03	6.531,14	1.710,03	6.531,14	0,07	23.808,86
Ciência e Tecnologia	2.510,00	2.510,00	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	2.510,00
Tecnologia da Informatização	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Agricultura	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Extensão Rural	1.538.728,00	1.904.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	969.913,10
Comercialização	1.478.728,00	1.844.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	909.913,10
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção Industrial	145.671,20	145.671,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	117.637,58
Produção Industrial	128.421,20	128.421,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	100.387,58
Energia	17.250,00	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.250,00
Energia Elétrica	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53
	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53

Continua 2/3

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Desporto e Lazer	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Desporto Comunitário	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Encargos Especiais	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Serviço da Dívida Interna	1.405.785,00	1.405.785,00	216.226,81	429.042,57	216.226,81	428.561,23	4,46	30,49
Outros Encargos Especiais	979.400,00	979.400,00	158.169,02	304.446,34	158.169,02	304.446,34	3,17	31,08
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	426.385,00	426.385,00	58.057,79	124.596,23	58.057,79	124.114,89	1,29	29,11
	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SI
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Judiciária	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.753.140,89	516.866,60	1.195.836,70	455.152,05	855.856,76	8,91	31,09
Administração Geral	2.174.228,76	2.061.063,97	389.169,75	891.950,01	330.446,83	653.166,54	6,80	31,69
Administração Financeira	662.678,00	692.076,92	127.696,85	303.886,69	124.705,23	202.690,22	2,11	29,29
Segurança Pública	990.454,86	1.194.454,86	305.033,37	320.340,64	27.065,41	40.059,58	0,42	3,35
Policimento	117.118,77	121.118,77	38.839,43	45.545,65	14.035,57	18.999,29	0,20	15,69
Defesa Civil	873.336,09	1.073.336,09	266.193,94	274.794,99	13.029,84	21.060,29	0,22	1,96
Assistência Social	1.895.034,00	2.301.895,80	105.449,95	245.492,71	89.316,74	178.491,99	1,86	7,75
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.369.658,74	2.115,59	27.771,37	1.135,59	26.791,37	0,28	1,96
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	2.027,00	4.054,00	0,04	33,33
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	207.853,60	26.839,60	56.397,15	28.137,04	49.911,88	0,52	24,01
Assistência Comunitária	641.874,16	712.221,46	76.494,76	149.162,19	58.017,11	97.734,74	1,02	13,72
Saúde	6.763.605,21	6.988.013,75	981.019,21	3.072.816,16	1.281.207,11	2.438.966,40	25,38	34,90
Atenção Básica	6.563.870,83	6.768.279,37	970.092,87	2.958.853,64	1.244.396,25	2.359.592,70	24,56	34,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	0,00	75.250,00	27.960,80	53.251,10	0,55	34,83
Vigilância Sanitária	12.866,16	32.866,16	7.326,65	13.624,83	3.612,18	6.351,12	0,07	19,32
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	33.968,22	3.599,69	25.087,69	5.237,88	19.771,48	0,21	58,21
Educação	6.803.692,82	6.858.404,24	1.139.833,30	2.430.354,98	1.268.752,78	2.043.380,58	21,26	29,79
Alimentação e Nutrição	214.197,00	214.197,00	31.518,59	54.532,47	28.992,43	40.515,01	0,42	18,91
Ensino Fundamental	4.449.326,69	4.484.858,22	801.775,26	1.702.700,73	892.695,16	1.412.468,05	14,70	31,49
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	27.035,20	31.325,20	25.605,20	25.605,20	0,27	21,47
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	17.236,00	0,18	25,00
Educação Infantil	1.918.278,98	1.950.114,87	272.210,17	554.450,31	300.577,91	541.802,05	5,64	27,78
Educação Especial	21.035,00	21.035,00	7.294,08	18.402,27	3.646,08	5.754,27	0,06	27,36

Continua 1/3

30/04/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	23.382.920,93
Difusão Cultural	242.441,68	242.441,68	54.793,92	79.748,41	30.807,92	45.698,41	0,48	196.743,27
Lazer	147.351,68	147.351,68	54.793,92	69.694,41	20.743,92	35.634,41	0,37	111.717,27
Urbanismo	95.090,00	95.090,00	0,00	10.064,00	10.064,00	10.064,00	0,10	85.026,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	909.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	692.008,38
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habituação	735.347,16	884.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	667.008,38
Habituação Urbana	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Saneamento	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.347.750,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.261.664,09
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.238.164,09
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Serviços Urbanos	32.850,00	32.850,00	1.710,03	6.677,52	1.710,03	6.531,14	0,07	26.318,86
Controle Ambiental	30.340,00	30.340,00	1.710,03	6.531,14	1.710,03	6.531,14	0,07	23.808,86
Ciência e Tecnologia	2.510,00	2.510,00	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	2.510,00
Tecnologia da Informatização	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Agricultura	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Extensão Rural	1.538.728,00	1.904.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	969.913,10
Comercialização	1.478.728,00	1.844.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	909.913,10
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção Industrial	145.671,20	145.671,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	117.637,58
Produção Industrial	128.421,20	128.421,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	100.387,58
Energia	17.250,00	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.250,00
Energia Elétrica	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53
	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53

Continua 2/3

30/04/2014

Continuação 3/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Desporto e Lazer	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Desporto Comunitário	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.405.785,00	216.226,81	429.042,57	216.226,81	428.561,23	4,46	30,49
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	158.169,02	304.446,34	158.169,02	304.446,34	3,17	31,08
Outros Encargos Especiais	426.385,00	426.385,00	58.057,79	124.596,23	58.057,79	124.114,89	1,29	29,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SI	RUDIMAR CESAR WINTER	AIRTON A. PALOSCHI
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 2 (LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c")

R\$ 1,00

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Legislativa	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Ação Legislativa	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Judiciária	752.200,00	752.200,00	109.240,73	242.912,16	118.072,81	207.666,24	2,16	27,61
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ação Judiciária	480.000,00	200.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração	2.836.906,76	2.753.140,89	516.866,60	1.195.836,70	455.152,05	855.856,76	8,91	31,09
Administração Geral	2.174.228,76	2.061.063,97	389.169,75	891.950,01	330.446,83	653.166,54	6,80	31,69
Administração Financeira	662.678,00	692.076,92	127.696,85	303.886,69	124.705,23	202.690,22	2,11	29,29
Segurança Pública	990.454,86	1.194.454,86	305.033,37	320.340,64	27.065,41	40.059,58	0,42	3,35
Policimento	117.118,77	121.118,77	38.839,43	45.545,65	14.035,57	18.999,29	0,20	15,69
Defesa Civil	873.336,09	1.073.336,09	266.193,94	274.794,99	13.029,84	21.060,29	0,22	1,96
Assistência Social	1.895.034,00	2.301.895,80	105.449,95	245.492,71	89.316,74	178.491,99	1,86	7,75
Assistência ao Idoso	1.120.105,84	1.369.658,74	2.115,59	27.771,37	1.135,59	26.791,37	0,28	1,96
Assistência ao Portador de Deficiência	12.162,00	12.162,00	0,00	12.162,00	2.027,00	4.054,00	0,04	33,33
Assistência à Criança e ao Adolescente	120.892,00	207.853,60	26.839,60	56.397,15	28.137,04	49.911,88	0,52	24,01
Assistência Comunitária	641.874,16	712.221,46	76.494,76	149.162,19	58.017,11	97.734,74	1,02	13,72
Saúde	6.763.605,21	6.988.013,75	981.019,21	3.072.816,16	1.281.207,11	2.438.966,40	25,38	34,90
Atenção Básica	6.563.870,83	6.768.279,37	970.092,87	2.958.853,64	1.244.396,25	2.359.592,70	24,56	34,86
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	0,00	75.250,00	27.960,80	53.251,10	0,55	34,83
Vigilância Sanitária	12.866,16	32.866,16	7.326,65	13.624,83	3.612,18	6.351,12	0,07	19,32
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	33.968,22	3.599,69	25.087,69	5.237,88	19.771,48	0,21	58,21
Educação	6.803.692,82	6.858.404,24	1.139.833,30	2.430.354,98	1.268.752,78	2.043.380,58	21,26	29,79
Alimentação e Nutrição	214.197,00	214.197,00	31.518,59	54.532,47	28.992,43	40.515,01	0,42	18,91
Ensino Fundamental	4.449.326,69	4.484.858,22	801.775,26	1.702.700,73	892.695,16	1.412.468,05	14,70	31,49
Ensino Médio	119.255,15	119.255,15	27.035,20	31.325,20	25.605,20	25.605,20	0,27	21,47
Ensino Superior	81.600,00	68.944,00	0,00	68.944,00	17.236,00	17.236,00	0,18	25,00
Educação Infantil	1.918.278,98	1.950.114,87	272.210,17	554.450,31	300.577,91	541.802,05	5,64	27,78
Educação Especial	21.035,00	21.035,00	7.294,08	18.402,27	3.646,08	5.754,27	0,06	27,36

Continua 1/3

30/04/2014

Continuação 2/3

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)								
Cultura	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	23.382.920,93
Difusão Cultural	242.441,68	242.441,68	54.793,92	79.748,41	30.807,92	45.698,41	0,48	196.743,27
Lazer	147.351,68	147.351,68	54.793,92	69.694,41	20.743,92	35.634,41	0,37	111.717,27
Urbanismo	95.090,00	95.090,00	0,00	10.064,00	10.064,00	10.064,00	0,10	85.026,00
Infra-Estrutura Urbana	760.347,16	909.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	692.008,38
Serviços Urbanos	25.000,00	25.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	25.000,00
Habituação	735.347,16	884.562,33	62.257,17	472.733,27	132.327,19	217.553,95	2,26	667.008,38
Habituação Urbana	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Saneamento	169.164,22	169.164,22	0,00	9.038,04	0,00	9.038,04	0,09	160.126,18
Infra-Estrutura Urbana	23.500,00	1.347.750,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.261.664,09
Serviços Urbanos	0,00	1.324.250,00	115.692,21	115.692,21	86.085,91	86.085,91	0,90	1.238.164,09
Saneamento Básico Urbano	15.000,00	15.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	15.000,00
Gestão Ambiental	8.500,00	8.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.500,00
Serviços Urbanos	32.850,00	32.850,00	1.710,03	6.677,52	1.710,03	6.531,14	0,07	26.318,86
Controle Ambiental	30.340,00	30.340,00	1.710,03	6.531,14	1.710,03	6.531,14	0,07	23.808,86
Ciência e Tecnologia	2.510,00	2.510,00	0,00	146,38	0,00	0,00	0,00	2.510,00
Tecnologia da Informatização	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Agricultura	6.500,00	118.696,30	109.200,00	109.200,00	0,00	0,00	0,00	118.696,30
Extensão Rural	1.538.728,00	1.904.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	969.913,10
Comercialização	1.478.728,00	1.844.811,54	516.995,89	1.301.854,51	449.785,43	934.898,44	9,73	909.913,10
Indústria	60.000,00	60.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	60.000,00
Promoção Industrial	145.671,20	145.671,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	117.637,58
Produção Industrial	128.421,20	128.421,20	13.191,26	28.095,74	14.641,26	28.033,62	0,29	100.387,58
Energia	17.250,00	17.250,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	17.250,00
Energia Elétrica	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte	361.534,95	361.534,95	45.809,02	137.014,34	49.979,02	97.744,92	1,02	263.790,03
Transporte Rodoviário	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53
	3.856.255,72	4.825.985,72	453.839,04	2.302.977,59	549.041,41	1.834.762,19	19,09	2.991.223,53

Continua 2/3

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÕES UBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO (a - b)
			No Bimestre	Até o Bimestre	No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (b/Total b)	% (b/a)
DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13
Desporto e Lazer	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Desporto Comunitário	460.170,00	467.945,00	128.521,11	248.700,35	100.606,87	156.067,15	1,62	33,35
Encargos Especiais	1.405.785,00	1.405.785,00	216.226,81	429.042,57	216.226,81	428.561,23	4,46	30,49
Serviço da Dívida Interna	979.400,00	979.400,00	158.169,02	304.446,34	158.169,02	304.446,34	3,17	31,08
Outros Encargos Especiais	426.385,00	426.385,00	58.057,79	124.596,23	58.057,79	124.114,89	1,29	29,11
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	12.000,00	12.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	29.536.841,58	32.992.307,48	4.875.679,62	12.748.527,90	4.870.778,76	9.609.386,55	100,00	29,13

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SI
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

1 Representa uma dotação global sem destinação específica a determinado órgão, unidade orçamentária, programa ou categoria econômica, cujos recursos serão utilizados para abertura de créditos adicionais, não sendo portanto uma função. É apresentada neste demonstrativo por constar no orçamento.

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
 2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLÍNIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2013	0,00	0,00	0,00	0,00
2014	0,00	0,00	0,00	0,00
2015	0,00	0,00	0,00	0,00
2016	0,00	0,00	0,00	0,00
2017	0,00	0,00	0,00	0,00
2018	0,00	0,00	0,00	0,00
2019	0,00	0,00	0,00	0,00
2020	0,00	0,00	0,00	0,00
2021	0,00	0,00	0,00	0,00
2022	0,00	0,00	0,00	0,00
2023	0,00	0,00	0,00	0,00
2024	0,00	0,00	0,00	0,00
2025	0,00	0,00	0,00	0,00
2026	0,00	0,00	0,00	0,00
2027	0,00	0,00	0,00	0,00
2028	0,00	0,00	0,00	0,00
2029	0,00	0,00	0,00	0,00
2030	0,00	0,00	0,00	0,00
2031	0,00	0,00	0,00	0,00
2032	0,00	0,00	0,00	0,00
2033	0,00	0,00	0,00	0,00
2034	0,00	0,00	0,00	0,00
2035	0,00	0,00	0,00	0,00
2036	0,00	0,00	0,00	0,00
2037	0,00	0,00	0,00	0,00
2038	0,00	0,00	0,00	0,00
2039	0,00	0,00	0,00	0,00
2040	0,00	0,00	0,00	0,00
2041	0,00	0,00	0,00	0,00
2042	0,00	0,00	0,00	0,00
2043	0,00	0,00	0,00	0,00
2044	0,00	0,00	0,00	0,00
2045	0,00	0,00	0,00	0,00
2046	0,00	0,00	0,00	0,00
2047	0,00	0,00	0,00	0,00
2048	0,00	0,00	0,00	0,00
2049	0,00	0,00	0,00	0,00
2050	0,00	0,00	0,00	0,00
2051	0,00	0,00	0,00	0,00
2052	0,00	0,00	0,00	0,00
2053	0,00	0,00	0,00	0,00
2054	0,00	0,00	0,00	0,00
2055	0,00	0,00	0,00	0,00
2056	0,00	0,00	0,00	0,00
2057	0,00	0,00	0,00	0,00
2058	0,00	0,00	0,00	0,00
2059	0,00	0,00	0,00	0,00
2060	0,00	0,00	0,00	0,00
2061	0,00	0,00	0,00	0,00
2062	0,00	0,00	0,00	0,00
2063	0,00	0,00	0,00	0,00
2064	0,00	0,00	0,00	0,00
2065	0,00	0,00	0,00	0,00
2066	0,00	0,00	0,00	0,00
2067	0,00	0,00	0,00	0,00
2068	0,00	0,00	0,00	0,00
2069	0,00	0,00	0,00	0,00
2070	0,00	0,00	0,00	0,00

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO REGIME DE PREVIDÊNCIA

ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
2013 a 2087

RREO – ANEXO 10 (LRF, art. 53, § 1º, inciso II)

R\$ 1,00

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO c = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = ("d" exercício anterior) + (c)
2071	0,00	0,00	0,00	0,00
2072	0,00	0,00	0,00	0,00
2073	0,00	0,00	0,00	0,00
2074	0,00	0,00	0,00	0,00
2075	0,00	0,00	0,00	0,00
2076	0,00	0,00	0,00	0,00
2077	0,00	0,00	0,00	0,00
2078	0,00	0,00	0,00	0,00
2079	0,00	0,00	0,00	0,00
2080	0,00	0,00	0,00	0,00
2081	0,00	0,00	0,00	0,00
2082	0,00	0,00	0,00	0,00
2083	0,00	0,00	0,00	0,00
2084	0,00	0,00	0,00	0,00
2085	0,00	0,00	0,00	0,00
2086	0,00	0,00	0,00	0,00
2087	0,00	0,00	0,00	0,00

Projeção atuarial elaborada em 30/04/2014 e oficialmente enviada para o Ministério da Previdência Social - MPS.

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVOS DA RECEITA DE ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DE RECURSOS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/MÊS ABRIL

RREO - ANEXO 11 (LRF, art. 53, § 1º, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Mês (b)	SALDO A REALIZAR (c) = (a-b)
RECEITA DE CAPITAL			
ALIENAÇÃO DE ATIVOS	48.946,61	0,00	48.946,61
ALIENAÇÃO DE BENS IMÓVEIS	9.500,00	0,00	9.500,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS	39.446,61	0,00	39.446,61
TOTAL	48.946,61	0,00	48.946,61

DESPESAS (APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS)	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Mês		SALDO A EXECUTAR (g) = (d) - (e+f)
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
Despesas de Capital	52.506,71	175.320,07	0,00	-122.813,36
Investimentos	52.506,71	175.320,07	0,00	-122.813,36
TOTAL	52.506,71	175.320,07	0,00	-122.813,36

SALDO FINANCEIRO A APLICAR	Em 2013 (h)	Em 2014 (i) = (b) - (e+f)	SALDO ATUAL (j) = (h+i)
	351.390,17	-175.320,07	176.070,10

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014



Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
MAIO/2013 A ABRIL/2014

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												PREVISÃO ATUALIZADA 2014
	Mar/2013	Jun/2013	Jul/2013	Ago/2013	Sep/2013	Out/2013	Nov/2013	Dez/2013	Jan/2014	Fev/2014	Mar/2014	Abr/2014	TOTAL (ÚLT. 12 MES.)
RECEITAS CORRENTES (I)	3.177.513,89	2.371.101,12	2.074.240,84	2.214.911,28	2.387.285,11	2.386.249,43	2.525.069,91	2.815.833,37	2.804.137,55	2.545.356,07	2.217.338,45	2.580.164,87	30.235.510,79
RECEITA TRIBUTÁRIA	592.769,93	137.779,77	168.204,33	193.332,36	169.885,61	219.169,04	174.609,36	176.374,64	137.721,46	123.663,02	137.666,83	175.552,29	2.388.783,04
IPTU	463.638,46	33.978,97	31.954,85	31.774,37	30.316,17	28.575,07	5.011,49	4.545,72	2.155,36	0,00	0,00	38.704,03	670.358,49
I.R.R.F.	34.417,56	36.146,88	44.018,53	36.903,08	37.880,70	34.474,21	60.305,08	44.674,13	43.291,03	39.079,70	33.618,55	36.575,69	481.588,12
I.S.S.	43.280,96	51.972,76	50.413,08	40.154,46	37.257,24	48.833,99	55.998,94	75.438,30	54.345,63	42.839,54	55.887,56	60.513,56	617.636,41
I.T.B.L.	30.507,51	20.800,05	22.285,15	23.131,33	17.179,30	14.917,71	28.485,51	22.082,59	24.923,99	22.855,11	31.388,89	19.604,44	277.811,59
Outras Receitas Tributárias	20.645,44	14.878,12	19.546,72	21.959,12	16.247,40	92.698,06	23.795,34	31.654,10	13.004,45	20.908,67	16.881,83	20.154,18	342.388,43
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	36.605,62	32.118,97	30.323,31	31.717,16	30.901,41	34.553,45	36.125,52	34.729,86	36.818,10	35.407,61	38.727,40	53.976,29	432.004,70
RECEITA PATRIMONIAL	7.632,32	9.484,39	10.891,93	10.310,34	11.889,30	15.118,47	13.190,02	14.791,70	18.837,86	19.143,56	16.247,83	17.617,52	91.094,54
RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS	301.650,26	49.795,88	29.324,08	26.616,97	26.701,39	24.490,76	19.414,18	48.051,07	192.156,46	74.874,75	37.774,01	68.975,38	900.828,19
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.211.105,44	2.106.637,41	1.775.229,65	1.962.861,02	2.127.240,55	2.057.674,57	2.211.258,99	2.629.757,20	2.396.100,58	2.274.329,57	1.972.468,34	2.253.963,43	25.976.408,75
Cota-Parte do FPM	914.277,48	782.774,91	543.193,07	597.797,15	587.806,17	617.626,44	817.626,44	843.322,78	991.385,62	1.059.694,63	627.888,82	716.743,51	9.161.787,04
Cota-Parte do I.C.M.S.	571.402,07	535.222,97	531.294,08	597.047,91	591.855,36	575.424,65	640.292,13	638.149,57	605.694,02	573.412,17	578.716,84	566.595,78	6.995.107,55
Cota-Parte do IPVA	109.434,56	115.615,88	135.655,10	120.510,29	126.189,23	121.045,35	67.355,59	35.902,27	64.163,85	94.735,71	110.590,25	115.760,25	1.216.966,54
Cota-Parte do ITR	131,54	0,00	0,00	0,00	2.458,51	3.185,65	167,70	18,24	54,36	0,00	6,56	0,00	6.022,56
Outras Transferências Correntes	290.269,77	388.379,92	272.475,14	291.336,99	503.782,90	463.247,41	340.724,15	769.465,37	387.386,67	189.457,45	326.556,46	513.965,69	4.656.279,64
Transferências da LC 61/1989	6.651,21	6.927,41	6.823,68	7.301,38	6.641,54	7.099,88	7.875,59	8.417,30	7.883,54	6.425,49	6.278,53	13.641,94	91.673,47
Transferências da LC 87/1996	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.615,51	2.506,95	2.506,95	0,00	2.506,95	28.444,93
Transferências do FUNDEB	316.323,30	325.100,81	281.172,07	303.462,68	305.900,65	297.249,97	334.601,88	332.875,16	357.319,57	346.138,97	322.282,65	324.719,31	3.850.145,02
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	27.729,52	15.294,70	62.281,34	29.973,43	21.676,66	45.213,14	70.471,84	25.128,60	22.400,09	15.917,96	14.364,04	20.079,96	370.522,67
DEDUÇÕES (II)	319.572,05	263.245,66	242.551,35	278.176,85	262.234,87	250.015,26	305.611,23	304.001,49	332.760,74	345.849,76	263.461,95	283.409,88	3.478.891,18
Dedução da Receita Para Formação do FUNDEB	319.572,05	263.245,66	242.551,35	278.176,85	262.234,87	250.015,26	305.611,23	304.001,49	332.760,74	345.849,76	263.461,95	283.409,88	3.478.891,18
Deduções da Receita do IPTU	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-3,716,61	-19.935,52
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	2.857.941,04	2.087.855,46	1.831.689,29	1.936.434,43	2.125.060,24	2.138.234,18	2.219.458,68	2.627.831,78	2.471.376,81	2.199.506,31	1.954.476,50	2.306.754,89	26.507.494,01
FONTE:													
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014													
ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO													
RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO													
AIRTON A. PALOSCHI TEC. CONTÁBIL. CRC/SC 9.142/0													

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 13 (Lei nº 11.079, de 30.12.2004, arts. 22, 25 e 28)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	SALDO TOTAL EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR (a)	REGISTROS EFETUADOS EM 2014		SALDO TOTAL (c) = (a + b)
		No Bimestre	Até o Bimestre(b)	

NADA A DECLARAR

DESPESAS DE PPP	EXERCÍCIO ANTERIOR	EXERCÍCIO CORRENTE	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
-----------------	-----------------------	-----------------------	------	------	------	------	------	------	------	------	------

NADA A DECLARAR

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
 PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
 CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
 TÉCN. CONTÁBIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 9 (LRF, art.53, § 1º, inciso I)

R\$ 1,00

RECEITAS	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS Até o Bimestre (b)		SALDO NÃO REALIZADO (c) = (a - b)
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO¹ (I)	950.000,00	969.730,00		-19.730,00
DESPESAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS EXECUTADAS Até o Bimestre		SALDO NÃO EXECUTADO (g)=(d)-(e+f))
		LIQUIDADAS (e)	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (f)	
DESPESAS DE CAPITAL	7.472.657,83	1.454.648,42	0,00	6.018.009,41
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes por Instituições Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Incentivos Fiscais a Contribuintes	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA DE CAPITAL LÍQUIDA (II):	7.472.657,83	1.454.648,42	0,00	6.018.009,41
RESULTADO PARA APURAÇÃO DA REGRA DE OURO (III) = (I - II)	-6.522.657,83	-484.918,42		-6.037.739,41

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
 RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100	
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)			1.916.600,61	1.916.600,61	536.448,48	27,99	
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU			763.097,50	763.097,50	40.860,39	5,35	
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI			202.925,80	202.925,80	98.752,43	48,66	
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS			544.722,20	544.722,20	213.286,68	39,16	
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF			349.125,70	349.125,70	152.764,97	43,76	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos			8.494,35	8.494,35	304,51	3,58	
Dívida Ativa dos Impostos			34.438,47	34.438,47	21.206,98	61,58	
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa			13.796,59	13.796,59	9.272,52	67,21	
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)			18.386.863,52	18.386.863,52	6.145.967,13	33,43	
Cota-Parte FPM			10.010.388,64	10.010.388,64	3.394.772,78	33,91	
Cota-Parte ITR			2.795,31	2.795,31	60,92	2,18	
Cota-Parte IPVA			1.205.354,65	1.205.354,65	385.258,27	31,96	
Cota-Parte ICMS			7.000.357,82	7.000.357,82	2.324.418,81	33,20	
Cota-Parte IPI-Exportação			112.134,79	112.134,79	33.935,50	30,26	
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais			55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47	
Desoneração ICMS (LC 87/96)			55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47	
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II			20.303.464,13	20.303.464,13	6.682.415,61	32,91	
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS		
					Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100	
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS			0,00	0,00	0,00	0,00	
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE			0,00	0,00	0,00	0,00	
DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)			DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		
					Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	
					Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100	
DESPESAS CORRENTES			6.221.223,96	6.353.803,57	44,98	2.225.748,73	35,03
Pessoal e Encargos Sociais			3.560.496,26	3.474.816,26	36,85	1.270.834,94	36,57
Outras Despesas Correntes			2.660.727,70	2.878.987,31	54,79	954.913,79	33,17
DESPESAS DE CAPITAL			282.580,40	374.409,33	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos			282.580,40	374.409,33	39,10	144.491,34	38,59

Continua 1/4

30/04/2014

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
				Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL		282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos		282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)		6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	44,65	2.370.240,07	35,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO							
		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	Até o Bimestre (h)	% (h/vf)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA A SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS		2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS		2.646.608,64	2.769.583,01	1.239.091,72	41,25	964.595,70	40,70
Recursos de Operações de Crédito		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos		117.687,00	219.121,17	147.667,49	4,92	145.907,88	6,16
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹		-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)		2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)		3.739.508,72	3.739.508,72	1.617.330,62	-1,51	1.259.736,49	-11,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS							
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5							
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]³							
257.374,15							

30/04/2014

Continua 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA				PARCELA CONSIDERADA NO LIMITE		
INSCRITOS	CANCELADOS/ PRESCRITOS	PAGOS	A PAGAR			
Inscritos em 2013	0,00	10.755,46	-10.755,46			0,00
TOTAL	0,00	10.755,46	-10.755,46			0,00

CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º				RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS	
				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (i)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013				0,00	0,00
TOTAL (VIII)				0,00	0,00

CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26				LIMITE NÃO CUMPRIDO	
				DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)	SALDO FINAL (NÃO APLICADO)
				-	-

DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100
Atenção Básica	6.258.933,89	6.463.342,43	2.882.130,02	95,94	2.282.869,08	96,31
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	152.900,00	152.900,00	75.250,00	2,50	53.251,10	2,25
Vigilância Sanitária	12.866,16	32.866,16	13.624,83	0,45	6.351,12	0,27
Vigilância Epidemiológica	33.968,22	33.968,22	25.087,69	0,84	19.771,48	0,83
Outras Subfunções	45.136,09	45.136,09	7.997,29	0,27	7.997,29	0,34
TOTAL	6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	100,00	2.370.240,07	100,00

FONTE:

¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "i+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
³ O valor apresentado na interseção com a coluna "j" ou com a coluna "j+1"(último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ⁱNo último bimestre, será utilizada a fórmula $V(n+i) - (15 \times IIIb)/100]$
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	AIRTON A. PALOSCHI TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O
--	--	--

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	536.448,48	27,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	40.860,39	5,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	98.752,43	48,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	213.286,68	39,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	152.764,97	43,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	304,51	3,58
Dívida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	21.206,98	61,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.796,59	13.796,59	9.272,52	67,21
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	6.145.967,13	33,43
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	3.394.772,78	33,91
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	60,92	2,18
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	385.258,27	31,96
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	2.324.418,81	33,20
Cota-Parte IPH-Exportação	112.134,79	112.134,79	33.935,50	30,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	20.303.464,13	20.303.464,13	6.682.415,61	32,91

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.221.223,96	6.353.803,57	2.857.694,88	44,98	2.225.748,73	35,03
Pessoal e Encargos Sociais	3.560.496,26	3.474.816,26	1.280.410,94	36,85	1.270.834,94	36,57
Outras Despesas Correntes	2.660.727,70	2.878.987,31	1.577.283,94	54,79	954.913,79	33,17
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59

Continua 1/4

30/04/2014

Continuação 2/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	44,65	2.370.240,07	35,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/vi)*100	Até o Bimestre (i)	% (i/vi)*100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.646.608,64	2.769.583,01	1.239.091,72	41,25	964.595,70	40,70
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	147.667,49	4,92	145.907,88	6,16
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM	-	-	0,00	0,00	-	-
DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹						
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAGAR CANCELADOS²						
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
QUE						
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.739.508,72	3.739.508,72	1.617.330,62	-1,51	1.259.736,49	-11,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS						18,85
(VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶						257.374,15

Continua 2/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013	0,00	0,00	10.755,46	-10.755,46	0,00	0,00		
TOTAL	0,00	0,00	10.755,46	-10.755,46	0,00	0,00		
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º								
	RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (j)						
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013	0,00	0,00	0,00					
TOTAL (VIII)	0,00	0,00	0,00					
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26								
	LIMITE NÃO CUMPRIDO		SALDO FINAL (NÃO APLICADO)					
	SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)						
	-	-	-					
DESPESAS COM SAÚDE (por Subfunção)								
Atenção Básica Assistência Hospitalar e Ambulatorial Vigilância Sanitária Vigilância Epidemiológica Outras Subfunções TOTAL	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
	6.258.933,89	6.463.342,43	2.882.130,02	95,94	2.282.869,08	96,31		
	152.900,00	152.900,00	75.250,00	2,50	53.251,10	2,25		
	12.866,16	32.866,16	13.624,83	0,45	6.351,12	0,27		
	33.968,22	33.968,22	25.087,69	0,84	19.771,48	0,83		
45.136,09	45.136,09	7.997,29	0,27	7.997,29	0,34			
	6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	100,00	2.370.240,07	100,00		

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "i+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na interseção com a coluna "i" ou com a coluna "i+h" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ⁱNo último bimestre, será utilizada a fórmula $[V(n+1) - (15 \times IIIb)/100]$
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	AIRTON A. PALOSCHI TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O
--	--	--

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 12 (LC 141/2012, art. 35)

R\$ 1,00

RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (b)	% (b/a)*100
RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA (I)	1.916.600,61	1.916.600,61	536.448,48	27,99
Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU	763.097,50	763.097,50	40.860,39	5,35
Imposto sobre Transmissão de Bens Intervivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	98.752,43	48,66
Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	544.722,20	544.722,20	213.286,68	39,16
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	152.764,97	43,76
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos dos Impostos	8.494,35	8.494,35	304,51	3,58
Dívida Ativa dos Impostos	34.438,47	34.438,47	21.206,98	61,58
Multas, Juros de Mora e Outros Encargos da Dívida Ativa	13.796,59	13.796,59	9.272,52	67,21
RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (II)	18.386.863,52	18.386.863,52	6.145.967,13	33,43
Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	3.394.772,78	33,91
Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	60,92	2,18
Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	385.258,27	31,96
Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	2.324.418,81	33,20
Cota-Parte IPH-Exportação	112.134,79	112.134,79	33.935,50	30,26
Compensações Financeiras Provenientes de Impostos e Transferências Constitucionais	55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47
Desoneração ICMS (LC 87/96)	55.832,31	55.832,31	7.520,85	13,47
TOTAL DAS RECEITAS PARA APURAÇÃO DA APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (III) = I + II	20.303.464,13	20.303.464,13	6.682.415,61	32,91

RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (c)	RECEITAS REALIZADAS	
			Até o Bimestre (d)	% (d/c)*100
TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE-SUS	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO VINCULADAS À SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DA SAÚDE	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS CORRENTES	6.221.223,96	6.353.803,57	2.857.694,88	44,98	2.225.748,73	35,03
Pessoal e Encargos Sociais	3.560.496,26	3.474.816,26	1.280.410,94	36,85	1.270.834,94	36,57
Outras Despesas Correntes	2.660.727,70	2.878.987,31	1.577.283,94	54,79	954.913,79	33,17
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59

Continua 1/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/4

DESPESAS COM SAÚDE (Por Grupo de Natureza da Despesa)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (f)	% (f/e)*100	Até o Bimestre (g)	% (g/e)*100
DESPESAS DE CAPITAL	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
Investimentos	282.580,40	374.409,33	146.394,95	39,10	144.491,34	38,59
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE (IV)	6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	44,65	2.370.240,07	35,23
DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS PARA FINS DE APURAÇÃO DO PERCENTUAL MÍNIMO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS	
			Até o Bimestre (h)	% (h/V)x100	Até o Bimestre (i)	% (i/Vg)x100
DESPESAS COM INATIVOS E PENSIONISTAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA COM ASSISTÊNCIA À SAÚDE QUE NÃO ATENDE AO PRINCÍPIO DE ACESSO UNIVERS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM OUTROS RECURSOS	2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
Recursos de Transferências do Sistema Único de Saúde - SUS	2.646.608,64	2.769.583,01	1.239.091,72	41,25	964.595,70	40,70
Recursos de Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos	117.687,00	219.121,17	147.667,49	4,92	145.907,88	6,16
OUTRAS AÇÕES E SERVIÇOS NÃO COMPUTADOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS INDEVIDAMENTE NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA¹	-	-	0,00	0,00	-	-
DESPESAS CUSTEADAS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA VINCULADA AOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS²	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CUSTEADAS COM RECURSOS VINCULADOS À PARCELA DO PERCENTUAL MÍNIMO QUE	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS COM SAÚDE NÃO COMPUTADAS (V)	2.764.295,64	2.988.704,18	1.386.759,21	46,16	1.110.503,58	46,85
TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE (VI) = (IV + V)	3.739.508,72	3.739.508,72	1.617.330,62	-1,51	1.259.736,49	-11,62
PERCENTUAL DE APLICAÇÃO EM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE SOBRE A RECEITA DE IMPOSTOS LÍQUIDA E TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS (VII%) = (VII / IIIb x 100) - LIMITE CONSTITUCIONAL 15% 4 e 5						18,85
VALOR REFERENTE À DIFERENÇA ENTRE O VALOR EXECUTADO E O LIMITE MÍNIMO CONSTITUCIONAL [VI - (15 x IIIb)/100]⁶						257.374,15

Continua 2/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/4

EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE DE CAIXA								
Inscritos em 2013		0,00	0,00	10.755,46	-10.755,46	0,00	0,00	
TOTAL		0,00	0,00	10.755,46	-10.755,46	0,00	0,00	
CONTROLE DOS RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS PARA FINS DE APLICAÇÃO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA CONFORME ARTIGO 24, §1º E 2º		RESTOS A PAGAR CANCELADOS OU PRESCRITOS						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (l)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
Restos a Pagar Não Processados Cancelados ou Prescritos em 2013		0,00	0,00			0,00		
TOTAL (VIII)		0,00	0,00			0,00		
CONTROLE DO VALOR REFERENTE AO PERCENTUAL MÍNIMO NÃO CUMPRIDO EM EXERCÍCIOS ANTERIORES PARA FINS DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS VINCULADOS CONFORME ARTIGOS 25 E 26		LIMITE NÃO CUMPRIDO						
		SALDO INICIAL	DESPESAS CUSTEADAS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA (k)			SALDO FINAL (NÃO APLICADO)		
		-	-			-		
DESPESAS COM SAÚDE (Por Subfunção)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			
			Até Bimestre (l)	% (l/Total l)*100	Até Bimestre (m)	% (m/Total m)*100		
			6.258.933,89	6.463.342,43	2.882.130,02	95,94	2.282.869,08	96,31
			152.900,00	152.900,00	75.250,00	2,50	53.251,10	2,25
			12.866,16	32.866,16	13.624,83	0,45	6.351,12	0,27
			33.968,22	33.968,22	25.087,69	0,84	19.771,48	0,83
			45.136,09	45.136,09	7.997,29	0,27	7.997,29	0,34
TOTAL	6.503.804,36	6.728.212,90	3.004.089,83	100,00	2.370.240,07	100,00		

FONTE:

- ¹ Essa linha apresentará valor somente no Relatório Resumido da Execução Orçamentária do último bimestre do exercício.
- ² O valor apresentado na intercessão com a coluna "i" ou com a coluna "i+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total j".
- ³ O valor apresentado na intercessão com a coluna "j" ou com a coluna "j+i" (último bimestre) deverá ser o mesmo apresentado no "total k".
- ⁴ Limite anual mínimo a ser cumprido no encerramento do exercício. Deverá ser informado o limite estabelecido na Lei Orgânica do Município quando o percentual nela estabelecido for superior ao fixado na LC nº 141/2012.
- ⁵ Durante o exercício esse valor servirá para o monitoramento previsto no art. 23 da LC 141/2012.

Continua 3/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 4/4

ⁱNo último bimestre, será utilizada a fórmula $V(n+i) - (15 \times IIIb)/100]$
SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	AIRTON A. PALOSCHI TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O
--	--	--

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO - MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.896.695,09	1.896.695,09	286.803,92	532.731,87	28,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	791.942,12	791.942,12	45.886,41	60.327,16	7,62
1.1.1- IPTU	763.097,50	763.097,50	38.704,03	40.890,39	5,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.589,64	7.589,64	0,00	206,57	2,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	28.656,30	28.656,30	7.100,05	15.209,84	53,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.504,20	12.504,20	3.807,93	7.766,97	62,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(19.905,52)	(19.905,52)	(3.716,61)	(3.716,61)	18,67
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.1- ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.701,47	552.701,47	119.540,94	220.887,31	39,97
1.3.1- ISS	544.722,20	544.722,20	116.101,51	213.286,68	39,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	904,71	904,71	19,71	97,94	10,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.782,17	5.782,17	2.697,01	5.997,14	103,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.292,39	1.292,39	722,71	1.505,55	116,49
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.1- IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.386.863,52	18.386.863,52	2.738.837,64	6.145.967,13	33,43
2.1- Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	1.145.312,62	2.324.418,81	33,20
2.3- ICMS-Desoneração - L.C. nº67/1996	55.832,31	55.832,31	2.506,95	7.520,85	13,47
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	112.134,79	112.134,79	19.920,47	33.935,50	30,26
2.5- Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	6,56	60,92	2,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	226.358,71	385.258,27	31,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.283.558,61	20.283.558,61	3.025.641,56	6.678.699,00	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	9.846,88	9.846,88	744,01	1.278,80	12,99
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	478.175,34	478.175,34	107.943,95	168.760,63	35,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	335.941,21	335.941,21	90.944,07	151.760,75	45,17
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	40.986,00	40.986,00	9.456,00	9.456,00	23,07
5.4- Transferências Diretas - FNATE	101.248,13	101.248,13	7.543,88	7.543,88	7,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	243.570,27	243.570,27	12.360,65	26.405,74	10,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	731.592,49	731.592,49	121.048,62	196.445,17	26,85
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.949,87	3.554.949,87	550.588,54	1.229.199,04	34,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.1.1)	1.879.654,91	1.879.654,91	268.946,42	678.954,45	36,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.2)	1.400.071,56	1.400.071,56	229.062,35	464.883,43	33,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.3)	11.166,46	11.166,46	501,39	1.504,17	13,47
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.4)	22.426,95	22.426,95	6.805,46	6.805,46	30,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB - (20% de (1.5 + 2.5))	559,06	559,06	1,31	12,18	2,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB - (20% de 2.6)	241.070,93	241.070,93	45.271,61	77.039,35	31,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.876.276,58	3.876.276,58	649.732,16	1.358.893,63	35,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.863.305,93	3.863.305,93	647.001,95	1.353.458,50	35,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.970,65	12.970,65	2.730,20	5.235,13	40,36
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 - 10)	308.356,06	308.356,06	96.413,42	124.259,46	40,30
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.036.268,33	3.036.268,33	529.475,35	929.250,02	30,61
13.1- Com Educação Infantil	1.403.728,23	1.403.728,23	217.857,92	420.758,96	29,97
13.2- Com Ensino Fundamental	1.632.540,10	1.632.540,10	311.617,43	508.491,06	31,15
14- OUTRAS DESPESAS	840.008,25	853.615,92	226.818,46	253.815,77	29,73
14.1- Com Educação Infantil	62.301,00	75.908,67	17.511,89	23.752,38	31,29
14.2- Com Ensino Fundamental	777.707,25	777.707,25	209.306,77	230.063,39	29,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.876.276,58	3.889.884,25	756.293,81	1.183.065,79	30,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.183.065,79
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					18,68
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					12,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.607,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					13.607,67
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.070.889,65	5.070.889,65	756.410,39	1.669.674,75	32,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.033,43	1.914.641,10	294.361,91	535.586,05	27,97
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.529.928,35	3.529.928,35	770.244,63	1.216.723,96	34,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.410.247,35	2.410.247,35	520.924,20	738.554,45	30,64
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.119.681,00	1.119.681,00	249.320,43	478.169,51	42,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.430.961,78	5.444.569,45	1.034.606,54	1.752.310,01	32,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					124.259,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.235,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					129.494,59
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.622.815,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,3
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	343.845,17	379.376,70	91.991,03	165.284,59	43,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.150,87	902.379,09	83.866,40	90.868,65	10,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.227.996,04	1.281.756,79	175.857,43	256.153,24	19,98
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	6.726.325,24	1.240.463,97	2.008.463,25	29,86

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.353.458,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.291.956,88	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.198.051,60	0,00
49.2 Restos a Pagar		93.895,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.235,13	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		206.465,23	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SIL	RUDIMAR CESAR WINTER	AIRTON A. PALOSCHI
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	TÉC. CONTABILCRO/SC 9.152/O

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional"

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.607,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.896.695,09	1.896.695,09	286.803,92	532.731,87	28,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	791.942,12	791.942,12	45.886,41	60.327,16	7,62
1.1.1- IPTU	763.097,50	763.097,50	38.704,03	40.890,39	5,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.589,64	7.589,64	0,00	206,57	2,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	28.656,30	28.656,30	7.100,05	15.209,84	53,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.504,20	12.504,20	3.807,93	7.766,97	62,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(19.905,52)	(19.905,52)	(3.716,61)	(3.716,61)	18,67
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.1- ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.701,47	552.701,47	119.540,94	220.887,31	39,97
1.3.1- ISS	544.722,20	544.722,20	116.101,51	213.286,68	39,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	904,71	904,71	19,71	97,94	10,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.782,17	5.782,17	2.697,01	5.997,14	103,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.292,39	1.292,39	722,71	1.505,55	116,49
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.1- IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.386.863,52	18.386.863,52	2.738.837,64	6.145.967,13	33,43
2.1- Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	1.145.312,62	2.324.418,81	33,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	55.832,31	55.832,31	2.506,95	7.520,85	13,47
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	112.134,79	112.134,79	19.920,47	33.935,50	30,26
2.5- Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	6,56	60,92	2,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	226.358,71	385.258,27	31,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.283.558,61	20.283.558,61	3.025.641,56	6.678.699,00	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	9.846,88	9.846,88	744,01	1.278,80	12,99
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	478.175,34	478.175,34	107.943,95	168.760,63	35,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	335.941,21	335.941,21	90.944,07	151.760,75	45,17
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	40.986,00	40.986,00	9.456,00	9.456,00	23,07
5.4- Transferências Diretas - FNATE	101.248,13	101.248,13	7.543,88	7.543,88	7,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	243.570,27	243.570,27	12.360,65	26.405,74	10,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	731.592,49	731.592,49	121.048,62	196.445,17	26,85
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.949,87	3.554.949,87	550.588,54	1.229.199,04	34,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.879.654,91	1.879.654,91	268.946,42	678.954,45	36,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.071,56	1.400.071,56	229.062,35	464.883,43	33,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.166,46	11.166,46	501,39	1.504,17	13,47
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.426,95	22.426,95	6.805,46	6.805,46	30,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	559,06	559,06	1,31	12,18	2,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	241.070,93	241.070,93	45.271,61	77.039,35	31,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.876.276,58	3.876.276,58	649.732,16	1.358.893,63	35,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.863.305,93	3.863.305,93	647.001,95	1.353.458,50	35,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.970,65	12.970,65	2.730,20	5.235,13	40,36
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	308.356,06	308.356,06	96.413,42	124.259,46	40,30
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.036.268,33	3.036.268,33	529.475,35	929.250,02	30,61
13.1- Com Educação Infantil	1.403.728,23	1.403.728,23	217.857,92	420.758,96	29,97
13.2- Com Ensino Fundamental	1.632.540,10	1.632.540,10	311.617,43	508.491,06	31,15
14- OUTRAS DESPESAS	840.008,25	853.615,92	226.818,46	253.815,77	29,73
14.1- Com Educação Infantil	62.301,00	75.908,67	17.511,89	23.752,38	31,29
14.2- Com Ensino Fundamental	777.707,25	777.707,25	209.306,77	230.063,39	29,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.876.276,58	3.889.884,25	756.293,81	1.183.065,79	30,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.183.065,79
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					18,68
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					12,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.607,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					13.607,67
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.070.889,65	5.070.889,65	756.410,39	1.669.674,75	32,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.033,43	1.914.641,10	294.361,91	535.586,05	27,97
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.529.928,35	3.529.928,35	770.244,63	1.216.723,96	34,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.410.247,35	2.410.247,35	520.924,20	738.554,45	30,64
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.119.681,00	1.119.681,00	249.320,43	478.169,51	42,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.430.961,78	5.444.569,45	1.034.606,54	1.752.310,01	32,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					124.259,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.235,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO²					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					129.494,59
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.622.815,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,3
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	343.845,17	379.376,70	91.991,03	165.284,59	43,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.150,87	902.379,09	83.866,40	90.868,65	10,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.227.996,04	1.281.756,79	175.857,43	256.153,24	19,98
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	6.726.325,24	1.240.463,97	2.008.463,25	29,86

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEF (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.353.458,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.291.956,88	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.198.051,60	0,00
49.2 Restos a Pagar		93.895,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.235,13	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		206.465,23	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SIL	RUDIMAR CESAR WINTER	AIRTON A. PALOSCHI
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	TÉC. CONTABILCRO/SC 9.152/O

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEF foi de R\$ 13.607,67, e da complementação do FUNDEF foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 8 (LDB, art. 72)

R\$ 1,00

RECEITAS DO ENSINO					
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (caput do art. 212 da Constituição)	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
1- RECEITAS DE IMPOSTOS	1.896.695,09	1.896.695,09	286.803,92	532.731,87	28,09
1.1- Receita Resultante do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU	791.942,12	791.942,12	45.886,41	60.327,16	7,62
1.1.1- IPTU	763.097,50	763.097,50	38.704,03	40.890,39	5,35
1.1.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IPTU	7.589,64	7.589,64	0,00	206,57	2,72
1.1.3- Dívida Ativa do IPTU	28.656,30	28.656,30	7.100,05	15.209,84	53,08
1.1.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IPTU	12.504,20	12.504,20	3.807,93	7.766,97	62,11
1.1.5- (-) Deduções da Receita do IPTU	(19.905,52)	(19.905,52)	(3.716,61)	(3.716,61)	18,67
1.2- Receita Resultante do Imposto sobre Transmissão Inter Vivos - ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.1- ITBI	202.925,80	202.925,80	50.973,33	98.752,43	48,66
1.2.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.3- Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.5- (-) Deduções da Receita do ITBI	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3- Receita Resultante do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISS	552.701,47	552.701,47	119.540,94	220.887,31	39,97
1.3.1- ISS	544.722,20	544.722,20	116.101,51	213.286,68	39,16
1.3.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ISS	904,71	904,71	19,71	97,94	10,83
1.3.3- Dívida Ativa do ISS	5.782,17	5.782,17	2.697,01	5.997,14	103,72
1.3.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ISS	1.292,39	1.292,39	722,71	1.505,55	116,49
1.3.5- (-) Deduções da Receita do ISS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4- Receita Resultante do Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.1- IRRF	349.125,70	349.125,70	70.394,24	152.764,97	43,76
1.4.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.3- Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.5- (-) Deduções da Receita do IRRF	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5- Receita Resultante do Imposto Territorial Rural - ITR (CF, art. 153, §4º, inciso III)	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.1- ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2- Multas, Juros de Mora e Outros Encargos do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3- Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.4- Multas, Juros de Mora, Atualização Monetária e Outros Encargos da Dívida Ativa do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.5- (-) Deduções da Receita do ITR	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS	18.386.863,52	18.386.863,52	2.738.837,64	6.145.967,13	33,43
2.1- Cota-Parte FPM	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.1- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea b	10.010.388,64	10.010.388,64	1.344.732,33	3.394.772,78	33,91
2.1.2- Parcela referente à CF, art. 159, I, alínea d	-	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2- Cota-Parte ICMS	7.000.357,82	7.000.357,82	1.145.312,62	2.324.418,81	33,20
2.3- ICMS-Desoneração – L.C. nº67/1996	55.832,31	55.832,31	2.506,95	7.520,85	13,47
2.4- Cota-Parte IPH-Exportação	112.134,79	112.134,79	19.920,47	33.935,50	30,26
2.5- Cota-Parte ITR	2.795,31	2.795,31	6,56	60,92	2,18
2.6- Cota-Parte IPVA	1.205.354,65	1.205.354,65	226.358,71	385.258,27	31,96
2.7- Cota-Parte IOF-Ouro	-	0,00	0,00	0,00	0,00
3- TOTAL DA RECEITA DE IMPOSTOS (1 + 2)	20.283.558,61	20.283.558,61	3.025.641,56	6.678.699,00	32,93
RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
4- RECEITA DA APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINC. AO ENSINO	9.846,88	9.846,88	744,01	1.278,80	12,99
5- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DO FNDE	478.175,34	478.175,34	107.943,95	168.760,63	35,29
5.1- Transferências do Salário-Educação	335.941,21	335.941,21	90.944,07	151.760,75	45,17
5.2- Transferências Diretas - PDDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.3- Transferências Diretas - FNAE	40.986,00	40.986,00	9.456,00	9.456,00	23,07
5.4- Transferências Diretas - FNATE	101.248,13	101.248,13	7.543,88	7.543,88	7,45
5.5- Outras Transferências do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
5.6- Aplicação Financeira dos Recursos do FNDE	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6- RECEITA DE TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.1- Transferências de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
6.2- Aplicação Financeira dos Recursos de Convênios	-	0,00	0,00	0,00	0,00
7- RECEITA DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	-	0,00	0,00	0,00	0,00
8- OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	243.570,27	243.570,27	12.360,65	26.405,74	10,84
9- TOTAL DAS RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (4 + 5 + 6 + 7 + 8)	731.592,49	731.592,49	121.048,62	196.445,17	26,85
FUNDEB					
RECEITAS DO FUNDEB	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c) = (b/a)x100
10- RECEITAS DESTINADAS AO FUNDEB	3.554.949,87	3.554.949,87	550.588,54	1.229.199,04	34,58
10.1- Cota-Parte FPM Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.1.1)	1.879.654,91	1.879.654,91	268.946,42	678.954,45	36,12
10.2- Cota-Parte ICMS Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.2)	1.400.071,56	1.400.071,56	229.062,35	464.883,43	33,20
10.3- ICMS-Desoneração Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.3)	11.166,46	11.166,46	501,39	1.504,17	13,47
10.4- Cota-Parte IPH-Exportação Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.4)	22.426,95	22.426,95	6.805,46	6.805,46	30,35
10.5- Cota-Parte ITR ou ITR Arrecados Destinados ao FUNDEB – (20% de (1.5 + 2.5))	559,06	559,06	1,31	12,18	2,18
10.6- Cota-Parte IPVA Destinada ao FUNDEB – (20% de 2.6)	241.070,93	241.070,93	45.271,61	77.039,35	31,96
11- RECEITAS RECEBIDAS DO FUNDEB	3.876.276,58	3.876.276,58	649.732,16	1.358.893,63	35,05
11.1- Transferências de Recursos do FUNDEB	3.863.305,93	3.863.305,93	647.001,95	1.353.458,50	35,03
11.2- Complementação da União ao FUNDEB	-	0,00	0,00	0,00	0,00
11.3- Receita de Aplicação Financeira dos Recursos do FUNDEB	12.970,65	12.970,65	2.730,20	5.235,13	40,36
12- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (11.1 – 10)	308.356,06	308.356,06	96.413,42	124.259,46	40,30
ACRÉSCIMO RESULTANTE DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 2/3

DESPESAS DO FUNDEB	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
13- PAGAMENTO DOS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO	3.036.268,33	3.036.268,33	529.475,35	929.250,02	30,61
13.1- Com Educação Infantil	1.403.728,23	1.403.728,23	217.857,92	420.758,96	29,97
13.2- Com Ensino Fundamental	1.632.540,10	1.632.540,10	311.617,43	508.491,06	31,15
14- OUTRAS DESPESAS	840.008,25	853.615,92	226.818,46	253.815,77	29,73
14.1- Com Educação Infantil	62.301,00	75.908,67	17.511,89	23.752,38	31,29
14.2- Com Ensino Fundamental	777.707,25	777.707,25	209.306,77	230.063,39	29,58
15- TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB (13 + 14)	3.876.276,58	3.889.884,25	756.293,81	1.183.065,79	30,41
DEDUÇÕES PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB					VALOR
16- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DO FUNDEB					—
16.1 - FUNDEB 60%					—
16.2 - FUNDEB 40%					—
17- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					0,00
17.1 - FUNDEB 60%					0,00
17.2 - FUNDEB 40%					0,00
18- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE DO FUNDEB (16 + 17)					0,00
INDICADORES DO FUNDEB					
19 - TOTAL DAS DESPESAS DO FUNDEB PARA FINS DE LIMITE (15 - 18)					1.183.065,79
19.1 - Mínimo de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério* (13 - (16.1 + 17.1)) / (11) x 100) %					68,39
19.2 - Máximo de 40% em Despesa com MDE, que não Remuneração do Magistério (14 - (16.2 + 17.2)) / (11) x 100) %					18,68
19.3 - Máximo de 5% não Aplicado no Exercício (100 - (19.1 + 19.2)) %					12,93
CONTROLE DA UTILIZAÇÃO DE RECURSOS NO EXERCÍCIO SUBSEQUENTE					VALOR
20 - RECURSOS RECEBIDOS DO FUNDEB EM 2013 QUE NÃO FORAM UTILIZADOS					13.607,67
21 - DESPESAS CUSTEADAS COM O SALDO DO ITEM 20 ATÉ O 1º TRIMESTRE DE 2014²					13.607,67
MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – DESPESAS CUSTEADAS COM A RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS E RECURSOS DO FUNDEB					
RECEITAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (b)	% (c)=(b/a)x100
22- IMPOSTOS E TRANSFERÊNCIAS DESTINADAS À MDE (25% de 3)²	5.070.889,65	5.070.889,65	756.410,39	1.669.674,75	32,93
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
23- EDUCAÇÃO INFANTIL	1.901.033,43	1.914.641,10	294.361,91	535.586,05	27,97
23.1- Creche	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.1.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2- Pré-escola	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
23.2.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
24- ENSINO FUNDAMENTAL	3.529.928,35	3.529.928,35	770.244,63	1.216.723,96	34,47
24.1- Despesas Custeadas com Recursos do FUNDEB	2.410.247,35	2.410.247,35	520.924,20	738.554,45	30,64
24.2- Despesas Custeadas com Outros Recursos de Impostos	1.119.681,00	1.119.681,00	249.320,43	478.169,51	42,71
25- ENSINO MÉDIO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
26- ENSINO SUPERIOR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
27- ENSINO PROFISSIONAL NÃO INTEGRADO AO ENSINO REGULAR	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
28- OUTRAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
29- TOTAL DAS DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE (23 + 24 + 25 + 26 + 27 + 28)	5.430.961,78	5.444.569,45	1.034.606,54	1.752.310,01	32,18
DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL					VALOR
30- RESULTADO LÍQUIDO DAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB = (12)					124.259,46
31- DESPESAS CUSTEADAS COM A COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB NO EXERCÍCIO					—
32- RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS DO FUNDEB ATÉ O BIMESTRE = (50 h)					5.235,13
33- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DO FUNDEB					—
34- DESPESAS CUSTEADAS COM O SUPERÁVIT FINANCEIRO, DO EXERCÍCIO ANTERIOR, DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS					0,00
35- RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCÍCIO SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO⁴					—
36- CANCELAMENTO, NO EXERCÍCIO, DE RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO = (46 g)					—
37- TOTAL DAS DEDUÇÕES CONSIDERADAS PARA FINS DE LIMITE CONSTITUCIONAL (30 + 31 + 32 + 33 + 34 + 35 + 36)					129.494,59
38- TOTAL DAS DESPESAS PARA FINS DE LIMITE ((23 + 24) - (37))					1.622.815,42
39- MÍNIMO DE 25% DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS EM MDE5 ((38) / (3) x 100) %					24,3
OUTRAS INFORMAÇÕES PARA CONTROLE					
OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (d)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Até o Bimestre (e)	% (f)=(e/d)x100
40- DESPESAS CUSTEADAS COM A APLICAÇÃO FINANCEIRA DE OUTROS RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
41- DESPESAS CUSTEADAS COM A CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO	343.845,17	379.376,70	91.991,03	165.284,59	43,57
42- DESPESAS CUSTEADAS COM OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
43- DESPESAS CUSTEADAS COM OUTRAS RECEITAS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO	884.150,87	902.379,09	83.866,40	90.868,65	10,07
44- TOTAL DAS OUTRAS DESPESAS CUSTEADAS COM RECEITAS ADICIONAIS PARA FINANCIAMENTO DO ENSINO (40 + 41 + 42 + 43)	1.227.996,04	1.281.756,79	175.857,43	256.153,24	19,98
45- TOTAL GERAL DAS DESPESAS COM MDE (29 + 44)	6.658.957,82	6.726.325,24	1.240.463,97	2.008.463,25	29,86

30/04/2014

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO – MDE
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

Continuação 3/3

RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS DE IMPOSTOS VINCULADOS AO ENSINO	SALDO ATÉ O BIMESTRE	CANCELADO EM 2014 (g)	
46- RESTOS A PAGAR DE DESPESAS COM MDE	0,00	0,00	
46.1 - Executadas com Recursos de Impostos Vinculados ao Ensino	0,00	0,00	
46.2 - Executadas com Recursos do FUNDEF	0,00	0,00	
FLUXO FINANCEIRO DOS RECURSOS		VALOR	
		FUNDEB (h)	FUNDEF
47- SALDO FINANCEIRO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		141.728,48	0,00
48- (+) INGRESSO DE RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		1.353.458,50	0,00
49- (-) PAGAMENTOS EFETUADOS ATÉ O BIMESTRE		1.291.956,88	0,00
49.1 Orçamento do Exercício		1.198.051,60	0,00
49.2 Restos a Pagar		93.895,28	0,00
50- (+) RECEITA DE APLICAÇÃO FINANCEIRA DOS RECURSOS ATÉ O BIMESTRE		5.235,13	0,00
51- (-) SALDO FINANCEIRO NO EXERCÍCIO ATUAL		206.465,23	0,00

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SIL	RUDIMAR CESAR WINTER	AIRTON A. PALOSCHI
PREFEITO	CONTROLE INTERNO	TÉC. CONTABILCRO/SC 9.152/O

FONTE:

* Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício.

² Art. 21, § 2º, Lei 11.494/2007: "Até 5% dos recursos recebidos à conta dos Fundos, inclusive relativos à complementação da União recebidos nos termos do §1º do art. 6º desta Lei, poderão ser utilizados no 1º trimestre do exercício imediatamente subsequente, mediante abertura de crédito adicional."

³ Caput do art. 212 da CF/1988

⁴ Os valores referentes à parcela dos Restos a Pagar inscritos sem disponibilidade financeira vinculada à educação deverão ser informados somente no RREO do último bimestre do exercício

⁵ Limites mínimos anuais a serem cumpridos no encerramento do exercício, no âmbito de atuação prioritária, conforme LDB, art. 11, V.

O valor do saldo do superávit financeiro do exercício anterior, do FUNDEB foi de R\$ 13.607,67, e da complementação do FUNDEB foi de R\$ 0,00, e de outros recursos de impostos foi de R\$ 0,00.

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		R\$ 1,00			
RECEITAS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES		0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Contribuições dos Segurados		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista		0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial		0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições		0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Imobiliárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais		0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos		0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00
(*) DEDUÇÕES DA RECEITA		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)		0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes		0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital		0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Recapta de Contribuições Patronais Pessoal Civil Ativo Inativo Pensionista Pessoal Militar Ativo Inativo Pensionista Para Cobertura de Déficit Atuarial Em Regime de Débitos e Parcelamentos Outras Receitas de Contribuições Recapta Patrimonial Recultas Imobiliárias Recultas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Recapta de Serviços Outras Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (IX) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital (-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) ADMINISTRAÇÃO Despesas Correntes Despesas de Capital	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Continua 3/4

30/04/2014

Continuação 4/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	AIRTON A. PALOSCHI TÉC. CONTABIL GRUPO 9.152/O
--	--	---

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Contribuições dos Segurados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recetta de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Recetas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Recetas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) DEDUÇÕES DA RECEITA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECETAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS					
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		Até o Bimestre/2013
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014	
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BI-ESTRÉ MARÇO - ABRIL

DESPESAS		DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
PREVIDÊNCIA SOCIAL		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil		0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar		0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas		0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários		0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias		0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)		0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)		0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)		0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro		0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atual		0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS		0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS		PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA			
Valor				0,00	
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS		PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
				No Bimestre	Até o Bimestre/2014
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)		0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VIII)		0,00	0,00	0,00	0,00

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Recapta de Contribuições Patronais Pessoal Civil Ativo Inativo Pensionista Pessoal Militar Ativo Inativo Pensionista Para Cobertura de Déficit Atuarial Em Regime de Débitos e Parcelamentos Outras Receitas de Contribuições Recapta Patrimonial Recaptas Imobiliárias Recaptas de Valores Mobiliários Outras Receitas Patrimoniais Recapta de Serviços Outras Receitas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (IX) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Receitas de Capital (-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) ADMINISTRAÇÃO Despesas Correntes Despesas de Capital TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				

Continua 3/4

30/04/2014

Continuação 4/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII PREFEITO	RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	AIRTON A. PALOSCHI TÉC. CONTABIL GRC/SC 9.152/O
--	--	--

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - Anexo 4 (LRF, Art. 53, inciso II)		PREVISÃO INICIAL		PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		R\$ 1,00
RECEITAS					No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)							
RECEITAS CORRENTES							
Recatta de Contribuições dos Segurados							
Pessoal Civil							
Ativo				0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar				0,00	0,00	0,00	0,00
Ativo				0,00	0,00	0,00	0,00
Inativo				0,00	0,00	0,00	0,00
Pensionista				0,00	0,00	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Atuarial				0,00	0,00	0,00	0,00
Em Regime de Débitos e Parcelamentos				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Contribuições				0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta Patrimonial				0,00	0,00	0,00	0,00
Recatas Imobiliárias				0,00	0,00	0,00	0,00
Recatas de Valores Mobiliários				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais				0,00	0,00	0,00	0,00
Recatta de Serviços				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS				0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Receitas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL							
Alienação de Bens, Direitos e Ativos				0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos				0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00
(4) DEDUÇÕES DA RECEITA				0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (II)				0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (III) = (I + II)				0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS							
DOTAÇÃO INICIAL				DOTAÇÃO ATUALIZADA	No Bimestre	Até o Bimestre/2014	Até o Bimestre/2013
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)							
ADMINISTRAÇÃO							
Despesas Correntes				0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital				0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 1/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Militar	0,00	0,00	0,00	0,00
Reformas	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Previdenciária do RPPS e o RGPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIA) (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (VII) = (III - VI)	0,00	0,00	0,00	0,00
APORTES DE RECURSOS PARA O REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DO SERVIDOR				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Déficit Atuarial	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Aportes para o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA ORÇAMENTÁRIA DO RPPS				
PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA				
Valor				0,00
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS				
	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
				Até o Bimestre/2013
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS-RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00

Continua 2/4

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 3/4

RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
			No Bimestre	Até o Bimestre/2014
Recapta de Contribuições Patronais Pessoal Civil Ativo Inativo Pensionista Pessoal Militar Ativo Inativo Pensionista Para Cobertura de Déficit Atuarial Em Regime de Débitos e Parcelamentos Outras Receitas de Contribuições Recapta Patrimonial Recultas Imobiliárias Recultas de Valores Mobiliários Outras Recultas Patrimoniais Recapta de Serviços Outras Recultas Correntes RECEITAS DE CAPITAL (IX) Alienação de Bens, Direitos e Ativos Amortização de Empréstimos Outras Recultas de Capital (-) DEDUÇÕES DA RECEITA (X)	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - INTRA-ORÇAMENTÁRIAS (XI) = (VIII + IX - X)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS				
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (V) ADMINISTRAÇÃO Despesas Correntes Despesas de Capital TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (VI) = (IV + V)	-	-	-	-
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE:				

Continua 3/4

30/04/2014

Continuação 4/4

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

_____ ANTONIO PLINIO DE CASTRO SII PREFEITO	_____ RUDIMAR CESAR WINTER CONTROLE INTERNO	_____ AIRTONA PALOSCHI TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O
---	---	---

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.376.588,43	4.219.232,82	8.852.034,52	7.742.373,51
Receita Tributária	2.302.365,40	313.209,12	576.613,60	521.946,17
I.P.T.U.	763.097,50	38.704,03	40.860,39	67.759,19
I.S.S.	544.722,20	116.101,51	213.286,68	167.885,06
I.T.B.I.	202.925,80	50.973,33	98.752,43	61.239,52
I.R.R.F.	349.125,70	70.394,24	152.764,97	148.418,14
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	37.036,01	70.949,13	76.644,26
Receita de Contribuição	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.675.843,23	7.667.662,88	6.696.315,36
F.P.M.	8.130.733,73	1.075.785,91	2.715.818,33	2.419.483,18
I.C.M.S.	5.600.286,26	916.250,27	1.859.535,38	1.696.193,32
Convênios	103.361,27	12.374,85	28.982,05	23.518,65
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.671.432,20	3.063.327,12	2.557.120,21
Demais Receitas Correntes	937.076,01	137.476,78	442.828,64	377.838,54
Dívida Ativa	85.862,07	15.441,63	34.443,38	44.754,65
Diversas Receitas Correntes	851.213,94	122.035,15	408.385,26	333.083,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.068.946,61	146.032,37	1.261.180,00	300.806,99
Operações de Crédito (III)	950.000,00	0,00	969.730,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	12.671,29
Transferências de Capital	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
Convênios	1.915.000,00	146.250,00	291.450,00	159.185,70
Outras Transferências de Capital	155.000,00	-217,63	0,00	128.950,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.446.588,43	4.365.265,19	9.143.484,52	8.030.509,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.507.649,65	4.605.415,34	8.154.738,13	6.757.737,36
Pessoal e Encargos Sociais	12.606.537,25	2.199.015,22	4.322.079,61	3.767.669,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	34.428,42	61.169,03	85.043,89
Outras Despesas Correntes	12.655.712,40	2.371.971,70	3.771.489,49	2.905.023,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.262.249,65	4.570.986,92	8.093.569,10	6.672.693,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.472.657,83	265.363,42	1.454.648,42	285.393,28
Investimentos	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	123.740,60	243.277,31	243.590,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.012.907,48	4.712.609,74	9.304.940,21	6.714.496,46
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.566.319,05	-347.344,55	-161.455,69	1.316.012,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Superávit Financeiro	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-20.500,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.376.588,43	4.219.232,82	8.852.034,52	7.742.373,51
Receita Tributária	2.302.365,40	313.209,12	576.613,60	521.946,17
I.P.T.U.	763.097,50	38.704,03	40.860,39	67.759,19
I.S.S.	544.722,20	116.101,51	213.286,68	167.885,06
I.T.B.I.	202.925,80	50.973,33	98.752,43	61.239,52
I.R.R.F.	349.125,70	70.394,24	152.764,97	148.418,14
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	37.036,01	70.949,13	76.644,26
Receita de Contribuição	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.675.843,23	7.667.662,88	6.696.315,36
F.P.M.	8.130.733,73	1.075.785,91	2.715.818,33	2.419.483,18
I.C.M.S.	5.600.286,26	916.250,27	1.859.535,38	1.696.193,32
Convênios	103.361,27	12.374,85	28.982,05	23.518,65
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.671.432,20	3.063.327,12	2.557.120,21
Demais Receitas Correntes	937.076,01	137.476,78	442.828,64	377.838,54
Dívida Ativa	85.862,07	15.441,63	34.443,38	44.754,65
Diversas Receitas Correntes	851.213,94	122.035,15	408.385,26	333.083,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.068.946,61	146.032,37	1.261.180,00	300.806,99
Operações de Crédito (III)	950.000,00	0,00	969.730,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	12.671,29
Transferências de Capital	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
Convênios	1.915.000,00	146.250,00	291.450,00	159.185,70
Outras Transferências de Capital	155.000,00	-217,63	0,00	128.950,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.446.588,43	4.365.265,19	9.143.484,52	8.030.509,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.507.649,65	4.605.415,34	8.154.738,13	6.757.737,36
Pessoal e Encargos Sociais	12.606.537,25	2.199.015,22	4.322.079,61	3.767.669,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	34.428,42	61.169,03	85.043,89
Outras Despesas Correntes	12.655.712,40	2.371.971,70	3.771.489,49	2.905.023,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.262.249,65	4.570.986,92	8.093.569,10	6.672.693,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.472.657,83	265.363,42	1.454.648,42	285.393,28
Investimentos	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	123.740,60	243.277,31	243.590,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.012.907,48	4.712.609,74	9.304.940,21	6.714.496,46
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.566.319,05	-347.344,55	-161.455,69	1.316.012,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Superávit Financeiro	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-20.500,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	26.376.588,43	4.219.232,82	8.852.034,52	7.742.373,51
Receita Tributária	2.302.365,40	313.209,12	576.613,60	521.946,17
I.P.T.U.	763.097,50	38.704,03	40.860,39	67.759,19
I.S.S.	544.722,20	116.101,51	213.286,68	167.885,06
I.T.B.I.	202.925,80	50.973,33	98.752,43	61.239,52
I.R.R.F.	349.125,70	70.394,24	152.764,97	148.418,14
Outras Receitas Tributárias	442.494,20	37.036,01	70.949,13	76.644,26
Receita de Contribuição	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	350.745,00	92.703,69	164.929,40	146.273,44
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
(-) Aplicações Financeiras	91.306,54	34.565,35	72.646,77	22.390,03
Transferências Correntes	22.786.402,02	3.675.843,23	7.667.662,88	6.696.315,36
F.P.M.	8.130.733,73	1.075.785,91	2.715.818,33	2.419.483,18
I.C.M.S.	5.600.286,26	916.250,27	1.859.535,38	1.696.193,32
Convênios	103.361,27	12.374,85	28.982,05	23.518,65
Outras Transferências Correntes	8.952.020,76	1.671.432,20	3.063.327,12	2.557.120,21
Demais Receitas Correntes	937.076,01	137.476,78	442.828,64	377.838,54
Dívida Ativa	85.862,07	15.441,63	34.443,38	44.754,65
Diversas Receitas Correntes	851.213,94	122.035,15	408.385,26	333.083,89
RECEITAS DE CAPITAL (II)	3.068.946,61	146.032,37	1.261.180,00	300.806,99
Operações de Crédito (III)	950.000,00	0,00	969.730,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Ativos (V)	48.946,61	0,00	0,00	12.671,29
Transferências de Capital	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
Convênios	1.915.000,00	146.250,00	291.450,00	159.185,70
Outras Transferências de Capital	155.000,00	-217,63	0,00	128.950,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.070.000,00	146.032,37	291.450,00	288.135,70
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	28.446.588,43	4.365.265,19	9.143.484,52	8.030.509,21

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
DESPESAS CORRENTES (VIII)	25.507.649,65	4.605.415,34	8.154.738,13	6.757.737,36
Pessoal e Encargos Sociais	12.606.537,25	2.199.015,22	4.322.079,61	3.767.669,90
Juros e Encargos da Dívida (IX)	245.400,00	34.428,42	61.169,03	85.043,89
Outras Despesas Correntes	12.655.712,40	2.371.971,70	3.771.489,49	2.905.023,57
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	25.262.249,65	4.570.986,92	8.093.569,10	6.672.693,47
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	7.472.657,83	265.363,42	1.454.648,42	285.393,28
Investimentos	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	734.000,00	123.740,60	243.277,31	243.590,29
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	6.738.657,83	141.622,82	1.211.371,11	41.802,99

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Até o Bimestre 2014	Até o Bimestre 2013
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	12.000,00	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	32.012.907,48	4.712.609,74	9.304.940,21	6.714.496,46
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	-3.566.319,05	-347.344,55	-161.455,69	1.316.012,75
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Superávit Financeiro	-	-	114.058,17	1.563.151,83
Reabertura de Créditos Adicionais	-	-	0,00	0,00
DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL				VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA				-20.500,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III)

R\$ 1,00

<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	1.328.375,35	2.178.568,64	2.054.828,04
DEDUÇÕES (II)	3.875.621,85	4.305.599,27	3.554.315,57
Disponibilidade de Caixa Bruta	4.000.930,64	4.490.599,30	3.665.315,60
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	125.308,79	185.000,03	111.000,03
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-2.547.246,50	-2.127.030,63	-1.499.487,53
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	125.097,51	114.949,68	100.597,96
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	-2.672.344,01	-2.241.980,31	-1.600.085,49

<u>RESULTADO NOMINAL</u>	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (C - B)	Jan a Abr 2014 (C - A)
VALOR	641.894,82	1.072.258,52

<u>DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL</u>	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

<u>REGIME PREVIDENCIÁRIO</u>			
<u>DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA</u>	SALDO		
	Em 31 Dez 2013 (A)	Em 28 Feb 2014 (B)	Em 30 Abr 2014 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
Passivo Atuarial	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Disponibilidade de Caixa Bruta	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (IX - X)	0,00	0,00	0,00

FONTE:

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
 PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
 CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
 TÊC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Relatório Resumido de Execução Orçamentária - 2º Bimestre 2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.556.747,10	
Previsão Atualizada		—	29.556.747,10	
Receitas Realizadas		4.403.547,15	10.189.577,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	114.058,17	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	3.455.465,90	
Dotação Atualizada		—	32.992.307,48	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
Superavit Orçamentário		—	580.191,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			26.756.619,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.072.258,52	0,00
Resultado Primário		-20.500,00	-161.455,69	787,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
EXECUTIVO	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
EXECUTIVO	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
TOTAL:	1.750.451,75	0,00	977.071,61	773.380,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.622.815,42	25%	24,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		929.250,02	60%	68,39
Liquidadas		1.752.310,01		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito			969.730,00	-19.730,00		
Despesa de Capital Líquida			1.454.648,42	6.018.009,41		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					175.320,07	-122.813,36
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				1.259.736,49	15,00	18,85
Liquidadas				1.259.736,49		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)				0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014



Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.556.747,10	
Previsão Atualizada		—	29.556.747,10	
Receitas Realizadas		4.403.547,15	10.189.577,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	114.058,17	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	3.455.465,90	
Dotação Atualizada		—	32.992.307,48	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
Superávit Orçamentário		—	580.191,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			26.756.619,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.072.258,52	0,00
Resultado Primário		-20.500,00	-161.455,69	787,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
EXECUTIVO	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
EXECUTIVO	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
TOTAL:	1.750.451,75	0,00	977.071,61	773.380,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.622.815,42	25%	24,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		929.250,02	60%	68,39
Liquidadas		1.752.310,01		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito			969.730,00	-19.730,00		
Despesa de Capital Líquida			1.454.648,42	6.018.009,41		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					175.320,07	-122.813,36
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				1.259.736,49	15,00	18,85
Liquidadas				1.259.736,49		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)				0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
 ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
 JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO		No Bimestre	Até o Bimestre	
RECEITAS				
Previsão Inicial		—	29.556.747,10	
Previsão Atualizada		—	29.556.747,10	
Receitas Realizadas		4.403.547,15	10.189.577,90	
Déficit Orçamentário		—	0,00	
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados para Créditos Adicionais)		—	114.058,17	
DESPESAS				
Dotação Inicial		—	29.536.841,58	
Créditos Adicionais		—	3.455.465,90	
Dotação Atualizada		—	32.992.307,48	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
Superávit Orçamentário		—	580.191,35	
DESPESAS POR FUNÇÃO / SUBFUNÇÃO		No Bimestre	Até o Bimestre	
Despesas Empenhadas		4.875.679,62	12.748.527,90	
Despesas Liquidadas		4.870.778,76	9.609.386,55	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL			Até o Bimestre	
Receita Corrente Líquida			26.756.619,61	
RECEITAS / DESPESAS DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA		No Bimestre	Até o Bimestre	
Regime Próprio de Previdência dos Servidores				
Receitas Previdenciárias Realizadas(IV)		0,00	0,00	
Despesa Previdenciárias Executadas(V)		0,00	0,00	
Liquidadas		0,00	0,00	
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00	
Resultado Previdenciário (VI) = (IV - V)		0,00	0,00	
RESULTADOS NOMINAL E PRIMÁRIO		Meta Fixada no Anexo de Metas Fiscais da LDO (a)	Resultado Apurado até o Bimestre (b)	% em Relação à Meta (b/a)
Resultado Nominal		0,00	1.072.258,52	0,00
Resultado Primário		-20.500,00	-161.455,69	787,59
RESTOS A PAGAR POR PODER E MINISTÉRIO PÚBLICO	Inscrição	Cancelamento até o Bimestre	Pagamento até o Bimestre	Saldo a Pagar
RESTOS A PAGAR PROCESSADOS	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
EXECUTIVO	125.308,79	0,00	125.308,76	0,03
RESTOS A PAGAR NÃO-PROCESSADOS	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
EXECUTIVO	1.625.142,96	0,00	851.762,85	773.380,11
TOTAL:	1.750.451,75	0,00	977.071,61	773.380,14
DESPESAS COM AÇÕES TÍPICAS DE MDE		Valor apurado até o Bimestre	Limites Constitucionais Anuais	
			% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Mínimo Anual de 25% das Receitas de Impostos em MDE		1.622.815,42	25%	24,30
Mínimo Anual de 60% do FUNDEB na Remuneração do Magistério com Educação Infantil e Ensino Fundamental		929.250,02	60%	68,39
Liquidadas		1.752.310,01		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados		0,00		

Continua 1/2

30/04/2014

Município de SÃO JOSÉ DO CEDRO - SC

Continuação 2/2

DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL

JANEIRO A ABRIL 2014/BIMESTRE MARÇO - ABRIL

LRF, Art. 48 - Anexo 14

R\$ 1,00

RECEITAS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO E DESPESAS DE CAPITAL			Valor apurado até o Bimestre	Saldo não Realizado		
Receitas de Operações de Crédito			969.730,00	-19.730,00		
Despesa de Capital Líquida			1.454.648,42	6.018.009,41		
PROJEÇÃO ATUARIAL DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA			2014	2022	2032	2047
Regime Próprio de Previdência Social dos Servidores						
Receitas Previdenciárias (IV)			0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Previdenciárias (V)			0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Previdenciário VI = (IV - V)			0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS E APLICAÇÃO DOS RECURSOS					Valor apurado até o Bimestre	Saldo a Realizar
Receita de Capital Resultante da Alienação de Ativos					0,00	48.946,61
Aplicação dos Recursos da Alienação de Ativos					175.320,07	-122.813,36
DESPESAS COMAÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE				Valor apurado até o Bimestre	Limite Constitucional Anual	
					% Mínimo a Aplicar no Exercício	% Aplicado até o Bimestre
Despesas Próprias com Ações e Serviços Públicos de Saúde				1.259.736,49	15,00	18,85
Liquidadas				1.259.736,49		
Inscritas em Restos a Pagar Não Processados				0,00		
DESPESAS DE CARÁTER CONTINUADO DERIVADAS DE PPP				Valor apurado no exercício corrente		
Total das despesas/RCL (%)				0,00		

FONTE:

Nota: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

. a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;

. b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art.35, inciso II da Lei 4.320/64.

SÃO JOSÉ DO CEDRO, 30/04/2014

ANTONIO PLINIO DE CASTRO SILVA
PREFEITO

RUDIMAR CESAR WINTER
CONTROLE INTERNO

AIRTON A. PALOSCHI
TÉC. CONTABIL CRC/SC 9.152/O

30/04/2014

São Lourenço do Oeste

PREFEITURA

Extrato do Contrato Nº 109/2014, de 23 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 109/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 059/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 038/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: BRESCIANI E CIA LTDA. ME, CNPJ sob o nº 13.274.979/0001-38.

Objeto: Contratação de serviços para transporte terrestre de passageiros, sendo veículos micro-ônibus, van ou kombi, requisito mínimo: ano 2000, para os clubes de mães do município.

Valor: O valor da presente contratação é de R\$ 2.685,00 (dois mil, seiscentos e oitenta e cinco reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro de 2014, que poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão da programação da atividades do relativo mês, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubricas orçamentárias: D - 11.01.2.029.3.3.90.30.99.00.00.00 - (163/2014) e D - 11.01.2.029.3.3.90.30.99.00.00.00 - (165/2014)
Data de Assinatura: 23/04/2014.

Vigência: de 23/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Elizeu Bresciani - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 110/2014, de 24 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 110/2014, DE 24 DE ABRIL DE 2014.
Origem: Processo Licitatório nº 066/2014, Modalidade Dispensa de Licitação nº 005/2014.

Contratante: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ nº 83.021.873/0001-08.

Contratada: ELIZEU BRESCIANI ME, CNPJ sob o nº 00.993.710/0001-60.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviços de transporte escolar, em caráter de emergência.

Valor: O valor da presente contratação é de R\$ 5.418,00 (cinco mil, quatrocentos e dezoito reais).

Pagamento: Os pagamentos serão realizados, de acordo com a ordem cronológica estabelecida pelo Decreto nº 4.794, de 28 de janeiro de 2014, de acordo com a quilometragem percorrida, em razão dos dias letivos do mês, acompanhada da respectiva nota fiscal, cujo documento deverá conter todas as especificações. Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contratado correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Rubrica orçamentária: D (60/2014) - 08.01.12.361.4505.2.050.3.3.90.00.00.00.00.00 - Manutenção do Transporte Educação Básica.
Data de Assinatura: 24/04/2014.

Vigência: de 24/04/2014 a 23/05/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pela Contratante e Elizeu Bresciani - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 017/2014, de 17 de Abril de 2014 - FMS.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 017/2014, DE 17 DE ABRIL DE 2014 - FMS.

Quinto Termo Aditivo ao Contrato nº 013/2013.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2013, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2013.

Contratante: Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 11.359.214/0001-75.

Contratada: MARIZETE RODRIGUES MACHADO HIPPLER ME, CNPJ nº 06.066.493/0001-49.

Objeto: Reajustar o valor do Contrato nº 013/2013, de 1º/03/2013, para que seja acrescido o percentual de 6,15% (seis vírgula quinze por cento), conforme Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA acumulado nos últimos 12 (doze) meses de vigência contratual.

Valor: O valor unitário do item 01, referente ao lote 01, fica reajustado com a incidência de 6,15% (seis vírgula quinze por cento), oriundo do reajuste do Contrato originário nº 013/2013, de 1º/03/2013, com efeitos a partir de 17 de abril de 2014.

Recursos Financeiros: As despesas resultantes deste termo aditivo correrão por conta do orçamento municipal vigente no exercício de 2014.

Data de Assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso (Prefeito Municipal) - pelo Contratante e Marizete Rodrigues Machado Hippler - pela Contratada.

Extrato do Contrato Nº 003/2014, de 23 de Abril de 2014 - Cdm.

EXTRATO DO CONTRATO Nº 003/2014, DE 23 DE ABRIL DE 2014 - CDM.

Origem: Processo Licitatório nº 001/2014, Modalidade Pregão Presencial nº 001/2014.

Contratante: Comitê Desportivo Municipal de São Lourenço, CNPJ nº 08.806.026/0001-33.

Contratada: TRANSLOVERA TRANSPORTE E TURISMO LTDA. EPP, CNPJ nº 80.445.505/0001-07.

Objeto: Contratação de empresa especializada para prestar serviço de transporte terrestre para os atletas do CDM - Comitê Desportivo Municipal, em participação nas competições promovidas pela FESPORTE - Fundação Catarinense de Esporte, FCFS - Federação Catarinense de Futebol de Salão, e demais competições de nível local, regional, estadual e nacional.

Valor: R\$ 16.350,00 (dezesseis mil, trezentos e cinquenta reais).

Dotação Orçamentária: 18.01.27.812.4517.2.035.3.3.90.00.00.00.00.00 (2/2014).

Recursos Financeiros: As despesas decorrentes da execução do objeto contrato, correrão por conta do orçamento do exercício financeiro de 2014.

Data de assinatura: 23/04/2014.

Vigência: 23/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Adirlei Carlos Santian (Gerente Executivo) - pelo Contratante e Celso Pedro Lovera - pela Contratada.

Extrato do Convênio Nº 006, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 006, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DO DISTRITO DE PRESIDENTE JUSCELINO, CNPJ/MF

nº 04.142.272/0001-87.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Ardelir Kort - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 007, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 007, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX, da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DO SETOR 2 DE PRESIDENTE JUSCELINO, CNPJ/MF nº 11.382.344/0001-29.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Sergio Brzezinski - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 008, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 008, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS AGRÍCOLAS DE DISTRITO DE FREDERICO WASTNER, MUNICÍPIO DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, CNPJ/MF nº 03.883.258/0001-71.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e José Antonio Dal Zot - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 009, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 009, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO

DE SÃO ROQUE, CNPJ/MF nº 03.151.088/0001-30.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Hermes Mariott - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 010, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 010, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE MÁQUINAS DAS COMUNIDADES DE SÃO JOÃO, SÃO CAETANO, SANTA CLARA, PARTE DO TAQUARI E PARTE DE SÃO MIGUEL, CNPJ/MF nº 14.749.056/0001-58.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Antoninho Ebone - pela Conveniada.

Extrato do Convênio Nº 011, de 17 de Abril de 2014.

EXTRATO DO CONVÊNIO Nº 011, DE 17 DE ABRIL DE 2014.

Origem: Artigo 55, inciso XXIX da Lei Orgânica do Município, nos termos do Decreto nº 4.304, de 07 de novembro de 2011 e de acordo com a Lei Municipal nº 2.150, de 27 de março de 2014.

Concedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Conveniada: ASSOCIAÇÃO DE AGRICULTORES DE SÃO ROQUE, PLANALTO E SANTANA DA BELA VISTA, CNPJ/MF nº 04.997.606/0001-02.

Objeto: O REPASSE DE AUXÍLIO FINANCEIRO PARA AQUISIÇÃO DE ÓLEO DIESEL, COM FINS DE MANTER AS ATIVIDADES DA CONVENIADA.

Valor: R\$ 8.200,00 (oito mil e duzentos reais), a ser pago em 02 (duas) parcelas iguais de R\$ 4.100,00 (quatro mil e cem reais) cada, nas datas de 25 de abril e 25 de julho de 2014.

Data da assinatura: 17/04/2014.

Vigência: de 17/04/2014 a 31/12/2014.

Signatários: Geraldino Cardoso, Prefeito Municipal - pelo Concedente e Honir Nevio Pelegrini - pela Conveniada.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 064, de 09 de Maio de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 064, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 064, de 09 de maio de 2012, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A394V610, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7900, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 23 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 087, de 09 de Maio de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 087, DE 09 DE MAIO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 087, de 09 de maio de 2012, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A394V24R, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7891, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 388, de 11 de Abril de 2013.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 388, DE 11 DE ABRIL DE 2013.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 388, de 11 de abril de 2013, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A394VQ8B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10526, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1100, de 18 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1100, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 1100, de 18 de julho de 2012, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A5645P24, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10521, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 1126, de 18 de Julho de 2012.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 1126, DE 18 DE JULHO DE 2012.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 1126, de 18 de Julho de 2012, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A5645Z48, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10547, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso Nº 211, de 20 de Setembro de 2011.

EXTRATO DA RESCISÃO UNILATERAL AO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 211, DE 20 DE SETEMBRO DE 2011.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Objeto: Rescisão Unilateral ao Termo de Cessão de Uso nº 211, de 20 de setembro de 2011, cujo objeto consiste na cessão de uso ao Usuário-Aluno do bem Laptop Positivo, N/S: 1A394TFOW, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7713, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo.

Data da assinatura: 17 de abril de 2014.

Signatário: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste - pelo cedente.

Extrato da Rescisão do Termo de Cessão de Uso Nº 010, de 1º de Abril de 2014.

EXTRATO DA RESCISÃO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 010, DE 1º DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jucinéia das Dores, de matrícula nº 300395973, da Escola Básica Municipal Santa Inês.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Pedro das Dores, inscrito no CPF sob o nº 780.440.309-72.

Objeto: Rescisão do Termo de Cessão de Uso nº 10, de 1º de abril de 2014, que tem como objeto a cessão de uso ao Usuário-Aluno, do seguinte bem de propriedade do MUNICÍPIO: Laptop Positivo, N/S: 1A393KW6B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7453, com as configurações descritas na cláusula primeira do termo em epígrafe.

Data da assinatura: 28 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Pedro das Dores - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Lei Nº 2.160, de 07 de Maio de 2014.

LEI Nº 2.160, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Autoriza o Chefe do Poder Executivo a reconhecer a existência de débito, proveniente do exercício financeiro de 2012, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara dos Vereadores

aprovou e fica sancionada a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a reconhecer a existência de débito, proveniente do exercício financeiro de 2012, em favor da empresa Gaia Rodovias Ltda., inscrita no CNPJ sob o nº 03.257.777/0001-24, no valor total de R\$ 236.716,37 (duzentos e trinta e seis mil, setecentos e dezesseis reais e trinta e sete centavos), da seguinte forma:

I - R\$ 213.851,90 (duzentos e treze mil, oitocentos e cinquenta e um reais e noventa centavos) referente à execução de pavimentação asfáltica e sinalização viária na Avenida Brasil, trecho entre a rua Ernesto Beuter e rua Rui Barbosa; e

II - R\$ 22.864,47 (vinte e dois mil, oitocentos e sessenta e quatro reais e quarenta e sete centavos), referente à drenagem pluvial, pavimentação asfáltica e sinalização viária de parte da rua Ernesto Beuter entre a rua Pedro Álvares Cabral e a rua Monte Castelo.

Parágrafo único. Para efeitos do caput, fica autorizada a Contadoria Geral do Município, a realizar o empenho do débito referido, bem como a posterior liquidação, mediante a apresentação das respectivas notas fiscais.

Art. 2º Para cobrir as despesas decorrentes da execução da presente Lei, serão utilizados recursos do orçamento municipal em execução, por conta do exercício financeiro de 2014, sob a seguinte rubrica orçamentária: 09.01.15.451.4511.1.063 4.4.90.00.00.0 0.00.00.00.01.0000 (D-93).

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC, 07 de maio de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Decreto Nº 4.862, de 07 de Maio de 2014.

DECRETO Nº 4.862, DE 07 DE MAIO DE 2014.

Abre crédito adicional suplementar, anulação de dotações, no orçamento programa de 2014, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO LOURENÇO DO OESTE, Estado de Santa Catarina, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, autorização contida na Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro 2013, e de acordo com o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto no corrente exercício, crédito adicional, anulação de dotações, adicionando-se pelo crédito orçamentário o valor de até R\$ 40.000,00 (quarenta mil reais), na seguinte dotação orçamentária:

11.00	SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SDS			
11.01.08.244.4509.2.02				
9.3.3.90.00.00.00.00.00		Aplicação	R\$	
.01.0000	165	Direta	40.000,00	

Art. 2º Para atendimento da suplementação de que trata o art. 1º, em conformidade com o que estabelece o inciso III, do § 1º, do art. 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964 e a Lei Municipal nº 2.138, de 23 de dezembro de 2013, serão utilizados recursos provenientes da anulação parcial da seguinte dotação:

11.00	SEC. MUNIC. DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SAS			
11.01	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - SDS			
11.01.08.244.4509.2.029.3.1			Aplicação	
.90.00.00.00.00.00.01.0000	159		Direta	R\$ 40.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

São Lourenço do Oeste - SC,

07 de maio de 2014.

GERALDINO CARDOSO

Prefeito Municipal

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 011, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 011, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Amanda Moschen Erdmann, de matrícula nº 1200134597025, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roberto Erdmann, inscrito no CPF sob o nº 888.879.529-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TW8F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7725, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 011, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roberto Erdmann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 012, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 012, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Andre Luiz Follmann, de matrícula nº 503689173, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ederson Luiz Follmann, inscrito no CPF sob o nº 015.446.389-22.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564629D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10538, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 012, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ederson Luiz Follmann - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 013, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 013, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Charles Victor Rodrigues, de matrícula nº 302273891, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neusa da Rosa, inscrita no CPF sob o nº 053.680.589-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TD0Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7664, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 013, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neusa da Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 014, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 014, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Elinton Rean Bender, de matrícula nº 601672356, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Milton Bender, inscrito no CPF sob o nº 026.351.489-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TC7M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7710, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 014, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Milton Bender - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 015, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 015, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel da Silva de Oliveria, de matrícula nº 1200134597023, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Pedro Mateus de Oliveira, inscrito no CPF sob o nº 557.284.489-68.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5646361, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10527, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 015, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Pedro Mateus de Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 016, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 016, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriel Machado, de matrícula nº 802252974, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lourdes Rodrigues Machado, inscrita no CPF sob o nº 072.628.029-17.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V88T, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7837, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 016, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lourdes Rodrigues Machado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 017, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 017, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriele Luiza Nuncio Pires, de matrícula nº 503689386, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosane Nuncio, CPF nº 048.046.419-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A570TH5B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10518, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 017, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosane Nuncio - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 018, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 018, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Giovani Rocha Bolzan, de matrícula nº 1200134597003, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Nadir Antunes da Rocha, CPF nº 046.627.629-01.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VS9M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7815, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 018, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Nadir Antunes da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 019, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 019, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jaqueline Gois, de matrícula nº 802200842, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Terezinha Ninoff Gois, CPF nº 048.115.809-07.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T429, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7690, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 019, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Terezinha Ninoff Gois - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 020, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 020, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jocemar Antunes da Rocha, de matrícula nº 1200134597005, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Jurema dos Santos, CPF nº 040.837.089-05.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5646219, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10519, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 020, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Jurema dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 021, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 021, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luan Donhauser Marques, de matrícula nº 901624322, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rejane Donhauser Marques, CPF nº 044.119.639-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TR80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7715, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 021, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rejane Donhauser Marques - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 022, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 022, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luiz Andre Pereira da Silva, de matrícula nº 702666530, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Arlete de Fatima da Silva, CPF nº 051.227.809-19.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TV1D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7674, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 022, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Arlete de Fatima da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 023, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 023, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maikeli Padilha Balbinot, de matrícula nº 601673298, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Luis Carlos Panção, inscrito no CPF sob o nº 017.498.939-32.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T502, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7692, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 023, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Luis Carlos Panção - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 024, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 024, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Maria Eduarda Ribeiro da Silva, de matrícula nº 503689335, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Roseli Linhares Lopes da Silva, CPF nº 046.927.859-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VB5N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7876, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 024, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Roseli Linhares Lopes da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 025, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 025, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Michele Pereira da Rocha, de matrícula nº 1200134597002, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Simonia Aparecida Pereira Alves, CPF nº 047.443.329-35.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564653S, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10522, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 025, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Simonia Aparecida Pereira Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 026, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 026, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Monica Weirich, de matrícula nº 1100134600007, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete Terezinha dos Santos Vitorino Weirich, CPF sob o nº 021.401.179-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V33P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7789, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 026, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janete Terezinha dos Santos Vitorino Weirich - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 027, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 027, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Monique Weirich, de matrícula nº 1100134600008, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete Terezinha dos Santos Vitorino Weirich, CPF sob o nº 021.401.179-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564605N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10542, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 027, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janete Terezinha dos Santos Vitorino Weirich - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 028, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 028, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Thiago Spricigo, de matrícula nº 9902883888, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Vera Lucia dos Santos, CPF nº 337.752.108-90.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V09A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7783, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 028, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Vera Lucia dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 029, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 029, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vanderleia Moraes de Abreu, de matrícula nº 600598209, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Natalia Cardoso da Silva Moraes, CPF nº 031.707.429-65.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TS98, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7671, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 029, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Natalia Cardoso da Silva Moraes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 030, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 030, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Willian Kuntzler Santos Almeida, de matrícula nº 702667846, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosa Claudete Kuntzler, CPF nº 049.840.699-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T968, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7705, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 030, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosa Claudete Kuntzler - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 031, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 031, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cecília Rodrigues da Silva, de matrícula nº 503339970, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Geovana Paula Rodrigues, CPF nº 050.037.799-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V32K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7892, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 031, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Geovana Paula Rodrigues - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 032, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 032, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cristiano Baumbach, de matrícula nº 1100134600009, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Leonir Jose Baumbach, CPF nº 798.701.719-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T81G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7748, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 032, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Leonir Jose Baumbach - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 033, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 033, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Ezequiel dos Santos, de matrícula nº 1100134600026, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Natalino de Jesus dos Santos, inscrito no CPF sob o nº 386.843.309-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T97D, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7752, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 033, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Natalino de Jesus dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 034, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 034, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriela Bessegatto Dina Costa, de matrícula nº 1000856833, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clodoaldo Antonio Ecker, inscrito no CPF sob o nº 799.760.269-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645W54, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10551, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 034, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clodoaldo Antonio Ecker - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 035, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 035, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Gabriela Martinello, de matrícula nº 802878350, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Geneci Ferreira da Silva, CPF nº 053.106.229-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TW0B, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7723, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 035, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Geneci Ferreira da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 036, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 036, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Geucer Paim da Silva, de matrícula nº 701716088, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sylvania de Fatima Pedroso, CPF nº 051.831.839-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TT86, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7720, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 036, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sylvania de Fatima Pedroso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 037, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 037, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Jhonatan da Silva Coutinho, de matrícula nº 1400134597004, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gerci dos Santos Vaz, CPF nº 697.431.349-72.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VD3J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7742, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 037, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Gerci dos Santos Vaz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 038, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 038, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Katrine da Rocha, de matrícula nº 502355298, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Daiane Monteiro da Rocha, CPF nº 061.215.979-50.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645X7H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10540, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 038, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Daiane Monteiro da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 039, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 039, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Leticia Alexandre Timotio, de matrícula nº 405723822, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Soeli Alexandre, CPF nº 828.053.349-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VR1F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7882, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 039, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Soeli Alexandre - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 040, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 040, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Luciano da Silva Mello, de matrícula nº 9902883802, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Janete da Silva, CPF nº 010.828.759-96.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T79H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7654, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 040, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Janete da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 041, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 041, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Matheus dos Santos Cabral, de matrícula nº 502356707, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neiva Aparecida dos Santos, CPF nº 044.457.819-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V05Q, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7782, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 041, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neiva Aparecida dos Santos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 042, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 042, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rian Chave de Moraes, de matrícula nº 302233679, da Escola Básica Municipal São Lourenço.
Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gilmar de Moraes, inscrito no CPF sob o nº 046.433.179-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V80P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7835, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 042, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Gilmar de Moraes - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 043, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 043, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Thaissa Danyelli Furlan, de matrícula nº 503689122, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sandra Fatima Garda Furlan, CPF nº 037.565.369-47.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TT17, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7765, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 043, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sandra Fatima Garda Furlan - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 044, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 044, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vitor Manoel da Rosa, de matrícula nº 503689351, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Manoel Ricardo da Rosa, inscrito no CPF sob o nº 039.522.719-42.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TD35, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7758, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 044, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Manoel Ricardo da Rosa - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 045, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 045, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lucas Godois Fernandes, de matrícula nº 302273999, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Antunes da Rocha, CPF nº 019.690.389-00.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645N33, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10536, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 045, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Antunes da Rocha - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 046, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 046, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Vanessa dos Santos Alves, de matrícula nº 600598594, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clair dos Santos Alves, CPF nº 028.252.439-81.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564623J, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10539, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 046, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clair dos Santos Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 047, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 047, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Everton Alves, de matrícula nº 211687596, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Iracema dos Santos Alves, CPF nº 729.877.589-87.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TZ1P, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7778, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 047, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Iracema dos Santos Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 048, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 048, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Debora Busin Formigari, matrícula nº 1300134597023, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ediane Maria Busin, CPF nº 041.083.759-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645M6F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10541, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 048, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ediane Maria Busin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 049, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 049, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Juliano Vareli Kuntzler, de matrícula nº 500425167, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Terezinha de Fatima Vareli, CPF nº 021.674.479-22.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T73N, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7746, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 049, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Terezinha de Fatima Vareli - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 050, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 050, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Marcelo Vinicius Speorin Godin, de matrícula nº 302274057, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lucia Speorin, CPF nº 039.339.369-00

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TX68, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7680, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 050, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lucia Speorin - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 051, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 051, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Kevin Matheus Pegoretti de Souza, de matrícula nº 1400134597011, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Silvia Pegoretti, CPF nº 006.618.949-75.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V22H, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7821, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 051, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Silvia Pegoretti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 052, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 052, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alesandro dos Santos Alves, de matrícula nº 600598527, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Clair dos Santos Alves, CPF sob o nº 028.252.439-81.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V96M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7839, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 052, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Clair dos Santos Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 053, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 053, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Bruna dos Santos, de matrícula nº 211687588, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosa de Lima Ribeiro, CPF nº 028.214.879-59.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TW1G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7770, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 053, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosa de Lima Ribeiro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 054, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 054, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Daniele da Silva da Cruz, de matrícula nº 1200134597011, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Jurandir Antonio Roberto da Cruz, inscrito no CPF sob o nº 694.391.339-53.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VR0A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7847, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 054, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Jurandir Antonio Roberto da Cruz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 055, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 055, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Karoline Aline Antunes da Rocha, de matrícula nº 211687375, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Bertulina Santana Fogassa de Almeida, CPF nº 039.246.849-28.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VC70, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7844, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 055, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Bertulina Santana Fogassa de Almeida - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 056, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 056, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Joao Vitor Pedroso, de matrícula nº 701716134, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Silvania de Fatima Pedroso, CPF nº 051.831.839-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VB0Y, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7840, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 056, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Silvania de Fatima Pedroso - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 057, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 057, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rafaela Gonçalves da Rosa, matrícula nº 1300134597025, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Rosilei Gonçalves da Rocha Ferrarezi, CPF nº 001.042.230-73.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TS50, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7670 com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 057, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Rosilei Gonçalves da Rocha Ferrarezi - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 058, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 058, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Lucas Capeletti, de matrícula nº 1001155430, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Cesar Capeletti, inscrito no CPF sob o nº 937.876.009-06.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T34G, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7688, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 058, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Cesar Capeletti - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 059, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 059, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alexandre Ferreira Neves, de matrícula nº 1400134597003, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Andrea Ferreira, CPF sob o nº 943.765.499-91.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VR8E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7814, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 059, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Andrea Ferreira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 060, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 060, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Alison Skorek de Oliveira, de matrícula nº 500412782, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Veronilce Skorek, CPF nº 030.749.929-48.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394FV8M, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7734, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 060, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Veronilce Skorek - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 061, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 061, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Taimara Nunes Alves, de matrícula nº 500414963, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Sidnei Alves, CPF nº 045.913.389-67.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564642K, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10549, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 061, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Sidnei Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 062, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 062, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Claudines de Chaves, de matrícula nº 211687545, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Adeni Alves, CPF nº 037.709.489-71.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V261, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7812, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 062, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Adeni Alves - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 063, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 063, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Dhioni dos Santos, de matrícula nº 600599280, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eva Maria Guaripuna da Silva, CPF nº 077.889.119-41.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394VR64, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7883, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 063, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eva Maria Guaripuna da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 064, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 064, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Edineia Magalhaes Martello, de matrícula nº 600597768, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Eldir Magalhães Martello, inscrito no CPF sob o nº 901.980.181-34.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V30A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7823, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 064, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Eldir Magalhães Martello - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 065, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 065, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Elisandreia da Silva Martins, de matrícula nº 600597890, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Lor Maria da Silva, CPF nº 017.033.461-90.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V452, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7896, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 065, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Lor Maria da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 066, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 066, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Rudimar Queiroz de Mello, de matrícula nº 600167747, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Margarida Elias de Chaves de Mello, CPF nº 624.471.819-49.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A5645X0I, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10516, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 066, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Margarida Elias de Chaves de Mello - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 067, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 067, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Felipe Eloi Rhoden, de matrícula nº 300396627, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Soeli Cordeiro, CPF nº 032.241.199-85.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T61A, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7743, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 067, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Soeli Cordeiro - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 068, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 068, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cassiane da Silva, de matrícula nº 502356103, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Neli Aparecida da Silva, CPF nº 053.624.519-36.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T605, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7696, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 068, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Neli Aparecida da Silva - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 069, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 069, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Patricia Peretti, de matrícula nº 1400134597009, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Anadir Vottri, CPF nº 025.017.869-98.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394TZ80, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7685, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 069, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Anadir Vottri - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 070, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 070, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Silvane da Cruz, de matrícula nº 600998444, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Maria Oraseli da Cruz, inscrito no CPF nº 052.899.799-80.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V12E, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7788, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 070, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Maria Oraseli da Cruz - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 071, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 071, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Cleiton do Prado Machado, de matrícula nº 1300134606017, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Ilvanei Juliana do Prado, CPF nº 008.771.979-70.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394V57F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7899, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 071, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Ilvanei Juliana do Prado - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 072, de 02 de Abril de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 072, DE 02 DE ABRIL DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: Diogo Henrique Ranzan, de matrícula nº 502355239, da Escola Básica Municipal São Lourenço.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Gelsilene Borges Oliveira, CPF nº 311.064.788-51.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A394T88F, com registro no patrimônio do Município sob o nº 7703, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 072, de 02 de abril de 2014.

Data da assinatura: 02 de abril de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Gelsilene Borges Oliveira - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

Extrato do Termo de Cessão de Uso Nº 176, de 02 de Maio de 2014.

EXTRATO DO TERMO DE CESSÃO DE USO Nº 176, DE 02 DE MAIO DE 2014.

Cedente: Município de São Lourenço do Oeste, CNPJ/MF nº 83.021.873/0001-08.

Usuário-Aluno: de matrícula nº 500425159, da Escola Básica Municipal Nossa Senhora de Lourdes.

Responsável legal pelo Usuário-Aluno: Soeli dos Santos Ramos, CPF nº 973.428.079-15.

Objeto: Laptop Positivo, N/S: 1A564663V, com registro no patrimônio do Município sob o nº 10184, com as configurações descritas na cláusula primeira do Termo de Cessão de Uso nº 176, de 02 de maio de 2014.

Data da assinatura: 02 de maio de 2014.

Signatários: Geraldino Cardoso - Prefeito Municipal de São Lourenço do Oeste e Soeli dos Santos Ramos - responsável legal pelo Usuário-Aluno.

CÂMARA MUNICIPAL

Extrato Contrato Nº 05/2014

Extrato do Contrato nº 05/2014

Contratante: Câmara de Vereadores de São Lourenço do Oeste;

Contratado: Editora Capital do Noroeste Ltda - ME;

Objeto: Contratação de empresa jornalística de abrangência local e regional para divulgação de atos oficiais e demais informações de interesse da Câmara Municipal de Vereadores, em mídia impressa (jornal impresso) de circulação semanal;

Valor: R\$ 300,00 (trezentos reais) mensais;

Vigência: 05 de maio de 2014 a 31 de dezembro de 2014;

Data da assinatura: 05 de maio de 2014.

Walmor José Pederssetti
Presidente da Câmara de Vereadores
Contratante

Clóvis Vanderlei Consoli
Editora Capital do Noroeste Ltda - ME
Contratada

São Pedro de Alcântara

PREFEITURA

Lei Nº 861, de 28 de Abril de 2014

LEI Nº 861, DE 28 DE ABRIL DE 2014

"Cria e Extingue Cargos de Provimento Efetivo no Plano de Carreira da Lei nº19/1997 e dá outras providências."

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Ficam criadas, no Plano de Carreira do Município de São Pedro de Alcântara, 06 (seis) vagas no Cargo de provimento efetivo de Motorista II, no Anexo I, Grupo II, Atividade de Nível Operacional - ANO, da Lei nº19/1997.

Art.2º - Ficam extintas 05 (cinco) vagas de provimento efetivo de Motorista I, no Anexo I, Grupo II, Atividade de Nível Operacional - ANO, da Lei nº19/1997.

Art.3º - As despesas desta Lei correrão por conta das dotações do orçamento vigente.

Art.4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara,
06 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Lei Complementar Nº 97, de 05 de Maio de 2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 97, DE 05 DE MAIO DE 2014

"Dispõe Sobre Alteração de Vencimento Disposto no Anexo I do Quadro de Vencimentos Efetivos - Lei Complementar nº08/1998".

JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, Estado de Santa Catarina, faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art.1º - Fica alterado o vencimento constante no anexo I da Tabela de Cargos Efetivos - Professor I, Auxiliar de Sala - Lei Complementar nº08/1998 passando a vigorar consoante o Anexo desta Lei.

Art.2º - As alterações do vencimento, será concedida objetivando a implementação do piso mensal dos profissionais do magistério.

Art.3º - A despesa desta Lei correrá por conta das dotações do orçamento vigente.

Art.4º - Esta Lei Complementar entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01 de abril de 2014.

Art.5º - Revogam-se as disposições em contrário.

São Pedro de Alcântara,
06 de maio de 2014.
JUCÉLIO KREMER
Prefeito Municipal

Errata da Lei Nº 860, de 28 de Abril de 2014

Estado de Santa Catarina

Prefeitura de São Pedro de Alcântara/SC

Gabinete do Prefeito e do Vice-Prefeito

Praça Leopoldo Francisco Kretzer, 01, Centro - São Pedro de Alcântara - Cep: 88125-000

www.pmspa.sc.gov.br - gabinete@pmspa.sc.gov.br

ERRATA DA LEI Nº 860, DE 28 DE ABRIL DE 2014

CONSIDERANDO o equívoco publicado no DOM/SC Edição nº 1477, pág. 387; do dia 30/04/2014, JUCÉLIO KREMER, Prefeito Municipal de São Pedro de Alcântara, no uso de suas atribuições legais, altera:

Art. 1.º - ONDE SE LÊ:

"Declara de Utilidade Pública a Associação Alcantareense de Letras - ACALLE e dá outras providências."

(...)

Art. 1º - Torna de Utilidade Pública a Associação de Alcantareense de Letras, fundada no dia 06 de outubro de 2009, com Sede na Rua Leopoldo Francisco Kretzer, Centro, São Pedro de Alcântara.

***LEIA-SE:**

"Declara de Utilidade Pública a Academia Alcantareense de Letras - ACALLE e dá outras providências."

(...)

Art. 1º - Torna de Utilidade Pública a Academia Alcantareense de Letras, fundada no dia 06 de outubro de 2009, com Sede na Rua Leopoldo Francisco Kretzer, Centro, São Pedro de Alcântara.

Art 2º. - Os demais termos e condições da Lei nº 860/2014 permanecem inalterados, revogando-se aquilo que for conflitante com esta errata.

Art. 3.º- Publique-se, registre-se, cumpra-se.

*Alterações corretas destacadas em negrito.

Jucélio Kremer

Prefeito Municipal

Schroeder

PREFEITURA

Termo de Homologação E Adjudicação Licitação Modalidade Tomada de Preço Nº. 04/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO LICITAÇÃO MODALIDADE TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2014-PMS

O Prefeito Municipal, Osvaldo Jurck, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela legislação em vigor, conforme a Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores. Frente ao parecer conclusivo exarado pela comissão de licitações, resolve HOMOLOGAR E ADJUDICAR a Ata de Abertura e Julgamento e seu resultado da TOMADA DE PREÇO Nº. 04/2014-PMS, PROCESSO Nº. 49/2014-PMS, adjudicando em favor da empresa abaixo o objeto da licitação por ter apresentado o menor preço GLOBAL, determinando que seja dada ciência aos participantes:

Objeto: contratação de empresa especializada para execução do projeto preventivo de incêndio do Ginásio de Esportes Alfredo Pa-sold, contemplando uma área de 3.602,86m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.
Vencedor: ADOBE ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.154.345/0001-62, estabelecida na Rua Bananal nº. 283, Glória, na cidade de Joinville.

Valor da proposta vencedora: R\$ 76.470,15 (setenta e seis mil quatrocentos e setenta reais e quinze centavos).

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 83/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Extrato do Contrato nº. 83/2014-PMS

Modalidade Tomada de Preços nº. 04/2014-PMS - Processo nº. 49/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ADOBE ENGENHARIA LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 01.154.345/0001-62, estabelecida na Rua Bananal nº. 283, Glória, na cidade de Joinville.

Objeto: contratação de empresa especializada para execução do projeto preventivo de incêndio do Ginásio de Esportes Alfredo Pa-sold, contemplando uma área de 3.602,86m², conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório.

Valor do contrato: R\$ 76.470,15 (setenta e seis mil quatrocentos e setenta reais e quinze centavos).

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

Osvaldo Jurck - Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR a Sra. ANA PAULA KREIS, inscrito no CPF sob nº. 090.582.999-96, aprovada em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de TÉCNICA EM INSEMINAÇÃO, para assumir o respectivo cargo.

A convocada deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6508), até as 17:00 h do dia 16 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC),
06 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 10/2014 - FAS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 10/2014 - FAS

Dispensa de Licitação nº. 06/2014-FAS

Processo nº. 09/2014-FAS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 84.719.160/0001-85, estabelecida na Rua Saguau, nº 40, sala 101, Saguau, na cidade de Joinville, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.221-010.

Objeto: O objeto do presente contrato a aquisição de passagens aéreas para o Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PASSAGEM AÉREA DE IDA (DESTINO FLORIANÓPOLIS-CHAPECÓ)	03	UNIDADE	240,67	722,01
02	PASSAGEM AÉREA DE VOLTA (DESTINO CHAPECÓ -FLORIANÓPOLIS)	03	UNIDADE	398,05	1.194,15
VALOR R\$ TOTAL					1.916,16

Valor do contrato: R\$ 1.916,16 (mil novecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

I Errata do Termo Aditivo Nº. A03/2014 - FMS

I ERRATA DO TERMO ADITIVO Nº. A03/2014 - FMS

3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 99/2013-FMS

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3.201, bairro centro, cidade de Schroeder (SC), neste ato representado pelo Ilmo. Prefeito Municipal, o Senhor Osvaldo Jurck, e,

CONTRATADA: DOCA CASA E JARDIM LTDA ME, inscrita no CNPJ sob o nº 82.887.829/0001-12, estabelecida na Rua Leopoldo Sprenger, nº 280, Itapema do Norte, na cidade de Itapoá, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.249-000, doravante denominada simplesmente de CONTRATADA, neste ato representada legalmente pelo Senhor Januário Luiz Nunes, inscrito no CPF sob o nº 378.917.319-34, portador da carteira de identidade nº 2/R 823.332-SSP/SC,.

Considerando o Contrato nº. 99/2013-FMS, celebrado em 15 de agosto de 2013, decorrente Processo de Licitação nº. 54/2013-FMS, Tomada de Preço nº. 01/2013-FMS, para reforma e ampliação do Posto de Saúde de Itoupava, da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, conforme projetos, memorial descritivo, planilha de quantitativos e demais anexos que fazem parte integrante deste Instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse, regido pela Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, e mediante cláusulas e condições a seguir enunciadas.

Considerando que se enquadra nos termos do artigo 65, b da Lei Federal nº 8.666/93, conforme parecer da Procuradoria Municipal.

Considerando a solicitação feita pela Secretaria de Saúde e Assistência Social, frente de aditivo no valor de R\$ 12.844,13 (doze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos) e supressão do contrato inicial no valor de R\$ 963,73 (novecentos e sessenta e três reais e setenta e três centavos), conforme parecer em anexo do setor de engenharia.

Considerando que a referida solicitação passou pela fiscalização da Engenharia Civil, a Senhorita Fabieli Pilatti, CREA-SC 093.485-5, da Administração Pública e aprovação do mesmo.

Considerando a aprovação do aditivo pela autoridade competente, qual seja, o Prefeito Municipal de Schroeder; em comum acordo entra as parte, CONTRATADA e CONTRATANTE, resolve-se:

Cláusula 1ª - Fica a partir deste alterada a cláusula quarta "do valor do contrato", no item 4.1, aditivado o valor de R\$ 12.844,13 (doze mil, oitocentos e quarenta e quatro reais e treze centavos), passando o valor total do contrato a ser de R\$ 65.081,69 (sessenta e cinco mil, e oitenta e um reais e sessenta e nove centavos).

Cláusula 2ª - Ficam ratificadas as demais cláusulas do contrato nº 99/2013-FMS, desde que não contrariem o que ficou convencionado no presente Termo Aditivo.

E por estarem de acordo com o presente instrumento de Termo Aditivo, firmam o presente em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para único efeito, com as testemunhas abaixo para que produza os jurídicos e legais efeitos, comprometendo-se as partes a cumprir o presente contrato por si e seus sucessores, em juízo ou fora dele.

Schroeder (SC), 07 de maio de 2014.

CONTRATADA:

DOCA CASA E JARDIM LTDA ME

Januário Luiz Nunes

CPF nº 378.917.319-34

CONTRATANTE:

MUNICÍPIO DE SCHROEDER

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

T E S T E M U N H A S:

1ª

Nome: Daniela Samulescki

CPF nº. 053.350.739-18

2ª

Nome: Ivandra de Souza

CPF nº. 047.563.299-00

Extrato do Contrato Nº. 52/2014 - FMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 52/2014 - FMS

Processo de licitação nº. 37/2014-FMS - Dispensa de Licitação nº. 30/2014-FMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NELCI IVANISE ENGELMANN-ME, inscrita no CNPJ sob o nº 08.288.050/0001-28, estabelecida Rua Marechal Castelo Branco, nº 1879, Centro, na cidade de Schroeder, Estado de Santa Catarina, CEP: 89.275-000.

Objeto: aquisição de protetor solar fornecido a paciente por meio de ação civil nº 5002386-50.2012.404.7209-/SC para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	PROTETOR SOLAR FPS 50, 120ML	15	FRASCO	21,50	322,50
VALOR R\$ TOTAL					322,50

Valor do contrato: R\$ 322,50 (trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos).

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 31/12/2014

OSVALDO JURCK

Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Nº. 84/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato nº. 84/2014-PMS

Dispensa de Licitação nº. 36/2014-PMS - Processo nº. 78/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S/A, inscrita no CNPJ sob o nº. 85.031.334/0001-85, estabelecida na Rua Vergueiro nº. 7213, Bairro Ipiranga, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP: 04.273-200.

Objeto: Constitui o objeto do presente contrato a contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013, sendo:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013	01	Unidade	745,14	745,14
VALOR R\$ TOTAL					745,14

Valor do contrato: R\$ 745,14 (setecentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Convocação Concurso Público Nº. 001/2013

Convocação Concurso Público nº. 001/2013

OSVALDO JURCK, Prefeito Municipal de Schroeder, no uso de suas atribuições legais, vem por meio deste CONVOCAR o Sr. CARLOS EDUARDO FEHLAUER, inscrito no CPF sob nº. 037.214.199-44, aprovado em 4º lugar no Concurso Público nº. 001/2013, para o cargo de ENGENHEIRO CIVIL, para assumir o respectivo cargo.

O convocado deve comparecer à Diretoria de Recursos Humanos (47 3374-6510), até as 17:00h do dia 19 de maio de 2014, na Rua Marechal Castelo Branco, 3201, Centro, Schroeder, a fim de comunicar o interesse ou a desistência da vaga ofertada, sob pena de perder a referida vaga.

Schroeder (SC),
07 de maio de 2014.

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Rudibert Tank
Secretário de Obras e Serviços Urbanos

Extrato do Contrato Nº. 85/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato nº. 85/2014-PMS
Dispensa de Licitação nº. 37/2014-PMS - Processo nº. 79/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EMEC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº. 08.609.254/0001-13, estabelecida na Rua Wadia Jafet Assad, nº 179, sala 3, 3º andar, Bairro dos Casa, na cidade de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, CEP: 09850-090.

Objeto: aquisição de conserto de bomba dosadora para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento, Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC, conforme segue:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNIDADE	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	Conserto em bomba dosadora modelo FCEB 0505 K+FP+CE	Unidade	01	332,00	332,00
TOTAL R\$					332,00

Valor do contrato: R\$ 332,00 (trezentos e trinta e dois reais).

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 86/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 86/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 68/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: ABS EVENTOS LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 10.769.410/0001-55, estabelecida na Rua Professor Egon Husmann nº. 322, sala 01, município de São Bento do Sul, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo

de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
05	SERVIÇO DE ÁUDIO FIXO E MOVÉL EM LOCAIS PRÉ DETERMINADOS: (1 Mesa de som 8 canais, 1 Pedestal Tribuna, 2 Caixas de som 3 vias com 500 RMS cada, 1 Amplificador de 1200 mms, 1 Equalizador, 2 Microfones com fio, 1 Microfone sem fio, 1 Processador de Efeitos, 1 Aparelho de Cd leitor MP3 e USB, 2 Pedestais para caixa de som, 2 Pedestais para microfone, Fiação Completa, Acompanhamento Técnico)	200	HORAS	105,00	21.000,00
07	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO MÓVEL (Carro de som, com gravação de Spot)	250	HORAS	30,00	7.500,00
TOTAL R\$					28.500,00

Valor do contrato: R\$ 28.500,00 (vinte e oito mil e quinhentos reais)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Aviso de Licitação Pregão Presencial Nº. 35/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, nº 3201, Centro
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500 - CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail:licitacao@schroeder.sc.gov.br - site:http://www.schroeder.sc.gov.br

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº. 35/2014-PMS
PROCESSO Nº. 77/2014-PMS
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL

OBJETO: Locação de solução de software para definição de regras e políticas de uso da internet através de interface gráfica possibilitando monitoramento, gráficos, relatórios e administração de regras e usuários de até 150 usuários para atender as necessidades da Secretaria de Planejamento, Gestão e Finanças do Município de Schroeder/SC, conforme ANEXO X - Termo de Referência deste instrumento.

Recebimento dos Envelopes e Credenciamento até: 21 de maio de 2014 às 08h45min.

Abertura do Processo: 21 de maio de 2014 às 09h.

Local: Setor de Licitações da Prefeitura de Schroeder/SC.

A íntegra do Edital, bem como mais informações poderão ser obtidas no site do Município de Schroeder (www.schroeder.sc.gov.br) ou junto ao setor de licitações de segunda a sexta - feira das 07h30min às 12h e das 13h30min às 17h.

Fone/fax (0xx47)3374-6500 ou pelo e-mail: licitacao@schroeder.

sc.gov.br

Schroeder,
08 de maio de 2014.
OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 87/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 87/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 68/2014-PMS
Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: COMERCIAL MULTISOM LTDA., inscrita no CNPJ sob o nº. 00.1842.605/0001-20, estabelecida na Rua José Rosa, nº 330, Barra do Rio Cerro, na cidade de Jaraguá do Sul, Estado de Santa Catarina, CEP: 89260-372.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
08	Locação de Gerador com capacidade minima de 212 KVA, para eventos da municipalidade	2	UNIDADE	1.730,00	3.460,00
TOTAL R\$					3.460,00

Valor do contrato: R\$ 3.460,000 (três mil quatrocentos e sessenta reais)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 88/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA
Rua Marechal Castelo Branco, 3201
Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500
CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC
e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: http://www.schroeder.sc.gov.br

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 88/2014-PMS
Processo Licitatório nº. 68/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: EDSON LUIZ KAMER - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 00.957.992/0001-40, estabelecida na Rua 28 de agosto nº. 298, município de Guaramirim, Estado de Santa Catarina.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
02	ASTEAMENTO DA BANDEIRA : 6 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 1 Amplificador com Potencias acima de 1000 RMS, 6 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Microfone sem fio, 2 Micrhone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição)	1	UNIDADE	344,00	344,00
04	CRANÇA EM DANÇA (1 Mesa de com 12 canais, 1 Par de CDJ 200 com mixer, 1 Equalizador, 1 Pedestal Tribuna, 2 Perifericos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de som sub 18, 6 Pedestais para caixa, 4 Microfones, 2 Microfones sem fio, 1 Microfone sem fio auricular, 24 Canhões de luz com gelatinas par 64 ou led, 12 Mts de aluminio P30, 4 Bases aluminio P30, 1 Mesa de luz, 2 Dimmer, Fiação Completa, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 2 Técnico á disposição)	1	UNIDADE	2.000,00	2.000,00
09	LINOLIO - nas medidas de 10 mts x 8 mts (vermelho/ cinza)	2	UNIDADE	779,00	1.558,00
TOTAL R\$					3.092,00

Valor do contrato: R\$ 3.092,00 (três mil e noventa e dois reais)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Extrato do Contrato Registro de Preços Nº. 89/2014-PMS

MUNICÍPIO DE SCHROEDER ESTADO DE SANTA CATARINA

Rua Marechal Castelo Branco, 3201

Caixa Postal 01 - Fone/fax: (0 xx 47) 3374-6500

CEP: 89275-000 - SCHROEDER - SC

e-mail: licitacao@schroeder.sc.gov.br - site: <http://www.schroeder.sc.gov.br>

Extrato do Contrato Registro de Preços nº. 89/2014-PMS

Processo Licitatório nº. 68/2014-PMS

Pregão Presencial Registro de Preço nº. 29/2014-PMS

Contratante: MUNICÍPIO DE SCHROEDER, inscrito no CNPJ sob o nº. 83.102.491/0001-09, com paço municipal na Rua Marechal Castelo Branco, nº. 3201, no Município de Schroeder/SC.

Contratada: LIND GUIMAR MACHADO - ME, inscrita no CNPJ sob o nº. 10.010.737/0001-50, estabelecida na Rua Rodolfo Engelhardt nº. 162, sala 01, do Salto, município de Blumenau, Estado de Santa Catarina, CEP 89.031-118.

Objeto: Constitui objeto deste contrato visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses, conforme especificações no ANEXO X - Termo de Referência que faz parte integrante do instrumento convocatório, conforme consta na proposta vencedora que faz parte integrante deste Contrato, como se transcrito fosse:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE.	UNID.	VALOR R\$ UNITÁRIO	VALOR R\$ TOTAL
01	DESFILE CIVICO : 10 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 2 Periféricos, 2 Amplificadores com Potencias acima de 1000 RMS, 10 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Caixa de som 3 vias monitor, 1 Microfone sem fio, 4 Micrhone com fio, 2 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição.	1	UNIDADE	690,00	690,00

03	EQUIPAMENTO PARA BANDA: (1 Mesa de som 32.8 canais, 1 Mesa de som 24 canais, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 3 Equalizadores 15 e 31 Bandas, 2 Compressor de audio com gate, 1 Crossover 4 vias parametri- co, 1Processador de efeitos, 6 Amplificadores, 4 Caixas de som 3 vias P.A, 4 Caixas de som sub 18X2 P.A, 4 caixas 3 vias monitor, 1 Drum fill, 2 Microfo- nes sem fio de mão, 1 Microfone sem fio headset, 8 Microfones com fio, 1 Kit com 7 microfones para bateria, 1 Cubo de baixo, 1 Cubo de guitarra, 1 Bateria completa, 12 Canhões lâmpada par 64 gelatinas coloridas ou 12 canhões de led, 1 Super strobo via controle DMX, 1 Mesa de luz, 1 Main power AC 220v e 110v, 2 Dimmer, 1 Maquina de fumaça, 4 Set light 1000 Wats, 4 Moving head 250, 1 Trave treliça de aluminio P30 medindo 5 mts de altura por 8 mts de largura, Fiação completa, 2 Tecnicos a disposição)	3	UNIDA- DE	1.290,00	3.870,00
06	SONORIZAÇÃO FORMATURA DO PROERD (1 Mesa de som 12 canais, 1 Equalizador, 1 Pedestal tribuna, 1 Aparelho Cd MP3 e USB, 2 Perifericos, 3 Amplifica- dores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de Som Sub 18, 6 pe- destais para caixa, 4 Microfones com fio, 2 Microfones sem fio, 2 Microfones sem fio auricular, 1 Telão com projetor 2500 lu- miens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 1 Tecnico á disposição)	1	UNIDA- DE	680,00	680,00
TOTAL R\$					5.240,00

Valor do contrato: R\$ 5.240,00 (cinco mil duzentos e quarenta reais)

Data da Assinatura: 07/05/2014 - Vigência: 07/05/2015

OSVALDO JURCK
Prefeito Municipal

Ata Pregão Presencial 05/2014-FMS (Sequência 02)

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 31/2014 Data do Processo: 16/04/2014

Folha: 1/2

OBJETO DA LICITAÇÃO:

Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para manutenção de esfigmomanômetros utilizados no atendimento a população nas Unidades de Saúde da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.

ATA DE REUNIÃO DE JULGAMENTO DE PROPOSTAS Nr. 10/2014 (Sequência: 2)

Ao(s) 7 de Maio de 2014, às 09:00 horas, na sede da(o) FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER, reuniram-se os membros da Comissão de Licitação, designada pela(o) Portaria nº 55382014, para julgamento das propostas de preço das proponentes habilitadas para fornecimento e/ou execução dos itens descritos no Processo Licitatório nº 31/2014, Licitação nº 5/2014 - PR, na modalidade de PREGÃO PRESENCIAL.

Inicialmente procedeu-se a leitura do teor das propostas para estudo e análise de preço e outros fatores previstos no edital. Logo após julgadas as propostas, a comissão emitiu o parecer discriminando o(s) vencedor(es), conforme segue abaixo:

Parecer da Comissão: A pregoeira e equipe de apoio, reuniram-se para abertura da licitação. Este processo foi publicado em resumo no mural público municipal, no Diário Oficial dos Municípios do Estado de Santa Catarina e disponibilizado na íntegra no site: www.schroeder.sc.gov.br do Município de Schroeder/SC. Apresentou envelopes de habilitação e proposta comercial, bem como os documentos para credenciamento a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO ME, devidamente protocolados no horário e data determinado no edital. Depois de rubricados os envelopes bem como os documentos de credenciamento constatou-se que o representante da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO ME, apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial com data superior a exigida no edital, sendo o documento com data 17 de março de 2014, este documento é exigido no edital no item 4.1.3 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados", sendo assim não está credenciado, pois não cumpriu com as exigências do edital na fase do credenciamento. O representante da empresa RUBENS WALMORBIDA NETO ME não está presente na sessão. Foram abertos os envelopes das propostas comerciais das empresas RUBENS WALMORBIDA NETO ME. Em prosseguimento, passou-se à fase competitiva, e após encerramento dos lances registrados resultou vencedora a empresa conforme segue ata de lances. Constatando vencedora a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO ME, sendo aberto o envelope de habilitação da licitante vencedora, cujos documentos foram rubricados pela pregoeira e pela equipe de apoio. Constatando que a empresa RUBENS WALMORBIDA NETO ME não apresentou certidão simplificada emitida pela junta comercial documento exigido no edital no item 7.1.12 "CERTIDÃO Simplificada emitida pela Junta Comercial ou por Cartório de Registro de Títulos de Pessoa Jurídica, expedida no máximo a 30 (trinta) dias da abertura dos envelopes que comprove o devido registro de todos os atos supramencionados" e apresentou vencido em 23 de abril de 2014 documento exigido no edital no item 7.1.1 "Prova de regularidade relativa à Seguridade Social - INSS", resultando assim inabilitada. De acordo com o edital no item 9.21. "Se todas as empresas na fase de habilitação forem inabilitadas ou todas as propostas forem desclassificadas, a Administração poderá fixar aos licitantes novo prazo para reapresentação das mesmas de acordo com artigo 48 § 3º da Lei Federal nº. 8.666 de junho de 1993", no artigo 48 §3º traz que "Quando todos os licitantes forem inabilitados ou todas as propostas forem desclassificadas, a administração poderá fixar aos licitantes o prazo de oito dias úteis para a apresentação de nova documentação ou de outras propostas escolhidas das causas referidas neste artigo, facultada, no caso de convite, a redução deste prazo para três dias úteis". Diante do exposto será concedido o prazo de 08 dias úteis, sendo até dia 19 de maio de 2014, às 17h, para apresentação de nova documentação de habilitação, dentro de novo envelope com toda a documentação de habilitação, de acordo com as exigências do edital, caso contrário será considerada inabilitada. Diante do exposto, encerra-se a sessão e pede-se que seja entregue cópia da ata a empresa participante.

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	PREGÃO PRESENCIAL Nr.: 5/2014 - PR
	Processo Administrativo: Processo de Licitação: 31/2014 Data do Processo: 16/04/2014

Folha: 2/2

Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião de julgamento, da qual foi assinada a presente ata pela Comissão de Licitação.

Schroeder, 7 de Maio de 2014

COMISSÃO:

Daniela Samulescki	-	- Pregoeiro(a)
Ivandra de Souza	-	- Equipe de Apoio
Gelson Stein	-	- Equipe de Apoio
Leonice Engler Kafer	-	- Equipe de Apoio
Cheila Adriane Klitzke	-	- Equipe de Apoio

Assinatura dos representantes das empresas que estiveram presentes na sessão de julgamento:

Adriana Steilein	-	- Setor Solicitante
------------------	---------	---------------------

Dispensa 06/2014-FAS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 6/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 9/2014 Data: 07/05/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: HAPPY VIAGENS E TURISMO LTDA. - ME Endereço: R SAGUACU, 40, SALA 101 Cidade: Joinville - SC CNPJ: 84.719.160/0001-85	Código: 12816 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de passagens aéreas para o Setor de Assistência Social da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	3,00	PASSAGEM AÉREA DE IDA (DESTINO FLORIANÓPOLIS-CHAPECÓ)	UN	240,67	722,01
2	3,00	PASSAGEM AÉREA DE VOLTA (DESTINO CHAPECÓ -FLORIANÓPOLIS)	UN	398,05	1.194,15

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Solicitação para compra de passagens aéreas para Participação no V Seminário Estadual de Gestores e Trabalhadores da Política de Assistência Social a realizar-se-à em 14, 15, 16 de Maio em Chapecó/SC.
Recursos IGD - SUAS conforme deliberação pelo CMAS.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUN. DE ASSIST. SOCIAL DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 6/2014 - DL**

Processo Nr.: 9/2014
Data: 07/05/2014

Folha: 2/2

07/05/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 7 de Maio de 2014

Valor da Despesa: 1.916,16 (um mil novecentos e dezesseis reais e dezesseis centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa 36/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 36/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 78/2014 Data: 07/05/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S.A Endereço: RUA VERGUEIRO, 7213 Cidade: São Paulo - SP CNPJ: 85.031.334/0001-85	Código: 9876 Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Contratação de empresa especializada em SEGURO DETER, este para veículo de grande porte e transporte de passageiros. Para atualização de valores, conforme exigência DETER, das coberturas já contratadas, este para o MICROONIBUS IVECO placa MKW 7116, ano 2012/2013.	UN	745,14	745,14

FUNDAMENTO LEGAL:**Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.**

- II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

VEICULO NECESSITA DO REFERIDO SEGURO PARA DAR CONTINUIDADE AO TRANSPORTE DOS ALUNOS DA APAE. JUSTIFICA-SE A SOLICITAÇÃO DA DISPENSA JUNTO A EMPRESA NOBRE SEGURADORA DO BRASIL S. A., EM VIRTUDE DA MESMA ESTAR COM TODAS DOCUMENTAÇÕES EXIGIDAS, REGULARIZADAS. BEM COMO, POSSUIR MENOR VALOR.

RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR:

Schroeder, 7 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 36/2014 - DL**

Processo Nr.: 78/2014
Data: 07/05/2014

Folha: 2/2

05/05/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Maio de 2014

Valor da Despesa: 745,14 (setecentos e quarenta e cinco reais e quatorze centavos)

Pagamento.....: 15 dias

Dispensa Nº 30/2014-FMS

ESTADO DE SANTA CATARINA FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 30/2014 - DL
	Processo Nr.: 37/2014 Data: 07/05/2014

Folha: 1/2

Fornecedor: NELCI IVANISE ENGELMANN - ME Endereço: RUA MARECHAL CASTELO BCO, 1953 Cidade: Schroeder - SC CNPJ: 08.288.050/0001-28	Código: 10279 Inscrição Estadual: 255.252.218
Objeto da Compra: Aquisição de protetor solar fornecido a paciente por meio de ação civil nº 5002386-50.2012.404.7209-/SC para atender as necessidades da Secretaria de Saúde e Assistência Social do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	15,00	PROTETOR SOLAR FPS 50, 120ML	FR	21,50	322,50

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Cumprimento de ordem judicial, já houveram tentativas de incluir o produto em licitações, mas estas foram desertas para o item.

Schroeder, 7 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE SCHROEDER

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 30/2014 - DL

Processo Nr.: 37/2014
Data: 07/05/2014

Folha: 2/2

6/5/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 6 de Maio de 2014

Valor da Despesa: 322,50 (trezentos e vinte e dois reais e cinquenta centavos)

Pagamento.....: 15 dias após recebimento do documento fiscal

Dispensa Nº 37/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA MUNICIPIO DE SCHROEDER	DISPENSA DE LICITAÇÃO Nr.: 37/2014 - DL
CNPJ: 83.102.491/0001-09 RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201 C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC	Processo Nr.: 79/2014 Data: 07/05/2014
Folha: 1/2	

Fornecedor: EMEC DO BRASIL INDÚSTRIA E COMÉR. DE EQUIP. INDUST	Código: 10571
Endereço: RUA WADIA JAFET ASSAD, Nº 179, SLA 03	
Cidade: SAO BERNARDO DO CAMP - SP	
CNPJ: 08.609.254/0001-13	Inscrição Estadual:
Objeto da Compra: Aquisição de conserto de bomba dosadora para atender as necessidades da Secretaria de Saneamento, Gestão Ambiental do Município de Schroeder/SC.	

ITENS

Item	Quantidade	Especificação	Unid.	Valor Unitário	Valor Total
1	1,00	Conserto em bomba dosadora modelo FCEB 0505 K+FP+CE	UN	332,00	332,00

FUNDAMENTO LEGAL:

Artigo 24 da Lei 8.666/93 - É dispensável a licitação.

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior, e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

JUSTIFICATIVA

Essa bomba dosadora é utilizada na Estação de tratamento de água para dosagem de hipoclorito. Para fazer dosagem desse produto se faz necessário ter uma bomba dosadora em ótimas condições de funcionamento.

Schroeder, 7 de Maio de 2014

OSVALDO JURCK
PREFEITO MUNICIPAL

**ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE SCHROEDER**

CNPJ: 83.102.491/0001-09
RUA MARECHAL CASTELO BRANCO, 3201
C.E.P.: 89275-000 - Schroeder - SC

**DISPENSA DE LICITAÇÃO
Nr.: 37/2014 - DL**

Processo Nr.: 79/2014
Data: 07/05/2014

Folha: 2/2

5/5/2014

DESPACHO FINAL:

De acordo com as justificativas e fundamentações apresentadas e, levando-se em consideração os termos do parecer jurídico, expedido pela Assessoria Jurídica, RATIFICO e AUTORIZO a realização da despesa por Dispensa de Licitação em conformidade com o art. 26 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores

Schroeder, 5 de Maio de 2014

Valor da Despesa: 332,00 (trezentos e trinta e dois reais)

Pagamento.....: 15 DIAS APÓS RECEBIMENTO DO DOCUMENTO FISCAL

Ata Registro de Preços Pregão Presencial 29/2014-PMS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 1/6

Número do Registro de Preços: 23/2014			Data do Registro: 07/05/2014		Válido até: 07/05/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
1	DESFILE CIVICO : 10 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 2 Periféricos, 2 Amplificadores com Potencias acima de 1000 RMS, 10 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Caixa de som 3 vias monitor, 1 Microfone sem fio, 4 Micrífone com fio, 2 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição.	UN	LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	690,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	699,0000	2
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	700,00	0	700,0000	3
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	700,0000	4
2	ASTEAMENTO DA BANDEIRA : 6 Caixas de som com 3 vias, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 1 Amplificador com Potencias acima de 1000 RMS, 6 Suporte para caixa de som, 1 Mesa de som 12 Canais, 1 Microfone sem fio, 2 Micrífone com fio, 1 Pedestal (Tribuna), Fiação Completa, 1 Técnico a disposição)	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	344,0000	1
			LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	345,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	349,0000	3
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	350,0000	4
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	350,00	0	350,0000	5
3	EQUIPAMENTO PARA BANDA: (1 Mesa de som 32.8 canais, 1 Mesa de som 24 canais, 1 Aparelho CD leitor MP3 e USB, 3 Equalizadores 15 e 31 Bandas, 2 Compressor de audic com gate, 1 Crossover 4 vias parametrico, 1Processador de efeitos, 6 Amplificadores, 4 Caixas de som 3 vias P.A, 4 Caixas de som sub 18X2 P.A, 4 caixas 3 vias monitor, 1 Drum fill, 2 Microfones sem fio de mão, 1 Microfone sem fio headset, 8 Microfones com fio, 1 Kit com 7 microfones para bateria, 1 Cubo de baixo, 1 Cubo de guitarra, 1 Bateria completa, 12 Canhões lâmpada par 64 gelatinas coloridas ou 12 canhões de led, 1 Super strobo via controle DMX, 1 Mesa de luz, 1 Main power AC 220v e 110v, 2 Dimmer, 1 Maquina de fumça, 4 Set light 1000 Wats, 4 Moving head 250, 1 Trave treliça de aluminio P30 medindo 5 mis de altura por 8 mts de largura, Fiação completa, 2 Tecnicos a disposição)	UN	LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	1.290,0000	1

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 2/6

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 07/05/2014		Válido até: 07/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
4	CRIANÇA EM DANÇA (1 Mesa de som, 12 canais, 1 Par de CDJ 200 com mixer, 1 Equalizador, 1 Pedestal Tribuna, 2 Periféricos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som, 3 vias, 4 Caixas de som sub 18", 6 Pedestais para caixa, 4 Microfones, 2 Microfones sem fio, 1 Microfone sem fio auricular, 24 Canhões de luz com gelatinas par 64 ou led, 12 Mts de alumínio P30, 4 Bases alumínio P30, 1 Mesa de luz, 2 Dimmer, 1 Fiação Completa, 1 Telão com projetor 2500 lumens; 4 canhões de LED, 4 Set light, 2 Técnico a disposição)	UN	COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.299,0000	2
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1.600,0000	3
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	4.800,00	0	1.600,0000	4
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.600,0000	5
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	2.000,0000	1
5	SERVIÇO DE ÁUDIO FIXO E MÓVEL EM LOCAIS PRÉ DETERMINADOS; (1 Mesa de som 8 canais, 1 Pedestal Tribuna, 2 Caixas de som 3 vias com 500 RMS cada, 1 Amplificador de 1200 mms, 1 Equalizador, 2 Microfones com fio, 1 Microfone sem fio, 1 Processador de Efeitos, 1 Aparelho de Cd leitor MP3 e USB, 2 Pedestais para caixa de som, 2 Pedestais para microfone, Fiação Completa, Acompanhamento Técnico)	H	ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	105,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	2.448,0000	4
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	2.800,00	0	2.800,0000	5
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	2.050,0000	2
			LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	2.430,0000	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	106,0000	2
			LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	108,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 3/6

Número do Registro de Preços: 23/2014 Data do Registro: 07/05/2014 Válido até: 07/05/2015

Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,

Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.
6	SONORIZAÇÃO FORMATURA DO PROERD (1 Mesa de som 12 canais, 1 Equalizador, 1 Pedestal tribuna, 1 Aparelho Cd MP3 e USB, 2 Periféricos, 3 Amplificadores, 6 Caixas de som 3 vias, 4 Caixas de Som Sub 18, 6 pedestais para caixa, 4 Microfones com fio, 2 Microfones sem fio, 2 Microfones sem fio auricular, 1 Telão com projetor 2500 lumens, 4 canhões de LED, 4 Set light, 1 Técnico à disposição)	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	112,0000	4
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	26.000,00	0	130,0000	5
			LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	680,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	685,0000	2
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	699,0000	3
7	SERVIÇO DE SONORIZAÇÃO MÓVEL (Carro de som, com gravação de Spot)	H	BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	700,00	0	700,0000	4
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	30,0000	1
			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	30,9000	2
			LIND GUIMAR MACHADO - ME (12817)		0	31,9900	3
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	34,9000	4
8	Locação de Gerador com capacidade mínima de 212 KVA, para eventos da municipalidade	UN	BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	8.750,00	0	35,0000	5
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	1.730,0000	1
			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0	1.748,0000	2

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 4/6

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 07/05/2014		Válido até: 07/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses,							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

			EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	1,750,0000	3
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	3,500,00	0	1,750,0000	4
9	LINOLIO - nas medidas de 10 mts x 8 mts (vermelho/cinza)	UN	EDSON LUIZ KAMER ME (10461)		0	779,0000	1
			COMERCIAL MULTISOM LTDA (8494)		0	780,0000	2
			BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA (11111)	1,700,00	0	850,0000	3

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 5/6

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 07/05/2014		Válido até: 07/05/2015		
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.						
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário
						Classif.

			ABS EVENTOS LTDA (11943)		0
					850.0000
					4

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE SCHROEDER

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº: 23/2014

Página: 6/6

Número do Registro de Preços: 23/2014		Data do Registro: 07/05/2014		Válido até: 07/05/2015			
Objeto da Compra: Constitui objeto da presente licitação a seleção de propostas visando o REGISTRO DE PREÇO para contratação de empresa especializada em sonorização de eventos a serem realizados pela Secretaria de Educação, Cultura, Esporte e Lazer do Município de Schroeder/SC, ao longo de 12 meses.							
Item	Especificação	Unid.	Fornecedor	Marca Ofer.	Descto. (%)	Preço Unitário	Classif.

(PARTICIPANTES POR PROCESSO - LEGENDA)

REGISTRO DE PREÇOS Nº 23/2014

PROCESSO Nº 68/2014

- (8494) - COMERCIAL MULTISOM LTDA
- (10461) - EDSON LUIZ KAMER ME
- (11111) - BECKUS PRODUÇÕES DE AUDIO E VIDEO LTDA
- (11943) - ABS EVENTOS LTDA
- (12817) - LIND GUIMAR MACHADO - ME

Schroeder, 7 de Maio de 2014.

Siderópolis

PREFEITURA

Portaria Nº 134/2014

PORTARIA Nº 134, DE 15 DE ABRIL DE 2014

CONTRATA ELIETE VIEIRA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com a Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente ELIETE VIEIRA, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 660.922.569-91, para ocupar a função de Auxiliar de Serviços Gerais, no ESF Dr. Girão, a partir desta data até a realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 15 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 15 de abril de 2014.

Portaria Nº 135/2014

PORTARIA Nº 135, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CESSA OS EFEITOS DA PORTARIA Nº111/2013 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, VIII, da Lei Orgânica do Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º - Cessar os efeitos da Portaria nº111/2013, considerando que a servidora DALVANI BAESSO NOLA, brasileira, CPF nº 522.175.079-15, Professora MAG-LP, não terá mais a responsabilidade designada, a partir de 30/04/2014.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de abril de 2014.

Portaria Nº 136/2014

PORTARIA Nº 136, DE 23 DE ABRIL DE 2014

dEsigna A SERVIDORA DALVANI BAESSO NOLA para o cargo de diretora DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MUNICIPAL MIGUEL LAZZARIN

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Municipal e de conformidade com Lei Municipal nº1.479/2003 combinada com a nº2.025/2013;

RESOLVE:

Art. 1º - Designar a servidora, DALVANI BAESSO NOLA, CPF/MF sob nº 522.175.079-15, Professora MAG/LP, do Quadro Permanente do Município, para a contar de 02/05/2014, ocupar o cargo de Diretora da Escola de Educação Básica Municipal Miguel Lazzarin, alterando-se assim, a carga horária para 40h/semanais e concedendo-se a gratificação de 50% da remuneração do nível 4, referencia A, conforme Anexo IX da Lei Municipal nº1.479/2003.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de Abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de abril de 2014.

Portaria Nº 137/2014

PORTARIA Nº 137, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares a servidora Marília DIAS LOCATELLI ÁVILA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares a servidora Marília DIAS LOCATELLI ÁVILA, CPF/MF nº 041.865.809-95, Farmacêutica, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 3 (três) anos, a partir de 28/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 23 de Abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Abril de 2014.

Portaria Nº 138/2014

PORTARIA Nº 138, DE 23 DE ABRIL DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares a servidora FERNANDA CRISTINA FRELO e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares a servidora FERNANDA CRISTINA FRELO, CPF/MF nº 906.902.229-04, Técnica Auditora em Saúde Pública, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 1 (um) ano, a contar de 01/04/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de Abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Abril de 2014.

Portaria Nº 139/2014

PORTARIA Nº 139, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA MARIA ÂNGELA PASINI FORMIGONI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação a servidora MARIA ÂNGELA PASINI FORMIGONI, CPF nº.625.874.719-15, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de 01/04/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Abril de 2014.

Portaria Nº 140/2014

PORTARIA Nº 140, DE 23 DE ABRIL DE 2014

CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA ADRIANE TRENTTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação a servidora ADRIANE TRENTTO, CPF nº.789.825.459-72, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de

01/04/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 23 de abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 23 de Abril de 2014.

Portaria Nº 141/2014

PORTARIA Nº 141, DE 25 DE ABRIL DE 2014

CONTRATA SAMIRA FRANCISCO DAMÁSIO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art. 8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente SAMIRA FRANCISCO DAMÁSIO, brasileiro, CPF/MF sob nº 066.596.559-13, para ocupar a função de Médico Plantonista, no Plantão 24 horas São Lucas, na Secretaria de Saúde, a partir de 01/05/2014, até realização de Concurso Público/Processo Seletivo.

.Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Portaria Nº 143/2014

PORTARIA Nº 143, DE 25 DE ABRIL DE 2014

Concede Licença para tratar de interesses particulares à servidora MARIANA SERAFIM CESA e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares à servidora MARIANA SERAFIM CESA, CPF/MF nº 008.955.329-21, Odontólogo, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 01/05/2014.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Portaria Nº 144/2014

PORTARIA Nº 144, DE 02 DE MAIO DE 2014
Concede Licença para tratar de interesses particulares à servidora PATRÍCIA LEVATI TOURNIER e dá outras providências.

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições de conformidade com o art.51, inciso VII da Lei Orgânica do Município e art. 24 da Lei Municipal nº1.809/2009;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder licença sem vencimentos, para tratar de assuntos particulares à servidora PATRÍCIA LEVATI TOURNIER, CPF/MF nº 026.224.659-71, Nutricionista, do Quadro Permanente do Município, pelo período de 1 (um) ano, a partir de 02/05/2014.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2014.

Portaria Nº 145/2014

PORTARIA Nº 145, DE 02 DE MAIO DE 2014
CONTRATA MÁRCIA HELENA MORETTI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere o art. 51, X, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com a Art.8º da Lei Municipal Nº1.983/2011;

RESOLVE:

Art. 1º - Admitir temporariamente MÁRCIA HELENA MORETTI, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 055.898.629-30, para ocupar a função de Nutricionista- 20h, na Secretaria de Educação, a partir de 02/05/2014 até realização de Processo Seletivo/Concurso Público, ou retorno da titular do cargo.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de maio de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2014.

Portaria Nº 146/2014

PORTARIA Nº 146, DE 02 DE MAIO DE 2014
CONCEDE PROGRESSÃO POR NOVA HABILITAÇÃO A SERVIDORA RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições e de conformidade com o Artigo 51, inciso XIII, da Lei Orgânica do Município e Lei Municipal 1.479/2003 combinada com a 2.025/2013,

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Progressão por Nova Habilitação a servidora RITA DE CÁSSIA BRIGNOLI, CPF nº.646.789.389-15, PROFESSOR MAG-LP, do Quadro Permanente do Município, de A1 para A4, a partir de 02/05/2014.

Art.2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 02 de maio de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 02 de maio de 2014.

Decreto Nº 60/2014

DECRETO N.º 60 DE 31 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 34.760,00 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esportes
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.0022	Transferência de Convênios - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	2.007	Manutenção do Ensino Fundamental
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	106	

VALOR: R\$ 34.760,00 (trinta e quatro mil setecentos e sessenta reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE através do Termo de Compromisso PAR nº 201301516/2013 conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 31 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2014.

Decreto Nº 61/2014

DECRETO N.º 61 DE 31 DE MARÇO DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria de Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist. de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psico-social - CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 53.000,00 (cinquenta e três mil reais).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo

1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados com as transferências de Convênio com o Estado - Saúde, conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 31 de março de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 31 de março de 2014.

Decreto Nº 63/2014

DECRETO N.º 63 DE 01 DE ABRIL DE 2014
DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 341.444,80 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos) para suplementar, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mobilid. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	01.0000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pavimentação, Conservação e Recuperação de Ruas e Avenidas
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	81	

VALOR: R\$ 341.444,80 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos ordinários, no valor de R\$ 341.444,80 (trezentos e quarenta e um mil, quatrocentos e quarenta e quatro reais e oitenta centavos), conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos

do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2014.

Decreto Nº 64/2014

DECRETO N.º 64 DE 01 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 649.999,50 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mob. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	01.0024	Transferência de Convênios - Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	Pav., Conserv. E Recup. de Ruas e Aven.
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

VALOR: R\$ 649.999,50 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente Convênio nº 2014TR000605 entre o estado de Santa Catarina por meio da SDR/Criciúma e o município de Siderópolis, processo nº SDR 21 00008346/2013, no valor de R\$ de R\$ 649.999,50 (seiscentos e quarenta e nove mil, novecentos e noventa e nove reais e cinquenta centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de

dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 1º de abril de 2014.

Decreto Nº 65/2014

DECRETO N.º 65 DE 01 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 509.963,94 (quinhentos e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	05	Secretaria de Educação e Esporte
FUNÇÃO	12	Educação
PROGRAMA	05	Gestão da Educação com Qualidade
SUBFUNÇÃO	361	Ensino Fundamental
RECURSO	01.0022	Transferência de Convênios - Educação
PROJETO/ATIVIDADE	1.001	Aquisição de Área, Construção e Reforma de Unidade de Ensino Fundamental
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	28	

VALOR: R\$ 509.963,94 (quinhentos e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e noventa e quatro centavos).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente ao Termo de Compromisso PAC 208877/2014 entre o município de Siderópolis e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE, no valor de R\$ de R\$ 509.963,94 (quinhentos e nove mil, novecentos e sessenta e três reais e

noventa e quatro centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Decreto Nº 66/2014

DECRETO N.º 66 DE 01 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 42.754,84 ()para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist. de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Manutenção do Bloco Atenção Básica-Saúde Bucal
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	16	

VALOR: R\$ 8.991,00 (oito mil, novecentos de noventa e um reais).

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist. de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	01.0023	Transferência de Convênios - Saúde

PROJETO/ATIVIDADE	2.033	Manutenção do Centro de Atendimento Psico-social - CAPS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	36	

VALOR: R\$ 33.763,84 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados do Bloco da Atenção Básica, no valor de R\$ 8.991,00 (oito mil, novecentos e noventa e um reais) e de recursos vinculados referente Transferência de Convênios - Saúde, no valor de R\$ 33.763,84 (trinta e três mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2014.

Decreto Nº 67/2014

DECRETO N.º 67, DE 1º DE ABRIL DE 2014

EXONERA A PEDIDO ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

HELIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal, no uso de suas atribuições e de conformidade com o art.51, V, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com as Leis Municipais nº. 1.808 e 1.818/2009 e decreto nº087/2009;

DECRETA:

Art. 1º - Fica exonerado, a pedido, ANGÉLICA VIVIANE DE SOUZA SAVARIS, brasileiro(a), CPF/MF sob nº 868.704.919-68, do cargo de cargo de Chefe de Setor I - CC3, a partir de 07/04/2014.

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 1º de abril de 2014.

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 1º de abril de 2014.

Decreto Nº 68/2014

DECRETO N.º 68, DE 1º DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 7.398,88 (sete mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	0.10000	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	18	

Valor: R\$ 7.398,88 (sete mil, trezentos e noventa e oito reais e oitenta e oito centavos)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	05	Fundação Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.10000	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	3.1.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	16	

Valor: R\$1.758,74 (Hum mil, setecentos e cinquenta e oito reais e

setenta e quatro centavos)

ÓRGÃO	05	Fundação Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.10000	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.037	Manutenção do Conselho Tutelar
ELEMENTO	3.3.90	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	17	

Valor: R\$5.640,14 (cinco mil, seiscentos e quarenta reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 01 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2014.

Decreto Nº 69/2014

DECRETO N.º 69, DE 1º DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 1.000,00 (Hum mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Assistência Social de Siderópolis, no órgão e unidade

orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	0.10063	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	15	

Valor: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	05	Fundação Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	01.10063	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	14	

Valor: R\$ 1.000,00 (Hum mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 01 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 01 de abril de 2014.

Decreto Nº 70/2014

DECRETO N.º 70 DE 25 DE ABRIL DE 2014

DECRETA PONTO FACULTATIVO NOS ÓRGÃOS E REPARTIÇÕES PÚBLICAS MUNICIPAIS A PARTIR DAS 11:00 HORAS NO DIA 02/05/2014.

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, no uso de suas atribuições que lhe confere de conformidade com o Art. 51, VII, da Lei Orgânica do Municipal;

DECRETA:

Art. 1º - Fica fixado Ponto Facultativo, a partir das 11:00 horas, no dia 02/05/2014 a ser cumprido nos órgão e repartições Públicas Municipais, à exceção do Pronto Atendimento 24h e das Unidades da Rede Municipal de Educação que possuirão calendário próprio.
Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HÉLIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 71/2014

DECRETO N.º 71, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	05	Fundo Municipal de Assistência Social
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Assistência Social
FUNÇÃO	08	Assistência Social
PROGRAMA	06	Gestão das Ações de Inclusão e Desenvolvimento Social
SUBFUNÇÃO	244	Assistência Comunitária
RECURSO	0.10000	Aplicações Diretas
PROJETO/ATIVIDADE	2.036	Manutenção das Ações Vinculadas ao MDS
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	23	

VALOR: R\$ 6.000,00 (seis mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o provável excesso de arrecadação de recursos vinculados ao Superávit Financeiro de Recursos Vinculados ao FNAS, no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 72/2014

DECRETO N.º 72 DE 25 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal de Siderópolis
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra Estrutura e Mob. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra Estrutura Urbana
RECURSO	1024	Transferência de Convênios - Outros
PROJETO/ATIVIDADE	1.006	Investimento em ações de Infra-Estrutura e Mobilidade Urbana.
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	85	

VALOR: R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente Convênio nº 2014TR000605 entre o estado de Santa Catarina por meio da SDR/Criciúma e o município de Siderópolis, processo nº SDR 21 00008346/2013, no valor de R\$ 110.000,00 (cento e dez mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 73/2014

DECRETO N.º 73 DE 25 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS E ORDINÁRIOS, NO ORÇAMENTO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;
CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 172.472,00 (cento e setenta e dois mil, quatrocentos e setenta e dois reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist.de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1023	Transferência de Convênios - Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.024	Manutenção do Fundo Municipal de Saúde
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	46	

VALOR: R\$ 87.472,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais)

VALOR: R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist. de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.026	Manutenção do Bloco Atenção Básica - Saúde Bucal
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	16	

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sist. de Saúde
SUBFUNÇÃO	304	Vigilância Sanitária
RECURSO	1066	Vigilância em Saúde
PROJETO/ATIVIDADE	2.030	Manutenção do Bloco Vigilância em Saúde
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	27	

VALOR: R\$ 5.000,00 (cinco mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente Convênio nº 2014TR000898 entre o estado de Santa Catarina por meio da SDR/Criciúma e o município de Siderópolis, no valor de R\$ 87.472,00 (oitenta e sete mil quatrocentos e setenta e dois reais) e excesso de recursos ordinários no valor de R\$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais) e excesso de recursos vinculados do Bloco de Atenção Básica no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) e excesso de recursos vinculados do Bloco de Vigilância em Saúde no valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin
Em, 25 de abril de 2014.
HELIO ROBERTO CESA
Prefeito Municipal

WILSON SCAINI
Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 74/2014

DECRETO N.º 75, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	42	

R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	43	

Valor: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá

por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 75/2014

DECRETO N.º 75, DE 25 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e
CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	42	

R\$ 86.000,00 (oitenta e seis mil reais)

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	43	

Valor: R\$ 34.000,00 (trinta e quatro mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	04	Fundo Municipal de Saúde
UNIDADE	01	Secretaria Municipal de Saúde
FUNÇÃO	10	Saúde
PROGRAMA	07	Gestão e Fortalecimento do Sistema de Saúde
SUBFUNÇÃO	301	Atenção Básica
RECURSO	1064	Atenção Básica
PROJETO/ATIVIDADE	2.040	Manutenção do Bloco Atenção Básica - PMAQ
ELEMENTO	3.1.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	41	

Valor: R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários

em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Este Decreto entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 25 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 25 de abril de 2014.

Decreto Nº 76/2014

DECRETO N.º 76 DE 28 DE ABRIL DE 2014

DISPÕE SOBRE ABERTURA DE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR POR EXCESSO DE ARRECADAÇÃO DE RECURSOS VINCULADOS, E ORDINÁRIOS NO ORÇAMENTO GERAL DO MUNICÍPIO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito adicional suplementar no valor de R\$ 620.00,00 (seiscentos e vinte mil reais) para suplementar, nos órgãos e unidades orçamentárias abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
		Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	08	
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra-Estrutura e Mob.Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1000	Recursos Ordinários
		Pav. Cons.e Recup. de Ruas e Avenidas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	81	

VALOR: R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
		Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	08	
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra-Estrutura e Mob.Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
		Transferências de Convênios - Outros
RECURSO	1024	
		Pav. Cons.e Recup. de Ruas e Avenidas
PROJETO/ATIVIDADE	1.005	
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	82	

VALOR: R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais)

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
		Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
UNIDADE	08	
FUNÇÃO	15	Urbanismo
		Gestão da Infra-Estrutura e Mob.Urbana
PROGRAMA	03	
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1000	Recursos Ordinários
		Manut. Sec. de Obras e Serviços Urbanos
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	92	

VALOR: R\$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais)

Art. 2º Para fazer face à suplementação mencionada no Artigo 1º deste Decreto utiliza-se o excesso de arrecadação de recursos vinculados referente Convênio nº 2014TR003130 entre o estado de Santa Catarina por meio da SDR/Criciúma e o município de Siderópolis, no valor de R\$ 170.000,00 (cento e setenta mil reais) e provável excesso de recursos ordinários no valor de R\$ 450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais) conforme preceitua o artigo 9º da Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso II, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de abril de 2014.

Decreto Nº 77/2014

DECRETO N.º 77, DE 28 DE ABRIL DE 2014.

AUTORIZA O CHEFE DO PODER EXECUTIVO A ABRIR CRÉDITO SUPLEMENTAR AO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE SIDERÓPOLIS DO EXERCÍCIO DE 2.014 POR CONTA DE ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Helio Roberto Cesa, no uso de suas atribuições legais conferidas no disposto do Inciso V, do Artigo 51, da Lei Orgânica do Município, e em conformidade com o artigo 9º Lei Orçamentária Anual (LOA) nº 2.094, de 6 de dezembro de 2013 e nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a necessidade de ajustes orçamentários para a melhor adequação das ações de Governo;

CONSIDERANDO o evidente interesse da administração pública,

DECRETA:

Art. 1º Fica autorizada a abertura de crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no orçamento da Prefeitura Municipal de Siderópolis, no órgão e unidade orçamentária abaixo:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mob.Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manut. Sec. de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	3.3.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	92	

Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Artigo 2º - A suplementação decorrente do artigo anterior correrá por conta de anulação parcial, da dotação orçamentária dos elementos de despesa abaixo discriminados:

ÓRGÃO	02	Prefeitura Municipal
UNIDADE	08	Secretaria de Obras e Serviços Urbanos
FUNÇÃO	15	Urbanismo
PROGRAMA	03	Gestão da Infra-Estrutura e Mob. Urbana
SUBFUNÇÃO	451	Infra-Estrutura Urbana
RECURSO	1000	Recursos Ordinários
PROJETO/ATIVIDADE	2.015	Manut. Sec. de Obras e Serviços Urbanos
ELEMENTO	4.4.90.00	Aplicações Diretas
CÓDIGO REDUZIDO	94	

Valor: 50.000,00 (cinquenta mil reais)

Artigo 3º - Nos termos do Inciso III, do § 1º, do Artigo 43, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, ficam ajustadas os anexos do Plano Plurianual 2014/2017 - Lei Municipal nº. 2.060/2013 de 26 de Agosto de 2013, nos anexos da Lei de Diretrizes Orçamentárias/2014 - Lei Municipal nº. 2.075, de 16 de Outubro de 2013 e nos anexos da Lei Orçamentária Anual/2014 - Lei nº. 2.094, de 06 de Dezembro de 2013, que se fizerem necessários em função da transposição de dotações constantes da presente Lei.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor da data de sua publicação.

Paço Municipal Antônio Feltrin

Em, 28 de abril de 2014.

HELIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado nesta Secretaria de Administração, em 28 de abril de 2014.

Lei Nº 2.104/2014

LEI Nº 2.104, DE 17 DE ABRIL DE 2014

"DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO ANTONIO BOTELHO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua ANTONIO BOTELHO a Rua Projetada, localizada no Loteamento Savi, Centro, Siderópolis.

Art. 2º A Rua agora denominada ANTONIO BOTELHO, tem seu início na Rodovia Municipal Padre Herval Fontanella e seu término nas terras da empresa Tubozan.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 17 de abril de 2014

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 17 de abril de 2014.

Lei Nº 2.105/2014

LEI Nº 2.105, DE 25 DE ABRIL DE 2014

"DENOMINA RUA DO MUNICÍPIO HELENA MONDARDO DA SILVA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

HÉLIO ROBERTO CESA, Prefeito Municipal de Siderópolis, faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou, e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º Fica denominada de Rua HELENA MONDARDO DA SILVA a Rua Projetada sem saída, localizada na Comunidade da LINHA ALEXANDRE DA BOIT.

Art. 2º A Rua agora denominada HELENA MONDARDO DA SILVA, tem seu início na Estrada Geral LINHA ALEXANDRE DA BOIT e seu término nas terras da FAMÍLIA DA SILVA.

Art. 3º As despesas decorrentes da presente lei correrão por conta do orçamento vigente da Prefeitura Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Paço Municipal "Antonio Feltrin"

Em, 25 de abril de 2014

HÉLIO ROBERTO CESA

Prefeito Municipal

WILSON SCAINI

Secretário de Administração e Finanças

Publicado e registrado no Mural Público do Paço Municipal "Antônio Feltrin", em 25 de abril de 2014.

Timbó

PREFEITURA

Portaria Nº FME-017, de 22 de Abril de 2014

PORTARIA Nº FME-017, de 22 de ABRIL de 2014

Concede exoneração ao Servidor Público Municipal Gilberto Rhenius, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, a contar desta data.

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e pelo art. 9º Inciso II, da Lei nº 2.045, de 22 de Dezembro de 1993,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO ao Servidor Público Municipal GILBERTO RHENIUS, contratado temporariamente para o cargo de Auxiliar de Serviços Administrativos, pela Portaria nº FME-02, de 15 de janeiro de 2013, do Quadro de Servidores Públicos da Fundação Municipal de Esportes, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 22 de abril de 2014; 144º ano de Fundação: 80º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº FME-18, de 30 de Abril de 2014

PORTARIA Nº FME-18, DE 30 DE ABRIL DE 2014

Altera Portaria referente a data do término do período de contratação de Servidora lotada na Fundação Municipal de Esportes-FME

O Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº 194 de 29/12/2000, e,

Considerando-se a necessidade temporária de excepcional interesse público previsto no Inciso VIII do art.2º da Lei nº 2.045, de 22/12/98, alterado pela Lei nº 2439, de 02/12/2009, c/c Decreto 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR a Portaria referente a data do término do período de contratação da Servidora abaixo relacionada:

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE ESPORTES - FME		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Rosilene Alves de Souza	Nº 15, de 03/02/2014	30/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 30 de abril de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

MARTINHO DE SOUZA FILHO

Diretor Presidente da Fundação Municipal de Esportes

Portaria Nº Fct-027, de 09 de Abril de 2014

PORTARIA Nº FCT-027, de 09 de ABRIL de 2014

Concede exoneração a Servidora Pública Mirian Piske, ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar de Biblioteca, a contar desta data.

O Diretor Presidente da FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 13 da LC nº 171/2000, e alterações, c/c art. 7º, inciso II, da Lei Complementar nº 356, de 29 de agosto de 2008, alterada pela Lei Complementar nº 379, de 22/12/2009,

RESOLVE:

Art.1º CONCEDER EXONERAÇÃO a Servidora Pública MIRIAN PISKE, ocupante do cargo de emprego público de Auxiliar de Biblioteca, admitida pela Portaria nº FCT-23, de 22 de agosto de 2011, do quadro de Servidores Públicos da Fundação Cultural de Timbó, a contar desta data.

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo único do art. 3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICIPIO DE TIMBÓ, em 02 de setembro de 2013; 143º anos de Fundação; 79º ano de Emancipação Política.

JORGE R FERREIRA

DIRETOR PRESIDENTE FCT

Portaria Nº Fct-28, de 10 de Abril de 2014

PORTARIA Nº FCT-28, DE 10 DE ABRIL DE 2014

Altera Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores lotados na Fundação Cultural de Timbó-FCT.

O DIRETOR PRESIDENTE da Fundação Cultural de Timbó-FCT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 13 da Lei Complementar nº 171/2000, Lei nº 2.024, de 22/12/98, alterada pela Lei nº 2.439, de 02/12/2009, c/c Decreto nº 3031, de 02 de janeiro de 2013, alterado pelos Decretos nº 3083, de 15 de março de 2013 e nº 3320, de 07 de novembro de 2013,

RESOLVE:

Art.1º ALTERAR as Portarias referente a data do término do período de contratação de Servidores abaixo relacionados:

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ - FCT		
NOME	PORTARIA CONTRAT/ALTERAÇÃO	DATA TÉRMINO
Elisiane da Silva Savoldi	Nº FCT-19/2014	30/06/2014
Irineu Ramos de Andrade	Nº FCT-17/2013	30/06/2014

Art.2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos do Parágrafo Único do art.3º, do Decreto nº 2128, de 28 de outubro de 2010.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 10 de abril de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

JORGE R. FERREIRA
Diretor Presidente FCT

Lei Nº 2718, de 08 de Maio de 2014

LEI Nº 2718, DE 08 DE MAIO DE 2014

Dispõe sobre a denominação do Complexo Viário Rolando Mueller e autoriza o Chefe do Poder Executivo a contrair despesas para a confecção de um busto em homenagem ao Sr. Rolando Mueller, que será fixado no local e da outras providências.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR, Prefeito de Timbó-SC.

Faço saber a todos os habitantes deste Município, que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Passa a denominar-se Complexo Viário Rolando Mueller, a interligação da Rua Blumenau, através da nova ponte, com a Avenida Sete de Setembro e retorno à Rua Blumenau através da Avenida Getúlio Vargas pela Ponte Walter Mueller.

Art. 2º Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal, autorizado a contrair despesas com a confecção de um busto em homenagem ao Sr. Rolando Mueller.

Parágrafo Único O busto que se refere o caput do presente artigo será fixado no Complexo Viário Rolando Mueller em local a ser definido de acordo com critérios que definirá o mais adequado.

Art. 3º Para fazer frente às despesas decorrentes da aplicação desta Lei, o Chefe do Poder Executivo Municipal fica autorizado a utilizar o limite máximo de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), que correrão à conta de dotação própria do Orçamento-Programa 2014 da Fundação Cultural de Timbó.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

MUNICÍPIO DE TIMBÓ, em 08 de maio de 2014; 144º ano de Fundação; 80º ano de Emancipação Política.

LAERCIO DEMERVAL SCHUSTER JUNIOR
Prefeito de Timbó/SC

Errata Extrato de Ata de Registro Nº 38.2014 PMT

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ERRATA AO EXTRATO DE ATA DE REGISTRO

O Município de Timbó informa que na publicação do extrato da ata de registro publicado no Diário Oficial dos Municípios - DOM/SC em 06/05/2014, Edição nº. 1479, página 551, onde se lê "PREGÃO PRESENCIAL Nº. 34/2014 PMT", leia-se "PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2014 PMT".

ROSE MERY DALCANALE
Diretor de Administração

Extrato Contrato 2014.040 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/040
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: TÚLIO CESAR CORDEIRO ME.

OBJETO: pagamento, pela FUNDAÇÃO à CONTRATADA, da inscrição da candidata do Município de Timbó para o concurso MISS SANTA CATARINA OFICIAL 2014, viabilizando assim a participação da municipalidade e a promoção e organização do evento. A FUNDAÇÃO apresentará a melhor candidata municipal para participar do concurso. VALOR TOTAL: R\$ 5.250,00. PRAZO: 01/04/2014 e término em 08/06/14. Data da Assinatura 01/04/14

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato 2014.045 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/045
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: ELIANE KINDER.

OBJETO: execução, pela CONTRATADA, de aulas de ballet para atendimento do programa de atividades da FUNDAÇÃO. VALOR TOTAL: R\$ 6.498,00. PRAZO: 01/04/2014 e término em 15/12/14. Data da Assinatura 01/04/14

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato 2014.046 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/046
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: EGÍDIO FRANKENBERGER.

OBJETO: execução, pela CONTRATADA, da Coordenação do GRUPO FOLCLORÍSTICO "ALTA MAREA". VALOR TOTAL: R\$ 7.785,00. PRAZO: 01/04/2014 e término em 15/12/14. Data da Assinatura 01/04/14.

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato 2014.044 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ
FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ
EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/044
CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADO: CRISTIANO FLORÊNCIO.

OBJETO: execução, pelo CONTRATADO, da Coordenação do GRUPO VOCAL SYAHAMBA. VALOR TOTAL: R\$ 7.875,00. PRAZO: 01/04/2014 e término em 15/12/14. Data da Assinatura 01/04/14

JORGE REVELINO FERREIRA
Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato 2014.047 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/047

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: ROSEMIRO JANKE.

OBJETO: execução, pela CONTRATADA, da Coordenação do GRUPO MAX COMBO CREW (dança de rua), incluindo todas as aulas, ensaios e demais atividades necessárias as apresentações e representação do grupo. VALOR TOTAL: R\$ 4.950,00. PRAZO: 01/04/2014 e término em 15/12/14. Data da Assinatura 01/04/14.

JORGE REVELINO FERREIRA

Diretor Presidente da Fundação Cultural de Timbó

Extrato Contrato 2014.050 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/050

LOCATÁRIO: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

LOCADOR: MLK COMERCIO E ASSISTENCIA TECNICA LTDA ME.

OBJETO: locação, pelo LOCADOR ao LOCATÁRIO, de 01 (um) relógio ponto do tipo biométrico para cada uma das seguintes Unidades de Saúde: Araponguinhas, Estados, Tirolezes, Dona Clara e Pomeranos e 01(um) para o CAPS, totalizando 06 (seis) relógios ponto. VALOR MENSAL: R\$ 475,20 (quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte centavos). PRAZO: 04/04/2014 e término em 30/11/14. Data da Assinatura 04/04/14.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Extrato Contrato 2014.053 FMS

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/053

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE.

CONTRATADA: ELOTECH SERVIÇOS INDUSTRIAIS LTDA.

OBJETO: serviços de manutenção do elevador da Policlínica de Referência, localizada na Rua Aracaju, nº 60, Centro, Timbó/SC. VALOR MENSAL: R\$ 340,00. PRAZO: 02/05/14 e término em 31/12/14. Data da Assinatura 22/04/14.

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Extrato Contrato 2014.055 Fct

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2014/055

CONTRATANTE: FUNDAÇÃO CULTURAL DE TIMBÓ.

CONTRATADA: ROSEMIRO JANKE.

OBJETO: execução, pela CONTRATADA à FUNDAÇÃO, de todos os serviços necessários a promoção, organização e realização da

Seletiva Estadual de Dança Hip Hop, que acontecerá na cidade de Timbó/SC na data de 04/05/2014, durante o Festival de Dança de Timbó 2014 realizado junto ao Pavilhão Municipal de Eventos Henry Paul, objetivando a escolha dos Melhores Grupos de Dança que representarão o Estado de Santa Catarina no Festival Internacional de Dança Hip Hop. VALOR TOTAL: R\$ 4.000,00. PRAZO: 01/05/2014 e término em 05/05/2014. Data da Assinatura 23/04/14.

JARBAS DALLABRIDA

Diretor Presidente em exercício

Extrato Primeiro Termo Aditivo Contrato Nº. 2014.149 - SEMFA

MUNICÍPIO DE TIMBÓ

SECRETARIA DA FAZENDA E ADMINISTRAÇÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 2013/149

CONTRATANTE: Município de Timbó.

CONTRATADO: INSTITUTO BARRIGA VERDE - IOBV.

OBJETO: prorrogação do prazo até 06/04/2015 e acréscimo ao objeto no valor de R\$ 17.000,00 (dezessete mil) do contrato que tem por finalidade a assessoria técnica para realização de concurso público para provimento de cargos do Quadro Permanente de Servidores.

DATA DA ASSINATURA: 07/04/14.

MARIA ANGÉLICA FAGGIANI

Secretária da Fazenda e Administração

Extrato Ata de Registro de Preço N.º 44 2014 PMT - Aquisição de Oxigênio

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO

PREGÃO PRESENCIAL Nº. 44/2014 PMT

ÓRGÃO GESTOR: Município de Timbó.

OBJETO: Registro de preços para aquisição de oxigênio medicinal destinado a atender as necessidades do Fundo Municipal de Saúde e oxigênio para solda destinado a atender as necessidades da Secretaria de Obras e Serviços Urbanos.

EMPRESA FORNECEDORA: White Martins Gases Industriais LTDA.

TOTAL ESTIMADO: R\$ 129.750,00 (cento e vinte e nove mil setecentos e cinquenta reais).

MODALIDADE: Pregão Presencial

VALIDADE DA ATA: 06/05/2015

Timbó, 07/05/2014

ALFREDO JOÃO BERRI

Secretário de Saúde

Edital de Notificação por Autuação Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 4

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 756 507/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
AEK0386	8756042669	7455/0	19/03/2014	218 * I
AIG0038	8756042757	5673/2	26/03/2014	183
AI11647	8756042779	5673/2	29/03/2014	183
AXC5926	8756042629	7455/0	18/03/2014	218 * I
BOI3333	8756042900	7455/0	29/03/2014	218 * I
CQR9858	8756042799	7463/0	28/03/2014	218 * II
CQR9858	8756043087	7455/0	01/04/2014	218 * I
CZH3785	8756042818	7463/0	30/03/2014	218 * II
DDQ1433	8756042471	5673/2	17/03/2014	183
DGI8364	8756043106	7471/0	03/04/2014	218 * III
DWA2217	8756042819	7455/0	28/03/2014	218 * I
EJE0114	8756042968	7455/0	27/03/2014	218 * I
FAT3951	8756042301	6050/3	12/03/2014	208
IGC9966	8756042575	7455/0	18/03/2014	218 * I
IKV6724	8756042744	7455/0	19/03/2014	218 * I
KCG4281	8756043133	7455/0	31/03/2014	218 * I
KNO5102	8756042840	7455/0	24/03/2014	218 * I
LWR1130	8756042934	7455/0	28/03/2014	218 * I
LWU3222	8756042568	7455/0	23/03/2014	218 * I
LXD8255	8756042951	7455/0	29/03/2014	218 * I
LXE4107	8756042829	7455/0	27/03/2014	218 * I
LXG7361	8756042907	7471/0	30/03/2014	218 * III
LXJ5808	8756042651	7455/0	12/03/2014	218 * I
LXK3155	8756042601	7455/0	23/03/2014	218 * I
LXU4345	8756042561	7463/0	22/03/2014	218 * II
LXV6113	8756042373	6050/3	16/03/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
LYD0685	8756042856	7455/0	28/03/2014	218 * I
LYK5444	8756043084	7455/0	05/04/2014	218 * I
LYM0406	8756042911	7455/0	30/03/2014	218 * I
LYO7434	8756042393	7471/0	10/03/2014	218 * III
LYX3000	8756042971	7471/0	27/03/2014	218 * III
LZC4456	8756042204	6050/3	08/03/2014	208
LZD9180	8756042715	7455/0	19/03/2014	218 * I
LZH0417	8756043146	7455/0	03/04/2014	218 * I
LZL3613	8756042619	7455/0	22/03/2014	218 * I
LZV9142	8756042414	7463/0	16/03/2014	218 * II
MAE1007	8756042615	7455/0	21/03/2014	218 * I
MAL7563	8756042637	7455/0	22/03/2014	218 * I
MAR8574	8756042443	7463/0	16/03/2014	218 * II
MAX6241	8756042749	7463/0	19/03/2014	218 * II
MAY9232	8756042918	7455/0	25/03/2014	218 * I
MAZ5468	8756042105	7455/0	05/03/2014	218 * I
MAZ6319	8756042738	7455/0	19/03/2014	218 * I
MBE6341	8756042544	7455/0	19/03/2014	218 * I
MBF6756	8756042560	7455/0	21/03/2014	218 * I
MBG5284	8756042425	7455/0	10/03/2014	218 * I
MBO8939	8756043129	6050/3	02/04/2014	208
MBW9995	8756043048	7455/0	31/03/2014	218 * I
MBZ6092	8756042136	7463/0	06/03/2014	218 * II
MCA0147	8756042705	7455/0	19/03/2014	218 * I
MCG8038	8756043190	7455/0	03/04/2014	218 * I
MCJ2267	8756042851	7455/0	27/03/2014	218 * I
MCM3288	8756041861	5673/2	27/02/2014	183
MDE7395	8756042815	7455/0	29/03/2014	218 * I
MDE9124	8756042310	7455/0	15/03/2014	218 * I
MDG8189	8756042381	6050/3	10/03/2014	208
MDK5878	8756042893	7455/0	28/03/2014	218 * I
MDL6527	8756042882	7455/0	26/03/2014	218 * I
MDU4888	8756042958	7455/0	29/03/2014	218 * I
MDY2557	8756042866	7455/0	29/03/2014	218 * I
MDZ0154	8756042999	7455/0	01/04/2014	218 * I
MDZ1175	8756042871	6050/3	30/03/2014	208
MED1566	8756042775	5673/2	26/03/2014	183

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MEH1687	8756042147	7463/0	09/03/2014	218 * II
MER3967	8756042606	7455/0	19/03/2014	218 * I
MER3967	8756042945	7455/0	25/03/2014	218 * I
MER3967	8756042952	7455/0	29/03/2014	218 * I
MEU8764	8756042894	7455/0	28/03/2014	218 * I
MFB8848	8756042045	7463/0	02/03/2014	218 * II
MFG4909	8756042277	5673/2	13/03/2014	183
MFJ1638	8756042238	7463/0	09/03/2014	218 * II
MFS0495	8756042814	7463/0	29/03/2014	218 * II
MFW6154	8756042837	7463/0	26/03/2014	218 * II
MFW6935	8756042855	6050/3	28/03/2014	208
MFZ9108	8756042125	7455/0	09/03/2014	218 * I
MGB3329	8756042334	7455/0	12/03/2014	218 * I
MGC9931	8756043170	7463/0	02/04/2014	218 * II
MGI2507	8756042123	7455/0	08/03/2014	218 * I
MGK0050	8756042341	7455/0	14/03/2014	218 * I
MHI2672	8756042926	7455/0	27/03/2014	218 * I
MHO3683	8756042848	7455/0	25/03/2014	218 * I
MIH5237	8756042823	7455/0	24/03/2014	218 * I
MIJ5829	8756042614	7455/0	21/03/2014	218 * I
MIK1597	8756043011	7455/0	01/04/2014	218 * I
MIN0272	8756042925	7455/0	27/03/2014	218 * I
MIQ5138	8756042254	7455/0	07/03/2014	218 * I
MIS5322	8756042854	7455/0	28/03/2014	218 * I
MIW5619	8756042913	6050/3	30/03/2014	208
MJY3378	8756042482	6050/3	17/03/2014	208
MKF4615	8756042734	7455/0	19/03/2014	218 * I
MKQ6677	8756042631	7455/0	19/03/2014	218 * I
MKR0210	8756042780	5673/2	29/03/2014	183
MKW1552	8756042764	7455/0	24/03/2014	218 * I
MLC5780	8756042859	7463/0	29/03/2014	218 * II
MLC9040	8756042948	7455/0	29/03/2014	218 * I
MLJ2261	8756042785	7455/0	25/03/2014	218 * I
MLL3911	8756042574	7455/0	17/03/2014	218 * I
MLN2856	8756043107	7455/0	03/04/2014	218 * I
MLO3225	8756042803	7463/0	24/03/2014	218 * II
MLU1018	8756042571	6050/3	17/03/2014	208

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
MLV0820	8756042578	7455/0	19/03/2014	218 * I
MLW0666	8756042520	7455/0	21/03/2014	218 * I
MML3483	8756042335	7455/0	14/03/2014	218 * I
MMM1582	8756042984	7455/0	31/03/2014	218 * I
MOK2708	8756042771	6050/3	24/03/2014	208

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1671/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK2686	54571902E	5010/0	09/03/2014	162 * I
ABK2686	54571904E	6912/0	09/03/2014	232
ABK2686	54571905E	6599/2	09/03/2014	230 * V
ABK2686	54571906E	6556/1	09/03/2014	230 * I
AKH7377	55371692D	6610/2	14/03/2014	230 * VII
APP3123	54572223E	6637/2	14/03/2014	230 * IX
AUT1060	54572299E	6920/0	02/04/2014	233
LWS2898	54572283E	6920/0	02/04/2014	233
LXE4292	54571861E	6610/2	09/04/2014	230 * VII
LXG7361	54722344E	6599/2	16/04/2014	230 * V
MAC8312	54572297E	6920/0	02/04/2014	233
MAV9194	54572275E	6920/0	02/04/2014	233
MAZ2891	54572112E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MBD4233	54572289E	6920/0	02/04/2014	233
MBM4382	54572287E	6920/0	02/04/2014	233
MCC0983	54572278E	6920/0	02/04/2014	233
MEP7040	54572284E	6920/0	02/04/2014	233
MFD8776	54572356E	6599/2	04/04/2014	230 * V
MFQ4030	54572274E	6920/0	02/04/2014	233
MFV6543	54572293E	6920/0	02/04/2014	233
MGD5655	54572262E	6920/0	25/02/2014	233
MLB0077	54572226E	6599/2	20/03/2014	230 * V

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
-------	------------------	---------------------------------------	------------------	---------------

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLICIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO POR AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DE INFRAÇÃO
DE TRÂNSITO Nº 098 1672/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 30 (TRINTA) DIAS, APRESENTAR DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU AINDA INFORMAR O REAL CONDUTOR, CONFORME DISPOSTO NO ART. 257, PARÁGRAFO 7 DA MESMA LEI, COMBINADO COM A RESOLUÇÃO N. 017/1998 DO CONTRAN. SENDO PESSOA JURÍDICA O PROPRIETÁRIO DO VEÍCULO, A NÃO INDICAÇÃO DO CONDUTOR IMPLICARÁ NAS SANÇÕES DO ART. 257, PARÁGRAFO 8 DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Enquadramento
ABK2686	54571903E	7030/2	09/03/2014	244 * I
AEP5973	54722420E	5185/1	31/03/2014	167
CAC9359	54722424E	5967/0	01/04/2014	203 * V
LXN1942	54722436E	5185/1	16/04/2014	167
LZE1267	54572423E	5185/1	06/03/2014	167
MCZ5801	54572108E	7048/2	20/03/2014	244 * II
MDD0950	54722409E	7366/2	24/03/2014	252 * VI
MIS4941	55371642D	7366/2	31/03/2014	252 * VI

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DE DEFESA DA AUTUAÇÃO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 30 (TRINTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO OU, QUERENDO, AINDA, APRESENTAR RECURSO À JARI.

OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO

Edital de Notificação de Imposição de Penalidade Pelo Cometimento de Infração de Trânsito

ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 2

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 756 508/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ADW0438	8756040828	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
AHO4873	8756041598	6050/3	12/02/2014	R\$ 191,53	208
ANK0743	8756039859	7463/0	18/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
ASP6300	8756039305	7463/0	12/12/2013	R\$ 127,69	218 * II
BAD0343	8756039120	6050/3	06/12/2013	R\$ 191,53	208
DCC0985	8756039743	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
EEV9796	8756040784	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
IIM7595	8756039559	7455/0	15/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
LWZ2138	8756040769	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
LXV0628	8756039376	5673/2	15/12/2013	R\$ 85,12	183
LZG7993	8756039064	6050/3	08/12/2013	R\$ 191,53	208
LZM6560	8756040547	5673/2	18/01/2014	R\$ 85,12	183
LZR7719	8756040271	7455/0	02/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAA8689	8756039986	7455/0	27/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAI6828	8756039409	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MAQ5763	8756040948	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MAZ1516	8756040734	7455/0	16/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBN4237	8756041656	7455/0	16/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MBS3279	8756039535	6050/3	12/12/2013	R\$ 191,53	208
MBX0265	8756039705	7455/0	16/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCC6521	8756040845	7455/0	23/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MCE6825	8756039491	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCJ3782	8756040919	7463/0	25/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MCY2907	8756039634	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MCY4987	8756040899	7463/0	26/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDF3232	8756040929	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MDH2298	8756041641	7463/0	14/02/2014	R\$ 127,69	218 * II
MDT6255	8756040568	5673/2	19/01/2014	R\$ 85,12	183
MEC2923	8756040740	5673/2	24/01/2014	R\$ 85,12	183
MEL2987	8756040766	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MEQ4344	8756040782	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MET6961	8756039386	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MEU7439	8756039552	7455/0	14/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFA0313	8756039454	7455/0	12/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFC0559	8756040268	6050/3	01/01/2014	R\$ 191,53	208
MFK3829	8756039278	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFM4471	8756039622	7455/0	09/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MFW7473	8756039452	7455/0	11/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGH3000	8756040872	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGM2283	8756039327	7455/0	13/12/2013	R\$ 85,12	218 * I
MGU8825	8756040791	7455/0	20/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MGY7093	8756041798	7455/0	21/02/2014	R\$ 85,12	218 * I
MII8857	8756039131	6050/3	07/12/2013	R\$ 191,53	208
MIK0962	8756039530	6050/3	10/12/2013	R\$ 191,53	208
MIQ7149	8756040883	7463/0	24/01/2014	R\$ 127,69	218 * II
MJO4055	8756040902	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MJT5467	8756040858	7455/0	26/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MKG1119	8756041167	7455/0	21/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI9870	8756040755	7455/0	24/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLI9870	8756040764	7455/0	22/01/2014	R\$ 85,12	218 * I
MLJ3773	8756040889	7455/0	25/01/2014	R\$ 85,12	218 * I

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO

AUTORIDADE DE TRANSITO



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO Nº 098 1673/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
ATN1811	54572189E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
CLT3671	54572009E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
LWS8681	54572191E	6920/0	02/01/2014	R\$ 127,69	233
LYL9573	54722366E	6912/0	25/02/2014	R\$ 53,20	232
MAI6828	54571417E	5045/0	07/12/2013	R\$ 191,53	162 * V
MCJ3782	54571489E	5169/1	25/01/2014	R\$ 1.915,38	165
MDI9754	54572041E	6920/0	17/01/2014	R\$ 127,69	233
MIS8485	54571582E	6637/2	14/01/2014	R\$ 127,69	230 * IX

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

GILBERTO LUIZ DE AZEVEDO

DELEGADO DE POLÍCIA



ESTADO DE SANTA CATARINA
SISTEMA DE INFRAÇÕES / SC - DETRAN.NET
DETRAN - DEINFRA

Página : 1 / 1

**EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE PELO COMETIMENTO
DE INFRAÇÃO DE TRÂNSITO N° 098 1674/2014**

FUNDAMENTADO NOS TERMOS DO ART. 281 PARÁGRAFO ÚNICO, INCISO II, DA LEI N. 9.503, DE 23/09/1997, A AUTORIDADE DE TRÂNSITO, AO FINAL IDENTIFICADA, NOTIFICA O(S) PROPRIETÁRIO(S) DO(S) VEÍCULO(S) ABAIXO ESPECIFICADO(S), DA AUTUAÇÃO PELO COMETIMENTO DA(S) INFRAÇÃO(ÕES) RESPECTIVA(S), PODENDO, CASO QUEIRA, NO PRAZO DE 60 (SESSENTA) DIAS, APRESENTAR RECURSO EM 1ª E 2ª INSTÂNCIAS NA FORMA DOS ART. 285 E SEQUINTE(S) DO CTB.

Placa	Auto de Infração	Código da Infração / Desdobramento	Data da Infração	Valor da Infração	Enquadramento
MCJ3782	54571490E	5835/0	25/01/2014	R\$ 127,69	195
MEE5062	54722296E	5185/1	20/02/2014	R\$ 127,69	167

TRANSCORRIDO O PRAZO ACIMA, SEM A APRESENTAÇÃO DO RECURSO, OU POR SEU INDEFERIMENTO, FICA(M) O(S) NOTIFICADO(S) CIENTE(S) DA IMPOSIÇÃO DE PENALIDADE NOS TERMOS DO ART. 282 DA LEI N. 9503, DE 23/09/1997, E SEUS PARÁGRAFOS 4 E 5 (ACRESCIDOS PELA LEI 9.602/1998), PARA, EM 60 (SESSENTA) DIAS, EFETUAR O PAGAMENTO. OS PRAZOS ACIMA REFERIDOS ENTRAM EM VIGOR NA DATA DA PUBLICAÇÃO DESTE EDITAL.

TIMBO/SC, 7 DE MAIO DE 2014

FABIANO MARTINS ADRIANO
AUTORIDADE DE TRANSITO

Treze Tílias

PREFEITURA

Extrato de Contrato Nº 49/2014

EXTRATO DE CONTRATO 49/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: ODELIR DECORAÇÕES LTDA ME.

OBJETO: Contratação de pessoa jurídica para fechamento das abas da cobertura do Ginásio Municipal Gabriel Hausberger localizado na Rua Caçador, em Treze Tílias

PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação 33/2014

VIGÊNCIA: 25/04/2014 - 24/05/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 14.880,00

DATA ASSINATURA: 25/04/2014;

DOTAÇÃO: 07.02.2218.44.90.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 25 de Abril de 2014.

Extrato de Contrato Nº 50/2014

EXTRATO DE CONTRATO 50/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: AP OESTE COMÉRCIO LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander e para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário e município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços PP 26/2014

VIGÊNCIA: 06/05/2014 - 06/05/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 149.013,75 (Cento e quarenta e nove mil, treze reais e setenta e cinco centavos)

DATA ASSINATURA: 06/05/2014;

DOTAÇÃO: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.00;
06.01.2201.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 06 de Maio de 2014.

Extrato de Contrato Nº 51/2014

EXTRATO DE CONTRATO 50/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: SUPERMERCADO E AÇOUGUE J.J LTDA EPP

OBJETO: Aquisição de forma parcelada de material de higiene e limpeza para Escola Municipal Irmã Filomena Rabelo, Pré Escolar Afonso Edmundo Dresch, Creche Municipal Irmã Cássia Windmeier, Centro Educacional Infantil Primeiros Passos Gabriela Grander e para a Secretaria de Desenvolvimento Social e Comunitário e município de Treze Tílias, conforme itens constantes no Anexo I deste edital.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços PP 26/2014

VIGÊNCIA: 06/05/2014 - 06/05/2015;

VALOR ESTIMADO: R\$ 12.433,00 (Doze mil, quatrocentos e trinta e três reais)

DATA ASSINATURA: 06/05/2014;

DOTAÇÃO: 06.02.2203.33.90.00.00.00.00.00;

06.01.2201.33.90.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 06 de Maio de 2014.

Extrato de Contrato Nº 52/2014

EXTRATO DE CONTRATO 52/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: LOCOMAQ COMÉRCIO E LOCAÇÃO DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS LTDA

OBJETO: O presente contrato tem por objeto contratação de pessoa jurídica para fornecimento de peças e mão de obra mecânica para recuperação da carregadeira 924F de propriedade do município de Treze Tílias, utilizada pela Secretaria de Transportes e Obras, conforme descrição constante no Anexo I do edital

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial - Registro de Preços PP 25/2014

VIGÊNCIA: 07/05/2014 - 26/05/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ R\$ 30.400,85 (Trinta mil, quatrocentos reais e oitenta e cinco centavos)

DATA ASSINATURA: 07/05/2014;

DOTAÇÃO: 05.01.2005.3.3.90.00.00.00.00.00.0105

TREZE TÍLIAS, 07 de Maio de 2014.

Extrato de Contrato Nº 53/2014

EXTRATO DE CONTRATO 53/2014

CONTRATANTE: Município de Treze Tílias;

CONTRATADO: UNITECNO COOPERATIVA DE TRABALHO DE PROFISSIONAIS E SERVIÇOS TECNOLÓGICOS

OBJETO: A presente licitação tem por objeto, a contratação de pessoa jurídica, prestar os serviços nas empresas cadastradas no Município que desenvolvam atividades de abate, transformação e industrialização de animais, assumindo integralmente as obrigações.

PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial PP 28/2014

VIGÊNCIA: 07/05/2014 - 31/12/2014;

VALOR ESTIMADO: R\$ 14.400,00 (Quatorze mil e quatrocentos reais)

DATA ASSINATURA: 07/05/2014;

DOTAÇÃO: 09.01.2017.3.3.90.00.00.00.00.00.00

TREZE TÍLIAS, 07 de Maio de 2014.

Decreto Nº 1.881 Suplementa Fundação

DECRETO Nº 1.881/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA FUNDAÇÃO CULTURAL DE TREZE TÍLIAS NO VALOR DE R\$ 24.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

07- Secretaria de Cultura e Esportes

01 - Serviços de Cultura

Atividade: 2.401 – Manutenção Fundação Cultural de Treze Tílias.
Modalidade de Aplicação: 3.1.90.00.00.00 R\$ 24.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e/ou sua tendência.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 30/04/2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Decreto Nº 1.882 Suplementa Garagem

DECRETO Nº 1.882/2014

ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA PREFEITURA MUNICIPAL NO VALOR DE R\$ 50.000,00 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

MAURO DRESCH Prefeito Municipal de Treze Tílias, Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais:

DECRETA:

Artigo 1º - Fica aberto um crédito suplementar no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) a fim de reforçar a seguinte dotação orçamentária:

05– Secretaria de Transportes e Obras

01 – Serviços de Transportes

Atividade: 2.005– Manutenção da Secretaria.

Modalidade de Aplicação: 3.3.90.00.00.00 R\$ 50.000,00

Artigo 2º - Para fazer frente aos créditos constantes no artigo anterior ficam utilizados os recursos do excesso de arrecadação verificado no período e/ou sua tendência.

Artigo 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Treze Tílias 05/05/2014
MAURO DRESCH
Prefeito Municipal

Registrado e Publicado o presente Decreto no Diário Oficial dos Municípios - DOM

WERYDIANA FALCHETTI
Secretária de Administração e Fazenda

Turvo

PREFEITURA

Portaria 143/2014

PORTARIA Nº 143/14, de 07 de Maio de 2014.

DEMITE A PEDIDO AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS II, ADMITIDO EM CARÁTER TEMPORÁRIO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TURVO, no uso de suas atribuições e de acordo com o que estabelece os incisos, "IX" e "XII" do artigo 52 da Lei Orgânica do Município de Turvo,

RESOLVE

Art. 1º - Demitir a pedido o Servidor abaixo relacionado, ocupante da função pública de Auxiliar de Serviços Gerais II, do Quadro de Pessoal da Prefeitura Municipal de Turvo.

NOME	CPF	MATRICULA
Ewerton Pagnan	894.604.309-10	3183

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação. Revogam-se as disposições em contrário.

Turvo (SC), 07 de maio de 2014.

RONALDO CARLESSI

Prefeito Municipal

Pub. e reg. a presente Portaria nesta Secretaria na data supra.

Roberto Carlos Patel
Secretário de Adm. e Finanças - designado.

Vargem Bonita

PREFEITURA

Lei N.990/2014

Lei n. 990/2014, de 06 de maio de 2014.

AUTORIZA A ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Faço saber a todos os habitantes do município que o Poder Legislativo Municipal aprova e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica o Chefe do Poder Executivo Municipal autorizado a proceder à alienação, dos seguintes bens móveis de propriedade do Município:

1 - Um ÔNIBUS MARCOPOLLO/VOLARE A8 ESCOLAR, ano fabricação 2002, ano modelo 2003, Placa MCL9868, RENAVAL 791531473, chassi 93PB04B303C008365, cor amarela.

2 - Uma KOMBI LOTAÇÃO, ano/modelo 2002, Placa MCI3067, RENAVAL 790336766, chassi 9BWGB07X62P010060, cor branca.

3 - Uma CAMINHONETE VW/SAVEIRO 1.6, ano/modelo 2005, Placa MEM8121, RENAVAL 847627934, chassi 9BWEB05X65P080222, cor branca, carroceria aberta.

4 - Uma CAMINHONETE VW/SAVEIRO 1.6, ano/modelo 2007, Placa MDM1063, RENAVAL 918499356, chassi 9BWEB05W77P096732, cor branca, carroceria aberta.

5 - Um Automóvel VW/GOL SPECIAL, ano/modelo 2003, Placa MCB3173, RENAVAL 805184538, chassi 9BWCA05Y13T179005, cor branca.

6 - Um Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, 5P 71 CV, ano fabricação 2008, ano modelo 2009, Placa MEC7524, RENAVAL 962013668, chassi 9BWAA05W49T006349, cor branca.

7 - Um Automóvel VW/GOL 1.0 GIV, 5P, 71CV, ano fabricação 2008, ano modelo 2009, Placa MEF9224, RENAVAL 962752070, chassi 9BWAA05W49T006545, cor branca.

8 - Um Automóvel HONDA/ CIVIC LXL FLEX, ano fabricação 2010, ano modelo 2011, Placa MIN6089, RENAVAL 268729425, chassi 93HFA6660BZ105879, cor preta.

9 - Um Automóvel FIAT/UNO MILLE ECONOMY, 5P 66 CV, ano/modelo 2010, Placa MID9324, RENAVAL 202852695, chassi 9BD15802AA6445144, cor branca.

10 - Uma CAMIONETA FIAT/DUCATO, ano fabricação 2003, ano modelo 2004, Placa MDM2889, RENAVAL 819617423, chassi 93W231H2141013666, cor branca.

11 - Um CAMINHÃO GM/MATRA M19 683 BASCULANTE, ano/modelo 1990, Placa LZZ9614, RENAVAL 552629637, chassi 9BG-683NXLLC030294, cor branca.

12 - Um CAMINHÃO FORD/F7000, ano/modelo 1980, Placa LZU0406, RENAVAL 552614629, chassi LA7MYR73502, cor azul.

13 - Um CAMINHÃO FORD/CARGO 1621 BASCULANTE, ano/modelo 2001, Placa MBT3201, RENAVAL 755348036, chassi 9BFYTHZF1YDB00895, cor azul.

14 - Um TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU VALMET 88, cor amarela.

15 - Um TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU VALMET 885, ano 1998, cor verde.

16 - Um TRATOR AGRÍCOLA DE PNEU MASSEY FERGUSON 290, ano/modelo 1994, cor vermelha.

17 - Um DISTRIBUIDOR DE ADUBO SECO, cor azul.

18 - Um 01 DISTRIBUIDOR DE ADUBO ORGÂNICO, cor azul.

19 - Um VEÍCULO GM/KADETT GLS 110 CV 5P, ano/modelo 1998, Placa CPE3930, Chassi 9BGKS08BWWB423861, Renavan 703392328, cor branca.

Art. 2º - A alienação será precedida de licitação na modalidade de "LEILÃO".

Art. 3º - Fica autorizado o Município através do setor próprio, proceder à baixa dos bens alienados, do patrimônio municipal, podendo utilizar os recursos provenientes da alienação para financiamento de despesas do Regime Geral de Previdência Social, na forma prevista no art. 44 da Lei Complementar nº 101/00 (LRF).

Art. 4º - As despesas para o cumprimento do presente lei correrão por conta de dotações próprias do orçamento vigente.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vargem Bonita, em 06 de maio de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em 06/05/2014

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei N.991/2014

LEI Nº 991/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014.

"AUTORIZA O MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA A PERMUTAR IMÓVEL QUE ESPECIFICA."

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEGHINI, Prefeita de Vargem Bonita (SC), no uso de suas atribuições legais que lhe confere, faz saber a todos que o Legislativo Municipal aprovou e ela sanciona a presente LEI:

Artigo 1º - Fica a Chefe do Poder Executivo Municipal autorizada a subscrever escritura pública de permuta de parte do terreno sobre o qual está edificado o prédio da Prefeitura Municipal conforme levantamento planimétrico de áreas e memorial descritivo em anexo que faz parte integrante da presente lei.

Artigo 2º - A permuta autorizada no artigo anterior deverá ocorrer entre as seguintes matrículas:

I - matrícula nº1.230 proprietário Município de Vargem Bonita RI Comarca de Catanduvas;

II - matrícula nº 8.222 proprietário João Rodrigues da Silva RI Comarca de Catanduvas;

Artigo 3º - A área do Município autorizada a ser transferida ao imóvel lindeiro compreende 36,36 m². A área do imóvel lindeiro a ser transferida ao município compreende 27,09 m².

Artigo 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita, 06 de maio de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 06/05/2014.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Lei N.992/2014

LEI Nº 992/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE O PROGRAMA MAIS MÉDICOS NO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina faz saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Esta Lei dispõe sobre a implementação do Programa Mais Médicos no âmbito do Município de Vargem Bonita.

Artigo 2º - Compete ao Município de Vargem Bonita, na qualidade de participante do Projeto Mais Médicos para o Brasil, sem prejuízo de demais responsabilidades a serem definidas na Legislação Federal, em editais específicos e termo de adesão e compromisso:

I - atuar em cooperação com os entes federativos, instituições de educação superior e organismos internacionais, no âmbito de sua competência, para as ações de execução do Projeto;

II - adotar as providências necessárias para a realização das ações previstas no termo de compromisso firmado;

III - inserir os médicos em equipes de atenção básica nas modalidades previstas na Política Nacional de Atenção Básica, nos termos da Portaria nº 2.488/GM/MS, de 21 de outubro de 2011, em regiões prioritárias para o SUS, respeitando-se os critérios de distribuição estabelecidos neste Projeto;

IV - fornecer condições adequadas para o exercício das atividades dos médicos, conforme exigências e especificações da Política Nacional de Atenção Básica, disponíveis no endereço eletrônico <http://maismedicos.saude.gov.br>, tais como ambientes adequados com segurança e higiene, fornecimento de equipamentos necessários, instalações sanitárias e mínimas condições de conforto para o desempenho das atividades;

V - inscrever o médico participante do Projeto recebido pelo Município no Sistema Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (SCNES) e identificá-lo na respectiva equipe de atenção básica em que atuará, nos termos de ato específico do Ministro de da Saúde;

VI - exercer, em conjunto com o supervisor, o acompanhamento e a fiscalização da execução das atividades de ensino-serviço, inclusive quanto ao cumprimento da carga horária de 40 horas semanais prevista pelo Projeto para os médicos participantes, e das atribuições previstas na Política Nacional de Atenção Básica, essenciais para a validação e recebimento da bolsa destinada ao médico, por meio de sistema de informação disponibilizado pela Coordenação do Projeto;

VII - não substituir os médicos que já componham as equipes de atenção básica pelos participantes do Projeto;

VIII - manter, durante a execução do Projeto, as equipes de atenção básica atualmente constituídas com profissionais médicos não

participantes do Projeto;

IX - oferecer moradia e alimentação para o médico participante do Projeto, na forma de pagamento mensal de subsídio no valor de R\$ 1.500,00 (um mil e quinhentos) reais, corrigidos pelo mesmo índice de reajuste anual dos vencimentos dos servidores;

X - compromisso de adesão ao Programa de Requalificação de Unidades Básicas de Saúde (Requalifica UBS), do Ministério da Saúde, em caso de infraestrutura inadequada para a execução das ações do Projeto.

§ 1º Os valores de que tratam este artigo deverão ser depositados mensalmente pelo Município em conta bancária informada pelo médico participante do Projeto ao Fundo Municipal de Saúde.

§ 2º Os profissionais médicos participantes do Projeto Mais Médicos que integrarão as equipes de saúde do Município deverão encaminhar a Secretaria da Saúde, no prazo de até 60 (sessenta) dias contados do início das suas atividades, comprovante de locação ou documento equivalente.

§ 3º O profissional médico deverá, obrigatoriamente, alugar o imóvel no Município em Vargem Bonita, e preferencialmente, em local próximo à Unidade de Saúde em que será alocado.

§ 4º Os profissionais médicos que possuírem imóveis de sua propriedade ou de seu cônjuge/companheiro no Município de Vargem Bonita, não receberão o valor para custeio de despesas com moradia, considerando-se do valor definido no inciso IX 60% moradia e 40% alimentação.

Artigo 3º - São deveres dos médicos participantes do Projeto, além de outros estabelecidos na Legislação Federal, nas regras definidas para o Projeto, em editais e termos de adesão e compromisso:

I - exercer com zelo e dedicação as ações de capacitação;

II - observar as leis vigentes, bem como normas regulamentares;

III - cumprir as instruções dos supervisores e orientações e regras definidas pela Coordenação do Projeto;

IV - atender com presteza e urbanidade o usuário do SUS;

VI - zelar pela economia do material e a conservação do patrimônio público;

VII - cumprir a carga horária fixada para as atividades do Projeto, conforme definido pelos supervisores e pelo Município;

VIII - tratar com urbanidade os demais profissionais da área da saúde e administrativos, supervisores, tutores e colaboradores do Projeto;

IX - levar ao conhecimento do supervisor e/ou da Coordenação Estadual do Projeto dúvidas quanto às atividades de ensino-serviço, bem como as irregularidades de que tiver ciência em razão dessas atividades.

Artigo 4º - É vedado ao médico participante do Projeto:

I - ausentar-se das atividades a serem realizadas durante as ações de aperfeiçoamento sem prévia autorização do Município ou do supervisor;

II - retirar, sem prévia anuência do Município ou do supervisor, qualquer documento ou objeto do local de realização das ações de aperfeiçoamento;

III - opor resistência injustificada à realização das ações de

aperfeiçoamento que envolvam atendimento ao usuário do SUS;

IV - para os médicos intercambistas, exercer a medicina fora das ações de aperfeiçoamento desenvolvidas no âmbito do Projeto;

V - receber valores ou vantagens de qualquer espécie, em razão de suas atividades no Projeto, diversas daquelas previstas para o Projeto;

VI - recusar-se a atualizar seus dados cadastrais quando solicitado pelos supervisores, tutores acadêmicos ou Coordenação do Projeto.

Artigo 5º - O descumprimento das condições, atribuições, deveres e incursão nas vedações previstas no Projeto sujeitará o médico participante às penalidades previstas em legislação federal aplicável.

Artigo 6º - As atividades desempenhadas no âmbito do Projeto não criam vínculo empregatício de qualquer natureza.

Artigo 7º - O médico participante enquadra-se como segurado obrigatório do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), na condição de contribuinte individual, na forma da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo Único - Ficam ressalvados da obrigatoriedade de que trata o "caput" os médicos intercambistas:

I - selecionados por meio de instrumentos de cooperação com organismos internacionais que prevejam cobertura securitária específica; ou

II - filiados a regime de seguridade social no seu país de origem, que mantenha acordo internacional de seguridade social com a República Federativa do Brasil.

Artigo 8º - A execução das atividades de que trata esta Lei serão custeadas com recursos consignados do Ministério da Saúde, advindos do PAB-variável e a seguinte dotação orçamentária:

09 Secretaria de Saúde e Bem Estar Social
09.02 Fundo Municipal de Saúde

09.02.2.030 Manutenção das Atividades de Atenção Básica a Saúde

Artigo 9º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Vargem Bonita (SC), 06 de maio de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e publicada nesta Secretaria em 06/05/2014.

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária de Administração e Finanças

Lei N.993/2014

LEI Nº 993/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014.
DISPÕE SOBRE A REVISÃO GERAL E ANUAL DAS REMUNERAÇÕES E SUBSÍDIOS DOS SERVIDORES PÚBLICOS E AGENTES POLÍTICOS DOS PODERES EXECUTIVO E LEGISLATIVO DO MUNICÍPIO DE VARGEM BONITA.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - Santa Catarina faz saber a todos os habitantes

deste Município que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e fica por mim sancionada a seguinte Lei:

Artigo 1º - Fica estabelecido o índice de 7,98% (sete vírgula noventa e oito por cento) para revisão geral das remunerações dos servidores públicos e agentes políticos dos Poderes Legislativo e Executivo do Município de Vargem Bonita, aposentados e pensionistas pagos pelo Município.

Parágrafo único - o índice fixado no caput deste artigo considera o período de correção de maio de 2013 a abril de 2014.

Artigo 2º - A efetiva revisão geral prevista na presente Lei observará as seguintes condições:

I - será aplicada sobre a folha de pagamento do mês da entrada em vigor da presente lei;

II - previsão do montante da respectiva despesa e correspondentes fontes de custeio na lei orçamentária anual;

III - comprovação da disponibilidade financeira que configure capacidade de pagamento pela Unidade Gestora;

IV - atendimento aos limites para despesa com pessoal de que tratam o artigo 169 da Constituição e a Lei Complementar nº 101 de 4 de maio de 2000.

Artigo 3º - As despesas decorrentes da execução da presente Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do orçamento vigente.

Artigo 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 5º - Ficam revogadas as disposições em contrário.

Vargem Bonita (SC), 06 de maio de 2014.
MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENEHINI
Prefeita Municipal

Registrada e Publicada nesta Secretaria em 06/05/2014

SUÉLEN FAVRETTO
Secretária Municipal de Administração e Finanças

Lei Complementar N.098/2014

LEI COMPLEMENTAR Nº 098/2014, DE 06 DE MAIO DE 2014.
"DÁ CUMPRIMENTO AO ARTIGO 134, INCISO I DA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, QUE TRATA DOS PRAZOS DE ENVIO À CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO PLURIANUAL, DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E ORÇAMENTO ANUAL".

MELÂNIA ROMAN MENEHINI, Prefeita Municipal de Vargem Bonita - SC. Faço saber a todos os habitantes deste Município que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Complementar:

Art. 1º. Os prazos de envio do PPA, LDO e LOA pelo Poder Executivo ao Legislativo são os seguintes:

I - O projeto do Plano Plurianual será encaminhado ao Poder Legislativo até o dia 20 de agosto do primeiro ano de mandato.

II - O projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias será encaminhado ao Poder Legislativo Municipal até 30 de setembro de cada exercício.

III - O projeto de Lei Orçamentário Anual será encaminhado para

o Poder Legislativo Municipal pelo Poder Executivo até o dia 06 de novembro de cada exercício, respeitada a aprovação de LDO.

Art. 2º. O Poder Legislativo Municipal, apreciará, votará e devolverá ao Poder Executivo Municipal os projetos referidos incisos do artigo anterior, da seguinte forma:

I - O Projeto do Plano Plurianual até 12 de setembro do primeiro ano de mandato;

II - O Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias até 23 de outubro de cada exercício;

III - O Projeto de Lei Orçamentária Anual até dia 10 de dezembro de cada exercício.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Prefeita Municipal de Vargem Bonita, 06 de maio de 2014.

MELÂNIA APARECIDA ROMAN MENECHINI
Prefeita Municipal

Contratação de Serviços de Telefonia Celular E Pacote de Dados Para As Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº035/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº025/2014

OBJETO: Contratação de serviços de telefonia celular e pacote de dados para as Unidades Administrativas da Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC.

Julgamento Global: Tipo: Menor Preço.

Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 21 de maio 2014 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de maio de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Aquisição de Passagens Rodoviárias Intermunicipais E Interestaduais, Para Atender As Necessidades da Administração Pública Municipal.

ESTADO DE SANTA CATARINA
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº013/2014
INEXIGIBILIDADE Nº 001/2014

OBJETO: Aquisição de Passagens Rodoviárias Intermunicipais e Interestaduais, para atender as necessidades da Administração Pública Municipal.

DATA: 22 de maio de 2014 - 10:00 horas.

VALOR PREVISTO: R\$ 40.436,70 (quarenta mil, quatrocentos e trinta e seis reais e setenta centavos).

RECURSOS: Orçamento Municipal.

INFORMAÇÕES: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC., Rua

Coronel Vitório, 966 - Centro - fone 49 3548-3000; e-mail compras@vargembonita.sc.gov.br

Vargem Bonita, 07 de maio de 2014.

LENIR RADAVELLI
GESTORA DO FMS

Aquisição de Uma (01) Escavadeira Hidráulica Sobre Esteira, Nova, Fabricação Nacional, Potência Mínima de 130 CV, Peso Líquido Entre 17.000Kg A 18.000Kg.

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA MUNICIPAL DE VARGEM BONITA
PROCESSO LICITATÓRIO Nº036/2014
PREGÃO PRESENCIAL Nº026/2014

OBJETO: Aquisição de uma (01) Escavadeira Hidráulica sobre Esteira, nova, Fabricação Nacional, Potência mínima de 130 CV, peso líquido entre 17.000kg a 18.000Kg.

Julgamento pelo Tipo: Menor Preço por Item.

Entrega dos Envelopes: dia 23 de maio até as 08h30min.

Início da Sessão de Abertura e Julgamento das Propostas: Dia 23 de maio 2014 às 09:00 horas.

Informações: Prefeitura Municipal de Vargem Bonita - SC, de Segunda a Sexta Feira, das 08:30 às 12:00 e das 14:00 às 16:00 horas, na Rua Coronel Vitório, 966, Centro. Fone: 49 3548-3000.

Endereço eletrônico: compras@vargembonita.sc.gov.br.

Vargem Bonita, 07 de maio de 2014.

MELÂNIA A. ROMAN MENECHINI
PREFEITA MUNICIPAL

Vidal Ramos

PREFEITURA

Dispensa de Licitação 49/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA
PREFEITURA VIDAL RAMOS
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
Dispensa de Licitação 49/2014

PROCESSO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO ROLIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES

O Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos informa que o presente processo de Dispensa de Licitação é referente PARA AQUISIÇÃO DE VIGAS DE EUCALIPTO ROLIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES.

Justificamos a aquisição DE VIGAS DE EUCALIPTO ROLIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES através de Dispensa de Licitação visto o mesmo atender as necessidades do setor de Obras. DEVIDO A QUEBRA DE UMA PRONTE COM UM CAMINHÃO EM CIMA, E OUTRA QUE FOI TOTALMENTE REFEITA EM ESTRADAS VICINAIS DE MUITO TRÂNSITO; NA LOCALIDADE DE SÃO DOMINGOS. HOUE A NECESSIDADE DE REPOSIÇÃO DE VIGAS COM URGÊNCIA, E POR ISSO DEU-SE PRIORIDADE PARA COMPRAR AS REFERIDAS VIGAS BEM PRÓXIMO AO LOCAL ONDE SERIAM UTILIZADAS. ALÉM DISSO, O FORNECEDOR ALÉM DE POSSUIR AS VIGAS DE BOA QUALIDADE BEM PRÓXIMO DO LOCAL QUE SERIAM UTILIZADOS DE TRATOR E GUINCHO, E AS ENTREGOU NOS LOCAIS DE CONSTRUÇÃO DAS REFERIDAS PONTES.

DO PREÇO

Será de R\$ 4.613,60 (quatro mil seiscentos e treze reais e sessenta centavos), com fornecimento de 63,2 m³, com o valor de R\$ 73,00 (setenta e três reais o metro cúbico) total descrito acima.

JUSTIFICATIVA DO PREÇO E MOTIVO DA ESCOLHA

O preço acordado está compatível com os demais de sua categoria.

FUNDAMENTO LEGAL

O presente procedimento está cristalizado nas recomendações prescritas no Art. 24, inciso II, da Lei Federal nº 8.666/93, e suas alterações posteriores.

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

A Presidente da Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Vidal Ramos, ANA MARIA SCHMITZ SCHLISTINCHG, no uso de suas atribuições legais e considerando tudo o que consta deste processo Administrativo, vem emitir a presente declaração de Dispensa de Licitação, fundamentada no Art. 24, inciso II, da Lei nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, em favor da Pessoa Física: CONTRATADO: Djonatam de Souza, pessoa Física, com sede na Estrada Geral São Domingos, s/nº, na cidade de Vidal Ramos/SC, inscrita no CPF: sob nº 075.455.959-98, portador do RG nº 4725341, Para aquisição DE VIGAS DE EUCALIPTO ROLIÇO PARA CONSTRUÇÃO DE PONTES

Assim, nos termos do Art. 24 da Lei 8.666/93, e suas alterações posteriores, vem comunicar ao Exmo. Sr. Secretário Municipal de Administração, todo teor da presente declaração, para que proceda, se de acordo, com a devida ratificação.

Vidal Ramos, 07 de maio de 2014

ANA MARIA SCHMITZ SCHLISTINCHG Presidente da Comissão de Licitação

Videira

PREFEITURA

Pregão Presencial Nº 13/2014-FMAS

ESTADO DE SANTA CATARINA
MUNICÍPIO DE VIDEIRA
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PREGÃO PRESENCIAL Nº 13/2014 - FMAS
REGISTRO DE PREÇO

O Prefeito Municipal torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 13/2014 - FMAS. 1. OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA O GRUPO DA TERCEIRA IDADE, CASAS LARES, CRAS, CREAS E DEPARTAMENTO DE AÇÃO SOCIAL 2. TIPO: MENOR PREÇO UNITÁRIO. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 09:00 horas do dia 21/05/2014. Abertura da sessão no mesmo dia às 09:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através do telefone (49) 3566-9026.

Videira/SC, 06 de Maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Decreto Nº 11.118/14

DECRETO Nº 11.118/14, DE 06 DE MAIO DE 2014.

Abre Crédito Adicional para Suplementação das Dotações que Especifica o Orçamento Vigente e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, considerando o disposto na Lei nº 3.035/2013, de 06 de dezembro de 2013.

DECRETA

Art. 1º Fica aberto, no Orçamento da Prefeitura Municipal de Videira, crédito adicional no valor de R\$ 485.000,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil reais), à suplementação da seguinte dotação orçamentária:

10 – Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	
01 – Departamento de Agricultura e Meio Ambiente	
2.053 – Manutenção de Praças, Parques e Jardins	
4.4.90.00.00.00.00.01.0024 – Aplicações Diretas	485.000,00
TOTAL DAS SUPLEMENTAÇÕES	485.000,00

Art. 2º A suplementação, a que se refere o artigo anterior, correrá à conta do provável excesso de arrecadação proveniente do Convênio nº 772852/2012, firmado entre o Município de Videira e o Ministério do Turismo através da Caixa Econômica Federal que tem por objeto a Revitalização do Parque da Uva.

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 06 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 06 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

Decreto Nº 11.117/14

DECRETO Nº 11.117/14, DE 05 DE MAIO DE 2014

Homologa a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo – Ano 2014, instituída pela Lei Municipal nº 2.879/13, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento na Lei nº 2.879/13, no Decreto nº 10.374/13 e alterações, no Edital nº 001/14 - EDU e, à vista do contido no Processo Administrativo nº 6592/14;

DECRETA

Art. 1º Fica homologada a relação preliminar dos contemplados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo – Ano 2014, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/13, constante do Anexo Único, que faz parte integrante do presente Decreto.

§1º Os recursos a serem empregados no Programa Municipal de Concessão de Bolsas de Estudo, para o exercício de 2014, correspondem o valor de R\$ 352.297,60 (trezentos e cinquenta e dois mil e duzentos e noventa e sete reais e sessenta centavos), pagos em 10 (dez) parcelas.

§2º Fica estabelecido o prazo de recurso de 02 (dois) dias úteis, a contar da publicação no Diário Oficial dos Municípios de Santa Catarina – DOM/SC (www.diariomunicipal.sc.gov.br).

Art. 2º Este Decreto entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, revogadas as disposições em contrário.

Videira, 05 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicado o presente Decreto nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

ANEXO ÚNICO

DECRETO Nº 11.117/14, DE 05 DE MAIO DE 2014

RELAÇÃO PRELIMINAR DOS ALUNOS CONTEMPLADOS COM A BOLSA DE ESTUDOS - ANO: 2014

A Comissão Especial de Análise para Concessão de Bolsa de Estudo divulga a lista final dos contemplados no Programa de Concessão de Bolsas de Estudo a estudantes economicamente carentes, instituído pela Lei Municipal nº 2.879/2013:

CONTEMPLADOS COM 30%

Nº	NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL ICB	VALOR BOLSA
1	Franciele Souza	Farmácia	UNOESC-Vda	740	R\$ 269,63
2	Alysson M. Da Silva	Eletrotécnica	SENAI	710	R\$ 111,72
3	Jayne Novello Paganini	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	680	R\$ 180,78
4	André Vailatti	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	650	R\$ 161,57
5	Jacson Cardoso	Educação Física	UNIARP	650	R\$ 210,17
6	Lilian Stiehl dos Santos	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba	650	R\$ 199,16
7	Stewie Marck Moccelini	Engenharia de Prod.	UNOESC-Joaçaba	650	R\$ 207,72
8	Andressa Bianchin	Educação Física	UNOESC-Vda	640	R\$ 188,40
9	Douglas Costa	Educação Física	UNOESC-Vda	640	R\$ 128,11
10	Naiane Dambróz	Direito	UNOESC-Vda	640	R\$ 180,20
11	Ariane Cristina de Oliveira	Fisioterapia	UNIARP	600	R\$ 259,86
12	Daniella Quagliato de Lima	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 120,13
13	Eliane Machado	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 310,20
14	Fabiola de Oliveira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	600	R\$ 275,03
15	Franciele Bianchin	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 290,32
16	Glauca M. Dos Santos Pinheiro	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 200,22
17	Karina Surdi de Melo	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 220,24
18	Marcio Pedroso Ribeiro	Direito	UNOESC-Vda	600	R\$ 330,36
19	Roselaine Fátima da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	600	R\$ 181,98
20	Wagner Serafini	Engenharia Mecânica	UNOESC-Joaçaba	600	R\$ 230,82
21	Alexandre de Souza Scuzziato	Direito	UNOESC-Vda	590	R\$ 310,34
22	Daniele Castilho da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	590	R\$ 224,46
23	Jodacir André Zago	Administração	UNOESC-Vda	590	R\$ 202,83
24	Laiza Piloneto	Direito	UNOESC-Vda	590	R\$ 240,26
25	Lucas Nodari	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	590	R\$ 565,51
26	Rodrigo Susin Albuquerque	Direito	UNOESC-Vda	590	R\$ 234,84
27	Edjane Godoy da Silva	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	580	R\$ 198,86
28	Kaliliana Zanelatto	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	580	R\$ 288,53

29	Mariane Fátima dos S. da Rocha	Engenharia Química	UNOESC-Vda	580	R\$ 334,69
30	Jéssica Bianchin Pasqual	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	570	R\$ 133,62

CONTEMPLADOS COM 20%

31	Adriele do Amaral	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 133,48
32	Alexandre M. do Nascimento	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	560	R\$ 133,99
33	Anderson Antonio de Souza	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	560	R\$ 238,51
34	Adriana Soares Johann	Educação Física	UNOESC-Vda	560	R\$ 105,50
35	Carla Antunes Carneiro	Engenharia Sanitária e Ambiental	UNOESC-Vda	560	R\$ 126,65
36	Claudia Barivieira	Engenharia Civil	UNOESC-Joaçaba	560	R\$ 199,29
37	Cristiane de Andrade Resende	Técnico em Enfermagem	CIC	560	R\$ 90,00
38	Daiany Cristina Soberano	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 166,85
39	Fernando da Silva	Engenharia Elétrica	UNIARP	560	R\$ 190,56
40	Franciele Gianello	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 120,12
41	Gabriela Savaris	Direito	UNOESC-Vda	560	R\$ 197,42
42	Geovani Cardoso de Oliveira	Biotechnology Industrial	UNOESC-Vda	560	R\$ 122,80
43	Jean Carlos Chaves	Educação Física	UNOESC-Vda	560	R\$ 100,00
44	Jorge Michael R. G. da Silva	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	560	R\$ 144,80
45	Marcia Aparecida dos Santos	Técnico em Enfermagem	CIC	560	R\$ 90,00
46	Mateus Pedro Rossete	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	560	R\$ 192,35
47	Natiara Castro	Administração	UNOESC-Vda	560	R\$ 87,20
48	Patricia Pellin	Gestão de Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo	560	R\$ 69,66
49	Rafael Bruno M. de Oliveira	Engenharia Elétrica	UNIARP	560	R\$ 58,33
50	Raquel Bisol	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	560	R\$ 183,35
51	Raquel Trindade Dias	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	560	R\$ 50,00
52	Rubiani Baroncello	Administração	UNOESC-Vda	560	R\$ 120,52
53	Simone Proença	Tecnologia em Logística	UNOESC-Fraiburgo	560	R\$ 65,38
54	Tatiana Claudia A. Moreira	Administração	UNOESC-Vda	560	R\$ 120,52
55	Vinicius Cerbato	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	560	R\$ 120,52

56	Adriana Viergutz	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	550	R\$ 101,09
57	Bianca Luiza Soares da Silva	Direito	UNOESC-Vda	550	R\$ 146,83
58	Bruna Leticia A. Kowalki	Farmácia	UNOESC-Vda	550	R\$ 179,74
59	Carolina Pereira Neves	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	550	R\$ 162,20
60	Estevão Piccoli Junior	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	550	R\$ 176,96
61	Franciele Aparecida N. Antunes	Administração	UNOESC-Vda	550	R\$ 168,60
62	Francislaine Cristine Bay	Recursos Humanos	UNOESC-Fraiburgo	550	R\$ 69,66
63	Josiane Zambonim	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	550	R\$ 141,04
64	Kaliany Pereira Dias	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	550	R\$ 120,52
65	Marcia Regina Vanz	Administração	UNOESC-Vda	550	R\$ 132,57
66	Mauricio Lamonato	ciência da Computação	UNOESC-Vda	550	R\$ 108,36
67	Paula Taine Zago	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	550	R\$ 190,40
68	Wanderson B. Ferreira	Engenharia de C. e Automação	UNIARP	550	R\$ 176,94
69	Elisiane Rodrigues dos Santos	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$ 132,57
70	Everton Godoi da Silva	Administração	UNOESC-Vda	540	R\$ 132,57
71	Felipe Heusy	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	540	R\$ 121,44
72	Joselaine Tesk	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	540	R\$ 169,25
73	Adriana Magalhães	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	510	R\$ 101,09
74	Andreza De Avila	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 146,83
75	Daine Copini	Engenharia Química	UNOESC-Vda	510	R\$ 223,13
76	Daniela Baldissera	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	510	R\$ 180,49
77	Elenice Bogoni	Engenharia da Computação	UNOESC-Joaçaba	510	R\$ 207,74
78	Elides Risardi	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	510	R\$ 136,62
79	Kleber Fiorese	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	510	R\$ 120,52
80	Maiara Perosa	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 132,57
81	Natalia Taruhn Gheller	Educação Física	UNOESC-Vda	510	R\$ 105,50
82	Renan Paulo Candiago	Sistemas de Informação	UNOESC-Vda	510	R\$ 106,66
83	Renato Schwartz Stringhi	Administração	UNOESC-Vda	510	R\$ 132,57
84	Rosângela Rodrigues de Moraes	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 86,76
85	Tais Renata Terceiro	Direito	UNOESC-Vda	510	R\$ 153,50

86	Taisa Piacentini Cagnin	Engenharia Civil	UNIARP	510	R\$ 304,90
87	Wesley Bridi Rigo	Engenharia Química	UNOESC-Vda	510	R\$ 184,66
88	Adiel Garcia Farias	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$ 200,22
89	Alecssa Ansiliero	Farmácia	UNOESC-Vda	500	R\$ 179,74
90	Amanda Caroline Schuller	Nutrição	UNOESC-Vda	500	R\$ 194,53
91	Amanda Pertusati	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	500	R\$ 120,52
92	Georgia Calliari Deitos	Psicologia	UNIARP	500	R\$ 167,71
93	João Ataíde Alves Junior	Design	UNOESC-Vda	500	R\$ 193,49
94	Luana Coser de Souza	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	500	R\$ 120,52
95	Raphael Suyta Dias Ribeiro	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$ 146,83
96	Renata Kleber Schenato	Nutrição	UNOESC-Vda	500	R\$ 119,71
97	Samara Rampon Bolzan	Nutrição	UNOESC-Vda	500	R\$ 149,64
98	Tayna Gabriely Godoi	Educação Física	UNOESC-Vda	500	R\$ 125,60
99	Vanderléia Pistore	Administração	UNOESC-Vda	500	R\$ 132,56
100	Vinicius Perazzoli Queiroz	Direito	UNOESC-Vda	500	R\$ 153,50
101	Wagner Perazzoli	Engenharia Mecânica	UNOESC-Joaçaba	500	R\$ 123,00
102	Ana Caroline Alves	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	490	R\$ 120,52
103	Ciliane Cardoso de Cardoso	Direito	UNOESC-Vda	490	R\$ 142,80
104	Sandra Kalington	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	490	R\$ 120,56
105	Tainara de Cassia Hach	Direito	UNOESC-Vda	490	R\$ 100,11
106	Alison Camilo	Direito	UNOESC-Vda	470	R\$ 146,83
107	Ana Paula Balbinott	Educação Física	UNOESC-Vda	470	R\$ 105,50
108	Cleni Aparecida Gaio	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 132,57
109	Cyrus Zanon Filho	Design	UNOESC-Vda	470	R\$ 161,24
110	Diogo Xavier Ribeiro	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	470	R\$ 121,44
111	Elisângela Candiago	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 74,62
112	Fabio Meira dos Santos	Educação Física	UNOESC-Vda	470	R\$ 115,55
113	Felipe Peruchin	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 184,66
114	Gislaine Paulina Deluque	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 110,64
115	Guilherme Paulo Prebitz	Engenharia de Prod.Mecânica	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 261,60
116	Gustavo Tischer	Engenharia Mecatrônica	UNIARP	470	R\$ 141,50

117	Janine Rigo	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	470	R\$ 182,00
118	Kelin Scolaro	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	470	R\$ 108,47
119	Leonice Scapinello	Educação Física	UNOESC-Vda	470	R\$ 95,46
120	Lidiane F.V.dos Santos	Técnico em Enfermagem	CIC	470	R\$ 90,00
121	Luiz Carlos Spanholi	Educação Física	UNOESC-Vda	470	R\$ 135,65
122	Maicon Antonio Gregório	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	470	R\$ 72,31
123	Paloma Katia Farinella	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	470	R\$ 132,56
124	Sander Tiago Demori	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 184,66
125	Taiany Ribeiro da Silva	Direito	UNOESC-Vda	470	R\$ 167,62
126	Thamyê Késia Baseggio	Publicidade e Propaganda	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 140,12
127	Yuri Schultz	Administração	UNOESC-Vda	470	R\$ 119,31
128	Daniel Ferreira de Salles	Artes Cênicas	UNOESC-Joaçaba	470	R\$ 68,40
129	Carine Seixas Pinheiro	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 147,52
130	Caroline Dani Rinaldi	Engenharia Química	UNOESC-Vda	460	R\$ 176,96
131	Cristhiny de Freitas Teo	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 153,50
132	Everton Giana da Silva	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	460	R\$ 182,16
133	Fabiola Cristina Deluca	Engenharia Ambiental	UNOESC-Vda	460	R\$ 156,45
134	Inyethy Darold	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 180,20
135	Josiane Likoski Scusiatto	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 84,36
136	Larissa Michele A.Crivillatti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	460	R\$ 120,52
137	Liana dos Santos da Silva	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 121,32
138	Maiara Canonica	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	460	R\$ 190,40
139	Mayara Thibes de Campos	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 168,73
140	Monica Tischer	Administração	UNOESC-Vda	460	R\$ 84,36
141	Rafaela Nesi Balena	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	460	R\$ 182,16
142	Tatiana Bruna Fabian	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	460	R\$ 183,35
143	Thais Alexia Galvan	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba	460	R\$ 174,70
144	Vanessa Tonetta	Farmácia	UNOESC-Vda	460	R\$ 245,10
145	William Sovrani	Direito	UNOESC-Vda	460	R\$ 137,51
146	Daielle Zago	Eng.Sanitária e Ambiental	UNOESC-Vda	450	R\$ 186,25

147	Larissa Grifante	Educação Física	UNOESC-Vda	450	R\$ 85,41
148	Leonardo Eger	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	450	R\$ 119,31
149	Regiane Cristina Bender	Administração	UNOESC-Vda	450	R\$ 120,52
150	Rivaldo Pistore	Educação Física	UNOESC-Vda	450	R\$ 125,60
151	Adrieli Moreira da Fonseca	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 120,52
152	Aline de Campos	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 120,40
153	Andressa Deon	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 72,31
154	Andressa Morgana Abati	Psicologia	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 161,15
155	Camila da Silva	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 160,18
156	Daniela Toniazzi	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	420	R\$ 159,58
157	Deyse Gheller	Fisioterapia	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 174,70
158	Eduardo Rosa	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 132,57
159	Felipe de Britto Orth	Engenharia Sanitaria Ambiental	UNOESC-Vda	420	R\$ 151,98
160	Giovani Thibes de Almeida	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 132,57
161	Giseli Pauletti	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 132,57
162	Giuliano Getassi Gasparetto	Comunicação Social	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 140,12
163	Gregory Rosat	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 136,30
164	Hanania Alves dos Santos	Engenharia Civil	UNIARP-Caçador	420	R\$ 266,78
165	Jaqueline Andrea Prigol	Educação Física	UNOESC-Vda	420	R\$ 65,31
166	Jéssica Carolina Camozato	Engenharia Química	UNOESC-Vda	420	R\$ 184,66
167	Jéssica Moreira	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 120,52
168	Jordana Ariotti	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 186,87
169	Juliana Cristina Petry	Engenharia Química	UNOESC-Vda	420	R\$ 192,35
170	Micheli Andressa Zago	Farmácia	UNOESC-Vda	420	R\$ 130,72
171	Rafaela Volpato	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	420	R\$ 132,57
172	Rodrigo Antonio Conte	Publicidade e Propaganda	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 168,14
173	Ruana Sopel-sa Buratto	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 68,07
174	Tatiane Pires	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 132,57
175	Thais Peretti Perondi	Educação Física	UNOESC-Vda	420	R\$ 130,62

176	Vinicius Natal Pazin	Administração	UNOESC-Vda	420	R\$ 120,52
177	Vitor Hugo Rebellato	Direito	UNOESC-Vda	420	R\$ 113,46
178	Wilson Villabruna Júnior	Engenharia Elétrica	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 230,82
179	Tainan Welter Ferreira	Engenharia de Produção	UNOESC-Joaçaba	420	R\$ 192,35
180	Alcemira Stirma	Nutrição	UNOESC-Vda	410	R\$ 134,68
181	Andressa Grifante	Direito	UNOESC-Vda	410	R\$ 146,83
182	Cassia Moreira Quadros	Administração	UNOESC-Vda	410	R\$ 108,47
183	Débora Moneiro	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	R\$ 72,31
184	Diego de Campos Ferraz	Direito	UNOESC-Vda	410	R\$ 220,24
185	Keithy Alves Moreira	Engenharia Química	UNOESC-Vda	410	R\$ 284,68
186	Lisandra Dall Agnol	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	410	R\$ 132,57
187	Lucas Moresco	Direito	UNOESC-Vda	410	R\$ 156,57
188	Marieli Aparecida Dal Pizzol	Administração	UNOESC-Vda	410	R\$ 120,52
189	Regiane Aparecida Sartore Correa	Eng.Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	410	R\$ 129,18
190	Vigando Landsteiner Neto	Direito	UNOESC-Vda	410	R\$ 133,48
191	Caroline M.B. Spader	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	400	R\$ 132,56
192	Alison Augusto Dambróz	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	380	R\$ 132,57
193	Ana Paula Cesco	Administração	UNOESC-Vda	380	R\$ 122,93
194	Bruna Eduarda Perazzoli	Administração	UNOESC-Vda	380	R\$ 132,57
195	Mariane Heineck	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	380	R\$ 166,98
196	Welinton Centofante Pereira	Direito	UNOESC-Vda	380	R\$ 133,48
197	Willian Felipe Mengatto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	380	R\$ 135,22
198	Franciane Zager	Psicologia	UNIARP	380	R\$ 195,66
199	Eliane de Campos	Técnico em Enfermagem	CIC	380	R\$ 90,00
200	Karine Stirma Bevilacqua	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	380	R\$ 120,52
201	Willian Jonathan da Silva	Engenharia Ambiental	UNOESC-Vda	380	R\$ 119,20
202	Adilson Emílio Stirma	ciência da Computação	UNOESC-Vda	370	R\$ 132,40
203	Anderson Ogliari	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	370	R\$ 120,40
204	Bruna Peruchin	Administração	UNOESC-Vda	370	R\$ 144,62
205	Camila Mauer Rodrigues	Direito	UNOESC-Vda	370	R\$ 133,48

206	Esthefani Caroline Gonçalves	Direito	UNOESC-Vda	370	R\$ 133,48
207	Gabriela de Proencio	Engenharia de Alimentos	UNOESC-Vda	370	R\$ 182,16
208	João Guilherme Corso	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	370	R\$ 187,02
209	Leonardo Nunes da Silva	Engenharia Quimica	UNOESC-Vda	370	R\$ 223,13
210	Marraly Hortência da Silva	Nutrição	UNOESC-Vda	370	R\$ 149,64
211	Jéssica Cristine Trentin	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	360	R\$ 132,40
212	Karine Fernandes	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	360	R\$ 148,09
213	Beatriz Vieceli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	330	R\$ 190,40
214	Felipe Lorenzo de Mello	Administração	UNOESC-Vda	330	R\$ 72,31
215	Grazieli Trilha	Direito	UNOESC-Vda	330	R\$ 180,20
216	Rosana Maria Tedesco	Administração	UNOESC-Vda	330	R\$ 84,36
217	Taise Sartor	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	330	R\$ 120,56
218	Magno Ozório	Eng. Sanitaria e Ambiental	UNOESC-Vda	330	R\$ 186,25
219	Edina Trichez	Administração	UNOESC-Vda	320	R\$ 120,52
220	Aline Kirst	Administração	UNOESC-Vda	290	R\$ 132,57
221	Alissa Deluma Vieceli	Administração	UNOESC-Vda	290	R\$ 120,52
222	Felipe Tedesco Bonetti	Direito	UNOESC-Vda	290	R\$ 146,83
223	Janaina Barichelo	Administração	UNOESC-Vda	290	R\$ 132,57
224	Morgana Jane Zago	Direito	UNOESC-Vda	290	R\$ 132,15
225	Angela Kelen Zago	Direito	UNOESC-Vda	290	R\$ 138,15
226	Ana Claudia De Moraes	Direito	UNOESC-Vda	280	R\$ 146,83
227	Katia Tais Rossi	Biotechnology Industrial	UNOESC-Vda	280	R\$ 90,30
228	Mariana Luiza Meloto	Ciências Contábeis	UNOESC-Vda	280	R\$ 132,57

LISTA DE ESPERA

Nº	NOME	CURSO	INSTITUIÇÃO	PONTUAÇÃO TOTAL ICB	VALOR A SER CONCEDIDO
1	Paulo Dal Moro Junior	Direito	UNOESC-Vda	280	R\$ 146,83
2	Tatiane Rosseto	Cosmetologia e Estética	UNOESC-Vda	280	R\$ 95,40
3	Felipe Mengatto	Ciência da Computação	UNOESC-Vda	280	R\$ 120,40
4	Jéssica Mistrurini	Engenharia San.Ambiental	UNOESC-Vda	280	R\$ 133,71
5	Sabrina Perazzoli	Arquitetura e Urbanismo	UNOESC-Vda	260	R\$ 190,40
6	Sidiane Raizer Busatto	Fármacia	UNOESC-Vda	260	R\$ 179,74

INDEFERIDOS	
1	Adriano Fantin
2	Bruna Lamonatto
3	Cleiton Ribeiro
4	Edi Graff- Bolsa UNOESC
5	Andrei Ventura Machado Belo
6	Luan Sérgio Moura
7	Karine Mezaroba
8	Marcia Leandra de Oliveira
9	Luan Correia da Rocha Nesi- Bolsa UNOESC
10	Paula Masiero Meselira- Bolsa UNOESC
11	Greicieli Cristine Hanauer- Bolsa UNOESC
12	Julia Oliari- Bolsa UNOESC
13	Josimar Antonio Gaio-Bolsa UNOESC
14	Camila Grifante-Bolsa UNOESC
15	Enayle D. de Oliveira-Bolsa UNOESC
16	Natalie Pirolli- Bolsa UNOESC
17	Bruna Correa- Bolsa UNIARP

Videira, 05 de maio de 2014.

Integrantes da Comissão Especial de Análise:
Representantes da Secretaria Municipal de Educação
Representante do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Videira
Representante da Associação Comercial de Videira
Representante da Câmara de Dirigentes Lojistas
Assistente Social representante da Secretaria da Saúde e Ação Social

Portaria Nº 0680/2014

PORTARIA nº 0680/14

Concede Licença Maternidade

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no art. 8º, I, da Lei nº 2369/10 e a vista do que consta no Processo Administrativo nº 6591/14;

RESOLVE

Conceder Licença Maternidade de 120 (cento e vinte) dias à servidora JUCIMARA APARECIDA DE SOUZA BORGES, Auxiliar de Serviços Gerais, a partir do dia 26 de abril de 2014 até 23 de agosto de 2014.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09, retroagindo seus efeitos a 26 de abril de 2014.

Videira, 05 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI
Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 05 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL
Secretário de Administração

Pregão Presencial Nº 54/2014-PMV

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE VIDEIRA

PREGÃO PRESENCIAL Nº 54/2014-PMV

O Prefeito Municipal de Videira torna público que fará realizar o Pregão Presencial nº 54/2014 - PMV. 1. OBJETIVO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS PARA CONserto DAS RETROESCAVADEIRAS CASE, FROTA 121 E JCB 3C FROTA 160 DA SECRETARIA DE AGRICULTURA 2. TIPO: MENOR PREÇO POR LOTE. 3. ENTREGA/PROTOCOLO DOS ENVELOPES E CREDENCIAMENTO: até as 16:00 horas do dia 20/05/2013. Abertura da sessão no mesmo dia às 16:00 horas. 4. OBTENÇÃO DO EDITAL: O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados no site: www.videira.sc.gov.br. 5. INFORMAÇÕES: Através dos telefones (49) 3566-9026.

Videira/SC, 07 de Maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Homologação PR 32/2014 - PMV

O Município de Videira no mês 04/2014, comunica a homologação dos seguintes atos:

PREGÃO PRESENCIAL Nº 32/2014

PROCESSO Nº 46/2014

HOMOLOGAÇÃO: 07/04/2014

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO FUTURA DE MUDAS DE FLORES, GRAMA E ADUBO PARA SER UTILIZADO PELA EQUIPE DE JARDINAGEM DA SECRETARIA DE AGRICULTURA.

CONTRATADO: SAVIAN ADMINISTRADORA LTDA - EPP

VALOR DA DESPESA: R\$ 31.033,00 (trinta e um mil e trinta e três reais)

CONTRATADO: MIL PLANTAS INDÚSTRIA E COMÉRCIO LTDA ME

VALOR DA DESPESA: R\$ 50.614,00 (cinquenta mil seiscentos e quatorze reais)

Videira, 30/04/2014

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Resultado do Julgamento da Habilitação TP 05/2014

ESTADO DE SANTA CATARINA

PREFEITURA MUNICIPAL DE VIDEIRA

RESULTADO DO JULGAMENTO DA HABILITAÇÃO DO EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 05/2014-PMV

A Comissão Permanente de Licitações, em cumprimento ao disposto no art. 109, §1º da Lei nº 8.666/93, torna público o resultado do julgamento da fase de habilitação do processo licitatório em epígrafe, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA CONSTRUÇÃO DE CABECEIRAS PARA PONTE NA COMUNIDADE DO IMBUIAL CONFORME CONVÊNIO COM A DEFESA CIVIL ESTADUAL, INCLUINDO MATERIAL E MÃO DE OBRA, restando HABILITADAS as empresas LB Comércio e Serviços Ltda, Palazzo Construtora Ltda ME e Ademir Luiz Bogoni - FI EPP. Outrossim, ficam as licitantes participantes notificadas para, caso queiram, apresentarem recurso, dentro do prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados da data da publicação deste extrato.

Videira, 06 de maio de 2014.

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO

Portaria Nº 0684/14

PORTARIA nº 0684/14

Autoriza a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 35.371-X

O PREFEITO MUNICIPAL DE VIDEIRA, SC, no uso de suas atribuições legais e com fundamento no artigo 72, IX, da Lei Orgânica do Município, e a vista do que consta na Comunicação Interna do Departamento de Tesouraria, datada de 07 de maio de 2014;

RESOLVE

Autorizar a movimentação de conta bancária específica de Adiantamento nº 35.371-X, Agência nº 0403-0 do Banco do Brasil S/A, pela servidora ROSANI LUIZA SCHNEIDER, com poderes específicos para solicitar saldos e extratos; sustar/contrordenar cheques; cancelar cheques; requisitar talonários de cheques; emitir cheques; retirar cheques devolvidos, sendo responsável pela devolução da prestação de contas nos termos da legislação vigente.

Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Videira, 07 de maio de 2014.

WILMAR CARELLI

Prefeito Municipal

Publicada a presente Portaria nesta Secretaria de Administração aos 07 dias do mês de maio de 2014.

VALMOR LUIZ DALL'AGNOL

Secretário de Administração

INPREVID

Portaria 001 de 07/05/2014

Portaria nº 001, de 07 de maio de 2014.

NOMEIA OS MEMBROS DA COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÕES DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE VIDEIRA - INPREVID E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Presidente do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Videira - INPREVID, no uso de suas atribuições, e em conformidade com a Lei municipal nº 023/2002,

RESOLVE:

Art.1 Ficam nomeados os seguintes servidores efetivos para a composição da Comissão Permanente de Licitações do INPREVID:

I - Celso Brancher;

II - Maria Cristina de Souza

III - Juliane Maria Colle Wartha

Parágrafo único. Os membros da Comissão Permanente de Licitações do INPREVID não perceberam gratificação de qualquer espécie.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura,

condicionada a sua validade à publicação no DOM/SC, nos termos da Lei nº 2.070/08 e do Decreto nº 9.098/09.

Art. 3º Revogar as disposições em contrário.

Videira, 07 de maio de 2014.

Vilso Vanz

Presidente do INPREVID

Vitor Meireles

PREFEITURA

Errata Nº 01 do Edital de Carta Convite Nº 005/2014

Errata Nº 01 do Edital de Carta Convite Nº 005/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE VITOR MEIRELES - SC

EDITAL DE CARTA CONVITE Nº 005/2014 - ERRATA Nº 01

O Município de Vitor Meireles torna público para conhecimento dos interessados que RETIFICOU o Edital de Carta Convite Nº 005/2014 acima identificado que tem por objeto Aquisição de Peças e Serviços para recuperação de veículos da frota rodoviária municipal. Devido a correções no edital, sendo que nova data de abertura será no dia 15/05/2014.

Vitor Meireles, 07 de maio de 2014.

LOURIVAL LUNELLI

Prefeito Municipal.

Xaxim

PREFEITURA

Pregão Presencial 057/2014 PM

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICÍPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 057/2014

PROCESSO LICITATÓRIO N. 105/2014

O MUNICÍPIO DE XAXIM - SC através do seu prefeito COMUNICA que estará realizando licitação na modalidade Pregão Presencial sob o n. 057/2014, com protocolo dos envelopes até às 13h30min do dia 20 de maio de 2014, e farão abertura das mesmas às 14h00min do mesmo dia. Esta licitação tem por objeto a contratação de profissional devidamente qualificado para prestação de serviços de desenvolvimento de projeto Básico de arquitetura, com detalhamento em escalas adequadas para futura execução das obras de reforma da Praça Municipal Frei Bruno - Município de Xaxim, conforme especificações constantes do projeto básico anexo I do presente Edital, tipo menor preço Global, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei Federal 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123 de 14 de dezembro de 2006 e suas alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8213.

Xaxim - SC, 07 de maio de 2014.

Idacir Antônio Orso

Prefeito

Chamada Pública 001 - Secretaria de Saúde

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

EDITAL DE CHAMADA PÚBLICA

CHAMAMENTO/CADASTRAMENTO n. 001/2014 - FMS

CADASTRO DE DIVERSOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA SAÚDE

O Fundo Municipal de Saúde do Município de Xaxim, Estado de Santa Catarina, torna público para o conhecimento dos interessados que se encontra aberto Edital de Chamamento para Cadastro de Profissionais da Área da Saúde, tudo conforme segue abaixo:

I - DO OBJETO

O presente edital tem por objeto Credenciar/Cadastrar profissionais da área da saúde, que possuam especialidades em diversas áreas - quadro em anexo, com a finalidade de realizarmos um banco de dados, contendo os dados dos profissionais que atendam em diversas especialidades da área da saúde, tais como: telefone, endereço, horário e preço do atendimento/serviço, a fim de que pacientes da rede municipal de saúde, que necessitem de consultas, exames e demais procedimentos, caso possuam interesse, possam se dirigir diretamente aos profissionais especializados, não havendo a necessidade de aguardarem o atendimento através do SUS, sem ônus algum para o Município.

Desta forma, serve-se da presente para que os profissionais indicados no Anexo I deste edital, caso possuam interesse, enviem os seus dados para que o Município realize o referido Cadastro.

II - CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO:

- a) Possuir comprovada especialidade na área em que pretende se cadastrar;
- b) Possuir clínica e/ou consultório próprio, devidamente identificado dentro do perímetro urbano do Município em que atua;
- c) Realizar atendimentos em horário comercial, nos períodos matutino e vespertino e, facultativamente, nos sábados e feriados;
- d) Realizar os atendimentos nos horários agendados e em observância com as demais condições estabelecidas neste Edital e na legislação vigente.

III - DA PROPOSTA

O valor a ser pago deverá ser mencionado no Anexo I deste Edital, e deverá ser seguido rigorosamente durante a vigência deste credenciamento/cadastro;

IV - DAS INSCRIÇÕES

Os interessados ao credenciamento deverão apresentar junto a Secretaria de Saúde do Município de Xaxim, localizado na Rua Senador Nereu Ramos, nº 500, Bairro Centro, Xaxim, SC, aos cuidados de Marli Cerutti, os seguintes documentos dentro do prazo de validade deste credenciamento (originais ou cópias devidamente autenticadas conforme artigo 32 da Lei n. 8.666/93 e alterações posteriores):

- a) No caso de pessoa física: documentos pessoais - CPF, RG e Diploma de Conclusão de Curso na área Médica, cópia do registro junto ao órgão de classe em que está vinculado, comprovante da especialidade que pretende prestar o serviço ou, NO CASO DE PESSOA JURÍDICA: cartão do CNPJ, cópia autenticada do contrato social, cópia do registro junto ao órgão de classe em que a empresa está vinculada e os seus sócios; comprovante de que possui profissional habilitado para prestar serviço na área em que pretende prestar os serviços;
- b) Comprovante de endereço do estabelecimento em que irá prestar os serviços;
- c) Prova de regularidade perante a Vigilância Sanitária do Estado e/ou Município Sede da empresa/consultório, por meio do ALVARÁ DE LICENÇA SANITÁRIA, que abranja as atividades objetos deste chamamento/cadastramento em nome do local onde serão prestados os serviços;
- d) Comprovação de vínculo com o local onde serão realizados os atendimentos.

Os documentos, originais ou devidamente autenticados deverão ser endereçados à Comissão de Permanente de Licitações do Município de Xaxim e entregues no Setor de Licitações e Contratos do mesmo, Sito Rua Rui Barbosa, 347.

V - DAS INFORMAÇÕES

Informações ou dúvidas quanto ao edital, poderão ser obtidas junto a Secretaria de Saúde do Município de Xaxim, Sito Rua Senador Nereu Ramos, 500, das 08:00 às 11:00 horas, ou pelo telefone (049) 3353 1263.

VI - DO PRAZO

O presente Chamamento/cadastro ficará aberto por prazo indeterminado.

VII - DA ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO

A análise dos documentos de credenciamento/cadastramento será feita pela Secretaria Municipal de saúde do Município de Xaxim cujo resultado será cientificado ao interessado.

A tabela contendo o nome dos cadastrados ficará disponível em todas as unidades de saúde do Município de Xaxim - SC, para amplo acesso de todos os munícipes interessados.

VIII - DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

- a) As condições do cadastramento de prestadores de serviços de saúde são universais e, portanto, idêntica a todos. O Cadastro acontecerá após a aprovação da inscrição, que se dará com base

na avaliação da regularidade da documentação solicitada neste Edital;

b) A escolha dos profissionais ficará inteiramente a cargo do paciente interessado, não havendo nenhuma divisão dos serviços, sendo que o município não terá qualquer responsabilidade pela escolha do profissional, nem pelo pagamento do valor pertinente aos serviços a serem prestado, cujos encargos correrão única e exclusivamente à conta do paciente/usuário interessado.

Xaxim (SC), 22 de Abril de 2014.

Josiane Sampaio

Secretária Municipal de Saúde

Visto pela Assessoria Jurídica
Procurador geral do Município

Fabio José Dal Magro

Advogado OAB/SC 20.041

ANEXO I

NOME	ENDEREÇO	TELEFONE	ESPECIALIDADE	PROCEDIMENTOS QUE REALIZA	VALOR
			Médico Neurologista		
			Médico Alergista		
			Médico Urologista		
			(...)		
			Cirurgião Buco Maxilo Facial		
			Clínica especializada em realização de RX		
			Clínica Especialidade em realização de Tomografia		
			Clínica Especializada em Exames Laboratoriais		
			Outras Especialidades da área		

Nome do Profissional ou representante da empresa

Local e data

Aviso de Pregão 058 - PM E Fundos

ESTADO DE SANTA CATARINA

MUNICIPIO DE XAXIM

AVISO DE LICITAÇÃO

PROCESSO LICITATÓRIO N. 106/2014

EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL N. 058/2014 - REGISTRO DE PREÇOS

O MUNICIPIO DE XAXIM - SC COMUNICA que estará recebendo proposta referente ao Edital Pregão Presencial n. 058/2014, até às 08h45min do dia 20 de maio de 2014, e farão abertura das mesmas às 09h00min horas do mesmo dia. Constitui-se objeto da presente licitação registro de preços para eventuais prestações de serviços de conserto, montagem e desmontagem de pneus dos veículos e máquinas pertencentes à frota municipal compreendendo Prefeitura e Fundos Municipais, tipo menor preço por item, conforme dispõem as Leis n. 8.666/93 consolidada, Lei 10.520, de 17 de julho de 2002 e Lei Complementar 123/2006 e suas

alterações, e no que couber a legislação aplicável. O Edital e seus anexos poderão ser retirados pelo site www.xaxim.sc.gov.br maiores informações poderão ser obtidos junto à sede do Município de Xaxim - SC, sito à Rua Rui Barbosa nº 347, com o Setor de Licitações, em horário de expediente de segunda a sexta feira, ou ainda pelo telefone 49 - 3353-8200.

Xaxim - SC, 07 de maio de 2014.

IDACIR ANTONIO ORSO

Prefeito Municipal

Portarias

PORTARIA Nº 778 /2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pela Servidora Maríndia Sitta em favor do Sr. Raul Kieselbach, em 16/12/2013.

CONSIDERANDO a resposta da Secretaria de Saúde da cidade de Chapecó, dando conta de que a Servidora Maríndia Sitta, tanto não estava trabalhando no dia em que fora emitido o atestado, como tal não teria sido preenchido nas dependências das unidades de saúde daquela cidade;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, não há prontuário de atendimento médico, conforme consta do ofício nº SESAU/gs nº 009/2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

CONSIDERANDO que, é prescindível a instauração de Sindicância, precedente à Processo Administrativo Disciplinar, conforme ares-

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCRIVÃO. ANOTAÇÃO DE FÉ PÚBLICA EM DOCUMENTO APRESENTADO POR CÓPIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. SINDICÂNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. Não há falar em violação a direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, o ato de autoridade judicial que determina a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), para apuração de irregularidades atribuídas a servidor, de acordo com a legislação de regência, sendo prescindível a sindicância prévia quando se tem confirmação da ocorrência da falta e o seu autor. (TJMG; MS 1.0000.04.415953-1/000; Juiz de Fora; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes; Julg. 29/03/2005; DJMG 15/04/2005);

APELAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. [...]. Não há falar em vício do processo administrativo, em decorrência da falta de sindicância; esta é prescindível. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo,

assegurados o contraditório e a ampla defesa. Eventualidade da sindicância. [...]. (TJSP; APL 0021012-62.2010.8.26.0053; Ac. 7479733; São Paulo; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 25/02/2014; DJESP 14/04/2014)

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelo Servidor Municipal Raul Kielselbach, acerca do fato acima relatado.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;

II - Catiane Curtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200 'caput' do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 785 /2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO os atestado médico emitido pela Servidora Maríndia Sitta em favor de Nilva Biffi, em data 19/12/2013;

CONSIDERANDO a resposta da Secretaria de Saúde da cidade de Chapecó, dando conta de que a Servidora Maríndia Sitta, tanto não estava trabalhando nos dias em que fora emitido o atestado, como tal não teria sido preenchido nas dependências das unidades de saúde daquela cidade;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, não há prontuário de atendimento médico, conforme consta do ofício nº SESAU/gs nº 009/2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

CONSIDERANDO que, é prescindível a instauração de Sindicância, precedente à Processo Administrativo Disciplinar, conforme atos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCRIVÃO. ANOTAÇÃO DE FÉ PÚBLICA EM DOCUMENTO APRESENTADO POR CÓPIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. SINDICÂNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. Não há falar em violação a direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, o ato de autoridade judicial que determina a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), para apuração de irregularidades atribuídas a servidor, de acordo com a legislação de regência, sendo prescindível a sindicância prévia quando se tem confirmação da ocorrência da falta e o seu autor. (TJMG; MS 1.0000.04.415953-1/000; Juiz de Fora; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes; Julg. 29/03/2005; DJMG 15/04/2005);

APELAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. [...]. Não há falar em vício do processo administrativo, em decorrência da falta de sindicância; esta é prescindível. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Eventualidade da sindicância. [...]. (TJSP; APL 0021012-62.2010.8.26.0053; Ac. 7479733; São Paulo; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 25/02/2014; DJESP 14/04/2014)

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal, Nilva Biffi, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;

II - Catiane Curtarelli;

III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200 'caput' do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de maio de 2014.

Idacir Antonio Orso

Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 786 /2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO o atestado médico emitido pela Servidora Maríndia Sitta em favor de Kátia Mello, em 02/01/2014;

CONSIDERANDO a resposta da Secretaria de Saúde da cidade de Chapecó, dando conta de que a Servidora Maríndia Sitta, tanto não estava trabalhando nos dias em que fora emitido o atestado, como tais não teria sido preenchidos nas dependências das unidades de saúde daquela cidade;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, não há prontuário de atendimento médico, conforme consta do ofício nº SESAU/gs nº 009/2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

CONSIDERANDO que, é prescindível a instauração de Sindicância, precedente à Processo Administrativo Disciplinar, conforme ares-tos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCRIVÃO. ANOTAÇÃO DE FÉ PÚBLICA EM DOCUMENTO APRESENTADO POR CÓPIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. SINDICÂNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. Não há falar em violação a direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, o ato de autoridade judicial que determina a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), para apuração de irregularidades atribuídas a servidor, de acordo com a legislação de regência, sendo prescindível a sindicância prévia quando se tem confirmação da ocorrência da falta e o seu autor. (TJMG; MS 1.0000.04.415953-1/000; Juiz de Fora; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes; Julg. 29/03/2005; DJMG 15/04/2005);

APELAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR. [...]. Não há falar em vício do processo administrativo, em decorrência da falta de sindicância; esta é prescindível. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Eventualidade da sindicância. [...]. (TJSP; APL 0021012-62.2010.8.26.0053; Ac. 7479733; São Paulo; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 25/02/2014; DJESP 14/04/2014)

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pelos Servidores Municipais, Maríndia Sitta, Raul Kielselbach, NilvaBiffi e Kátia Mello, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

- I - Fabiane Paula GirotoRissi;
- II - CatianeCurtarelli;
- III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200 'caput' do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de maio de 2014.

IdacirAntonioOrso

Prefeito Municipal

Rodrigo VeriatoMorás

Secretário Municipal de Administração

PORTARIA Nº 787 /2014.

Instaura Processo Administrativo Disciplinar e dá outras providências

O Prefeito Municipal de Xaxim - Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o inciso VI do artigo 66 de Lei Orgânica Municipal, artigos 177 e seguintes da Lei Municipal nº 1729, de 26 de dezembro de 1994; e,

CONSIDERANDO os atestados médicos emitidos pela Servidora Maríndia Sitta em favor de e nas respectivas datas: a) Raul Kielselbach, em 16/12/2013; b) NilvaBiffi, em 19/12/2013; c) Kátia Mello, em 02/01/2014;

CONSIDERANDO a resposta da Secretaria de Saúde da cidade de Chapecó, dando conta de que a Servidora Maríndia Sitta, tanto não estava trabalhando nos dias em que fora emitido os atestados, como tais não teriam sido preenchidos nas dependências das unidades de saúde daquela cidade;

CONSIDERANDO que, em consequência disso, não há prontuário de atendimento médico, conforme consta do ofício nº SESAU/gs nº 009/2014;

CONSIDERANDO que é dever da Administração Pública primar pelos princípios da legalidade e da moralidade, ambos previstos no art. 37, caput, da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que esses fatos configuram, em tese, as infrações disciplinares previstas nos incisos I, XI e XII do art. 168 da Lei 1.729/94, as quais podem, inclusive, implicar na penalidade de demissão, consoante prescrito no art. 163 c/c art. 168 da mesma lei;

CONSIDERANDO que, é prescindível a instauração de Sindicância, precedente à Processo Administrativo Disciplinar, conforme ares-tos:

ADMINISTRATIVO. MANDADO DE SEGURANÇA. ESCRIVÃO. ANOTAÇÃO DE FÉ PÚBLICA EM DOCUMENTO APRESENTADO POR CÓPIA. PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. APURAÇÃO DE IRREGULARIDADES. OFENSA A DIREITO LÍQUIDO E CERTO. INOCORRÊNCIA. SINDICÂNCIA PRÉVIA. DESNECESSIDADE. Não há falar em violação a direito líquido e certo, a ser amparado por mandado de segurança, o ato de autoridade judicial que determina a instauração de processo administrativo disciplinar (PAD), para apuração de irregularidades atribuídas a servidor, de acordo com a legislação de regência, sendo prescindível a sindicância prévia quando se tem confirmação da ocorrência da falta e o seu autor. (TJMG; MS 1.0000.04.415953-1/000; Juiz de Fora; Sexta Câmara Cível; Rel. Des. Edilson Olímpio Fernandes; Julg. 29/03/2005; DJMG 15/04/2005);

APELAÇÃO. ATO ADMINISTRATIVO. PROCESSO DISCIPLINAR.

[...]. Não há falar em vício do processo administrativo, em decorrência da falta de sindicância; esta é prescindível. A apuração das infrações será feita mediante sindicância ou processo administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa. Eventualidade da sindicância. [...]. (TJSP; APL 0021012-62.2010.8.26.0053; Ac. 7479733; São Paulo; Terceira Câmara de Direito Público; Rel. Des. Ronaldo Andrade; Julg. 25/02/2014; DJESP 14/04/2014)

RESOLVE:

Art. 1º. Instaurar processo Administrativo Disciplinar, para apurar eventual falta funcional praticada pela Servidora Municipal, Maríndia Sitta, acerca dos fatos acima relatados.

Art. 2º. Para presidir os trabalhos fica nomeada a seguinte Comissão Processante, composta por servidores efetivos, sendo presidida pelo primeiro:

I - Fabiane Paula Giroto Rissi;
II - Catiane Curtarelli;
III - Pedro Rui Rodrigues;

Art. 3º. Fixa-se o prazo de 60 (sessenta) dias para conclusão do Processo Administrativo Disciplinar, nos termos do art. 200 'caput' do Estatuto dos Servidores Públicos.

Art. 4º. Determina-se à Comissão Processante o estrito cumprimento das disposições contidas na legislação de regência no que pertine à condução do processo administrativo disciplinar, sobretudo no que diz respeito à observância dos princípios constitucionais do contraditório e da ampla defesa.

Comunique-se, publique-se e registre-se.

Gabinete do Prefeito Municipal, em 05 de maio de 2014.
Idacir Antonio Orso
Prefeito Municipal

Rodrigo Veriato Morás
Secretário Municipal de Administração

Associações

EGEM

Edital Nº 30.2014 - Chamamento_siconv_obtv_concórdia

EDITAL Nº 30/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

SICONV: Módulo OBTV - Ordem Bancária de Transferências Voluntárias

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os Gestores Municipais de Convênios para operacionalização do módulo OBTV - Ordem Bancária de Transferências Voluntária do SICONV - Sistema de Gestão de Convênios do Governo Federal.

2. PÚBLICO-ALVO

Gestores municipais de convênios e demais servidores que atuam na execução e prestação de contas de convênios federais.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Associação dos Municípios do Alto Uruguai Catarinense - AMAUC Rua Marechal Deodoro, 772 - Centro Edifício Mirage Offices - 12º andar Concórdia / SC CEP: 89700-000
Período das inscrições	12/05 à 02/06/2014
Vencimento do boleto de cobrança	02/06/2014
Homologação das inscrições	04/06/2014
Período de realização	09/06/2014
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta

corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	OBTV - Conceitos Iniciais Execução Definir Ordenador de Despesa OBTV Cadastrar Credor da Transferência Voluntária Autorizar e Enviar Domicílio Bancário ao SIAFI Tipos de OBTV Aplicação em Poupança OBTV Pagamento a Fornecedor Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa OBTV para o Conveniente OBTV Tributos Devolução de Recursos
	Consultar Movimentação Financeira
13h30 às 17h30	Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV Cancelar Movimentação Financeira Consultar Extrato Bancário Conciliação Bancária Classificar Ingresso de Recurso Discriminar OBTV para o Conveniente Prestação de Contas Resgate Total das Aplicações Devolução do Saldo Remanescente Autorizar Movimentação Financeira Autorizar Movimentação Financeira - Gestor Financeiro do Conveniente Autorizar Movimentação Financeira - Ordenador de Despesa OBTV
	Cancelar Movimentação Financeira

7. PALESTRANTES

Marli Burato

Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2005). MBA em Gerência de Projetos pela Univali/Universidade do Vale do Itajaí (2013). Graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdades Integradas Católicas de Palmas/FACIPAL - Paraná (2002). Certificada pelo Ministério do Planejamento como Multiplicadora de Conhecimento sobre a nova legislação para celebração de convênios entre a união e os municípios e a utilização do Sistema de Convênios do Governo Federal-SICONV (2008). Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais (2007 a 2013). Consultora e instrutora em políticas públicas.

Mariele Dallastra

Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG. MBA em Gerenciamento de Projetos pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais. Possui vasto conhecimento sobre Gerenciamento de Projetos, especializando-se em gerenciamento de Projetos Públicos. Atuou como Analista de Projetos e Gerente de Projetos que contribuíram para o domínio dos Programas, Normativas Técnicas e Legislações junto ao Governo Federal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

7. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento. §1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Edital Nº 31.2014 - Chamamento_elaboração de Editais de Licitação E Termo de Referência_amurel

EDITAL Nº 31/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

Curso sobre Elaboração de Editais de Licitação e Termo de Referência

1. OBJETIVO DO CURSO

Capacitar os servidores para a elaboração de termos de referência, editais de licitação, pregão eletrônico, pregão presencial, sistema de registro de preço, técnica e preço, CPL e as responsabilidades do pregoeiro na licitação.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores públicos municipais das áreas licitação e pregão.

3. CALENDÁRIO

QUADRO I

Cidade/Local	Associação de Municípios da Região de Laguna - AMUREL Rua Rio Branco nº 67 - CP: 157 Bairro: Vila Moema Tubarão/SC
Período das inscrições	12/05 à 02/06/2014
Vencimento do boleto de cobrança	02/06/2014
Homologação das inscrições	04/06/2014
Período de realização	09/06/2014
Carga horária total	10h/a
Quantidade de vagas	50 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES

QUADRO I - Dos Valores

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Servidores de municípios filiados à FECAM	R\$ 200,00
Demais participantes	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário.

Dados para empenho: O boleto será gerado em nome da Escola

de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito - Florianópolis/SC - CEP 88070-101 - Telefone: 48 3221-8800 - Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;
- Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

08h30 às 12h	1 - ELABORAÇÃO DE TERMOS DE REFERÊNCIA. 2 - ELABORAÇÃO DE EDITAIS DE LICITAÇÃO; 3 - DEFINIÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA. 4 - DEFINIÇÃO DE EDITAL DE LICITAÇÃO; 5 - A MONTAGEM DO TERMO DE REFERÊNCIA. 6 - A MONTAGEM DO EDITAL DE LICITAÇÃO; 7 - ESPECIFICAÇÃO DETALHADA DE MATERIAIS, SERVIÇOS E OBRAS; 8 - MODELO DE UM TERMO DE REFERÊNCIA PARA SER AVALIADO PELO GRUPO;
13h30 às 17h30	9 - MODELO DE EDITAL DE LICITAÇÃO PARA SER AVALIADO PELO GRUPO; 10 - DEFICIÊNCIAS E OMISSÕES NA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA; 11 - DEFICIÊNCIAS E OMISSÕES NA ELABORAÇÃO DO EDITAL DE LICITAÇÃO; 12 - EDITAIS DE PREGÃO ELETRÔNICO; 13 - EDITAIS DE PREGÃO PRESENCIAL; 14 - EDITAIS DE SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS; 15 - EDITAIS DE TÉCNICA E PREÇO; 16 - CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO; 17 - PREGOEIRO E SUAS RESPONSABILIDADES NO EDITAL DE LICITAÇÃO.

7. PALESTRANTE

ANTÔNIO NORONHA

Filósofo-bacharel e licenciado (ufsc 1999); Especialista em Gestão Universitária (UFSC 2001) Mestrando em ADM. Universitária (ufsc 2011) Servidor público federal (UFSC desde 1980) Professor

e palestrante nas disciplinas licitações e contratos administrativos; formação de pregoeiros; sistema de registro de preços; gestão e fiscalização em contratos no serviço público; elaboração de editais de licitação e termos de referencia; licitações para iniciantes (aprenda a participar em licitações); gestão de materiais e patrimônio; almoxarifado; compras no serviço público, entre outros.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao envio da cópia do empenho e/ou pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Editais Nº 32.2014 - Chamamento_curso Sobre Capacitação de Recursos Federais E Operacionalização do Siconv_florianópolis

EDITAL Nº 32/2014

CHAMAMENTO PARA INSCRIÇÃO

CAPTAÇÃO DE RECURSOS FEDERAIS: LEGISLAÇÃO SOBRE TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS E OPERACIONALIZAÇÃO DO SICONV

1. OBJETIVO DO CURSO

Oferecer aos participantes do curso, orientações técnicas sobre as formas de transferência de recursos do Governo Federal, a regulamentação de todos os procedimentos legais e a utilização do Sistema de Gestão de Convênios - SICONV - abordando todos os módulos, desde o cadastramento de entidades proponentes consulta a programas, cadastramento de propostas, execução de convênios, registro eletrônico de preços, prestação de contas e OBTV.

2. PÚBLICO-ALVO

Servidores e gestores de Entidades privadas sem fins lucrativos, ONGs e OSCIPs, Instituições de Educação Superior Pública Municipal, Estadual e Federal, Privadas sem fins lucrativos, Beneficentes e Especiais, responsáveis por cadastro de propostas, licitações, análise jurídica, compras, núcleos de pesquisas e/ou parte das equipes responsáveis pelos processos de captação de recursos federais e gestão de convênios celebrados via Sistema de Convênios do Governo Federal - SICONV.

3. CALENDÁRIO**QUADRO I**

Cidade/Local	Florianópolis/SC Local a definir - acompanhe no hotsite.
Período das inscrições	12/05 à 02/07/2014
Vencimento do boleto de cobrança	02/07/2014
Homologação das inscrições	04/07/2014
Período de realização	10 e 11/07/2014
Carga horária total	20h/a
Quantidade de vagas	60 vagas

4. PROCEDIMENTOS PARA INSCRIÇÕES**QUADRO I - Dos Valores**

Tipo de inscrição	Valor (por inscrição)
Entidades não governamentais	R\$ 300,00

Forma de pagamento: Após a realização da inscrição por meio do site, será gerado um boleto bancário com vencimento para o dia constante no item 3.

Homologação da inscrição: A homologação da inscrição se dá por meio do pagamento do boleto bancário exclusivamente.

O não pagamento do boleto acarretará no indeferimento da inscrição.

O boleto será gerado em nome da Escola de Gestão Pública Municipal.

CNPJ: 08.940.383/0001-90. Endereço: Rua Santos Saraiva, 1546. Estreito

Florianópolis/SC - CEP 88070-101

Telefone: 48 3221- 8800

Dados bancários: Banco do Brasil - Agência 5255-8 - Conta corrente 890742-0.

Nota Fiscal: A nota fiscal é gerada com a data de emissão do pagamento ou do primeiro dia do curso. As notas fiscais das inscrições pagas antecipadamente ou no vencimento são encaminhadas via Correios, imediatamente após o pagamento. As homologações efetuadas através da cópia da nota de empenho terão a nota fiscal emitida e enviada pelos Correios, juntamente com o certificado de participação emitido pela EGEM, para o endereço constante no cadastro informado no momento da inscrição no campo: "Dados para a emissão da nota fiscal".

Antes de efetuar o pagamento da taxa de inscrição, os participantes deverão estar cientes e concordar com as seguintes condições:

- a) As despesas com diárias e passagens caso necessite de deslocamento, correrão por conta do participante;
- b) Comprometer-se a frequentar todos os módulos do evento, ficando os organizadores desde já autorizados a cancelar sua inscrição em caso de ausência em um dos módulos, sem obrigação de devolução da taxa de compromisso de inscrição;
- c) No caso do cancelamento de inscrição ocorrer no primeiro dia do evento, será confirmada a inscrição do primeiro candidato da lista de espera automaticamente;

d) Estar ciente de que no caso de cancelamento de inscrição após a data final para homologação, indicada no Calendário (Item 3 deste Edital), o valor da inscrição não será reembolsado.

5. Direitos de imagem

O participante cede o direito de uso de sua imagem e autoriza a publicação em informativos, relatórios e site da EGEM.

6. PROGRAMAÇÃO

Primeiro dia

1) Principais conceitos da Portaria Interministerial nº 507/2011, aplicáveis às contratações:

- ☐ Das disposições Gerais;
- ☐ Das definições de competências e responsabilidades no âmbito das transferências da união para execução de obras e serviços de interesse local;
- ☐ Do chamamento público ou concurso de projetos;
- ☐ Das vedações;
- ☐ Do credenciamento, da proposta de trabalho e do cadastramento;
- ☐ Do credenciamento;
- ☐ Da proposta de trabalho;
- ☐ Do plano de trabalho;
- ☐ Do projeto básico e do termo de referência;
- ☐ Das condições para celebração;
- ☐ Da formalização do instrumento;
- ☐ Da análise e assinatura do termo;
- ☐ Da publicidade;
- ☐ Da execução;
- ☐ Da liberação dos recursos;
- ☐ Da contratação por entidades privadas sem fins lucrativos;
- ☐ Dos pagamentos;
- ☐ Do acompanhamento e fiscalização;
- ☐ Da prestação de contas;
- ☐ Da denúncia e da rescisão;
- ☐ Da tomada de contas especial;
- ☐ Das disposições finais.

2) Introdução ao SICONV

- ☐ Noções básicas do Portal;
- ☐ Linha do Tempo de evolução do Sistema;
- ☐ Formas de transferências de recursos da União;

3) Credenciamento Proponente

- 08h30 às 12h
- ☐ Credenciamento do proponente;
 - ☐ Visualizar e Editar dados do cadastramento;

- 4) Perfis de acesso ao Sistema
☐ Funcionalidade e alteração;
- 5) Acesso ao Portal dos Convênios
- 6) Consulta Simplificada a programas
☐ Detalhamento dos Programas;
- 7) Inclusão de Proposta de Convênio
- ☐ Consultar Programa;
☐ Incluir Proposta;
☐ Buscar Programa para Proposta;
☐ Selecionar Programa para cadastrar os dados;
☐ Selecionar objetos/ preencher valores;
☐ Incluir aba dados;
☐ Incluir Cronograma Físico;
☐ Incluir Cronograma Desembolso;
☐ Incluir Plano de Aplicação Detalhado;
☐ Natureza de despesa Utilizadas na execução financeira de convênios;
☐ Visualizar Plano de Aplicação Consolidado;
☐ Incluir Anexos;
☐ Incluir Projeto Básico / Termo de Referência;
- 13h30 às 17h30 ☐ Incluir Declarações;
☐ Enviar Proposta para Análise;

Segundo dia

- 8) Reprogramação de propostas
☐ Atendimento a pareceres;
- 9) Conveniamento
☐ Empenho;
☐ Contratação;
☐ Publicações;
☐ Pagamento;
- 10) Ajustes do Plano de Trabalho
☐ Análise da solicitação;
☐ Solicitar ajustes no Plano de trabalho;
☐ Análise e aprovação do Ajuste do Plano de Trabalho;
- 11) Inclusão de Termo Aditivo - TA
☐ Análise da solicitação;
☐ Ajustes no Termo aditivo;
☐ Análise, aprovação e publicação;
- 12) Módulo Execução
☐ Incluir Processo de Compra;
☐ Incluir Contrato;
☐ Incluir Documento de Liquidação;
☐ Incluir Pagamento;
☐ Registro de Ingresso de Recurso;
☐ Registrar Rendimentos de aplicação;
☐ Registrar valor financeiro do Conveniente (Contrapartida);
☐ Solicitar a utilização dos Rendimentos de aplicação;
☐ Relatórios de Execução;
☐ Perfis geradores dos Relatórios de Execução;
☐ Inclusão dos Relatórios de Execução;
☐ Receita e Despesa do Plano de Trabalho;
☐ Relatório Físico do Plano de Trabalho;
☐ Relatório Financeiro do Plano de Trabalho;

08h30 às 12h

- ☐ Relatório Pagamentos realizados;
- ☐ Relatório Documentos de liquidação incluídos;
- ☐ Relatório variável conforme o objeto;
- ☐ Relatório Bens Produzidos ou Construídos;
- ☐ Relatório Bens e Serviços de Obras;
- ☐ Relatório Bens Adquiridos;
- ☐ Análise e aprovação dos Relatórios de Execução;
- ☐ Cotação eletrônica de preços.

13) Prestação de contas

- ☐ Incluir Prestação de contas;
- ☐ Saldo Remanescente;
- ☐ Guia de recolhimento da União;
- ☐ Documentos obrigatórios aba anexos;
- ☐ Enviar Prestação de Contas para análise;

14) Ordem Bancária de Transferência Voluntária - OBTV

- ☐ Convênio, Contrato de Repasse e Termo de Parceria Operados por OBTV;
- ☐ Fluxos dos Processos OBTV;
- ☐ Perfis e atribuições;
- ☐ Cadastro do Ordenador de Despesa de cada Convênio;
- ☐ Cadastro dos Dados do Credor;
- ☐ Autorização dos Dados do Credor;
- ☐ Pagamento com OBTV;
- ☐ Aplicação em Poupança;
- ☐ Classificar Ingresso de Recurso;
- ☐ Pagamento a Fornecedor - Transferência Bancária;
- ☐ Pagamento a Fornecedor - Pagamento no Caixa (até R\$800,00);
- ☐ OBTV Para o Conveniente;
- ☐ OBTV Câmbio;
- ☐ OBTV Tributos;
- ☐ OBTV Devolução de Recursos;
- ☐ Autorização Movimentação Financeira;
- ☐ Autorização Prévia da OBTV - Movimentação Financeira (perfil Gestor Financeiro);
- ☐ Autorização Final da OBTV - Movimentação Financeira (perfil Ordenador de Despesa);
- ☐ Reiniciar senha OBTV;
- ☐ Cancelamento de Movimentação Financeira;
- ☐ Consulta a Movimentações Financeiras;
- ☐ Discriminação de OBTV para o Conveniente - Para os casos de OBTV Para o Conveniente;
- ☐ Conciliação Bancária;

15) Prestação de Contas com Ordem Bancária de Transferência Voluntária;

- 13h30 às 17h30
- ☐ Resgate total da Aplicação Financeira;
 - ☐ Preparação de OBTV Saldo Remanescente;

7. PALESTRANTES

Marli Burato

Mestrado em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina/UFSC (2005). MBA em Gerência de Projetos pela Univali/ Universidade do Vale do Itajaí (2013). Graduada em Ciências Políticas e Sociais pela Faculdades Integradas Católicas de Palmas/FACIPAL - Paraná (2002). Certificada pelo Ministério do Planejamento como Multiplicadora de Conhecimento sobre a nova legislação para celebração de convênios entre a união e os municípios e a utilização do Sistema de Convênios do Governo Federal-SICONV (2008). Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais (2007 a 2013). Consultora e instrutora em políticas públicas.

Mariele Dallastra

Graduada em Administração Pública pela Universidade do Estado de Santa Catarina - UDESC/ESAG. MBA em Gerenciamento de Projetos pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI. Ministrante de Cursos de capacitação sobre Captação de Recursos, Gestão de Convênios e Legislação que rege a transferência de Recursos Federais. Possui vasto conhecimento sobre Gerenciamento de Projetos, especializando-se em gerenciamento de Projetos Públicos. Atuou como Analista de Projetos e Gerente de Projetos que contribuíram para o domínio dos Programas, Normativas Técnicas e Legislações junto ao Governo Federal.

DISPOSIÇÕES GERAIS

a) O material do curso será disponibilizado na página da EGEM na internet uma semana após a realização do curso, para que os participantes possam consultá-lo.

b) O curso terá certificado de participação emitido pela Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM e será entregue aos participantes com frequência mínima de 75% do total da carga horária do curso ou capacitação.

c) a participação no evento está vinculada diretamente ao pagamento do boleto pelo inscrito.

REALIZAÇÃO

Escola de Gestão Pública Municipal - EGEM

Qualquer divulgação e/ou alteração, caso houver, será por meio do portal da EGEM na Internet (www.egem.org.br)

FIQUE ATENTO!

8. ANEXOS

Resolução nº 001/2013

O Presidente da Escola de Gestão Pública Municipal, no uso das atribuições estatutárias, atendendo o disposto no art. 17 do Estatuto Social,

Resolve:

Art. 1º As inscrições em cursos, capacitações e eventos realizados pela EGEM deverão ser efetivadas e seu pagamento quitado até 05 (cinco) dias antes da data marcada para a realização de cada evento.

§1º A não efetivação do pagamento acarretará na indisponibilidade de recebimento do material disponibilizado aos participantes, aquele que comparecer ao evento.

§2º A participação dos inscritos com o pagamento em aberto estará condicionada à capacidade física do local, considerada a demanda para o evento.

Art. 2º A EGEM reserva-se o direito de alterar os prazos estabelecidos, de acordo com as especificações de cada curso, capacitação e evento realizado.

Art. 3º Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Vanderlei Alexandre
Prefeito de Forquilha
Presidente da EGEM

Consórcios

ARIS

Contrato Administrativo Nº 05/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO nº 005/2014

CONTRATO ADMINISTRATIVO DE ADMISSÃO POR TEMPO DE- TERMINADO DE AGENTE PÚBLICO

Pelo presente instrumento de contrato, a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento - ARIS, pessoa jurídica de direito público, estabelecido na Rua Santos Saraiva, 1546, CNPJ n. 11.300.460/0001-05, neste ato representado pelo Diretor Geral, Sr. Adir Faccio, brasileiro, viúvo, portador do CPF nº 295.153.869-34, doravante denominado CONTRATANTE, e de outro lado CARLA CANTON SANDRIN, pessoa física, inscrita no CPF sob nº 048.761.679-07, residente e domiciliada na rua Tenente Silveira, nº 600, apto 802, Bairro Centro, Florianópolis/SC, CEP: 88010-300, doravante denominada CONTRATADO, vêm de comum acordo, com amparo no inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, combinado com as disposições do artigo 73, § 4º do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, bem como pela homologação do resultado final do Processo Seletivo Simplificado nº 01/2012, resolve contratar o presente Contrato Administrativo de Admissão em Caráter Temporário de Agente Público, regido pelas seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente contrato a admissão do CONTRATADO por tempo determinado, para o exercício das funções públicas do cargo de Engenheiro Sanitarista, com o fim de atender as necessidades temporárias e de excepcional interesse público, com carga horária de 40 horas semanais.

CLÁUSULA SEGUNDA - DAS CONDIÇÕES ECONÔMICAS FINANCEIRAS

O CONTRATADO receberá como contraprestação aos serviços prestados, o valor mensal bruto de R\$ 5.068,54 (cinco mil e sessenta e oito reais e cinquenta e quatro centavos), deduzidos deste valor os tributos previstos em lei.

1 - Da forma de pagamento:

A remuneração dos agentes públicos da ARIS será paga até o último dia útil de cada mês, mediante depósito bancário, conforme art. 1º da Instrução do Diretor Geral nº 01/2010.

2 - Da dotação orçamentária:

Para fins de dotação orçamentária, serão utilizados recursos da fonte 0001.2.2.001, no elemento de despesa 31.90.00.00.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

São obrigações do CONTRATADO:

I - cumprir as atribuições inerentes à função pública de Engenheiro Sanitarista, com zelo, probidade, desvelo e eficiência;

II - contribuir para o Regime Geral da Previdência Social, na forma estabelecida no § 13 do artigo 40 da Constituição Federal e art. 71, § 6º, do Protocolo de Intenções da criação da ARIS.

III - cumprir a carga horária determinada e as tarefas solicitadas pelos superiores hierárquicos;

IV - submeter-se às normas disciplinadas e aos ditames, no que for concernente aos agentes temporários, do Estatuto constante do Anexo I deste Protocolo de Intenções; e

V - manter as condições e os requisitos exigidos para o exercício

das funções de Engenheiro Sanitarista.

CLÁUSULA QUARTA - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:

I - pagar o CONTRATADO o valor estabelecido na Cláusula Segunda deste contrato;

II - oferecer condições necessárias ao desempenho das funções públicas;

III - observar os direitos previstos nos artigos 39 a 41; 44 a 47; 49 a 52 e 62 do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções.

CLÁUSULA QUINTA - DA VIGÊNCIA

O presente contrato tem vigência de 1 (um) ano, podendo ser prorrogado por igual período, a critério do Diretor Geral da ARIS, conforme artigo 73, § 3º, do Protocolo de Intenções de criação da entidade.

Parágrafo único. O contrato firmado de acordo com este artigo extinguir-se-á, sem direito a indenizações, pelo término do prazo contratual ou por iniciativa do CONTRATADO, de modo que a rescisão contratual promovida pela ARIS, antes do término do prazo estabelecido em contrato, importará no pagamento o CONTRATADO de indenização correspondente à metade do que lhe caberia referente ao restante do contrato.

CLÁUSULA SEXTA - DA CONFIDENCIALIDADE E SIGILO

O CONTRATADO compromete-se, mesmo após o término do presente contrato, a manter completa confidencialidade e sigilo sobre quaisquer dados ou informações obtidas em razão do presente contrato, reconhecendo que não poderão ser divulgados ou fornecidos a terceiros, salvo com expressa autorização, por escrito, da CONTRATANTE.

PARÁGRAFO ÚNICO - A CONTRATADA será responsável, civil e criminalmente, por quaisquer danos causados a CONTRATANTE e/ou terceiros em virtude da quebra da confidencialidade e sigilo a que está obrigada.

CLÁUSULA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES GERAIS

O CONTRATADO não poderá receber atribuições, funções ou encargos não previstos neste contrato.

§ 1º Não se aplicam aos contratados por prazo determinado as normas da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, nem lhes são devidos os depósitos do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS.

§ 2º Os candidatos serão contratados em regime administrativo, conforme disposições constantes do Protocolo de Intenções de criação da ARIS, ficando vinculado ao Regime Geral da Previdência Social (art. 40, § 13, da CRFB).

§ 3º As habilitações necessárias ao exercício das funções objeto deste contrato deverão ser mantidas ao longo da contratação por prazo determinado, sob pena de rescisão do contrato por justo motivo, sem direito à indenização.

§ 4º Os agentes temporários contratados não terão direito à estabilidade no serviço público (art. 41 da Constituição da República), aplicando-se aos mesmos o disposto nos artigos 39 a 41 (diárias e indenizações); 44 a 47 (gratificação natalina); 49 a 52 (hora extraordinária e férias remuneradas); 62 (afastamento remunerado) e demais artigos do Estatuto constante do Anexo I do Protocolo de Intenções que faz parte integrante do Contrato de Consórcio Público de criação da ARIS, compatíveis com os contratados temporariamente.

CLÁUSULA OITAVA- DO FORO

Para as questões decorrentes da execução deste Termo de

Contrato fica eleito o Foro da Justiça Comum da Comarca de Palhoça, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado ou especial que possa ser.

E, por estarem assim justos e contratos, firmam o presente, juntamente com duas testemunhas, em três vias, de igual teor e forma e para o mesmo fim sem emendas ou rasuras para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Florianópolis, 05 de maio de 2014.

Adir Faccio
Diretor Geral da ARIS

Carla Canton Sandrin
Agente Temporário

TESTEMUNHAS:
Magnus Caramori
Procurador da ARIS

Clarice Terezinha Lenz
Contadora da ARIS

CIGA

Retificação ao Extrato Contrato 100 - PGT - Bom Jardim da Serra

Retificação ao Extrato de Contrato nº 100/2014
Programa de Gestão Tributária - Bom Jardim da Serra
Altera o nº do contrato municipal, sendo o Extrato de Contrato conforme segue:

CONTRATANTE: Município de Bom Jardim da Serra

CNPJ: 82.844.754/0001-92

CONTRATO MUNICIPAL Nº: 003/2014
CONTRATADO: Consórcio de Informática na Gestão Pública Municipal

CNPJ: 09.427.503/0001-12

OBJETO: Contrato de prestação de serviços de tecnologia da informação, no âmbito do Programa de Gestão Tributária aprovado pelo CIGA, com acesso ao sistema da nota fiscal eletrônica conjugada (NF-e conjugada), participação da lista de discussão do grupo de usuários, participação na proposição de novos aplicativos, realização de testes com novas ferramentas e recebimento de materiais informativos; e gestão da abertura, alteração e baixa de empresas no território do município, mediante o Registro Mercantil Integrado (REGIN).

PREVISÃO LEGAL: Artigo 2º, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 11.107/05 e o artigo 24, inciso XXVI, da Lei Federal nº 8.666/93.

VALOR: R\$ 220,00 (duzentos e vinte reais) por mês.

VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará até 31 de dezembro de 2014.

Florianópolis, 02 de janeiro de 2014.
GILSONI LUNARDI ALBINO
Diretor Executivo do CIGA

CINCO

Extrato da Ata de Registro de Preços Pe 0003/2014 - Adesão Lebon Régis

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS PE 0003/2014

Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para eventual aquisição em contratações futuras, com pedidos parcelados, de medicamentos, para uso dos Órgãos Participantes do Consórcio Integrado do Contestado - CINCO: Município de Lebon Régis, durante o período de 05 de maio a 31 de agosto de 2014.

FORNECEDOR:

ALTERMED MAT. MÉDICO HOSPITALAR LTDA - Ata nº AT14CIN-CO1046.

Regidas pelas Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, pela Resolução nº 18, de 29 de abril de 2013, bem como pela Lei nº. 8.666/93 e alterações posteriores, nos casos omissos. Validade: 05.05.2014 à 31.08.2014. PAL nº: 0006/2014 - CINCO. Pregão Eletrônico nº: 0003. Registro de Preços nº: 0004.

Fraiburgo (SC), 07 de maio de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCO

Aviso de Pregão Eletrônico Nº 0013/2014 - Medicamentos

CONSÓRCIO INTEGRADO DO CONTESTADO - CINCO

AVISO DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 0013/2014

REGISTRO DE PREÇOS Nº 0014/2014

Objeto: Registro de Preços para eventual aquisição em contratações futuras de medicamentos, de forma parcelada, para uso dos órgãos participantes do Consórcio Integrado Do Contestado - Cinco: Municípios de Frei Rogério, Iomerê e Hospital Municipal Frei Rogério de Tangará, durante o período de 02 de junho a 31 de Agosto de 2014. JULGAMENTO: Menor Preço POR ITEM. RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: das 08:00 horas do dia 09/05/2014 ate às 09:00 horas do dia 20/05/2014. ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: das 09:01 às 12:00 horas do dia 20/05/2014. INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 13:30 horas do dia 20/05/2014. REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF). LOCAL: www.bll.org.br, Acesso Identificado. Informações e/ou cópia na íntegra deste Edital: Rua Nereu Ramos, nº 761, 1º Andar, Sala 01. Fone (49) 3246 1206. Site: www.cinco.sc.gov.br.

Fraiburgo (SC), 08 de maio de 2014.

Elói Rönna

Diretor Executivo do CINCO

CIS/AMUREL**Extrato de Contrato de Rateio 020/2014 - Imaruí**

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 020/2014

Município: Imaruí

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 20/03/2014.

Assinantes: Manoel Viana de Sousa e Vanderlei Cunha pelo Município, e Jaime Wensing pelo Consórcio.

Extrato de Contrato de Rateio 02/2014 - Armazém

EXTRATO DE CONTRATO

CT de Rateio nº. 02/2014

Município: Armazém

Consórcio: CISAMUREL - Consórcio Intermunicipal de Saúde dos Municípios da Região da Amurel

Objeto: Rateio das despesas, inclusive pré-operacionais, necessárias à manutenção do Consórcio, bem como aquelas referentes aos serviços que serão contratados e disponibilizados aos Municípios.

Amparo Legal: Lei nº. 11.107/05

Data da Assinatura: 03/02/2014.

Assinantes: Jaime Wensing e Jean Carlos de Aguiar pelo Município e Jaime Wensing pelo Consórcio.